UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

VIAGEM AOS SERTÕES ENUNCIADOS: COM*PHIGURAÇÕES* DO OESTE DE MINAS GERAIS

GILBERTO CEZAR DE NORONHA

UBERLÂNDIA/MINAS GERAIS
FEVEREIRO/2011

GILBERTO CEZAR DE NORONHA

VIAGEM AOS SERTÕES ENUNCIADOS: COM*PHIGURAÇÕES* DO OESTE DE MINAS GERAIS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, como exigência final para a obtenção do título de doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientadora: Profª Drª Jacy Alves de Seixas

Uberlândia/MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2011

GILBERTO CEZAR DE NORONHA

VIAGEM AOS SERTÕES ENUNCIADOS: COM*PHIGURAÇÕES*
DO OESTE DE MINAS GERAIS.

Relatório de Tese defendido e aprovado como requisito parcial para obtenção de título de doutor em História, do programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, _____/___/_____.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas (Orientadora – UFU)

Profa. Dra. Claudine Haroche (CNRS/EHESS/Centre Edgar Morin/IIAC)

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli (UFU)

Prof. Dr. João Marcos Além (FAFICS- UFU)

Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara (FCHS - UNESP-Franca)

Suplentes:

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (IFCH – Unicamp)

Profa. Dra. Joana Luíza Muylaert de Araújo (Ileel/UFU)

Aos seis anos de idade ganhei uma vaca de presente que em nossos estreitos domínios, semeou larga descendência. Seu nome era Liberdade. Quarto de século depois, acudindo as necessidades financeiras de um pesquisador-bolsista que se aventurou num estágio fora do país, fui obrigado a vender a última das suas filhas, que meu pai tinha batizado de Cidade. E o que importa isso tudo?

Ora, o percurso a que se propõe este trabalho bem poderia ser relacionado à minha fatídica história de pecuarista: "*Começou quando ganhei a Liberdade. Acabou quando me dispus da Cidade"*.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar as relações históricas dos homens com o espaço considerado não apenas como suporte da memória, mas como noção que possibilita aos seres humanos tomar consciência do mundo, de si e dos outros quando transformado em lugar, paisagem, território, região. O ponto de partida da análise foi identificar as formas de enunciação das relações dos homens com um espaço específico de Minas Gerais, o oeste de Minas, em busca das relações sociais e históricas nele e por meio dele tecidas. Processo pelo qual se estabelecem os limites espaço-temporais e as fronteiras entre o eu, o nós e os outros. Através da análise e interpretação de fontes de informação diversas (cartas geográficas, jornais locais, documentos oficiais de governo, obras literárias – incluindo-se a literatura de viagem e os relatos de memória – a produção especializada das ciências humanas e sociais, arquivos privados e eclesiásticos) procurou-se apreender tanto as condições espaciais de socialização quanto as condições sociais de diferenciação do espaço, na sua constituição histórica como região de Minas Gerais, atentando-se para a função das representações desse espaço específico na instituição de processos de identificação/diferenciação sociais. Os resultados obtidos são apresentados como uma viagem tramada em três capítulos. Primeiro, apresenta-se e se discute os critérios de seleção das fontes de informação. Em seguida, procura-se analisar as tramas sociais que instituíram e que foram instituídas na produção dessas fontes pelas quais se enunciam as relações dos homens com o oeste de Minas, consideradas numa escala ampliada, desde o século XVIII. Por fim, propõe-se uma mudança na escala de análise, ainda que na longa duração, como estratégia teórico-metodológica para se apreender as dinâmicas do processo de identificação e diferenciação social transitando entre as especificações e as generalizações do oeste de Minas. Para tanto, propõe-se contrapor as tramas de regionalização (condensadas na categoria oeste de Minas) às tramas de generalização e homogeneização do espaço (condensadas na categoria sertão). É quando se defende a idéia de que diferentes formas de representação do espaço podem implicar em diferentes posicionamentos sociais e políticos, o que sugere a necessidade de se repensar não apenas questões teórico-metodológicas envolvidas nas narrativas da história de apropriação do espaço brasileiro, mas também para a possibilidade de uma retomada crítica de nossa produção cultural, vinculada ao projeto "incompleto" da Modernidade. Portanto, defende-se que a análise de relações específicas do homem com o espaço corrobora a idéia de que as formas espaciais não são apenas resultado da ação recíproca entre os homens (Simmel), mas os seus conteúdos afetam a própria constituição da sociedade e, por essa razão, o espaço não pode ser tomado apenas como natureza virgem onde o homem trabalha (labora) para se manter vivo, mas como obra pela qual se fabrica a objetividade do mundo e a subjetividade humana, conferindo durabilidade à existência dos homens (historicidade), pelo verbo e pelo ato (Arendt).

PALAVRAS-CHAVE: Espaço e História; Oeste de Minas Gerais; Sertão; Modernidade.

ABSTRACT

This research aims to discuss the relations of men with the space given that the latter is of interested to history not only because it is supported by memory, but a concept that allows human beings the awareness of the world: the self and others when transformed into a place, landscape, territory, and region. The starting point of the analysis was to identify the forms of articulation of the relations of men with a specific area of Minas Gerais, west of Minas, in search of social and historical relations in and through them woven. A process by which we establish the limits and space-temporal and boundaries between the self, ourselves and others. We tried to encompass at the same time, the Spacial conditions of socialisation and the conditions of spacial differentiation, in its historic constitution like region of Minas Gerais, on various sources of (in) formation (cartography maps, local newspapers, official documents government, literary works - including the literature of travel and the memories - the specialized production of human and social sciences, family and church archives) paying attention to the function of specific representations of space in the institution of procedures for identification and differentiation social. The results are presented as a journey woven into three chapters. The first introduces and discusses the sources of (in)formation. The second, through the traces found, attempts to analyze the social weaving as that have established and were instituted in the enunciation of men's relationships with the West of Minas, taking time in the long term and also space for a wider scale. The third chapter proposes a change in the scale of analysis, although in the long term, seeking to capture the dynamics of the process of identification and social differentiation transitioning between the specifications and generalizations of space. For this, we propose to counteract the weavings of regionalization [condensed in western Minas category] for weavings of generalization and homogenization of the space[condensed in the hinterland category]. It is when it defends the idea that different forms of representation of space may result in different political positions and that their analysis points to the need to rethink not only theoretical and methodological issues involved in the narratives of the history of ownership of the Brazilian territory, but also for a possibility of renewed criticism of our cultural production, linked to the "incomplete" project of modernity. Therefore, it is argued that social forms are not just a result of the reciprocal action among men (Simmel), but their contents affect the constitution of society and, for this reason, the space cannot be taken just as unspoiled nature where the man works [labora] to stay alive, but as a work for which it manufactures the objectivity of the world and human subjectivity, giving durability to the existence of men, by the verb and by the act (Arendt).

KEYWORDS: Space and History. West of Minas Gerais. Hinterland; Modernity.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objectif de discuter des relations historiques des hommes avec l'espace considéré non seulement comme un support de mémoire, mais comme notion qui permet aux humains de prendre conscience du monde, eux-mêmes et les autres lorsqu'il est transformé en place, le paysage, territoire et région. Le point de départ de l'analyse était d'identifier les formes d'articulation des relations des hommes avec un domaine spécifique de Minas Gerais, à l'ouest de Minas, à la recherche de relations sociales et historiques qui sont tissé à travers d'elles. Le processus par lequel son établit les limites spatiales et temporelles et les limites entre le moi, nous et les autres. Grâce à l'analyse et l'interprétation des différentes sources d'information (cartes, journaux locaux, documents officiels du gouvernement, les œuvres littéraires - y compris la littérature du Voyage et les souvenirs - la production spécialisée de sciences humaines et sociales, les archives privées et de l'église) cherché à comprendre les conditions spatiales de la socialisation et les conditions sociales de la différenciation de l'espace dans sa constitution en tant que région historique de Minas Gerais, en accordant une attention à la fonction de représentations spécifiques de l'espace dans l'institution du processus d'identification / différenciation sociale. Les résultats sont présentés comme un voyage tissé en trois chapitres. D'abord, il présente et discute les critères de sélection des sources d'information, cherche ensuite à examiner les bandes sociaux qui ont mis en place et qui ont été engagées dans la production de ces sources par lesquels d'exposer les relations des hommes avec l'Ouest Minas prendre le temps et l'espace depuis le XVIII$^{e.}$ siècle, par une plus grande échelle et, enfin, propose un changement dans l'échelle d'analyse, mais encore avec une perspective diachronique, comme strategie pour saisir la dynamique du processus de différenciation sociale et d'identification transit entre les spécifications et les généralisations de l'ouest du Minas Gerais. Nous proposons de comparer les tissus de la régionalisation [condensé dans la catégorie de l'Ouest Minas] pour les tissus de la généralisation et l'homogénéisation d'espace [condensé dans la catégorie *sertão*]. Il est quand il défend l'idée que les différentes formes de représentation de l'espace peut contribuer à la différenciation sociales et politiques, ce qui suggère la nécessité de repenser non seulement les problèmes théoriques et méthodologiques impliqués dans les récits de l'histoire de la domination de l'espace fait territoire brésilien, mais aussi pour avoir une chance de reprendre notre critique de la production culturelle, liée à la «incomplétude» du projet de la modernité. Par conséquent, il est soutenu que l'analyse des relations spécifiques de l'homme à l'espace favorable à l'idée que les formes spatiales ne sont pas simplement le résultat de l'interaction entre les hommes (Simmel), mais leur contenu incidence sur la constitution même de la société, et pour cette raison, l'espace ne peuvent pas être considérés uniquement comme un désert où l'homme travaille [labor] pour rester en vie, mais comme un travail pour lequel elle fabrique l'objectivité du monde et la subjectivité humaine, donnant la durabilité de l'existence des hommes, par le verbe et l'acte (Arendt).

MOTS-CLÉS: Espace et l'histoire. Ouest de Minas Gerais. Brousse. Modernité.

Figura 1 Mapa da situação da BR-352 44

Figura 2 Mapa Geral do Brasil. [1730]..... 52
Figura 3 Carta topográfica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes. 1731..... 52
Figura 4 Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignácio Correa Pamplona 53
Figura 5 Detalhe do mapa das conquistas de Pamplona 53
Figura 6 Mapa da Comarca de Sabará de José Joaquim da Rocha [1777] 56
Figura 7 Detalhe do mapa do limite da comarca de Sabará com a capitania de Goiás 56
Figura 8 Detalhe do Mappa da Comarca de Sabará [1777] 57
Figura 9 Detalhe do Mappa da Comarca de Sabará [1778] 57
Figura 10 Primeira versão do mapa de José Joaquim da Rocha com delimitação mais precisa entre as divisas da capitania de Goiás e Minas Gerais (1780)..... 60
Figura 11 Segunda versão do mapa de José Joaquim da Rocha com divisas da capitania de Goiás e Minas Gerais (1796) 60
Figura 12 Mapa da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco 63
Figura 13 Mapa da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda 63
Figura 14 Carta da Nova Lorena Diamantina. De José Vieira do Couto. C.R.X.D 1801..... 68
Figura 15 Carta da Nova Lorena Diamantina. José Vieira Couto. 1801 68
Figura 16 Planta Geral da Capitania de Minas Geraes**.** [ca. 1800] 71
Figura 17 Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. 1804 71
Figura 18 Detalhe da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. 1804 72
Figura 19 CARTA da Capitania de Minas Gerais feita pelo Barão de Eschwege, 1821..... 79
Figura 20 Detalhe da Carta da Capitania de Minas Gerais. Barão de Eschwege 79
Figura 21 Carta Chorographica da Província de Minas Geraes. F. Wagner. 1855..... 80
Figura 22 Carta da Província de Minas Geraes segundo o projeto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado. 1873 80
Figura 23 Carta do Município de Abaeté em 1922 81
Figura 24 O oeste de Minas em representações Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1941 e 1969 82
Figura 25 O oeste de Minas visto sob os critérios econômicos de planejamento industrial e urbano do IBGE e da Fundação João Pinheiro [1972] 83
Figura 26 O oeste de Minas pela regionalização do IBGE. Mesorregiões e microrregiões organizada por critérios de econômico-culturais [1990] 84
Figura 27 O oeste de Minas pelos critérios de Planejamento [1992] e Administrativos [1996] da FJP 85

LISTA DE FIGURAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
Sobre geo-grafias e espaços de memória 10

1 (IN)FORMAÇÕES
Quero saber sobre o oeste de Minas Gerais: procuro onde?..... 36
1.1 Nas cartas geográficas 40
1.2 Nas manchetes de jornal 86
1.3 Nos programas de governo 103
1.4 No cancioneiro e no Cânon 121
1.5 Na bibliografia especializada..... 132
1.6 Nas lembranças de família 143

2 FORMAS
O que é o oeste de Minas Gerais? 157
2.1 Um espaço geográfico? Paisagem, lugar, território e fronteira 160
2.2 Um lugar de espera de novidades? 186
2.3 Um lugar de se fazer política? 206
2.4 Inspiração ou apostasia? [sentimentos, saudades, dores] 221
2.5 O oeste de Minas não tem sido [re-sentimentos] 236
2.6 Um espaço de múltiplas experiências 249

3 ESTILO
O oeste de Minas é o que chamam de sertão? 267
3.1 O sertão como espaço geográfico..... 275
3.2 O sertão como novidade: entre barbárie e civilização 289
3.3 O sertão como espaço do político 303
3.4 O sertão como tema literário 315
3.5 O sertão como problema de pesquisa 329
3.6 O sertão como lugar-comum na experiência história brasileira 343

CONSIDERAÇÕES FINAIS
A "Interpretação" histórica do oeste de Minas como uma busca de sentidos para a modernidade 355

FONTES E BIBLIOGRAFIA 361

INTRODUÇÃO

Sobre geo-grafias e espaços de memória

> Agora me dou conta de que os problemas que vocês colocam a respeito da geografia são essenciais para mim. Entre um certo número de coisas que relacionei estava a geografia, que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma para outra. Deixei as coisas em suspenso ou fiz relações arbitrárias.
>
> Michel Foucault, 1979.[1]

> Não há história nem memória escondida atrás dessas pedras. A paisagem se despoja da dimensão temporal para reluzir seu esqueleto de formas essenciais, porque a paisagem não pertence ao universo das coisas vivas senão ao universo das formas vivas. Construir a paisagem implica expressar o lugar e o lugar é o espaço feito cultura, o espaço apropriado pela consciência.
>
> Joan Fontcuberta, 2006[2].

Quais contribuições a (re)leitura de espaços e tempos relegados nas narrativas da história brasileira poderiam dar à nossa compreensão de sua história, em seu duplo sentido? Esta bem poderia ser uma formulação adequada para enunciar[3] as inquietações que têm motivado meus questionamentos em relação ao passado e às possibilidades de conhecê-lo. Foi a partir dessa questão mais geral que interroguei, por exemplo, o fenômeno específico de permanência da memória e da história de Joaquina do Pompéu: uma mulher nascida no século XVIII e rememorada ainda hoje[4]. Pela análise desse fenômeno foi possível compreender um conjunto multifacetado de práticas sociais e políticas de determinados sujeitos que, em temporalidades e por motivações

---

[1] FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. In: *Microfísica do Poder*. (Org. e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979. p 165.

[2] FONTCUBERTA, Joan. Arqueologias del futuro. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 22, n.35, ja/jun. 2006. p. 62.

[3] Ao invés do termo "enunciar", poderia ter utilizado "exprimir". No entanto, com este termo pretendo evitar a sugestão de que se trata apenas de transmissão de um conteúdo já ordenado em meu pensamento, o que não é verdade. O termo enunciar nos remete, portanto, ao ato de enunciação, no sentido em que é utilizado pela lingüística enunciativa como um processo: recorro aos elementos formais da língua ao mesmo tempo em que procuro dar forma "às minhas inquietações". Portanto, enunciar não é somente exprimir as inquietações, mas é, em certo sentido, também constituí-las. O termo "enunciado" será recorrente ao longo do texto, como já denuncia o título. Por ora, evocando seu caráter polissêmico, afirmo apenas que não é um simples equivalente de discurso, embora também o seja. Abstendo-me de uma definição dada de antemão, recorro a Foucault, cujo percurso já é conhecido: "Ainda não é hora de responder à questão geral do enunciado, mas podemos (...) delimitar o problema: o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; (...) tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se seja empregado como tal, porque constituem os discursos". (FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.98.)

[4] NORONHA, Gilberto C. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

diversas, compartilharam essas lembranças num lugar determinado – realidade objetiva(da), ao mesmo tempo empírica, simbólica e sensível – constituído como importante suporte da memória[5].

Esta estratégia de estudo permitiu abarcar dimensões da realidade social que por outras escalas e recortes de análise dificilmente poderiam ser apreendidas. O estudo dos mecanismos racionais e afetivos de permanência e das funções sociais de um elemento simbólico – a lembrança de Joaquina do Pompéu – ampliou a compreensão de códigos e arranjos políticos, sociais e identitários que reorganizam temporalidades[6] e estabelecem territorialidades[7]. Neste sentido é que foi possível pensar num território da memória de Joaquina do Pompéu compreendido tanto como o lugar de produção dos discursos e da gestão das lembranças sobre essa personagem, quanto o referente espacial específico estabelecido pelas representações discursivas por meio das quais são possíveis essas ações políticas "localizadas". Enfim, território *"delimitado para e a partir das relações de poder"*[8]*,* como uma dimensão do espaço [geográfico] que diz respeito não apenas ao espaço natural ou social, mas se constrói nessa ambigüidade mesma que desafia nossas concepções sobre a natureza e a sociedade[9] e nossa compreensão dos processos de objetivação e subjetivação do mundo.

A compreensão desse território (a um só tempo físico e simbólico) enquanto produção cultural de sujeitos determinados envolveu uma regionalização e comportou mesmo um mapeamento. Este último foi realizado considerando-se a correspondência

---

[5] Um dos *lugares da memória* nos termos de HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF**,** 1950, seguido e levado adiante por NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

[6] A permanência ou a insistência da lembraça de Joaquina do Pompéu constitui fenômeno que poderia ser interpretado num sentido muito próximo daquilo que François Nouldelmann se referiu como "passion généalogique" contemporânea: *"supervalorisation des filiations, destinée à inscrire les indivíduds dans une continuité, le contemporain est devenu le partage du temps générationale ».* NOULDELMANN, François. Le contemporain sens époque : une affaire de rythmes. In: RUFFEL, Lionel (org.). *Qu'est-ce que le contemporain?* Nantes: Cécile Defaut, 2010. p.63.

[7] Aqui mobilizamos o sentido em que estes termos têm sido desenvolvidos na geografia das últimas décadas, influenciada pelas mesmas discussões, digamos, pós-estruturalistas, das demais ciências humanas: território como espaço mobilizado como elemento decisivo às relações de poder (Cf. RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993); e territorialidade como estratégia(s) utilizada(s) para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, estabelecendo, mantendo ou reforçando esse poder (cf. GOMES, P. C. C. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002). Para uma proposta de "geografia humana crítica pós-moderna" ver SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

[8] SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 78,

[9] Uma discussão sobre essa relação no campo da geografia pode ser encontrada em: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Scripta Nova*. Revista Eletrónica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. n. 93, 15 de jul., 2005. p. 1-2. Hipertexto Disponível em *www.ub.es/geocrit/sn-93.htm* Acesso em 10/10/2009.

entre os signos e o referente espacial fixado pelos vestígios materiais e afetivos da lembrança de Joaquina do Pompéu que compõem enunciados produzidos em três diferentes temporalidades: a) no tempo de Joaquina (1752-1824); b) no tempo de retomada e ressignificação de sua lembrança (1919-1936) e c) na atualidade (1980-2005). Os enunciados que (se) estabelecem (n)este primeiro recorte temporal, referem-se ao território de Joaquina[10] pelos limites das fazendas adquiridas de Manoel Gomes Cruz, uma herdade de terras cujas divisas são definidas por acidentes naturais, recurso mormente utilizado na distribuição de sesmarias e registros cartoriais do período colonial. Essas propriedades se estendiam por longa faixa de terras a oeste da área mineradora, na capitania e atual estado de Minas Gerais, pertencentes à circunscrição administrativa de Pitangui,

> desde a Barra do Rio de Peixe correndo asima à Barra das Areas e por este asima athé à Barra do Reacho fundo, e desta correndo por linha reta ao lado da Serra de Duna, e desta pela divisão das agoas à cabeceira do Rio Preto, e por esta abaixo athé a altura do corral do Bom Jardim; e dahi buscando a esta correndo a passagem do Rio Pardo athé à Paraupeba, e desta descendo a Barra chamada o Diamante donde faz Barra no S. Francisco; e dali correndo por esta asima athé à Barra do referido Rio do Peixe"[11].

Ainda que os discursos produzidos nos dois momentos seguintes passassem a utilizar os limites municipais (re)definidos no período republicano como critérios de identificação/diferenciação do espaço, foi possível perceber que as "terras da memória de Joaquina" coincidiam com aquele território inicialmente considerado, de fronteiras mais duradouras. A despeito dos desmembramentos posteriores, os limites municipais estabelecidos pelo sistema republicano federalista, na virada do século XIX até na primeira metade do século XX, continuaram a ser identificados como unidades originadas das antigas terras de Joaquina e reconhecidos como o atual território da sua memória. Neste sentido, os municípios atuais de Abaeté, Biquinhas, Bom Despacho, Brasilândia de Minas[12], Dores do Indaiá, Conceição do Pará, Curvelo, Felixlândia, Maravilhas, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, Papagaios, Pitangui

---

[10] Talvez seja pertinente retomar uma pequena diferenciação entre *as terras* de Joaquina, entendidas como o espaço de exercício de seu poder e as terras *pertencentes* à Joaquina que incluíam, pelo menos desde 1795, fazendas em Paracatu. Cf. NORONHA, Gilberto. *Joaquina do Pompéu*... Op. Cit. p. 71-73.

[11] Escritura de apartamento de sociedade de compra e venda q. faço com mª. m.ex. D. Joaquina Bernarda da Sª. de Abreu Castelo Branco. 01/05/1782. APFJBP. Caixa 01, série 01. p. 01-02

[12] Porção do espaço que não pertencia originalmente à comarca de Pitangui. Nesse sentido constitui uma exceção que poderia "ser incluída no caso normal justamente porque não faz parte dele." (AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.30.

são, mormente, considerados como um conjunto. Não raro, os habitantes das terras nas bacias dos rios Paraopeba e São Francisco revelam em tom cerimonioso, como quem conta uma grande façanha de tempos imemoriais: que *"isso tudo era terra da Joaquina"*[13]. Hoje, é lugar de existência e de ação de seus descendentes, conclusão facilmente obtida se levarmos em conta o que o povo diz quando tentado a falar de si mesmo. Tal como a enunciação de uma fatalidade, desde tenra idade, quem é desse lugar sabe que por essas bandas, *"todo mundo é parente de todo mundo"* [14], diz-se que *"nóis é tudo misturado"*[15], apesar do evidente esforço em separar os mais considerados da região, reconhecidos como legítimos descendentes de Joaquina do Pompéu daqueles produtores da dita "boataria" sobre Joaquina do Pompéu, quase sempre tidos como hierarquicamente inferiores, pelo menos no que se refere à qualidade e legitimidade de seus relatos sobre a história da região.

Mas que configuração espacial é essa que se fundamenta numa lembrança caleidoscópica reapropriada por mais de dois séculos e meio? Sua unidade de sentido (os conteúdos que mobilizam as pessoas), que dá forma tanto a terra quanto às gentes feitas comunidade política, seria encontrada, não apenas na linhagem de "sangue", mas, sobretudo, no sentimento comum de pertencimento aos domínios de Joaquina do Pompéu experimentado por aqueles que se identificam a este espaço – expresso numa noção de lugar tanto como subjetivação ou corporificação. – e que compartilham determinadas lembranças ligadas à fazendeira. Região cujos brancos são identificados como herdeiros, os negros como filhos de seus ex-escravos e dos índios, aldeados ou não, tudo gente misturada. Portanto, quando pesquisávamos sua história e memória, Joaquina do Pompéu pôde ser compreendida como um signo/símbolo[16], mobilizado na identificação familiar, na formação de grupos políticos, na compreensão das histórias

---

[13] Expressão comum àqueles que atualmente contam histórias sobre Joaquina do Pompéu, na região. Cf. NORONHA, Gilberto Cezar. Joaquina do Pompéu... op. cit.

[14] MACIEL, Gilson Dias. Pompéu, 2005. Entrevista.

[15] OLIVEIRA, Djalma Vicente. Capão do Zezinho. Martinho Campos, 2004. Entrevista.

[16] Michel Arrivé observa que os lingüistas utilizam pouco o nome *símbolo* e privilegiam o conceito *signo*. O mesmo não acontece com os derivados de símbolo: *simbolizar* e *simbólico* (seja como adjetivo ou substantivo) que segundo o autor, fazem referência ao modelo do *signo*. Não bastasse isso, alguns autores da área extraem de simbolizar a palavra símbolo, utilizada para caracterizar o signo "saussuriano'. Já na psicanálise, outra área que ocupa o autor, o símbolo é largamente utilizado em relação ao signo. Cf. ARRIVÉ, Michel. *Lingüística e psicanálise: Freud, Sausurre, Hejelmeslev, Lacan e os outros*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001, especialmente a parte 1. Aqui, especificamente, ao designar a figura caleidoscópica de Joaquina como signo/símbolo, refiro-me à relação do signo com seu objeto. Alguns interpretaram a noção de figura que desenvolvo no livro como algo semelhante ao "signo ideológico" baktiniano. Considero esta associação pertinente, pelo menos no que se refere à idéia de que o signo é condição necessária à consciência e à interação social. Cf. NORONHA, G. Joaquina do Pompéu... op. cit. e BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

municipais, enfim, na organização de certo modo de pensamento do mundo por grupos diversos com interesses comuns que procuram nele o seu lugar[17]. Do mesmo modo, quando este lugar – espaço apropriado pela consciência, para utilizar os termos de Joan Fontcuberta – é levado em conta como objeto legítimo da reflexão histórica, quase sempre é o signo/símbolo Joaquina do Pompéu que é tomado e reconhecido como a sua principal forma de representação. Enfim, a história e a memória de Joaquina são consideradas, não raro, *a história que importa* dessa região. Um critério de regionalização fundamental como referência para a compreensão dos sentimentos que fazem desse espaço um lugar não apenas do ponto de vista do indivíduo em relação ao grupo (eu-e-nós), mas do próprio grupo, não necessariamente coeso, em relação aos outros (nós-outros), identificando-se como um *nós* passível de reconhecimento pelo outro enunciador, por exemplo, nas narrativas de recorte nacional[18].

Sob esse ponto de vista parecia fazer sentido considerar a existência de certa unidade entre esses territórios municipais que pôde ser percebida em diferentes escalas de observação do espaço. No entanto, não se podia afirmar de que essa dimensão fosse suficiente (o critério predominante) para caracterizar este espaço como uma região, que na apresentação dos resultados da referida pesquisa fora designada como Oeste de Minas e Alto São Francisco: uma categoria imprecisa que nos remetia à dificuldade mesma de nomear as relações dinâmicas do homem com o espaço. Nesse sentido, uma interrogação de ordem teórico-metodológica persistiu à conclusão da pesquisa: quais os limites da escritura da história desse lugar realizada pela historicização da memória de Joaquina do Pompéu, procedimento que tinha acabado de realizar? Se os vestígios colhidos nesse espaço específico nos davam a conhecer as tramas da memória e da história de Joaquina do Pompéu, como poderíamos avaliar melhor o seu lugar nas relações dos homens com esse espaço, percebido como região?

Ainda que o território da memória de Joaquina tivesse o caráter simbólico de uma região, uma observação mais atenta dos enunciados sobre aquele espaço específico possibilitou-nos compreender que esta seria apenas uma das formas de percebê-lo e representá-lo – como recordação, imaginação ou fantasia. Ao eleger Joaquina do

[17] Aqui, o conceito de lugar assume um significado que poderia ser aproximado daquele desenvolvido pela chamada Geografia Humanista e Cultural. Cf. TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução: Lívia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1980. Além de encerrar também a noção de lugar como espaço de vivência – mundo vivido: dos objetos, das ações, da técnica e do tempo. Cf. SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, l997. p. 52.

[18] Sobre a resistência dessa abordagem historiográfica nacional, talvez mais como exemplo do que como análise, ver CARVALHO, José Murilo de. *D. João e as histórias dos Brasis*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2008, vol.28, n.56, pp. 551-572.

Pompéu como um elemento de informação[19] (histórica) desse espaço feito lugar e região, indiretamente impuseram-se determinados olhares sobre o espaço, cujas formas de percepção relacionam-se a determinadas configurações sociais[20]. Muitas outras formas de identificação nele gestadas tinham sido preteridas durante a pesquisa, mas que noutras abordagens poderiam ser importantes. Não apenas para reconhecer a diversidade de olhares possíveis sobre o passado, mas para questionar as impressões que o próprio trabalho sobre Joaquina começava a produzir é que uma questão incômoda passou a ser levada adiante como problema de pesquisa: a despeito da nova repercussão que a história e a memória de Joaquina do Pompéu adquiriram nos últimos tempos – que a pesquisa indiretamente confirmava[21] – poderiam não ser as dimensões mais significativas da constituição das formas de se referir àquele espaço quando se mudasse o ponto de vista, por exemplo, quando se variasse a escala de observação.

---

[19] Embora o termo informação seja de uso corrente na língua portuguesa, especialmente ligado à comunicação e transmissão de dados, tal como aparece na teoria matemática, da informação, no jornalismo ou mesmo na psicologia cognitiva, será adequado alertar para a sua ressignificação em muitas das utilizações que fizemos do termo, durante o trabalho, especialmente quando associado à complexa noção de forma de Georg Simmel. E desde já, portanto, retenhamo-na: Simmel utiliza a noção de forma para designar três coisas "distintas" que se referem a três diferentes domínios de pesquisa: a) o epistemológico (quando ele retoma o conceito kantiano de *formung*, historicizando-o. Informar, nesse sentido, é mais (ou menos) do que transmitir dados é in-formar, dar forma, colocar numa fôrma o fluxo da vida para pensá-la, fazê-la durar para senti-la, tomar consciência do mundo. b) o sociológico: tomando a forma não apenas como um procedimento cognitivo, mas como um princípio de interação social que se aproxima do conceito de figuração ou configuração de Norbert Elias. Nesse sentido, as formas não apenas são um modo de apreender o mundo, mas de construí-lo, transformando-se também em conteúdos, mudando em conformidade com ele. d) Por fim, Simmel ainda utiliza o termo para se referir à cristalização *a posteriori* das energias ou interações sociais – Elias falará de interdependência e Simmel ação recíproca – em objetos culturais e instituições sociais: formas sociais supra-individuais, reificadas, fixas no devir, em constante conflito com a dinâmica da vida. Note-se que essas variações do conceito se referem mais às diferenças dos níveis de formalização do que de sentido. Neste terceiro nível é que as formas – culturais – se tornam objetos de crítica, vistas como aprisionadoras e trágicas. (Cf. SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II.* Paris: Payot, 1990; SIMMEL, Georg. *Simmel e a Modernidade* / Georg Simmel. Jessé Souza e Berthold Oelze (org). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998; ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994). Para uma introdução a diferentes utilizações do termo informação, em especial na análise do discurso. cf. CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002. p. 314-316.

[20] Cuja significação assumida aqui é devedora da noção de forma de George Simmel e de Norbert Elias. Nos termos de Elias, configuração é o "padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelo seu intelecto, mas pelo que eles são no seu todo. A totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros (...) forma um entrelaçamento flexível de tensões (teias de interdependência de muitos tipos, como famílias, escolas, cidades, extratos sociais ou estados) a interdependência dos jogadores é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou adversários." ELIAS, Norbert**.** *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999, p. 142.

[21] E ajudava a "confirmar": eis um efeito colateral de nosso ofício, difícil de contornar. "Diz-se que "onde há fumaça, há fogo". Esta mulher se causou polémicas em historiadores, deve ter de facto feito estripulias". Comentário ao relatório final da pesquisa publicado em livro. cf. MARQUES, Carlos Manoel. Comentário. Ao meu Poeta: as duas faces da matriarca Joaquina do Pompéu. [blog]. Disponível em http://versoeprosa.ning.com/profiles/blog/show?id=2138728%3ABlogPost%3A25041. Acesso em 01 jan. 2011.

Na ocasião, tinha sido possível reconhecer criticamente que nas "poucas linhas" dedicadas até então às ações humanas dadas naquele espaço pelas narrativas que constituem a chamada história brasileira – especialmente naquelas narrativas que se propõem a explicar a formação do Brasil considerando um recorte nacional[22] – a lembrança de Joaquina do Pompéu dominava as referências[23]. Enfim, um fenômeno: *"aquilo que se mostra, não somente aquilo que aparece ou parece".*[24] A despeito de terem sido discutidas as razões para a "repercussão/representatividade" da figura de Joaquina nas narrativas sobre este espaço específico: o que se mostra, como e para que – noutras palavras, a importância do símbolo – daquele símbolo específico – nas relações que os homens estabelecem com o espaço –, outros aspectos não puderam ser questionados naquele momento seja pelo limite das fontes com que lidava ou, mais precisamente, pelos limites impostos pelas questões que me ocupavam. Mesmo que se considerassem os diversos arranjos políticos, outras configurações sociais, envolvidas na apropriação da memória e da história de Joaquina do Pompéu, a análise das relações do homem como o espaço ficaram limitadas pelo próprio recorte: as tramas em torno dessa personagem.

Terminado aquele percurso que não pressupunha ser esta a única forma de narrar uma história daquele lugar – mas que indiretamente reforçava as representações que partiam desse pressuposto – pareceu-me urgente questionar outras formas de representação desse espaço, buscar outros conteúdos através de outros enunciados que poderiam nos conduzir a outras regionalizações e outras tramas sociais. Poderíamos dizer que passaram a me interessar outras formas de tomar consciência e experimentar o tempo e o espaço, para além e aquém de Joaquina do Pompéu. Ou ainda, se considerarmos as idéias de tempo e espaço como constitutivas da *vida*, no sentido em que Georg Simmel concebe o termo[25], explorar novas formas de compreensão da vida,

---

[22] Nestas narrativas, Joaquina pode ser considerada um símbolo, no sentido peirceano (não ícone ou índice) – especialmente no que diz respeito à relação do signo com seu objeto. Não apenas porque é representativa, mas também porque sua relação com o objeto representado é convencional e arbitrária. Cf. PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica.* Trad. J. Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.

[23] Limito-me também a citar três obras importantes para a constituição da memória histórica dita nacional nas três temporalidades tomadas como referência para representar o território de Joaquina: a) ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. v.2; b) FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933; c) SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

[24] BELLO, Angela Ales. *Introdução à fenomenologia*. Bauru: Edusc, 2006. p. 18.

[25] Para Georg Simmel a vida "é um transcurso unitário, cuja essência é existir enquanto meros momentos qualitativa e conteudisticamente discerníveis (...). A vida, entretanto não é exprimível com nenhuma destas

das outras formas viver a vida[26]. Enfim, a interrogação dessas outras formas de identificação e representação era guiada pelo interesse em adquirir nova compreensão da história dessa região, tanto a vivida quanto a lembrada. Buscar outras tramas de memória tomando o espaço não apenas como o suporte de determinada lembrança, mas como a noção que possibilita a tomada de consciência do mundo: de si e dos outros, nos momentos em que é transformado em lugar, paisagem, território, região, quando se estabelecem os limites e fronteiras entre o eu, o nós e os outros. Como teria se dado esse processo do qual a lembrança de Joaquina é parte importante, mas não sua totalidade?

Este conjunto de interrogações é que nos "trouxe de volta" ao oeste de Minas para investigar as formas espaciais e sociais e pensar melhor os processos de identificação/diferenciação, para além da história e da memória que ganhou forma "em torno da lembrança Joaquina do Pompéu": tentar compreender as relações sociais e históricas entre os homens com e no espaço, partindo de formas de enunciação específicas localizadas no tempo e no espaço para apreender aspectos das relações sociais nele e por meio dele tecidas. Tentar apreender, ao mesmo tempo, *"as condições espaciais de socialização"* e as "*condições sociais de diferenciação do espaço"*[27]. Evidentemente, a enunciação desse espaço como terra de Joaquina continuaria a ser nosso ponto de partida privilegiado, posto que familiar, e reconhecidamente importante na tomada de consciência do espaço e elemento importante para se compreender a organização da sociedade brasileira, mas a abordagem pela qual pretendíamos enfrentar o problema deveria ser diferente.

O retorno à questão familiar, portanto, exigiu um deslocamento teórico ainda que não uma ruptura: da problemática da memória social que se apóia em lugares para uma discussão das configurações sociais de cuja dinâmica resultam esses pontos [ou áreas] de apoio à memória. Para Simmel, apoiado em Kant, esses pontos de apoio, ou

---

fórmulas [dos conteúdos discerníveis]. Ela é uma continuidade absoluta, em que não há peças ou pedaços que se compõem; continuidade [mas não duração] que é em si uma unidade, mas de tal espécie que, em cada momento, ela se exprime como um todo em outra forma (...) cada instante da vida é a vida toda, cujo fluxo contínuo – (...) é a sua forma incomparável." (SIMMEL, Georg. Rembrant. Ein Junstphilosophischer Versuch (1916). Apud WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel.* São Paulo: Editora 34, 2000. v. 1. p. 91). Para Simmel, o acontecimento vivido não tem forma, é um fluxo ininterrupto em uma continuidade sem ruptura com o tempo. Contrapõe-se ao acontecimento histórico, forma que aprisiona e divide a vida, rompendo o fluxo como condição de torná-lo compreensível. (Cf. SIMMEL, Geog. *El indivído y la liberdad: ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Península, 2001. p. 135)

[26] Eis um tema caro à filosofia ocidental: a separação entre vida animal e vida humana. "O animal vive, mas ele não vive sua vida; o homem vive e, mais, ele vive sua própria vida, ele vive seus estados de consciência e sua duração espiritual" (JANKÉLÉVITCH, Vladimir. Georg Simmel; philosophie de la vie. In: SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture*. Paris : Rivages, 2006, p.12).

[27] SIMMEL, Georg. *Sociologie*: études sur le formes de socialisation. Paris: PUF, 1999, p. 601.

formas espaciais, não seriam apenas resultado da ação recíproca[28] entre os homens, mas também, elementos que a afetariam de modo ativo na constituição da sociedade (formas como conteúdos instituinte). Tomando-se como ponto de partida as funções do espaço na construção das identidades [tornado qualquer coisa "para nós"], é necessário analisá-las em diferentes níveis de atenção, desde as fases anteriores à sua percepção, passando pela sua recordação, imaginação e fantasia, à capacidade de reflexão. A forma espacial tomada como ponto de partida foi a própria idéia de que o oeste de Minas constitui [ou é constituído pelas] "terras de Joaquina": lugar constitutivo de sua história e da permanência de sua memória. Esse procedimento pressupõe já o conhecimento de determinadas configurações sociais (enquanto relações instáveis e momentâneas entre os indivíduos que compartilham, não necessariamente de modo consensual, certos interesses – materiais ou ideais, momentâneos ou duráveis, conscientes ou inconscientes[29]).

Na descrição de Lindolfo Xavier – apoiado na durabilidade de suas formas físicas – espaço feito região natural[30], nomeado e recortado, trata-se das "*terras centrais [de Minas Gerais], nesse tabuleiro, extenso que converge das serras da Canastra, da Mata da Corda, da Chapada Diamantina e da Mantiqueira, e deriva para o vale ubertoso do São Francisco"*[31]. Ou ainda realidade delimitada – como paisagem – que agrupa elementos naturais e culturais como objetos reais concretos, *"estratégia humana de reunir em visões coerentes sensações em si sem relação"*[32] necessária: nas descrições das terras, campos, matas e rios, do casarão e dos currais de Joaquina, dos marcos e valas como inscrição objetiva dos conflitos de terras, das relíquias de família – de jóias, troncos e

---

[28] Também um conceito fundamental da sociologia de Georg Simmel que aparece em sua obra em 1890, antes do conceito de forma: "Existe sociedade onde há ação recíproca de vários indivíduos. Esta ação recíproca nasce sempre de certas pulsões em vista de certos fins. As pulsões eróticas, religiosas ou simplesmente de convívio, fins de defesa ou de ataque, da disputa ou da aquisição de bens, de ajuda ou de ensinamentos, e uma infinidade de outras ainda, fazem que com o homem estabeleça relações de vida com outros, quer dizer, exerce afetos sobre os outros e sobre seus afetos. (...) os vetores individuais dessas pulsões e de suas finalidades iniciais constituem então uma unidade [que] não é outra coisa que a ação recíproca". (SIMMEL, Georg. Sociologie... op. cit. p. 43.). Esta noção está muito próxima na noção de interdependência de Norbert Elias que na esteira se Simmel observa que as sociedades são "configurações formadas por pessoas interdependentes" que se unem, por exemplo, através de ligações afetivas (interdependências universais), políticas e sociais. (Cf. ELIAS, Norbert. ELIAS, Norbert**.** *Introdução à Sociologia*. Op. Cit. 1999, p. 148).

[29] SIMMEL, Georg. *Sociologie*. Études sur les formes de la socialisation. Op. Cit. p. 44.

[30] "Aliada ou não à percepção mais imediata de uma determinada paisagem, a noção de região natural cedo constituiu-se [junto a noção de paisagem] em outra das mais [importantes] noções geográficas e baseia-se francamente no papel desempenhado por certos elementos físicos na organização do espaço". BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa (PR) Universidade Federal do Paraná. n. 10. v.1 verão de 2005, p. 100.

[31] XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In. RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 383.

[32] SIMMEL, Georg. *Sociologie*: études sur le formes de socialisation. Paris: PUF, 1999, p. 600.

chibatas; dos "fantasmas" que povoam a imaginação daqueles que tomam conhecimento desses artefatos – pedaços díspares de uma vida inteira percebidos como elementos do passado no presente, compreendidos como uma unidade, aos olhos e à mente, reconhecidos como do tempo e do lugar de Joaquina – das terras de Joaquina.

Para além da percepção desse espaço como um "vale ubertoso" de importância "central" em Minas Gerais, certamente existiram outras tantas formas de representá-lo e de interpretar as ações nele e através dele ocorridas: configuradas sob outros pontos de vista, envolvendo outros critérios de regionalização ou fazendo parte de novas intrigas, tendo mais ou menos importância na compreensão do mundo, nas ligações afetivas, sociais e políticas[33]. Nossa atenção agora deveria se voltar, não para as tramas que possibilitaram a sobrevivência da lembrança de Joaquina do Pompéu, como um elemento simbólico capaz de representar uma região de Minas Gerais, mas para as tramas sociais envolvidas na percepção do próprio espaço como região, cujas significações e formas de enunciação não se encerram nesse símbolo. O que essas tramas de regionalização poderiam informar sobre a trajetória dos envolvidos nesse(s) jogo(s) de enunciação e de significação? Essas outras possibilidades de apreensão das configurações sociais nesse e por meio desse mesmo espaço referencial poderiam trazer novos olhares sobre a história, mormente interpretada e circunscrita/aprisionada em diversas e estanques noções de indivíduo e sociedade e suas correlatas escalas de análise: local, regional, nacional?[34]

É necessário dizer que o deslocamento da análise de um fenômeno localizado no espaço, em grande medida tomado como fixo, para o questionamento das configurações espaciais pressupõe que o espaço não seja visto apenas como algo em si mesmo, mas como algo que se constitui numa *"complexa composição de formas,*

---

[33] Na sociologia de Simmel, resumidos, talvez num único termo: nas formas de socialização, envolvidas nas interações sociais (SIMMEL, Georg. Sociologie... op. Cit.). Ou para Hanah Arendt, talvez como o trabalho (oeuvres) contra a fugacidade da vida humana e a ação política como condição para a História a memória. (ARENDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmman-Levy, 2001).

[34] Aqui faço referência à dificuldade de romper com a idéia da parte e do todo que orienta as divisões entre nacional, regional e local, considerando essas relações e recortes espaciais como algo objetivo, existente por si mesmos. Cf. CARVALHO, José Murilo. 2008, op. cit. Essa tendência mostrou-se bastante rejuvenescida nos trabalhos apresentados no XXV Simpósio Nacional de História organizado pela ANPUH em 2009, alocados nos distintos simpósios e trazendo proposta de reflexão sobre o espaço orientadas pela insistente idéia de brasilidade e suas variantes: mineiridade, baianidade, gauchidade, goianidade, etc. Cf. MOREIRA, Afonsina Maria Augusto; PARENTE, Ana Sara Ribeiro et. al. *História e Ética: Simpósios Temáticos e Resumos do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009*. Fortaleza: Editora, 2009.

sentidos, atividades e contextos"[35], para utilizarmos termos atuais na geografia. Neste sentido, tomando emprestadas as palavras de Michel Foucault, transcritas na epígrafe, quando confidenciava aos geógrafos, é que também *"me dou conta de que os problemas* [colocados pela] *geografia são essenciais para mim*"[36]. Aliás, esse diálogo entre geógrafos e filósofos traz duas sugestões importantes: por um lado, a abrangência dessas questões no campo das ciências humanas poderia ser tomada como indício da necessidade de se considerar a problematização das relações históricas que o homem estabelece com o espaço e suas formas de representação como importante estratégia de compreensão da própria condição humana. Não apenas pensando o espaço como natureza virgem onde o homem trabalha [labora] para se manter vivo, mas como obra [*l'oeuvre*] pela qual se fabrica a objetividade do mundo e a subjetividade humana, conferindo durabilidade à existência dos homens, pelo verbo e pelo ato[37].

Por outro lado, a própria idéia do diálogo interdisciplinar é um convite para a ressignificação das relações entre a história e a geografia, consolidadas ainda no início do século XX, quando o possibilismo[38] de Vidal de La Blache passou a inspirar novos caminhos para os estudos históricos. É o caso, por exemplo, da idéia de região e do estudo dos processos de regionalização – para fazer referência a tema familiar a Vidal La Blache – que (res)surgem a cada passo no percurso de análise que proponho: ainda que meu ponto de partida para o estudo das configurações sociais do oeste de Minas tenha sido a busca de compreensão de realidades sociais num determinado espaço físico, portanto, constituído em regiões, as questões propostas não poderiam ser respondidas por uma abordagem dita regional porque o objeto de interrogação não seria necessariamente uma região "objetivamente" analisada, mas suas formas de objetivação/subjetivação. Tomar uma região como algo puramente objetivo seria assumi-la como o equivalente geográfico do fato histórico dado *a priori*. Certamente, não encontraria apoio nem das discussões estabelecidas no campo da geografia nem das discussões no campo da história porque, em qualquer uma delas, parece-nos superada a

---

[35] CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. de 2007. p.6

[36] FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. In: *Microfísica do Poder*. (Org. e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979; p 165.

[37] ARENDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmman-Levy, 2001. Especialmente p. 188 e 233.

[38] FEBVRE, L. 1970. *La Terre et l' évolution humaine.* Paris: Albin Michel, 1922. cf. LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana.* 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

crença no velho conhecido realismo inocente[39]. A geografia muito avançou desde La Blache e Ratzel[40] do mesmo modo que a história rankeana parece ter sido afastada de nossas ambições epistemológicas[41]. Nesse sentido é necessário considerar que as discussões dos conceitos geográficos nos conduzem também às críticas, às possibilidades de conhecimento, de consciência do espaço e do tempo, enfim, das formas da cultura – preocupação não apenas da História ou da Geografia, mas de todas as ciências sociais, porque, afinal, *"o mundo é um só"*, embora nem sempre, deixemos claro *"qual a superfície do real estamos tratando"*[42].

No que diz respeito aos desafios de pensar (com) a história[43], a discussão das noções de espaço, região, território, lugar, paisagem – considerados "conceitos-chave"[44] da Geografia – também poderiam ser estimulantes. Talvez seja produtiva a aproximação das discussões do campo da história das questões que levaram a dita "geografia tradicional" às atuais *"geografias pós-modernas"*[45] a deslocamentos conceituais sugestivos na sua reflexão sobre as condições da relação do homem com o espaço. Preocupação, de resto, comum a todas as ciências sociais. Se a geografia *tradicional* compreendeu o espaço como uma dimensão objetiva da realidade existente por si mesmo, a geografia atual reconhece a condição subjetiva da percepção do espaço significado pelo homem, elemento da cultura ou propriamente espaço geográfico. Nesse sentido, poder-se-ia tomar mesmo as concepções da chamada geografia crítica dos anos

---

[39] Para a Geografia, por exemplo, a região tem sido compreendida como "um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos. Sua identificação, delimitação e construção estão ligadas à noção de diferenciação de áreas, ao reconhecimento de que o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas. Este ponto é importante posto que retira do conceito de Região uma idéia de naturalidade – quer de área física, quer de cultura comum, quer de território – que chegou a influenciar e limitar a análise de geógrafos importantes como Vidal de La Blache." (ALMICO, Rita; LAMAS, Fernando & SARAIVA, Luiz Fernando. *A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia*. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, sete a dez de setembro de 2003. p. 3).

[40] Especialmente no questionamento de uma geografia "cujas noções essenciais eram constituídas a partir dos conceitos da Biologia" (BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. Op. Cit. p. 102).

[41] Paul Veyne escreve mais de uma vez que a região está para a geografia como a intriga está para a história. Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1971. p. 55 e p. 80 notas de rodapé.

[42] SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, l997. p. 10.

[43] Insistindo nos trocadilhos, faço referência aqui às sugestões de Carl Schorske quando ele, em seu ensaio sobre *A história e o estudo da cultura*, apresentado como posfácio do livro *Pensando com a História*, realiza um pequeno deslocamento de análise, em relação às discussões estabelecidas nos ensaios anteriores que compõem a obra. Propõe-se a pensar *sobre* a história, embora, para tanto, continue a pensar *com* ela. A questão central que ocupa o autor nesse ensaio é a relação que a história estabeleceu com o estudo da cultura realizado por diversas disciplinas. Cf. SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 241-255.

[44] Expressão de CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (15-47).

[45] Tomo emprestado aqui o termo gestado no próprio ventre da disciplina. Ver. SOJA, Edward. W. Geografias pós-modernas... op. cit.

1970, ou ainda, da geografia humanista e cultural dos anos 1980. Na primeira, o espaço é visto como objetivação das relações sociais e a sociedade – na sua inteligibilidade do espaço – encontra nele sua condição de sujeito social[46]. Para a geografia humanista, o espaço é concebido como um campo de representações simbólicas – fenômeno percebido, significado, tomado pela consciência, experimentado: espaço vivido.[47] Acrescentemos: apropriado pela consciência, modificando-a.

A proposta de estudar as configurações do oeste de Minas Gerais nos remete diretamente ao conceito de região, outrora concebido no seio da geografia, como a própria possibilidade de identidade disciplinar[48] e que em minha pesquisa anterior aparecia como suporte material insofismável das tramas da memória de Joaquina do Pompéu. É da geografia mesma que parece surgir a idéia de que a região seja *"um conceito que funda uma reflexão política de base territorial (...), coloca em jogo comunidades de interesse, identificadas a uma (...) área e (...) é sempre uma discussão entre os limites de autonomia frente a um poder central"*[49]. É uma noção que no campo da geografia aparece também associada apropriadamente aos processos de territorialização de grupos humanos, quando comumente são levantadas as discussões das noções de limite e fronteira[50].

Em nossa incursão historiográfica sobre as relações que determinados homens estabelecem com o espaço – tema privilegiado da geografia –, o termo oeste de Minas poderá ser compreendido como uma denominação que traz a intenção de transcender limitações do recorte espacial tais como as "terras de Joaquina". No entanto, não tem se a intenção se negar sua existência como *limite*, mas quem sabe aceitar a sugestão da geografia associando-a também à idéia de fronteira e aos processos que emergem dessa associação como o de expansão, colonização e área de interação. De fato, proceder assim não é reconhecê-la como realidade auto-evidente (compreensão fetichizada muitas vezes assumida pelos historiadores) a ser inventariada por uma ciência dos lugares. Pretende-se tomar o oeste de Minas não como um dado empírico, mas como uma construção simbólica: representação do espaço como região. Espaço

---

[46] Aqui, sobretudo a noção de Milton Santos para quem "*O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais"* SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 88.

[47] Sobre essa corrente, dita culturalista ou humanista cito apenas TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.* Op.cit.; TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

[48] Na denominada geografia clássica, vista com uma realidade evidente a ser inventariada.

[49] GOMES, Paulo César da Cunha. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 p.73.

[50] Cf. MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECHKER, Tânia Marques et. al.(orgs). *Fronteiras e espaço global.* Porto Alegre: AGB, 1998.

territorializado que não desconhece a tensão entre as *"tentativas de coesão político-territorial"* (o estabelecimento de limites, portanto uma força centrípeta de separação) e as (im)possibilidades de expansão (espaço visto como fronteira – objeto permanente de preocupação, como fator de integração)[51].

O questionamento desses processos não seria direcionado à região, mas à sua construção enquanto tal: como teria ocorrido essa construção? Parafraseando Pierre Bourdieu, não seria o caso de interrogar uma região, mas "*os instrumentos de construção da região"*[52], ainda que como representação ela não seja menos "objetiva" e mereça a atenção dos historiadores. Neste sentido, pretendo, neste trabalho, desenvolver uma abordagem histórica em busca do específico, do humano, que dentre as suas diversas possibilidades de realização produz representações do espaço, territorializando-o e regionalizando-o constrói identidades e identificações, configurações sociais, enfim, formas culturais, resultado momentâneo dos arranjos sociais dinâmicos e instáveis, que serão utilizados como vestígios, marcas das (re)ações e dos (res)sentimentos daqueles que os produziram e que por eles também foram modificados.

E aqui já não estamos apenas ouvindo os geógrafos e historiadores, mas inspirados nas reflexões da sociologia de Georg Simmel e de Norbert Elias. Nas suas reflexões sutis sobre o espaço, a paisagem, a ponte e a porta[53], Simmel nos faz pensar que todo ato de nomeação e identificação a um espaço é ao mesmo tempo um processo de união e separação, que antecede a própria percepção do espaço. A construção de pontes sociais entre aqueles que se identificam a um determinado grupo social vem acompanhada do estabelecimento de fronteiras e limites em relação aos outros[54]: são

---

[51] MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECHKER, Tânia Marques et. al.(orgs). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p.47-48.

[52] As palavras do autor são: "A intenção de submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma *crítica epistemológica alicerçada na história social da sua gênese e da sua utilização* encontra no conceito de região uma justificação particular. Com efeito, àqueles que vissem neste projeto de tomar para objecto os instrumentos de construção do objecto, de fazer a história social das categorias de pensamento do mundo social, uma espécie de desvio perverso da intenção cientifica, poder-se-ia objectar que a certeza em nome da qual eles privilegiam o conhecimento da 'realidade' em relação ao conhecimento dos instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma 'realidade' que, sendo em primeiro lugar, representação, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento." BORDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 107-108.

[53] SIMMEL, Georg. A ponte e a porta e a filosofia da paisagem originalmente publicados em [Brücke und Tür», (1909) in Das Individuum und die Freiheit, Wagenbach, Berlin,1984]. Da tradução de MALDONADO, Simone Carneiro. *Política e Trabalho*. Universidade Federal da Paraíba. v. 12, 1996, p.15-24. A filosofia da paisagem traduzido também por MALDONADO, Simone Carneiro. *Política e Trabalho*. Universidade Federal da Paraíba. v. 15, 1999, p.217-220.

[54] Simmel escreveu que "o homem é o ser de ligação que deve sempre separar e que não pode religar antes de ter separado (...) um ser-fronteira, que não tem fronteira" (SIMMEL, Georg. Pont et Port. *La tragedie de la culture*. Paris: Rivages, 2006, p. 188). Sem fazer a distinção entre fronteira e limite,

ligações de algo que fora já separado pela consciência. Assim, pensando com Elias[55], no esforço de nomeação tanto daqueles que estiveram envolvidos diretamente no processo, como do historiador que o retoma, é necessário não perseguir a essência desse jogo de separação e reunião, mas as configurações que ele adquire: momentâneas, ambivalentes, mutáveis, portanto, históricas que consideram a posição instável ocupada pelos sujeitos. Nessa dinâmica, é que talvez seja pertinente utilizar os conceitos de espaço, território, paisagem, lugar, região, não reificados, mas deslocados da idéia do *"espaço humano infinito da geometria ou da astronomia"*[56], conforme tem insistido a geografia, digamos, de abordagem fenomenológica. Essa auto-proclamada geografia radical, na sua compreensão da cultura, tem levantado questões que se aproximam de minhas preocupações menos ortodoxas, tais como: *"qual a compreensão que cada um tem de seu lugar? Como estes o interpretam e o organizam?"*[57] No entanto, levando-se em conta a importância de se identificar a chamada geograficidade do social[58], ainda há que se compreender como essas formas de identificação ao lugar se modificam e transformam seus produtores ao longo do tempo e, para utilizar a mesma derivação, buscar a historicidade das formas de identificação ao espaço de acordo mesmo com a dinâmica social em que são produzidas. Enfim, nos termos de Simmel – que associava a extensão do espaço (digamos, territorializado[59]) à intensidade das relações sociológicas, evocando o poder de dar forma ao espaço – é pelas formas produzidas na relação do homem com o espaço e com o tempo que se pode tentar compreender o processo

---

encontrada hoje na geografia, Simmel observa ainda que "toda edição de fronteiras é arbitrária (...) [e por essa razão] o espaço comporta seguidas divisões que conferem uma nuance única às relações entre os habitantes de um espaço determinado e entre eles e as pessoas do exterior" (SIMMEL, Georg. *Sociologie*... op. Cit. p.606.

[55] ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia.* São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.11.

[56] DARDEL apud NOGUEIRA, Amélia. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In : SILVA, Aldo e GALENO, Alex (org.) *A Geografia Ciência do Complexus*. Porto Alegre, Sulinas, 2004. p.219.

[57] NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Por uma outra geografia radical: compreendendo os lugares sob um olhar fenomenológico. Anais do I Colóquio Brasileiro de História do pensamento geográfico. Universidade Federal de Uberlândia. Abril de 2008. p. 6. Hipertexto disponível em http://www.ig.ufu.br/coloquio/anais.htm. Acesso em 03 de junho de 2009.

[58] Os próprios geógrafos reconhecem que "a expressão causa certo estranhamento embora seja natural dizer-se que o espaço em que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar de historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história" (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. *Intergeo*. v. 4, p. 05-12, 2006.

[59] Consideremos, por exemplo, a noção analítica do conceito de território, na geografia, que toma os territórios como "relações sociais projetadas no espaço" (SOUZA, M.J.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P. C. da .C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995) associando-a aos termos de Simmel ao considerar que "a extensão do espaço responde à intensidade das relações sociológicas (...) uma vez que as fronteiras são traçadas, vê-se seu poder de dar formas da sociedade e suas necessidades internas." (SIMMEL, Sociologie. Op. Cit. p. 605.)

mesmo que institui determinada cultura e *"esta é a razão pela qual, em última análise, a cultura tem uma história"* [60].

Como nos referir ao espaço em seu estado anterior a qualquer designação, ou noutros termos, sem tomar como pressuposto qualquer recorte que seja já resultado do processo dinâmico que queremos surpreender? Essa característica dinâmica e instável das configurações sociais instituídas e instituidoras desse espaço específico que já visitamos como sendo as terras de Joaquina (vacilando entre as designações Oeste de Minas e Alto São Francisco e as formas mais compartilhadas como sertões do São Francisco)[61] encontra na designação *oeste de Minas Gerais,* dentre as várias outras possibilidades de nomeação, uma expressão que considero adequada para enunciar a contingência envolvida em toda noção de região – *"uma 'realidade' que, sendo em primeiro lugar, representação, depende (...) profundamente do conhecimento e do reconhecimento"*[62], como nos lembra Bourdieu.

Oeste de Minas é, portanto, expressão escandalosamente arbitrária e histórica. Uma forma instável, para utilizar um termo familiar a Georg Simmel.[63] Mas o que poderia ser um embaraço nos parece uma virtude quando comparada a outras categorias espaciais de Minas Gerais. Denominações regionais como Norte de Minas, Sul, Zona da Mata e mesmo Triângulo Mineiro (que está efetivamente a oeste das minas de ouro exploradas desde o século XVII[64]) parecem de tal modo *"sancionadas pelo costume"*[65] que mobilizam já determinada configuração espacial que "dispensa" o questionamento das tramas sociais e históricas pelas quais elas foram tecidas. O que é arbitrário e histórico é tratado por geógrafos e historiadores como natural e

---

[60] SIMMEL, George. *Philosophie de la modernité* – II. Paris: Payot, 1989.p. 230.

[61] Na dissertação de mestrado utilizei sem problematização os termos Oeste de Minas e Alto São Francisco, embora no título do trabalho tivesse omitido qualquer menção a categorias de regionalização. Por ocasião da publicação do trabalho, um parecerista da editora sugeriu que eu acrescentasse ao título uma categoria espacial que, ao mesmo tempo, desse a dimensão espacial e não fosse muito específico, já que se destinava a um público geral. A sugestão, de resto acatada, foi colocar "Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco". Cf. NORONHA, Gilberto Cezar. Joaquina do Pompéu. Op. cit. 2007.

[62] BORDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 108.

[63] A forma, "no domínio do entendimento é ordem, mas uma ordem plástica, modificável, viva. É uma direção e uma tendência mais que uma coisa" (cf. JANKÉLÉVICH, Vladimir. Georg Simmel, philosophe de la vie. In: SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture*. Paris: Payot, 2006, p. 17.

[64] Bustamante utiliza a categoria oeste de Minas para designar o triângulo Mineiro e ainda que analise processos mais amplos de regionalização não encontra relação entre o até então chamado "território de Joaquina". Cf. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861).* Uberlândia: Edufu, 2005.

[65] Constatação que satisfaz miraculosamente John Wirth quando este se ocupa do "mosaico mineiro". Cf. WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41.

anacrônico[66]. O que é uma *figuração ou configuração* (Simmel e Elias[67]), de abrangência relacional, é tomado como substância, um ser com existência independente dos jogadores e de suas *estratégias* de jogo ou de suas *ações recíprocas* (Foucault falava em estratégia e relação recíproca[68]). Procedimento reificante a um passo do ahistórico[69].

Já a categoria oeste de Minas Gerais suscita maiores questionamentos e dificilmente contribuiria para desencadear a tendência costumeira de naturalização observada nas demais categorias de nomeação/construção do espaço mineiro – não apenas as de regionalização, mas também aquelas de generalização, como a recorrente categoria sertão. O potencial "problematizador" da categoria oeste de Minas não se explica por uma suposta perspicácia de geógrafos e historiadores preocupados com a região, mesmo porque como alguns já escreveram, essas terras despertaram pouco o interesse dos cientistas sociais[70]. A designação oeste de Minas é imprecisa, fugidia e questionável tanto para os especialistas quanto para o interlocutor comum que espera

---

[66] Limito-me a retomar as críticas aos historiadores e suas relações com o caráter histórico das regionalizações. No que se refere especificamente ao espaço mineiro, desde as corografias que naturalizavam as divisões administrativas até a tomada de divisões fisiográficas de modo anacrônico. Sobre este último são exemplos os trabalhos de MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence*: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil. Nashville: Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutoramento) e LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. Para uma análise interessante da questão ver MARTINS, M. L. Regionalidade e História: reflexões sobre a regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In: XVI Encontro Regional de História de Minas Gerais, 2008, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos XVI Encontro Regional de História ANPUH-MG*. Belo Horizonte : ANPUH-MG, 2008.

[67] Relembremos a já conhecida variação dos termos utilizados por Elias: nos escritos em alemão, aparece sempre o termo "figuração" (*Figuration*) e não "configuração". Nos textos publicados em inglês (tanto os escritos em alemão e traduzidos por outros para o inglês como textos escritos em inglês por Elias), há oscilação e talvez o predomínio de "configuração", conforme observaram Waizbort e Neiburg (2006) (in: ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 9). Seja como figuração ou configuração, este conceito formalizado por Elias é devedor da noção de configuração que aparece na sociologia de George Simmel, sobretudo como registro analítico. (por exemplo, em SIMMEL, Georg. Sociologie. Op. Cit.). "Elias é devedor de Simmel, que ele não cita, [para forjar esse conceito que é] ação recíproca que corrige uma percepção de realidades sociais estreitamente individualistas" ou estáticas. (DEROCHE-GURCEL. Eliane. Configuration. In: *Le Robert: Dictionaire de Sociologie*. Paris: Seuil, 1999, p. 102).

[68] Talvez possamos aproximar a noção de estratégia de Foucault, à noção de configuração em Simmel e Elias. Foucault falava de "relação recíproca" e considerava o "discurso [como] um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder". Escreveu ainda que "uma relação recíproca não é uma relação dialética" porque segundo ele "não há dialética na natureza" – algo próximo da idéia simmeliana de que na natureza as coisas não estão separadas nem juntas. Cf. (FOUCAULT, M. *Ditos e escritos, vol. IV*. Estratégia. Poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 253-261; SIMMEL, Georg. La tragédie de la culture. Op. Cit. p. 162).

[69] Esse parece ser o maior perigo envolvido na eleição de Joaquina do Pompéu como a mais importante personagem "histórica" do oeste de Minas e de seus domínios como o "arranjo típico" da região.

[70] Para uma tentativa de compreensão das razões para o pequeno investimento feitos pelos historiadores nos espaços interiores do Brasil Cf. MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *Histórica do sertão noroeste de Minas (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. (introdução); BARBOSA, Waldemar de Almeida. *O povoamento do Alto São Francisco e a fuga da Mineração*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

debalde ser conduzido desde já ao lugar exato de onde estou falando, porque não se trata de uma categoria espacial consolidada "pelo uso", ainda que seja recorrente na imprensa, na publicidade local e mesmo nas conversas costumeiras em que são demandadas informações sobre a localização do Oeste de Minas. Pelo contrário, para designar a área são utilizadas diferentes referências. Correspondendo às "terras de Joaquina" – ou numa outra associação, às terras a oeste das minas de ouro, colonizadas já no século XVII pelos portugueses, etc – uma variedade de outras categorias poderia ser mobilizada, de acordo com os interesses circunstanciais de quem constrói as regionalizações, com a mesma (in)eficiência da categoria *oeste de Minas*.

Este mesmo espaço atualmente recebe também diversas outras denominações relacionadas a estratégias de especificação do espaço como Alto São Francisco, Centro-oeste de Minas, região Central Mineira, Mata da Corda, Três Marias. Dentre elas, parece-nos que a menos específica [e a de menor potencial particularizante] de todas seja mesmo o Oeste de Minas, que sintetiza a instabilidade das formas de percepção desse espaço, a ponto de suscitar tentativas de padronização das formas de designação do lugar[71]. No entanto, parece-nos que a relação do homem com o espaço se constitui por meio dessas imprecisões e para além das convenções e imposições: num complexo processo social que envolve outras formas mais e/ou menos estáveis[72], relações mais e/ou explícitas em diferentes níveis.

Quando utilizada, a categoria oeste de Minas mobiliza nos interlocutores questionamentos e incertezas que não fariam mal se direcionados a toda forma de regionalização: *que lugares você está designando como oeste de Minas? Sob a perspectiva de quem esses lugares são denominados desta forma? Quais critérios foram*

[71] "Portanto, o objetivo específico deste artigo é de homogeneizar as informações ao tentar corrigir um equívoco da mídia e de tantas outras instituições públicas e particulares, além de personalidades públicas, artísticas e da área de comunicação, que insistem em divulgar a localização geográfica equivocada, quando se referem à região de determinadas cidades do Oeste de Minas Gerais. Equívocos que se arrastam ao longo de anos e ocasiona um "mal-estar" dos cidadãos com relação ao desencontro das informações das diferentes mídias da região. Assim, cabe à pesquisa, apontar de forma correta o nome de todos os municípios pertencentes à região Oeste de Minas Gerais". QUINTÃO , Vicente Ines. As diferentes denominações geográficas de cidades da Região Oeste de Minas Gerais, conforme a midia – IBGE não reconhece "centro-oeste". Hipertexto. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/bb/GT9-_IC-_01-_As_diferentes_denominacoes-Vicente_e_Filomena_.pdf Acesso em 30 de dezembro de 2009. p. 7-8.

[72] Faço referência aqui à interpretação que J. Freund (1984) faz da noção de forma de Simmel, distinguindo quatro tipos: a) Formas dotadas de permanência: As instituições (família, Estado, Igreja, empresas, partidos políticos); b) Formas que são esquemas pré-estabelecidos segundo as quais as organizações se constituem: formas "(de)formantes" (hierarquia, concorrência, conflito, aventura, associação, divisão do trabalho, troca, exclusão, herança, imitação); c) Formas que constituem o quadro geral dentro das quais as organizações têm lugar: são as conformações (política, economia, direito, educação, religião); d) Formas efêmeras que constituem os ritos do cotidiano (modos/costumes, hábitos alimentares, gestos, comportamento). Cf. BRUNO, Alain; GUINCHARD, Jean-Jacques. *Georg Simmel: vie, oeuvres, concepts*. Paris: Ellipses, 2009. p. 74-75.

utilizados?[73] *Que transformações essas formas de designação provocam naqueles que as conhecem?* Quase sempre, na própria enunciação do espaço parece explícito que não estamos diante de uma região natural, mas de uma invenção – nem sempre consensual – que não é algo puramente objetivo ou de todo subjetivo mas que é passível de análise em seus processos de objetivação e de subjetivação. É justamente aqui, que nos parece está sua fragilidade e sua força.[74] Assumo-as integralmente como condição necessária para o propósito de historicizar as relações dos homens como o espaço.

Portanto, utilizarei a designação *oeste de Minas* [cujo uso indiscriminado denuncia que não se trata de uma forma acabada], para enunciar o conjunto das tramas que envolvem as diversas forças sociais que interferem nos processos humanos e históricos relacionados à tomada de consciência desse espaço específico. Um recurso semântico precioso para nomear aquilo que ainda não seria possível designar em sua especificidade, antes de seguir determinado percurso narrativo como possibilidade de reconhecer as tramas envolvidas no processo de regionalização inacabado e, ao mesmo tempo, enunciar minha própria trama historiográfica. Ou ainda noutra perspectiva, um recurso semântico que me autoriza fazer referência ao lugar de construção de enunciados, ainda antes de serem enunciados[75] ou mesmo a um enunciado que atua nas relações de poder e cuja significação está em franca disputa, durante seu processo mesmo de constituição enquanto forma lingüística[76] e enquanto discurso. E no esforço

---

[73] As variações são tantas que o termo Oeste de Minas se presta a designação de espaços no centro do território de Minas Gerais até ao extremo oeste como o Triângulo Mineiro, ou ainda não é reconhecida, como uma configuração válida, para os objetivos de regionalização de Minas Gerais em macro, meso e microrregiões, por exemplo, pelo IBGE que não vê nessa designação possibilidade de identificação de seus interesses de representação espacial. Para conferir as indagações comuns sobre o processo de regionalização que o termo suscita, ver, por exemplo: IBGE NÃO RECONHECE REGIÃO "CENTRO-OESTE" EM MINAS GERAIS. Hipertexto. Disponível em http://www.guiabd.com.br/mcv2.asp?sd=20071015080325&cat=20050412170047. Acesso em 17 de fev. de 2009.

[74] Já que estamos falando de forças, não seria de todo impertinente lembrar agora do campo de forças a que estive submetido (por mim e pelos outros) ao fazer uso dessa categoria espacial. Ao falar de Oeste de Minas, por um lado, meus interlocutores – dentre eles eu mesmo – questionavam sobre a relevância de um recorte tão pouco definido quanto este, exigindo algo mais palpável e objetivo na chamada delimitação espacial da pesquisa. Por outro lado, aqueles que, bem mais do que eu, estavam convencidos da materialidade dessa região, falando mesmo de uma identidade própria, de uma história, uma memória, sentiam-se não-confortados com o questionamento do que parecia ter existência tão visível e tangível.

[75] *"Nem o todo, nem a parte – o resto"*. Aqui faço referência ao raciocínio de Giorgio Agamben sobre a semântica da enunciação de Benveniste aplicada à impossibilidade do testemunho dos sobreviventes de Auschwitz. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschuwitz: o arquivo e a testemunha* (homo sacer II). São Paulo: Boitempo, 2008. p. 162.

[76] Nos termos de Benveniste: "A forma lingüística não é somente a condição de transmissibilidade, mas antes a condição de realização do pensamento [que] (...) não é uma matéria à qual a língua emprestaria forma" (BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966. p. 64). Ao retomar os termos de enunciado, enunciação, associados à lingüística da enunciação de Benveniste, é prudente lembrar que sua definição de enunciação ("colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (Idem vol. II, p. 80) privilegia o pólo do enunciador, mas seria válido lembrar que a enunciação é uma co-enunciação, que ela é acomodação subjetiva. Não está presa necessariamente

de chegar a essa relação "*da língua com outra coisa*"[77] – a algo do não-linguístico ou anterior à nomeação, é necessário reconhecer que este outro espaço-tempo, "*já é um pressuposto da linguagem*"[78] que, portanto, pressupõe sempre o lingüístico, como uma das "obras" que "fabricam" o mundo fazendo-o durar para além da instabilidade e mortalidade do homem, como condição para sua ação política[79].

Um conceito frágil/sutil em sua capacidade de coisificação da dinâmica social e, portanto, escalado com a dupla função de denominar a dinâmica dos jogos de identificação envolvidos em todo processo de regionalização e, além disso, representar por vezes o próprio objeto da disputa (como instrumento tático, arma discursiva no campo político) [80], como parte da tomada de consciência do espaço em nossa realidade corpórea, psíquica e espiritual, instável e ambivalente. Oeste de Minas tomado não como adjetivo, mas como substantivo para nomear uma representação do espaço sem descuidar do fato de que essa representação não existe independente das pessoas[81] e nos colocar ainda uma vez, como narradores, diante da necessidade de ocupar aquele lugar trans-histórico tão difícil de abster no processo de apresentação dos resultados de uma pesquisa. Um passo inicial necessário para que seja possível, desfetichizando as categorias, as essências e as substâncias, dissolvê-las em processos e relações, percorrer as relações que instituem a realidade social considerando o maior número de perspectivas possíveis[82]. Seja daqueles que participam dos jogos de que resultam as formas de percepção do espaço, sejam daqueles que delas se apropriam, alheios a estes jogos, porque entretidos em suas próprias estratégias de compreensão da realidade.

Compreendo, então, como instáveis as formas de percepção do espaço, como um jogo que passa necessariamente pela linguagem. Também compreendo que

---

a um sujeito enunciador. (Cf. CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002. p. 229-230).

[77] CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. *Cadernos do Noroeste*. Universidade do Minho, Braga, vol. 8 (1), 1995, p. 179-186.

[78] AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 58.

[79] Retomamos aqui o papel do artifício humano como condição de humanização do homem em ARENDT, Hanah. Condition de l'homme moderne. Op. Cit. p. 187 e seguintes.

[80] A expressão é de Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo Martins Fontes, 1999. p.225.

[81] Aqui faço referência à observação de Norbert Elias de que "Muitos substantivos usados nas ciências sociais – e no discurso quotidiano são formados e usados como se referissem a coisas materiais, a objetos visíveis e tangíveis no tempo e no espaço, existindo independente das pessoas" (ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, p. 21).

[82] Tentativa de aproximação daquilo que Frédéric Vandenberghe chamou de relacionismo da proposta de Georg Simmel que na sua teoria do conhecimento operaria em três tempos: na desfetichização das categorias [como estas que nos ocupam], da consideração das relações no interior das formas analisadas e na multiplicação das perspectivas. (cf. VANDERBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Geog Simmel*. Bauru: Edusc, 2005. p. 18.

surpreender a dinâmica social – ou a configuração social – que torna possível a construção dessas categorias de nomeação como procedimento de tomada de consciência do espaço, não será tarefa fácil. Dessa dinâmica fugidia sobrevivem apenas formas "inertes", de durabilidade variável produzidas na dinâmica social em determinado momento. Por mais que o termo pareça adequado para acentuar a dinamicidade do processo inacabado e aberto, os vestígios com os quais lidamos e mesmo as formas de interpretação que produzimos tendem por sua vez à estabilidade – eis nossos limites. Elas já não contêm a vivacidade dos atos – petrificadas no ato da enunciação, onde surgem os enunciados, tomados ou não como discursos.

O questionamento do processo de constituição das formas (ou das configurações sociais a que elas se referem, instituem ou representam) de representação do oeste de Minas será desenvolvido por meio de uma viagem aos seus enunciados materializados em diferentes suportes – *"auxílios e instrumentos à mão e à mente"*[83]: as cartas geográficas, os jornais locais, os documentos oficiais de governo, as obras literárias (incluindo-se a literatura de viagem e as memórias) e das ciências sociais, as fontes de arquivos familiares e eclesiásticos, resultantes desse jogo de significação do espaço e criação social. Um segundo passo que, considerando o aspecto relacional da construção das configurações do oeste de Minas, lida com as formas estruturadas e inertes como possibilidade de apreensão da própria dinâmica social que ambicionamos compreender, em última análise: a dinâmica da vida no oeste de Minas apreendida pela análise das formas pelas quais ela se reveste: pelas figurações compartilhas, ou *com*-figurações do oeste de Minas.

Mas um terceiro desafio se apresenta para além da necessidade de captar processos e relações por meio de formas substanciais – realidade objetivada, tornada conteúdo subjetivo: transmitir, por meio de uma narrativa – que também é forma – essa dinâmica captada, num texto que, fruto da perspectiva individual ambiciona ser reconstrução perspectivista da realidade.

Para a apresentação dos resultados aproprio-me das noções de forma, estilo, cultura e vida desenvolvidas por Georg Simmel, como subterfúgio (e refúgio) para tornar transmissível a experiência de pesquisa tramada em três capítulos. A noção de forma tomada, digamos, nos diversos níveis de formalização ou de objetivação do mundo. O estilo de vida enquanto formas compartilhadas ou pontos de aglutinação que

[83] BACON, Francis. Novum Organum. In: *Bacon.* São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores. p. 32.

promovem um distanciamento do indivíduo ou de um grupo de indivíduos de si mesmos, das coisas e do mundo. A noção de cultura entendida como aquelas formas estáveis de aprisionamento da vida, cristalizadas que estão à disposição dos indivíduos, não apenas de natureza individual, individualizante, mas supra-individuais e mesmo impessoais, tomadas como realidades objetivas e por isso mesmo, contraditórias em relação à vida: o ponto máximo da contradição em relação à vida. Esta seria algo pulsante, vibrante – Bergson considerava-a impossível ser captada pelo pensamento – e tão logo apreendida por nosso entendimento, já nos escapa em seu fluxo contínuo[84]. Na própria construção da narrativa, a ambigüidade fundamental entre vida e forma se expressa na organização do texto e na escolha dos trópicos do discurso: da metáfora da vida-nua pela forma até a ironia da impossibilidade de enunciação da vida como a própria forma de enunciação[85].

No primeiro capítulo, pretendo apresentar *(in)formações* preliminares procurando percorrer o conjunto das formas, dos vestígios que contêm os enunciados das configurações, com o qual pretendo dialogar para dar forma à minha própria experiência de interpretação dessa realidade dinâmica passada. Como operação historiográfica, esta realidade é compreendida como um complexo de atos de linguagem – de enunciações, enquanto eventos únicos no tempo e no espaço – incorporada aos enunciados objetivantes do discurso histórico [os nossos pés de chumbo, reconheçamos, à maneira baconiana]. Um capítulo de caráter introdutório cuja pretensão é apresentar as fontes em busca dos sujeitos que as produziram e dos meios que utilizaram para dar forma à vida como prática cultural[86], o que inclui a percepção, gestão, identificação e domínio do espaço. Aqui as formas são tomadas como metáfora da vida e as fontes como as possibilidades de contato mediado com a vida passada: quais delas estão disponíveis para consulta e em que condições de busca e compreensão? São as (in)formações que nos ocupam nesse capítulo.

Em seguida, no segundo capítulo, conhecidos os enunciado(re)s, pretendo observar mais de perto cada uma dessas formas escolhidas, interrogá-las analisando os

---

[84] « A vida está irredutivelmente destinada a não entrar na realidade a não ser pela forma de seu adversário, quer dizer, pela *forma*." SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II.* Paris: Payot, 1990. p. 258.

[85] Nas palavras do poeta "a gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita, começa a desconfiar que não foi propriamente dita". QUINTANA, Mario. *Caderno H*. 9.ed. São Paulo: Globo, 2003. p. 54; Nos dizeres do filósofo: "onde quer que o homem sonhe, profetize ou poetize, outro se ergue para interpretar". RICOEUR, Paul. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 26.

[86] Para Simmel, "as concepções sociais, as obras de arte, as religiões e os conhecimentos científicos, as técnicas, as leis civis e inumeráveis outras figuras/artefatos" SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II.* Paris: Payot, 1990, p. 229.

enunciados das cartas geográficas, dos jornais, da literatura, das correspondências, dos documentos públicos e eclesiásticos, da produção bibliográfica sobre a região, quase sempre sofrivelmente catalogadas e arquivadas. O que as fontes nos dizem sobre a dinâmica social cujas configurações espaciais identificadas foram até então enunciadas como o oeste de Minas, ou seja, como um espaço recortado e especificado como lugar e região? Como este espaço é nelas e por meio delas representado*?* Uma segunda incursão pelo dito, considerando sua relevância na denúncia das condições históricas do dizer algo sobre o que seja o oeste de Minas, seja como espaço geográfico, histórico, político, imaginário.

No terceiro capítulo pretendo ampliar a análise, reduzindo a escala, retomando o conjunto das fontes, dos enunciados, em busca de formas compartilhadas, reavaliando seu alcance no espaço e no tempo através de um exercício de análise sincrônica e diacrônica das formas. Momento em que será testada a hipótese de que em análises generalizantes, numa escala mais reduzida, as representações do oeste de Minas – mormente compartilhadas em configurações mais abrangentes que ocupam o interesse dos historiadores quase sempre nas representações que assumem um recorte vinculado à formação do estado nacional – estariam associadas à idéia/forma de sertão, operacional pela sua generalidade e, pelo mesmo motivo, desconcertante para um conhecimento do específico, do mais imediato. Seria possível aproximar a categoria sertão da idéia de estilo de vida de Georg Simmel, especialmente no que se refere ao seu grau de formalização e objetivação do espaço? Procurar-se-á discutir as implicações das possíveis respostas a essa questão verificando as (im)possibilidades de interpretação histórica[87] de fenômenos de especificação do espaço utilizando-se categorias homogeneizantes relacionadas determinas escalas e ponto de vista sobre o espaço geográfico, social e simbólico. Uma tentativa de compreensão da lógica que torna

[87] "(...) falar de interpretação, em termos de operação, é tratá-la como um **complexo de atos de linguagem** – de enunciações – incorporado aos enunciados objetivantes do discurso histórico. (...) [cujos componentes seriam] a) a preocupação em tornar mais claro, explicitar, desdobrar um conjunto de significações consideradas obscuras, visando uma melhor compreensão pelo interlocutor; b) O reconhecimento do fato de que sempre é possível interpretar de outra forma o mesmo complexo (...); c) a pretensão de dotar a interpretação assumida com argumentos plausíveis, possivelmente prováveis (...); d) a confissão de que, por trás da interpretação, subsiste sempre um fundo impenetrável, opaco, inesgotável de motivações pessoais e culturais, do qual o sujeito jamais acabou de dar conta. É desse complexo operatório que pode constituir a correlação entre vertente subjetiva e vertente objetiva do conhecimento histórico". (p. 351-352). A interpretação pode ser detectada em todos os estágios da operação historiográfica: [desde a escolha do tema], a consulta aos arquivos já constituídos, as formas de explicação/compreensão – a escolha dos níveis de análise, os percursos, a leitura das fontes, e por fim, a interpretação está presente na construção da representação pela escrita, pensada como uma intriga, narrativa, descritiva, em forma de relato de viagem. Cf. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. (p.351-352)

(im)possível enunciar o oeste de Minas como sertão e seus estereótipos – formas sintéticas, condensadoras, ao mesmo tempo reveladoras e produtoras de significados, nem sempre negativos ou denegridos precisamente em virtude do seu caráter esquemático e redutor que confere sentidos às ações sociais[88].

Por fim, pretende-se concluir o percurso reavaliando-o como estratégia para tentar tratar da dinâmica da vida[89] nos limites das formas trabalhadas, pretende-se refletir sobre a relevância dos significados encontrados para a compreensão da vida (analisada em diferentes escalas) por meio das formas de percepção do espaço criadas pelo homem moderno, dentre as quais, a própria formatação deste trabalho historiográfico.

A tentativa de apreender a vida passada, buscando sua potência na vida presente, informa, deforma, reforma, conforma a própria vida – portanto, como todas as formas analisadas no trabalho, têm em sua construção sérias implicações políticas, o que nos faz acreditar que a seu modo também a transforma a par da dúvida que incita e desafia o trabalho dos biógrafos: "*Evocar uma vida não é empobrecê-la?"*[90]. E mais uma vez inspirados na noção de vida e forma de Simmel, devemos (re)considerar a provisoriedade do trabalho historiográfico como uma das formas que escolhemos para experimentar a modernidade.

Portanto, os dois primeiros capítulos pretendem problematizar a idéia do oeste de Minas numa dimensão mais imediata. Partindo do específico, da superfície, e em seguida, desenvolver uma problematização mais "aprofundada" ou mais teórica da idéia de oeste de Minas – como forma de especificação do espaço – relacionando-a às representações do interior do Brasil como sertão – forma, estilizada, de generalização do espaço – noção mais consolidada e mais abrangente, seja pela sua recorrência nas fontes analisadas que às vezes se transforma num estilo de interpretação da história brasileira, seja pela multiplicidade de significados que apresenta.

---

[88] SEIXAS, Jacy Alves de. Linguagens do desconcerto: formas, estereótipos, esquecimentos (na cultura política brasileira). XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. História e Ética: Simpósio Temático e Resumos.. Fortaleza : Editora, 2009. v. 1. p. 18.

[89] Que vibra e teima em não ser acessível diretamente à percepção, por toda a sua complexidade e potência, nos termos de Simmel (SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II.* Paris: Payot, 1990. p. 230).

[90] Faço referência ao questionamento de Claudia Poncionci em relação ao processo de configuração do discurso biográfico e da articulação entre relato e história, durante sua incursão biográfica sobre o engenheiro francês Louis-Lèger Vauthier, apresentado no Colóquio Internacional Tramas e dramas do Político. Cf. PONCIONI, Cláudia. A arqueologia de uma biografia: Louis-Lèger Vauthier e os socialistas românticos franceses. *Colóquio Internacional Tramas e dramas do político: linguagens, formas, jogos*. 18-21 de outubro, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010. (caderno de resumos, p. 11)

Enfim, este trabalho até as suas considerações finais pretende enunciar a tese como uma possibilidade de resposta, provisória tanto quanto convenha a uma interpretação, à questão inicial: *quais contribuições a (re)leitura de espaços e tempos relegados nas narrativas da história brasileira poderiam dar à nossa compreensão de sua história, em seu duplo sentido?* Ao final desse percurso narrativo, pretende-se alcançar todas as etapas do exercício de *interpretação em história* proposto, no duplo sentido em que Paul Ricoeur utiliza o termo. No âmbito hermenêutico, como a forma final de uma reflexão sobre a operação historiográfica, ora dada por terminada depois de percorridas todas as suas fases (documental, de explicação/compreensão e representação). Ainda que o trabalho não tenha como objetivo principal *"indagar sobre a natureza do compreender que atravessa os três momentos"*[91] da operação que lhe constituiu enquanto tal, carrega as marcas da preocupação com a legitimidade dos conteúdos que apresenta, seja quando assume a pretensão de compreender determinado fato, as relações do homem como o espaço, ou de se fazer compreender, para nos lembrarmos das palavras de Paul Veyne[92].

*

Como poderá ser observado no próprio sumário do texto, há nos dois primeiros capítulos certo esforço consciente em evitar a associação voluntária do termo sertão às caracterizações do oeste de Minas, como espaço específico. Tal procedimento, ainda que seja uma experimentação narrativa não constitui negação de que esse território particular encerre características reconhecidas nas generalizações e estereótipos que a noção de sertão mobilizada.

É certo que se tivesse mobilizado as significações de sertão desde o trajeto inicial de descrição desse lugar específico teríamos economizado bastante esforço na tentativa de enunciar as características da região estudada. Esta noção tem se mostrado poderosa para granjear o reconhecimento do leitor, quando se tem o desafio de se apresentar a análise de fenômenos sociais e históricos localizados no interior do pais, distante das rotas geográficas mais conhecidas. No entanto, o leitor encontrará o resultado de um esforço contrário a esse procedimento já costumeiro que, se não contribui para o conhecimento a respeito da operacionalidade dessa categoria para a

[91] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 347.
[92] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70. p. 145.

pesquisa e a construção da narrativa sobre a história do Brasil, pelo menos, demonstra a dificuldade que temos hoje de pensar nossa relação com o espaço sem utilizá-la. Dito de outro modo: teremos mais uma evidência de que a noção de sertão é um elemento importante da nossa compreensão da realidade geográfica, social e histórica, seja porque ela possibilita um reconhecimento imediato do outro a quem nos reportamos ao narrar, seja porque ela simplifica a realidade de tal modo que a torna inteligível, comunicável, reconhecida e compartilhada – portanto, apresenta-se uma forma estilizada de nossa cultura.

Se por um lado essa forma cultural, tomada como objeto de investigação e conhecimento tem reposto constantemente a sensação de nos cultivar, quando nos propomos a adentrá-lo e a conhecê-lo, seja em viagens reais ou imaginárias, por outro, essa busca insistentemente reposta denuncia que hoje ainda é extremamente difícil abandonar o lugar geográfico, social e simbólico – a perspectiva, os significados e os pressupostos que o termo exige para que possamos utilizá-lo: olhar o objeto sempre de fora e de cima, embevecido com determinados valores, projetos e interpretações. E pela posição que ocupamos nos discursos fincados sobre tais valores, projetos e interpretações, que sugiro, que categorias como sertão nos remetem, não raro, encontramos dificuldade em assumir um ponto de vista crítico sobre nossa própria cultura, ora vista como artificial, descompassada, subserviente ou deslocada.

Considerando que muito já se escreveu sobre *sertão*, partindo dessa categoria a fim de se compreender espaços específicos como o oeste de Minas, ao longo do texto, proponho um esforço de interpretação inverso: das formas específicas de enunciação do oeste de Minas para as formas mais compartilhadas, tentando enxergar por entre uma dessas nuvens densas composta por vapores de alguns séculos que paira sobre o referente espacial da história brasileira ora cegando-nos, ora ofuscando nossa visão, ora inspirando-nos. Nuvens em vias de condensação que, por vezes molha nossas vidraças e afogam nossas certezas. Se for possível tratar a questão nestes termos, talvez ainda seja cedo para avaliar, mas, eis aqui o convite para acompanhar a instável situação em que se desenvolveu essa tentativa.

CAPÍTULO 1

(IN)FORMAÇÕES...



Quero saber sobre o oeste de Minas Gerais: procuro onde?

> *Em uma fábula um camponês à morte diz a seus filhos que há em suas terras um tesouro enterrado. Em conseqüência disso, os filhos escavam e reviram profundamente a terra por toda parte, sem encontrar o tesouro. Mas no ano seguinte a terra assim trabalhada produz três vezes mais frutos.*
>
> Georg Simmel, 1911[93].

Se o termo oeste de Minas Gerais pudesse ser tomado como metáfora da vida, como tal, já seria vida cindida e aprisionada posto que seja uma noção espacial que tende a enunciar a operação cognitiva de especificação da realidade. Um nome. Numa palavra: forma – à maneira de Georg Simmel filósofo – que, embora durável, tão logo estabelecida e elaborada, a próxima em gestação já está destinada a substituí-la, após um conflito mais ou menos longo[94].

Pretendo utilizar o termo oeste de Minas para designar uma imprecisão geográfica: nosso objeto de pesquisa. Representação de um espaço ainda destituído de formas ou ainda um recurso lingüístico para tratar de algo sobre o qual ainda não se tem informações específicas, para nos referirmos a uma situação anterior à percepção. E que sirva também para enunciar este mesmo espaço depois de percorrido todo o caminho de busca e análise de tais informações, como designação da forma final a ser dada a esse conjunto de dados (já assimilados por sucessivos níveis de consciência através da percepção). Um termo que possa servir para tratarmos de um mesmo terreno[95] antes e depois de vasculhado, escavado e revirado na busca de tesouros, tal como as terras da fábula de Georg Simmel. Que comporte tanto o sentido dinâmico do fenômeno pesquisado, a produção de formas de representação, significação e imaginação do espaço, quanto o movimento da pesquisa de que resultou nesse texto.

No entanto, é necessário reconhecer que essa categoria espacial não constitui neologismo – algo criado no terreno de uma abstração dogmática; e num sentido mais

---

[93] SIMMEL, Georg. Introdução de Cultura Filosófica (1911) apud. WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 20.
[94] SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II* [1901]. Paris: Payot, 1990.
[95] Considerando-se os elementos da parábola, o oeste de Minas poderia se entendido tanto como o terreno antes e depois da busca do tesouro (promessa e meio de produção se tomado como o recorte espacial da pesquisa) ou como o próprio tesouro procurado de uma forma e encontrado de outra (enquanto tema/problema).

imediato é compartilhada como designação corriqueira e fugidia que se refere a uma porção do espaço de Minas Gerais e mobiliza já determinadas significações e polêmicas quanto ao seu referente espacial[96]. Tentar identificar a direção a que nos conduzem as significações desse termo talvez fosse um bom começo para nossa viagem. Afinal, seria um modo de levar em conta a crítica já feita ao *"hábito de examinar e definir o que é uma coisa, antes de saber se ela existe."*[97] Assim, não se poderia começar definindo o que seja o oeste de Minas, mas procurando as formas pelas quais ele é significado e tem existência, dentre elas a forma Oeste de Minas. Nesse sentido, a rede mundial de computadores poderá ser útil por oferecer instrumentos de busca e ao mesmo tempo constituir um repositório de informações para uma primeira impressão do alcance dos sentidos que a categoria Oeste de Minas mobiliza atualmente. Pretende-se, pois, começar pelas percepções corriqueiras do espaço – pelas formas atuais de consciência, ainda que com a intenção de apreender as fases anteriores a ela, assim como os níveis de reflexão constituídos a partir da regionalização do espaço como Oeste de Minas.

Num sítio de busca popular da internet, a entrada Oeste de Minas dá acesso à aproximadamente 4.370.000[98] páginas. Considerando a impossibilidade de verificar com profundidade o conteúdo de cada uma delas para se observar à quais temas e significações esta entrada nos conduziria, foi possível perceber que era bastante recorrente uma dupla designação: Oeste de Minas e Centro-oeste de Minas. Evidentemente, poder-se-ia supor que a busca pelo primeiro termo incluísse os resultados de termos próximos, mas não necessariamente com a mesma significação, como por exemplo, Centro-oeste de Minas. Com a entrada específica *Centro-oeste de Minas* foi encontrado 1.260.000 páginas. Levando-se em conta a eficiência do sítio de busca, para se ter uma idéia de quantas delas utilizam o termo Oeste de Minas bastaria realizar uma subtração das páginas que utilizam o termo Centro-oeste de Minas: as páginas que utilizam a categoria Oeste de Minas eram

---

[96] Enquanto termo que se refere a uma trama de regionalizações, o oeste de Minas (utilizado como substantivo comum – iniciado com letra minúscula) pode ser entendido como uma "categoria científica do conhecimento", conforme os termos de Koselleck: conceito formado e definido pelo pesquisador para compreender uma realidade sem que sua existência tenha necessariamente lugar nas fontes. No entanto, como um dos elementos que compõem a trama o termo Oeste de Minas (utilizado com letra maiúscula) aparece como um conceito ligado às fontes, que já foi articulado na linguagem e encontra sua aplicação e sentido nos vestígios encontrados. Portanto, concordamos com o autor quando ele advoga ser necessário distinguir as maneiras de utilizá-lo, porque o mesmo termo designa o conceito e a categoria histórica que não estão necessariamente associados fora da nossa pesquisa. Cf. KOSELLECK, Heinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 306-307.

[97] "De onde se originam tantos e tão contraditórios despautérios? Só pode ser do hábito que os homens sempre tiveram de examinar e definir o que é uma coisa, antes de saber se ela existe." VOLTAIRE. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 32.

[98] Sítio de busca utilizado. *Google*. Consulta realizada dia 14 de março de 2009, às 9:56.

aproximadamente 3.110.000. Sua recorrência, portanto, era quase duas vezes maior do que a designação Centro-oeste de Minas. Mas quais seriam as significações e o referente espacial mobilizados por esta categoria? Quais delas interessariam mais de perto a uma pesquisa em história sobre as formas de representação do espaço?

Para tentar escapar com vida desse mar de generalidades, procurou-se especificar um pouco mais a busca, utilizando-se outros filtros anexando-se outros termos. Quando acrescentada a palavra *história* aos dois termos anteriores: *[do] centro-oeste de Minas* retornou 2.030.000 resultados; e com o termo [história do] *Oeste de Minas*, foram obtidos 1.390.000. Aqui, talvez, já seja possível um devaneio estatístico: curiosamente, a denominação Oeste de Minas aparece em 3.000.000 de páginas a mais do que a denominação Centro-oeste de Minas, englobando uma diversidade de conteúdos[99] e temas. Mas o número de páginas com conteúdos [ou entradas] ligados à entrada *história [do] Centro-oeste de Minas* é bastante superior. Uma conclusão preliminar: nos conteúdos publicados na rede mundial de computadores, quando o assunto é história, parece haver uma preferência por especificar o oeste de Minas como Centro-oeste de Minas.

Mas aqui já fazemos inferências sobre o conteúdo das páginas e, para tanto, é preciso uma leitura mais detalhada para saber mais sobre esses conteúdos ditos históricos, já que o termo pode mobilizar uma infinidade de temas: que assuntos são esses que aparecem como relacionados à história [do] Centro-oeste de Minas? Quais seriam seus referentes espaciais? Quais outras denominações relacionadas mobilizam? Usando uma das ferramentas do próprio sítio de pesquisa, pesquisamos ainda nos resultados obtidos acrescentando termos mais específicos, de acordo com nossos interesses de pesquisa como, por exemplo, referências a trabalhos acadêmicos como *dissertação de mestrado* ou *tese de doutorado*. Na busca por *história do Centro-oeste de Minas* e *dissertação* retornaram 40.600 resultados. Destes, apenas 405 foram considerados válidos pela ferramenta de busca e incluíam informações sobre trabalhos de história[100], muitos deles ocupados com as divisões espaciais do território mineiro[101], além de notícias sobre trabalhos de diferentes

---

[99] Por exemplo, desde verbete de enciclopédias a sítios de instituições públicas e privadas, sítios de jornais, revistas e redes de televisão.

[100] Por exemplo: AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. (Tese).

[101] MATINS, Marcos Lobato**.** *Regionalidade e História: reflexões sobre a regionalização nos estudos historiográficos mineiros.* In: XVI Encontro Regional de História de Minas Gerais, 2008, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos XVI Encontro Regional de História. ANPUH-MG. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008 autor de MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG*: 1870-1930. São Paulo: FFLCH-USP, 2004. (Tese de Doutoramento) em cujo trabalho critica as regionalizações do espaço mineiro, feitas tal qual VELLOSO, André e MATOS, Ralf. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais do VIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo

áreas das ciências humanas como a geologia regional[102], antropologia[103] e educação[104]. Resultados semelhantes foram obtidos como a entrada *doutorado.*

Nestes trabalhos referidos ou disponibilizados nas páginas eletrônicas há recortes cujas referências espaciais são: a) os territórios municipais como Abaeté, Biquinhas, Córrego Danta, Divinópolis, Dores do Indaiá, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompéu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Três Marias; b) divisões regionais baseadas em diferentes critérios: Região Central, Região de Três Marias[105], Alto São Francisco, Bacia san-franciscana, Terras de Joaquina do Pompéu, Margem Esquerda do São Francisco, Barra do Paraopeba, Nova Lorena, Extração Diamantina do Abaeté e do Indaiá, sertão oeste de Minas e sertão do Abaeté[106]. Essas são algumas denominações que, fazendo referência a diferentes recortes, baseado em critérios também diversos, povoam a mente daqueles que imaginam certo Oeste de Minas, e ainda que não saibamos a história de constituição da cada uma delas, já é possível imaginar a confusão/estranheza que se instala toda vez que se faz necessário localizar algum fenômeno ocorrido numa das áreas dessa região fugidia. Seria apropriado falarmos em uma região? Como poderemos iniciar a buscar informações sobre este espaço, atentando para a relação que os homens estabeleceram com ele? Diante de tantas denominações e investido de várias significações de um mesmo espaço, convém buscar orientação para elaborar um roteiro mínimo de viagem. Busquemos algumas informações...

Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988. v. 1, p. 195-227. RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das minas que não se esgotam*: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de mestrado). RODARTE, Mário Marcos Sampaio e GODOY, Marcelo Magalhães. Pródromos da formação do mercado interno brasileiro: um estudo de caso das relações entre capital mercantil, rede de cidades e desenvolvimento regional, Minas Gerais na década de 1830. In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. RODARTE, Mário Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de Paula; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. In: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, v. 7, n. 1, 2004, p. 7-45.

[102] MENDONÇA, Kátia Regina Nogueira. *Análise paleogeográfica dos sedimentos do grupo areado (neojurássico – neocretáceo) da bacia sanfranciscana, na carta topográfica de Presidente Olegário, Minas Gerais.* Belo Horizonte: Geologia Regional.UFMG. Dissertação de Mestrado, 20/08/1999. 73p.

[103] CALDEIRA, Vanessa Alvarenga. *Caxixó: um povo indígena feito de mistura.* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2006 (Dissertação de Mestrado)

[104] CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade. A passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais.*- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Neidson Rodrigues, 1999. (Tese de doutorado em Educação)

[105] SILVA, Gabriella Duarte. *O impacto da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos no desenvolvimento de municípios, o caso do reservatório da hidrelétrica de Três Marias.* Brasília. Universidade de Brasília: Departamento de Geografia, 2007. 136p. (Dissertação de Mestrado).

[106] Guimarães Rosa também faz uso desta denominação também comum do oeste de Minas, os sertões do Abaeté, quando, com Riobaldo rememora seus companheiros do tempo de jagunçagem com Zé Bebelo (Cf. ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 335). Aliás, o termo Sertões do Abaeté servindo de entrada para mais de duas mil páginas na Internet, quando associado ao termo centro-oeste de Minas, retornou mais de quinhentas páginas.

1.1 Nas cartas geográficas

No dia 20 de maio de 1971, o jornal local *Abaeté em Marcha,* trazia em seu editorial a informação de que um grupo de prefeitos do Centro Oeste de Minas[107] estivera em visita ao governador do estado, Rondon Pacheco[108]. O grupo composto pelos prefeitos de Abaeté, Paineiras, Biquinhas e Morada Nova de Minas tinha como objetivo persuadir o governador sobre a necessidade de *"integração das regiões da Grande Belo Horizonte, do Alto-médio São Francisco, do Alto Paranaíba, e do Estado de Goiás"*. Para tanto, reivindicavam seu apoio para a construção da BR-352 que faria a ligação entre a capital de Minas, Belo Horizonte, e a capital de Goiás, Goiânia. Segundo eles, esta ligação rodoviária iria *"beneficiar toda uma região esquecida dos governos anteriores"*[109]. Junto com o pedido, os prefeitos levaram dois documentos escritos: um estudo sobre a viabilidade ecológica, arquitetônica, econômica, política e social da estrada[110] e um mapa representando os lugares a serem integrados pela futura rodovia.

O mapa[111] [figura 1] especificava os pontos a serem conectados – sendo os extremos, Belo Horizonte e Goiânia – por meio de uma linha contínua para representar os trechos onde já existia efetivamente estrada pavimentada (entre Belo Horizonte e Pará de Minas) e rodovia já implantada, mas não asfaltada (entre Pará de Minas e Abaeté – Ipameri e Goiânia). Uma linha pontilhada simbolizava tão somente o desejo de ligação entre Abaeté e Ipameri [figura 1.1]. Expostas as justificativas sobre a viabilidade do plano, informava o jornal que o governador tinha se mostrado *"vivamente interessado*

---

[107] Conforme designação que constava no título de um documento que os prefeitos entregaram ao Governador do Estado: RELATÓRIO PRELIMINAR de Desenvolvimento Local Integrado de Abaeté. Abaeté/MG: 3P Pesquisas, Planejamentos e Projetos S/A, 1971, p. 2.

[108] Rondon Pacheco era advogado, natural de Uberlândia (MG), nascido em 31 de julho de 1919. Foi governador do Estado, eleito indiretamente, e exerceu o cargo durante a ditadura militar, de 1971 a 1975. O sitio oficial do governo de Minas rememora-o como um governador "empreendedor (...) [preocupado] em intensificar o ritmo do crescimento econômico de Minas, buscando realizar plenamente o modelo de desenvolvimento industrial já perseguido por alguns dos governadores que o antecederam. Durante sua gestão, o aparato de governo modernizou-se sensivelmente, entrando numa nova fase avançada de racionalização administrativa" (cf. MONTEIRO, Norma Góes (org.), *Dicionário Biográfico de Minas Gerais: Período Republicano:1889-1991***.** Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, Centro de Estudos Mineiros, 1994, 2 v). Em sua gestão foram instaladas desde modernas multinacionais no estado, até empreendimentos histórico-culturais bastante sugestivos como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA); Criação da Casa Guimarães Rosa em Cordisburgo; Instituição do prêmio literário Guimarães Rosa. Cf. http://www.mg.gov.br/portalmg/do/governador. Hipertexto. Acesso em 06 de jun. 2009

[109] O ABAETÉ EM MARCHA. Editorial. Abaeté, 20 maio 1971.

[110] ABAETÉ. *Rodovia – BR-352: Trecho Belo Horizonte/Goiânia: Reivindicação dos Municípios situados na sua área de influência*. Abaeté: Prefeitura Municipal de Abaeté. 1971 (mimeo.)

[111] [MAPA DA] BR/352. In: ABAETÉ. *Rodovia – BR-352: Trecho Belo Horizonte/Goiânia: Reivindicação dos Municípios situados na sua área de influência.* Abaeté: Prefeitura Municipal de Abaeté. 1971 (Anexo II) p. 16. A cópia dos documentos foi cedida gentilmente por Aloysio da Cunha Pereira, prefeito de Abaeté, na ocasião.

(...), passando a examinar no mapa, todo o traçado da rodovia, com a modificação pedida"[112], fazendo seus juízos dessa ligação.

Para além das questões políticas, econômicas e sociais envolvidas nessa reivindicação, permitam-me considerar mais de perto o mapa – ou a carta, como queiram[113] – sobre o qual confabulavam os políticos locais e o governador do Estado. O que essa *"representação da superfície terrestre"*[114] poderia informar sobre a história do oeste de Minas Gerais? Digamos que, como representação cartográfica, o mapa possa interessar ao historiador como fonte de informação sob pelo menos dois aspectos: o primeiro, mais imediato, diz respeito à sua importância como artefato cultural. Nesse sentido, o mapa em questão poderia ser tomado como um dos poucos registros materiais da existência de um plano de ligação entre Belo Horizonte e Goiânia, por meio de uma estrada diagonal que atravessasse o oeste de Minas Gerais, passando por Abaeté e Patos de Minas. Certamente, uma fonte preciosa para os interessados numa possível escrita de nossa extensa história "arqueológica" dos projetos que não saíram do papel, sejam eles ligados às políticas de modernização nacional ou às de desenvolvimento regional.

O segundo aspecto nos remete à sua condição mesma de registro-mediação da relação que os homens mantêm com o espaço, num sentido mais geral, ou sua relação com o espaço hoje correspondente ao oeste do estado de Minas Gerais. Desse modo, o mapa pode ser compreendido tanto como a materialização de uma idéia sobre o espaço quanto (produto da) configuração social que lhe tornou possível. Poderia nos informar sobre as relações, digamos, sócio-espaciais as quais, naquele momento (década de 1970), aqueles políticos estabeleciam: das tramas sociais de que participavam, das relações com o lugar inscrevendo-o como Centro Oeste de Minas Gerais[115],

---

[112] O ABAETÉ EM MARCHA. Editorial. Abaeté, MG, 20 maio 1971.

[113] Informam os geógrafos que em países de língua inglesa a diferenciação entre carta e mapa é imprescindível, sendo o mapa referente a terrenos descobertos e cartas a terrenos submersos, ambos tratando da parte sólida da superfície terrestre. Já em língua francesa, como na alemã, a palavra carta seria a única utilizada. Em português, os termos são utilizados muitas vezes como coincidentes. Identifica-se, no entanto, uma propensão, em nossa língua, em utilizar o termo mapa para um documento mais simples ou mais diagramático e carta para um documento mais complexo ou mais detalhado – como uma carta topográfica [carta ao milionésimo]. Cf. OLIVEIRA, Cêurio de. *Curso de Cartografia Moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 23.

[114] Aqui, continuo seguindo as informações da cartografia: "um mapa é a representação, sobre uma superfície plana, folha de papel ou monitor de vídeo, da superfície terrestre que é uma superfície curva" JOLY, Fernand. *A cartografia.* Campinas: Papirus, 1990. p. 7.

[115] Ou ainda, nos termos do documento, zona fisiográfica do Alto São Francisco. Conforme a divisão regional de Minas Gerais em zonas fisiográficas de 1941 realizada pelo IBGE, e a divisão em micro-regiões homogêneas, fundamentada nos conceitos da geografia teórico-quantitativa, cujos critérios de regionalização eram agrupar áreas com certa unidade de combinação de elementos geográficos, naturais, sociais e econômicos. (cf. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas – 1968. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970).

compreendendo-o como *"a região mais interiorizada (...) a região mais central"*[116] de Minas Gerais, conforme designação do relatório que acompanhava o mapa entregue ao governador. Detenhamo-nos um pouco mais nesse ponto.

Afinal, o que um mapa representa? Talvez os cartógrafos dissessem que representa a realidade a partir de determinada escala relacionada ao enquadramento ou à escolha dos elementos da superfície terrestre. Quem sabe chegassem à idéia de que se trata de um processo de regionalização orientado por determinados fins – político-econômicos, como parece ser o caso em discussão. Os devedores da filosofia da paisagem de Georg Simmel talvez compreendessem que o pontilhado no mapa representasse a própria vontade de ligação entre dois pontos[117], percebidos na natureza, portanto, como separados: materialização de uma associação que, segundo o autor, vem sempre acompanhada de uma dissociação. Compreendido dessa forma, o mapa poderia ser visto como um registro material da capacidade daqueles sujeitos de produzir cultura[118]: o *"símbolo da extensão de nossa esfera volitiva no espaço"*[119]. Assim, a linha que une os dois pontos extremos do mapa – Belo Horizonte e Goiânia – seria a forma resultante de um duplo movimento: da união e da separação de algo que, em si mesmo, ainda acompanhando o raciocínio de Georg Simmel, antes dessa operação, não estaria separado nem junto[120].

Considerando a validade desse raciocínio, a rodovia traçada no mapa, a despeito de não ter sido concretizada até hoje, pode ser tomada como uma forma cultural, nos termos de Simmel: a coagulação do movimento imaginado por aqueles políticos que supunham nova dinâmica regional após a sua ligação com Belo Horizonte e a capital de Goiás, Goiânia. O mapa poderia então informar ao historiador sobre essa dinâmica social, essa configuração – literalmente o mapa "in*formava*" – colocava o oeste de Minas como "dentro", entre dois pontos da dinâmica social. Nesse sentido, ele já nos remete ao modo

---

[116] O CENTRO OESTE DE MINAS. Abaeté, MG, 21 maio 1972. p. 1.

[117] Os próprios cartógrafos se aproximam dessa idéia, não apenas quando enfrentam as dificuldades de projeção da superfície curva da terra, para a superfície plana do mapa, para as questões de escala, ou quando atentam para as questões da linguagem simbólica utilizada no mapa, ou ainda quando reconhecem que nenhum mapa é neutro e, mais do que uma reprodução fiel da superfície terrestre, "ele transmite uma certa visão do planeta, inscreve-se num certo sistema de conhecimento e propõe uma certa imagem do mundo, quer se trate da terra inteira ou do meio ambiente imediato" (JOLY, Fernand. A cartografia. Op.cit. p. 10.)

[118] "Diante da natureza, "só ao homem é dado associar e dissociar" SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. p. 11.

[119] SIMMEL, Geog. A ponte e a porta. p. 11

[120] Aqui o autor demonstra sua dívida com a noção kantiana do espaço, que o considera, assim como o tempo, não uma dimensão objetiva da realidade, mas "a condição subjetiva da sensibilidade sob a qual só nos é possível a intuição externa". Uma forma sintética a priori da percepção. Cf. KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkin, 1985. Simmel considera a natureza como um continuum uniforme [ou sem forma], sem fronteira, algo que lembra o *númeno* kantiano e esta natureza/vida ganhando forma pela separação/ligação como um fenômeno (matéria e forma). Contudo, Simmel se distancia de Kant quando defende a historicidade dessas formas, para ele "ao mesmo tempo analíticas e empíricas" (Cf. VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru.SP: Edusc, 2005, p. 58).

como esses sujeitos se identificaram aos seus lugares de origem e às funções do espaço na construção de identidade social.

Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas e Paineiras – área contígua que fez parte do município de Abaeté, até pelo menos 1923[121] –, no mapa apresentado ao governador, eram identificados como pertencentes a uma área interior e intermediária. Nessa posição, podem ser vistos tanto como espaço de ligação, quanto área de isolamento. Na própria justificativa da necessidade da rodovia está explicitada a percepção do oeste de Minas como lugar isolado, ilhado.

> Somente com a implantação dessa rodovia, esta região terá condições de desenvolvimento. Abaeté está ilhada entre as rodovias BR 262 e BR 040, a cerca de 100 km de cada uma, e de outro lado pela barragem de Três Marias, onde somente uma precária barca tem condições de transporte. Pela supressão de ramais deficitários de ferrovias, Abaeté teve a retirada de duas estações da Viação Férrea Centro-Oeste de seu município, ganhando em troca a implantação do trecho da rodovia MG-149, de Pitangui a Abaeté, com cerca de 90 km de estrada de terra, faltando a ligação entre Pitangui e Pará de Minas, já que a atual é precária[122].

Se a dinâmica social e política dos anos 1970, voltada para o desenvolvimento econômico e orientada pela ideologia da segurança nacional[123], posicionava dessa forma o oeste de Minas, o mapa apresentado era uma nova proposta de informação, no sentido de descrever uma situação, mostrando *"a necessidade de polarizar internamente o Estado dada a carência de integração econômica existente"* – dar notícias das forças sociais atuantes no momento, como também informar no sentido de instituir uma nova configuração, orientando o *"desenvolvimento para dentro, diminuindo a situação de dependência em relação aos Estados vizinhos"* [124].

---

[121] Ver o Mapa do Município de Abaeté em 1923 [figura 23].

[122] O ABAETÉ EM MARCHA. Editorial. *O Abaeté em Marcha*: órgão oficial do município de Abaeté. Abaeté, MG, Ano I. n. 8, 20 de jul. de 1971. p. 1.

[123] A política de transportes do Governo Militar levava em "consideração, as prioridades de caráter geopolítico, social, administrativo e de colonização pioneira". (MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional*. 1971. p. 34) A BR-352, já havia sido vetada quando foi aprovada a lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, restabelecida pela lei nº 5356 de 17 de novembro de 1967. No pré-projeto de reformulação do Plano Nacional de Viação, ela voltou a ser cogitada, entretanto, ainda uma vez, ficaria de fora das prioridades do governo militar, que "continuou a acelerar o desenvolvimento econômico, considerando, sempre, porém, as necessidades imperiosas da Segurança Nacional e da Integração Territorial". (MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional* 1972, p. 25). Para uma visão dos aspectos logísticos e econômicos dos programas de transportes dos governos militares Cf. BARAT, Josef. *Logística, transporte e desenvolvimento econômico*. São Paulo: CLA Editora, 2007. v.1. p. 15-16.

[124] O ABAETÉ EM MARCHA. *Editorial.* Abaeté, MG, 11 mar. 1972. p. 1.

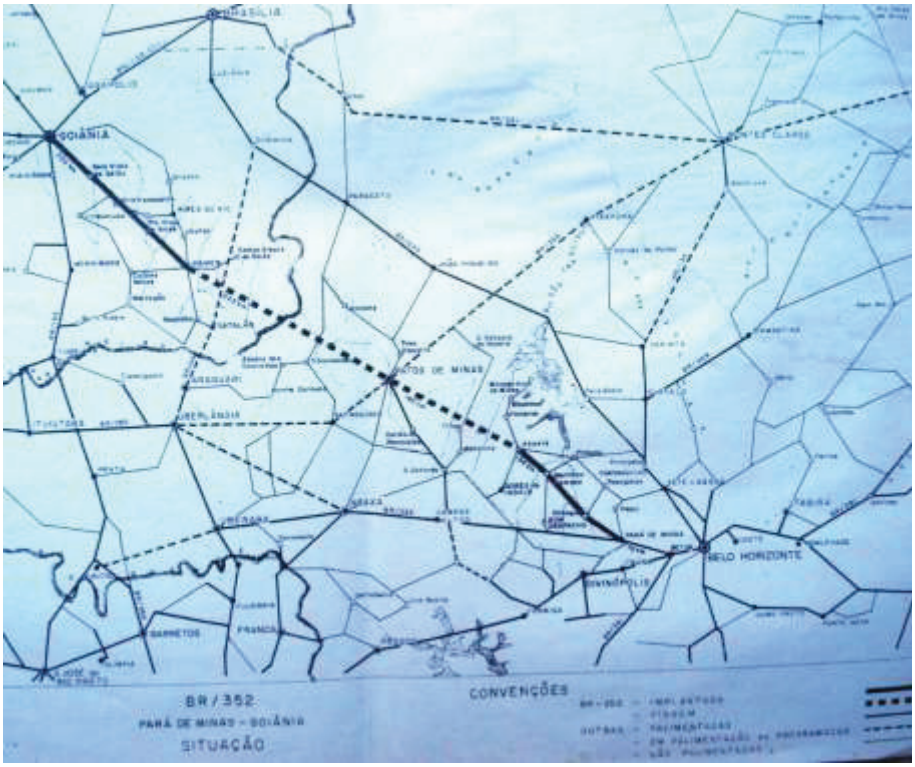


FIGURA 1: MAPA da situação da BR-352: Pará de Minas a Goiânia. [Plano Nacional de Viação de 1971].

FONTE: [MAPA DA] BR/352. Pará de Minas a Goiânia.. Sem autoria. Sem escala. In: ABAETÉ. *Rodovia – BR-352: Trecho Belo Horizonte/Goiânia: Reivindicação dos Municípios situados na sua área de influência*. Abaeté: Prefeitura Municipal de Abaeté. 1971. (Anexo II) p. 16.

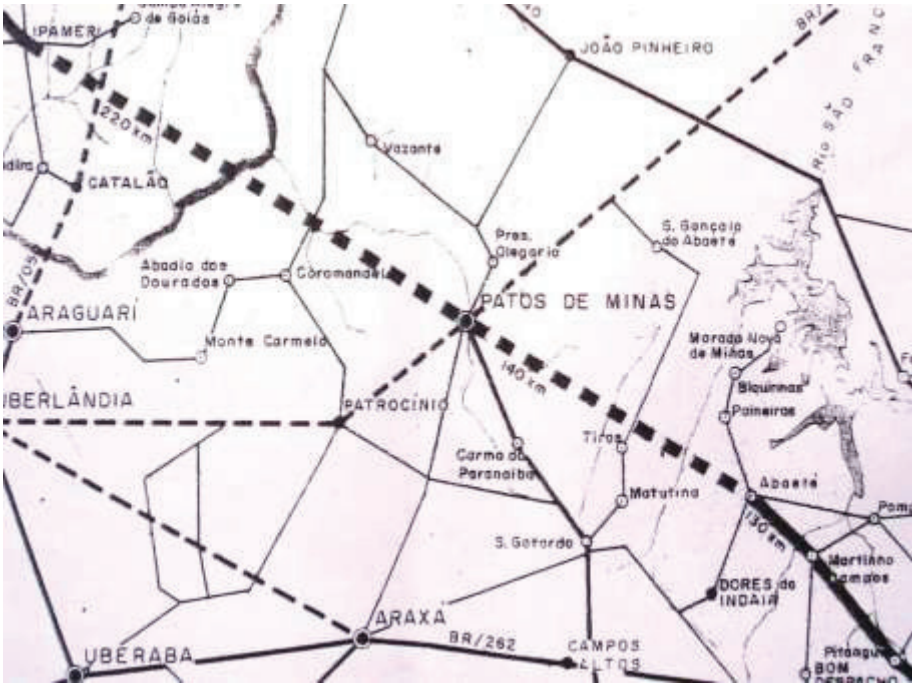


FIGURA 1.1: Linha pontilhada simbolizando o desejo de ligação entre Abaeté e Ipameri, trecho planejado.

FONTE: [MAPA DA] BR/352. Pará de Minas a Goiânia (Detalhe). In: ABAETÉ. *Rodovia – BR-352: Trecho Belo Horizonte/Goiânia: Idem.* 1971. (Anexo II) p. 16.

As questões específicas da configuração das forças sociais e políticas que atuam na produção dessa forma de representar o oeste de Minas dos anos 1970 merecem detalhamento específico. Por ora, é importante atentar que as configurações são móveis, as formas que produzem são históricas porque, ainda que apresentem uma duração, podem ser deslocadas ou ressignificadas[125]. Haveria outras formas de representar este espaço? Quais outras representações cartográficas poderiam nos informar sobre outras configurações sociais do oeste de Minas? Enfim, o que as cartas geográficas podem nos dizer sobre as relações do homem com o espaço?

É desnecessário dizer que não pretendemos inventariar todas as representações cartográficas do oeste de Minas, alimentando a crença de que seja possível uma história de todas as suas configurações sociais. A idéia parece impraticável não somente pela extensão da pesquisa – por mais delimitado que possa parecer, digamos, esse recorte espacial, e por mais limitadas que sejam as produções cartográficas disponíveis[126] que representam este espaço – mas, sobretudo, porque esse inventário teria como pressuposto uma relação pouco provável entre as cartas geográficas e as configurações sociais. Não é possível dizer que todo novo mapa pressupõe necessariamente uma nova configuração social, por mais distantes – aqui não consigo me abster de uma categoria espacial para enunciar o raciocínio – que se encontrem no tempo. Se fosse possível conhecer a "real" dinâmica social do passado por outros meios que não pelas formas duráveis que ela produziu, disponíveis no presente, talvez até se pudesse concluir que cada nova configuração social demandasse novas formas de representação do espaço, dentre elas incluindo-se os documentos cartográficos de que estamos tratando.

Como não convém esperar por tanto e utilizando vocabulário mais próximo de como se tem tratado o problema epistemológico do conhecimento histórico, poderíamos dizer que para que as cartas geográficas nos informem sobre a história do oeste de Minas Gerais, é

---

[125] Aqui o sentido de formas se aproxima da compreensão que os historiadores da leitura têm tido do livro enquanto produção cultural que surge em determinado "contexto" e é apropriado em outros, assumindo distintas significações. Cf. as noções de produção, representação, apropriação, ressignificação em CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, Abr. 1991.

[126] A pesquisa sobre as representações cartográficas que retratam particularidades do oeste de Minas nos permite tomar como válidas para essa região as observações que Costa et al (2004) fez para o conjunto das projeções cartográficas de Minas Gerais, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, quais sejam: "Estudar a cartografia mineira impõe despir-se de uma série de conceitos e preconceitos. O primeiro é de que essa produção era diminuta e severamente sufocada pelos portugueses. A história da ocupação territorial e da exploração do território mineiro se confunde com a própria necessidade de conhecer e delimitar este território expressa em documentos de natureza cartográfica: são roteiros, relações, mapas, esboços, plantas, borrões, desenhos (...) o segundo é o de que o estágio da ciência cartográfica em Portugal era embrionário e atrasado em relação aos vizinhos europeus". Cf. COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. 244p.

necessária uma operação técnica para torná-las fontes. Nos termos de Michel de Certeau, reconhecer que *"em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. (...) Nova distribuição cultural (...) mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto."*[127] Nada muito fiel à configuração social que lhe deu origem e nem muito distante das demandas sociais do próprio historiador. A par disso, será produtivo visitar algumas representações cartográficas produzidas em momentos históricos distintos como primeiro passo para tentar surpreender outras configurações sociais. Procedimento de importância relativa, tal qual uma boa intriga exigiria[128].

Das representações cartográficas produzidas no chamado período colonial: roteiros, relações, mapas, esboços, plantas, borrões, desenhos, poucas delas lidam com elementos do oeste de Minas Gerais. De algum modo isto facilita a operação de seleção cujo critério principal, muitas vezes, consiste na possibilidade de consultá-las. Até o século XVIII, por exemplo, há apenas algumas referências incertas sobre a existência de roteiros clandestinos como o do *Descoberto da Gameleira ou dos Três Irmãos,* conforme informação de Vieira do Couto e do Barão de Eschwege[129]. Mas as notícias desses roteiros enunciam muito mais as forças que motivavam os garimpeiros clandestinos setecentistas que exploraram a região do rio Abaeté em busca de ouro – e depois de diamantes – do que aquelas de seus possíveis produtores. Vieira do Couto dava notícia de que, ainda em 1800, a fama entre os moradores vizinhos àqueles lugares existia ainda viva e que parecia "*até com o tempo ter tomado maior vigor: vivem todos enthusiasmados com estas esperanças; conservam estes roteiros, e sabem-nos de cor; são suas conversas de dia, e seus sonhos de noite."* [130]

Ao analisar as versões do achado do Diamante do Abaeté, José Alves de Oliveira (1970) colocou em dúvida a existência do roteiro do *Descoberto da Gameleira ou dos Três Irmãos,* mas escreveu que *"é fora de dúvida que, pelo menos, a fama do roteiro e os boatos correntes, quanto a suas particularidades contribuíram de maneira decisiva para a entrada de que resultou o encontro da pedra*"[131]: o 'lendário' Diamante do Abaeté[132], achado do final

---

[127] CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 81.
[128] Refiro-me à noção de intriga em VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1971. p. 44-45.
[129] COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes [1801]. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa oficial. ano X, fasc. I e II, jan/jul, 1905; ESCHWEGE, W.L. von . *Pluto Brasiliensis*.São Paulo: USP; Minas Gerais: Itatiaia. 1979. p. 106.
[130] COUTO, José Vieira. *Memória sobre as minas...* op. cit. p. 140.
[131] OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 44.
[132] Sobre o Diamante do Abaeté [ver item 1.5]: Cf. PRÊMIOS aos descobridores do diamante do Abaeté. Documentos diversos. Revista do *Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto. Ano II, 1897, p. 41- 43. COUTO, José

do século XVIII. Até esta época, portanto, o oeste de Minas não é território que mereça da cartografia portuguesa uma representação temática em escala grande: é o que se depreende da dificuldade de encontrar, hoje, vestígios de representações desse lugar específico.

Na pequena escala dos mapas que retratam o Brasil, até a primeira metade do século XVIII, está representado quando muito como parte do espaço da *Brasilia barbarorum*, nos termos dos mapas do final do século XVI[133]. Enfim, no que se refere às formas cartográficas, não se descompõem os elementos pelo pensamento e não há projeção da vontade humana [ligada à cultura européia] sobre aquele espaço de modo que ele figurasse como uma região: portanto era *in*forme, no sentido mesmo que sustentam muitas outras representações mais recentes que se baseiam numa idéia presente na cartografia de que quanto mais "cartografado" um espaço maior seu grau de "civilização"[134], entendida evidentemente nos termos da cultura ocidental – apropriação simbólica do espaço, conforme suas formas de pensamento[135]. Mas ainda não temos informações que nos permitam avançar nessas questões. O máximo que se pode avançar até agora é na idéia de que, até a primeira metade do século XVIII, pelo menos, não há projeção da vontade dos exploradores europeus sobre o oeste de Minas e suas atenções estavam voltadas para outros pontos do espaço, pelos lugares onde tinha sido encontrado ouro já desde 1694 até os rios e córregos como o do *Piranga (Duarte Lopes), e Ouro Preto (Manoel*

Vieira. Memória ...[1801], op. cit.; VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro. Memória sobre a capitania de Minas Gerais: Breve descripção geográphica, phisica e política da capitania de Minas Gerais [1806]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Ano VI. Fasc. III e IV, jul-dez. 1901. p.757-853 [ver p. 787]; ESCHWEGE, W.L. von . *Pluto Brasiliensis*. op.cit. 979. p. 106; BATISTA, José Marciano Gomes. Um diamante do Abaeté. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 513-515. SILVA, Joaquim Antônio Gomes da Silva. *Excavações ou apontamentos históricos da cidade de Pitanguy* [1893, 1902 pela RAPM]. Pitanguy/Minas Gerais: Tipografia aurora, 1919.

[133] Cf. MAPA Geral do Brasil de Domenico Capasso que em 1730, no espaço hoje reconhecido como oeste de Minas ou Alto São Francisco, representa uma grande lagoa de onde, supostamente nasceria o referido rio. Cf. [MAPA GERAL DO BRASIL]. Domenico Capasso. [1730] 1 mapa ms: desenho a tinta ferrogálica e aquarelado; 37 x 57cm. em f. 48,8 x 58,5cm. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,02,016. [figura 2]

[134] Faço referências a idéias como: "O nível de uma civilização pode ser medido pela qualidade de sua representação cartográfica. Os mapas sempre estiveram presentes no registro das conquistas primitivas, na expansão dos territórios, no registro das riquezas naturais, na descrição de fatores históricos, nas conquistas espaciais, na luta pelo controle ambiental e na busca do lazer". RODRIGUES, David M. S.. *O espaço Geográfico de Minas Gerais: uma visão cartográfica*. Belo Horizonte: Governo de Minas, IGA, Fapemig, 2002. p. 44.

[135] Considerando a idéia de Michel de Certeau a respeito da articulação que a história faz transformando "em cultura os elementos que extrai de campos naturais" (CERTEAU, Michel. op. cit. p. 80) poder-se-ia mesmo aproximar essa idéia daquela da necessidade de se escrever a história do oeste de Minas, tal como se apresenta em BARBOSA (1970) ou em MATA-MACHADO quando este fala da escrita da história do noroeste de Minas como condição de civilização da região. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s.ed., 1970; MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1960-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

Garcia, Antônio Dias e Pe. João de Faria) e de Sabará (Manoel de Borba Gato), no final do século XVII, como fruto tardio do regimento das Minas de 1603[136]*."*

A própria dificuldade de encontrar representação cartográfica específica das terras a oeste do Rio das Velhas, anterior à segunda metade do século XVIII, talvez possa informar sobre as configurações sociais desse período: veja-se, por exemplo, *A Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do serro do frio com as novas minas de Diamantes* [figura 3], feita pelo Capitão-mor da Capitania de Minas Gerais Joseph Rodrigues de Oliveira, oferecida ao Cardeal da Mota, em 1731[137]. Ainda que o oeste de Minas não esteja representado nesta carta, a escala escolhida, bem como o nível de conhecimento do território enunciado no detalhamento do espaço físico, sugere que o oeste já pudesse ser conhecido suficientemente para ser mapeado: mesmo que não tenha sido.

Para além da Vila de Pitangui, sobretudo o outro lado da margem esquerda do São Francisco, parecia à sociedade colonial tratar-se de um espaço fronteiriço, para o qual não se voltava a atenção. O mapa produzido por Diogo Soares em 1734/35[138] fortalece a idéia de que, até aquele momento, o espaço entre os rios Pitangui (atual Rio Pará) e o Rio São Francisco era o limite das terras conhecidas e a exploração aurífera a principal motivação para conhecê-las e discerni-las. A regionalização do espaço tinha como critério predominante, informava o título do mapa, a existência das *"minas de ouro"* e *"dos diamantes"* e dos caminhos que ligavam estas regiões, cortando terras à direita do rio São Francisco[139].

Contrapostas essas formas de considerar esse espaço com aquela dos prefeitos da região, em 1970, não é difícil perceber as modificações na relação do homem com o espaço, nessa longa duração: não apenas pela mudança das áreas de interesse, mas também pelos critérios de regionalização. Se na projeção cartográfica dos prefeitos de Abaeté, Biquinhas e Morada Nova de Minas, dos anos de 1970, o oeste de Minas era tido como

---

[136] COSTA, António Gilberto et. al. *Cartografia das Minas Gerais*...op.cit. p. 100. O autor faz referência ao Regimento das Minas, Lei que facultava a busca e o descobrimento de minas a qualquer pessoa, inclusive em terrenos alheios, condicionado unicamente ao pagamento do quinto Cf. COSTA, António Gilberto et. al. *Cartografia das Minas Gerais*...op.cit. p. 99; Regimento das Minas de 15 de agosto de 1603 (de D. Felipe II) reproduzido na íntegra em ESCHWEGE, *Pluto brasiliensis*. v. 1. op. cit. p. 83-92.

[137] CARTA TOPOGRÁFICA das terras entremeyas do sertão e destrito do SERRO DO FRIO com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentíssimo Senhor CARDEAL DA MOTA. Por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, capitão mandante dos dragões daquelle estado. 1731. 48,1 x 59,5 cm. Aquarela colorida. AHex. (n. 06.01.1135; CEH 3193). Apud. COSTA, António Gilberto et. al. *Cartografia das Minas Gerais*...op.cit. Pasta.

[138] [MAPA abrangendo a região entre o alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba, o Rio Pitangui (atual Pará) e o Rio São Francisco]. Região das Minas de Ouro. 19º-20º 30'S. Diogo Soares. ca.1734/5. Publicado em COSTA, António Gilberto et. al. *Cartografia das Minas Gerais*...op.cit. Pasta. Folha 2.

[139] Os caminhos de São Paulo ou do Rio de Janeiro para as minas de ouro, em Vila Rica, ou para as diamantíferas até o Tijuco [Diamantina], quanto os caminhos da Bahia, passando pelo *"Caminho Geral do Certão"*, até Vila Rica, passando pelo Tijuco, Vila Nova e Sabará, todos eles ficavam à direita do rio São Francisco, na barra do Rio das Velhas. Cf. COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Cartografia da conquista ...o*p. cit. p. 48-50.

a área que entremeava dois pontos de interesse definidos – Belo Horizonte e Goiânia – na Carta de 1731, as terras *"entremeyas"* eram aquelas entre os *sertões despovoados* e o distrito do Serro Frio, "*com as novas minas de diamantes*". Nesse sentido, observa-se um deslocamento da percepção da separação do espaço, não apenas porque o entremeio teria outro referente, como também os critérios para a separação entre os dois pontos teriam referenciais distintos. Parece não ser necessário maior esforço de análise para se pensar em configurações sociais distintas.

Por outro lado, há indícios de que essas configurações sociais, separadas no tempo por mais de dois séculos e meio, possam guardar proximidades, digamos, no seu "*padrão social de pensamento*"[140]. As cartas podem ser diferenciadas quanto ao objetivo e à escala – a carta topográfica[141] de 1731, por exemplo, tem como objetivo representar os cursos de água, os acidentes geográficos, os locais de mineração, os núcleos de povoamento colonizador, os caminhos terrestres, dentre outros, enquanto a carta de 1970 tem como único objetivo apresentar a malha rodoviária materializando as expectativas locais de inserção no projeto "integração" nacional caro à política de segurança nacional da época da ditadura. No entanto, nos procedimentos de significação do espaço, na distinção de elementos e na vontade de ligação, parece resistir uma semântica do *"entremeio"* nas formas de enunciação dessa relação. Mas, esse enunciado mobiliza os mesmos sentidos e sentimentos em relação ao espaço? Isso é algo que precisa ser mais bem investigado.

No mesmo ano em que foi feita a *Carta Topográfica* do Capitão-mor Joseph Rodrigues de Oliveira, 1731, três anos depois da notificação da existência de diamantes no Arraial do Tejuco [hoje Diamantina], nascia na ilha terceira, bispado de Angra dos Reis, um dos responsáveis pelas primeiras representações cartográficas mais detalhadas do oeste de Minas: Inácio Correia Pamplona. Em 1769, ele teria encomendado um conjunto de mapas retratando suas ações de civilização da região oeste de Minas a mando do Governador José Luis de Meneses Castelo Branco e Noronha. Ainda que sua expedição não tenha sido a

[140] Aqui utilizo uma expressão de Norbert Elias, de modo bastante deslocado de seu contexto original. O autor fala de padrões sociais de pensamento para se referir a formas de pensamento do mundo consideradas válidas – especialmente pela comunidade científica – fazendo uma crítica às ciências humanas cujos padrões válidos ainda seriam precários, o que, segundo ele, dá margem a "fantasias sem as reconhecermos como tal" (ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia.* p. 27.). Com o termo quero me referir às formas de percepção do mundo consideradas válidas. Simmel falaria em formas sociais compartilhadas, um estilo de vida. (Cf. SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris: Puf, 1986. Especialmente capítulo 6.)

[141] Para os geógrafos, uma carta topográfica é assim definida "pela escala média e elaborada mediante um levantamento original, ou compilada de outras (...) em escala maior e que inclui os acidentes naturais e artificiais (...)". OLIVEIRA, 1993. op. cit. p. 34.

única a ser realizada em seu tempo, no oeste de Minas[142], quando parecia importante caçar negros fugidos, combater índios bravios e procurar novas áreas de mineração, frente à "decadência" das regiões mineradoras, ela foi uma das primeiras a produzir representações cartográficas do oeste de Minas[143]. Estes mapas, anexados ao final do relato da viagem, contêm importantes informações sobre a configuração do oeste de Minas daquele momento.

A própria dificuldade de encontrar mapas produzidos sobre este espaço específico, até a primeira metade do século XVIII, talvez tenha contribuído para que os historiadores cristalizassem as representações do oeste de Minas como um *"espaço ainda desordenado"* entregue às feras[144] – visão dominante entre aqueles que, ainda hoje, lidam com este período da história da região. O *Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignácio Correya Pamplona, Regente chefe da Legião*[145] [figura 4], representando o oeste de 1769, foi feito por Manuel Ribeiro Guimarães. Veio a lume em 1784, quinze anos depois da principal expedição realizada pelo mestre de Campo, a mando do Conde de Valadares[146]. O mapa fruto desta expedição, além dos outros registros que ela deixou[147], aparece como um dos importantes indícios de que naquele momento a "civilização" estaria sendo levada à

---

[142] O próprio Ignácio Correia Pamplona havia estado na região em 1765, a mando do Governador Luis Diogo Lobo da Silva, além do próprio governador que, numa viagem de 356 léguas pelo interior da colônia, teve sua atenção voltada para as bandas da Picada de Goiás. (Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918, p. 181; SOUZA, Laura de Melo e. Norma e Conflito. *Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999. p. 115-116). No governo do Conde de Valadares (1768-1773) também foi encarregado de missões de exploração na região o capitão Inácio de Oliveira Campos, casado com Joaquina do Pompéu. (Cf. NORONHA, Gilberto Cezar. *Joaquina do Pompéu.* 2007. p. 95).

[143] No que se refere aos quilombos surgidos na região, os estudiosos fazem referência a um mapa do Campo Grande produzido em expedições paulistas, ainda em 1763. No entanto, este mapa representa os afluentes do Rio Grande e, ainda que as técnicas cartográficas (numerando os quilombos, projeção invertida) sejam muito semelhantes às utilizadas nos mapas de Pamplona, este representa apenas as cabeceiras do Rio São Francisco e Goiás. MAPA de todo o Campo Grande, tanto da parte da Conquista, que parte com a campanha do Rio Verde e São Paulo, como de Pihui, Cabeceiras do Rio de São Francisco e goiases. Desenhado pelo Capitão Antônio Francisco França. 1763. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Coleção da Família Almeida Prado. Cf. cópia em http://www.mgquilombo.com.br/imagens/kilombo1.html . Acesso em 05 junho 2009.

[144] Destaco: SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e conflito*... op. cit. p. 124, de quem retiro a expressão e AMANTINO, Márcia. *O Mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais*, século XVIII. São Paulo: Annablume Editora, 2008. v. 1. 260 p.

[145] MAPA de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q' parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyras do Rio de S. Francisco, e Goyases na entrada que se fez para os certoes das conquistas do Campo grande por ordem do Ilmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am Antônio Francisco França; Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona. Por Manuel Ribeiro Guimarães. Cf. COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Op. cit. 2004, p.180-181, 184., 1784 (cópia). (AHU)

[146] Sobre esta expedição, ver o Arquivo Conde de Valadares. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Códice 18,3,1-7. Sobre Inácio Correia Pamplona e as suas entradas no sertão do oeste, entre as décadas de 1760 e 1780, ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*, p.117-137.

[147] Como o documento anônimo: NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. – Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988, p.47-113 e outros mapas dos sítios e tratados quilombolas, anexados ao documento.

fronteira[148]. Nesse sentido, poder-se-ia interpretá-lo em seu significado pleno de forma cultural, resultado e registro de um ato civilizador, porque localizava, nomeava, reconhecia os elementos naturais: os rios (como o Pará, São Francisco, Indaiá, Abaeté), ribeirões (como o do Desterro, do Espírito Santo, Jorge Grande e Jorge Menor, Marmelada), serras (como a Serra Negra, a Serra da Marcela e do Manga), os morros e as matas (Mata da Corda), e também, digamos, os produtos da cultura: religiosa – capelas (como a do Espírito Santo de São Francisco de Paula e a do Santo Antônio de Diogo Lopes); agropastoril – fazendas (como a da Glória, dos Ferreiros, da Babilônia); geopolítica – marcos (como os próximos da barra do Pará e das nascentes do ribeirão Marmelada, fincados pela Câmara de São José). Também localizava e nomeava os destacamentos (como o da Barra do Pará, o Destacamento das Marmeladas), as estradas (como a Estrada para o Rio São Francisco, para São Romão, para Paracatu), além dos quilombos nomeados pelos seus respectivos destruidores, além da localização de aldeias indígenas (gentios) próximas das estradas.

Se este mapa informa sobre as forças sociais atuantes naquele espaço, e permite *"que hoje se conheçam os detalhes de excursões desse tipo na segunda metade do século XVIII",* conforme reconhece Laura de Melo e Souza[149], ele também dá notícia da mudança na forma de percepção do oeste de Minas, se comparado com as representações cartográficas à época do nascimento do Mestre de Campo. Comparando-se os mapas de 1730 – em que o oeste não fazia parte do jogo colonial, a não ser como fronteira vazia ou povoada de imaginação – ao mapa da conquista de Pamplona, da década de 1760, pode-se então dizer que somente na segunda metade do século XVIII esse espaço configurava-se como um lugar conquistado [Figura 5]. Pelo menos enquanto vida transformada em objeto da cultura por um procedimento que Laura de Melo e Souza denomina de "*certo pioneirismo protogeográfico*"[150]. Os mapas da expedição de 1769, mesmo que não tenham sido as primeiras representações cartográficas do oeste de Minas[151], são formas privilegiadas pelas quais se podem surpreender as relações daqueles homens com o espaço. Mas ainda há uma boa distância entre essa representação e a condição de espaço intermediário, tal qual é representado, por exemplo, nos anos 1970.

---

[148] Conforme subtítulo de Laura de Melo e Souza em sua interpretação da expedição de Pamplona. "A expedição de 1769: levando a civilização à fronteira". In: SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e conflito*... op. cit. p. 118.
[149] SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e Conflito* ...op. cit. p. 118.
[150] SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e conflito*... op. cit. p. 128.
[151] Ver, por exemplo, a CARTA da capitania de Minas Geraes**.** [1746-1759]. 1 mapa ms. : desenho a nanquim, aquarelado: 77,5 x 69,5cm. Biblioteca Nacional (Brasil). Cartografia ARC.004,06,038. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart215940.jpg Acesso em 05 de junho de 2009. Esta carta, sem data precisa e em informação sobre autoria pode ser anterior aos mapas da expedição de Pamplona. Aliás, ela retrata a região explorada por Pamplona, como o Campo Grande ou o Quilombo do Ambrósio, como o limite entre as capitanias de Minas (a comarca de Sabará) e a de Goiás.

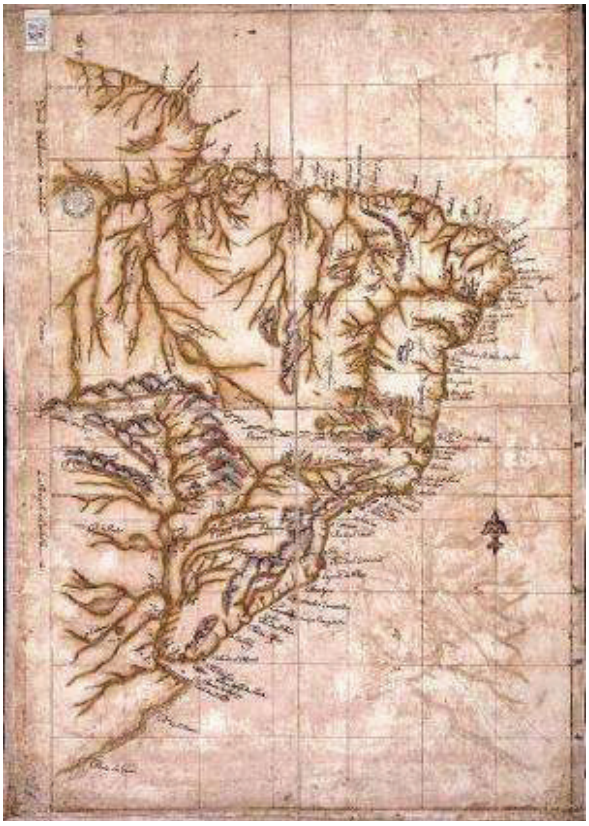




FIGURA 2: Ao lado, [MAPA GERAL DO BRASIL]. Domenico Capasso. [1730] 1 mapa ms: desenho a tinta ferrogálica e aquarelado; 37 x 57cm. em f. 48,8 x 58,5cm. Acima, detalhe do espaço hoje reconhecido como oeste de Minas ou Alto São Francisco, representado como lugar de existência de uma grande lagoa de onde, supostamente nasceria o rio Francisco.

Fonte: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,02,016.



FIGURA 3: CARTA TOPOGRÁFICA das terras entremeyas do sertão e destrito do SERRO DO FRIO com as novas minas dos diamantes, por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, 1731.

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. (Pasta1)



FIGURA 4: O *Mappa da Conquista do Mestre de Campo Ignácio Correya Pamplona, Regente chefe da Legião* Provavelmente a representação cartográfica mais antiga do oeste de Minas**.**

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. 2004, p.180-181.



FIGURA 5: Detalhe do mapa das conquistas de Pamplona. Detalhe dos marcos, caminhos, capelas, quilombos destruídos, descatamentos na convergência entre os rios Pará, São Francisco, Ribeirão Marmelada, Rio Andaiá [Indaiá] e rio Abaeté.

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Op. cit. 2004, p.180-181.

Historiadores mais familiarizados com a cartografia colonial de Minas Gerais sugerem que o mapa de Pamplona deveria ser interpretado já como parte de uma demanda social responsável por um segundo surto cartográfico da capitania de Minas Gerais, localizado entre 1770 e 1780. O primeiro, entre 1730-1740, em cuja dinâmica foi produzida a carta de 1731, e a de 1734-5, referidas acima, teria sido motivado pela exploração aurífera no centro da capitania até Pitangui[152]. De sua decadência e do esforço pombalino de povoar a colônia, vinha o segundo: conforme Antônio Gilberto Costa e colaboradores, novas formas de representação relacionadas[153] à monopolização da mineração dos diamantes pela Coroa Portuguesa, com a implantação, em 1772, da Real Extração dos Diamantes, sediada no arraial do Tijuco. Seria fruto das novas medidas políticas influenciadas pela Ilustração no reinado de Maria I. Seguiram-se ordens do Marquês de Pombal e foram feitos muitos mapas *"com o objetivo de fazer uma avaliação das áreas exploradas e os ribeirões ainda férteis"*[154], como estratégia de intensificação das tentativas de controle da Coroa sobre a riqueza diamantina[155]. Ainda que não seja possível discutir a validade da explicação do autor, na sua relação entre configuração social e forma, esse surto cartográfico torna-se perceptível na consulta aos arquivos pela maior disponibilidade de mapas feitos depois de 1770 que representam o oeste de Minas Gerais.

Nesse sentido, é possível concordar com Costa, quando observa que:

> Na análise da produção cartográfica do período sobre a região, percebe-se um aumento da produção cartográfica e a intensificação das tentativas de controle da Coroa sobre a riqueza diamantina. Datam também do final do século XVIII alguns mapas de antigos e novos distritos diamantíferos localizados fora da região previamente demarcada, como o dos rios Pilões e Claro, em Goiás (explorado deste o primeiro quartel do século XVII); o do sertão do Abaeté (Rios Abaeté, Indaiá, Borrachudos, Santo Antônio e do Sono, todos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco), na Comarca do Rio das Velhas, da autoria do naturalista José Vieira Couto, natural do Tijuco, que pesquisou a região e batizou-a de Nova Lorena, em homenagem ao então Governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena; e o da Serra de Santo Antônio, localizada próxima à região de Minas Novas, na Comarca do Serro do Frio e o Rio Itacambiruçu (Grão-Mogol).[156]

---

[152] COSTA, Antônio G. (org.) *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. op. cit. 2004. p. 115-116. Limito-me a indicar a obra na qual é reproduzida grande parte dos mapas referentes a esse período. COSTA, op.cit. p.161-233.

[153] Na verdade o termo do autor é "explicável pela monopolização" o que sugere uma explicação causal. Sigo o conselho de Norbert Elias e deixo esse vocabulário das ciências naturais fora da análise da dinâmica social. (Cf. ELIAS, N. Introdução à Sociologia. op. cit p. 27).

[154] COSTA, Antônio Gilberto. op.cit. p. 117.

[155] Para um dos precursores da nova visão geopolítica portuguesa formulada para a América ao longo do século XVIII, indissociável do aprofundamento do conhecimento geográfico da região cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Os oráculos da geopolítica iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia européia sobre o Brasil. *Saber Tropical*. Lisboa. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical. Hipertexto. Disponível em http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12728. Acesso em 05 junho 2009.

[156] COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. op.cit. p. 117.

Como parte dessa nova política metropolitana, estaria incluído O *mapa da Comarca de Sabará pertencente à capitania de Minas Gerais*,[157] feito em 1777 por José Joaquim da Rocha[158] [figura 6]. Esse é um dos vários mapas produzidos pelo autor a pedido do governador da capitania de Minas Gerais, Antônio de Noronha. Traz informações mais detalhadas sobre o oeste de Minas, evidentemente, de sua parte regionalizada como a Comarca de Sabará, em especial, o detalhamento do espaço à margem esquerda do São Francisco. Representando inclusive os núcleos de povoamento/destacamentos e os caminhos que abrangem os atuais municípios de Abaeté, Biquinhas, Paineiras, Morada Nova de Minas, entre os rios São Francisco e Indaiá [figura 7]. Aquela região era a mesma que, em 1970, como visto, seria representada como o *entremeio* entre Belo Horizonte e Goiás.

Mas, ao contrário da idéia dos prefeitos do oeste de Minas, o mapa de Joaquim da Rocha não trazia uma vontade de ligação entre Goiás e Minas Gerais. Pelo contrário, parece-nos que sua confecção levava em conta justamente a necessidade de maior racionalização das divisões territoriais. Maior domínio, maior separação. O mapa procurava estabelecer não apenas os limites internos da capitania de Minas Gerais[159] – entre as comarcas, como também traçar os limites entre as capitanias de Minas Gerais e Goiás. Nesse sentido, o oeste de Minas, recém-representado pela cartografia colonial, aparecia como uma área limite mal definida. A Guarda do Marmelada (no atual município de Abaeté) figurava, quase na mesma latitude da Guarda da Barra do Rio Pará, mas já na margem esquerda do São Francisco, como o destacamento mais afastado do oeste da capitania de Minas Gerais. Do ponto de vista militar, o ponto fronteiriço entre as capitanias. Tratava-se de um esforço de separação entre as duas capitanias – como se pode observar, nessa porção oeste, as nascentes do ribeirão Marmelada estavam no limite difuso da fronteira [figura 7].

---

[157] MAPPA da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descripção a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grõde trabalho do seu autor / José Joaquim da Rocha o fez. 1777. 1 mapa manuscrito. Desenho a nanquim. 63 x 48 cm em f. 69,3 x 54cm. Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,01,033.

[158] Conforme Ávila et. al. (1989) *"José Joaquim da Rocha nasceu em 1740 em São Miguel da Vila de Sousa, Comarca de Aveiro, Portugal. Filho do Capitão Luís da Rocha e Maria do Planto, veio a Minas por ordem da Coroa estando no Governo da Capitania Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768). Sua vinda relaciona-se provavelmente com a intenção de Portugal em melhor conhecer suas terras. bem como com as preocupações estratégicas de defesa. "* Cf. ÁVILA, Cristina. Et. al. Cartografia e Inconfidência: Considerações sobre a obra de Joaquim José da Rocha. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte. v.4 n. 2-3. mai-dez. 1989. p. 380-382.

[159] Conforme demonstram também o MAPA da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas Comarcas. ROCHA, José Joaquim da. Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. Rio de Janeiro. *s/l,* 1778. (360 x 424 mm). E a própria Memória histórica da Capitania de Minas Gerais, atribuída ao autor. Cf. ROCHA, José Joaquim da. Memoria historica da Capitania de Minas – Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano II. Fasc. III, 1897. p. 425-517.

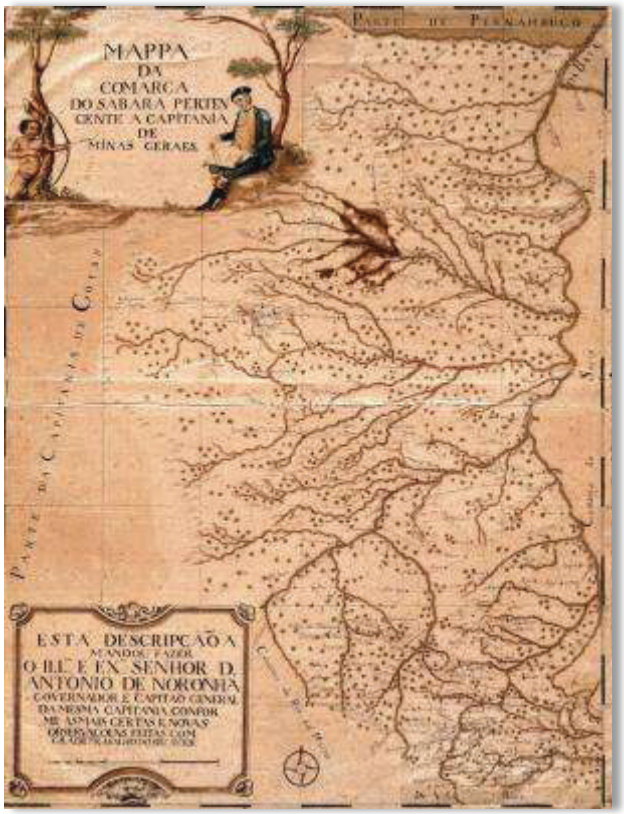


FIGURA 6: Mapa da Comarca de Sabará de José Joaquim da Rocha em que as terras da margem esquerda do São Francisco são cartografadas com detalhes. 1777.

FONTE: Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,01,033.

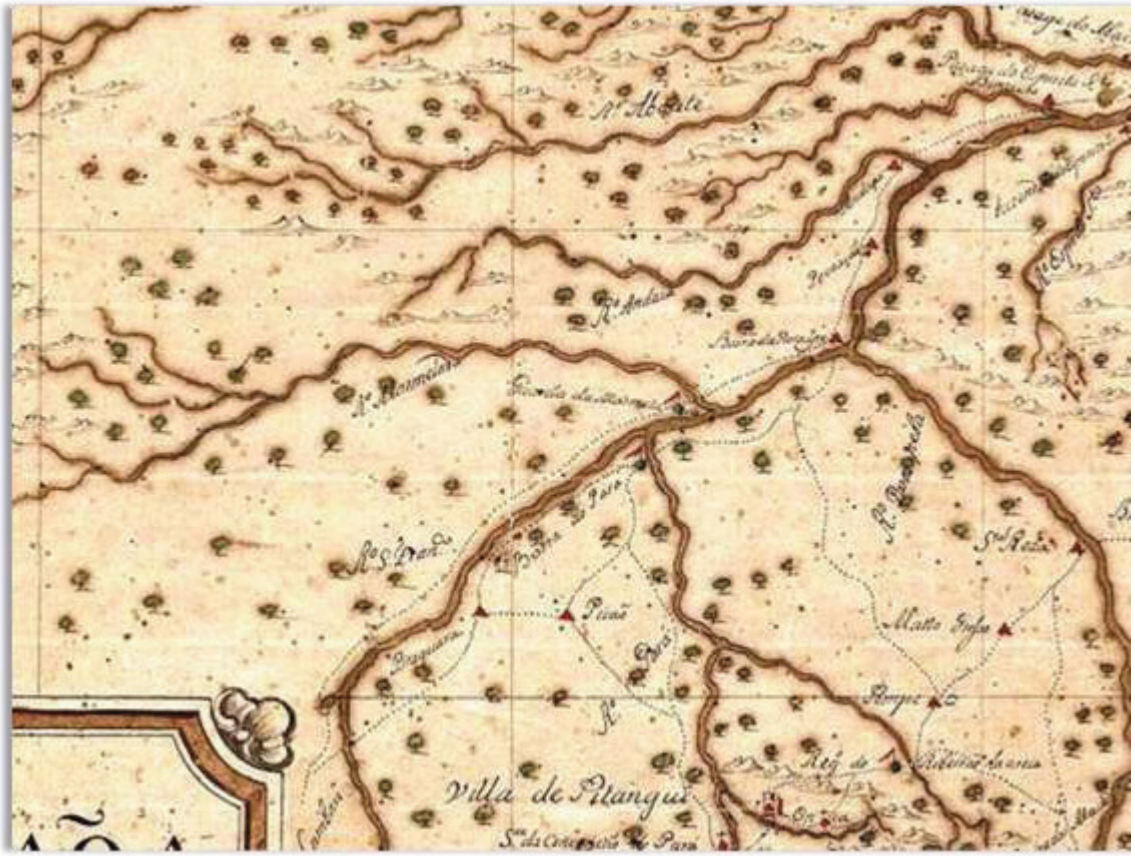


FIGURA 7: Detalhe do mapa do limite da comarca de Sabará com a capitania de Goiás, nas cabeceiras do Rio Marmelada e ao sul, com o rio Lambari. Mostram-se os caminhos e os núcleos de povoamento e defesa.

FONTE: Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,01,033.



FIGURA 8: Detalhe do Mappa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes:

FONTE: José Joaquim da Rocha o fez. 1777. 1 mapa manuscrito. desenho a nanquim. 63 x 48 cm em f. 69,3 x 54cm. Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,01,033.



FIGURA 9: Detalhe do mapa de José Joaquim da Rocha:

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. MAPPA da Comarca de Saberá. s/l, 1778 (740 x 5oo mm).

A cartela no canto superior do mapa [ver figura 6 e 8] sugere que a produção cartográfica dava forma e estética a configurações sociais enunciando determinada relação entre natureza e cultura. A leste, figurava um europeu sentado com o compasso na mão, atento às formas que inscreve no papel. A oeste, um índio de arco e flecha nas mãos com o olhar fixado diretamente no outro. Essa imagem despertou a imaginação de outros intérpretes do mapa. Cristina Ávila, observando uma cópia de 1778[160], escreve:

> À primeira vista, o que nos prende a atenção é a beleza estética do trabalho do cartógrafo. Com visível sensibilidade, delicadeza de traços e bom gosto, Rocha conseguiu elaborar um mapa facilmente legível, possuidor também de belos detalhes artísticos, como por exemplo, a cartela que envolve o título onde se acha desenhado um cartógrafo frente a um índio - como se [se] deparassem o mundo civilizado europeu e o mundo indômito brasileiro, ou talvez o próprio autor em cena de seu cotidiano[161].

A propósito da cópia manuscrita analisada pelos autores, há uma pequena variação na imagem, em relação ao "original" de 1777, hoje sob a guarda da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A vegetação sob a qual o índio se esconde e onde seu corpo se encaixa, no primeiro mapa, é retorcida, além de possuir um galho quebrado. No mapa de 1778, esta árvore é uma espécie de palmeira [Figura 9]. A imagem "original" também tem modificada a disposição dos dois personagens (o nativo e o cartógrafo) que agora parecem figurar em duas margens, separadas por um vale. Na primeira imagem, o declive feito pelos traços do desenho formava a imagem de degraus e o cartógrafo parecia estar sentado no degrau mais alto. Na segunda, a separação, mais do que a hierarquização, está evidente e pode suscitar associações como a de Cristina Ávila, considerando esse europeu como civilizado e o índio como selvagem e brasileiro[162]. Seria porque o índio aponta a flecha, em sinal de ataque/defesa enquanto o cartógrafo se ocupa de fazer traços no papel, planejando sabe-se lá qual obra de separação/ligação entre os dois espaços? O esforço de separação parece evidente no aprofundamento da divisão entre os dois, pelo vale. Se no primeiro desenho o lugar ocupado por cada um parecia ser um degrau na escada [da civilização?], no segundo, este lugar constituía verdadeiras margens. Mais do que um degrau para a descida ao meio indômito, no segundo desenho o espaço de separação entre o europeu e o índio é um vale em aprofundamento. Sua transposição não pressupõe uma descida, como no primeiro, mas talvez

---

[160] Os autores analisaram a cópia pertencente ao Arquivo Público Mineiro: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. MAPPA da Comarca de Sabará. s/l, 1778 (740 x 5oo mm).
[161] ÁVILA, Cristina et. al. Cartografia e Inconfidência: Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 4. n. 2 e 3. mai-dez, 1989. p.372-392.
[162] A cartela apresenta um protótipo desses tipos ou estereótipos.

a construção de uma ponte ou mesmo assumir a impossibilidade de ligação. Seja como for, o que parece claro, na comparação entre os dois desenhos, é que este espaço intermediário entre os dois sujeitos está em transformação no sentido do aprofundamento de uma separação.

Relembremos a questão que abriu esta seção como ponto de partida para nossa viagem cartográfica: o mapa dos prefeitos do oeste de Minas visto como um entremeio – uma forma de representação do espaço, surpreendida nas linhas pontilhadas de um projeto rodoviário. E esta modificação na cartela de um mapa do século XVIII poderia nos informar algo a este respeito? A partir do mapa de José Joaquim da Rocha (1777-78) e da gravura que envolve seu título em 1778, já seria possível falar do oeste como um entremeio? Como algo que separa? Estaríamos diante, digamos, da fundação da necessidade de ligação, enunciada tão claramente em 1970? Ou diante das condições geológicas da construção de duas primeiras margens do "rio de três margens"[163] de Guimarães Rosa? Protótipos dos tipos sociais da civilização e barbárie? Sejamos cautelosos e continuemos o percurso.

Se as duas versões do mapa da Comarca de Sabará, de José Joaquim da Rocha, parecem trazer possibilidades de interpretação do oeste como um espaço fronteiriço, outro mapa feito pelo próprio autor, e que também possui duas versões semelhantes, parece ter como objetivo uma delimitação mais precisa das divisas entre a capitania de Goiás e Minas Gerais. A primeira versão do mapa, parte do acervo da mapoteca do Itamaraty[164] é de 1780 [figura 10]. A segunda, sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro[165], é de 1796, [figura 11]. O segundo mapa, mais recente, parece tratar-se de uma cópia do anterior. Ainda que com aspecto inacabado, essa versão de data mais recente parece trazer informações mais completas, já que possui as divisas da capitania de Minas Gerais com São Paulo, além da Rosa dos Ventos e da escala (em léguas) que não estão presentes no mapa de 1780. Tem-se a informação de que a primeira versão do mapa, de 1780, está fragmentada, mas ainda assim, parece-me que na parte que fora perdida não existissem aqueles elementos que constam no mapa [original?] de 1780. Isto porque, conforme informação encontrada nos catálogos dos arquivos, a diferença de tamanho de um para outro – que é de um pouco mais de um centímetro – não seria suficiente para comportar todos os elementos que "faltam": escala, rosa dos ventos e, sobretudo, a divisa entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais.

---

[163] Cf. ROSA, Guimarães. *Primeiras histórias*. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 27-32.

[164] MOSTRACE neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das velhas [rio araguari] e parte da capitania de minas gerais com a deviza de ambas as capitanias. ROCHA, José Joaquim da.1780. 48 x 41 cm. Manuscrito e aquarela (fragmento); (MI (Mapoteca do Itamaraty. RJ). Inv. n. 1590..

[165] MOSTRACE neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais: com a devisa de ambas as capitanias dado pela Capitan José Manoel. Rocha, José Joaquim da, ca. 1796. 1 mapa ms. : desenho a tinta ferrogálica ; 49,8 x 42,5cm em f. 52,8 x 47cm. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.



FIGURA 10: Primeira versão do mapa de José Joaquim da Rocha que tem como objetivo uma delimitação mais precisa entre as divisas da capitania de Goiás e Minas Gerais (1780)

FONTE: ROCHA, José Joaquim da.1780. 48 x 41 cm. Manuscrito e aquarela (fragmento); (MI (Mapoteca do Itamaraty. RJ). Inv. n. 1590. COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.



FIGURA 11: Segunda versão do mapa de José Joaquim da Rocha que tem como objetivo uma delimitação mais precisa entre as divisas da capitania de Goiás e Minas Gerais (1796)

FONTE: ROCHA, José Joaquim da. ca. 1796. 1 mapa ms. : desenho a tinta ferrogálica ; 49,8 x 42,5cm em f. 52,8 x 47cm. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. ARC.030,02,028 Cartografia.

No entanto, é difícil imaginar que o cartógrafo José Joaquim da Rocha, minucioso em sua cartografia "iluminista", fizesse um mapa sem orientação e escala – elementos presentes no mapa de 1796, ainda que seja pertinente pensar que a divisa com a capitania de São Paulo poderia não tê-lo ocupado em 1780, mas talvez tivesse se tornado importante em 1796. Assim, é legítimo supor que, ainda que incompleto, sem orientação ou escala, o mapa de 1780 contenha os dados considerados mais relevantes no momento de sua produção. A considerar as informações do seu título, a intenção principal do autor, nos dois mapas era mostrar *"O julgado das cabeceiras do rio das Velhas [Rio Araguari] e parte da Capitania de Minas Gerais com a Deviza de ambas as Capitanias"*. O subtítulo do mapa de 1780, tal qual uma legenda, adverte que *"As bandeirolas azuis com ascento incarnado [pintadas de carmim] denotão as guardas de Goyas e as incarnadas coma ascento azul as de Minas Geraes"*. Esse subtítulo-legenda parece deixar claro que a principal função do mapa era distinguir os territórios controlados pelas duas capitanias – as *"devizas"*. Talvez o termo "deixar claro" seja impróprio, visto que a legenda dessa primeira versão do mapa (1780) é meio confusa: não apenas aos nossos olhos de hoje como também para o compilador do mapa, que suponho tenha sido o mesmo José Joaquim da Rocha. Nesta outra versão, o autor faz algumas modificações nos elementos de representação do mapa e na legenda para melhor diferenciar as guardas das duas capitanias. No segundo mapa (1796) lê-se que *"As bandeirolas azuis são guardas de Minas e as bandeirolas vermelhas são de tropas de Goyas"*. A despeito da inversão das cores, a utilização de apenas uma cor para as bandeirolas e para sua base (*ascento*), simplificou a distinção proposta. Ainda que estes detalhes não importem diretamente à nossa questão, quanto mais se insiste neles, parece-nos mais evidente a motivação principal para a construção do mapa: no tempo de produção dessas duas versões (1780-1796), a delimitação das fronteiras entre Goiás e Minas Gerais – um esforço de separação e divisão do espaço – era mesmo a questão de primeira ordem.

Aqui poderíamos retornar ao movimento ambivalente de separação e ligação nas relações do homem com o espaço a que se refere George Simmel, para pensar os elementos da construção do mapa de José Joaquim da Rocha. Neste, o autor se esforça para dar forma ao espaço dividindo-o em dois territórios, procura também informar (sobre) os caminhos que ligam as duas capitanias. Ao norte o caminho passava por Paracatu e atravessava a fronteira em Arrependidos. Na região da serra da Canastra a travessia dava-se pelo posto da Guarda do Barbas de Bode. No que se refere à área do

oeste de Minas Gerais, o marco limite da capitania de Minas é a Serra da Marcela e, diferentemente do mapa anterior de 1777 [figura 6], são representadas mais guardas "mineiras" para além da Guarda do Marmelada que não mais é figurado como espaço fronteiriço, mas como um posto intermediário na rota de um dos três caminhos para as minas de Paracatu e área de ligação também entre as duas áreas mineradoras de Vila Boa e Vila Rica. As Guardas de Santana do Bamboi e a Guarda dos Ferreiros estavam em ponto de interseção de caminhos que levavam para as minas de Paracatu ou a territórios goianos, como o Barreiro do Araxá.

Assim, nesses mapas, ainda que o oeste de Minas estivesse representado, não era o elemento central da projeção. As terras entre os Rios Pará e São Francisco, até as montanhas da Mata da Corda eram vistos como área contígua, recortada por rios e caminhos que ligam interesses de exploração aurífera (Vila Rica a leste – Paracatu a nordeste e Vila Boa a oeste) fiscalizados com algumas guardas, entre as áreas mineradoras. Aliás, a "região entre a Mata da Corda e o rio São Francisco" serve de inspiração para o título de um dos primeiros mapas que tem como objetivo central representar especificamente as minúcias da região, atribuído ao próprio José Joaquim da Rocha. Trata-se do [*Mapa da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco*][166] [figura 12].

Não se tem conhecimento do seu título original, mas este, pelo qual é catalogado no Arquivo Público Mineiro, instituição que o conserva, remete-nos a outras versões como, de resto, todos os mapas de José Joaquim da Rocha que consideramos até agora[167]. Neste caso também as versões semelhantes remetem a outros possíveis autores como Apolinário de Souza Caldas e seu *[Mapa da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda]*[168] [figura 13], cujo título também lhe foi atribuído posteriormente. É provável que aqueles que nomearam estes dois mapas tenham considerado o fato de que ambos representavam uma mesma região com os mesmos objetivos, utilizando inclusive técnicas muito semelhantes, em especial o tipo de letra, além da coincidência na representação de quase todos os elementos.

---

[166] [MAPA da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco]. ROCHA, José Joaquim da. [17??]. Arquivo Público Mineiro. SC (007).

[167] O próprio MAPA da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas Comarcas. Op. cit. tem uma cópia - sem autoria - sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. MAPA da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas. s.a – [s/i:s/d] Escala [indeterminada]. Escala de 40 légoas – 1 mapa: policromático. Aquarelado, manuscrito, 42.3 X 36,5 cm. Biblioteca Nacional.

[168] [MAPA da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda]. CALDAS, Apolinário de Souza [18??]. Arquivo Público Mineiro. PP – 010.

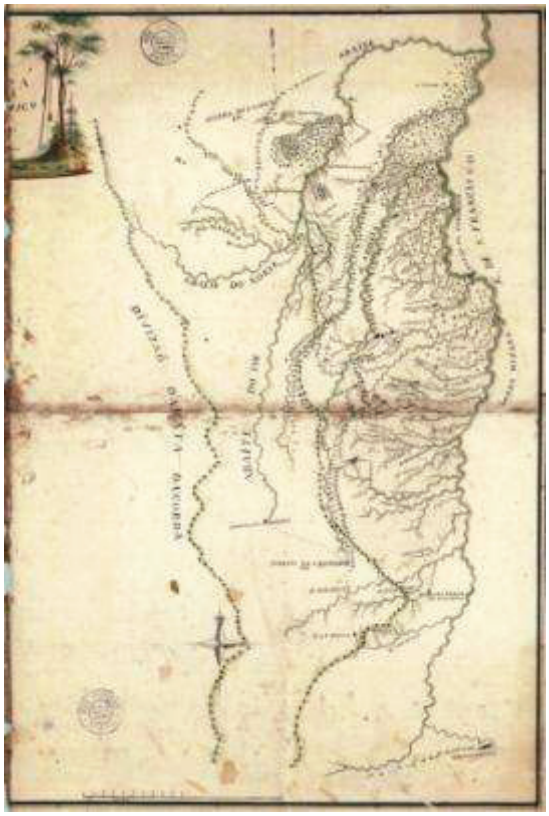


FIGURA 12: [MAPA da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco].

FONTE: ROCHA, José Joaquim da. [17??]. Arquivo Público Mineiro. SC (007)

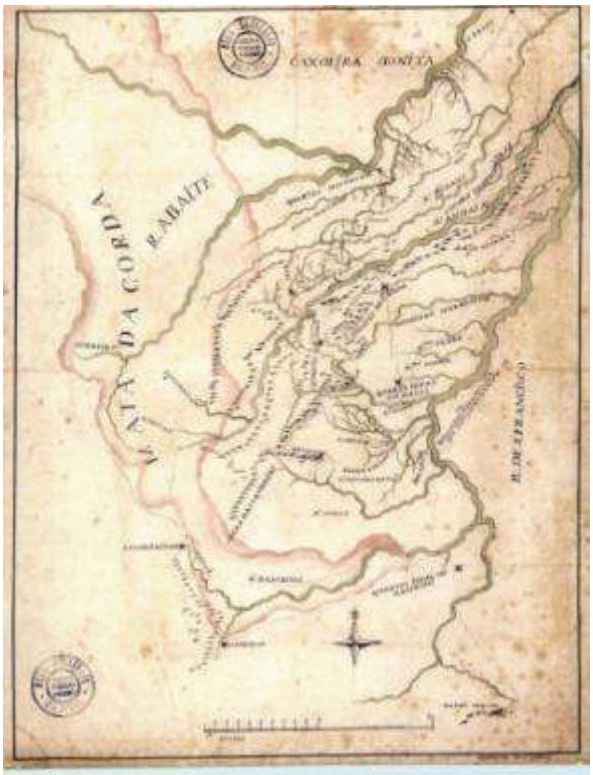


FIGURA 13: [MAPA da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda].

FONTE: CALDAS, Apolinário de Souza [18??]. Arquivo Público Mineiro PP – 010.

O mapa de José Joaquim da Rocha está incompleto e parece faltar um pedaço que incluiria o título original estampado no desenho de uma bandeira, amarrada nos galhos de uma árvore, da qual é possível visualizar apenas a parte esquerda que restou da gravura. Estes detalhes bem trabalhados nos remetem ao mesmo cuidado com o acabamento artístico observado em outros mapas do autor[169]. Apenas algumas sílabas restaram do título original e estas sugerem algumas palavras: PA – talvez de *[ma]PA*; FICO – quem sabe de *[geográ]FICO* e outra palavra que termina com O; abaixo restou estampada uma centena: 800; talvez do ano de *[1]800*, possivelmente a data da representação [figura 12]. Esses fragmentos sugerem que o título original fosse distinto daquele atribuído durante a catalogação do mapa realizada pelo Arquivo Público Mineiro. Para a instituição, o documento seria de uma data incerta, de 17??, a despeito dos caracteres [800] sugerirem que talvez ele fosse de 1800. De qualquer modo, a confirmar qualquer uma destas datas, o mapa parece ser mesmo do final do século XVIII, de momento não muito distante daqueles dois anteriormente produzidos pelo autor, cuja assinatura está na parte de trás do mapa.

Já o mapa de Apolinário de Sousa Caldas parece estar inteiro ainda que não possua título ou vestígios de ornamento tal como o mapa de José Joaquim da Rocha. Para a atribuição do título ao mapa, é possível que os responsáveis do Arquivo Público Mineiro tenham observado a coincidência com o referente espacial do mapa de José Joaquim da Rocha e, por essa razão, o título utilizado tenha sido o mesmo, apenas invertendo-se seus termos: *rio São Francisco e Mata da Corda*. Talvez este procedimento tenha sido feito apenas para facilitar a identificação de dois mapas que tratam da região entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda. A data atribuída ao mapa de Apolinário é também imprecisa: 18[??], mas considera-se que ele seja posterior ao de Joaquim da Rocha. Pouco se sabe sobre seu autor[170] e menos ainda sobre suas

---

[169] Essa característica dos mapas de José Joaquim da Rocha tem sido tomada pelos estudiosos do assunto como uma das razões da preferência dos historiadores em utilizar os mapas desse autor em relação aos de outros: "É possível que o emprego desses mapas seja influenciado, entre outros fatores, pela propalada competência técnica do cartógrafo, bem como pela dimensão artística de sua produção, que correspondem às representações mais antigas, conhecidas hodiernamente, da capitania e de suas comarcas, após sua criação em 1720. Entretanto, é possível também que outras fontes não estejam sendo exploradas, em razão da falta de credibilidade em relação às informações que contém, a par da pequena difusão das mesmas." Cf. SANTOS, Márcia Maria Duarte dos et. al. Bases Urbanas de Minas Gerais em mapas do período colonial: em busca de informações coevas. *VI Seminário Latino-Americano de qualidade de vida urbana. V Seminário Internacional de Estudos Urbanos*. Belo Horizonte. 10 a 14 de outubro de 2006 - Belo Horizonte. Brasil. p. 2-3. Hipertexto. Disponível em http://www.pucminas.br/documentos/posgeografia_publicacoes_bases_urbanas.pdf Acesso em 10 de junho de 2009.

[170] Sobre Apolinário de Sousa Caldas é possível consultar alguns documentos manuscritos do Arquivo Ultramarino Histórico, Lisboa/APM, Minas Gerais. Cf. REQUERIMENTO (minuta) de Apolinário de

possíveis relações com José Joaquim da Rocha, que poderiam ajudar na compreensão da semelhança entre os dois mapas. Entretanto, não seria descabido explorar a hipótese de que os dois tenham trabalhado juntos na produção deste mapa. Se José Joaquim da Rocha é conhecido cartógrafo com importante produção cartográfica sobre a capitania, Apolinário de Sousa também parece ter tal capacidade de produzir mapas e não somente recolher as informações sobre o espaço.

Apolinário de Sousa Caldas era também um militar que desenhava, ainda que não tenha adquirido a popularidade de José Joaquim da Rocha[171]. Tem-se notícia de que Apolinário de Sousa Caldas trabalhou como desenhista para naturalistas[172] que visitaram o oeste de Minas na passagem do século XVIII para o XIX, como o padre Joaquim Veloso de Miranda e José Vieira do Couto. Aliás, a este último é atribuída a responsabilidade pela produção de outro mapa muito semelhante aos dois anteriores, como um dos poucos que tomam como objeto central para representação o oeste de Minas Gerais, por ele [re]batizada de *Nova Lorena Diamantina*, em homenagem ao Governador Bernardo José de Lorena. A *Carta da Nova Lorena Diamantina*, datada de

---

Sousa Caldas, furriel da Cavalaria de Minas Gerais, pedindo promoção ao posto de Alferes ou de tenente de seu regimento. 09/09/1822. Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais. HU – Minas Gerais.– Cx.: 188, Doc.: 33; REQUERIMENTO do furriel Apolinário de Sousa Caldas, designado para acompanhar o naturalista Joaquim Veloso de Miranda na exploração dos produtos botânicos pintando e desenhando as plantas, que acompanhou também José Vieira Couto na descoberta da Nova Lorena Diamantina, solicitando a sua passagem para o 1º Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, no posto de tenente. Em anexo: 1 certidão. 7/1/1825. AHU – Minas Gerais – Cx.: 188, Doc.: 35.

[171] O cartógrafo e memorialista, engenheiro militar, pelo menos na prática, José Joaquim da Rocha teria nascido na freguesia de S. Miguel da Vila de Souza, Portugal, por volta de 1740 e morrido em Minas Gerais por volta de 1804. Era filho do capitão Luís da Rocha e D. Maria Planto. Teria chegado a Minas no governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1.763-1768), quando já era praça de cabo-de-esquadra, posto que ocupou em Minas Gerais até 1778. Nesta época já havia concluído a carta geográfica geral da Capitania e elaborado, cm separado, os mapas de suas quatro comarcas: Sabará, Serro Frio, Rio das Mortes e Vila Rica. Após a baixa e residindo em Vila Rica, reúne, dados dos órgãos de governo, notícias da Capitania, por meio de documentos e testemunhos orais para escrever suas memórias e fazer novos mapas. Em 1796, teria concluído o *Mapa do julgado das cabeceiras do Rio das Velhas* e, em 1798, um importante mapa da Capitania, referente à região do Rio Doce. Enfatiza-se que ele foi inquirido por suspeita de participação na Inconfidência Mineira (1789). (Cf. REZENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. in: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais***.** Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro 1995. p. 17-29)

[172] Apolinário de Sousa Caldas era natural de Vila Rica. Nasceu, provavelmente em 1772 posto que Pedro Afonso de São Martinho atesta que no dia oito de março de mil setecentos e oitenta e nove, Caldas tinha dezessete anos quando apresentou praça de soldado no 7º Regimento da Cavalaria de Linha de Minas Gerais. Acompanhou Francisco de Paula Beltrão, Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Velhas em diligência na região do Abayté e Andaiá "não só para a guarda (...) mas também para delinear o mappa das terras por onde andássemos que se suppunhão ocultas e desconhecidas" [atestado de 20/12/1800]. Acompanhou "o doutor Joaquim Veloso de Miranda na exploração de produtos botânicos servindo-lhe pelos seus ofícios de pintor para delinear e pintar as plantas (...) (Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, atestado de 31/08/1802) "por ser bastantemente hábil no desenho" (Joaquim Velloso de Miranda , atestado de 18/05/1803). Acompanhou "o naturalista José Vieira Couto (...) nas diferentes diligências de que foi encarregado sobre as descobertas e exames da Nova Lorena Diamantina" (Couto, atestado de 08/06/1813)., provavelmente a mesma diligência referida por Beltrão. Em 1825, requeria uma promoção para o posto de 1º Tenente do Primeiro Regimento da Cavalaria de Minas Gerais ou uma pensão vitalícia. (REQUERIMENTO do furriel Apolinário de Sousa Caldas op. cit. AHU – Minas Gerais – Cx.: 188, Doc.: 35.)

1801, também possui uma cópia que dá margens a dúvidas sobre sua autoria. Uma das cópias da carta foi feita a nanquim e vem assinada como "*CRXD Villas Boas des.*" [figura 14] e a outra, aquarelada, está assinada: *"C.L. Miranda Pint."* [figura 15].

Mas, afinal, quem teria feito esta carta? Baseando-se num atestado de Francisco de Paula Beltrão, dado a Apolinário de Souza Caldas pelo qual este tenta uma promoção, em 1825, Ermelinda Moutinho Pataca (2006)[173] conclui que Apolinário teria participado da elaboração desta Carta[174]. Ainda que a conclusão possa estar correta, parece-me que os dados nos quais ela fundamenta sua idéia devam ser mais bem verificados. Os dados que levam Pataca a associar o nome de Apolinário de Sousa à produção da *Carta da Nova Lorena Diamantina*, são encontrados em sua pesquisa sobre a trajetória de Joaquim Veloso de Miranda e de José Vieira do Couto e às observações de que, aliado aos estudos dos naturalistas, havia uma produção iconográfica e cartográfica elaborada no período. A autora encontra indícios da produção de imagens relacionadas ao trabalho de Joaquim Veloso de Miranda feitas pelos desenhistas militares Apolinário de Souza Caldas e José Gervásio de Souza.[175] Como observa Pataca, *"as viagens de Veloso pela capitania teriam começado em 1787 e terminado em 1793, (...) período em que Apolinário de Sousa Caldas teria o acompanhado*[176]. Esta informação, quem fornece é o próprio Apolinário Caldas que no seu requerimento diz ter servido a Veloso "*pella sua Arte de Pintura e desenho para delinear e pintar as plantas sem outro interesse mais que o seu soldo*"[177].

Em 1796, as novas "viagens filosóficas" de Veloso de Miranda passaram a ser financiadas pelo governador da capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, e suas expedições deixaram de ter como objetivo recolher produtos botânicos e passaram a investigações mineralógicas[178], tal qual José Vieira Couto que, entre 1798 e 1805, foi patrocinado também por Bernardo José de Lorena. Enquanto se tem notícia de que Veloso de Miranda foi apenas até Dores do Indaiá, sabe-se que José Vieira do Couto empreendeu uma longa expedição em dois tempos ao Rio São Francisco e ao Rio Abaeté (1798-1799) e (1800-1801). Na última, visitou as terras diamantinas do oeste de Minas por ele denominadas Nova Lorena: sua comitiva era composta pelo intendente de

[173] PATACA, Ermelinda Moutinho *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas* (1755-1808). Campinas, São Paulo: Unicamp/Instituto de Geociências [s.n.], 2006.(tese de doutoramento).
[174] PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas.* op. cit. .p. 420.(nota 510).
[175] PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas.* op. cit. .p. 306.
[176] PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas.* op. cit. 2006, p. 325
[177] REQUERIMENTO de Apolinário de Sousa Caldas. AHU – Arquivo Público Mineiro. Cx. 188, doc. 35. p. 2.
[178] PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas.* op. cit. .p. 414.

ouro de Sabará, Francisco de Paula Beltrão, o Primeiro Sargento-mor Antônio José Dias Coelho, o segundo sargento-mor Manoel Antônio de Magalhães e mais 30 soldados[179]. Francisco de Paula Beltrão e o próprio José Vieira do Couto atestaram, pouco tempo depois, que Apolinário de Souza Caldas teria participado *"de várias diligências tendentes ao Real Serviço nas descobertas e exames da Nova Lorena Diamantina"*[180], como escreveu Vieira do Couto em junho de 1813. No atestado de Francisco de Paula Beltrão consta que Apolinário não teria exercido apenas as funções de militar e esteve na diligência *"também para delinear o mapa das terras por onde andássemos que se supunhão ocultas"* [181].

Considerando essa informação, Pataca (2006) conclui, então, que Apolinário teria trabalhado na produção do mapa da região percorrida por Vieira do Couto – o que é realmente sugerido no atestado. Entretanto, sem qualquer outro dado, a autora afirma que esse mapa seria a *Carta da Nova Lorena Diamantina*[182]. Esta conclusão me parece apressada e sugere que a autora talvez não conhecesse, por exemplo, o *[MAPA da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda],* feito por Apolinário de Sousa Caldas, guardado no acervo do Arquivo Público Mineiro. Não poderia ser este o tal mapa produzido durante a comitiva e referido nos atestados? Não bastasse isso, como já se observou, aquele mapa é muito parecido com o [*Mapa da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco*] atribuído a José Joaquim da Rocha.

Considerando-se ainda as duas versões da *Carta da Nova Lorena Diamantina*, são pelo menos quatro mapas muito semelhantes sobre a mesma região que concorrem para ser aquele referido na fonte utilizada pela autora. Região essa que o atestado do intendente do Ouro da Comarca do Rio das Velhas, Francisco de Paula Beltrão – a fonte da autora – designou como *"terras que se supunhão ocultas"*[183]. O que nos garante que seria justamente a *Carta da Nova Lorena*, aquela referida por Beltrão? Esta é possivelmente a carta mais recente. Diante disso, parece-nos que o argumento de Ermelinda Moutinho Pataca perde sua força, embora sua afirmação não possa ser de todo refutada.

---

[179] SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Campinas: Unicamp, 2002. p. 60.
[180] REQUERIMENTO de Apolinário de Sousa Caldas. AHU – Arquivo Público Mineiro. Cx. 188, doc. 35.
[181] REQUERIMENTO de Apolinário de Sousa Caldas. Op. cit.
[182] Nas palavras da autora, "De acordo com um atestado de Francisco de Paula Beltrão, Apolinário de Souza Caldas participou da elaboração desta Carta. AHU – Cartografia Manuscrita MG, 1178 e 1179." PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas.* op. cit. .p. 420
[183] REQUERIMENTO de Apolinário de Sousa Caldas. AHU – Arquivo Público Mineiro. Cx. 188, doc. 35.



FIGURA 14: CARTA da Nova Lorena Diamantina. De José Vieira do Couto. Desenhista C.R.X.D. Villas Boas. 1801. 45,0 x 35,6 cm.; AHU (N.269/1179).

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.



FIGURA 15: Carta da Nova Lorena Diamantina, produzida a partir dos levantamentos mineralógicos realizados por José Vieira Couto (1752-1827) na Capitania de Minas Gerais, em 1801.

FONTE: Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). C.L. Miranda Pint. Aquarelada.

A *Carta da Nova Lorena Diamantina*[184], atribuída a Vieira do Couto, teria acompanhado sua memória de 1801[185] encaminhada ao rei de Portugal, conforme nota publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1905[186]. Possivelmente esta seria a versão definitiva – ou uma das duas versões com assinaturas diferentes conforme vimos [figuras 14 e 15] – e mais acabada das observações registradas em outras cartas como a de José Joaquim da Rocha ou a de Apollinário de Sousa Caldas, que o acompanhou aos sertões do Abayte e Indaiá. Não há indícios de que Apolinário de Sousa Caldas tenha trabalhado ao lado de José Joaquim da Rocha, como fez com José Vieira do Couto e Joaquim Veloso. No entanto, a semelhança das quatro cartas quanto à escala, os elementos representados, o referente, faz-nos pensar na possibilidade de Apolinário ter contribuído para a construção de todas elas, direta ou indiretamente, seja fornecendo dados para a construção das cartas e mesmo como o desenhista de uma versão preliminar, feita possivelmente durante a viagem com Vieira Couto[187]. Nesse caso, talvez fosse pertinente rever a data "provável" atribuída ao *[MAPA da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda],* reconhecido como de sua autoria. Sobretudo em relação ao [*Mapa da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco*] de José Joaquim da Rocha. É possível que o mapa de Apolinário fosse mais antigo. A confirmar-se essa hipótese, é possível compreender, por exemplo, porque o mapa de Apolinário de Sousa Caldas tem menos detalhes que o de Joaquim da Rocha e este, por sua vez, possui menos detalhes do que aqueles atribuídos a Vieira do Couto.[188]

A despeito da dificuldade de se comprovar todas essas hipóteses, a existência desses mapas indica que na passagem do século XVIII para o XIX não apenas o oeste de Minas foi representado com detalhamento significativo, como também essa determinada forma de representá-lo pareceu estável: o rio São Francisco era o limite a leste, o rio Abaeté

---

[184] CARTA da Nova Lorena Diamantina. De José Vieira do Couto. Desenhista C.R.X.D. Villas Boas. 1801. 45,0 x 35,6 cm.; AHU (N.269/1179).

[185] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes, suas descripções, ensaios e domicilio próprio à maneira de itinerário; com um appendice sobre a nova Lorena Diamantina, sua descripção, suas producções mineralogicas e utilidades que deste paiz podem resultar. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun.1905, ano X, fasc I e II. p. 55-166.

[186] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun.1905, ano X, fasc I e II. p. 135. (nota 59)

[187] Os dados biográficos de José Joaquim da Rocha apontam pista remota sobre essa possível relação. Conforme Ermelinda, "após dar baixa na carreira militar em 1778, (....) Joaquim José da Rocha (...) reúne (...) dados (...) que busca nos órgãos de governo e recolhe notícias da Capitania, por meio de documentos e testemunhos orais" (REZENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. in: ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica ... *op. cit.* 1995. p. 21). Não poderia estar entre documentos e testemunhos o próprio mapa de Apolinário Caldas?

[188] O mapa de Apolinário Caldas, no acervo do APM está classificado como pertencente aos "Fundos de Origem Pública", especificamente no fundo da Presidência da Província – PP que abriga documentos produzidos entre 1818 e 1898. Mesmo que o mapa não seja anterior ao de Joaquim José da Rocha, é muito provável que ele seja anterior a 1818, conforme sugerem os referidos atestados que Apolinário possuía.

era o limite norte-noroeste, a Mata da Corda ou o Campo Grande era o limite oeste e o Quartel Geral do Bambuí [o morro do Desempenhado ou Barba de Bode] era o limite ao sul. Ainda que adquirissem nomes diferentes, tratava-se de uma forma nova e durável de regionalizar o espaço, diferente, por exemplo, do *MAPA o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais: com a devisa de ambas as capitanias* (em suas duas versões), de José Joaquim da Rocha, em que o oeste de Minas assumia o lugar instável de um *entremeio*, terra incerta entre as capitanias de Goiás e Minas Gerais.

Já nas quatro representações do final do século XVIII, não se pode dizer que o oeste de Minas fosse uma região intermediária, mas um lugar passível de uma identificação e diferenciação própria: seja como *região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco*, ou a *Nova Lorena,* foi o lugar de promessa de novas descobertas diamantinas até pelo menos a primeira década do século XIX e um atrativo para os cartógrafos. De um espaço fronteiriço, de limites pouco definidos, de formas ainda instáveis, terras entremeias, entre dois lugares definidos, o oeste de Minas passa a ser considerado como um lugar com características físicas, econômicas, políticas, simbólicas singularizáveis – enfim, como uma região geográfica, considerando-se os diversos sentidos que o termo pode assumir.

O surto cartográfico do oeste de Minas foi tão fugaz quanto o sucesso da exploração dos diamantes do Abaeté e do Indaiá (1791-1807). Mas os dados levantados sobre o território durante esse período e a fixação de determinadas formas de representar aquele espaço, por meio das cartas de pequena escala produzidas, parece influenciaram a sua representação nas cartas gerais produzidas sobre a Capitania de Minas Gerais em todo o século XIX. Embora a lista dessas cartas seja extensa, poderíamos nos referir à *Planta geral da capitania de Minas Gerais*, de 1800[189], sem autoria, [Figura 16] e a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes* de 1804[190] [figura 17], de Caetano Luis de Miranda, para ficar com dois exemplos mais conhecidos. Muito pouco se avançou no conhecimento cartográfico específico sobre o oeste de Minas[191], entendendo por avanço um melhor detalhamento dos elementos do espaço, mesmo porque a pequena escala predominou nos mapas que representam a região por todo o século XIX: primeiro nos mapas da Capitania e depois, da Província.

---

[189] PLANTA Geral da Capitania de Minas Geraes**.** s. a, [ca. 1800] *Miranda. Fundação Biblioteca Nacional.* Apud. COSTA, Antônio Gilberto et. al. *Cartografia das Minas Gerais*... op. cit. 2002.

[190] CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes – 1804. Caetano Luís de Miranda [AHEx]. Apud. COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. op. cit. Pasta 1.

[191] Talvez a Nova Carta da Capitania de Minas Gerais pudesse ser tomada como uma exceção já que o naturalista Alemão passou pelo oeste de Minas e fez algumas modificações, por exemplo, na toponímia dos rios. Cf. NOVA CARTA da Capitania de Minas Gerais feita pelo Barão de Eschwege, 1821. Apud. COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. op.cit. Pasta 1

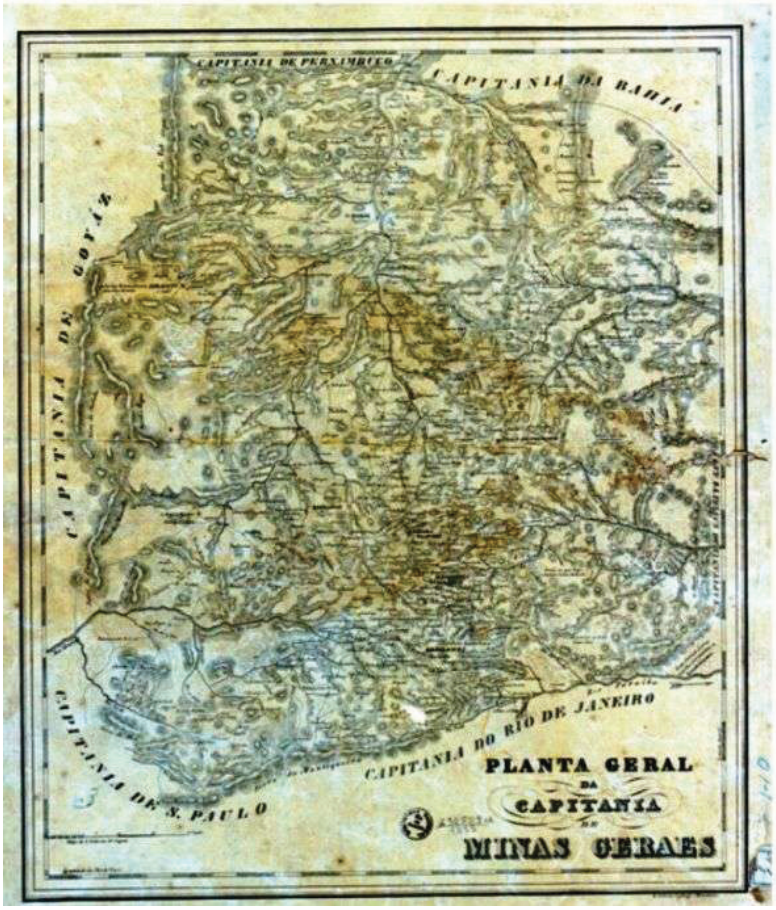


FIGURA 16: PLANTA Geral da Capitania de Minas Geraes**.** s. a, [ca. 1800] *Miranda. Fundação Biblioteca Nacional.* .

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto et al. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*, 2002.

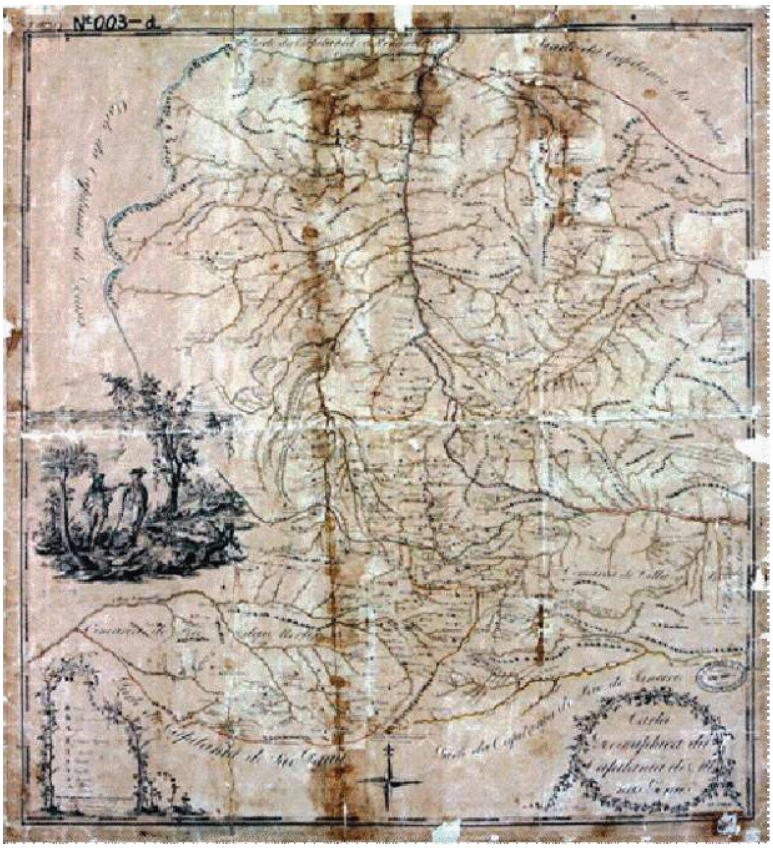


FIGURA 17: CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes – 1804. *Caetano Luís de Miranda [AHEx].*

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.



FIGURA 18: Detalhe da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes – 1804.

FONTE: COSTA, Antônio G. *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.

Não foi possível encontrar nenhum mapa específico sobre o oeste de Minas feito após a segunda década do século XIX, até pelo menos as regionalizações oficiais do século XX promovidas já pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro.

Mas por que as representações cartográficas do oeste de Minas, em escalas pequenas, declinam no século XIX? Por que retratar a região apenas na grande escala a partir dessa época? Talvez seja possível falar em novas bases de orientação da cartografia mineira, a partir do século XIX, conforme acreditam alguns autores. Novas configurações sociais e novas relações com o espaço. Se o oeste de Minas fez parte do chamado segundo grande momento da cartografia mineira, como vimos por se apresentar como uma região promissora na mineração diamantífera[192], também é certo

[192] Que teria chamado a atenção da Coroa Portuguesa a partir do momento em que se tornara região de passagem entre as Vila Rica e Paracatu (1744-1769), objeto de mineração clandestina intensificada entre 1769 e 1771, e sobre tudo a partir de 1771, quando foi estabelecida a Real Extração em lugar do sistema de contratos. A administração do Tijuco tentou explorar a partir de 1786 estabelecendo um serviço de extração a partir de 1791, "com uma tropa de duzentos trabalhadores, dirigida pelo administrador Antônio José Alves

que *"com a decadência da lavra dos diamantes devido à exaustão das jazidas e à conseqüente diminuição do rendimento, a produção de documentação cartográfica também cessou"*[193].

Interessante notar que o surto cartográfico de representação do oeste de Minas também esteve ligado a uma alternativa "frustrada" diante da crise da mineração das regiões de exploração mais antiga A cartografia mineira, a partir de então, seria mobilizada sob novas bases de gestão do poder, e na *"fixação no seu território de outros interesses econômicos, além da mineração, referentes à agricultura e à pecuária."*[194] Os elementos representados eram os arraiais, a divisão administrativa e judiciária que se apoderava da eclesiástica, anterior a ela, dando formas ao poder da capitania, dividida em comarcas, demarcadas em termos e, em alguns casos, em julgados que tinham como sede uma vila ou, excepcionalmente, uma cidade e compreendiam as freguesias.[195]

No período provincial estas características permanecem e se potencializam. Se, por um lado, a nova estrutura de governo que transforma a capitania de Minas em província, dá autonomia política e poder à administração pública local, por outro, as representações cartográficas se ampliam, ou se "perdem na grande escala" e na diversificação dos objetivos em *"dispor de dados demográficos e sociais, devidamente relacionados a uma base espacial (...)"*[196] para nortear as novas ações políticas. Assim, as representações cartográficas de Minas Gerais do século XIX – da capitania até 1822, e da província – são tão numerosas quanto genéricas na representação do oeste de Minas. Muitas das cartas de Minas Gerais, nesse período, foram realizadas por viajantes e engenheiros estrangeiros como "*Eschwege, Ferdinand Halfeld ou Frederico Wagner, ou ainda Heinrich Gerber, ou brasileiros como José Ribeiro da Fonseca Silvares e Cândido Mendes de*

Pereira" (p. 280-281) que ficou por lá quatro anos, explorando diamantes sem lucro. Com a notícia do achamento do Diamante do Abaeté (1796) é que teve um novo interesse pela região, quando ocorreu as diligências de Vieira do Couto e a produção da Carta da Nova Lorena e em 1807 foi instalada a nova Extração do Indaiá e do Abaeté, sob a direção de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos" administrada desta vez não pelo Tijuco, mas pela Junta de Vila Rica. Esta durou apenas até janeiro de 1808. (Cf. SANTOS, José Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino.* Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868. p. 157 e passim; COUTO, José Veira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. 1799. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júnia Ferreira Furtado Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. 101p.

[193] COSTA, Antônio Gilberto. (org.) cartografia da conquista de Minas Gerais. Op. cit. p. 118.

[194] COSTA, op. cit. p. 123. Para uma discussão sobre a diferenciação econômico-espacial de Minas Gerais no século XVIII e XIX, ver GODOY, Alexandre Mendes e CUNHA, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, *Anais sobre o X Seminário sobre a economia mineira*, CEDEPLAR/UFMG, 2002.

[195] COSTA, op. cit. p. 123.

[196] COSTA, p. 21.

Almeida"[197] e muitas delas ligadas a um processo de definição dos limites da província das Minas Gerais[198], com litígios e redefinições, tais como a incorporação do Triângulo Mineiro retratada na carta de 1855, de Frederico Wagner[199], ou a proposta de uma nova configuração para a província de Minas Gerais, do deputado Cruz Machado, de 1873[200]. Enfim, tem-se grande quantidade de documentos cartográficos sobre Minas Gerais definindo novas formas de representação do espaço que não incluíam a ênfase em elementos regionais, nem cuidavam das diferenciações do oeste de Minas no território mineiro. Estes mapas não nos informam muito sobre o oeste de Minas, até fins do século XIX. Ou nos informam que o oeste de Minas deixa de chamar a atenção quando as transformações políticas que levaram à república dão preferência a uma representação corográfica de Minas Gerais: uma variação de escalas orientada pela representação do território ligada a configurações de poder do Estado Nacional, suas divisões administrativas e, na república, seus entes federados.

A cartografia agora tem como critérios de regionalização especialmente definidos pela ordem política e administrativa do estado nacional, cujo recorte preferencial é a divisão municipal. A unidade territorial da província, e depois do estado federado de Minas Gerais, parece ser o principal tema tratado nestas cartas. Nem seria preciso fazer referência às questões dos limites, aos separatismos "superados" nesse período para chegar a tal conclusão. Bastaria observar a insistência da cartografia na mesma escala e nas temáticas semelhantes.

O oeste de Minas merecerá novas atenções da cartografia na segunda metade do século XIX, quando se intensificam as discussões sobre a integração econômica do Império como parte do território envolvido no planejamento dos transportes ferroviários e hidroviários. O mapeamento dos rios e afluentes do São Francisco esteve relacionado à sua função econômica como possibilidade de ligação do sudeste ao nordeste. Neste sentido, parece-nos que se poderia falar em novas formas de percepção daquele espaço – e, portanto, de novas configurações sociais – ainda que os levantamentos realizados sobre o oeste de Minas, ligados às potencialidades econômicas da exploração do transporte no Rio São Francisco, não tenham trazido grandes transformações na configuração espacial. Conforme

---

[197] COSTA, p. 21.
[198] Cf. CARTA da Capitania de Minas Gerais feita pelo Barão de Eschwege, 1821. apud COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. op.cit. Pasta 1. [Figura 19]
[199] CARTA Chorographica da Província de Minas Geraes feita por Frederico Wagner. 1855. Apud: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. op.cit. Pasta 1.**[**Figura 21]
[200] CARTA da Província de Minas Geraes segundo o projeto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado. 1873. Apud: COSTA, op.cit. Pasta 1. [Figura 22]

observou Costa, o novo interesse pela representação da região e o conhecimento do território do Alto São Francisco, teve repercussões positivas mais para a cartografia da região do que propriamente para a melhoria das comunicações ou do sistema de transportes da província.[201]

É especialmente a partir de 1869 que foram produzidos mapas relacionados aos transportes, sobretudo o ferroviário, considerando-se o oeste de Minas como ponto de referência – ponto de ligação. Um nó da rede ferroviária, nos projetos de ligação entre as estradas de ferro Sapucahy e a Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), como parte de um projeto de integração entre São Paulo e o Alto São Francisco até Bom Despacho e Dores do Indaiá[202]. A própria designação Oeste de Minas parece ter sido popularizada pelo funcionamento da ferrovia, possibilitando associação do espaço por ela ligado e percorrido pela locomotiva, à categoria de regionalização. É possível encontrar grande quantidade de mapas de planejamento viário, a partir desse momento, orientados por preocupações que se estenderam até o período republicano. A *Carta de Minas Gerais Comemorativa do Centenário* (1822-1922)[203] poderia ser tomada como uma grande síntese[204] dos elementos mobilizados nessa nova cartografia – nessa nova forma de imaginar, representar e vivenciar o espaço mineiro e o oeste de Minas: a abordagem municipal e a preocupação com o sistema de comunicações. De um lado, um processo

[201] COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. p. 131). Em 1875, João Ramos de Queiroz expunha as razões para se ligar o porto de Santos ao Alto São Francisco e não construir uma estrada no Sul de Minas. Nessa proposta, de acordo com o parecer do Instituto Polytécnico ao qual ele estava ligado, "a linha férrea do Sapucahy partirá da cidade de São Paulo e seguirá em demanda de Juquery, Atibaia e Valle do Jaguary, em São Paulo; dahi em diante seguirá Ella em Minas, o Valle do Camanducaia, confluente do rio Jaguary; atravessará as contra-vertentes do Canguáva em demanda dos valles do Itahim e Sapucahy Merim, até o sapucahy, em Pouso Alegre, por cujo Valle poderá seguir até o – porto da barra (barra do Sapucahy como Rio Verde) Cachoeira do Salto, Piumhy e valle do Alto São Francisco até Bom Despacho, nas inmediações de Indaiá." (Cf. QUEIROZ, João Ramos de. *Ligação da província de S. Paulo ao rio S. Francisco.* Rio de Janeiro: Typografia do Globo, 1875.p. 42.)

[202] A Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) foi inaugurada no dia 30 de setembro de 1879, ligando, a princípio, as cidades de Antônio Carlos, próxima a Barbacena, e Barroso. A EFOM foi considerada a ferrovia "mais" mineira, pois, um ano após a inauguração, sua sede passou a ser São João del-Rei, resultado do esforço realizado pela comunidade local para que a ferrovia chegasse até a cidade. Nessa época, por onde passava, o trem já despertava o interesse e a emoção dos moradores. Alguns historiadores chegaram a considerar a Estrada de Ferro Oeste de Minas como a primeira ferrovia do Estado, já que as demais possuíam as sedes no Rio de Janeiro.

[203] A CARTA de Minas Comemorativa do Centenário. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, v.1, fascículo 3, set. 1923.

[204] Evidentemente essa função era uma das orientações explícitas da produção da carta: "O que (...) se quis realizar foi o traçado methódico do conhecimento actual do território mineiro, a representação graphica da organização administrativa vigente e o registro de dados estatísticos e históricos capazes de dar, resumida e schematicamente, uma satisfatória idéia de conjunto da situação actual do Estado, a qual é bem a expressão de uma "grandiosa obra de civilização e de progresso já realizada por Minas na sua vida de luctas e trabalho incessante, sempre honesta, ordeira, tenaz nos propósitos, cauta nos processos, paciente e serena nos revezes, progressista nos objectivos e acima de tudo, preocupada com os ideaes superiores da grande Pátria Brasileira". FREITAS, M.A. Teixeira de Freitas. *Discurso proferido em 1º de setembo de 1923, na solemnidade de abertura da exposição cartográphica organizada no edificio do conselho deliberativo.*Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1924.p. 6-7

intenso de diferenciação do espaço político pela definição de limites municipais e por desmembramentos constantes e, por outro, uma preocupação com a ligação entre estes núcleos de poder municipal, com objetivos progressistas e nacionalistas. A Carta do Centenário, informava Teixeira de Freitas, representante da Diretoria Geral de Estatística do Estado, trazia, por exemplo, os seguintes elementos cartográficos:

> I – Rede fluvial (...) II – Relevo do solo (...) III – Sistema de communicações, abrangendo as redes postal, telegráphica, telephônica, ferroviária, (...) estradas de rodagem nos elementos constitutivos das ligações internas municipais, na sua tríplice modalidade – estradas para automóveis, estradas carroçáveis e simples estradas carreiras ou caminhos para tropa. IV – Divisão territorial – judiciária e administrativa (...). V – Nucleação urbana, pela locação e caracterização dos principais centros demographicos, a saber, cidades e villas com a sua categoria judiciária, povoados sedes de distritos, e povoações outras com um destes característicos – com correio, com telegrapho, sede de núcleo colonial, sede de districto não instalado, ou que já tenham sido sedes de distrito que ainda lhes conservam os nomes. VI – situação social das sedes districtais e municipais, apreciada pela referência do que existe em cada uma delas dentre quinze elementos mais característicos do progresso local, a saber – serviços públicos de abastecimento d'água, illuminação, exgottos, mercado, matadouro, correio, telephones e bondes, e estabelecimentos de uma das seguintes categorias – grupo escolar, de ensino secundário, de ensino superior, hospitalar, banco e posto meteorológico[205].

Além de informar sobre a condição atual do estado federado, a carta atualizava velhas questões territoriais, ainda do tempo de Joaquim José da Rocha, como o litígio com Goyaz, em que um dos pontos de disputa entre os dois estados era a serra de Andrequicé[206], fazendo uso das informações do (e sobre) espaço produzidas ainda durante o período colonial. Por outro lado, assentava-se nas novas formas de representação do espaço mineiro – privilegiando os recortes municipais, especialmente apoiando-se numa coleção de 72 mapas municipais produzidos na década de 1920[207]. Interessante notar que dos 178 municípios da época, o autor dispunha de apenas 72 mapas municipais, apenas 40% dos municípios tinham representações cartográficas. Destes, poucos eram os municípios do oeste de Minas que haviam produzido o seu mapa municipal, tal como o de Abaeté que teve sua carta municipal feita em 1923[208]. [figura 23].

---

[205] FREITAS, M.A. Teixeira de Freitas. *Discurso proferido em 1º de setembro de 1923...* op.cit, 1924. p. 7-8.
[206] FREITAS, M.A. Teixeira de Freitas. op. cit. p. 17.
[207] Estes mapas só foram publicados em 1926. Cf. MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatistica Geral. *Atlas chorographico municipal*. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926. 2v.
[208] CARTA do Município de Abaeté em 1922. Arquivo Público Mineiro. APM -069.

Isso não significa que pela representação cartográfica do recorte municipal o oeste de Minas tenha sido menos conhecido do que outras regiões, já que o município de Abaeté ainda englobava uma grande área que, desmembrada posteriormente, deu origem a outros sete municípios atuais. Mas a observação do sistema de comunicações ["*rede postal, telegráphica, telephônica, ferroviária, estradas de rodagem (...) para automóveis, estradas carroçáveis e simples estradas carreiras ou caminhos para tropa"]* representado no mapa indica que a região estava "isolada". Que demandava integração, em termos bastante semelhantes àqueles utilizados pelos prefeitos de Abaeté, Biquinhas, Paineiras e Morada Nova de Minas, na década de 1970, quando defendiam a criação da BR-352. Talvez pudéssemos aproximar esses dois momentos [1920-1970] no que se refere à percepção do oeste de Minas como espaço a ser "integrado" ainda que as categorias espaciais utilizadas apresentassem diferenças significativas. Especialmente a partir da década de 1940, quando se inicia o planejamento estatal para levar adiante a integração econômica de regiões como o Oeste de Minas e são criados os institutos de estatística de planejamento – federal (IBGE, 1941) e estadual (FJP, 1973)[209] – que produzem inúmeras regionalizações do oeste de Minas com critérios bastante variáveis. (Figuras 24 a 27). Nestas regionalizações, o oeste de Minas é recortado e representado de formas tão diversas que, muitas vezes, são deslocadas das configurações sociais que lhe deram origem. Para ficar apenas com um exemplo já familiar e retornar ao início do capítulo, relembremos as categorias espaciais que os prefeitos de Abaeté, Paineiras, Biquinhas e Morada Nova de Minas utilizaram ao requerer a ligação de Belo Horizonte a Goiânia, passando pelo oeste de Minas: identificavam-se a uma região que chamavam *Alto-médio São Francisco:* referiam-se, portanto, à divisão de Minas Gerais em zonas fisiográficas, realizada pelo IBGE em 1941, cujo critério de regionalização é a noção de região natural, mas os critérios que

[209] As regionalizações oficiais foram realizadas, sobretudo, na segunda metade do século XX. Pelo IBGE, a partir de 1941 e pela Fundação João Pinheiro, a partir de 1973. Na divisão administrativa do IBGE em 1941, correspondia à área identificada com as zonas fisiográficas do Oeste de Minas e do Alto São Francisco. Na divisão em micro-regiões adota pelo IBGE, em 1969, correspondia às micro-regiões de Três Marias e Alto São Francisco. Na divisão regional de 1973 para fins de planejamento da Fundação João Pinheiro correspondia à Região do Alto São Francisco. Na divisão em micro-regiões geográficas de Minas Gerais pelo IBGE, em 1990, correspondia à região central mineira e oeste de Minas. Na divisão da Fundação João Pinheiro para planejamento regional, em 1992, localizava-se no centro-oeste de Minas e parte da região central. Já na divisão administrativa de MG, em 1996, segundo a Fundação João Pinheiro pertencia ao Médio e Alto São Francisco. Para uma análise de suas variações, dos critérios e princípios norteadores dessas regionalizações Cf. DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Um resgate histórico das principais propostas de regionalização. *Sociedade e Natureza*. Uberlândia, dez. de 2005. [ver seqüência dos mapas 24 a 27.

utilizam para identificá-la eram devedores da noção de região homogênea adotada nas regionalizações oficiais do IBGE, já em 1969.

Esse emaranhado de regionalizações, e a diversidade de categorias espaciais utilizadas para designar o oeste de Minas no século XX permanecem e se ampliam servindo mais para confundir que para apreender e compreender o espaço geográfico. Se elas não nos informam sobre a localização, pelo menos informam que é necessário ter cautela quanto à sua utilização e sempre interrogar os critérios utilizados e os sentidos que mobilizam: consideram os interesses econômicos já presentes desde o século XVIII e as formas de representações do oeste de Minas fixadas por aquela cartografia até as separações do espaço em territórios municipais com novos peculiares interesses, do período republicano. Aliás, sobre essa dinâmica municipal, a descentralização do poder político e as novas relações do homem com o espaço, os jornais locais também têm muito a nos informar.

Afinal, a partir do século XIX, o "jornalismo da roça" – do órgão noticioso à "boa imprensa catholica" – aparece como um recurso/lugar estratégico na gestão dos interesses políticos locais e de produção de novas formas de representação do espaço mineiro. O próprio termo *Oeste de Minas* é utilizado como categoria espacial nas representações cartográficas do espaço mineiro apenas em meados do século XX; e tem na imprensa local, já no final do século XIX, uma de suas principais "fôrmas". Ou dito de outro modo, para fugir do trocadilho: o jornal local da passagem do século XIX/XX é disseminador das primeiras formas de enunciação desse espaço específico como Oeste de Minas, termo recorrente nos discursos do presente.

Por ora, visitando as representações e imagens espaciais encontradas nas cartas geográficas, foi possível surpreender as primeiras divisões/ligações do espaço, desde sua percepção como espaço fronteiriço, vazio de percepção, como terra entremeia, no século XVIII e como lugar de promessas de riqueza e mineração, com seus limites sendo definidos, nomeado e identificado. Na passagem do século XIX/XX, o espaço feito região e lugar é enunciado como Oeste de Minas. Talvez seja necessário dar meia volta e estabelecer novos itinerários em busca de outras dimensões e escalas[210], novos códigos e estratégias de representação do espaço. Onde procurar? O que vamos encontrar?

[210] Para uma distinção entre escala, dimensão e representação e algumas de suas possibilidades de reflexão sobre a pesquisa em história ver NORONHA, G. C. Cartografias do sertão: O que as cartas geográficas podem nos informar sobre a narrativa história do oeste de Minas Gerais? In: CORGOZINHO, B. M; CATÃO, L. P; PEREIRA, M. H. F. *Memória e História do Centro-oeste Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 103-120.

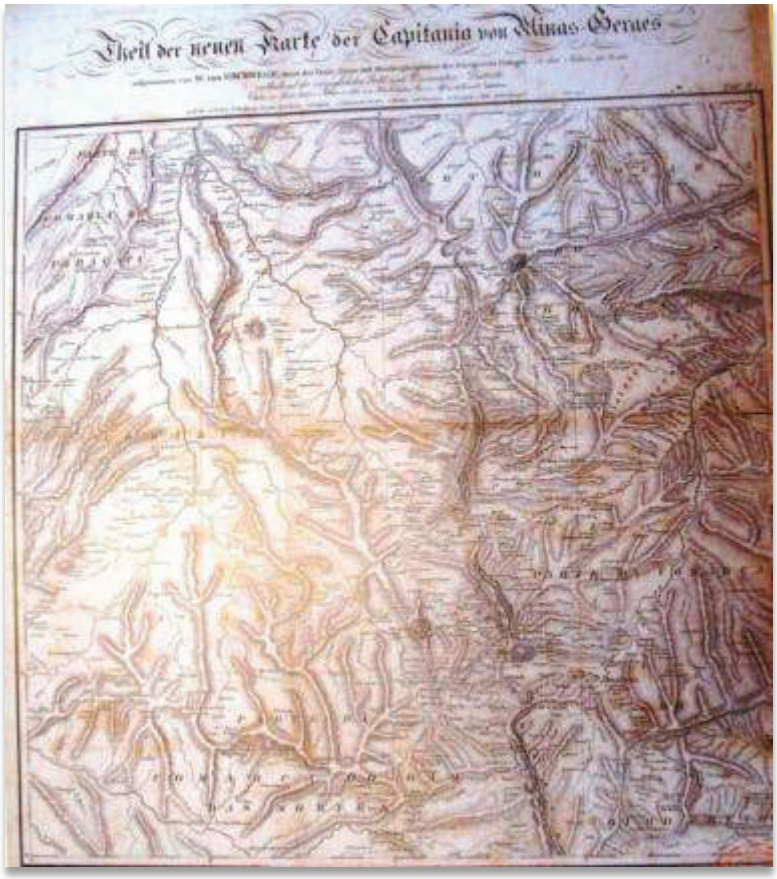


FIGURA 19: CARTA da Capitania de Minas Gerais feita pelo Barão de Eschwege, 1821.

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.

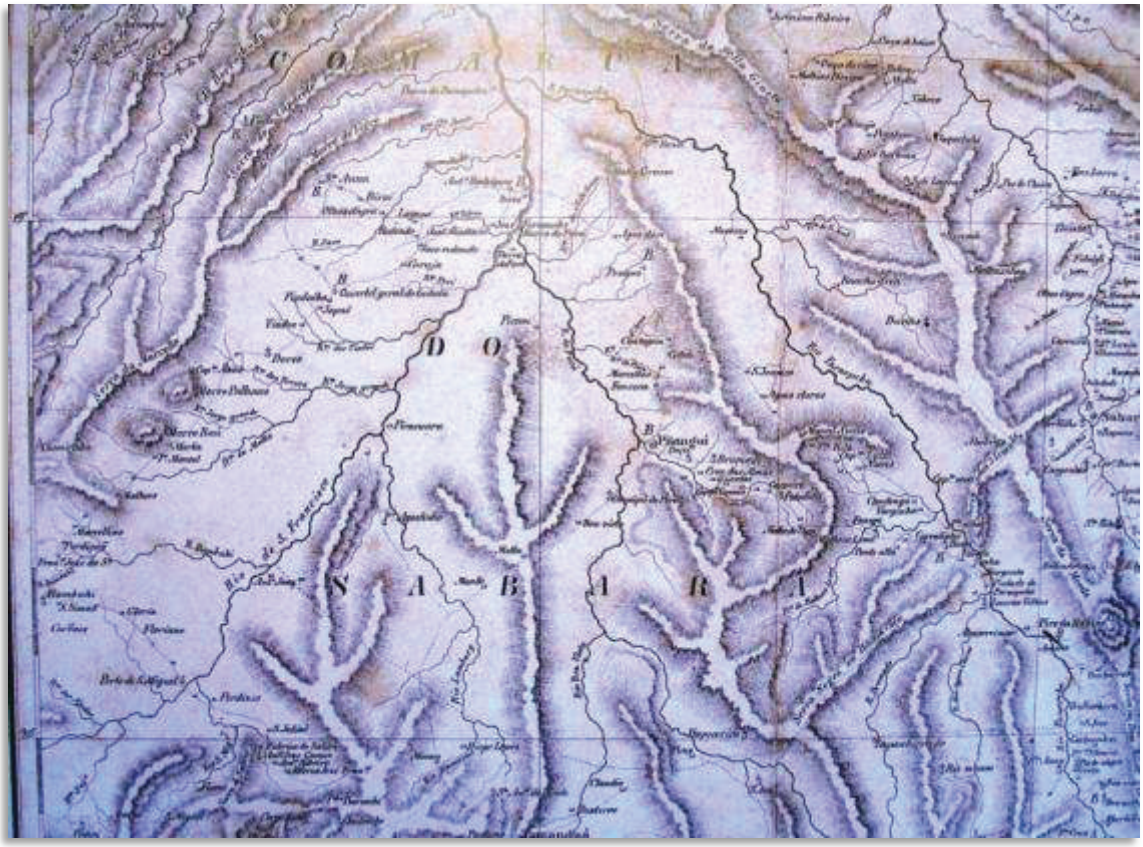


FIGURA 20: Detalhe da Carta da Capitania de Minas Gerais feita pelo Barão de Eschwege, 1821.

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.



FIGURA 21: Carta Chorographica da Província de Minas Geraes feita por Frederico Wagner. 1855.

FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.



FIGURA 22: Carta da Província de Minas Geraes segundo o projeto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado. 1873.
FONTE: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.

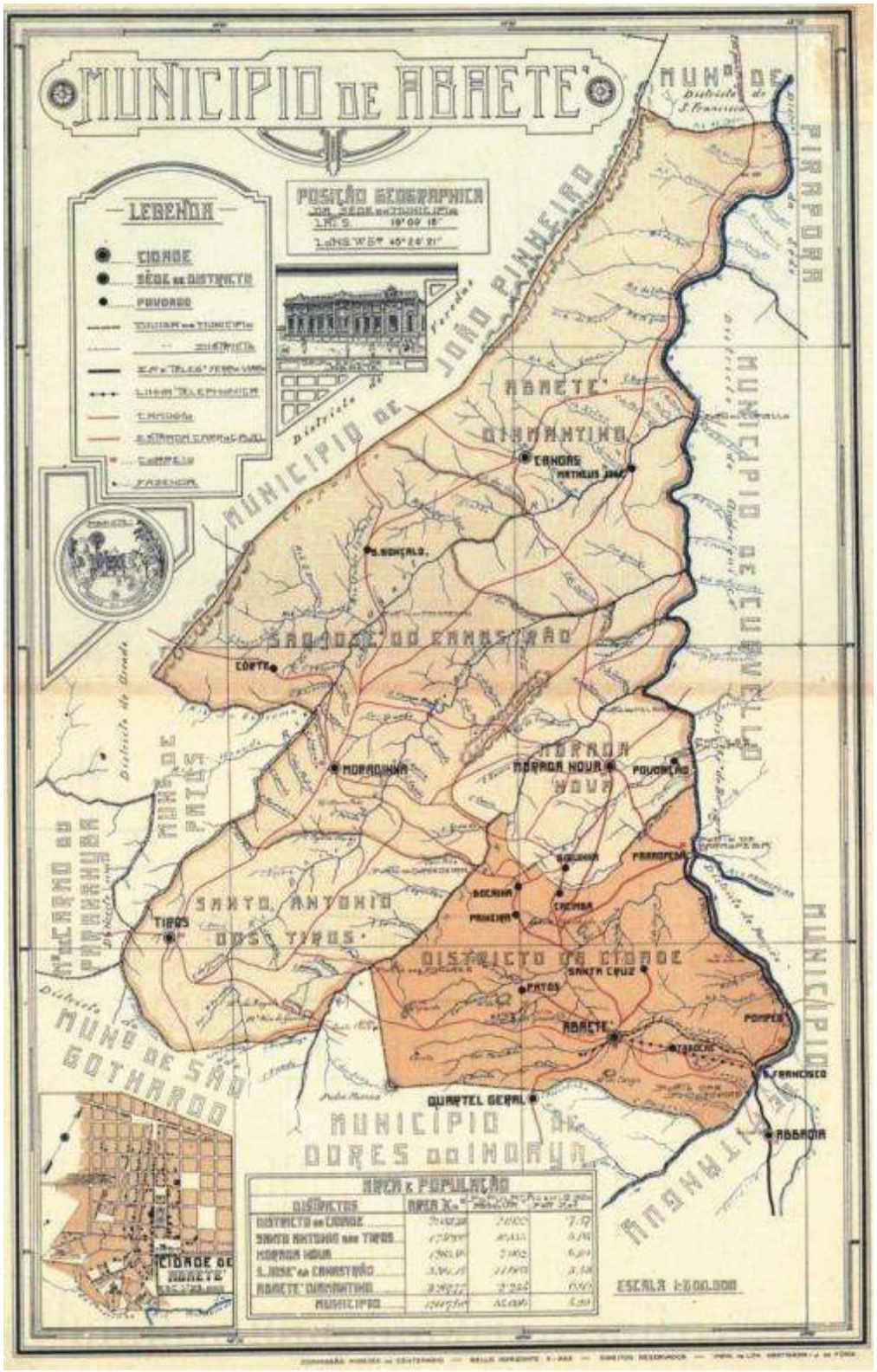


FIGURA 23: Carta do Município de Abaeté em 1922. As novas bases da cartografia do oeste: a abordagem municipal.

FONTE: Arquivo Público Mineiro. APM -069.

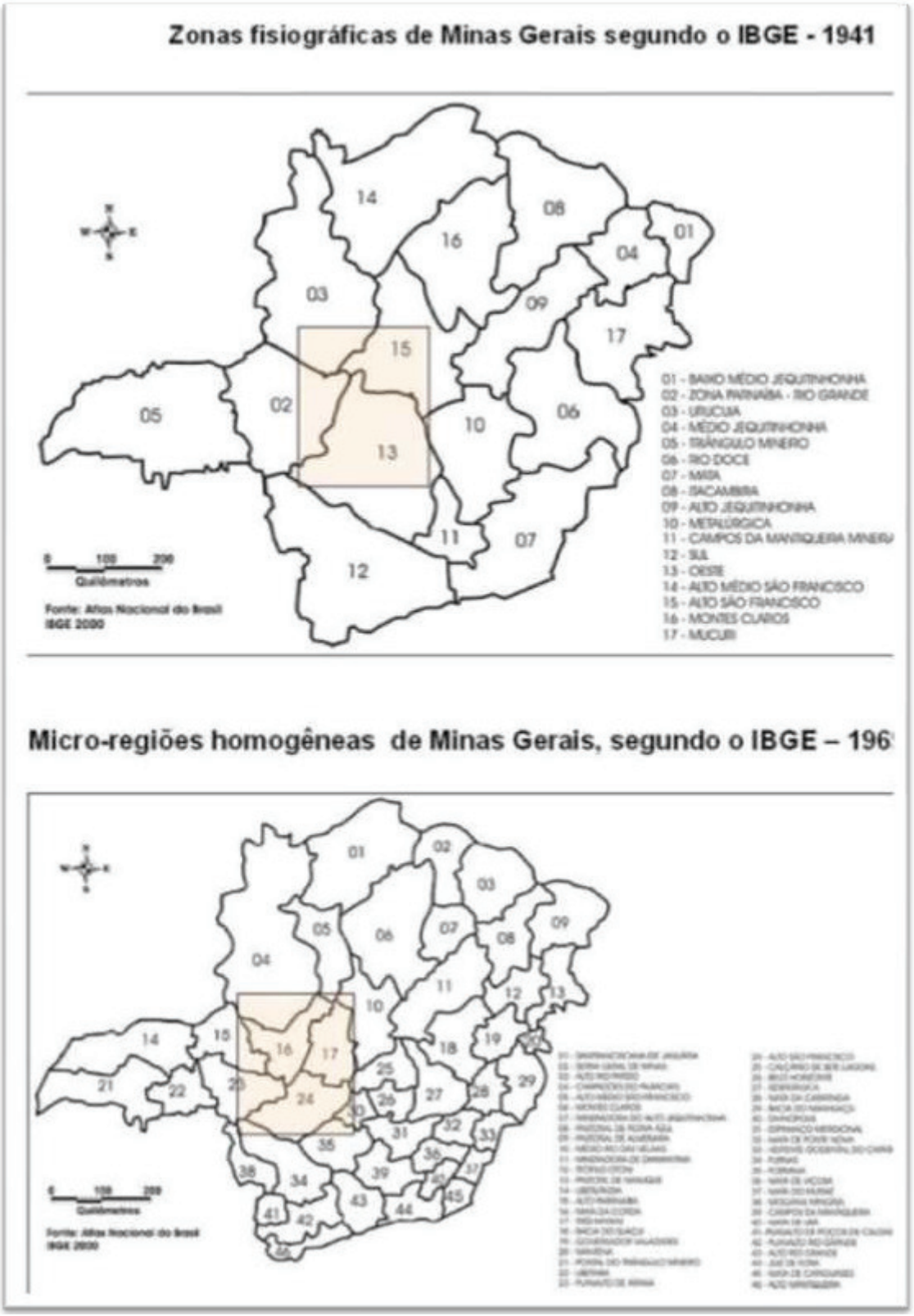


FIGURA 24: O oeste de Minas em duas representações distintas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na divisão de 1941, o critério de regionalização era, sobretudo, natural – zonas fisiográficas. Na regionalização de 1969 o critério era dado pelas noções de região da geografia teórico-quantitativa combinando elementos geográficos naturais, sociais e econômicos combinados.

FONTE: DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Um resgate histórico das principais propostas de regionalização. *Sociedade e Natureza*. Uberlândia, dez. de 2005.



FIGURA 25: O oeste de Minas visto sob os critérios econômicos de planejamento industrial e urbano do IBGE e da Fundação João Pinheiro. O IBGE utiliza a idéia de região funcional urbana e a FJP utiliza essa noção como forma de planejamento para o desenvolvimento sócio-econômico de Minas Gerais. Em ambas as divisões, o Oeste aparece quase inteiramente na mesma regionalização, sob a influência de Belo Horizonte, para o IBGE, ou como área pouco desenvolvida do Alto São Francisco, para a FJP.

FONTE: DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Op.cit.

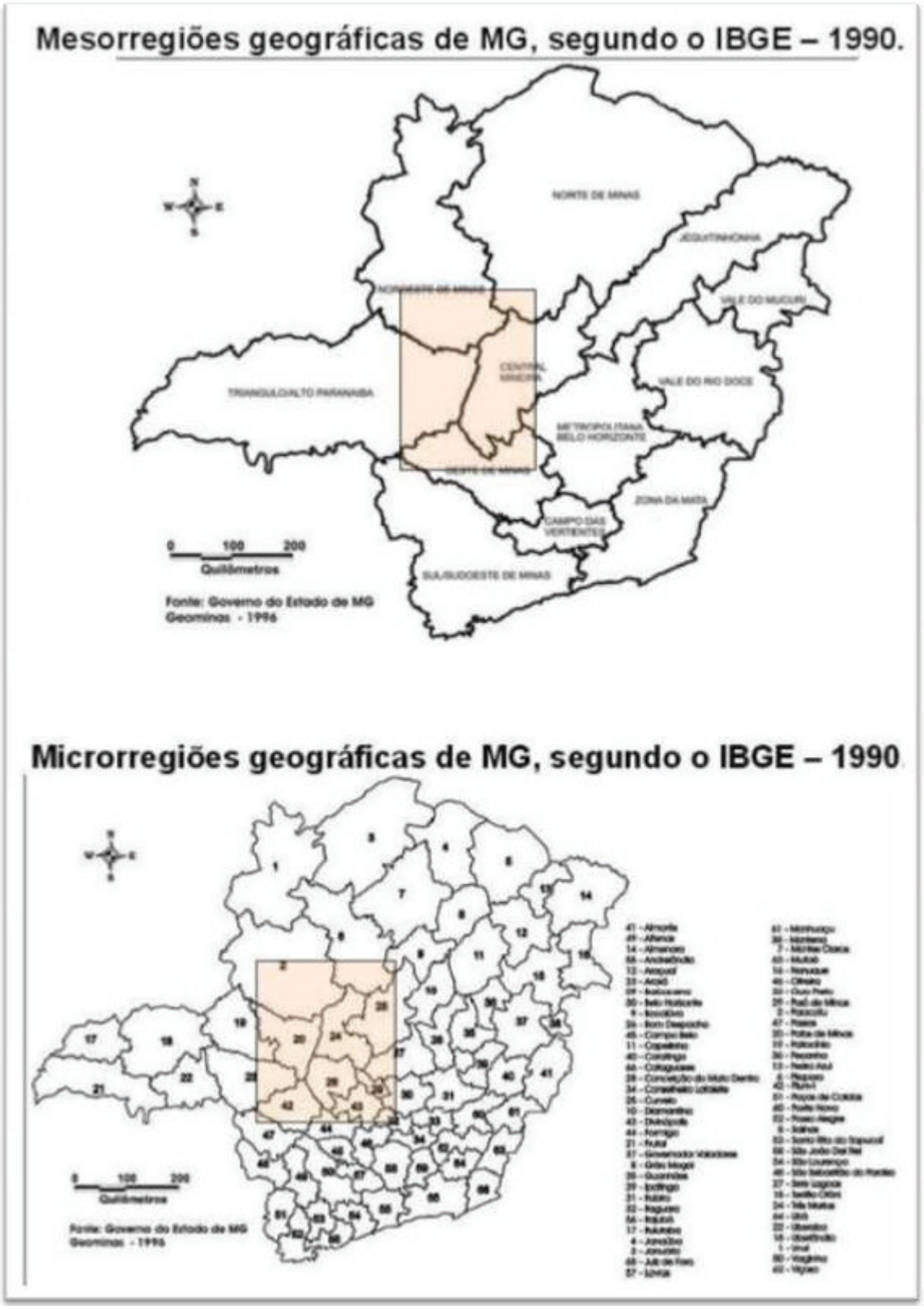


FIGURA 26: O oeste de Minas visto pela regionalização feita pelo IBGE considerando a idéia de mesorregiões e microrregiões organizada por critérios de econômico-culturais.

FONTE: DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Op.cit.

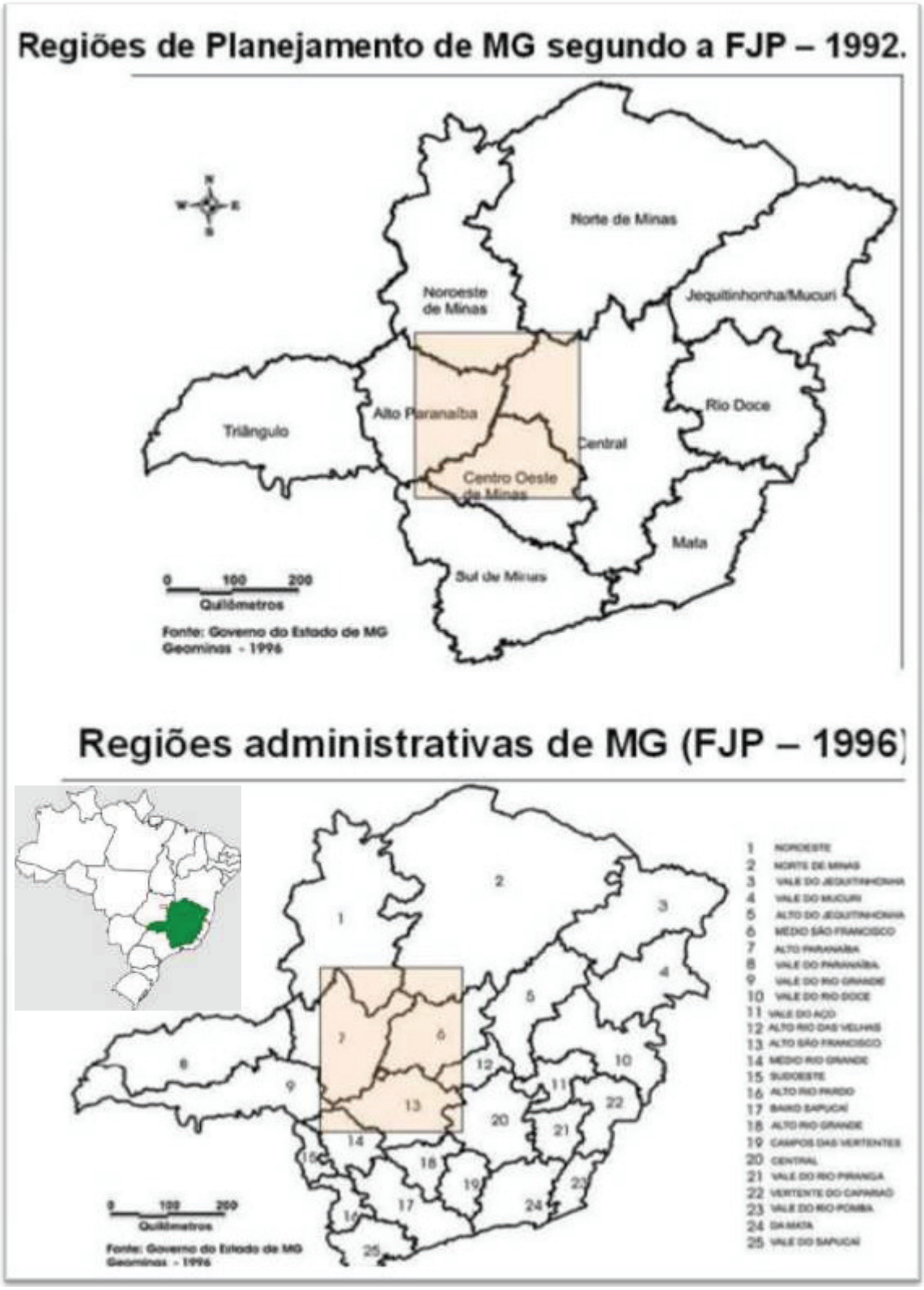


FIGURA 27: O oeste de Minas visto pela FJP por meio de critérios de Planejamento e Administrativos. Na primeira, utiliza a noção de região homogênea, polarizada e nodal. Na segunda, utiliza critérios de descentralização, aproximação e eficiência dos serviços públicos.

FONTE: DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Op.cit.

1.2 Nas manchetes de jornal

> O autor destas notas (...) lança aqui estas linhas com a convicção de que no longínquo ano de 2.012, nas vetustas estantes do Arquivo Público Mineiro, ou esquecida nos escaninhos de algum móvel antigo, esta Revista dê o testemunho de nosso amor a esta generosa terra.
>
> Mario Marcos de Morais, Bom Despacho (1912-1962)[211]

> Os typos são uns elementos espelhantes, que compõem vasto reflector de toda variante do humano pensamento, – constelação de idéias do firmamento do cérebro, que se imprime no papel.
>
> João de Araújo Santiago, Sant'Ana de São João Acima (Distrito do Pará [de Minas]), 1890[212].

Consideradas as idéias nos excertos de Marcos Morais e João Santiago, publicadas pela imprensa local em dois diferentes momentos (1890 e 1960), talvez seja oportuno dizer que os periódicos podem ser tomados como importantes meios/fontes de *informação* do/sobre o oeste de Minas Gerais sob pelo menos duas dimensões: porque, conforme nos fazem pensar as palavras de Mário Marcos de Morais, eles dão notícia dos acontecimentos e sentimentos de seus produtores na relação que estabelecem com o espaço, por meio de seus "testemunhos". Ao mesmo tempo, o próprio ato de enunciação daquela relação – possível pela tipificação de *"toda variante do pensamento humano"*[213] – é, digamos, um ato de informação[214] no sentido de produção de formas, de cristalização e/ou aprisionamento do espaço. Por este ato ele é separado, balizado posto que *"apreendido, assimilado ou armazenado pela percepção e pela mente humanas"*[215]. Tomar os periódicos como fonte de informação, digamos à maneira de Agamben, interlocutor de Foucault e Benveniste, coloca-nos diante de dois problemas:

---

[211] CINQÜENTENÁRIO DE BOM DESPACHO (1919-1962). Bom Despacho. Jun. 1

[212] SANTIAGO, José de Araújo. Recordando e respondendo. Centro de Minas. Sant'Ana de São João Acima (Pará de Minas). 20 de abril de 1890. Ano I, n. 2. p. 1.

[213] SANTIAGO, José de Araújo. op. cit. p.1

[214] "Em nosso juízo, a raiz etimológica da informação, que equivale a *dar forma, por em forma, formar, configurar* e, por extensão, *representar, apresentar* ou *criar* uma idéia ou uma noção, é valioso ponto de partida. Sem dúvida, informar é dar uma forma ou um suporte material a uma vivência pessoal ou a uma imagem mental do emissor; mas não é só isso. O suporte ou forma necessita de associar-se a uma série de signos ou símbolos convencionais que objetivam tal forma, de modo a torná-la transmissível. O sujeito ativo transforma a imagem mental formalizada (mensagem) numa série de signos (codificação) que se transmitem para serem decifrados e interpretados pelo sujeito receptor." XIFRA-HERAS, Jorge. A Informação Cotidiana In: A Informação: análise de uma liberdade frustrada. São Paulo: EDUSP/Lux, 1975.

[215] Recorro aqui à definição bastante corriqueira de informação de HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Miniaurélio da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira. 2007.

o do arquivo, das questões relativas ao dito e o não-dito; e o do testemunho, entre o dizível e o não dizível[216].

E se essas conjecturas têm cabimento, é ainda necessário perguntar: quais periódicos existiram e que ainda se encontram disponíveis para consulta podem dar notícia (informar ou produzir configurações) do oeste de Minas, seja para confirmar ou refutar os anseios jornalísticos de Morais ou a tese "tipográfica" de Araújo? Onde e como poderiam ser encontrados? Seria adequado seguir a sugestão de Morais e procurá-los *"nas vetustas estantes do Arquivo Público Mineiro"* ou quem sabe *"nos escaninhos de algum móvel antigo"*, ainda que o ano de 2012 já não nos pareça tão distante? O que eles teriam informado e o que podem ainda [nos] informar?

Foram várias as tentativas de encontrar formas de representação do oeste de Minas na imprensa local desde o primeiro contato consciente com um periódico local – especificamente com o editorial do jornal *O Abaeté*, dirigido por Joaquim José de Oliveira, cuja primeira edição foi publicada em 1904. Sua leitura suscitou questões relativas às formas de representação desse espaço específico. Mobilizado pelas questões e sugestões encontradas no percurso de pesquisa, proponho continuar a construção da narrativa seguindo, ainda que por pouco tempo, caminho já devassado da história da imprensa mineira em busca dessas informações preliminares para tentar avançar.

Meu ponto de partida bastante superficial e arbitrário – ainda que procedimento recorrente que parece consolidado entre aqueles que escrevem sobre a imprensa mineira – consiste em começar pela lista de periódicos mineiros do século XIX produzida por José Pedro Xavier da Veiga em 1897 e publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1898[217]. Esta relação é, ainda hoje, considerada o mais completo levantamento feito dos periódicos mineiros, até o século XIX[218]. Para confeccioná-la, o autor utilizou-se especialmente das coleções e periódicos avulsos que

---

[216] AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz.: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008, p. 146.

[217] VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, Ano. III, p. 195-236.

[218] No que se refere às fontes sobre as tipografias e tipógrafos em Minas Gerais, Moreira observa que "são raras e marcadas por uma forte inadequação. (...) Entretanto, é possível descobrir pistas sobre o cotidiano dessas empresas por meio de fontes ditas "oficiais". Os registros da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, (...) a documentação das câmaras municipais mineiras, conservada no mesmo Arquivo, (...) a legislação pertinente (...) pois, em conformidade com o artigo 303 do Código Criminal de 1830, as tipografias deveriam ser registradas na própria câmara, em códice específico (...). Os próprios periódicos podem nos oferecer dados sobre seu cotidiano por meio dos avisos, anúncios e discursos referentes à subscrição, locais de venda, periodicidade e, sobretudo, à sua tendência política. (MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano 44. v. 1, jan/jun. 2008. p. 26).

havia reunido e, posteriormente, encaminhado ao Arquivo Público Mineiro[219]. Muitos deles não resistiram ao tempo e – excetuando-se a possibilidade de encontrar exemplares conservados em algum arquivo particular que não nos foi possível consultar – encontram-se registrados apenas naquele trabalho de sistematização.

Mas por que começar essa busca de informações sobre o oeste de Minas, pela "velha" lista de Xavier da Veiga, ao invés de vasculhar outros lugares oficiais de conservação da lembrança da imprensa mineira, por exemplo, dos periódicos do acervo atual da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/Hemeroteca Histórica que, em parceria com o Arquivo Público Mineiro, disponibiliza, digitalizados, todos os 266 títulos que possui de jornais mineiros produzidos no século XIX (1824-1900)[220]? Os periódicos lá existentes estão hoje relativamente bem conservados: foram digitalizados e os jornais do século XIX - muitos dos quais serviram de base para a confecção da lista de Veiga – estão disponibilizados, na íntegra, para consulta on-line[221]. No entanto, muitas justificativas poderiam ser dadas para começarmos pela lista e não pelo acervo da Hemeroteca, nem pelos títulos encontrados em arquivos particulares, sobretudo quando a idéia inicial é um levantamento dos títulos existentes. Poderíamos evocar justificativas de ordem: a) quantitativa – a lista de Xavier da Veiga, ainda que não abranja a produção dos últimos três anos do século XIX, traz uma relação de títulos bem mais completa do que o acervo atual do Arquivo Público Mineiro[222]; b) cronológica – porque a lista é mais antiga ou foi elaborada em um momento bem mais próximo da produção e circulação dos jornais sistematizados; c) metodológica – porque ela é já uma sistematização do que pode ser encontrado no acervo do arquivo e, portanto, mais adequada para uma consulta preliminar; d) subjetiva – posto que em grande medida seja uma decisão arbitrária tal qual boa parte das escolhas narrativas feitas pelo historiador e

---

[219] Para uma relação dos documentos doados por Xavier da Veiga ao APM cf.: LIMA, Augusto de. José Pedro Xavier da Veiga: esboço biográfico. In:____. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VI. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1901. 24-25. A iniciativa de Xavier da Veiga "coincide" com "a colaboração valiosa [de] (...) Lafaiete de Toledo, divulgando a sua 'Memória histórica' (...) com o registro comentado de 1.536 jornais e revistas da Província/Estado de São Paulo" (LUCA, Tânia Regina de e MARTINS, Ana Luiza. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. p. 14) não apenas quanto à época de publicação (1897) com pelo suporte em que foi divulgada – uma revista de estudos históricos.

[220] Sobre o projeto de digitalização do acervo dos jornais mineiros do século XIX ver VENÂNCIO, Renato Venâncio e CASASCA, Marina. *Revista eletrônica Cadernos de História***.** Ano II, n. 01, março de2007. p. 5.

[221] Ver http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php

[222] Xavier da Veiga contabilizava que, salvo "alguma omissão, (...) até agora em Minas Geraes [tem havido] 861 gazetas, publicadas em 117 localidades (83 cidades, 3 villas e 31 arraiais) compreendidas em 86 municípios". Sendo 123 os municípios do Estado à época "verifica-se que somente 37 não têm tido ainda um órgão seu na imprensa". Só para o ano de 1897, o autor dava notícia da existência de 119 jornais e periódicos publicados e em toda a sua lista apresentava 595 títulos a mais do que a lista atual da Hemeroteca do Estado. VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). p. 234.

que não corresponde necessariamente aos caminhos, digamos da pesquisa empírica, ainda que eu compartilhe da preocupação de Norbert Elias em poupar o leitor *"da dificuldade de tentar compreender as idéias posteriores como se houvessem surgido do nada"*[223].

Mas o que há de informação nesta lista de periódicos do século XIX que poderia interessar de forma tão urgente àquele que quer saber mais sobre o oeste de Minas? Pelo menos no que se refere aos títulos há a possibilidade de identificação do aparecimento e utilização da categoria Oeste de Minas como meio de informação do espaço pelos periódicos do século XIX sem necessariamente realizar uma delimitação *a priori* desse espaço. Quer dizer, torna possível apreender a produção do oeste de Minas enquanto espaço que ganha forma/nome – Oeste de Minas - pelos jornais e não necessariamente identificar os jornais produzidos nesse espaço através de uma delimitação que os antecedesse. Nesse sentido, é possível levar adiante um movimento narrativo que primeiro cuide do Oeste de Minas que ganha forma nos jornais [um nome] para, em seguida tratar dos jornais que surgem neste espaço denominado e reconhecido como oeste de Minas. Lidar com a informação como processo cognitivo, lingüístico, histórico, de tomada de consciência do espaço do oeste de Minas realizada pelos jornais e, ao mesmo tempo, tomá-la em seus conteúdos e estratégias na enunciação das relações dos homens com o espaço.

Para a primeira tentativa comecemos pelo título dos periódicos – a principal informação da lista elaborada por Xavier da Veiga, o primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro[224]. Explicava ele que a relação publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro indicava *"o número, [os] títulos e [a] localidade das gazetas antigas e atuais* [1897] *e dos anos em que ellas apparecerão"*. Quando possível, *"além do ano, o mez e o dia em que apparecerão as diversas publicações periódicas"*[225]. Considerando os títulos dos periódicos mineiros sistematizados, não seria possível afirmar que, até pelo menos 1859, exista a enunciação de uma diferenciação do espaço em Minas Gerais, na imprensa mineira, tampouco se tem indícios da utilização da categoria Oeste de Minas para representá-lo. Até então, enunciavam-se, mormente a *"centralidade*

---

[223] ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 9.
[224] Sobre a trajetória de Xavier da Veiga, ver: CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida e NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. p. 15-40.
[225] VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). op. cit. p. 195.

político-cultural das antigas áreas mineradoras"[226]. Títulos como *O Universal*[227], *O Guarda Nacional Mineiro*, *Mentor dos Brazileiros*, de Ouro Preto, concorrem para serem os mais explícitos na enunciação da vontade de exercício de uma relação política importante na construção da nacionalidade quanto uma função centralizadora da capital da província em relação aos municípios. E nem é necessário recorrer ao lugar de produção dos jornais para observar o seu lugar de enunciação – a posição do sujeito enunciador que não necessariamente decorre da localização das tipografias. Bastaria uma leitura atenta dos títulos para se pensar que o jornal e o jornalismo mineiro, até a primeira metade do século XIX, pelo menos, não seria mais do que *O Companheiro do Conselho* (1825) posando de *O Patriota Mineiro* (1825), ambicionando território político *[O] Unitário* (1838). Ainda que ouvisse *O Grito do Povo* (1833) como um *Echo de Minas* (1847) parecia sempre pronto a defender *O Permanente (1833)* interesse do governo provincial. Para tanto, era *O Monarquista Leal* (1840), *O Legalista* (1842) incondicional, *O Noticiador* (1848) implacável do *Expediente do Governo Provincial de Minas-Geraes* (1845), às vezes *Conservador*, às vezes *Liberal*[228], quase sempre convertido n'*O Mineiro (1833)*, *Conciliador* (1849).

Poder-se-ia argumentar que esse esforço de enunciação da unidade política mineira que não faz referência a categorias diferenciadoras do espaço tenha sido mera ilusão criada no ato de leitura e interpretação da lista de Xavier da Veiga. Isto porque se teria considerado apenas títulos de periódicos produzidos em Ouro Preto, sede do governo provincial e de onde, evidentemente, não se poderia estranhar discurso de tom unificador e conciliador. Entretanto, é na própria lista de Xavier da Veiga que se observa que, das onze cidades de Minas Gerais detentoras de folhas, até o fim da primeira metade do século XIX (Ouro Preto, São João Del Rei, Diamantina, Mariana, Serro, Pouso Alegre, Campanha, Sabará, Caeté, Barbacena, Tiradentes), nenhuma trazia no título qualquer

---

[226] VENÂNCIO, Renato V. e CASASCA, Marina. *Revista eletrônica Cadernos de História***.** Op. cit. 2007. p. 5.

[227] O Universal surgiu em Ouro Preto em 17 de julho de 1825, com quatro páginas em formato 25 x 16, e saía três vezes por semana. Foi o terceiro periódico a surgir na capital mineira, com duração surpreendente, uma vez que eram raros os jornais que ultrapassavam a marca de um ano de existência, *O Universal* circulou até 1842, interrompendo suas atividades em função da revolução liberal que tomou conta da província de Minas Gerais, capitaneada, sobretudo, por Teófilo Ottoni. "A iniciativa de publicação do jornal coube diretamente ao impressor Manoel Barbosa, que foi seu proprietário durante os dois primeiros anos. Contava nessa época com a colaboração de escritores e políticos eminentes de Minas Gerais, que permaneciam, porém, ocultos sob diferentes pseudônimos, prática comum na imprensa brasileira da época e dado relevante a ser considerado em qualquer análise que se atenha sobre a produção jornalística no período." ARAÚJO, Maria Marta. Impressores, editores e correspondentes: as origens da imprensa periódica em Minas Gerais. *Revista UFG*. Dez, 2008. Ano. X. nº 5. p. 35.

[228] O *Conservador de Minas* (1870) e o *Liberal de Minas* (1868). Cf. Lista de Xavier da Veiga. VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). p. 197-198.

referência à diferenciação regional do espaço. Ainda que fossem produzidas em diferentes lugares. Pelo menos as referências espaciais se restringiam às unidades locais: à sede municipal ou ao núcleo urbano específico do município em que o jornal era produzido; ou ainda, estavam atadas ao recorte provincial ou à uni[versali]dade nacional.

Essa ausência de categorias diferenciadoras-regionalizadoras do espaço mineiro, no título dos periódicos, mesmo que seja um dado muito parcial, sugere que o jornalismo passava por um momento de definição do lugar egocêntrico do sujeito, fundamental na definição da orientação espacial, ou na regionalização do espaço mineiro. Tal qual um observador em busca de orientação espacial que ainda esteja embevecido com a descoberta do lugar que deve ocupar em relação ao referencial (no caso dos pontos cardeais, o sol) para que possa tratar das peculiaridades do leste, oeste, norte e sul. Nos termos da história política, talvez se tratasse ainda de um esforço de centralização do poder, embora não muito tempo depois a questão da descentralização já fizesse parte da pauta, conforme se pode perceber pelos próprios títulos dos jornais.

A propósito, é somente em 1859 que surge o *Sul de Minas,* cuja categoria de regionalização enunciada no título é reafirmada pelo *Radical Sul-Mineiro* apenas em 1868. Os dois jornais eram da cidade de Campanha, terra natal de Xavier da Veiga. Sua família era quem mantinha O *Sul de Minas*, que serviu como espaço de defesa das idéias sobre a descentralização administrativa da monarquia[229]. Depois surgiram a *Estrela do Sul* de Bagagem (1881) e *O Correio do Sul* de São José do Paraíso (1894), reafirmando esta categoria de diferenciação do espaço mineiro. A partir dessa data (1859) é possível acompanhar, na lista do autor, o surgimento de outras categorias espaciais de diferenciação do espaço mineiro, enunciadas nos títulos dos periódicos que eram criados em diferentes espaços da província de Minas (até 1889) e do estado, após a proclamação da República. Ora utilizaram-se critérios "naturais" de regionalização (como a bacia de um rio, por exemplo), ora tomaram-se as (novas) formas de delimitação do território mineiro ou, ainda, os pontos cardeais cuja referência central (digamos, a posição do sujeito que se orienta) era Ouro Preto, a capital. Assim, Uberaba enunciava *O Paranayba* em 1874, seguido por Araxá, em 1884. Diamantina dava publicidade a'*O Norte de Minas* (1878), Sacramento "sacramentava" *O Triângulo Mineiro* (1887); só mais tarde foi seguido por Uberaba que, ouvindo o *Echo do Sertão* (1874-1876), já em tempos republicanos, passou a editar também

[229] Cf. SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: UFMG/Pós-Graduação em História, Linha Ciência e Cultura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Dissertação de Mestrado) p. 62-63.

o seu *[O] Triangulo Mineiro* (1897). Leopoldina lança sua *Gazeta do Leste* em 1890, cuja categoria espacial é reafirmada pelo *[O] Leste de Minas*, de Barbacena (1891).

E a categoria Oeste de Minas, que nomeia uma daquelas regionalizações que compõem nossa trama homônima, não estaria presente nos títulos da lista de periódicos de Xavier da Veiga? Aparece timidamente, já fenômeno republicano, no mesmo ano da enunciação da Zona da Mata, pela *Gazeta da Mata* de Juiz de Fora (1891) e um ano depois da enunciação do *Centro de Minas* (1890) na cidade do Pará [de Minas], em folha produzida no distrito de Sant'Ana de São João Acima[230]. A categoria é enunciada em Tamanduá[231] (Itapecerica) pelo título do *Correio do Oeste* (1891)[232] e em Formiga e Bom Sucesso, ambos em 1893, respectivamente como *O Oeste* e *O Oeste de Minas.* Enfim, de todas as categorias espaciais diferenciadoras do espaço mineiro mobilizadas pelo título dos jornais locais – Sul, [Alto] Paranayba, Norte de Minas, Triângulo Mineiro, Leste de Minas, [Zona da] Mata, Centro e Oeste de Minas, a categoria *Oeste de Minas* é a mais recente.

Considerando que sua utilização nas representações cartográficas só se verifica já no século XX, poderíamos dizer que a figuração Oeste de Minas tem no jornal local um lugar privilegiado de gestação e seu aparecimento poderia ser relacionado às configurações sociais daquele momento: à dinâmica social, política e econômica que teriam como estratégia importante nas relações de poder a enunciação da diferenciação do espaço e o jornal local seria então o lugar privilegiado de gestação dos discursos - e não a cartografia. Nesse sentido, se para o século XVIII/XIX, as representações cartográficas parecem ser as principais fontes de informação das/sobre as relações do homem como o espaço, para o século XIX, é o jornal que serve a tal função.

A leitura do conteúdo dos primeiros jornais que utilizam o termo Oeste de Minas em seus títulos seria imprescindível para avançar na compreensão da necessidade de especificação do espaço naquele momento e para apreendermos, ainda que

---

[230] Interessante notar que já neste momento enuncia-se o centro de Minas que antes era tomado como subentendido Ouro Preto. A enunciação do centro de Minas em Pará de Minas, Sant'Ana do Rio Acima (atual Itaúna, 1890) e depois em Curvelo poderiam ser relacionadas às discussões sobre o lugar onde deveria ser construída a capital do Estado que depois fora para o Curral Del Rei. Sobre o *Centro de Minas* de Curvelo, ver: NORONHA, Gilberto Cezar de. Para além do "sertão do litoral": as disputas pela caracterização do espaço na imprensa local do oeste de Minas Gerais, nos primeiros anos da República. *Anais do III Simpósio Internacional Cultura e Identidades de 12 a 17 de setembro de 2007*. Goiânia. Universidade Federal de Goiás. 2007.

[231] Xavier da Veiga ainda utiliza a denominação Tamanduá que foi modificada para Itapecerica pela lei n. 2995, de 19 de outubro de 1882. Nas primeiras décadas do século XIX, o município de São Bento do Tamanduá possuía 34 distritos dentre os quais incluía os territórios dos atuais municípios de Bambuí (até 1881), Piumhi, Formiga, Candeias, Santo Antônio do Monte, Campo Belo, Luz, São Roque, Carmo da Mata. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 164.

[232] Na lista de Xavier da Veiga, o *Correio do Oeste* é tomado como o sexto jornal da cidade, o que não parece ser verdade. No entanto, parece que o primeiro jornal tenha sido mesmo *O Itapecericano* (1884), editado pelo Major Afonso Henriques Lamounier tendo por redator José Ferreira de Carvalho.

indiretamente, por meio dos caracteres tipográficos impressos no papel, *"toda variante do humano pensamento"* ou a *"constelação de idéias do firmamento do cérebro"* [233], organizada conforme configuração social singular que demanda diferenciação regional do espaço mineiro, condensada nesse nome. No entanto, nenhum dos números pioneiros na enunciação do oeste de Minas[234] na imprensa (*Correio do Oeste*, *O Oeste* e *O Oeste de Minas)* foi conservado na coleção de Jornais Mineiros do Arquivo Público Mineiro, que inclui o acervo remanescente do arquivo que Xavier da Veiga utilizou para a confecção da lista. Também não foi possível localizá-los em outros lugares.

Diante dessa limitação/percalço, talvez seja adequado passarmos já para o segundo movimento de nossa busca de informações: dos jornais que enunciam a categoria Oeste de Minas para aqueles produzidos no espaço reconhecido como tal[235], no encalço de outros conteúdos que nos dêem notícia da forma como caracterizam [especificam, distinguem por meio de caracteres] ou tipificam este espaço. Aqui outro desafio: se o jornalismo dos municípios de Itapecerica, Formiga e Bom Sucesso, reconhecia este espaço como Oeste de Minas, municípios como Pará [de Minas] e depois Curvelo – de um ponto de vista geográfico localizados a norte e a oeste desses referenciais - eram enunciados em seus jornais locais como *Centro de Minas*. Poder-se-ia, portanto, constatar facilmente, pelos próprios jornais, a fluidez das formas de apropriação do espaço em construção naquele momento e caberiam mesmo questionamentos em relação às forças sociais e narrativas que tornariam inteligível a enunciação de um Centro de Minas localizado a noroeste do Oeste de Minas.

Para que seja possível cuidarmos das tipografias propriamente ditas que se desenvolvem e se expandem, digamos, pelo oeste daquele Oeste de Minas (a oeste de Itapecerica, Formiga e Bom Sucesso)[236], cujas tramas de regionalizações carregam sentidos

---

[233] SANTIAGO, José de Araújo. Recordando e respondendo. Centro de Minas. Sant'Ana de São João Acima (Pará de Minas). 20 de abril de 1890. Ano I, n. 2. p. 1.

[234] No atual acervo de jornais mineiros do Arquivo Público Mineiro, agora sob a guarda da Biblioteca Pedro Pires Bessa/Hemeroteca histórica, existem apenas quatro números do *Democrata*, dos jornais de Formiga do Século XIX, 15 números de jornais de Bom Sucesso e cinco de Itapecerica (do *Itapecerica* e *A Lucta*) e nenhum daqueles que enunciam o Oeste de Minas.

[235] Talvez seja necessário relembrar que aqui utilizo o termo "oeste de Minas" no sentido de espaço ainda indefinido objeto de diferentes delimitações e representações.

[236] Seriam as mesmas que torna possível concebê-lo atualmente como parte de um chamado Centro-oeste mineiro, conforme Corgozinho (2009) constituído por "77 municípios subdivididos em quatro mesorregiões [na divisão oficial do IBGE]: um no Campo das Vertentes; 44 no oeste de Minas; 18 na região metropolitana de Belo Horizonte; e 44 na Central Mineira"? Ou conforme compreende Lasmar (2008), como um "centro histórico de Minas (...) posto culturalmente ao lado"? A categoria oeste de Minas ainda hoje preserva essa função especificadora do espaço, que não necessariamente especifica, posto que seu lema principal é a unidade na diversidade fundada numa certa idéia essencialista enunciada sob a nuvem de um discurso da diversidade cultural. (Cf. CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa.

políticos determinados que ainda não temos condições de discutir. Talvez seja prudente recorrer a outras formas de denominação do espaço já apresentadas e que, não necessariamente, estariam relacionadas às configurações sociais de que resultara a necessidade de enunciação do espaço como Oeste de Minas. Poderíamos referir aos limites da Nova Lorena, à Região entre a Mata da Corda e o Rio São Francisco ou aos incertos limites de um espaço à esquerda do São Francisco, para cuidar do surgimento das oficinas tipográficas nesse espaço onde se avolumavam as tramas de regionalização.

A primeira oficina tipográfica instalada em um município à esquerda do Rio São Francisco, por exemplo, entra em funcionamento apenas sete anos depois do aparecimento da categoria Oeste de Minas nos títulos dos jornais mineiros. Exatamente em nove de janeiro de 1898, no mesmo ano da publicação do trabalho de Xavier da Veiga, exatamente nove dias após a finalização do seu texto – e por essa razão não faz parte de sua lista –, surge em Dores do Indaiá o jornal *O Indayá* fundado por Paulino de Paula Souza[237]. Além de ser o primeiro jornal a ser produzido nesse território outrora circunscrito pela promessa da exploração diamantífera[238], para fazer referência a outras formas de representação desse espaço, *O Indayá* parece ter sido também o único jornal a ser produzido na região ainda no século XIX, embora, do ponto de vista da imprensa local e de seus enunciados, não poderíamos dizer que este seria um jornal que falava do Oeste de Minas, posto que não faça referência à categoria, tampouco se identifica como tal.

O município de Dores do Indaiá foi o primeiro território à esquerda do São Francisco a ser desmembrado de Pitangui[239], em 1854[240]. Neste tempo, Pitangui ainda

---

Centro-oeste Mineiro: construção da unidade na diversidade. In: CORGOZINHO; CATÃO; PEREIRA. *História e memória do Centro-oeste Mineiro. Perspectivas*. Op. cit. p.19; LASMAR, José Osvaldo. Centro-oeste Mineiro: um certo centro de Minas. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008. p. 7).

[237] Waldemar de Almeida Barbosa escreveu que Paulino de Paula Souza "era homem inteligente e figura respeitável, filho do Cel. José de Souza Coelho. (...) Faleceu em 29/03/1915. Era pai de Carminha Gouthier". Além da direção de Paulino, o jornal também foi dirigido por Dr. Antônio Zacarias (1898), quando se tornou o jornal oficial da Câmara, por Miguel José Barbosa e Francisco Soares Machado (1900), Dr Zacarias (1901 a 1903), Jeremias Caetano Júnior (1903 a +/- 1906), quando encerra sua primeira fase. O jornal retorna ainda por dois períodos: de 1926 a 1928, "Tendo como diretor o Dr. Edmundo Lobato, só no nome se parecia com o primeiro jornal de Dores. O novo "O Indaiá", era essencialmente político e combativo. Sua linguagem era violenta". Em 1927 e 1928, combatia o presidente da Câmara, José Argemiro de Moura. E ainda uma vez em 1947 dirigido por Djalma Argemiro de Moura. (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Dores do Indaiá*. Dores do Indaiá: Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, 1985 p.86-89).

[238] Ver item 1.1 sobre a Nova Lorena Diamantina e seus respectivos mapas (figuras 12,13,14 e 15).

[239] O município de Pitangui tinha até então vinte freguesias quando em 1853/54, cinco delas: Confusão Tiros, Morada Nova, Marmelada e Dores do Indaiá são desmembrados, tendo como Termo o último. A justificativa principal para o desmembramento era "a distância e os diversos rios invadeáveis que cortam o longo percurso em demanda do Pitanguy". (SILVA, Joaquim Antônio Gomes da Silva. Excavações ou apontamentos históricos da cidade de Pitanguy [primeira edição em 1893]. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Ano VII (1902), p. 713.

[240] Lei n. 623, de 30 de maio de 1853, embora a vila tenha sido instalada apenas em 2 de dezembro de 1854.

não possuía sua tipografia. O primeiro jornal do município surge apenas vinte e oito anos depois, em 1882[241], quando do ponto de vista administrativo já não possuía territórios à esquerda do São Francisco. Podemos, pois, considerar *O Indaya* como o primeiro e único jornal dessa circunscrição[242] (o lado esquerdo do rio São Francisco): até pelo menos 1870[243] o território do município de Dores do Indaiá englobava a maior parte dos atuais municípios de Abaeté, Biquinhas, Paineiras, Cedro do Abaeté, Tiros, Quartel Geral, São Gotardo, Morada Nova de Minas, Patos de Minas (o distrito do Areado). Em 1898, o município de Dores já tinha perdido esses territórios e abrangia, além do seu território atual, apenas os territórios dos atuais municípios de Quartel Geral, Estrela do Indaiá, Luz (do Aterrado) e de Córrego Dantas (anexados em 1880[244]). No mesmo ano o jornal torna-se periódico oficial da Câmara de Dores do Indayá, à época já com foros de cidade (nessa condição desde 1885).

Para fazer referência ao espaço onde surgiu essa tipografia poderíamos nos contentar com essa localização baseada em uma divisão administrativa – que não é estável – ou utilizar outras categorias como Nova Lorena, região entre a Mata da Corda e São Francisco. No entanto, apesar de ser o pioneiro no jornalismo, é impróprio atribuir a'*O Indayá* a função de enunciação da região como Oeste de Minas. Ele estava irremediavelmente preso ao recorte municipal e não parecia haver uma enunciação da região. Pensar aquele espaço como uma região (Oeste) seria possível apenas no século XX.

Posto que a lista de Xavier da Veiga não nos informe sobre este jornal ou sobre outros que pudessem ter surgido nesse espaço, já no século XX, é necessário recorrer a outros lugares de memória. Quem sabe ao acervo digitalizado dos Jornais Mineiros do século XIX, do Arquivo Público Mineiro – que possui apenas o décimo número d'*O Indayá,* de 15 de maio de 1898[245] (o único exemplar do século XIX). Ou ainda o acervo da Hemeroteca Histórica, também digitalizado, e que pode ser consultado na Biblioteca

---

[241] Cujo título era *O Iniciador*, surgido em 01 de janeiro de 1882. Xavier da Veiga informa que o teria sido publicado "num velho prelo de pão por Francisco Capanema Júnior, escriptor e poeta" (VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). p. 219.

[242] O que não ocorre com os atuais municípios de Conceição do Pará, Martinho Campos, Pompéu, Papagaio, Maravilhas que fizeram parte do território de Pitangui até pelo menos 1938.

[243] Em 1870 a Vila de Dores do Indaiá, foi extinta, e uma de suas freguesias, Marmelada (Abaeté), foi elevada a Vila "ficando composto o município com o mesmo território do extinto" (SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais. [1878].* Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997. p. 171).

[244] Lei n. 2.651, de 4 de novembro de 1880.

[245] Este número está disponível para consulta on-line, mas no arquivo há outros dois números do jornal de 14 de novembro de 1901 (n. 126) e um número de 28 de janeiro de 1906, já no quinto número de sua segunda fase, quando se tornou órgão oficial da Câmara Municipal e era dirigido por Jeremias Caetano Júnior (1903 a +/- 1906).

Pública do Estado, na seção Mineiriana[246]. Encontram-se ainda outros dois números do *Indayá*, um de 14 de novembro de 1901[247] e outro de 28 de janeiro de 1906. Nesta coleção também existem exemplares de outros jornais produzidos em Dores do Indaiá que circularam em diferentes momentos: em 1919, *A voz do oeste*[248] ou o *Oeste-Jornal*[249] (em circulação entre 1919-1927); *O Liberal* (surgido em 1933[250] e ainda em circulação)[251]. Note-se, portanto, que o jornalismo de Dores do Indaiá levanta sua *Voz do Oeste,* intitulando-se como tal, apenas em 1919, vinte e oito anos depois do jornalismo Itapeciricano tê-lo enunciado.

Dos exemplares produzidos em Abaeté, antiga Vila de Dores do Marmelada[252], outrora parte da mesma divisão municipal de Dores do Indaiá, é possível consultar, na

---

[246] Na verdade, o acervo tem a mesma origem: a hemeroteca do Arquivo Público Mineiro que, a partir de 1976, começou um trabalho de catalogação e microfilmagem dos jornais existentes que estavam "empilhados de qualquer forma em carcomidas estantes de madeira pelos porões, vãos e áreas de circulação de seu antigo prédio". Em 1977, a administração do arquivo também começou a recolher exemplares recentes dos jornais que estavam em circulação no estado. Cf. ANDRADE, Francisco de Assis. Catálogo dos jornais mineiros em microfilmes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XXXI, p. 5.

[247] O primeiro, edição de número 126 e o segundo, o quinto número de sua segunda fase, quando se tornou órgão oficial da Câmara Municipal e era dirigido por Jeremias Caetano Júnior (1903 a +/- 1906).

[248] Quando apareceu, em 1919, era dirigido por Jeremias Caetano júnior. Depois de uma longa interrupção, renasceu em 1928, sob a direção de Francisco Soares Machado. Em 1930 foi dirigido por Waldemar de Almeida Barbosa. No acervo da Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais há apenas o numero 115, de 1930.

[249] Foi dirigido por José de Assis Rocha, adversário político do padre Luis, "chefe incontestável da política dorense", depois por Jeremias Caetano Júnior, Edmundo Lobato e a partir de 1925, por José Argemiro de Moura, e gerente Francisco de Assis Melo. (Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Dores do Indaiá*. Dores do Indaiá: Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá. 1985. p. 87). No acervo da Hemeroteca do Estado há os seguintes números deste jornal: dois números de 1919 (n. 10 e 11), um de 1920 (n. 22), um de 1924 (n. 278), um de 1925 (n. 45, da segunda fase), quatro de 1927 (ano VII n. 1, 19, 50 e 52)

[250] Conforme Cecília Lino, jornalista responsável pelo jornal a partir de 2005, "O Liberal nasceu em 1933, por iniciativa de Cornélio Caetano, prefeito da cidade na ocasião. Nesta época, era redigido pelo escritor José Ribeiro Machado (Zezé Machado) e circulou até 1946. Deste ano até 1948, foi de propriedade de Rubens Fiúza. Em seguida, foi dirigido por Nilo Peçanha de Araújo que em 1973 transfere-o a Bento Galvani, que se associou a Antônio Lopes Cançado. O jornal circula ininterruptamente de 1973 a 1989. "Reapareceu em 1993 como informativo da Prefeitura Municipal até o ano de 1996. depois foi editado de 1997 a 2000, registrando fatos e mandatos políticos e todas as coisas relacionadas à cidade." Editorial da primeira edição Nova Fase do Liberal, de fevereiro de 2005. Hipertexto. Disponível em http://www.doresdoindaia.mg.gov.br/html/oliberal/oliberal.htm**.** Acesso em 18 de out. de 2008. Na Hemeroteca do Estado há apenas os números de 1979.

[251] Para uma análise das formas de representação do passado da cidade, nas páginas do Liberal, cf. NORONHA, Gilberto Cezar de. "Reminiscências Dorenses": Representações do Oeste de Minas do início do século XX, nas páginas d"O Liberal (1973-1989). In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009*. Fortaleza. História e Ética: Anais eletrônicos. Fortaleza : Editora, 2009. v. 1.

[252] A vila de Dores do Marmelada foi elevada à categoria de cidade, pela Lei n. 2.416 de 5 de novembro de 1877. No entanto, a nova cidade só foi instalada aos seis dias do mês de janeiro de mil oitocentos e setenta e nove (1879). Passou então a se chamar Abaeté: nome retirado do rio que afluía no município e que servia de designação para aqueles que margeavam a área do São Francisco, desde o rio Bambuí até o Paracatu. A configuração atual do município, após diversos desmembramentos, foi fixada pelo Decreto-lei n. 1.058, de 31 de dezembro de 1943, Lei n. 1.039 de 12 de dezembro de 1953 e pela lei n. 2.764 de 30 de dezembro de 1962, divisado com Pompéu, Martinho Campos, Quartel Geral, Cedro do Abaeté e Paineiras. Cf. NORONHA, Gilberto Cezar de. ; SILVEIRA, R. M. ; MELO, P. A. J. ; BARBOSA, A. C. M. ; SIFUENTES, G. G. ; FREITAS, O. F. ; RESENDE, A. M. N. ; NOGUEIRA, G. C. . Abaeté. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). Centro-Oeste Mineiro: história e cultura. 1 ed. Itaúna: Totem Centro

Hemeroteca Histórica, alguns exemplares d'*O Abaeté,* primeiro jornal do município que circulou de 1904 a 1905[253]; d'O *Correio de Abaeté*: órgão dedicado aos interesses municipais (1917-1922)[254]; d'*O Abaeté-jornal* (de 1928-1957)[255], *Vossa Senhoria* (1946)[256] ou ainda o *Abaeté em marcha,* fundado já na década de 1970[257]. Diferentemente de Dores do Indaiá, nenhum deles enuncia em seu título a categoria Oeste de Minas.

Os dados disponíveis em lugares oficiais de memória podem nos dar uma idéia inicial da expansão das tipografias pelo oeste de Minas, a partir dos primeiros anos do século XX, e podem informar sobre a enunciação do Oeste de Minas em seus títulos, possibilitando mesmo a consulta ao seu conteúdo para se investigar quais delimitações eram condensadas nessa categoria. No entanto, os exemplares conservados são de números avulsos em quantidade limitada que indica muito mais o estado de conservação da memória da imprensa mineira do que propriamente de seu processo de desenvolvimento. Para tanto seriam necessárias informações de outras fontes posto que,

---

Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008, v. , p. 23-26. OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

[253] Surgido em 1904, seu primeiro número saiu em 7 de setembro de 1904. Com suas oficinas na Praça do Commércio (atual praça da Matriz – "Saint-Claire Ferreira"), era um "Orgam Semanal" editado pelo seu proprietário Joaquim José de Oliveira; Foram editados 48 números sob sua direção. O último foi publicado em 05 de novembro de 1905. Todos podem ser consultados na Hemeroteca do Estado, com exceção dos números 23, 25, 27-30, 32-33, 35, 39-46.

[254] Há no acervo da Hemeroteca do Estado apenas o número 62 de 17 de agosto de 1919. Semanário de grande formato tinha como redator, segundo Oliveira, João Maciel e como freqüente colaborador Frederico Zacarias. Localizavam-se suas oficinas no Largo da Matriz, na Casa de Instrução. (Cf. OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*: op. cit. 1970. p. 366.

[255] O *Abaeté-jornal* teve três fases: 1ª fase: de 1928 a 1930, segunda de 1934 até 1946. 3ª fase em 1957. Na Hemeroteca do Estado há apenas os últimos 25 números da segunda fase (de 1945 a 01 de janeiro de 1946). Era um órgão "independente dedicado aos interesses do município", tinha como diretor-redator Francisco de Assis Porto (jornalista registrado, n. 97), que era também o dono do cinema, na época, além de diretor comercial da cooperativa de consumo de Abaeté (Cf. ABAETÉ-JORNAL. Abaeté, 14 mai. 1944, ano 10, n. 77. p. 4).

[256] No arquivo há apenas alguns exemplares de 1948 e 1949. Conforme seu editorial no n. 126, encerra suas atividades em Abaeté e se transfere para Belo Horizonte. Circulava aos domingos com tiragem de 2.500 exemplares. Seu diretor-proprietário era Leonidas Schwindt e tinha como redator (em BH) Benedito Antunes dos Santos. Sua redação e oficinas localizavam-se à Rua 11 de junho, 531, em Abaeté – MG. "o semanário "Vossa Senhoria" é o menor jornal que se imprime regularmente no mundo. Com seus 10 centímetros de altura por 6 de largura, disposto em duas colunas de 2 e meio centímetros cada uma, e Vossa Senhoria não teme o confronte com qualquer outro jornal do universo. Entretanto, devido às suas reduzidas proporções, não creiam os leitores que o jornalzinho não disponha das mais variadas secções, como esporte, sociedade, polícia, artigo de fundo, publicidade, arte, política, etc. dispõe disso tudo e ainda encaixa, nas suas doze ou 10 páginas, algum noticiário de agências telegráficas, e bate-se sobretudo, pela melhoria social, econômica do homem do interior. Eis aí em linhas gerais a apresentação do menor jornal do mundo." Extrato do jornal "A noite" de São Paulo, (VOSSA SENHORIA. Esse Brasil! Abaeté, 12 de set. 1948, Ano 3. n. 102. p. 3 e 6.

[257] Editado de 1971 a 1973, na primeira fase e de 1977 a 1978, na segunda, num total de 26 números. Na Hemeroteca do Estado há apenas duas edições (n. 21 e 21) do jornal que era mantido pelo prefeito municipal Aloysio da Cunha Pereira para ser, segundo sua própria denominação, "porta-voz autêntico, que grite pelo progresso, que não só peça, mas exija, quando a exigência se fizer necessária, para o bem da coletividade." CASTRO, Isauro José de. Apresentação. *O Abaeté em Marcha*: órgão oficial do município de Abaeté. Abaeté, MG, Ano I. n. 1, 25 de mar. de 1971.

como registrado pelos memorialistas[258], para além das conservadas no Arquivo, muitas outras folhas locais foram produzidas na região.

Considerando, pois, que as informações colhidas nos jornais arquivados dão uma idéia muito parcial do desenvolvimento da imprensa na região, pareceu necessário ampliar nosso roteiro de viagem para outros lugares e tempos. Além da consulta aos arquivos oficiais e da busca de informações complementares, também foi realizada consulta a coleções particulares do jornal *O Liberal* (em sua quarta fase de 1973 a 1989), de Dores do Indaiá, e do *Abaeté em marcha* (1971 a 1978) para ampliar o acesso ao conteúdo dos jornais[259]. Também foi consultado o jornal católico *Luz do Aterrado (1922 a 1924)*, órgão do bispado do Aterrado (Diocese de Luz), cuja tipografia foi montada ao lado do Palácio Episcopal, uma das mais imponentes construções do arraial do Aterrado, sede do distrito de Nossa Senhora da Luz do Aterrado (atual cidade de Luz), subordinado ao município de Dores do Indaiá até 1923. Sua coleção completa está bem conservada no Arquivo da Cúria Diocesana de Luz[260].

No que se refere ao município de Abaeté, subordinado a Dores do Indaiá até 1870, além dos jornais *O Abaeté*, *Correio de Abaeté*, *Abaeté-jornal* e *Abaeté em Marcha*, tem-se notícia de pelo menos mais quatro títulos surgidos entre 1904 e 1970[261]. *O Martelo* (1916-1917)[262], *A Reação* (1937 a 1941)[263], a *Voz Liberal* (1946 a 1947) editada em tipografia de Dores do Indaiá[264], além da *Sentinela do Abaeté* que circulou entre 1958 e 1959. Nenhum deles, como visto, trazia em seu título a categoria Oeste de Minas.

Em Dores do Indaiá, além d'*O Indayá*, o pioneiro, do *Oeste-jornal* que divide o coro com *A voz do Oeste* na enunciação do Oeste de Minas, d'*O Liberal*, que circulou entre o ano de 1898 até 1979, surgiram outros jornais em número e diversidade bastante superior à cidade vizinha Abaeté. Além disso, o número absoluto de folhas locais parece ter sido muito maior do que aquelas que foram parar nas *"vetustas estantes do Arquivo Público Mineiro*" e que hoje compõem o acervo da Hemeroteca do Estado. José Gonçalves Ferreira

---

[258] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s/ed, 1964. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Dores do Indaiá*. Dores do Indaiá: Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá. 1985; OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté...* op. cit.1970;

[259] A primeira pertencente ao arquivo pessoal de Antônio Lopes Cançado, um dos diretores do periódico, residente em Dores do Indaiá; a segunda, guardada com cuidado por Aloysio Lucas Pereira, prefeito da cidade de Abaeté à época de sua edição.

[260] O jornal foi fundado em 25 de março de 1922 e circulou até 21 de abril de 1924, quando foi sucedido pelo *O Aterradense*, por sua vez, editado até 1926, foi substituído pelo jornal *A luz* que circulou até 1965. Embora houvesse mudança de nome, não modificou significativamente sua linha editorial.

[261] Isto sem entrar na conta as outras fases d*'O Abaeté* (1907 a 1910), (1911-1912), (1948-1949), cuja semelhança se restringia apenas ao nome e, portanto, conforme advogou José de Oliveira, poderiam ser tomados como outros jornais. Além destes foram publicados

[262] Redigido por João Maciel.

[263] Seu proprietário e redator era Osmar Campos Guimarães.

[264] Seu redator era Simão Viana da Cunha Pereira.

escrevia em 1976, que "*desde a existência de O Indayá (1898) (...) praticamente nunca deixou de existir um jornal da cidade"*. Ainda que fosse necessário discutir o que significa o termo "praticamente" – utilizado pelo autor talvez como subterfúgio para estabelecer uma continuidade onde ela não existiu – mesmo que a atividade jornalística em Dores do Indaiá não tenha sido ininterrupta, é fato significativo o número de jornais da cidade.

Conforme se pode depreender do registro de Waldemar de Almeida Barbosa, que raramente traz o período de circulação das folhas, houve jornais mais duradouros em Dores do Indaiá, como *A Tribuna* (1908) e *A Gazeta de Dores* para além daqueles de *"vida efêmera*", que no movimento d'*O Espanador* iam *"surgindo e desaparecendo*"[265] como *A Esperança* e *O Progresso (1916)*[266]. Mas também existiram aqueles que, em formato pequeno e com boa dose de criatividade, lançavam-se ao "*jornalismo da roça"*[267] como *O Brinquedo*, *O mosquito*, *A sentinela*, utilizando como forma de abordagem da realidade *O Riso* tão mordaz quanto *O Trabuco* que, se não superava *O Marruco* em interesse e senso de humor, tal como julgou Waldemar de Almeida Barbosa, também travava *O Combate* ainda que, segundo o próprio autor, *"os redatores de jornais do interior nem sempre* [pudessem] *se dizer jornalistas"*[268]. E os estudantes, esses quase jornalistas, foram responsáveis pela edição, e scrita, distribuição, e mesmo a leitura dos jornais escolares. Do Colégio Normal saia *A Voz dos Grêmios*; *O Ginásio* e O *Indaiazinho*, do Grupo Escolar Frederico Zacarias. José Gonçalves Ferreira, colunista d'*O Liberal* na década de 1970, relembrava em sua coluna "Reminiscências dorenses"' que circulara também na cidade o *Dores do Indaiá*, semanário criado em 1953 com *"a direção e redação da senhorinha Cleusa Carneiro Costa Paiva, ilustrada professora e jornalista dorense"*[269].

Diante dos números identificados – e antes mesmo de fazer referência ao conteúdo daqueles que estão acessíveis – algumas questões já devem ser (re)colocadas considerando-se apenas os títulos sugestivos que não raro arrebatam nossa imaginação, mesmo os daquelas folhas cujo conteúdo, infelizmente, não consultamos. Os jornais de

---

[265] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. 1964. p. 79.

[266] Segundo Barbosa, o jornal foi fundado em 1916 por iniciativa de Jeremias Caetano Júnior, nascido em Pitangui a 7 de julho de 1880. Em Dores do Indaiá "foi inspetor escolar, industrial e colaborou na imprensa local. (...) foi fundador e presidente do Tiro de Guerra 563, da banda de música, de instituições caritativas" (BARBOSA, W. A. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá. Ano 8. n. 391. 14 de julho de 1973. p. 2.) Sobre os termos evocados nesse trocadilho: esperança e progresso, ver item 2.2.

[267] Expressão retirada de ARGEMIRO, Alberto (o velho). Houve tempo... *Centro de Minas*. Curvelo. Ano 20, n. 1 (Nova fase), 28 de outubro de 1956. p. 1. Para uma análise dessa prática, ver NORONHA, Gilberto C.. Para além da idéia de sertão X litoral: as disputas pela caracterização do espaço na imprensa local do oeste de Minas Gerais nos primeiros anos da República. In: III Simpósio Internacional Cultura e Identidades, 2007, Goiânia. *III Simpósio Internacional Cultura e Identidades. Anais eletrônicos e caderno de resumos*. Goiânia : UFG, 2007.

[268] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. 1964. p. 80.

[269] FERREIRA, José G.. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá, 6 de março 1976. p. 1.

Abaeté, por exemplo, considerados na longa duração, apresentam títulos que se referem, mormente, à defesa do interesse do município (especialmente de 1904 a 1923) e ao *"progresso de nossa terra"*[270]. Isto nos faz pensar que o surgimento das tipografias na região e a edição das folhas locais municipais poderiam ser compreendidos em sua relação com os arranjos políticos, entre os entes "federativos", portanto atendendo a demandas políticas surgidas com o regime republicano. Na primeira edição d'*O Abaeté*, primeiro jornal do município, publicado no dia 7 de setembro de 1904, seu editor, acreditando no poder de intervenção da imprensa local na orientação do governo, escrevia que:

> Pugnaremos (...) pelos interesses deste município, digno de melhor nome, pela sua extensão territorial, pela sua população relativamente densa, e pelas riquezas naturaes que encerra. Promoveremos o desenvolvimento da educação scientífica, moral e artística do povo, fomentando o progredimento (sic.) industrial e do commercio do logar (...) abominamos a politicagem, verme que a muito vai corroendo os esteios da nossa organização social. (...) edificação de nobres ideaes, (...) direção da opinião popular, para a perfeita realização do nosso lema (...) a virtude é o nosso ideal. O aparecimento, pois, d'O Abaeté, (...) é um agigantado passo, por certo, que acaba de dar [o vasto, populoso e ubérrimo município] no caminho do progresso, na conquista dos mais bellos, nobres e elevados ideais.[271]

Os jornais locais da margem esquerda do rio São Francisco nascem na época da chamada "*nova orientação jornalística*" – expressão de Xavier da Veiga –, assim denominada porque apresentavam perspectiva diversa daqueles que circularam no início do século XIX, sediados nos centros do poder administrativo e quase sempre defensores de uma perspectiva centralizadora. Xavier da Veiga observou que os títulos desses jornais expressavam motivações *"exclusivamente"* políticas até a proclamação da república e somente depois passaram a orientar-se pela defesa dos *peculiares* interesses municipais[272]. De certo modo, Veiga estabelecia uma relação entre as configurações sociais e as formas de enunciação do espaço assumidas pelos jornais nas Minas Gerais do século XIX[273]. Sua

---

[270] Parte do título d'*O Abaeté: jornal noticioso a serviço do progresso de nossa terra*, dirigido por Leonidas Schwindt.

[271] OLIVEIRA José Alves de. Editorial. *O Abaeté*. Abaeté/MG. Ano 1. n. 1, 07 de set. de 1904. p. 1-2.

[272] O Título III da Constituição Federal de 1891 tratava do interesse do Município com um único e pequeno artigo de vinte palavras e muitas possibilidades de interpretação, sobretudo nas duas últimas: "Art. 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu *peculiar interesse*." Para Victor Nunes Leal, esse conceito auxiliar de "peculiar interesse", não sendo definido claramente no texto constitucional, serviu de entrada para "restrições à autonomia administrativa e política das comunas" posto que ficou a cargo dos governos estaduais a responsabilidade de discriminar as matérias e os limites da competência municipal. (cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 100.

[273] Poderíamos dizer que a preocupação com essa classificação é um procedimento aperfeiçoado pelos analistas da história da imprensa no Brasil, ainda que com critérios variados. Pode-se observar, num

interpretação, devedora do próprio texto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891 que previa a utilização da imprensa como espaço privilegiado de "publicidade" dos atos municipais, ajuda a entender a disseminação da criação de folhas municipais oficiais[274], em fins do século XIX. Ainda no calor dos acontecimentos e do processo de consolidação do regime republicano, no recém criado estado de Minas Gerais, Xavier da Veiga escrevia que:

> Extinguindo-se os velhos partidos, a revolução de 15 de Novembro modificou sensivelmente muitas normas tradicionais do jornalismo, em Minas Gerais, como em toda a República (...) falhando-lhe o velho e favorito thema político e cedendo à corrente do *industrialismo* (mais palavroso do que real, infelizmente, é forçoso reconhece-lo) (...) a imprensa periódica passou a dedicar boa parte de suas cogitações e labores às questões práticas – lavoura, commércio, viação, colonização, manufacturas, etc. (....) também (...) a autonomia local, franca e afficazmente instituída pela Constituição do Estado (promulgada a 15 de junho de 1891), cujos princípios básicos na matéria tiverão desenvolvimento amplíssimo na lei mineira orgânica das municipalidades (de 14 de setembro de 1891). Com os seus meios de acção, legaes e pecuniários, quase decuplicados, o poder local age presentemente de modo activo e fecundo. Dahi a attenção e solicitude da imprensa estadual, de contínuo attraída para os negócios peculiares aos municípios[275].

Esse processo de reconfiguração das forças políticas teria influenciado a orientação dos jornais, que cada vez mais eram considerados importantes veículos de comunicação sobre *"o que está acontecendo no lugar"* e, noticiando os interesses locais, visavam "*colaborar com o próprio progresso da cidade"*[276]. Por outro lado, o processo de descentralização política na República teria criado condições para (e mesmo demandado) a disseminação das folhas por localidades como os novos municípios à margem esquerda do São Francisco, processo cuja concretização Xavier da Veiga não testemunhou[277].

O envolvimento dos jornais locais em outros interesses que não o tema político (num sentido restrito) não pode ser compreendido, evidentemente, como o

---

exemplo significativo, os esforços de Nelson Werneck Sodré em repartir (dividir) acorde com a realidade a imprensa brasileira em *imprensa artesanal* e *imprensa industrial*, no que se refere à periodicidade ou ainda, no que a nossa imprensa, "tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo, quanto ao papel desempenhado. (...) Quanto ao seu conteúdo/orientação: jornal de informação X opinião X publicidade (SODRÉ, Nelson Werneck de. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Mauad, 1999. p. 4 e 6).

[274] Ver CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS DE 1891, especialmente o artigo 75, incisos IX e X.

[275] VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). p. 237.

[276] FERREIRA, José Gonçalves. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá, 01 nov. 1975. p. 1.

[277] O autor enumera os jornais surgidos no município de Pitangui, de 1882 até 1897, quando ele ainda abarcava 14 freguesias que foram desmembrados posteriormente: Onça [do Pitangui], Abadia (hoje Martinho Campos], Buriti da Estrada [hoje Pompéu], Maravilha, Saúde, Bom Despacho, Pequi, Patafufo [Pará de Minas], Mateus Leme, Cajuru, Sant'Ana, do São João Acima. Deixa de lado, portanto, não inclui as freguesias desmembradas de Pitangui em 1854: Confusão, Tiros, Morada Nova, Marmelada e Dores do Indaiá, à margem esquerda do São Francisco, compondo o Município de Dores do Indaiá.

abandono definitivo da disputa política local, conforme alertava o próprio editor d'*O Abaeté*, ainda no primeiro número de 1904:

> A grande maioria da imprensa brasileira, e mui principalmente da imprensa local do interior, anda quase que exclusivamente ao serviço de partidos sem arregimentação política, incorrendo no grande peccado de esterilizar o campo doutrinário e político[278].

Na passagem do século XIX para o XX, o jornal local se torna um espaço importante para o debate de questões políticas seja para finalidades político-partidárias de agremiações locais ou para enunciar a preocupação com o bem local, o progresso técnico, o desenvolvimento cultural, ou ainda, atuar como *"arma poderosa (...) aliada de Deus para salvar (...) a vida moral de uma nação"*[279] conforme apregoava a campanha da boa imprensa, iniciada no primeiro número do jornal mantido pela Diocese do Aterrado (Luz), em território pertencente a Dores do Indaiá até 1918. Eis um pouco da diversidade de utilização e das informações sobre o oeste de Minas que poderemos encontrar nos jornais locais. O jornal católico *Luz do Aterrado* afirmava que *"a Imprensa é um dom de Deus"*[280] *e* que "*hoje, sobretudo, irmãos e filhos mui queridos, nada se faz sem a imprensa"*[281]. Por isso, a igreja também procurava utilizá-la como instrumento de catequização, não se eximindo de participar de debates políticos, digamos, mais terrenos engajando-se, por exemplo, na luta por melhoramentos no distrito do Aterrado e na sua emancipação política.

Este engajamento incluía em suas estratégias a enunciação do espaço por formas semelhantes às utilizadas por outros jornais da região. Podemos identificar, portanto, desde 1898, formas compartilhadas de representação do espaço – ou simplesmente [in]formações do/sobre o espaço que denunciam a existência de ações recíprocas, de jogos de identificação e de reconhecimento pela enunciação da categoria Oeste de Minas.

Só poderemos avançar na análise da nova dinâmica considerando também o conteúdo acessível dessas formas de representação do espaço – pelos seus enunciados, indagando: como o oeste de Minas é caracterizado? Qual forma adquire nesse momento? Para responder a essas questões não temos mais que os enunciados impressos – o conteúdo dos jornais –, os vestígios que restaram para tentar reconsiderar os jogos sociais em que esses

---

[278] OLIVEIRA José Alves de. Editorial. *O Abaeté*. Abaeté/MG. Ano 1. n. 1, 07 de set. de 1904. p. 2.
[279] COELHO, Dom Manuel Nunes. Carta pastoral. *Luz do Aterrado: orgão catholico da diocese do Aterrado*. Luz/MG, ano 1. n. 1, 25 de março de 1922. p. 1.
[280] LUZ DO ATERRADO. *Editorial*. Aterrado, Dores do Indaiá. Ano 1. n. 29. 11 de fev. de 1923. p. 1.
[281] LUZ DO ATERRADO. *Editorial*. Aterrado, Dores do Indaiá Ano 2. n. 33. 25/03/1923 p. 1.

produtores estiveram envolvidos. É nesse sentido que os jornais podem nos informar sobre a dinâmica social que cria e se apóia em formas espaciais como o Oeste de Minas.

Antes de questioná-las é necessário revolver um pouco mais a terra fofa da superfície, ainda no terreno das fontes, à procura de outras informações: das cartas geográficas às manchetes de jornal, vejamos o que pode ser encontrado nos documentos oficiais do estado. Este espaço que ganhava forma e denominação de Oeste de Minas, na cartografia e na imprensa local, estaria nos planos do governo? De que forma?

1.3 Nos programas de Governo.

> O "Minas Geraes", órgão official do Estado, quando noticiou a eleição do Snr Bispo diocesano em 1920, collocou Aterrado no Estado da Bahia, Valha-me Deus!... (...) Do Ministério da Agricultura – secção de Estatística, são incontáveis os cartapácios de papel e telegramas urgentes que andam, por esse mundo de meu Deus, a procura do bispo e do bispado do Aterrado, que ninguém sabe onde fica. (...) Já houve quem escrevesse ao snr. bispo perguntando: onde fica esse Aterrado? Será lá para as bandas de Montes Claros? E como não há de ser assim se começa pellos mappas, quer do Brasil, quer do Estado, não registrarem a existência de um logar, cuja prosperidade se manifesta pela preferência a tantas cidades visinhas, quanto ao privilegio de sede do bispado do Oeste de Minas. (...). "Luz do Aterrado", cujo paradeiro, posto que sede de um bispado, se ignora mesmo nas repartições publicas do Estado e da União.
>
> Luz do Aterrado, 1923[282].

As informações do/sobre o oeste de Minas até agora consideradas – na produção cartográfica e nas fontes jornalísticas – poderiam nos conduzir a lugares comuns na representação desse espaço que desaconselhariam a busca de informações nos documentos oficiais de governo. Tanto as formas cartográficas (produzidas, sobretudo na passagem do século XVIII/XIX, ou aquelas do século XX) que *"não registram a* [sua] *existência"* quanto a tipografia[283] que se desenvolve na região já na passagem do século XIX/XX. Esta última noticiando que a identificação ao (e pelo) oeste de Minas se dá numa tensão permanente entre a dita comunidade política local (eu-nós) e os centros de decisão política (tidos como os outros) que incessantemente ignorariam seus interesses. Esta referência é perceptível não apenas no jornal *Luz do Aterrado* da década de 1920, mas também em outros diferentes enunciados produzidos

[282] LUZ DO ATERRADO. Onde fica Luz do Aterrado, sede do bispado do oeste de Minas. Aterrado, Dores do Indaiá. Ano 1, n. 31, 1 de março de 1923. p. 2-3.

[283] Entendida tanto como a denominação do sistema de impressão, como a arte que abrange as várias operações, o estabelecimento ou mesmo a arte de criar tipos e caracteres. Este último, envolve uma distinção de caracteres.

nos três últimos séculos cuja sentença parece clara: o oeste de Minas, *"que ninguém sabe onde fica"*, nunca teria estado nos planos do governo.

Note-se que o jornal católico da Diocese de Luz, cujo primeiro número foi editado em 1922, utiliza o termo Oeste de Minas como categoria de regionalização associada aos limites do Bispado do Aterrado criado em 1918[284]. Considerando-se a conotação que ele dá ao deslize do jornal oficial do Estado de Minas Gerais na identificação da região, talvez não fosse sensato procurar informações sobre este espaço em documentos produzidos nas repartições públicas do Estado e da União posto que seus ocupantes mal soubessem de seu paradeiro o que, de algum modo, coadunava com a idéia de que no Brasil, a *"ignorância da geographia pátria vem do alto!"*[285]. O raciocínio parece lógico: se não havia interesse em saber nem mesmo a localização da região é pouco provável que se tivesse produção de informação consistente sobre ela.

Não seria difícil cair numa armadilha causal que nos prenderia por um bom tempo: o desinteresse do Estado de Minas Gerais pela região Oeste de Minas decorreria da desinformação ou seria a falta de informação sobre ele decorrente do desinteresse do governo pela região? No primeiro caso, o remédio para a situação seria produzir informações para despertar o interesse dos representantes do Estado e, no segundo, chamar a atenção dos representantes seria condição primordial para a produção de informação sobre o espaço. De qualquer modo, para nós que procuramos retomar aqueles "atos de chamar a atenção", encerrados na fugacidade do instante em que ocorreram, estas informações são os únicos elementos a que podemos recorrer.

Seja como for, compreensível seria o descontentamento e a decepção diante de tal suposto tratamento governamental, especialmente sentido por aqueles que buscam informações deste espaço de múltiplas referências. Poderíamos entender até a perplexidade, digamos, politiqueira, do jornal *Luz do Aterrado*, cuja tipografia foi montada ao lado do palácio episcopal no pequeno distrito de Nossa Senhora da Luz do Aterrado, Município de Dores do Indaiá, que parecia ignorar princípio da já velha República laica que legalmente impedia o entrelaçamento entre religião e estado. Talvez até nos esquecêssemos desse detalhe e aceitássemos que as coisas podiam não ser exatamente assim, especialmente diante de um quadro tão grave de descaso governamental: a atuação do periódico em questões políticas regionais e na defesa dos interesses locais poderia mesmo ser tomada

---

[284] SANTA SÉ. *Bula Pontifícia* "Romanis Pontificibus" *de 08 de julho de 1918*. Bento XV. Reg. In Canc. Ap. vol. XVI, n. 21.
[285] LUZ DO ATERRADO. Onde fica Luz do Aterrado, sede do bispado do Oeste de Minas. Op.cit. p. 3.

como ação urgente, especialmente na intervenção do Bispo junto aos governos instituídos para a melhoria das condições materiais do distrito sede do bispado.

Já se escreveu que durante a Primeira República as principais estratégias políticas de extração de recursos e barganha utilizados pelos mandatários locais para angariar concessões do governo do estado envolviam certa consciência política da localização espacial que fundamentava desde reclames por integração até discursos separatistas.[286] Nesse sentido, poder-se-ia considerar dramática a situação de espaços que, mesmo conscientes de sua localização não eram reconhecidos como tal pelos poderes constituídos. Lugares sem importância reconhecida não teriam, nesse jogo, força política em relação ao governo estadual. Mas será que podemos encerrar a questão tomando como verdadeira a afirmação de que o oeste de Minas estivesse nessa situação (ainda que consciente de si, sem o reconhecimento dos outros, portanto, um espaço ainda desconhecido) e retornar o aforismo anterior? Não apenas o texto do jornal *Luz do Aterrado*, mas a grande maioria das fontes que até agora analisamos, parece querer nos convencer que sim. Retomemos seus argumentos, em conjunto.

Ao considerarmos a gestação das diversas categorias espaciais que delimitam e nomeiam o oeste de Minas, enunciadas nos discursos produzidos em diferentes momentos destes dois últimos séculos, a insistente (e coincidente) associação entre localização geográfica e ação estatal[287] aparece como estratégia de defesa de determinados posicionamentos políticos. A par das diferenças entre as configurações sociais que instituíram formas diversas de percepção do espaço, na longa duração, ao aproximarmos os distintos enunciados já visitados (mapas e fontes jornalísticas) temos a impressão de que o reconhecimento do lugar (pelo outro) não pode ser dissociado das condições básicas de consciência de si, portanto da relação eu-nós[288]. Tentemos, pois, essa aproximação.

Depois de percorrer o oeste de Minas em busca de suas potencialidades econômicas, José Vieira do Couto escreveu no seu relatório final da missão, especificamente no apêndice de suas memórias enviadas à Coroa, em 1801, que aquele grande terreno, *"despovoado que era, também não possuía um nome (...). Elle jazeria ainda*

---

[286] Aqui seguimos de perto as observações de WIRTH, John. *O fiel da balança. Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 67.

[287] Em termos familiares à geografia, a intrincada relação entre região/regionalização e poder que nos remete às reflexões políticas de base territorial. Cf. GOMES, Paulo Sérgio da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. op. cit. p. 73.

[288] Aqui poderíamos lembrar tanto de Foucault, quando fala do discurso como "elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder" quanto das formas de dependência apresentadas por Norbert Elias. Cf. FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos IV. Op. cit. p. 253; ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. op.cit. p. 148-150.

por muitos annos incógnito, e em profundo esquecimento: inútil e desaproveitado, tanto para o particular, como para o Estado".[289] A caracterização do oeste de Minas como espaço desconhecido e esquecido, representado por Couto como Nova Lorena, parece já [d]enunciar que o processo de tomada de consciência do espaço pela sua nomeação é condição básica para a [re]ação [à] política do Estado[290]. Talvez por essa razão Couto tivesse a necessidade de designá-lo como Nova Lorena e o jornal aterradense como Oeste de Minas – uma ação política consciente que ambiciona e se institui pela construção de formas duráveis[291].

Contudo, atente-se, por ora, para a caracterização do espaço resultante e não para o processo em si mesmo que nos ocupará em outros momentos. A Nova Lorena Diamantina, a despeito do nome que poderia atrair a cobiça dos governos mercantilistas e evocar determinadas lembranças, é caracterizada por Vieira do Couto como *terra ignorada ou esquecida* pela Coroa portuguesa. Quando se observa o conjunto dos mapas disponíveis sobre a região, numa seqüência cronológica, não é difícil concluir pela confirmação dessa representação dado o declínio da produção de representações cartográficas da região, no século XIX até meados do XX, depois da produção intensa à época das viagens de Vieira do Couto à Nova Lorena. Estaríamos muito perto do aforismo acima enunciado: considerando-se as formas produzidas pela cartografia (ou a ausência delas, ao longo do século XIX e XX), não seria difícil concluir pelo esquecimento ou desconhecimento do oeste de Minas, por parte dos poderes estatais (da Coroa Portuguesa), nos termos da caracterização de Vieira do Couto, e pelo Estado Brasileiro, nos termos da *Luz do Aterrado*. Poderíamos dizer que buscar informações sobre o oeste de Minas nos programas de

---

[289] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. Apêndice sobre a nova Lorena Diamantina. [1801] *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun.1905, ano X, fasc I e II. p. 135. (nota 58)

[290] Relembremos a observação de John Whirth sobre as fronteiras do Estado de Minas Gerais que para ele "refletem antes a conveniência colonial portuguesa, isto é, o desejo de isolar as Minas Gerais, na primeira corrida do ouro do mundo moderno (1690-1740) (...) assim a política colonial submeteu a geografia a seus fins – no caso mineiro, de forma ultrajante" (WIRTH, John. *O fiel da balança....* op. cit.1982, p. 40-41)

[291] Penso aqui na idéia de fabricação do mundo, *poiesis*, relacionada à consciência de si mesmo, condição de humanização. A localização, reconstrução e denominação das coisas como condição para a tomada de consciência de si mesmo, como sujeito. Em termos proustianos, sem o plano do local, "como ignorasse onde me encontrava, nem mesmo saberia, no primeiro instante, quem era; tinha somente na sua simplicidade primitiva, o sentimento da existência tal com pode palpitar no íntimo de um animal. (...) aí então a lembrança, não do lugar em que estava, mas de outros onde havia morado e onde poderia estar – me chegavam como um socorro do alto para me livrar do nada de onde não poderia sair sozinho". PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 1990. p. 11.

governo que não tinha "programa para a região", nessa perspectiva, seria um contra-senso já desde o tempo da administração colonial[292].

Em 18 de setembro de 1904, já no período republicano – cento e três anos depois do registro de Couto – Juvenal Gonzaga Pereira, advogado na comarca de Abaeté[293], publicava na imprensa local um texto intitulado *A cadeia*. A despeito das circunstâncias particulares que o distanciam das configurações sociais do tempo de Vieira Couto[294], dificultando uma aproximação não metafórica entre suas idéias, este texto nos remete, ainda uma vez às estreitas relações entre a delimitação do espaço e o exercício do poder político – entre as configurações do oeste de Minas e os poderes constituídos, neste caso personalizado no presidente do Estado de Minas. Pereira fazia referência à reforma administrativa e judiciária do Estado, que teria sido motivada por fatores econômicos e por disputas regionais:

> O Estado, orgam do direito, mandatário social, não pode atender aos reclames de certas e determinadas zonas em detrimento das demais. (...) não merece toda a zona de aquém S. Francisco o desfavor que lastima, deante de sua importância como região agrícola e por excellência pastoril. Appelamos, pois para o zelo e tino administrativo do Dr. Presidente do Estado.[295]

Talvez não seja necessário dizer que este tipo de apelo ao governo do estado fosse recorrente nos jornais da região, durante toda a Primeira República. Reclamava-se

---

[292] A visão predominante sobre a região nesse período é de esquecimento, tal qual a caracterização de Vieira do Couto, mas existem documentos oficiais da Coroa Portuguesa que poderiam nos informar sobre o oeste de Minas. A própria memória de Vieira do Couto é resultado de uma missão oficial de busca de riquezas mineiras na região, além de outros: Cf. COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. Apêndice sobre a nova Lorena Diamantina. [1801] *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Op.cit.; VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro. Memória sobre a capitania de Minas Gerais: Breve descripção geográphica, phisica e política da capitania de Minas Gerais [1806]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Ano VI. Fasc. III e IV, jul-dez. 1901. p.757-853; DOCUMENTOS HISTÓRICOS APM. VII - reg.o da provisão do caixa e adm.mor G.al o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de outras matérias concernentes á administração dos diamantes do Abaeté. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 09, v. I e II. 1904, p. 379-406; ESCHWEGE, W.L. von . *Pluto Brasiliensis*. op.cit. 979;

[293] Na verdade, quando o texto foi publicado, a Comarca de Abaeté, existente desde 21 de abril de 1892, havia sido desativada. Em 8 de junho de 1904 tinha sido reduzida a simples termo judiciário, subordinado à Comarca de Dores do Indaiá, conforme previsto na Lei n. 375 de 19 de setembro de 1903. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté. o*p.cit. 1970. p. 139.

[294] Enquanto Vieira do Couto envolvia-se em disputas políticas no Distrito Diamantino, por exemplo, Juvenal Gonzaga Pereira parecia envolvido em questões políticas e econômicas que levaram à determinação pelo governo Estadual de "suppressão dos cargos de juizes formados, que exerciam as funções dos actuaes juizes supplentes nas comarcas de primeira entrância". A mensagem presidencial de 1904 informava que "Já foram supprimidas, na fórma da lei n. 375, passando a constituir termos annexo, as comarcas de: Alvinopolis, Araguary, Boa Vista do Tremedal, Bom Successo, Cabo Verde, Carmo do Parnahyba, Crhristina, Monte Alegre, Monte Carmelo, Peçanha, Sao Gonçalo do Sapucahy, S. Jogo Baptista, Santa Rita de Cassia e Abaeté, por terem os respectivos juizes.— falecido uns, outros sido removidos. e. outros pedido para serem declarados em disponibilidade". MENSAGEM dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro na sua 2ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura no ano de 1904. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904. p. 24-25.

[295] O ABAETÉ. Abaeté, MG. Ano 1, n. 2, 18 de set. de 1904.

insistentemente na imprensa local a atenção dos governos, sobretudo do estadual, denunciando a dependência (financeira e política) dos municípios. Os próprios jornais deixavam claro que procuravam "*influir, (...) na proporção de suas forças, na orientação do governo, ora divulgando as boas doutrinas dos sábios, ora fazendo imprimir uma direcção nova no regime de governança*"[296]. Voltavam-se muito mais para as questões de gabinete do que para a circulação de idéias nas ruas. Como parte das estratégias para interferir na direção das políticas do governo, tal como Juvenal de Gonzaga Pereira: escrevia-se sobre a região reclamando atenção e não raro atualizando a caracterização do oeste de Minas como espaço esquecido e ignorado pela administração estatal republicana.

Porém, esta atualização tinha significado novo, em relação às demandas do tempo de Vieira do Couto. Especialmente quando questionava a proposta de cooperação da comunidade política para a *"estabilidade do regimen triumphante, obedecendo aos ditames de uma política generosa e conciliadora (...) com o objetivo commum do engrandecimento de Minas"* [proclamada desde o governo provisório (1889-1891)] e deixava a impressão de que a própria instância condutora dessa política considerava determinadas zonas apenas *"na hora do sacrifício"*[297]. A escassez de representações cartográficas, as informações dos jornais reclamando a atenção do governo, tudo isso nos levaria facilmente à contestação da existência de tal "generosidade conciliadora" do governo no que diz respeito *"às comunas mineiras [que] viviam assoberbadas com problemas financeiros insolúveis"*, como a Pitangui do início do século XX[298]. Estaríamos de novo naquela injunção perigosa que nos remete ao começo: os vestígios disponíveis sobre o oeste de Minas, até agora visitados, trazem já uma idéia cristalizada – uma forma, qual seja – de representação desse espaço insistentemente atualizada que não se restringe ao tempo do discurso de colonos ou dos *"estancieiros do Oeste"* que *"se queixavam de não conseguir ajuda"*[299] do governo estadual, nos primeiros anos da República. Formas que não interferem apenas na realidade passada, no momento em que foram gestadas, mas na própria busca de informação – comprometendo a etapa que nos ocupa. Será que as fontes produzidas pelo governo estadual não poderiam auxiliar na compreensão do oeste de Minas Gerais?

É notável que na passagem do século XIX/XX, a representação do oeste de Minas como lugar ignorado pelos governos fosse estratégia crucial nas disputadas políticas.

---

[296] O ABAETÉ. *Editorial*. Abaeté, MG. Ano 1, n. 1, 7 de set. de 1904.
[297] Refiro-me a Oliveira, ao comentar a supressão da Comarca de Abaeté em 1904, restabelecida apenas em 1915: "Na hora dos sacrifícios, Abaeté nunca deixou de ser lembrada...", raciocínio que, parece-me, é devedor da representação de região esquecida pelos governos. OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*... op. cit. p. 139.
[298] DINIZ, Sílvio Gabriel. *O Gonçalvismo em Pitangui*. Belo Horizonte: UFMG, 1969. p. 9.
[299] WIRTH, John. *O fiel da balança.* op. cit. 1982, p. 79.

Se continuarmos acompanhando a imprensa local ao longo do século XX, não será difícil perceber que essa forma de enunciação continua atuante mesmo depois do desfecho da chamada velha república. Especialmente retomada em momentos de (re)interpretação das transformações específicas na região. Consideremos, por exemplo, o processo de construção da barragem de Três Marias[300], uma ação do governo federal realizada nos anos 1960, interpretada nos anos 1970, conforme a insistente idéia de abandono, isolamento e sacrifício como parte dos reclames dos governos locais em relação ao estado.

> Abaeté tem sido muito sacrificado pelos Governos, tanto estadual como federal sem, no entanto obter compensação alguma, como no caso da barragem de Três Marias, onde o município teve suas melhores terras alagadas sem, no entanto usufruir benefício algum. (...) Com o represamento de Três Marias, Morada Nova de Minas ficou praticamente ilhada, só tendo como saída natural e segura, por terra, por Abaeté. A atual rodovia, que corta os municípios de Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras e Abaeté, é mantida por estes municípios, mas o tráfego por ela é intenso, não tendo as prefeituras condições de mantê-la transitável, impondo-se sua encampação pelo Estado.[301]

Se a idéia de abandono ou desatenção está apenas implícita, a impressão de espaço "desaproveitado" de Vieira do Couto poderia ser invocada agora nos termos de um mau-aproveitamento "*das melhores terras da região"* mais uma vez sacrificada em nome de outros interesses. Seja como espaço esquecido (Couto), preterido (Gonzaga) ou sacrificado (*O Abaeté*), as fontes [d]enunciam um sentimento comum em relação ao tratamento dispensado à região pelos governos constituídos. Considerando-se válida a idéia de que a lembrança é condição para a identificação, a análise das fontes sugere que as formas de identificação dessa região mobilizem uma "lembrança do esquecimento", (re)construída em momentos diversos. Lembrança da impossibilidade de reconhecimento. Identificação e reconhecimento [eu-nós e os outros] que operam nas disputas políticas, pelo menos no que se refere ao discurso daqueles que defendem o interesse local em

---

[300] "O Lago de Três Marias surgiu do represamento do Rio São Francisco, formado com a construção de uma das maiores barragens de terra do mundo. Teve como principais objetivos a regularização do curso das águas do rio São Francisco nas cheias periódicas e melhoria da navegabilidade; a utilização do potencial hidrelétrico e o fomento da indústria e irrigação. Iniciada em maio de 1957, a obra foi concluída em janeiro de 1961, representando um verdadeiro recorde mundial de construção desta natureza. A Barragem tem 2.700 metros extensão com base de 600 metros, altura de 75 metros e sua usina gera 396.000 KW. O Lago, por nós chamado de Doce Mar de Minas, tem 21 bilhões de metros cúbicos de água, 1.040 quilômetros quadrados de superfície (8,7 vezes maior que a Bahia da Guanabara), e banha 8 municípios. A velocidade da construção foi expressiva devido ao compromisso do então Presidente Juscelino Kubitschek que finalizou ainda a ponte do Rio São Francisco, a BR 040 e a nova capital federal. As obras da barragem eram realizadas em dois turnos, empregando em torno de 10.000 pessoas. Águas invadindo terras, fazendas, espantando o gado e os animais selvagens. Sertanejos apáticos até o último momento e a vontade de ficar no sertão, mas saem às pressas, muitos para longe daqui". O LAGO. Prefeitura Municipal de Três Marias. Hipertexto disponível em http://www.tresmarias-mg.com.br/historia.htm. Acesso em 16 de agosto de 2009.

[301] O ABAETÉ EM MARCHA: órgão oficial do município de Abaeté. Editorial. Abaeté, 20 jul. 1971. p. 1.

relação às políticas de Governo. Esta forma de identificação, historicamente fabricada, tende a ser naturalizada atualmente, quando o próprio discurso oficial do governo incorpora-a para caracterizar a região.

Notas atuais da imprensa sobre o início da exploração de gás natural na região têm levado à atualização dessa idéia por caminhos diversos. Segundo informações que circularam em jornais impressos e na Internet, durante o ano de 2009, um consórcio formado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e por empresas privadas começaria a perfurar, em setembro daquele ano, o primeiro poço de gás natural na Bacia do Rio São Francisco, em Minas Gerais. Este poço localizado a *"Oeste da represa de Três Marias"*, demandaria investimentos de dez milhões de reais. Segundo noticiado, ainda estava em definição a localização exata da primeira perfuração, que poderia ser feita em Morada Nova de Minas[302], Biquinhas ou Paineiras, municípios outrora pertencentes ao território de Abaeté. Informava-se que:

> Para o secretário de Desenvolvimento Econômico [do Estado de Minas Gerais], a perfuração é o último passo para definir se Minas Gerais será, de fato, uma potência na exploração de gás, com a redenção econômica de municípios como Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté, Tiros, Buritizeiro, Santa Fé de Minas e Brazilândia de Minas, localizados nas regiões Norte, Noroeste e Alto Paranaíba. "Além dos benefícios e novas perspectivas que trará para toda a região" [303].

Essa interpretação otimista da exploração de gás no oeste de Minas merece discussão específica do mesmo modo que a utilização das categorias de regionalização do espaço mineiro. Contudo, observe-se, por ora, que se apostava numa *"redenção"*[304] econômica da região. Mas por que esta região deveria ser redimida? Numa espécie de interpretação teológica de sua história de constituição, apostar na sua redenção, cujo

---

[302] A perfuração do primeiro poço foi concretizada em 2010, no Município de Morada Nova de Minas.

[303] CONSÓRCIO FURA O 1º POÇO DE GÁS EM MINAS EM INVESTIMENTO DE R$ 10 MI. Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente. Hipertexto. Quinta-feira, 02/07/2009. Disponível em http://www.amda.org.br/base/sp-nw?nid=5419. Acesso em 02 de agosto de 2008.

[304] "A redenção implica na libertação mediante pagamento de um resgate. No Antigo Testamento, a palavra se refere a um ato legal praticado pelo parente resgatador (Lv 25.24,51-52; Rt 4.6; Jr 32.7-8), a um resgate ou desobrigação (Nm 3.49) e também ao dinheiro pago para a libertação de um refém (Sl 111.9; 130.7). As pessoas podiam remir propriedades, animais e indivíduos (escravos, prisioneiros, parentes sujeitos a um contrato) legalmente obrigados com Deus ou em servidão por outras razões. Só Deus, entretanto, pode libertar da escravidão do pecado (Sl 130.7-8), das mãos de inimigos opressores (Dt 15.15) e do poder da morte (Jó 19.25-26; Sl 49.8-9). No Novo Testamento, a redenção está ligada ao ato de libertar e deixar ir livre (Lc 2.38; Rm 3.24; Ef 1.14; Hb 9.12). Como também enfatiza o imenso preço da redenção: "...o precioso sangue de Cristo" (1 Pe 1.19; Ef 1.7) que também é chamado de sacrifício expiatório, "propiciação pela fé no seu sangue" (Rm 3.25).Os cristãos são exortados a se lembrarem do "preço" da sua redenção como uma motivação para a santidade pessoal" (1 Co 6.19-20; 1 Pe 1.13-19). CLÁUDIA, Lúcia. O que é redenção e reconciliação. Hipertexto. Disponível em http://www.abiblia.org Acesso em 15 de agosto 2009.

resgate seria pago pelo gás a ser explorado, é um raciocínio familiar à idéia de região abandonada, tida como refém [dos programas de governos ou da ausência deles, da lembrança ou do esquecimento]. Enfim, se há uma esperança em "novas perspectivas" as referências continuam sendo "as velhas", concebidas em termos não muito distantes daqueles sugeridos desde Vieira do Couto, em 1801, e de Juvenal Gonzaga, em 1904. Evidente que Couto apostava em outras riquezas como pagadoras do resgate, se fosse pertinente dizer que ele também acreditava numa redenção da Nova Lorena ou em algum socorro vindo do alto para livrar a região do nada[305]; da ausência de cultura, de memória, de humanização do espaço.

Retornando ao aforismo, se o oeste de Minas é concebido como região esquecida[306], a reação possível talvez fosse rememorá-la; se é uma região isolada, necessário inseri-la; se é região "seqüestrada" seria urgente resgatá-la. No entanto, parece-nos que a estratégia mais sensata para sair de uma armadilha é des[cons]truí-la e não seguir religiosamente suas orientações: é procurar subsídios para questionar os fundamentos do próprio aforismo que gira em torno dos planos do *governo* em relação à *região*.

Nos mais de duzentos anos que separam o registro de Vieira do Couto das últimas notícias sobre o oeste de Minas, o momento mais dramático – embora não seja o único – na enunciação dessa relação problemática e de consolidação dessa forma de percepção talvez seja a Primeira República – conforme nos faz pensar a análise do conjunto das fontes até agora apresentadas. Na passagem do século XIX/XX, a defesa dos interesses locais é a bandeira principal da imprensa local que tem sua tese de isolamento corroborada [ou pelo menos não-negada] pela coincidente ausência de fontes cartográficas cuja temática ou escala denote interesse estatal pela região. É o momento em que o próprio termo Oeste de Minas aparece como categoria espacial. Mas ela se constituiria desde seu nascedouro como lugar fora dos planos do governo estadual? Ou haveria planos do governo para essa região ou, dito de outro modo, planos de governo

---

[305] Faço referência a Proust, para quem "a lembrança [era] um socorro do alto para me livrar do nada" PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*... op. cit. 1990. p. 11.

[306] Essa interpretação atual parece não se distanciar do sentido de *"região esquecida pela Coroa Portuguesa*", se pensarmos que ela fora outrora considerada uma *região proibida.* Tampouco destoa das interpretações do oeste de Minas como *"zona esquecida"* pelo governo estadual na primeira república, tomado como o ente político superior responsável pela memória oficial e que, no entanto, é o primeiro a se esquecer da região do Bispado do Aterrado. Não seria disparate também considerá-la semelhante àquele raciocínio que concebe a região onde se localiza Abaeté, Paineiras, Biquinhas, Morada Nova de Minas, como ilhada e alagada pelo lago da represa de Três Marias, conforme informação dos anos 1970. Enfim, as fontes até agora consideradas, combinadas, reforçam uma determinada visão da relação dos governos instituídos e constituídos que poderiam levar à conclusão de que haveria um conflito de longa duração entre os ditos interesses locais e os governos estaduais que envolveria não apenas questões político administrativas, mas processos de identificação e reconhecimento.

que também instituíram o oeste de Minas? Se haviam planos dos governos para essa região, quais seriam? De que modo ela seria vista em fontes oficiais produzidas nessa instância de governo? Numa pergunta, para retomar os fios atados ao título do capítulo: a despeito de todas as representações contrárias, seria possível encontrar informações sobre as configurações do oeste de Minas nos programas de governo para o Estado de Minas Gerais? Onde procurá-las?

Considerando o oeste de Minas enquanto uma trama de regionalizações ainda não compreendida em seu conjunto, talvez seja produtivo buscar informações sobre ele em fontes muito específicas[307], ditas oficiais, da história de Minas, designadas arbitrariamente, aqui, como programas de governo. São fontes que interessam, sobretudo, pelo que podem informar quanto aos projetos dos governos estaduais para o oeste de Minas (buscaremos a forma como se referem a este espaço e os temas que os interessavam)[308]. Fontes específicas lidas de modo muito parcial ainda que considerando o risco de simplificação das relações de poder não apenas porque enfatizam mormente as práticas políticas ligadas ao estado, mas também porque, nessa própria dimensão reduzida de consideração do campo do político, atentarei, sobretudo, para a relação entre governo do estado (federado) e os interesses locais/municipalistas. Enfim, pretende-se buscar nos programas de governo, resultantes de uma delimitação subjetiva que pretende ser uma singularidade, uma unidade de sentido, ainda que não se defenda que os vestígios selecionados contenham todos os elementos particulares que compõem a realidade – não se pretende tomar essas relações específicas como se fossem a totalidade das relações políticas de Minas Gerais na primeira república.

Em 1891, Augusto de Lima escreveu em um dos relatórios apresentados ao Congresso Mineiro que *"a história* [das primeiras administrações republicanas mineiras] *tem nos archivos sufficientes subsídios para base de seu julgamento"*[309]. Ainda que se discorde da pertinência de se proceder a um julgamento histórico das

---

[307] O termo "específico" deve ser matizado. São fontes específicas a se considerar o grande número e a variedade de fontes oficiais disponíveis sobre a história de Minas. No entanto, a tomada dos relatórios de governo pretende ser uma estratégia para apreender uma visão geral sobre o estado. Fonte produzida em um lugar de observação do Estado de Minas Gerais como totalidade para tentar surpreender o lugar que o oeste de Minas ocupa nessa representação, digamos em escala mais reduzida, formas mais compartilhadas.

[308] Faria Filho observa que os relatórios – os provinciais – são expressões de determinações legais ao mesmo tempo em que expressão da dinâmica de sua efetivação. Nesse sentido, expressão da vontade (programa) ao mesmo tempo em que indício de seus limites. (FARIA FILHO, L. M. de. A legislação escolar como fonte para a Historia da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. (Org) e al. *Educação, modernidade e civilização*: fontes e perspectivas de análise Belo Horizonte: Autêntica, 1998).

[309] MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim em 15 de julho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima, ex-governador do mesmo estado. Ouro Preto: Paula Castro, 1892. p. 1.

ações do governo estadual, mesmo porque este seria baseado em provas produzidas pelo próprio réu[310], sem contar a distância entre a prática do historiador e a do juiz, é necessário reconhecermos que a história da administração do estado de Minas é bastante documentada. A grande quantidade e a diversidade dos documentos oficiais conservados nos Arquivos Públicos[311] não podem ser consideradas suficientes para a compreensão do passado, mas exigem um mínimo de reflexão sobre as escolhas e recortes estabelecidos durante a pesquisa em história.

Não seria possível consultar toda a documentação produzida pelos governos estaduais, nos seus diversos órgãos administrativos; mesmo que fosse, para torná-las fontes históricas, teríamos ainda que fazer escolhas, delimitá-las, torná-las compreensíveis, significativas. Tal como o raciocínio de Georg Simmel, em suas considerações sobre a paisagem, ao mesmo tempo em que é necessário retirá-la de sua totalidade (temporal e espacial)[312], é necessário também procurar sua unidade de sentido[313]. E esta depende do olhar e do estado de espírito do observador.

Nesse primeiro processo, digamos de delimitação, consideramos parte muito específica dessa documentação para análise sistemática: as mensagens e relatórios dos presidentes do Estado de Minas Gerais, especialmente, mas não exclusivamente, aqueles produzidos entre 1889 até 1930[314]. Procedimento que não nos impede de consultar, de forma complementar, outros documentos oficiais do governo como as falas e relatórios anteriores dos presidentes das províncias ou mesmo dos arquivos municipais disponíveis, em especial, aqueles da Câmara Municipal de Abaeté e de Dores do Indaiá.

Um dos critérios de escolha dessa documentação foi sua própria condição de acesso, além de constituírem uma série completa bem sistematizada, que por si mesma já resulta de processos de escolha de conservação e de divulgação. Todos os relatórios, falas e

---

[310] "O historiador não deve julgar", mas, ao mesmo tempo, "não pode fazer mais que juízos de valor", alerta Paul Veyne. Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1971, p.207-212.

[311] Arquivo Público Nacional, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Público Mineiro, por exemplo.

[312] Simmel parte de uma contradição fundamental em que a totalidade do tempo e do espaço não estão em nenhum momento e em nenhum lugar, mas para considerar os acontecimentos como históricos ou o espaço como lugares e paisagens é necessário que os retiremos da totalidade, singularizando-os.

[313] "Se não estou enganado, raramente nos damos conta de que ainda não há paisagem quanto todo tipo de coisas se encontram justapostas sobre um pedaço de solo, e são ingenuamente olhadas". (SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem.. *Política e Trabalho*. Universidade Federal da Paraíba. v. 12, 1996, p.15.

[314] A Falla que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por occasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente da provincia, dr. barão de Camargos. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1889. (última do governo imperial); MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim em 15 de julho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima, ex-governador do mesmo estado. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892 além das mensagens dos presidentes das províncias de 1892 a 1930.

mensagens consultados estão disponíveis no sitio eletrônico da Universidade de Chicago[315], além dos Relatórios de Presidentes de Província, (1837-1889)[316] e do Estado de Minas Gerais (1889-1930)[317], reúne também as mensagens executivas dos governos federais (1889-1993)[318] e relatórios ministeriais (1821-1960)[319]. Considerando os critérios de seleção dessas fontes pela analogia com as reflexões sobre a paisagem, poderíamos dizer que pretendemos tomar os elementos que estão ao alcance da vista – não todos *"contemplados aqui e acolá"*, nem de forma passiva, mas apenas aqueles cujo *"conteúdo do campo de visão cative nosso espírito"*[320] cheio de indagações sobre a percepção do oeste de Minas na construção da unidade política reconhecida como estado de Minas Gerais. Espírito já sensibilizado pelas representações cartográficas e jornalísticas que nos alertam para uma possível frustração desse projeto. No entanto, mesmo a ausência de informação sobre o oeste de Minas já poderia ser tomada como informação relevante da relação entre a percepção do espaço e o exercício de poder.

Nos dois primeiros anos do regime republicano, foi produzido apenas um relatório do Governador do Estado que registrava as ações dos governadores do período de

---

[315] Os documentos brasileiros foram escaneados a partir de cópias em microfilme dos originais no Centro de Armazenamento e Distribuição de Documentos Eletrônicos do Center for Research Libraries. Disponíveis em http://www.crl.edu. Conforme dados do próprio sítio, "O Latin American Microform Project (LAMP) no Center for Research Libraries (CRL) foi patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon para produzir imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias desde as mais antigas disponíveis para cada província até o fim do Império em 1889.". PROJETO de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project Hipertexto. Disponível em http://www.crl.edu. Acesso em 15 de agosto de 2009.

[316] O cargo de Presidente da Província foi instituído por lei em 20 de outubro de 1823. Este presidente era nomeado pelo imperador, gozava de tratamento diferenciado e tinha direito a um fardão especial. Possuía por atribuições: sancionar, vetar e fazer executar as leis provinciais; nomear, suspender e demitir os empregados provinciais; além de administrar os órgãos e serviços provinciais, como as obras públicas, a instrução pública, a tesouraria provincial e a Secretaria de Governo. De acordo com o Ato Adicional de 1834, o Presidente da Província tornou-se responsável também por convocar a Assembléia Provincial, podendo prorrogá-la e adiá-la quando o bem da Província assim o exigisse. Entretanto, deveria haver sessão dessa assembléia pelo menos uma vez ao ano. A província de Minas foi administrada por 59 presidentes e teve 63 vice-presidentes em exercício, alguns passando a efetivos, o que totalizou 117 presidências. (GUIA de coleções e fundos sobre a guarda do APM. Secretaria de Governo da Província ou Secretaria da Presidência (1821-1889). Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br Acesso em 11/08/2009.

[317] O Relatório do Governador do Estado, de 1891, abrange as "principaes occorrências havidas na administração deste estado desde a data de 15 de novembro (de 1889) até hoje" compreendendo sete administrações que existiram no governo provisório republicano: Antônio Olyntho dos Santos Pires (17 de novembro de 1889 a 24 de novembro de 1889); José de Cesário Faria Alvim (primeira vez 25 de novembro de 1889 a 10 de fevereiro de 1890); João Pinheiro da Silva (primeira vez de 11 de fevereiro de 1890 a 20 de julho de 1890); Domingos José da Rocha (20 de julho de 1890 a 23 de julho de 1890; Crispim Jacques Bias Fortes (quatro exercícios consecutivos entre 24 de julho de 1890 a 11 de fevereiro de 1891); Frederico Augusto Álvares da Silva (12 de fevereiro de 1891 a 17 de março de 1891); Antônio Augusto de Lima (18 de março de 1891 a 16 de junho de 1891). Cf. MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim em 15 de julho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima, op.cit. 1892. p. 1.

[318] A mensagem anual do Presidente da República que, desde 1889, resume as atividades do Poder Executivo.

[319] No banco de dados disponibilizado pelo sítio há também o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1844-1889). Ver: http://www.crl.edu/content/almanak2.htm

[320] SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. op.cit. 1996, p.15.

15 de novembro de 1889 até 1891. No ano seguinte, as informações sobre *"os negócios do Estado"* passaram a ser transmitidas por mensagens ao Congresso Mineiro[321], o que foi feito anualmente, ininterruptamente, até 1930, data limite dos documentos analisados. Eles se referem ao espaço específico do oeste de Minas? De que modo?

Se esse conjunto de documentos escritos pode se tornar fonte de informação sobre o oeste de Minas é necessário ainda conferir-lhe uma forma que se assemelha à transformação que a natureza sofre para se tornar paisagem, pelo menos exige uma unidade de sentido. A mais evidente delas, é a busca do aparecimento da diferenciação regional do espaço nos relatórios do Governo de Minas Gerais. Poderíamos mesmo perseguir as categorias utilizadas para tanto, como no caso da categoria Oeste de Minas na enunciação dessa diferenciação presente no conteúdo das mensagens. Atentar para seus usos, os referenciais, os sentidos, empreitada mais complexa do que pode parecer à primeira vista porque nos remeteu aos relatórios do período provincial e a outras formas de diferenciação do espaço.

Nos primeiros relatórios do governo provincial é possível identificar que a principal forma de diferenciação do espaço, para fins administrativos – em tese, a preocupação principal dos relatórios dos presidentes da província – era a divisão entre o a Capital e os municípios. Mas a circunscrição do espaço local ao município estava envolvida em certa complexidade. Em 1837, o Governo provincial buscava a harmonia entre a divisão Civil, Judiciária e eclesiástica da província de Minas Gerais. Por um lado, a tentativa de fazer coincidir as três divisões (município, comarca e paróquia) e por outro, passar da paróquia para o município a referência para as eleições e para o alistamento na Guarda Nacional. Assim, em 1840, o governo provincial pedia para as Câmaras Municipais que, coadjuvadas pelos párocos, indicassem as divisas das paróquias *"com tanto que ellas fiquem precizamente abrangidas nos limites dos municípios"*[322].

Em sua fala de 1837, Antônio da Costa Pinto sugeria que o conhecimento do espaço era condição para a efetivação das políticas públicas. Dentre elas o aperfeiçoamento dos critérios de eleições e da Guarda Nacional, a execução de um

---

[321] Conforme as atribuições do Presidente do Estado, instituídas pelo parágrafo 5º do art. 57, da Constituição do Estado de Minas de 1891: "Art. 57 – Compete ao Presidente: (...) 5º - enviar ao Congresso, no dia da abertura de cada sessão legislativa, uma mensagem em que dará conta dos negócios do Estado e indicará as providências legislativas reclamadas pelo serviço público" MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas de 1891*: promulgada em 15 de junho de 1891. Disponível em http://www.almg.gov.br/ Acesso em 15 de agosto de 2009.

[322] FALLA dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. p.28.

plano de estradas. Nesse último caso, a ligação que a estrada deveria estabelecer, seria devedora de uma divisão anterior, mais precisa quanto possível.

> Eu julgo, senhores, dever dar-vos conta dos motivos porque se tem espaçado o cumprimento da Lei n. 18 de 1º de abril de 1835 em quase sua totalidade. Esta lei estabelece um plano de Estradas que só se poderá levar a efeito quando precedido de certos trabalhos preparatórios: são eles o reconhecimento do terreno, as plantas, e finalmente o alinhamento das quatro estradas principaes que partindo da Capital da Província, se dirijam às Villas mais remotas para as partes do Norte, Sul, Leste e Oeste. Conhecidos ao menos os rumos daquellas estradas será praticável o alinhamento das lateraes, sublateraes, e a construção de outras quatro que, começando de pontos mais apropriados de umas, e de outras, ao sul desta cidade (de Ouro Preto), sejam dirigidas às raias da província do Rio de Janeiro, para facilitarem a comunicação com a Capital do Império"[323].

Se o reconhecimento do terreno era precário assim como a capacidade do estado em dissociar o espaço, certamente o processo de associação, a vontade de ligação dos espaços não poderia ser mais desenvolvida. Ainda que o termo Oeste apareça na fala do presidente, parece-nos que nesse momento ele denote muito mais uma tentativa de orientação num terreno desconhecido do que propriamente faz referência a alguma especificidade regional. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o Plano de Estradas de 1835 – um programa de governo – não foi capaz de reordenar o espaço mineiro de tal forma que o termo oeste pudesse ser considerado uma categoria de diferenciação do espaço mineiro.

No relatório de 1840, por exemplo, Bernardo Jacintho da Veiga reconhecia que, no que se refere à atuação do governo provincial, *"tudo ainda está por fazer-se"*[324]. Mesmo nos relatórios que tratavam do movimento liberal de 1842, em Paracatu e Santa Luzia[325], a principal referência espacial utilizada pelo governo era o Município[326]. Nenhuma categoria geográfica de regionalização do espaço mineiro era utilizada, nos relatórios, seja nos mapas de construção das estradas, na apresentação do efetivo militar, no cuidado com a ordem pública. Isto não nos autoriza dizer que o Oeste de Minas fosse esquecido pelo governo provincial, mesmo porque não havia regionalizações dessa

---

[323] FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes op. cit. 1837. p.35.
[324] FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840. p. 29.
[325] FALLA 1842. Bernardo Jachinto da Veiga. p. 2-4.
[326] Em 1843 o presidente da província dava notícia de que ela era composta por 13 Comarcas, 42 Municípios, 177 freguesias, 407 distritos. Além das eleições e da Guarda Nacional, o plano de estradas exigia uma regionalização. Nesse último caso, a ligação que a estrada possibilita deveria se fundamentar numa divisão anterior, mais precisa possível. Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes, a seu successor, o exm. tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, no acto da sua posse. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1843. p. 13. A comarca do Rio das Velhas possuía quatro juizados municipais: em Sabará, Caethé, Pitangui e Curvelo.

natureza e o próprio termo "oeste" ainda não se prestava a tal função, seja nas divisões administrativas, judiciárias, no controle das finanças públicas do estado, ou nos novos projetos de desenvolvimento econômico. No entanto, considerando formas anteriores de percepção desse espaço, observa-se pelas referências aos municípios localizados à margem esquerda do São Francisco que, nos diversos temas tratados nos relatórios, o interesse do governo em relação a eles era bastante específico e limitado – o que não desautoriza aquela impressão de região esquecida, enunciada por outras fontes.

O Município de Pitangui, por exemplo, que em 1843 era composto por cinco paróquias/freguezias (Pitangui[327], Sant'Ana do Rio de São João Acima, Itapecerica, Bom Despacho[328] e Dores[329]), incluindo, portanto, as terras à esquerda do São Francisco, aparecia no relatório apenas no mapa de "*votantes e dos fogos das Parochias da Província de Minas Gerais"*[330]. Não seria apropriado concluir, a partir disso, que Pitangui fosse um município ignorado pelo Governo Provincial, nos termos evocados pelos jornais locais, mas pode-se dizer que interessava apenas no processo político eleitoral e não parecia fazer parte de outros planos do governo, como o de desenvolvimento econômico capitaneado pelo referido plano de ligação rodoviária. Tampouco era enunciado quando se tratavam de temas como as políticas de instrução ou de segurança pública.

Se no título dos jornais locais o termo Oeste de Minas aparece em 1891, nos documentos oficiais do governo de Minas ele surge, com função regionalizadora, um pouco antes. Conforme os dados do relatório do presidente da província de 1873, o ano de 1872 parece ter sido importante na redefinição das estratégias de (re)organização do espaço mineiro, especialmente devido à discussão de um plano de construção de estradas de Ferro (1872) para a província[331]. Este plano parece ter suscitado debates envolvendo não apenas o interesse de localidades potencialmente beneficiárias das linhas férreas projetadas, como também a necessidade de pensá-lo de modo compartilhado, porque ultrapassaram os limites municipais que circunscreviam as discussões políticas anteriores (sobre segurança pública, educação, religião, catequese, dentre outras).

---

[327] Incluía os distritos de Pitangui, Onça, Pompéu, Pequi, Maravilha, Patafeifo (sic), São Gonçalo, Conceição, Santo Antônio.
[328] Composto pelos distritos de Bom Despacho e Abbadia.
[329] Composto por 4 distritos: Dores do Indaiá, Tiros, Quartel Geral, Morada Nova.
[330] Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes, a seu successor, o exm. tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, no acto da sua posse. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1843. (Anexo 8)
[331] Pablo Lima fala de um "plano ferroviário para o Oeste de Minas" elaborado por um grupo de bacharéis mineiros (cf. LIMA, Pablo Luiz de Oliveira Lima. *A máquina, tração do progresso: memórias da ferrovia no Oeste de Minas entre o sertão e civilização (1880-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (dissertação) p. 79.

Além de se tornar o principal tema da descrição das ações do governo provincial, o plano de transporte ferroviário envolveu uma "nova" discussão de interesses regionais. É nesta dinâmica que o termo *Oeste de Minas* aparece pela primeira vez nos relatórios do governo provincial com a função de identificar as concessões para a construção de estradas de ferro – uma projeção sobre o espaço com o objetivo de transformá-lo: um processo de separação e união do espaço: *separa* regiões de influência da estrada de ferro a ser construída ao mesmo tempo em que *une* interesses locais e prevê a ligação de municípios

> Pela parte do Oeste desde São João d'El-Rei, a lei provincial mineira n. 1762 providenciou decretando uma empreza, que partindo desse ponto, vá terminar em Piumhy. Por esta linha ficarão attendidos directamente todos os interesses dos ricos municípios de São José del-Rei, São João del-Rei, Tamanduá, Santo Antonio do Monte, Formiga e Piumhy, e indirectamente aos não menos ricos municípios do Bomfim, Pará, Pitanguy e Indayá; ficando desta sorte satisfeitas as exigências de toda zona compreendida entre a margem direita do Rio Grande e o vale do Paraopeba, Pará e Alto São Francisco. Esta linha é de um pujante futuro e concorrerá para o desenvolvimento desta Província garantindo ao mesmo tempo o Brasil da invasão dos estados vizinhos com o seu prolongamento futuro em demanda das Províncias, de Goyáz e Matto Grosso.[332]

Se, em 1873, já se fazia um zoneamento para fins de desenvolvimento econômico, tomando como referência tanto as sedes municipais quanto os limites naturais, em 1872, o presidente da província ainda titubeava na utilização da categoria de designação desse espaço circunscrito, a ser ligado: para explicar a localização das concessões do seu Plano de Viação Férrea que, a despeito de não ter se concretizado nos termos em que foi pensado, propunha uma reconfiguração do espaço mineiro em função do desenvolvimento capitalista, informava que as estratégias de ligação incluíam *"a linha de Piumhy, a do Oeste, [que] deverá nascer em Barbacena, seguir para S. João d'El-Rei, Oliveira e aquelle ponto; e mais remotamente desenvolver-se até á província de Goyaz"*[333].

Se neste momento o termo *oeste* aparecia como acessório na identificação do espaço, a leitura dos relatórios provinciais posteriores indicam seu fortalecimento na capacidade de nomeação do espaço – como importante categoria regionalizadora – à

---

[332] GODOY, Joaquim Floriano. Plano de Viação Férrea. In: Relatório com que o sr. senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da província ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belém por ocasião de retirar-se para tomar assento na Câmara Vitalícia. Ouro Preto, 1873, Apenso 13. p. 6.

[333] Relatório com que o sr. senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da província ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belém por ocasião de retirar-se para tomar assento na Câmara Vitalícia. Ouro Preto, 1873, p. 24.

medida que a ferrovia foi sendo construída[334]. Nesse sentido, um termo dissociador que fundamenta o próprio processo de associação, de ligação, prometido pela linha férrea.

No relatório de 1879, observava-se que a expansão das estradas de ferro estava *"acompanhando os factos econômicos"*[335] e, acrescentaríamos, promovendo a diferenciação regional, ao mesmo tempo em que propunha uma ligação entre as regiões "fabricadas". Já apareciam nos relatórios a referência à *"zona da estrada d'Oeste"*[336] mas sua localização ainda precisava ser explicada, o que pode indicar não se tratar de uma forma espacial largamente compartilhada. O último relatório do governo provincial, alguns meses antes da proclamação da república, não deixa mais dúvidas sobre a consolidação crescente do uso do termo Oeste de Minas:

> Com esta denominação [Oeste de Minas] é conhecida a estrada que, partindo da estação do Sitio, da estrada de ferro D. Pedro II, e passando por S. João del Rei, Oliveira e Ribeirão Vermelho, vai ter ao Alto S. Francisco. Tem actualmente em trafego 320 kilometros, restando a construir-se 300 kilometros aproximadamente, já tendo sido encetada a construcção a partir de Oliveira, com objectivo *a Pytanguy e ao Alto S. Francisco*[337].

À medida que a ferrovia ia sendo concretizada, conforme os planos estabelecidos, o termo Oeste de Minas passa a ser utilizado como categoria espacial corrente pelos próprios moradores das terras à esquerda do São Francisco. A identificação à região, muitas vezes, é evocada como recurso de localização, em detrimento da referência ao município. Surge e está em processo de consolidação uma nova relação eu-nós.

Um exemplo interessante pode ser retirado do próprio jornal *Luz do Aterrado* que abriu essa sessão. O mesmo jornal que em seu 31º número reclamava do desconhecimento do oeste de Minas pelo governo do Estado, trazia em seu primeiro número anúncio de comerciantes do arraial de Nossa Senhora da Luz do Aterrado, distrito de Dores do Indaiá, que se identificava aos seus potenciais clientes nos seguintes

---

[334] Indico apenas alguns trabalhos que se ocupam da ferrovia, muitos dos quais têm como fonte principal os próprios relatórios oficiais dos presidentes da província e do estado. LISBOA, Joaquim. *Apontamentos sobre a Estrada de Ferro d'Oeste de Minas*. Rio de Janeiro: Typographia de Soares e Niemeyer, 1881; PINNA, Augusto. *Estrada de F. Oeste de Minas - Relatorio apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Viação pelo Superintendente Augusto Cezar Pinna, engenheiro civil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903; VAZ, Mucio Jansen. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas – Trabalho Histórico-Descriptivo, 1880 – 1922*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922; LIMA, Pablo Luiz de Oliveira Lima. A máquina, tração do progresso... op. cit. 2003.

[335] RELATORIO á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2.a sessão da 22.a legislatura a 15 de outubro de 1879 pelo illm. e exm. sr. dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1879. p. 49.

[336] RELATORIO... op. cit. 1879. p. 50.

[337] Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes ... op. cit. 1889. p. 38.

termos: [vende-se] "*fazendas, armarinho, ferragens, calçados, chapeos de sol e de cabeça, louças, conservas, etc. além de sal, kerozene, arame farpado e gêneros do paiz em larga escala. José Gontijo, Praça da Máquina, Aterrado. Oeste de Minas*."[338] O comerciante que anunciava pretendia ser encontrado. Se utilizava-se do termo Oeste de Minas e não Dores do Indaiá para dar notícia de sua localização, é de se supor que, nesse momento, esta forma fosse mais eficiente para identificá-lo do que a referência aos limites municipais de Dores do Indaiá. Algo bem diferente do que ocorria ainda em meados do século XIX. Seria legítimo considerar que na década de 1920 o termo já tivesse certa popularidade e aceitação entre os leitores do jornal. Se até o comerciante José Gontijo, que dependia do reconhecimento dos clientes para levar à frente seus negócios, já se reconhecia/identificava como do oeste de Minas (muito provavelmente relacionado à área cortada pela E.F. Oeste de Minas[339] e às modificações na organização do espaço relacionadas às rotas de comércio), por que razão o governo ignoraria tais paragens/identificações?

Como aquele espaço era caracterizado nos documentos oficiais de governo? Do período do aparecimento da categoria, nesse tipo de fonte (1872/73) até pelo menos a data em que ela já parece consolidada entre a população (1922/1930), como ele era caracterizado? Mas aqui já estaremos mergulhando nas formas específicas de representação desse espaço pelos programas de governo. Antes, porém, sigamos em busca de outras fontes de informação sobre o oeste de Minas. Depois das cartas geográficas, da imprensa local e dos documentos oficiais dos governos, interroguemos a literatura e suas representações do/sobre este espaço ainda tão fugidio.

[338] LUZ DO ATERRADO. Aterrado, Dores do Indaiá. Ano 1, n.1, 25 de março de 1922. p. 4.
[339] Para uma análise do lugar da ferrovia Oeste de Minas no discurso político oficial dos presidentes da província e do estado de Minas Gerais ver o capítulo II de LIMA, Pablo Luiz de Oliveira Lima. *A máquina, tração do progresso: memórias da ferrovia no Oeste de Minas entre o sertão e civilização (1880-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (dissertação de mestrado). p. 65-105.

1.4 No cancioneiro e no Cânon

> Provínhamos ambos, pelas nossas origens, daquelas terras largas (...). Mas a nossa zona transpõe o São Francisco bem mais embaixo; pega o Rio Indaiá com a sua Estrela e as suas Dores, cobre o Abaeté e a velha terra de D. Joaquina do Pompéu. (...) Não sois, no entanto, um escritor regional, ou antes, o vosso regionalismo é uma forma de expressão do espírito universal que anima a vossa obra e, daí, sua repercussão mundial.
>
> Afonso Arinos de Melo Franco (sobrinho). 1967[340].

> Esguia palmeira
> *Pindarea concinna*: o ser
> Ajustado à poesia
> Como a palmeira se ajusta ao Oeste de Minas.
>
> Carlos Drummond de Andrade, 1969.[341]

Existem obras literárias que poderiam nos informar sobre o oeste de Minas? A questão parece simples. Exige certamente uma detalhada pesquisa bibliográfica de cujos resultados obteríamos não menos que uma resposta objetiva: sim ou não. Em caso afirmativo, é de se esperar uma complementação que faça jus à capacidade do pesquisador em história – não especialista em literatura – de enumerar as obras, indicar como podem ser encontradas, informar sobre seus autores, temáticas, os lugares e tempos de produção, dentre outros. Deveríamos então passar logo à lista de obras a serem utilizadas em nossa trama historiográfica.

Entretanto, uma observação mais atenta aos termos que compõem a frase interrogativa pode desfazer nosso castelo de areia com golpes impiedosos originados dos mais diversos campos das ciências sociais: seja dos teóricos da literatura, dos geógrafos ou mesmo dos próprios historiadores. *Neste levantamento, quais critérios serão utilizados para classificar uma obra como literária?* Talvez questionassem os primeiros, afeitos à discussão do cânone[342]. A seleção das obras literárias que informam [sobre] o oeste de Minas Gerais, evidentemente, seria devedora de nossa compreensão do que seja a literatura, ainda que não sejamos seus críticos. Dependendo dessa noção e dos critérios pelos quais julgaríamos qualificá-la, nossa enumeração das obras que informam sobre o oeste de Minas poderia variar desde uma extensa lista sempre lacunar até uma rigorosa seleção de que resultaria apenas um número irrelevante de títulos posto

---

[340] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso de Recepção ao Acadêmico João Guimarães Rosa. Academia Brasileira de Letras. Hipertexto. Disponível em http://www.academia.org.br/ Acesso em 20/08/2009.

[341] ANDRADE, Carlos Drummond de. Poeta Emílio. *Poesia complet*a. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 659.

[342] A bibliografia sobre o tema é extensa e não pretendo listá-la aqui. Para uma primeira aproximação do debate cf. PERRONE-MOISÉS, L. *Altas Literaturas: Escolha e Valor na Obra Crítica de Escritores Modernos.* São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

que, dependendo de nosso critério do que seja digno do nome de literatura, chegaríamos talvez à conclusão de que o oeste de Minas fosse uma das

> muitas regiões não-hegemônicas do Brasil [que] têm produzido, (...) literatura, (...) boa ou ruim, como em qualquer parte, (...), [mas] impondo-se ao leitor (...) [pela] simpatia que muitas vezes é tudo o que a literatura precária alcança do leitor[343].

Seja pela quantidade grandiosa de obras que poderiam ser encontradas por esse critério maleável, seja pela dificuldade mesma de investigar melhor a recepção dessas obras que simpatizam o leitor, ou ainda pelo risco de rotulá-las de literatura precária, não poderíamos lançar ainda nossa lista. Para fugirmos dessa tipificação temerária, poderíamos considerar, por exemplo, a sua recepção do ponto de vista de sua fortuna crítica. Aliás, possivelmente concluiríamos que no caso da produção literária sobre o oeste de Minas seríamos obrigados a abrir mão da fortuna, quando não da crítica. Assim, talvez pudéssemos considerar duas ou três mais apreciadas, em ordem: *O Itinerário Poético*[344] de Emílio Moura, poeta nascido em Dores do Indaiá, que somente entre 1931 (quando foi publicado o primeiro livro que compõe o *Itinerário*) até 1966, já tinha guardado em seus arquivos 112 apreciações, publicadas em diversos jornais, livros e revistas especializadas[345]; a *Sinhá Braba* de Agripa Vasconcelos[346], obra ambientada [ou criando um ambiente] nas terras de Joaquina do Pompéu, romanceando a história dessa figura emblemática da região[347] – que somente do jornal *O Estado de Minas,* de 1966 a 2000, mereceu 12 apreciações[348]; quem sabe não poderíamos acrescentar também *A fazenda do Doutor*, localizada no município de Paineiras, escrito por Thereza Vianna Maria da Costa, em 1972[349], das memórias[350] romanceadas que procuram contar

---

[343] FISCHER, Luís Augusto. Introdução. IBGE. *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 11.
[344] MOURA, Emílio. *Itinerário poético*. 2.ed. belo Horizonte: UFMG, 2002.
[345] Conforme BAHIA, Virgínia Guimarães. *Emílio Moura: bibliografia.* Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1967. (mimeo.) p. 16-38.
[346] VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba: romance do ciclo agropecuário nas gerais*. Belo. Horizonte: Itatiaia, 1966. (Sagas do país das gerais, 2).
[347] Para esta obra são válidas as observações de Márcia Naxara: "O romancista, em especial o que produz romance histórico, freqüentemente busca nas crônicas e na história o suporte para a ambientação dos personagens e sustentação do enredo, de forma a torná-lo verossímil, mesmo quando cria e trabalha a figura do herói". NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e texto literário: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n. 44, 2006. p. 46.
[348] Cf. NORONHA, Gilberto Cezar. *Joaquina do Pompéu...*op. cit. 2007. p. 110.
[349] COSTA, Thereza Vianna Maria da. *A fazenda do Doutor*. Belo Horizonte, 1972. Embora não haja levantamentos sobre sua fortuna crítica, sua obra foi premiada pela Academia Mineira de Letras.
[350] Poderíamos aqui também considerar as histórias municipais, dos chamados memorialistas. No entanto, cuidaremos deles ao falar da bibliografia especializada posto que se reconhecem e são reconhecidos muitas

a história da família da autora. Se procurássemos nos compêndios de história da literatura, entretanto, nas armadilhas dos estilos de época e na sua tarefa de inclusão e exclusão no cânone, é provável que dessa nossa lista constasse apenas a obra e o nome de Emílio Moura, colocado talvez numa pequena nota do movimento modernista mineiro[351]. E seríamos remetidos ainda uma vez para a discussão do que seja uma obra literária porque seríamos desafiados em nosso critério de receptividade da obra[352], até mesmo na própria cidade natal do autor, Dores do Indaiá[353].

Imaginemos, então, o semblante dos geógrafos e historiadores acompanhando apreensivos os rumos dessa conversa sobre o fenômeno literário que poderia facilmente descambar para o formalismo puro[354] ou mesmo para a idéia de uma literatura como reprodução espelhada do social[355]. O primeiro levando-nos talvez a considerar que pouco importa se o escritor proveio das mesmas *"terras largas"* de Guimarães Rosa, conforme a epígrafe de Afonso Arinos, lugar de onde buscamos informação. A segunda nos levando talvez a compreender que se autores como Emílio Moura são *"palmeira que se ajusta[m] à poesia"*, ela própria se ajustaria ao Oeste de Minas, como sintoma de sua configuração sócio-política.

Em meio a discussões possíveis sobre a especificidade da obra literária, talvez os próprios geógrafos tomassem a palavra e formulassem questionamentos sobre nossa compreensão das relações entre literatura e história e os pressupostos que sustentam nossa proposta de buscar, na primeira, informações para compreender a segunda: *Mas [de que*

---

vezes como obras de história. O mesmo fazemos com as escritas de si apesar de estudadas como produções literárias, tal qual o memorialismo, merecerá discussão específica na apresentação dos arquivos de família.

[351] Para conferir um exemplo em que Emílio Moura é enquadrado no grupo de *Outros Poetas* do modernismo mineiro ver: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: Era Modernista*. 7.ed. São Paulo: Global, 2004. p. 139.

[352] "As edições de qualquer dos livros de Emílio Moura geralmente são acontecimento regional. Mereciam público maior". AMADOR, Paulo. O modernismo platônico de Emílio Moura. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 2003. Sobre a teoria que inspira uma análise da obra considerando sua recepção, cf. JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura com provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

[353] "A melhor biblioteca escolar de Dores não possui até hoje [1978], meio século depois de criada, uma única obra sequer de Emílio Guimarães Moura, que além de ser dorense e de ter sido professor da escola, é um dos maiores poetas brasileiros (...). O nome de Emílio Moura está nas histórias de literatura brasileira, ao lado de Carlos Drummond, de Aphonsus Guimarães (...) A comunidade dorense jamais prestou a mais insignificante homenagem ao seu grande filho." (FIÚZA, Rubens, Obras do Poeta dorense Emílio Moura. Colunínha do vigilante. *O Liberal*. Dores do Indaiá. ano. 12, n. 620, 11 de março de 1978. p. 1.

[354] Seria pertinente lembrar aqui os formalistas russos na busca dos traços distintivos do objeto literário (literariedade) cujos caracteres não estariam no estado de alma, na pessoa do poeta, mas sim no poema; ou em qualquer outra vivência fora do próprio texto literário. Para Tynianov, "o estudo da evolução literária (...) deve ir da série literária às séries correlatas vizinhas e não às séries mais distantes, mesmo que elas sejam principais" (TYNIANOV, J. Da evolução literária. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira. (Org) *Teoria da literatura*: formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 118

[355] Aqui poderíamos fazer referência às mais variadas concepções correntes na teoria literária. Entretanto, remeto o leitor apenas a uma obra introdutória: CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

modo] essas obras literárias podem [nos] informar [sobre] a história e a geografia [do] o oeste de Minas?[356] E assim, restaria intacto apenas o último termo da frase interrogativa inicial não fosse ele próprio o nosso exato problema de pesquisa, já tantas vezes colocado em xeque. Não se sabe quem perguntaria primeiro, mas é certo que a questão seria inevitável: *Mas o que é o oeste de Minas?* Que termo é este sobre o qual se buscam formas na literatura? Ou dito de outro modo: quais são as configurações do oeste de Minas produzidas pela literatura? Diante de tantos questionamentos possíveis, estamos convencidos de que na busca das obras literárias que informam sobre o oeste de Minas não se deve desconsiderar a compreensão do que seja uma obra literária – digamos, em sua especificidade como objeto cultural – a relação entre literatura e história e o que estamos compreendo por oeste de Minas. Continuemos pelo último.

Retomemos os dois sentidos em que o termo oeste de Minas foi utilizado até agora para tentar uma formulação provisória que nos permita avançar na enumeração de nossos autores e obras. No primeiro deles, utilizo o termo como um recurso semântico para designar uma indeterminação – um emaranhado de regionalizações, o conjunto ainda não completamente compreendido, das formas de enunciação de um espaço que escapa à consciência, na construção de minha própria narrativa. No entanto, o Oeste de Minas também é uma categoria espacial que, quase tendo o efeito contrário ao primeiro sentido, é um recurso de determinação, especificação do espaço que tem sido utilizado em diferentes momentos por diversos sujeitos. Enunciado por variados suportes, não se refere à totalidade da trama de regionalizações que nos ocupa e é apenas um de seus elementos constituintes. Seria o caso, por exemplo, da própria utilização do termo por Carlos Drummond de Andrade, na epígrafe, ao falar da poesia de Emílio Moura.

---

[356] A questão ainda me parece urgente: obra recente desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, procurando regionalizar o espaço brasileiro pelas representações literárias dá uma idéia de como historiadores e geógrafos ainda estão inseguros no enfrentamento da discussão. Na obra, diz-se que se "respeita os parâmetros próprios da teoria literária. Mas há a intenção de uma apropriação com objetivos, estes sim, explicitamente de viés geográfico. O que permite esta incursão em território alheio é a constatação, de resto comum a diferentes correntes do próprio campo literário, de que a Literatura relaciona-se, sofre influências, *alimenta-se e reflete* os contextos sócio-político-culturais em que está inserida. Trazendo a discussão para o campo de interesse em questão pode-se dizer que, *ao refletir*, em alguma medida, o momento histórico em que está inserida, possivelmente a obra literária trará em seus meandros algo revelador de seu berço, de sua origem territorial, de sua cor local, ou seja, a obra literária possivelmente estará influenciada pela Geografia". Cf. IBGE. Atlas *das representações literárias de regiões brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 20. [grifo meu]. Diante disso, seria pertinente fazer um duplo questionamento: não haveria uma especificidade da obra literária que torna essas relações mais complexas do que uma concepção de literatura como um reflexo do espaço geográfico ou social? Por outro lado, enquanto linguagem performativa, a literatura não apenas representaria o mundo, mas também não o [re]criaria? Noutros termos: As formas literárias não influenciariam na percepção do espaço geográfico?

É nesse segundo sentido que o Oeste de Minas poderia ser tomado como ponto de partida para buscar informações importantes para prosseguimos na construção de nossa trama de regionalizações. Evidentemente, estaríamos restringindo a busca à época em que o termo passou a ser utilizado para regionalizar o espaço mineiro. A se considerar as informações que encontramos nos jornais locais e nos programas de governo, o oeste de Minas adquire esse sentido específico apenas na passagem do século XIX/XX. É o caso, por exemplo, das obras consideradas acima.

Aquelas que porventura informassem sobre este espaço sem utilizar tal denominação, porque teriam sido produzidas antes, ficariam, sob este critério, fora de nossa lista. Assim, poderiam ser compreendidas as poesias do Padre Manoel Xavier *"poeta mineiro de grande inspiração que viveu e morreu esquecido na obscura cidade de Tamanduá"*[357], atual Itapecerica, uma das primeiras a produzir um jornal cujo título enunciava o Oeste de Minas. Ou ainda obras de autores que, mesmo reconhecidos pela crítica como enunciadores do oeste de Minas, confortavelmente inseridos no cânone, não utilizavam em suas obras tal denominação – o que não parece ser o caso de Guimarães Rosa, por exemplo, por nenhum desses motivos, a despeito da epígrafe de Afonso Arinos.

Em 1929, quando o termo Oeste de Minas já tinha a função de especificação do espaço, identificada nos jornais e programas de governo, Carlos José dos Santos escrevia no *Minas Gerais* que:

> O poeta Bernardo Guimarães foi, como romancista, ainda o mais fecundo. Há, sem dúvida, em seus romances merecimentos incontestáveis e páginas bellíssimas, em que descreve a natureza ridente e grandiosa de nossas terras (...) que ele viu (...) e pode mirar em suas viagens pelo extremo Oeste de Minas nas scenas e quadros da vida interior, traçados com animação e luz a cor local que lhes dão encantadora que lhe dão naturalidade[358].

Se nesse caso, a crítica parece abonar nossa busca de informações sobre o oeste de Minas na obra de Bernardo Guimarães, é necessário lembrar que há, neste caso, pelo menos duas formas de percepção do espaço, que devem ser diferenciadas: a regionalização do crítico e a regionalização do próprio autor, utilizando, possivelmente, vocabulário e referências distintas[359]. Considerando essa dificuldade de denominação,

---

[357] CORREIA, Ernesto. Um poeta desconhecido. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, 1896, p. 453.
[358] SANTOS, Carlos José dos. Bernardo Guimarães na intimidade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XXIII, 1929, p. 316-317.
[359] Bernardo Guimarães escreveu sobre o "Belo Araxá, risonho Patrocínio, Ubérrimo Uberaba" em seu poema Saudades do sertão do oeste de Minas Gerais, "*Fantasia dedicada ao meu particular amigo o Dr.*

um recurso possível seria considerar outras categorias de regionalização do espaço que também já conhecemos através das informações dos mapas, dos jornais e dos programas de governos visitados. Categorias como Nova Lorena Diamantina, Zona esquerda do São Francisco, Alto São Francisco, região entre a Mata da Corda e o Rio São Francisco, região do Indaiá, Abaeté (categoria utilizada por Guimarães Rosa[360], por Rubens Fiúza[361]) e São Francisco dentre outros, além da própria divisão municipal orientada por essas delimitações regionais[362].

Assumindo uma noção menos restritiva de literatura, em sua diversidade de gêneros poderíamos ampliar nossa lista e considerar a chamada literatura de viagem[363]: desde as obras dos estrangeiros de nascença como Eschwege[364], Saint-Hilare[365], Freyreiss[366] até os viajantes em busca de sua própria terra, como Vieira do Couto[367], Diogo de Vasconcelos[368], que ainda titubeavam entre o que é do Brasil e o que é de Portugal, ou ainda Dom Manuel Nunes Coelho e suas viagens pastorais pelo Bispado do

---

Francisco Lemos,engenheiro provincial daquela zona". Cf**.** GUIMARÃES, Bernardo. *Folhas de outono*. Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

[360] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 335

[361] FIÚZA, Rubens. *O Diamante do Abaeté e outros contos estórias da história da mesopotâmia Indaiá-S. Francisco (municípios de Luz, Estrela do Indaiá, Serra da Saudade, Dores do Indaiá, Quartel Geral e Abaeté)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1988.

[362] Em 1976 Rubens Fiúza publicava uma "lista preliminar sobre os principais escritores" de Dores do Indaiá. "lembrados ao acaso, sem nenhuma ordem ou hierarquia. Ei-los: Antônio Nelson de Moura (Mestre Tonico), Carlos Cunha Correia, Waldemar de Almeida Barbosa, Francisco Campos, Emilio Moura, Carminha Gouthier, José Osvaldo de Araújo, Bolívar Lamounier, José Ribeiro Machado, José Ferreira Gonçalves. Mário de Matos, Jacinto Caetano Guimarães, Jacinto Campos Guimarães. Tonico Caetano, Francisco de Sousa Coelho, Joaquim G. do Amaranto". (FIÚZA, Rubens. Escritores Dorenses. O Liberal. *Dores do Indaiá*, ano 10, n. 539, 3 de julho de 1976. p. 1).

[363] "Os livros de viagem são vistos como um gênero próprio, produtor de representações sociais, condicionadas a um tipo de experiência específica, a viagem, e não como sendo exclusivamente um documento histórico, literário, ficcional ou científico, mas muitas vezes reunindo todos estes estilos ao mesmo tempo. [Suas] diferenças estão: na forma dessas obras, nos objetivos por que foram escritas, na especificidade de seu destinatário e no interesse pessoal do autor." SECO, Ana Paula. Livros de viagens ou literatura de viagem. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (orgs.). *Navegando pela história da educação brasileira* (orgs). Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. 1. Cd-room.

[364] ESCHWEGE, W.L. von . *Pluto Brasiliensis*. (Traduzido por Domício de Figueiredo Murta). São Paulo: USP; Minas Gerais: Itatiaia. 1979.

[365] SAINT- HILAIRE, Augusto de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944.

[366] FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. (trad. A. Löfgren).

[367] COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes [1801]. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa oficial. ano X, fasc. I e II, jan/jul, 1905.

[368] VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro. Memória sobre a capitania de Minas Gerais: Breve descripção geográphica, phisica e política da capitania de Minas Gerais [1806]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Ano VI. Fasc. III e IV, jul-dez. 1901. p.757-853.

Aterrado[369], talvez até o próprio Guimarães Rosa[370]: cada um construindo representações do espaço com formas, objetivos, destinatários e interesse específicos.

No entanto, com tal procedimento, talvez possamos fornecer aquilo que estamos procurando: as informações (produção de formas) do espaço pela literatura. A idéia não seria tomar as obras por critérios formais (históricos, topográficos ou literários) dados *a priori*, mas, ao contrário, apreender as formas que elas produzem como parte da tomada de consciência do espaço e do tempo que instituem as configurações sociais. E assim poderíamos reconsiderar a problemática das relações entre literatura e história, seja na discussão dos regimes de verdade da história[371], seja nas relações entre a literatura e a sociedade[372]. Se é pertinente pensar que *"a verdade da ficção é a sua forma"*[373] e se há algo de específico na forma estético-literária, em relação às outras fontes de informação comumente utilizadas pelos historiadores, e ainda se seus dispositivos formais mediadores não se reduzem a intenções temáticas externas[374], poderíamos dizer que as informações que a literatura pode trazer sobre o oeste de Minas – no primeiro sentido –, entendidas como formas específicas de apreensão da vida, de apropriação do espaço, só poderão ser objeto de interesse histórico se tomadas em sua historicidade. Quer dizer, a forma literária não pode ser compreendida apenas como a "estrutura" da obra, para fazer referência a um termo utilizado por Antônio Cândido, mas como uma configuração mesma que institui determinada cultura, na medida em que (re)cria o mundo influenciando nossa forma de compreendê-lo. Dinâmica, seja porque envolve juízos de valor, na sua produção, recepção, apropriação – para utilizar enunciados familiares à teoria da literatura

---

[369] Publicados originalmente no Jornal A Luz do Aterrado e depois reunidas por SILVA NETO, Dom Belchior J. da. *O pastor de Luz. A terra, o homem de Deus, a pastoral.* Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984.

[370] Em 1994 Heloísa Starling observava que nem mesmo aqueles que estudavam as relações do texto ficcional de Guimarães Rosa com as dimensões históricas e/ou sociológicas haviam considerado sistematicamente "o emprego de fontes documentais de natureza histórica e/ou jornalística por Guimarães Rosa em sua obra" ou "sua apropriação crítica da literatura de viagem dos cronistas europeus, em especial Wells, Burton e Saint-Hilaire". (STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil: Teoria Política, História e Ficção em "Grande Sertão: Veredas".* Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 15). Em 2004, Willi Bolli ensaia essa perspectiva inserindo Rosa na longa tradição dos retratistas do Brasil, interpretando-o como expressão máxima do romance de formação do Brasil. Cf. BOLLE, Willi. *grandesertão.br*: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.

[371] Aqui seria o momento de lembrarmos ainda uma vez de WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2.ed.. São Paulo: Edusp, 2001.

[372] Antônio Cândido escreveu que cada vez mais estava convencido de que "só através do estudo formal é possível apreender convenientemente os aspectos sociais". Cf. CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade.* 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. p. 9. Para uma crítica da noção de forma em Cândido, ver LIMA, Luiz Costa. Concepção de história literária na "formação". In: D'INCAO, Maria Ângela e SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (org). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antônio Cândido.* São Paulo: Cia das Letras: Instituto Moreira Sales, 1992, p. 153-169.

[373] BOLLE, W. Grandesertão.br. p. 21.

[374] BOLLE, W. Grande sertão.br. p. 21.

provocada – seja porque, enquanto forma, é condição inabalável de expressão/compreensão da vida, e enquanto produto da cultura é vestígio da mesma – possibilidade de história[375], ainda que não de toda a história.

E já que estamos no limiar entre dois campos do conhecimento – para deixar a sociologia e a filosofia de fora – é necessário retomar o primeiro termo da interrogação inicial, como um tema caro à teoria literária: *o que é uma obra literária?* Aqui o historiador viajante depara-se outra vez com um muro obstruindo sua passagem e atrapalhando sua visão, construído antes de sua chegada, às vezes com materiais que ele próprio manuseou: as discussões sobre o cânone nacional. Das obras e dos autores acima enumerados, poucos deles seriam reconhecidos como literatos para além de uma circunscrição regional ou de seu interesse sócio-histórico. Aliás, o termo regional, aqui, poderia soar pejorativo conforme determinadas histórias da literatura e se utilizado como critério qualificativo das obras que podem informar sobre o oeste de Minas, imporia várias restrições à nossa seleção arbitrária e incompleta: considerando os critérios, digamos canônicos, provavelmente refutaríamos as obras específicas demais (porque falariam do local e não da região, ou porque seriam consideradas obras de menor valor literário), ou seríamos impedidos de buscar informações sobre o oeste de Minas em obras consideradas universais. Talvez o maior exemplo neste último sentido seja o *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa, considerado por uns como um *"retrato do Brasil"*[376], e por outros como uma abordagem ampliada demais ou inadequada para informar sobre um espaço específico[377], ainda que tenha sido acusado por muitos de um *"excessivo formalismo e um discurso narrativo de fundo regionalista"*[378]. Nesse caso, reconhecer que esta obra informa sobre o oeste de Minas seria reconhecer mesmo uma limitação de sua qualidade literária, nos termos da crítica, o que hoje pode soar como sacrilégio imperdoável.

Não deixa de ser curioso que essas restrições da crítica à utilização da obra de Guimarães Rosa como fonte de informação sobre o oeste de Minas se apóiem menos na sua [não] referência ao espaço geográfico[379] e mais na negação de uma classificação

---

[375] Aqui, releio SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II*. Paris : Payot, 1990.
[376] BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2004. p. 29.
[377] As justificativas para este último posicionamento oscilam entre a idéia da especificidade da obra literária que não tem necessário compromisso com a realidade, no caso, com o espaço geográfico até a idéia mais conservadora de que reduzir a análise da obra a uma representação de uma região seria diminuir o seu valor literário.
[378] STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil: Teoria Política, História e Ficção em "Grande Sertão: Veredas"*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 13.
[379] Considerando os resultados daqueles que tentaram objetivar a cartografia e a geografia roseana, poderíamos facilmente concluir que grande parte das localidades que identificamos como oeste de

do *Grande Sertão: Veredas* como romance regional[lista][380]. É o que parece dar sentido ao discurso de Afonso Arinos de Melo Franco ao receber Rosa na Academia Brasileira de Letras. Reconhecia que o autor era *"escritor ligado à terra, às limitações temporais e espaciais de uma certa terra brasileira"* que incluía a Dores [do Indaiá] que Drummond chamou de Oeste de Minas, mas negava que ele fosse *"um escritor regional"*. Ainda que essa negação fosse recurso para cuidar da "repercussão mundial" da obra, Afonso Arinos não negava que a obra de Guimarães exprimia *"o social – isto é, o local – (...)[e] neste ponto fostes, como nos demais, um descobridor"*[381].

Se o local, expresso por Guimarães Rosa, corresponde ou não a outras representações do oeste de Minas, é algo que deve ser discutido. Nesse sentido, a inclusão/exclusão de sua obra em nossa lista nos remeteria também à obra dos *"demais escritores que falam do local",* referidos por Afonso Arinos, que poderia mesmo incluir seu próprio tio, o outro Afonso Arinos de Melo Franco[382]. Ainda que numa perspectiva "municipalista" o autor fosse ligado mais às terras do Paracatu[383] e o espaço de ambientação de suas obras não tivesse necessária relação com as supostas paisagens do Oeste de Minas, poderíamos perguntar em que medida essas formas de representação do espaço teriam influenciado na percepção e diferenciação regional de Minas Gerais.

Interessante notar que a localização geográfica da origem do autor também poderia ser um critério inadequado para a seleção das obras, se levarmos em conta as palavras da crítica. Emílio Moura, natural de Dores do Indaiá – considerado um dos principais municípios de nossa circunscrição fugidia, terra natal de autores de importância reconhecida no cânone literário nacional –, a despeito de sua ligação com o local bem mais direta que Afonso Arinos e Guimarães Rosa, tem sua obra interpretada pela crítica literária como ainda menos propensa a fornecer informações sobre o oeste de Minas. Considerando a especificidade de suas formas literárias, advoga-se que, distante dos autores que *falam do local*, realizaria uma fuga metafísica, numa poesia enunciada num espaço de desajuste:

Minas,até agora, não fariam parte do "Grande Sertão: veredas". Para um exemplo pioneiro. Cf. VIGGIANO, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. 2.ed. Rio de Janeiro:José Olympio, 1978.

[380] Para uma discussão atual do conceito de regionalismo, sob uma perspectiva crítica, cf. SANTOS, Paulo Sergio Nolasco dos. Regionalismo: reverificação de um conceito. In: _____.*Fronteiras do local:* Roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

[381] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso de Recepção ao Acadêmico João Guimarães Rosa. Academia Brasileira de Letras. Hipertexto. Disponível em http://www.academia.org.br/ Acesso em 20/08/2009.

[382] Especialmente *Pelo Sertão*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

[383] Para uma tentativa de localização topográfica da obra de Afonso Arinos de Melo Franco ver OLIVEIRA, MELLO, Antônio de. *De volta ao sertão: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro* .ed. revista e ampliada. Paracatu: Edições Buriti, 1994.

> Sua visão não contém os traços da visão comum; tudo aparece a seus olhos como símbolo de uma realidade mais perfeita ou como nostalgia de algo perdido, ou nunca encontrado. Um mundo ideal (...) preso a outros valores e formas[384].

Para grande parte dos seus críticos, desproporcional aos seus leitores, Emílio Moura enunciaria um espaço – uma forma – localizado entre a realidade e a fantasia, entre a vida e o sonho, entre a percepção e imaginação, entre a letra e o espírito[385]. Se considerarmos que essa distinção entre realidade e fantasia não opõe necessariamente literatura e história, poderíamos compreender que essa forma de representação da realidade produz também representações do espaço e está relacionado a determinados lugares de enunciação do sujeito-poeta. São formas culturais que poderiam nos informar sobre a tomada de consciência do espaço, ainda que não diretamente relacionadas ao autor e à sua vida prática. Como escreveu Carlos Drummond de Andrade sobre o amigo, Emílio Moura teria ignorado o prático e o habitual, o que *"importa conhecer para interpretar os fenômenos naturais e os movimentos humanos, toda a ciência da vida enfim (...). Contudo, não ficou um primitivo nem um apático. Requintou-se despojando [-se]"*[386]. Talvez mesmo do espaço, das circunscrições que o próprio autor-sujeito Emílio Moura não conseguiu de todo, completando seu centenário *(1902-2002), "de forma apagada",* ignorado pela crítica e pelo público[387].

Se o despojar-se do local parece ter trazido requinte à obra de Emílio Moura, nos termos de Drummond, fabricando um lugar de enunciação bem próximo à *poiesis* grega e, se insistirmos no critério de seleção das obras que poderiam informar sobre o oeste de Minas apenas pela sua capacidade de expressão habitual e prática do lugar – digamos, mais próximas do labor que da fabricação – estaríamos presos apenas às obras consideradas menos *"requintadas",* ou de menor valor estético. Por um lado, seria operar uma redução do sentido da própria idéia de *in*-formação; por outro, seria fazer um pré-julgamento formal delas baseando-se em parâmetros que a própria teoria literária tem questionado[388] – talvez nos termos mesmo de uma *de*-formação.

---

[384] FARIA, José Hipólito de Moura. De Emílio para Drummond. In: COUTO, Ozório e FARIA, José Hipólito de Moura. *Dois Poetas: um centenário*. Belo Horizonte: Adi Edições, 2002. p. 40.
[385] MARTINS, Cristiano. O espelho e a musa. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24. jul. 1949.
[386] ANDRADE, Carlos Drummond de. Emílio Moura: Palma Severa. *Passeios na ilha*. Rio de Janeiro: Record, 1952.
[387] CARPINEJAR, Fabrício. Agulha – revista de cultura. Fortaleza, São Paulo, n. 28, setembro de 2002. Versão On-line. Disponível em http://www.revista.agulha.nom.br/ag28moura.htm Acesso em 12 ago. 2007.
[388] Especialmente quando se coloca o debate entre a excelência da obra literária versus sua representatividade cultural e surge a questão de quem define os padrões de excelência literária.

Nesse sentido mais imediatista, até mesmo parte da obra de Carlos Drummond de Andrade que faz referência a Emílio Moura, considerado seu poeta irmão, parece mais propensa a nos dizer sobre o oeste de Minas do que o próprio filho da terra. Drummond não apenas utiliza o termo Oeste de Minas como também dá seus contornos quando escreve que:

> Entre o Brejo e a Serra,
> Entre o Córrego Dantas, o Aterrado, o Quartel Geral e Santa Rosa,
> Entre o Campo Alegre e Estrela,
> Nasce em 1902,
> O poeta Emílio (Guimarães) Moura.[389]

Diante de todas essas questões, que parecem mais complicar do que fazer avançar, o que poderíamos esperar da literatura em nossa busca de informações sobre o oeste de Minas? Considerando a relação ambivalente entre a geografia de Guimarães Rosa e a topografia real, Willi Bolli, valendo-se das observações de Antônio Cândido, escreve que, por um lado, o narrador *"apóia-se na topografia real, por outro lado, inventa o espaço de acordo com seu projeto ficcional"*[390]. Ora, seria esse procedimento específico da literatura a ponto de impossibilitar sua utilização como fonte para o estudo das configurações do oeste de Minas? Não seria essa dimensão imaginativa, ou performativa, parte de todo processo de regionalização entendido como apropriação do espaço pelo pensamento?

Talvez bastasse lembrarmo-nos do mapa que os prefeitos da região oeste de Minas levaram ao Governador do Estado em 1970 com o objetivo de conseguir apoio para a construção da BR-352[391]. Não estaríamos tratando de duas formas de (re)criação, aprisionamento e apropriação da natureza tornada cultura, portanto, em última instância de conteúdos simbólicos que instituem a realidade por meio da linguagem, materialização de uma idéia sobre a relação histórica do homem com o espaço? É nesse sentido que podemos procurar também nessas obras informações e indícios das relações envolvidas nessa produção. Enfim, buscar configurações do oeste de Minas, objetivação que não desconhece as influências externas que receberam, a lógica de sua estruturação – sua especificidade como objeto estético – as expectativas e a recepção, sua apropriação em tramas eivadas de sentidos políticos porque não se restringem à relação

---

[389] ANDRADE, Carlos Drummond de. Poeta Emílio. *Poesia complet*a. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 659.
[390] BOLLE, Willi. *Grandesertão.br* . São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2004. p. 59.
[391] Ver item 1.1.

entre autor/enunciador e espaço, mas também estabelece lugares e posicionamentos sociais.

Aqui poderíamos tentar relacionar literatura e sociedade, ficção e realidade, correndo risco semelhante aos próprios teóricos da literatura. Seria pertinente falar em uma literatura do oeste de Minas, entendida tanto como uma literatura produzida na dinâmica social que institui essa categoria de regionalização do espaço, quanto um conjunto de obras que institui formas específicas de objetivação/subjetivação do espaço?[392] Antes de tentar avançar na compreensão das formas de representação – da trama de regionalizações do espaço – e das configurações sociais que denunciam, façamos ainda outra escala na busca de mais informações sobre o oeste de Minas: depois dos mapas, dos jornais locais, dos programas de Governo e da literatura, vejamos a possibilidade de buscar informações na bibliografia especializada. Coloquemos na berlinda aquelas que até agora somente nos serviram como ponto de apoio.

1.5 Na bibliografia especializada

Já se vão mais de quarenta e cinco anos desde que Waldemar de Almeida Barbosa, na introdução de uma de suas primeiras obras, editada em 1964, alertou sobre o descaso dos historiadores em relação à história da *"zona do lado esquerdo do rio São Francisco"*[393]. Sua observação tinha ares de novidade porque chamava a atenção para temas, tempos e espaços da história de Minas e do Brasil relegados por não se encaixarem nas análises dos ciclos econômicos, predominantes na história econômica até fins dos anos 1970[394]: a conquista e povoamento do Alto São Francisco, na segunda metade do século XVIII. Por outro lado, sua observação de que os autores não se preocupavam em analisar tal região se aproxima de certa representação do oeste de Minas como um espaço esquecido: informação que já constatamos existente desde pelo menos Vieira do Couto, ainda em 1800, bastante recorrente na imprensa local, desde a Primeira República, digamos que corroborada pela crítica literária. Se aqueles reclamavam que a região era esquecida pelos governos ou não retratada pela literatura (ou a literatura que o retratava não era reconhecida pela crítica), Barbosa acrescentava

[392] Os teóricos da literatura enfrentam a questão "do que a linguagem literária faz com o mundo" em diversas frentes, dentre elas, na discussão das elocuções performativas. Cf. CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. op. cit. p. 95-106.
[393] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do passado*. Belo Horizonte: s/ed. 1964. p. 8.
[394] Para uma introdução à questão ver PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, especialmente p. 62.

que ela era esquecida também pelos historiadores – a serviço ou não dos governantes –, sobretudo aqueles ocupados com a história política e econômica e com as questões do desenvolvimento capitalista brasileiro: viam em Minas a conciliação e o conservadorismo político, a decadência econômica, o pequeno desenvolvimento industrial e a ruralização da sociedade[395].

Ainda que muitas das obras posteriores do próprio autor contribuíssem para modificar a situação diagnosticada[396], a idéia de que a zona do lado esquerdo do rio São Francisco interessa pouco aos historiadores resistiu e não raro tem sido repetida ao longo dos anos. Em 2004, por exemplo, Bolívar Lamounier, ao explorar *"o espinhoso território das histórias de família, no caso sua família, os Lamounier do oeste de Minas Gerais – região onde ele próprio nasceu, na cidade que porta o lindo nome de Dores do Indaiá"*[397], na avaliação de Pompeu de Toledo, propôs, em termos muito próximos de Barbosa, que se recolocasse o problema histórico do povoamento do oeste de Minas na "*controvérsia sobre a ruralização que sobreviria com a exaustão do 'ciclo do ouro'*"[398]. O autor não apenas retomava a defesa da escrita da história dessa parte do território de Minas porque ela seria importante para o questionamento das teses sobre a decadência da economia mineira[399], mas também, indiretamente, nos induzia a concluir que as obras especializadas que poderiam informar sobre o oeste de Minas ainda eram escassas. Nada muito distante do que tinha escrito Barbosa quarenta anos antes, quando observava que os autores tinham tratado *"muito de leve"* o assunto e *"este pouco, verifiquei-o com minhas pesquisas posteriores, estava repleto de erros. Nossos autores, até a pouco tempo vinham se preocupando com as vilas do ouro"*[400].

---

[395] Alguns dos elementos que Maria Arminda Arruda entende como o mito da mineiridade. Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

[396] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1972; _____. A Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ibérica Encadernadora Ltda. 1970;

[397] TOLEDO, Roberto Pompeu de. Família e mundo: a pretexto de escrever sobre os antepassados, Bolívar Lamounier faz um passeio pela história. *Veja.* 28 de abril de 2004. Edição 1851.

[398] LAMOURNIER, Bolívar. *Moinho, Esmola, Moeda, Limão: Conversa de Família*. São Paulo: Augurium, 2004.

[399] A bibliografia sobre o tema é vasta. Para uma discussão sobre as representações decadentistas da história mineira remeto o leitor à LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979. p. 147-171. Para um balanço da crítica a essa tese, limito-me a indicar PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, especialmente p. 62-78. O próprio Bolívar Lamounier faz um levantamento de parte da bibliografia que institui e questiona essa interpretação. LAMOURNIER, Bolívar. *Moinho, Esmola, Moeda, Limão...* op. cit.. Ver também uma sistematização recente da produção historiográfica sobre Minas colonial. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial**.** *História da historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 2, mar. 2009. p. 117-119.

[400] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do passado*. op. cit. 1964. p. 8.

Diante de tal diagnóstico seria pertinente, ainda, procurar na bibliografia especializada informações sobre o oeste de Minas? Dito de outro modo: existem obras especializadas – e aqui estamos considerando, sobretudo obras historiográficas, mas não apenas – que elegem como problema de pesquisa o oeste de Minas? O que elas poderiam nos informar?

O diagnóstico de Waldemar de Almeida Barbosa, reafirmado por Bolívar Lamounier, ambos nascidos em Dores do Indaiá, parece adequado se considerarmos que muito pouco pode ser encontrado sobre a região, sobretudo no que se refere às obras que fazem uma interpretação do desenvolvimento econômico do Brasil. Desde pelo menos os anos 1930, a história econômica tem assumido não apenas a tarefa de compreender *"o desenvolvimento econômico brasileiro*", mas muitas vezes entendido que essa compreensão deve priorizar "*particularmente, o desenvolvimento industrial no país"*[401]. Assim, a impressão é que há história apenas onde há desenvolvimento industrial e urbanização. Considerando o recorte nacional, privilegiado por essas abordagens que, junto com a história política, tiveram papel considerável na escrita da história de Minas Gerais, não é difícil compreender porque a zona esquerda do São Francisco – que até hoje se mantém pela produção agrária[402] e, até os anos 1970, era pouco urbanizada[403] – não teria chamado a atenção dos historiadores que estavam preocupados em dar um sentido teleológico para a *"luta pela industrialização do Brasil"*.[404]

Tratando desse (des)interesse dos historiadores pela zona esquerda do São Francisco, na apresentação d'*A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração,* obra publicada por Waldemar de Almeida Barbosa em 1971, João Camilo de Oliveira Torres chamava a atenção não apenas para a pesquisa atenta realizada pelo autor, em fontes primárias, sobretudo em cartas de sesmarias, que resultaram em treze capítulos que apresentavam assuntos diversos ligados à ocupação do oeste de Minas, mas também pelo

[401] LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. 1808 a 1930. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
[402] Através do exame de fontes como listas nominativas, os próprios historiadores econômicos têm revisto suas abordagens: o CEDEPLAR/UFMG tem construído novas interpretações sobre a industrialização de Minas Gerais no século XIX, o que reforça a contestação da tese da decadência da economia mineira.
[403] Bolívar Lamounier, seguindo Barbosa, observa que há uma ênfase dos historiadores mineiros "na mineração, na arte barroca, no esplendor de Ouro Preto e Diamantina, mais do que o povoamento e ocupação da terra" LAMOURNIER, Bolívar. *Moinho, Esmola, Moeda, Limão: Conversa de Família*. Op. cit., 2004. p. 239.
[404] LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil... op. cit. Para uma discussão da apropriação da cidade e da história do desenvolvimento urbano como *lócus* privilegiado para a análise das transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil e a problematização da lógica em que se apóiam, ver NORONHA, Gilberto Cezar de. O lugar de enunciação do sertão no território da crítica à lógica moderna. *Revista Mirante***,** Goiânia, n. 04, v. 1, 2008.

> Fato raro [de] ter procurado escrever sobre assuntos ainda não trilhados. Os nossos historiadores preferem sendeiros conhecidos às picadas ásperas da mata virgem. Se isso fosse coisa só de mineiro, diria que é efeito do sangue emboaba que todos temos. Ninguém repete bandeiras. Mas, o mal é nacional. Dele escapou o autor do presente volume[405].

As palavras de Torres poderiam nos fazer concluir precipitadamente pelo pioneirismo de Barbosa na escrita da história da região. A apresentação e o sumário da obra – que reunia trabalhos independentes do autor, alguns anteriormente publicados em periódicos – também chama a atenção pela diversidade de temas que lhe interessavam. Além de suas idéias bastante aceitas sobre a decadência das minas e a fuga da mineração, o autor cuida da história do povoamento do Alto e do Médio São Francisco. Como tema relacionado, apresenta um estudo sobre a picada de Goiás, sobre as famílias que vieram para a região, a pecuária, a expedição de Inácio Correia Pamplona, reunindo mesmo elementos regionais para contestar as teses de Oliveira Viana em sua interpretação, no mínimo polêmica, da formação do Brasil[406]: sobre a formação histórica de Minas Gerais, sobre o congado no oeste mineiro, sobre o sistema de trabalho dos negros – o mutirão –, além de dois estudos que ele classificava como folclóricos sobre a mandioca, remédios e crendices. Enfim, além de desbravar mata virgem traçando novo caminho para a análise do povoamento, o autor teria aberto várias sendas que apontavam para diferentes abordagens historiográficas.

No entanto, Waldemar de Almeida Barbosa não foi o primeiro a escrever sobre o oeste de Minas nem a eleger o povoamento do Alto São Francisco como tema principal de pesquisa. Evidentemente, também não foi o último. Aliás, a categoria de regionalização do espaço utilizada pelo autor para designar a região – O Alto São Francisco – já tinha sido tomada por João Dornas Filho, em 1957, compondo o título de seu artigo publicado na revista de *Sociologia*[407] quando, nas palavras de Lamounier, contestava veementemente as teses sobre a decadência de Minas Gerais, no século

---

[405] TORRES, João Camillo de Oliveira. Apresentação de BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971. p. 11.

[406] Sobre Oliveira Vianna ver. BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1. 501 p.

[407] DORNAS FILHO, João. O povoamento do Alto São Francisco. *Sociologia*. São Paulo. n. 1. v. XVIII. p.70-109. Pepe Chaves apresenta o autor como: "Nascido em Itaúna-MG, no ano de 1902, João Dornas Filho desempenhou um papel fundamental no contexto histórico e literário de sua cidade, particularmente, de toda uma macro-região, ao Oeste mineiro. Quando residiu na "jovem" capital Belo Horizonte, se tornou num dos mineiros a participar ativamente do Movimento Modernista de 1922, liderado por Mário de Andrade – época em que foi co-editor do panfleto "Leite Criolo" (...). CHAVES, Pepe. *João Dornas Filho: vida e obra do historiador mineiro*. Hipertexto. Disponível em http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/dornas/livro_sobre.htm Acesso em 10 de setembro de 2009.

XIX[408]. O termo era tomado de empréstimo da divisão do Brasil em zonas fisiográficas pelo Conselho Nacional de Geografia[409], em 1945, e resultava em um procedimento anacrônico de delimitação do espaço. O próprio Waldemar de Almeida Barbosa, depois de enumerar todos os 56 municípios que faziam parte dessa zona[410], reconhecia que a divisão era inadequada para circunscrever a área do povoamento da região no século XVIII e por isso dividia o espaço em duas outras áreas de influência que denominou *zona das nascentes* e *zona de Pitangui, Dores do Indaiá, Abaeté, Divinópolis*. De qualquer modo, essa reconfiguração do espaço ainda parece nos informar mais sobre o modo como o autor concebia a região do que sobre a dinâmica social do século XVIII/XIX, que ele propunha analisar. Quando necessitava tratar das duas regiões em conjunto acabava muitas vezes utilizando o próprio termo Oeste de Minas que, por sua generalidade, conservava a indeterminação que salvaguardava a dificuldade do historiador em apreender as relações dos homens com o espaço.

Baseando-se em fontes primárias, sobretudo em cartas de sesmarias, Barbosa procurava modificar a forma de percepção do espaço fixada por outros que, antes dele, haviam escrito sobre o tema do povoamento do oeste de Minas: dialogava com, e quase sempre contestava, o próprio João Dornas Filho, Diogo de Vasconcelos[411], Carlos Cunha Correia[412] e Silvio Gabriel Diniz[413] que propunham outras formas de representação do espaço na percepção da ocupação da região. Essas regionalizações eram devedoras das fontes utilizadas, dos recortes privilegiados e dos interesses dos autores que nos informam mais sobre as configurações sociais do tempo de sua produção do que aquelas do tempo que procuravam compreender.

A questão do povoamento e da configuração espacial que dele teria resultado, não foi o único tema a ocupar aqueles que escreveram sobre o oeste de Minas. Nem a análise regional foi o recorte predominante, tampouco se restringiram às

---

[408] LAMOURNIER, Bolívar. *Moinho, Esmola, Moeda, Limão...* op. cit., 2004. p. 278.

[409] Em 1945, o IBGE dividiu o Brasil em 228 Zonas Fisiográficas tendo por base principal os aspectos naturais e a posição geográfica, mas também considerando os aspectos socioeconômicos dos municípios. O menor recorte considerado era o município. Elas deixaram de ser utilizadas para a tabulação de dados estatísticos no Censo de 1970, quando foram substituídas pelas microrregiões homogêneas. LIMA, Maria Helena Palmer (org). *Divisão Territorial Brasileira*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2002. p. 13

[410] Dentre eles, os municípios de Abaeté, Biquinhas, Bom Despacho, Cedro do Abaeté, Conceição do Pará, Correto Danta, Curvelo, Dores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Luz, Maravilhas, Martinho Campos, Matutina, Moema, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Paineiras, Pitangui, Piumhi, Pompéu, Quartel Geral, Serra da Saudade. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971. p. 27.

[411] VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais* Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

[412] CORREIA, Cunha C. *Serra da Saudade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

[413] DINIZ, Sílvio Gabriel. *Pesquisando a História de Pitangui.* Belo Horizonte: s/ed, 1965; DINIZ, Silvio Gabriel. *O gonçalvismo em Pitangui*. Op. cit. 1969. 130 p. (Estudos sociais e políticos, 28).

fontes oficiais de governo, como as cartas de sesmarias. Aqueles que escreveram antes e depois de Waldemar de Almeida Barbosa – que a despeito de suas palavras e das de Camillo Torres, não teria sido exatamente um divisor de águas na produção especializada sobre o oeste de Minas – fizeram-no por temáticas diversas, distintos recortes de análise, diferentes abordagens teórico-metodológicas, fontes e objetivos influenciados por diferentes vinculações político-institucionais.

Antes de procurar o conteúdo e a forma dos dados que estas obras poderiam nos fornecer para sabermos mais sobre as configurações do oeste de Minas, talvez seja necessário tentar um dimensionamento de sua representatividade. Condição necessária, mas não suficiente, para tentar entender porque, ainda que não seja desprezível a quantidade de obras que se ocupam do oeste de Minas [utilizando-se de distintas categorias de representação do espaço], permanece a idéia de que se trata de uma região esquecida pelos historiadores – e cientistas sociais de um modo geral. Isto muitas vezes leva à impressão de que, mesmo reconhecida *"como região histórica",* não raro seja tratada *"como centro cultural posto de lado, num processo que (...)* [teria contado] *com nossa própria conivência, já que nos conhecemos tão pouco."*[414]

Assim, para tentar uma resposta satisfatória sobre o que essas obras podem nos informar, sem adentrar ainda em seu conteúdo específico, talvez possamos destacar alguns elementos gerais que possibilitem uma aproximação inicial. Os temas privilegiados, as fontes, os tipos de abordagem, quase sempre elementos indissociáveis. Além da questão da ocupação ou povoamento do oeste de Minas – desenvolvida em abordagens econômicas e políticas – são significativos os trabalhos relacionados aos *grupos dirigentes do Brasil*, para usar um termo de Sérgio Miceli[415]. Se considerarmos que grande parte da bibliografia especializada que pode nos informar sobre o oeste de Minas pode ser compreendida nesses dois grupos temáticos, é necessário dizer que eles guardam relações muito estreitas entre si, embora as questões levantadas conduzam a direções opostas no desenvolvimento dos temas. Nesse sentido, aqueles que se ocuparam da questão do povoamento, por exemplo, em suas análises, quase sempre partem do litoral para o interior, quando não da Europa ou da África, seja na busca das

[414] LASMAR, José Osvaldo. Centro-oeste Mineiro: um certo centro de Minas. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008. p. 18.
[415] MICELI, Sergio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). in: MICELI, Sergio . *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 347.

fontes[416], na escolha temática ou na estruturação das narrativas, digamos, até chegar ao oeste de Minas. Por outro lado, os autores que cuidaram dos grupos dirigentes muitas vezes acompanham o nascimento, crescimento e projeção das famílias e líderes locais visando os centros de poder, numa direção, embora num sentido inverso: quase sempre do recorte local ao nacional, da fazenda à cidade, do interior para a capital, do oeste para o leste, salvo Brasília.

As obras que tratam da temática do *povoamento do território* – [tanto a ação de povoar "com gente" quanto à interpretação histórica, povoando com lembranças] empreendimento encarado muitas vezes como uma cruzada civilizacional com todas as ambigüidades que o termo comporta – poderiam ser diferenciadas e agrupadas de diversas formas. Diríamos que uma parte delas cuidou de identificar e analisar os caminhos; outras, dos precursores/desbravadores que não apenas os estabeleceram, mas incorporavam o espaço que recortavam e ligavam à própria civilização territorializada; ainda outras, cujos autores estiveram influenciados por diversas metodologias de velhas e novas histórias, cuidaram dos conflitos sócio-culturais inerentes a esse processo "civilizacional": a) nas obras que se ocupam do período colonial, [quando se pode falar mais adequadamente da chegada da 'civilização'], alguns se detiveram nos caminhos para Goiás[417], na identificação dos paulistas bandeirantes[418] e nos homens bons que receberam as primeiras sesmarias[419]; outros se interessaram pela relação conflituosa entre os colonizadores e nativos (aqui destaco os trabalhos não exatamente feitos por historiadores, sobre os índios Kaxixós[420]), colonizadores e negros (notadamente a

[416] É verdade que a maior parte das fontes escritas disponíveis, se não a totalidade, encapsulam o historiador nessa perspectiva externa e "desbravadora". Sejam elas as cartas de sesmarias, as cartas, a literatura dos viajantes estrangeiros, as memórias de exploradores.

[417] CORREIA, Carlos Cunha. *Serra da Saudade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948; CARVALHO, Daniel de. Primeiros caminhos para Goiás. In. Estudos e depoimentos – 1ª série. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.83-89. OLIVEIRA MELLO, Antonio de. *As minas reveladas*: Paracatu no tempo. Paracatu: Prefeitura Municipal, 1994.

[418] XAVIER, Lindolfo. Velhas estirpes mineiras e paulistas. II Colloquium internacional de Estudos luso-brasileiros. 1954. Publicado em RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 400-421.

[419] OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com o pouco de sal e pimenta*. Op. cit. 1970. MARTINS, Gilberto Marcos. *A conquista dos Sertões de Minas Gerais: Ocupação e Povoamento das nascentes do Rio São Francisco, Serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio*. Três Corações: UNINCOR, 2004. 140 p. (Dissertação de mestrado); DINIZ, Sílvio Gabriel. *Capítulos da História de Pitangui*. Belo Horizonte: Autor, 1966; BARBOSA, Waldemar de Almeida. A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração. Op. cit. 1972; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

[420] CALDEIRA, Vanessa. *Caxixó: um povo indígena feito de mistura.* São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, 2004 (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais); AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 189-206, 2006.

formação de quilombos[421]), colonizadores e colonos[422], interpretes e interpretados. São diversas as perspectivas historiográficas que orientam os trabalhos sobre estes temas, desde a identificação ao projeto civilizador, como a defesa de Barbosa à figura de Inácio Correia de Pamplona, ou ainda abordagens críticas da história cultural sobre as ações civilizatórias[423], ou ainda aquelas abordagens que se fundamentam por um discurso identitário; b) nas obras que se ocuparam do Brasil independente (mais adequado utilizarmos o termo modernização, que não deixa de ser uma nova cruzada civilizacional), os autores se interessam pelos caminhos de ferro – em especial pela a estrada de ferro Oeste de Minas[424] e a estrada de Ferro Paracatu – e pelas [de]formações municipais[425], sejam lamentando as perdas de territórios, como, por exemplo, autores

---

[421] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed.; AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais, século XVIII*. Tese de Doutorado em História Social, UFRJ, 2001 (orientador Manolo Florentino), 304 p.; QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 149p. (Humanitas). MARTINS, Tarcísio J. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas roubada do povo*. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995.

[422] AMANTINO, M.. O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*. Minas Gerais. v. 29, p. 79-97, 2003.; _____. Os avanços e recuos no povoamento do Sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII: os limites da pobreza. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, v. 41, p. abril, 2006.

[423] SOUZA, Laura de Melo e. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas: Minas Gerais, 1769. In: *Norma e Conflito*.... op. cit. 1999. p. 111-137.

[424] VAZ, Mucio Jansen. *Estrada de Ferro Oeste de Minas – Trabalho histórico descriptivo*, 1880-1922. São João del Rei: EFOM, 1922. WATERS, Paul E. *West of Minas Narrow Gauge*. London: P. E. Waters & Associates, 2001. SANTOS, W. L . Trilhos para o oeste: o surgimento da estrada de ferro oeste de Minas. In: XIII Seminário sobre a economia mineira. Anais. 2008. hipertexto. Disponível em http://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/143.html Acesso em 10 de setembro de 2009. BARBOSA, Waldemar de Almeida. "O Centenário da Estrada de Ferro". In: *Voz do Oeste*. Dores do Indaiá. 23/11/1930. n.115/ano 3. LIMA, Pablo Luiz. A máquina, tração do progresso memórias da ferrovia no oeste de Minas: entre o sertão e a civilização (1880-1930)... 2003. Op. cit. ; CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade. A passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais.* Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Neidson Rodrigues, 1999. (Doutorado em Educação)

[425] Aqui poderíamos incluir os chamados memorialistas; a) de Abaeté: OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté... op. cit. 1970*; b) de São Gonçalo do Abaeté: BRANDÃO, José da Silva. *São Gonçalo do Abaeté e sua gente***.** [Belo Horizonte]: AMG, [1994?]. 507 p; c) de Bom Despacho: GUERRA, Jacinto. *A lenda de Bom Despacho: escritos do Brasil e de Portugal.* Brasília: Comitê de Imprensa do Senado Federal, 1985. 216p; GUERRA, Jacinto. *Arraial da Senhora do Sol: história, cultura e turismo em Bom Despacho*. Bom Despacho, MG: Piraquara, 1997. 47 p.; CHAVES, Alexandre. *Atrevida. Bom Despacho*, MG: Belo Horizonte: Do Autor, 2006. 1 v.; SILVA, Arnaldo. *Quenta sol: encanto e magia*. Belo Horizonte: [Globograf], 1999 96p.; RODRIGUES, Laércio. *História de Bom Despacho: (origens e formação)*. Belo Horizonte: Imprensa Publicações, 1968. 134p.; d) de Dores do Indaiá: BARBOSA, W. A. Dores do Indaiá do Passado. Op. cit. 1964; _____. *História de Dores do Indaiá*. s/ed., 1985.; FIÚZA, Rubens. *Águas da Piraquara: histórias da história mineira: crônicas, relatos e narrativas da conquista e povoamento do Alto-Rio São Francisco*. [Belo Horizonte]: Edições Guarita, 2006. 344 p; FIÚZA, Rubens. *O diamante do Abaeté & outros contos.* [S.l.: [s.n.], 1988- (Belo Horizonte: Impr. Oficial); e) de Curvelo: ARAÚJO, Alberto Vieira de. *Curvelo do Padre Corvelo***:** *Notas historicas* . [s.l.]: Imprensa Oficial, 1988 312p.; DINIZ, Sílvio Gabriel. *Curvelo, meu Curvelo***.** Belo Horizonte: Ed. Comunicação, c1975. 76p.; DINIZ, Antônio Gabriel. *Dados para a historia de Curvelo.* Belo Horizonte: [s.n.], 1989- (Belo Horizonte: Impr. Oficial); DINIZ, Antônio Gabriel. *A inconfidência de Curvelo***.** Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1965.; SOARES, Juvenal Pereira. *Síntese histórica de Curvelo***.** Curvelo: Prefeitura Municipal, 1988. f) Luz: SILVA, Arlindo Correia da. *O município de Luz e as comemorações do setembro de 1971.* Luz: Tip. Diocesana, 1971.;

que cuidam da história do município de Pitangui, ou festejando o surgimento de novas unidades administrativas a partir da segunda metade do século XIX. Neste último caso, por exemplo, as histórias municipais de Abaeté, Bom Despacho, Dores do Indaiá, Curvelo, Luz, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, que abordam questões políticas, econômicas e sociais locais e regionais[426].

Muitas das obras que trazem as características acima enumeradas enfatizam a ação dos grupos dirigentes (do Brasil) oriundos do oeste de Minas, sobretudo as histórias municipais. No entanto, algumas outras poderiam ser consideradas como um conjunto específico, dada sua ênfase ao mundo da política contribuindo para a compreensão – e quase sempre para a própria constituição e manutenção – dos grupos dirigentes e suas estratégias de ação. Dentre elas, algumas realizam a celebração apologética de personalidades locais que adquirem projeção em outras esferas de poder, sejam como políticos profissionais assumindo cargos eletivos ou atuando com membro da elite econômica[427]; obras a título de homenagem ou reconhecimento póstumo[428] que conforme observou Sérgio Miceli, contribuem para *"reforçar os laços de solidariedade entre os integrantes de um círculo íntimo de companheiros de classe"*[429]. Ou ainda obras que problematizam essas estratégias que envolvem os usos políticos do passado, da memória e da história[430].

Dentre as obras que se ocupam das personalidades políticas estão as biografias que registram/instituem a trajetória de personalidade de políticos e intelectuais como Francisco Campos[431], Gustavo Capanema[432], Emílio Moura[433],

---

[426] GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dores, Pitangui e Pompéu: (Anedotário regional).* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947. 124p.; CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade. A passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais.* Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Neidson Rodrigues, 1999. (Doutorado em Educação).

[427] GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *"E agora, padre Belchior?": pergunta o principe D. Pedro ao vigário de Pitangui, às margens do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822*. Belo Horizonte: [s.n.], 1972. 201 p. PATRÍCIO, Joaquim. *Figuras e fatos de meu tempo: contribuição ao estudo da vida social e política de Pitangui no primeiro quartel deste século*. Belo Horizonte: Ed. B. Álvares, 1964. 110p.

[428] FARIA, José Hipólito de Moura. De Emílio para Drummond. In: COUTO, Ozório e FARIA, José Hipólito de Moura. *Dois Poetas: um centenário*. Belo Horizonte: Adi Edições, 2002.

[429] MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 350.

[430] PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco.* Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), 1972. (Tomos I, II e III); FRAIZ, Priscila Moraes Varella. 1994. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades (dissertação de mestrado).

[431] GUIMARÃES, Antônio Campos. *Chico Campos: o mago do indostão*. Belo Horizonte: Santa Edwirges, 1997; OLIVEIRA, Itamar. *Francisco Campos: a inteligência no poder*. Belo Horizonte: Libertas, 1991.

[432] PASSOS, Gabriel. *Infância de Capanema*. Rio de Janeiro, dezembro 1940. SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

[433] COUTO, Ozório e FARIA, José Hipólito de Moura. *Dois Poetas*: um centenário. Belo Horizonte: Adi, 2002.

Martinho Campos[434]. Quase todas, procuram dialogar com as interpretações que consideram o recorte nacional, as obras gerais sobre o Brasil, como recurso para a enunciação da representatividade política do biografado. Na descrição da formação das personalidades (literária e política) é comum a ênfase na origem e no convívio familiar em termos do que se convencionou chamar, desde pelo menos os escritos de Cid Rebelo Horta, em 1956, de *Famílias Governamentais de Minas Gerais"*[435] ou simplesmente a Tradicional Família Mineira.

Tratada como uma instituição política importante na formação de líderes do oeste de Minas cujas carreiras políticas, a partir do século XIX, são vistas como etapas importantes na "*consolidação no centro oeste de uma estrutura tradicional – econômica, social e política"*. Sem dúvida, o tema favorito, nessa perspectiva, é a história da *"(...) matriarca Joaquina do Pompéu [considerada] a mais famosa expressão daquela fase na vida regional"*[436]. Portanto, a história da família de Joaquina do Pompéu, ou a sua linhagem política, apresenta-se também como tema privilegiado das obras que se propõem a analisar as estratégias políticas da região[437] quando ela é apresentada como o antepassado comum dessa elite política à qual se dedicam grande parte das obras que nos informam sobre o oeste de Minas[438]. A principal fonte para essas obras são aquelas de origem privada que assumem o lugar de vestígio relevante para o interesse público.

Ligadas a diversos temas e interesses desenvolvidos em diferentes lugares e por diferentes orientações teórico-metodológicas, portanto, são consideráveis as obras que podem nos informar sobre o oeste de Minas. Situação diferente do que se poderia pensar ao ler as palavras de Waldemar de Almeida Barbosa e Camilo de Oliveira Torres. Além daquelas ligadas a temas específicos do povoamento ou da formação da elite política da região, mais recentemente muitas outras informações do oeste de Minas

---

[434] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Martinho Campos. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. IX, Belo Horizonte, 1962.
[435] HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956.
[436] DULCI, Octávio. Região e história regional: elementos para análise do Centro-Oeste mineiro. In: CORGOZINHO; CATÃO; PEREIRA. *História e memória do Centro-oeste Mineiro. Perspectivas*. Op. cit. p.17.
[437] NORONHA, Gilberto Cezar. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias*... op. cit. 2007; PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*... op. cit.
[438] Sobre a bibliografia ligada a Joaquina do Pompéu, e sua discussão, remeto o leitor a NORONHA, Gilberto Cezar. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias*... op. cit. 2007.

têm sido produzidas e apresentadas em obras que têm questionado o próprio processo de regionalização de Minas Gerais[439].

Entretanto, não basta constatar que existem obras especializadas que podem nos informar sobre o oeste de Minas, nem reuni-las ou publicizá-las[440]. Este é apenas o primeiro passo que nos dá condições iniciais para avançar em nossa viagem. Ainda é necessário questionar: o que elas podem nos informar? Qual o seu conteúdo? Quais são as formas que trazem que poderiam compor nossa trama de regionalizações na busca das configurações do oeste de Minas? Antes de adentrar ao seu conteúdo em busca das formas de representação do oeste de Minas, cuidemos ainda das lembranças de família, fontes privilegiadas de grande parte da bibliografia especializada que nos informa sobre a região. Seriam os arquivos privados bons lugares para se encontrar informações do/sobre o oeste de Minas?

[439] Remeto o leitor ao levantamento bibliográfico realizado na rede mundial de computadores, apresentado na introdução do capítulo 1.

[440] As velhas e novas abordagens, dos trabalhos da dita história municipalista às abordagens ditas micro-históricas, têm permitido que se reconheça a existência "de um número razoável de reflexões e pesquisas de diferentes áreas do conhecimento sobre a região, [e criado um mal-estar não exatamente pela sua excassez porque] estas produções se encontram dispersas e são pouco conhecidas pelo público". CORGOZINHO; CATÃO; PEREIRA. *História e memória do Centro-oeste Mineiro. Perspectivas*. Op. cit. p.7.

1.6– [O oeste de minas] Nas lembranças de família

> Dona Chiquinha, segundo testemunhos de quem a conheceu e com ela conviveu, dava uma grande importância à família. Soube cativar os seus afetos, visto as inúmeras cartas e fotografias de amigos e familiares que recebia com freqüência e que guardava com muito orgulho. E assim foi formando o seu arquivo que era cuidadosamente guardado em um armário de madeira que nessa época já era centenário. Dias antes do seu falecimento ela ainda olhou carinhosamente algumas fotografias e contou para o meu tio [Norberto Ferreira Álvares] histórias e mais histórias envolvendo aquelas pessoas e que ainda hoje são relembradas por ele. Apesar do pouco estudo ela conseguiu guardar um pouco da época em que viveu deixando registrado o seu conceito de família e amizade. Minha avó [Judith] guardou uma parte dessa história nesse mesmo armário de madeira e que ficava sempre trancado. Acredito que ela tenha guardado tudo isto em memória da sua mãe. O conteúdo desse pequeno armário de madeira não me chegou tão facilmente. Eu sempre tive muita curiosidade em saber o que papai [Sérgio Ferreira da Silva] guardava nele (e era herança da minha avó) e um dia aproveitando que não havia ninguém em casa resolvi procurar a chave e descobrir o grande segredo. A partir daí passei a me interessar pela descoberta e sempre que não havia ninguém em casa eu ficava lendo as cartas, olhando as fotografias... Até que um dia, eu quebrei a chave e então tive que contar para o meu pai e ele, algum tempo depois, me deu de presente tudo que havia dentro desse armarinho mágico. Eu sempre gostei de guardar as velhas histórias. Isso sempre me encantou.
>
> Rita Maria Arruda Ferreira, Abaeté, 2009[441].

Permitam-me iniciar a última seção desse mapeamento dos lugares julgados interessantes para quem quer encontrar informações do e sobre o oeste de Minas cometendo um ato de indiscrição, não apenas bisbilhotando os armários guardiães de cultivados segredos, invadindo o terreno íntimo da correspondência pessoal, mas compartilhando as informações "mágicas e encantadoras" sobre a vida alheia. Embora o procedimento não seja novo, alguns dirão que tampouco louvável, o objetivo ao fazê-lo é reunir elementos para discutir as possibilidades das lembranças de família informarem [sobre] o oeste de Minas. Evidentemente, as correspondências pessoais são apenas um dos tipos de fontes que podem ser encontradas nos arquivos familiares e as questões teórico-metodológicas relativas à sua utilização como fontes de informação são bastante complexas e mereceriam uma reflexão mais acurada.

No entanto, comecemos com dados bastantes superficiais retirados do *"armarinho mágico"* de Dona Chiquinha: vejamos, pois, uma carta que chegou a mim como relíquia de família, compartilhada por uma moradora do município de Abaeté-MG,

---

[441] FERREIRA, Rita Maria Arruda. Abaeté. 28 de agosto de 2009. Entrevista.

ao tomar conhecimento de meu interesse em pesquisar a história da região. Talvez não seja necessário dizer que o acesso a esse tipo de fonte só é possível depois de muita conversa e o estabelecimento de certo grau de intimidade que permitam ao pesquisador ter em mãos documentos tão particulares, às vezes interditados aos próprios membros da família.

Rita Maria Arruda Ferreira é neta de dona Judith e, tal como fez sua avó, nutre especial carinho pela dita correspondência datada de década de 1940. Suas recordações do empenho com que a avó guardava a carta talvez seja um dos principais motivos para que ela conserve junto a outros diversos tipos de papéis, fotos e outras recordações de uma coleção iniciada ainda por sua bisavó dona Chiquinha que compõem hoje o que poderíamos chamar de seu arquivo privado de família. Eis a carta que nos chamou a atenção:

> Porteira de Chave, 23/07/1941.
> Meu Caro irmão Sérgio,
> Ao receber esta, dizei-o vós a melhor sorte e felicidades vai a nossa casa. São estes os votos que fizemos ao bom criador. E ao mesmo tempo participar-vos que tens aqui mais um sobrinho forte e robusto. Peço-vos pedir a Deus por elle uma boa sorte e dispor-vos a mesma amizade. A Nenê [Virgínia] foi muito feliz e estão ambos sem novidade graças a Deus. O recém-nascido é do 21 do corrente mês. Aceite com a Judith e filhos as nossas lembranças e abraços.
> Do teu irmão que muito estima de coração,
> Augusto [Gonçalves Ferreira][442].

O valor sentimental dessa carta para a família que a preserva junto com outros suportes às lembranças da vida em família é difícil de ser contestado. Mas qual seria sua importância como fonte de informação para a [nossa] história [das relações do homem com o espaço]? Teríamos o direito de tornar público algo que foi produzido e é conservado no que acreditamos seja a privacidade do lar, e que nos chegou às vistas apenas depois de adentrarmos um pouco nesse ambiente de intimidade familiar?

No que se refere à primeira questão, talvez fosse demais forçoso esperar que o leitor, ainda que especialista, reconheça imediatamente o valor histórico desse registro, tal como ele foi aqui apresentado. Nominações genéricas, frágil referência espacial, fatos corriqueiros (ainda que se pudesse argumentar que o nascimento de um filho – o tema motivador da carta – seja sempre um acontecimento especial, é inerente à própria vida). Talvez, pelas mesmas razões, nem mesmo aqueles afeitos às intimidades alheias se sentissem seduzidos pelo documento privado, vestígios de vidas desconhecidas, e ao ler carta não tivessem a impressão de passar por uma experiência

[442] Arquivo Particular de Dona Chiquinha sob a guarda de Rita Maria Arruda Ferreira.

única e instigante. Nesse caso, partindo de um raciocínio de Silviano Santiago quando se ocupou da correspondência entre Mário e Carlos Drummond de Andrade, talvez o desinteresse fosse decorrente do fato de que quanto menos conhecidos os envolvidos na situação comunicacional, menos interessante nos parece a invasão da sua intimidade.

Por outro lado, se o remetente e o destinatário, por exemplo, fossem considerados pessoas públicas, além da sensação de adentrar num espaço de intimidade, teríamos até os argumentos necessários para nossa defesa contra a acusação possível de violação do sigilo de correspondência. Seria supostamente por uma causa nobre, sobretudo se obtivéssemos o consentimento dos familiares que hoje têm a guarda do arquivo do qual ela faz parte. Santiago recorre, por exemplo, à eminência, a importância social e política dos missivistas como dois dos importantes critérios que justificariam a publicação de documentos particulares. Se isso faz sentido, poderíamos dizer que nossa indiscrição seja desprovida de qualquer justificativa, pois não temos, por ora, nenhum destes elementos a nosso favor[443], tão somente o consentimento da família para a consulta. Não seria essa carta então uma fonte de informação adequada para a história? Não temos como recorrer à iminência, à importância social ou política dos missivistas, mas fazer isto não seria julgar a importância da carta como fonte de informação, por critérios apenas externos a ela?[444] Seu conteúdo e sua forma não seriam afinal importantes para avaliarmos sua capacidade de informar? Esta carta pode ou não informar sobre o oeste de Minas? A sua característica de fonte privada não seria, também uma boa oportunidade para entramos em contato com outras dimensões da vida [ou das formas que aprisionam a vida] contrapostas aos documentos públicos e oficiais que até agora analisamos, sejam as cartas geográficas, os jornais locais, os discursos dos governos, a literatura, a bibliografia especializada?

Reconheçamos que antes de avaliar melhor a questão, é necessário realizar um procedimento básico de interrogação desse [originariamente] pedaço de papel escrevinhado em letra desenhada, com traços incertos, em folhas almaço. Remexendo um pouco mais seu

---

[443] E por isso mesmo, tampouco poderíamos contar com outros dois argumentos do autor em favor da divulgação desse tipo de documento, discutidos em seguida pelo autor: a curiosidade intelectual das novas gerações em relação a esse tipo de fonte ou ainda os elementos que ela poderia trazer para a desconstrução de métodos e teorias. Cf. SANTIAGO, Silviano. Prefácio de. *Carlos & Mário: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade.* Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002. p. 9-10.

[444] Os teóricos da chamada "linguística discursiva", como Jacques Guilhaumou, trataram a questão nos seguintes termos: estaríamos presos aos modelos sociais que produziram o documento/arquivo ou à estrutura discursiva da fonte? Ou seria possível pensar o que há nessa forma que não se reduz à uma realidade objetiva ou a uma forma discursiva? Cf. GUILHAUMOU, Jacques. *Discours et évenément: l'histoire langagière des concepts*. Paris: PUF, 2006.

conteúdo, quem sabe não despertamos o interesse ou convencemos o nosso leitor da sua importância histórica, especialmente para informar sobre configurações do oeste de Minas.

Retornemos à carta. Ela foi escrita por certo Augusto, de um lugar chamado Porteira de Chave, endereçada a seu irmão Sérgio a quem noticia o nascimento do seu filho com uma certa dona Nenê, vindo à luz no dia 21 de julho de 1941. Muito pouco se pode avançar se não recorrermos a outras informações externas ao documento. Evidentemente poder-se-ia utilizar um pouco mais de perspicácia e fazer inferências que ampliariam nosso conhecimento dessas personagens comuns, digamos, desconhecidas, no que já estaríamos recorrendo a nossas referências anteriores e "exteriores" para interpretar a fonte.

Sem atermos a elementos que não aparecem na transcrição da carta [como seu estado de conservação, características da caligrafia, etc.], podemos inferir, por exemplo, que Augusto tinha uma relação estreita e amistosa com seu "caro" irmão, a quem enviava uma carta "informal", sem a necessidade de sobrenomes e tratamentos judiciosos. É possível entender que Sérgio tinha outros sobrinhos, já que o recém-nascido era "mais um", que também tinha filhos e que muito provavelmente fosse casado com Judith. Também poderíamos imaginar que Augusto, o remetente, fosse religioso porque participava de um código discursivo em que se recorria a Deus, ao "bom criador", para enunciar acontecimentos marcantes no ciclo de vida familiar como o nascimento de uma criança e um *"feliz trabalho de parto"*. Por fim, alguns elementos menos explícitos: que pelo nome da localidade, o lugar de onde escrevia Augusto, talvez se tratasse de uma fazenda, sítio ou qualquer outra divisão territorial do espaço não urbanizado que merecesse "porteira" de chave – a única referência espacial. Talvez fosse legítimo pensar que Augusto nutria uma preocupação especial por seu filho, não apenas pela sua sorte, mas também pelos laços familiares que deveria constituir, cuidando para que ele dispusesse "da mesma amizade". E ainda, o que pode causar certa estranheza àquele que busca informação nesta carta, lembrando-o de que se trata de um tempo ou lugar determinado: empregava-se o termo "novidade" num sentido não muito usual, desprovido da positividade que o termo carrega em nosso tempo, "graças a Deus".

Mas essas informações nos parecem ainda um tanto genéricas, no que diz respeito às relações sociais e, por outro lado, específicas demais para nos fornecer uma referência espacial. Certamente não seria possível ainda dizer que essa carta seja fonte de informação sobre o oeste de Minas, mesmo já sabendo que ela se encontra atualmente num arquivo familiar domiciliado em Abaeté. Talvez até fosse possível convencer as pessoas de seu relevante valor histórico pelo simples fato de que se trata

de – recorrendo a Marc Bloch que os toma como critério principal de historicidade – vestígios produzidos pelos homens para capturar os próprios homens[445]. Se aquele momento vivido intensamente pela família adquiriu forma pela narrativa gravada na folha de papel, ainda que não haja nela mais vida, permaneceu-lhe a forma que possibilita-nos recriar e, desse modo intermediado, entrar em contato com as experiências daqueles sujeitos (in)determinados – talvez já tivéssemos neste um bom argumento. Mas falta-nos ainda uma referência espacial segura.

O que esta carta poderia nos informar sobre as configurações do oeste de Minas? Até agora, não temos nenhuma referência segura de que a carta tenha relação específica com este espaço. Aqui, talvez seja necessário deixarmos de lado, provisoriamente, as perguntas sobre como, quando, por que e para que a carta foi produzida e atentarmos para como, por que e para que ela foi conservada. Do momento em que era forma de representação/comunicação da vida (de uma vida que nascia, em 1941) e que se projetava no futuro, até sua transformação num vestígio do passado, a carta sofreu um deslocamento temporal, espacial e de sentido (significação e direção). Se no intermédio entre os acontecimentos e o registro deles houve uma operação imprescindível para que ela pudesse se tornar fonte "histórica", porque vestígio da memória, fixando aquele momento para ser compreendido, transmitido, relembrado, esta operação não seria suficiente para que hoje pudesse ser tomada como fonte histórica. Evidentemente foi necessário que a carta-forma-artefato sobrevivesse até os dias de hoje, para além da vida daqueles que a escreveram e receberam. Mas isto não seria ainda suficiente. Se o fosse, o simples fato de tê-la agora nas mãos, já a tornaria nossa fonte histórica.

Que operação é essa que nos falta para saber se esta carta informa ou não informa sobre o oeste de Minas? A carta de Augusto ainda precisaria ser ressignificada para que não perdesse o elo que nos possibilita compreendê-la hoje: ela não apenas sobreviveu, mas passou a fazer parte de um "arquivo de família" – uma forma menos efêmera. Foi assim que ela me foi apresentada. É tudo o que sabemos por enquanto. Este arquivo é importante não apenas para conservar a forma/carta, mas para dar-lhe um sentido fundamental para nossa apropriação posterior. Assim, o arquivo do qual ela faz parte, que agora lhe dá forma, também precisa ser interrogado. Foram as informações

[445] "Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça". BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 54.

sobre ele que subtraímos do leitor até agora. E se ainda não temos argumentos para convencê-lo de que os arquivos/lembranças de família informam sobre o oeste de Minas, pelo menos talvez já seja possível perceber que sem a informação sobre o arquivo não é possível continuar.

Antes de avançarmos nesse ponto nevrálgico, insistamos na indiscrição e vejamos trechos de uma carta de outro arquivo particular.

> Fazenda da Lapa, 11 de março de 1931.
> Meu bom amigo Capanema,
> (...) Não dirijo-te exclusivamente como político porque reconheço que não tenho o prestígio necessário para o caso, dirijo-te mais como amigo, não deixando de haver quaisquer causa de política, e na certeza de que, pensando você o caso, não deixarás de me atender, fazendo ao meu pedido uma justiça, como espero e fico confiante e certo. (...) Muito Grato, fico aqui inteiramente as suas ordens, como sempre, o teu verdadeiro amigo (...)
>
> Lilico[446].

Talvez nem seja necessário transcrever a carta completa, como não fizemos, nem dar informações suplementares sobre o modo como tivemos acesso a ela para obtermos já uma impressão diferente do que imaginamos tenha provocado a primeira, em relação à sua importância histórica. Se para a primeira demos algo da linhagem de família da detentora da carta – neta da mulher que primeiro a guardou –, o que provavelmente já despertou naqueles mais argutos a idéia de que aquela que a conserva hoje fosse neta de Judith (cunhada de Augusto, a mulher de Sérgio – o destinatário), para esta outra talvez bastasse dizer que ela foi encontrada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)[447] da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Talvez nem seja necessário debruçarmo-nos sobre seu conteúdo, procurando reconhecer seu valor como fonte histórica. Aqueles que têm um conhecimento mais específico sobre esta instituição – que não são poucos em comparação aos que conhecem o antigo armário mágico de Dona Chiquinha, o arquivo sob a guarda da neta de Dona Judith – já poderiam facilmente depreender todas aquelas

[446] CPDOC, GCb/SILVA, José Maria. Carta de 11 de março de 1931. p.2.
[447] Criado em 1973, tem o objetivo de "abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas históricas e promover cursos de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, (...) o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada (...) são tarefas primordiais do Centro." CPDOC. Hipertexto. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ Acesso em 20 de setembro 2009.

características que justificam a sua conservação pelo arquivo público. Estas são facilmente encontradas, no sítio eletrônico da própria instituição:

> O Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tem por objetivo reunir, organizar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde 1973 até os dias atuais. Pioneiro na definição de uma metodologia para o tratamento de arquivos pessoais, reúne quase duas centenas de arquivos de homens públicos de atuação destacada no cenário nacional, além de alguns poucos arquivos de partidos políticos, que constituem preciosas fontes para pesquisadores nacionais e estrangeiros interessados na história contemporânea brasileira e áreas afins[448].

Para esta carta informamos o que tínhamos suprimido da primeira: os dados sobre o arquivo. Isto talvez nos possibilite perceber mais claramente a importância da "forma arquivo" para a significação das formas mais efêmeras de aprisionamento da vida – ou das fontes, como queiram – consideradas como históricas. Para responder à questão sobre quais fontes poderiam nos informar sobre a história do oeste de Minas, para além de seu tipo e de seu suporte material, digamos, de suas características intrínsecas, é necessário atentar também para sua constituição enquanto arquivo[449]. E não se trata simplesmente de descobrir se há ou não arquivos [particulares, que é o caso de que estamos tratando] que conservam e organizam fontes de informação sobre o oeste de Minas, mas saber suas condições de existência e reconhecimento, enfim, de como eles se apresentam aos interessados pelo tema[450].

É necessário, pois, voltar a duas questões que ficaram obscuras na apresentação das duas cartas: na primeira, explorou-se seu conteúdo e muito pouco as condições de sua conservação como lembrança de família; na segunda, ainda que o arquivo público que abriga documentos privados pareça já dizer que se trata de uma fonte história que permite "acompanhar a trajetória pública e privada do titular", deixamos de lado seu conteúdo: sem as informações da coleção de que faz parte a primeira carta ou as informações sobre o

---

[448] CPDOC. Programa de Arquivos Pessoais. (PAP). Hipertexto. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/htm/ap_programa.htm Acesso em 20 de setembro de 2009.

[449] Marc Bloch já alertava que **"**os documentos não surgem aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercício de técnicos, tocam eles mesmos nos mais íntimos da vida no passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações". BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 83.

[450] Isso nos aproxima da desconfiança de Jacques Guilhaumou em relação aos discursos e aos acontecimentos: "Il en ressort que le contexte interpretatif d'un énoncé [au sein de l'archive] n'est pas exterieur à sa description". (GUILHAUMOU, Jacques. *Discours et évenément...* op. cit. 2006. p.21.) Talvez fosse o caso de aproximar essas indagações daquelas feitas também na teoria literária, especialmente na discussão da relação da obra literária com o cânone e sua utilização como fonte histórica.

conteúdo da segunda, talvez não seja possível dizer como estas lembranças de família poderiam se relacionar ao nosso tema. Que relação teria a carta conservada no arquivo particular de Gustavo Capanema com aquela guardada no arquivo particular da neta de dona Judith e o que elas nos informam sobre o oeste de Minas?

A carta de Augusto, endereçada ao seu irmão Sérgio, faz parte hoje do arquivo particular sob a guarda de Rita Maria Ferreira Arruda, neta de Judith Álvares de Souza e bisneta de Dona Chiquinha, a quem ela homenageia nomeando-o Arquivo Particular Dona Chiquinha. Este contém, além de correspondências trocadas entre os familiares, fotos, documentos pessoais, recibos, escrituras, certidões. A coleção, de cartas, por exemplo, teria começado ainda com Dona Chiquinha e foi levada adiante por sua avó Judith, até chegar às suas mãos. Conforme os dados da Certidão de Casamento guardada entre os papéis, Judith Álvares de Souza nasceu em 25 de novembro de 1900, filha de Firmino de Souza Cândido, conhecido como Mino, e de Francisca Carolina Álvares da Silva (a Dona Chiquinha), ambos *"lavradores naturais de Pitangui, residentes neste distrito [de Conceição do Pará]*"[451].

Judith teria se casado com Sérgio Gonçalves Ferreira, (lavrador nascido em Pompéu em 25 de novembro de 1895), em ato público civil realizado em 29 de setembro de 1918, em Leandro [Ferreira], comarca de Pitangui, distrito de Conceição do Pará. Conforme lembra Rita Arruda, a cerimônia religiosa foi realizada pelo Padre Libério. Logo depois, rememora Rita Arruda, entre os papéis e as lembranças de um tempo que ela só conheceu de ouvir falar,

> O casal foi para a fazenda Sobrado (próximo a Leandro Ferreira) onde residiram por pouco tempo. Em seguida se mudaram para o mucambo na fazenda pertencente ao Lilico Cabaceira (município de Pompéu) e foi lá que nasceu o primeiro filho, que recebeu o nome de José. (...) Dois anos mais tarde em uma fazenda na Barra do rio São Francisco com o rio Pará (município de Martinho Campos- na época Abadia) nasce o segundo filho, Norberto. (...) No ano de 1925 nasce meu pai. [Sergio]. Nasceu no mucambo durante uma tempestade de dar medo e foi preciso a parteira Cassiana proteger mãe e filho com um colchão pois o teto parecia desabar a qualquer momento. Os outros filhos ficaram escondidos debaixo das camas. (...) Por volta de 1934 meu avô resolve se mudar com a família para o norte de Minas, num lugarejo perto de Bocaiúva-Bueno do Prado. Venderam tudo que tinham e partiram em busca de um futuro melhor. (...) Não foi um período bom para a família, pois a "febre maleita" (malária ou impaludismo) judiou muito de quase todos eles e para completar meu tio Omar faleceu sem que a vovó e o vovô pudessem se despedir pois

[451] CERTIDÃO de casamento de Judith Álvares de Souza e Sérgio Gonçalves Ferreira. Leandro Ferreira. 29 de setembro de 1918. Arquivo Particular Dona Chiquinha.

> estavam internados devido a "tal" febre. (...) Resolveram então se mudar. (...) Fizeram o trajeto de volta quando vovó e os meninos ficaram na fazenda do tio Juju na barra do rio São Francisco até vovô conseguir um lugar para morar na nova cidade que eles escolheram. O destino agora era Abaeté onde a bisa Chiquinha já morava e onde vovô Sérgio comprou um pequeno sítio, na região de Potreiros[452].

Nesse caso, se o conteúdo da carta informa sobre a dinâmica da vida de uma família no oeste de Minas, a trajetória de sua preservação como arquivo remete a um conjunto de lembranças familiares e também poderia informar sobre a dinâmica social de que a família fez parte, marcada por deslocamentos, no desafio da sobrevivência e da busca de oportunidades. O arquivo teria começado em Conceição do Pará, à época de Dona Chiquinha, continuado com dona Judith, que o levou consigo em sua mudança para Pompéu, depois para o norte de Minas e finalmente para Abaeté, de onde herdou os papéis da mãe. Hoje, as lembranças da família estão na cidade de Abaeté, onde reside Rita Arruda.

Considerando-se a condição social das pessoas que moravam na região, a existência de um número considerável de correspondências e da própria "consciência de valorizar os documentos escritos" para além da necessidade prática, é uma das primeiras questões que chamam a atenção para a existência de arquivos como este, na região. A utilização da escrita como meio de comunicação pressupunha certo nível de conhecimento que quase sempre estava associada a uma posição social privilegiada, se levarmos em conta, por exemplo, os índices de analfabetismo da região. Nem seria necessário verificar os "estudos genealógicos" sobre a família que explicitam uma relação direta entre a família Álvares da Silva e a família de Joaquina do Pompéu, reconhecida como importante para a história da região por ocupar posição privilegiada[453] e porque preservou seus registros levados para arquivos públicos oficiais. Grande parte deles foi doada por Coriolano Pinto Ribeiro ao Arquivo Público Mineiro, em 1956. Estes documentos têm sido explorados como importantes fontes para o estudo da região, sobretudo pelo que revelam das redes políticas tecidas no seio das relações familiares.

Permitam-nos algumas observações genealógicas dos sujeitos envolvidos na produção e preservação das duas cartas. Francisca Carolina Álvares da Silva era Filha do Coronel José Luis Álvares da Silva e de Maria Carolina Álvares da Silva (sua segunda esposa). Seu pai, por sua vez, era filho de Izabel Jacinta de Oliveira Campos (sexta filha de

---

[452] FERREIRA, Rita Maria Arruda. *Velhas histórias... Grandes saudades.* Abaeté, 2009, (mimeo.)

[453] É necessário considerar a característica relacional deste termo "privilegiado". Certamente, a família seria privilegiada em relação aos demais habitantes da região, excluídos da possibilidade de propriedade, o que não quer dizer que teriam a vida fácil e confortável posto que o padrão de vida na região era muito precário.

Joaquina do Pompéu), casada com o tenente coronel Martinho Álvares da Silva[454]. E como já foi sugerido, mantinha relações estreitas com Lilico, José Maria Alvares da Silva, a ponto de sua filha morar em sua fazenda das Cabaceiras, em Pompéu, lugar de onde manteve correspondência assídua com Gustavo Capanema misturando amizade, troca de favores e senso de família: ora fazendo pedidos ao parente influente no Estado – "homem público de atuação destacada no cenário nacional", ora apoiando-o na política local, relação que parece evidente se observarmos o conjunto das correspondências entre os dois, presentes no Arquivo de Gustavo Capanema[455]. A propósito dessa relação, façamos uma pequena deferência às observações genealógicas para tentarmos aproximar um pouco as duas correspondências pessoais, sugerindo que as próprias correspondências foram e são instrumentos importantes para a coesão familiar, fundamental nas relações políticas, inclusive as partidárias. Estas relações não estabelecem fronteiras rígidas entre o público e o privado e pressionam aquele que lida com esse tipo de fonte a acreditar numa hegemonia política daqueles que dominavam os códigos escritos, enfim, a corroborar a força política da família dos descendentes de Joaquina do Pompéu.

Aliás, esta é uma das funções do arquivo de família, possibilitar a identificação a uma linhagem. Os arquivos particulares mais acessíveis dessa região, não raro, estão relacionados com essa linhagem, seja porque são os que estão sob a guarda do poder público ou porque são os mais organizados e acessíveis dentre aqueles guardados por particulares. Um emaranhado difícil de desvencilhar seja quando se está à procura arquivos particulares ou quando se consulta obras especializadas, já que muitas vezes elas os têm como fonte privilegiada. Quantas não são as histórias municipais a se confundir com as histórias dessa linhagem familiar? A história do município de Morada Nova de Minas, por exemplo, se confunde com a memória da família de Agenor Soares dos Santos, o primeiro prefeito do município criando em 01 de julho de 1945.

> Hoje [2004], após mais de 26 anos de sua morte, lendo as cartas e documentos já amarelados pelo tempo, sua figura crescia e se agigantava. O seu valor como cidadão, político, educador, esposo e pai se mostrou muito maior que minha imaginação pudesse crer.[456]

---

[454] RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 505-534.

[455] Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. Cf. GC/Silva.

[456] DIAS, Adelaide Santos. Dr. Agenor Soares dos Santos. In: *Morada Nova de Minas: se minhas ruas falassem.* Morava Nova de Minas: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 2004. p. 258. Ver também. DIAS, Adelaide Santos. *A saga do nosso povo*. Morada Nova de Minas: ed. Autor, 2009.

Esses "documentos" do arquivo da família que possibilitam escrever a história oficial do município também dão indício do seu parentesco, sua linhagem com Joaquina do Pompéu (era filho de Joaquim Antônio de Campos – Quim Cornicha), que se casou com uma penta neta de Joaquina, Adelaide de Oliveira Campos, filha de Antônio Joaquim de Campos Barros e Maria Luíza de Campos. Este era filho de Maria Jacinta de Oliveira Campos, casada com outro neto de Joaquina, Cadete Felix de Oliveira Campos. Enfim, se os arquivos privados à primeira vista parecem circunscritos à intimidade familiar, uma observação mais acurada de sua constituição e utilização nos mostra que as relações entre o público e o privado são mais complexas. Seja porque os arquivos privados são tornados públicos e as trajetórias familiares são vistas como representativas da comunidade (a saga da família como equivalente à saga do povo), seja porque as próprias relações sociais que tornaram possível a criação desses arquivos eram baseadas em relações políticas complexas entre o público e o privado. Entender sua constituição nos remete à constituição das políticas de gestão da memória da região, especialmente relacionadas à constituição política, portanto, as relações de poder baseadas no "parentesco e na amizade" que envolve a capacidade de "cativar afetos"[457].

Neste sentido muitas são as questões que poderiam ser levantadas diante da proposta de se procurar nas lembranças de família informações sobre o oeste de Minas. Não apenas no que diz respeito à utilização da categoria espacial que já vem sendo problematizada ao longo da discussão do potencial "informante" – da vida e das configurações sociais – das cartas geográficas, dos periódicos, dos programas de governo, da literatura e da bibliografia especializada, mas especialmente quanto à própria compreensão das lembranças de família tomadas como fonte de informação. Poderíamos considerar que essas lembranças fossem aquelas recordações dos seus integrantes que através de suas experiências narradas – aos olhos dos historiadores, potenciais depoimentos feitos histórias de vida(s) – poderiam nos informar sobre a relação pessoal e familiar com o espaço, entendidas como relações cotidianas, no desenrolar da vida em um lugar específico. Mas poderíamos também denominar como tal os suportes a essas lembranças: os vestígios materiais e afetivos que por procedimentos e motivações variáveis são conservados pelas famílias: documentos escritos – guardados por necessidade prática como certidões, recibos, escrituras, contratos ou por vinculações afetivas como correspondências, cartões, *tickets*, convites – fotos, ou outros objetos de valor documental e afetivo importantes para a construção

[457] FERREIRA, Rita Maria Arruda. Entrevista citada.

da identidade familiar, da linhagem, da educação das gerações mais novas, da atualização de valores, estabelecendo vínculos sociais e políticos, desde o nascimento até a morte[458].

Enfim, buscar informações sobre o oeste de Minas nas lembranças de família não quer dizer necessariamente ater-se a um suporte material específico analisado separadamente, tal como vínhamos procedendo até agora. A especificidade das lembranças de família não estaria exatamente no tipo de fonte, mas na forma que elas assumem ao serem "colecionadas" e no significado que adquirem enquanto arquivo organizado num ambiente privado – por um indivíduo ou por um grupo familiar que pode ou não ser considerado posteriormente como de interesse público e social.

Assim, tão importante quanto o conteúdo dos arquivos pessoais ou privados é seu próprio processo de constituição e seu reconhecimento como fonte de informação: por quem, por que e como foram constituídos, seus usos, portanto, se tornam questões fundamentais, mas a forma como o encontramos como coleção ou fundo, também é importante. Talvez seja pertinente retomar as reflexões de Philippe Artières quando ele observa que a iniciativa de arquivar a própria vida *"não é privilégio de homens ilustres (de escritores ou de governantes). Todo indivíduo, em algum momento da sua existência, por uma razão qualquer, se entrega a esse exercício"*[459] e essa prática é uma tentativa dar forma à própria vida: ainda que o arquivo seja privado a intenção de quem o constitui e conserva é arquivar *"a própria vida"* para publicizá-la[460].

Nesse sentido todo arquivo privado poderia de algum modo "informar" – produzir formas – e já no seu campo de produção responderia a demandas sociais, comportaria a ambição de ser tornado público. Duas formas de apropriação e utilização desses arquivos por parte dos historiadores, já bastante criticadas[461], não se sustentaram justamente por não levar em conta essas características. Ao contrário do que já se escreveu, os arquivos privados não seriam algo mais próximo da vida, posto que já sejam formas. Ainda que mais envolventes porque sugerem muitas vezes o contato com a intimidade, como se estivéssemos espiando a vida alheia, não necessariamente são

[458] Muitas das cartas que compõe o acervo do Arquivo de "Dona Chiquinha" é composto por correspondências recebidas por ocasião de morte de seus familiares, como dela própria.
[459] ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida.* Estudos Históricos: arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.11, n 21, 9-34, 1998; p. 29.
[460] ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida. o*p. cit. p. 29.
[461] Limito-me a indicar GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, 11 (21): 121-128m 1998. p. 5.

evidências seguras da exclusiva esfera privada vista como algo contraposto ou revelador de aspectos obscuros pelo formalismo dos documentos públicos[462].

Talvez as dimensões individuais e sociais não possam ser reduzidas a singularidades seccionáveis[463]. O que seria de foro íntimo e o que seria de domínio público? Nas duas cartas que selecionamos, essa relação parece intrincada, para além do reconhecimento oficial de uma delas, de Lilico a Gustavo Capanema como homens públicos[464] e não da outra. No que se refere ao conteúdo, essa distinção não está clara em nenhuma das duas. Se na primeira carta, o pai já apela para a solidariedade familiar, com um recurso político, a segunda carta explicita como essa solidariedade se faz importante na prática política, digamos, na esfera pública, em que os pedidos são de ordem privada.

Se na legislação brasileira parece pouco problemática a definição do que seja um arquivo público e um privado[465], pelo menos no âmbito da produção do arquivo, ou na reunião da coleção, no reconhecimento da importância do arquivo privado como de "interesse público", histórico, e social, algumas questões merecem ser consideradas[466]. Quais seriam os critérios que estabeleceriam a relevância de um arquivo privado para ser tratado como interesse público? Ainda que a resposta seja difícil, digamos que esses critérios são sempre bastante subjetivos.

Para além das informações contidas nos documentos que compõem o arquivo de família, este possui sua própria história de constituição – a própria ação de arquivar –, institui determinadas representações sociais, determinadas relações com o espaço: lugar de atuação da família, territórios da política, paisagens construídas nas relações de poder. Considerando que muitos dos arquivos de família servem de base

---

[462] Faço referência à idéia da "capacidade que têm a correspondência e diferentes materiais privados de iluminar o processo de tomada de decisão (...), revelando dados dissimulados do formalismo dos textos oficiais" (BELOCH. Israel. *Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história da política econômica no Brasil*, 1822/1964. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 8).

[463] Sobre essa relação talvez ainda seja insuperável a abordagem de ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

[464] Lilico foi prefeito em Pompéu e Gustavo Capanema, além de vereador em Pitangui, foi Secretário do governo de Minas e ministro da Educação de Getúlio Vargas.

[465] De acordo o art. 7º da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. "Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.". Já o artigo 11 diz que "Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades".

[466] De acordo com o Art. 12 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, "Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional".

para a escrita de histórias municipais a própria construção da história das instituições públicas se confundem com as relações familiares.

Evidentemente podem ser encontrados outros arquivos particulares, digamos menos politizados, em que predominam os registros mais exigidos pela sociedade: certidões, escrituras, recibos, etc. para além das referências espaciais constantes nesses documentos, é importante notar as ligações entre as localidades, as tramas de regionalização próprias desse tipo de documento: a circunscrição das propriedades rurais, os municípios e mesmo a idéia de que um arquivo que informe parte da história nacional, com é o caso do arquivo de Gustavo Capanema. Que tipo de regionalização esses arquivos propõe? Quais são as configurações do oeste que eles enunciam? Por que alguns desses arquivos – e dessas representações – são reconhecidos como de interesse público e outros não? Se não é pela sua condição de forma, de vestígio da vida passada, essa variação deve ser construída ao longo do processo de reapropriação desse passado. Enfim, os arquivos de família, enquanto forma composta por diferentes vestígios em torno e de acordo com a lógica da organização familiar devem ser também investigados. O arquivo particular não está lá à espera do descobridor de uma realidade secreta e neutra, mas a despeito de seu rótulo de privado, tem uma importante função instituidora do social que interfere definitivamente nas formas compartilhadas de percepção das dimensões do espaço. De sua localização geográfica, social e cultural. Não é por acaso, que nos arquivos de família consultados, é comum encontrar-se rascunhos ou versões definitivas de árvores genealógicas, como um guia familiar a orientar as novas gerações para o lugar que ela ocupa na configuração social.

Assim, considerando todas essas formas já visitadas em outros lugares, muitas delas como parte dos arquivos familiares, parece é chegado o momento de, procurando dialogar com todas elas em sua especificidade, tentar construir uma trama que apresente de modo compreensível as formas de representação do oeste de Minas. Quais as configurações do oeste de Minas podem ser encontradas nessas fontes de informação?

CAPÍTULO 2

FORMAS...
O que é o oeste de Minas Gerais?



A última coisa que podemos explicar é a penúltima
Geog Simmel, 1991[1]

Depois de realizar um percurso inicial e tortuoso busca de informações sobre o oeste de Minas, notadamente, procurando localizar os indícios das formas de representação do espaço, é o momento de observar mais de perto cada uma dessas formas, considerando-se os caminhos de leitura possíveis que emergem dessa seleção. A despeito do caráter introdutório da primeira incursão, esta se tornou por vezes, uma espécie de "classificação exaustiva do arquivo" pela tentativa de aprofundamento na superfície do tema (e como é difícil falar da superfície sem parecer superficial!), não apenas porque foi necessário enfrentar a ilimitada possibilidade de encontrar sempre "novas" informações sobre o oeste de Minas, como também, pela sensação angustiante de que, ao serem recolhidas as informações (des)necessárias, ainda resta algo que não está contido em qualquer destes enunciados tratados o mais objetivamente possível. Apesar da razoável quantidade de informações, vezes beirando ao excesso, vezes consideradas apenas suficientes para apoiar a narrativa de uma história sobre as tramas de regionalizações/configurações do oeste de Minas, sistematizando-se o que foi encontrado durante os desafios da pesquisa documental parece ainda que algo não pode ser narrado. Estaríamos ouvindo algum eco da observação desconcertante de Hayden White em relação aos *"textos que pretendem representar 'as coisas como elas são'"* falharem na sua intenção?[2]

Não me refiro exatamente aos arquivos não visitados, aos documentos não consultados, aos testemunhos não recolhidos, mas à impressão de que, mesmo se os tivesse ao alcance, ainda assim, algo ficaria interdito. Ainda que pudesse ter nas mãos e sob os olhos todas as formas de representação do oeste de Minas Gerais, desde as mais antigas regionalizações desse espaço (como região do Campo Grande, Sertão do Abaeté e Indaiá, área entre o São Francisco e a Mata da Corda, Nova Lorena Diamantina, e Alto

[1] SIMMEL, Geog. Gesamtausgabe. Apud. VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Geog Simmel*. Bauru: Edusc, 2005. p. 69.
[2] WHITE , Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 15.

São Francisco) até no período em que é pertinente falar dele como uma região de planejamento específica denominada Oeste ou Centro-oeste de Minas, [ou mesmo como parte da região Central Mineira] é possível que essa impressão resistisse, como um hiato espaço-temporal entre as formas reunidas e a vida propriamente dita. Algo além e aquém de todas as configurações desse espaço, nosso objeto de análise mais urgente. Assim, falar sobre o que seja o oeste de Minas é falar de algo que não se reduz às informações, mas que coloca sempre em xeque a suficiência do que já foi dito, mesmo a eficácia do dizer[3].

Para marcar nosso próximo passo, avaliando minimamente os movimentos do pé que fará avançar a narrativa ao abandonar o solo movediço pisado anteriormente, permitam-me tomar emprestados alguns termos do vocabulário preferencial de Giorgio Agamben, em suas análises intrigantes dos campos de concentração[4]: se no primeiro capítulo falamos do arquivo e do testemunho, das fontes de informação do oeste de Minas (não apenas como o lugar, mas como o tema da enunciação), agora nos parece ser o momento de nos deslocar para o lugar intersticial entre o dito e o não dizível. Lugar esse em que se coloca o narrador quando dá seu testemunho, seja num processo judicial, numa narrativa de memória ou, como é o caso, na apresentação dos resultados de uma pesquisa em história que pretende informar como os outros se relacionaram com o espaço, em outros tempos e circunstâncias sem a possibilidade de tomar o seu lugar. E para seguir ainda as trilhas de Agamben, a verdade dessa fala sobre o oeste de Minas institui-se nesse hiato mesmo entre o que foi possível buscar no arquivo e aquilo que não é possível dizer. Guiar-me-ei, portanto, nesse capítulo, pela ambição de responder à questão "*o que é o oeste de Minas?",* acompanhado apenas das informações colhidas, das impressões obtidas pelo contato indireto com seus produtores, suas motivações, estratégias, expectativas e limitações do dizer, em diálogo com as minhas próprias ao relatá-las – enfim, cuidemos das representações do oeste de Minas – com a necessária coragem de enfrentar a distância, pra não dizer contradição não dialética, entre as formas e a vida e a distância

[3] GAGNEBIN, J.M. Apresentação de AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunho (Homo Sacer III).* São Paulo: Boitempo, 2008. p. 11. Parece-nos que o desafio de discutir as tramas de regionalização do espaço mineiro é muito maior do que a inversão proposta por historiadores ligados ao CEDEPLAR/FACE/UFMG. Não seria apenas ultrapassar "o questionamento "o que é uma região?" e caminhar na direção de outra pergunta: "qual o intuito em segmentar um espaço para análise?". (CUNHA, Alexandre Mendes; SIMOES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. *Estudos Econômicos.* São Paulo, v. 38, n. 3, Sep. 2008. p. 496), mas procurar respostas para todas essas questões: quem regionaliza, como, por que e para que. Nesse sentido, tentando apreender a historicidade das categorias de regionalização utilizadas e não apenas imprimir certas regionalizações a-históricas a determinados "contextos". Enfim, fazer essas questões a todos os sujeitos pesquisados, incluindo-se o próprio pesquisador.

[4] AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunho (Homo Sacer III).* op. cit.

entre as formas, tomadas como fontes e o resultado encontrado na narrativa, que operam sempre uma redução: metafórica, metonímica.

É possível que se tenha notado certa ênfase dada no primeiro capítulo às muitas formas de delimitação do espaço, de enquadramento ou de recorte espacial envolvendo diversas denominações dessas tramas de regionalização. Se dentre elas encontra-se o termo oeste de Minas, este foi utilizado, sobretudo como recurso metafórico para denominar essa trama em seu conjunto, procurando-se incluir todas as variações, conflitos e configurações sociais que a constituem, incluindo o próprio conceito de Oeste de Minas, encontrado nas fontes. No entanto, do mesmo modo que não se pode proibir "*uma palavra de ter mais do que um significado*"[5] – e com este procedimento certamente reconhecemos que o termo oeste de Minas encerra um bocado deles – também é necessário que adentremos nesse conjunto para estabelecer algumas distinções e aproximações, sem as quais não será possível continuar.

Isso requer algumas recapitulações posto que, ao apresentar as fontes de informação lidamos com o emaranhado de regionalizações como um novelo e, agora, para melhor desfiá-lo, será necessário retomá-lo, em busca de pontas acessíveis. Assim, se fosse pertinente comensurar a abrangência de análise que pretendemos, poder-se-ia dizer que ela não excederá àquela que percorremos no capítulo inicial. Quase tudo já estava lá, mais ou menos emaranhado. Revolveremos apenas este novelo, ou para utilizar imagem de Georg Simmel: remexeremos apenas o solo de terreno já delimitado, em busca de algumas formas sólidas – construídas antes de nossa incursão ou mesmo delineadas no carpir e no volver mesmo do terreno. Essas formas é que, pensamos, poderão nos apoiar num passo posterior, em busca de outras escalas e pontos de vista. Da manipulação das informações [metáforas da vida] passemos às representações propriamente ditas [obtidas pela redução metonímica] para que possamos operar estes objetos simbólicos em outras dimensões [por sinédoque]; quem sabe, num último passo, já no terreno da crítica, (re)visitar à própria lógica que constitui as configurações do oeste de Minas, assumindo a ironia da construção do discurso[6].

Dentre as várias formas possíveis, apreendidas nas [combinações das] diversas narrativas do oeste de Minas, algumas delas chamaram a atenção desde o início da pesquisa, experimentadas como lugares comuns, como clichês, como formas privilegiadas pelas quais os homens se relacionam com este espaço, em seus processos

[5] NUNES, Jordão Horta. *As metáforas nas ciências sociais*. São Paulo/Goiânia: Humanitas/UFG, 2000. p. 211.
[6] Aqui faço referência aos quatro tropos do discurso da proposta de Giambattista Vico, apropriados por Hayden White. Cf. WITHE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001. Especialmente p. 219-240.

de identificação, enfim nas interações sociais e históricas. Eis nosso roteiro sumário, desse segundo deslocamento: munidos de informações preliminares, agora talvez seja possível apreciar melhor suas paisagens, reconhecer suas fronteiras, experimentar seu território e lidar com as formas mais recorrentes de representação do lugar, dos processos de regionalização com seus diferentes critérios e objetivos: todos esses elementos que compõem uma complexa noção de espaço geográfico, social e histórico. É necessário, pois, passar da tentativa de circunscrição à descrição desse objeto complexo, dessa trama de regionalizações, das formas de percepção desse espaço. Das formas pelas quais se reveste a vida, ao forjar para ela uma dimensão espacial. Esta é a dimensão pela qual, em minha própria estratégia de delimitação do objeto, pretendo conhecer um pouco mais da história do oeste de Minas.

2.1 Um espaço geográfico? Paisagem, lugar, território e fronteira.

A trama de regionalizações do oeste de Minas começou a ser urdida no século XVIII e ainda hoje está em processo de reconfiguração. É possível mesmo destacar alguns dos elementos dessa urdidura que sustentam as tramas ainda em constituição como, por exemplo, algumas das categorias de regionalização utilizadas para representá-lo. Explorar as caracterizações [paisagens, limites, sentidos] que elas condensam e mobilizam ao serem enunciadas poderá ser um subterfúgio eficaz para conhecermos[7] melhor as formas como os homens se relacionaram com este espaço. A descrição parece ser o recurso narrativo mais adequado para apresentá-las, servindo-nos dos vestígios produzidos por distintos sujeitos em diferentes momentos que, por motivações diversas registraram suas impressões do espaço feito região, estabelecendo fronteiras, demarcando territórios, designando lugares, evocando paisagens.

Nos mais de duzentos anos que separam os primeiros registros disponíveis das categorias utilizadas para designar o oeste de Minas até as formas de representação mobilizadas hoje, é possível observar que como espaço geográfico, ele foi descrito por meio de várias concepções e motivações que bem poderiam ser associadas às diferentes idéias de região com as quais a geografia tem lidado mais de perto (utilizemo-nos da polissemia

[7] Ainda no que se refere aos trópicos do discurso, poderíamos dizer que, na construção do meu discurso historiográfico, a apropriação de imagens que caracterizam o oeste de Minas tomando-o como um objeto único, fruto de uma metonímia dos discursos analisados, e o meu recurso metafórico a preparar minha própria caracterização metonímica é que possibilitará tentar a universalização, num recurso posterior.

desse conceito caro à geografia a nosso favor!). Primeiramente, as representações do oeste de Minas condensadas nas denominações Campo Grande, Campos do Bamboi do Rio São Francisco, Sertões do Abaeté e Indaiá (utilizadas no período colonial[8]) nos conduzem mais facilmente a associações com a idéia de *região natural*, percebida como a materialidade sob a qual são possíveis as relações entre natureza e cultura.

Em seguida, estariam mais próximas da idéia de *região homogênea ou funcional* – modelo de agrupamento e separação do espaço para sua administração e controle como meio de desenvolvimento econômico, político e cultural – as caracterizações desse espaço que se utilizam das categorias: Nova Lorena Diamantina e Extração Diamantina do Abaeté (do período colonial); Alto São Francisco (oficializada como região de planejamento na década de 1970, mas associada à regionalização do oeste de Minas desde pelo menos o Império); Zona Oeste de Minas e Bispado do Aterrado (na passagem do Império para a Primeira República).

Por último, os termos Centro e Oeste de Minas, ou Centro-oeste de Minas – adotados como regionalização oficial pelos órgãos governamentais do Estado (IBGE, 1941, 1972 e 1990 e Fundação João Pinheiro em 1973 e 1992)[9], pela mídia local, por geógrafos e alguns historiadores desavisados poderiam ser melhor compreendidos pela idéia de região *cultural* ou humanística. Isto porque parecem servir à mobilização de elementos *simbólicos*, como determinada consciência do espaço guiada pelo sentimento de pertencimento e identificação. Evidentemente, todos estes elementos são mais ou menos comuns e necessários a qualquer discussão da noção de região, nunca destituída de conotações políticas, num sentido mais ampliado. E esta tentativa de separação e comparação deve ser vista mais como estratégia de compreensão do todo do que de descrição fiel das partes de uma realidade que em sua existência concreta, simbólica e lingüística não está nem separada nem junta.

No que se refere aos elementos de ordem *natural* que nos levariam, portanto, a uma idéia de região natural, é significativo o papel que a vegetação ocupa nas formas de apreensão do oeste de Minas Gerais. Notadamente, os seus campos limpos[10] que dentre toda a vegetação nativa da região são os que mais resistem ao avanço das coberturas

[8] Categorias de cujo uso foi encontrados registros inicialmente, e respectivamente, em Antônio Francisco França em 1763; Pamplona em 1769; José Vieira do Couto, em 1801 e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, em 1808.
[9] Cf. DINIZ Alexandre M. A. e BATELLA, W. B.. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Op. cit.
[10] Onde predominam herbáceas, com raros arbustos e ausência de árvores, com destaque para as gramíneas que medem de 0,3 cm a 1 metro de altura. ROSA, Carla Adriana Carneiro. *Mapeamento temático do uso da terra no Alto São Francisco*. Brasília: CODEVASF, 2002. p. 6.

antropizadas, sobretudo às pastagens[11] e às áreas de reflorestamento com eucaliptos[12]. Os campos têm lugar de destaque nas descrições desse espaço, funcionando como um recurso de redução da realidade[13], em que sua forma é tomada pelo sujeito – a região. Eles já estavam presentes numa das primeiras categorias utilizadas para enunciá-lo como região do *Campo Grande.*

Já no Mapa de Antônio Francisco França (1763)[14] e na *Notícia diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona*[15], escrita à época da expedição de Pamplona pelo oeste de Minas, em 1769, encontramos descrições desses *"campos amenos"*[16], *"campos cerrados (...) chapadas cobertas de vegetação rasteira, um arvoredo de pequeno porte, de ramas angulosas"*[17] feitas por aqueles que estavam de passagem pelo oeste de Minas ou ainda por quem habitava este espaço. Neste documento, além da designação de *Campo Grande*, também era utilizado o termo *Campos do Bamboi do Rio São Francisco*[18], que continha tanto os elementos dessa vegetação predominante no oeste de Minas quanto referências a dois rios considerados importantes delimitadores *naturais* do espaço. Parece se tratar da mesma composição, inspirada na geografia física, aquela que deu origem a outra categoria relacionada a este espaço: o *Sertão*

---

[11] Atualmente, sobretudo das diversas espécies de brachiarias, capim Buffel, Colonião, Guiné, Jaraguá. ROSA, Carla Adriana Carneiro. *Mapeamento temático do uso da terra no Alto São Francisco*. Op. cit. p.7.

[12] "O plantio de eucalipto, considerado um dos setores que mais crescem em função da demanda mundial por celulose, atividade, chamada inadequadamente de "reflorestamento", já que não promove o plantio de florestas, e sim de monocultivos (...) [não respeita] as comunidades locais e os limites ambientais, como áreas de preservação permanente e áreas inaptas para esse tipo de atividade." Ocupa hoje uma área de 4% do Alto São Francisco. Cf. RELATÓRIO-DENÚNCIA. Aceleração do Crescimento na Bacia do Rio São Francisco: O Traçado de Conflitos e Injustiças Sociais e Ambientais, Sobradinho/BA: Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, 2008. p. 10. Para um mapa da vegetação atual da área, ver ROSA, Carla Adriana Carneiro. *Mapeamento temático do uso da terra no Alto São Francisco*. Op. cit. p.10.

[13] Para uma reflexão sobre redução cf. NORONHA, Gilberto Cezar de. Cartografias do sertão... op. cit. p.11-115.

[14] MAPA de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q' parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyras do Rio de S. Francisco, e Goyases na entrada que se fez para os certoes das conquistas do Campo grande por ordem do Ilmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am Antônio Francisco França. 1763. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Coleção da Família Almeida Prado. Uma cópia pode ser vista em http://www.mgquilombo.com.br/imagens/kilombo1.html . Acesso em 05 de junho de 2009.

[15] NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. – Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988, p.47-113.

[16] Expressão bastante destacada não apenas na Notícia Diária e Individual... que descreve o percurso nas cabeceiras do Rio São Francisco, na Serra da Marcela e Mata da Corda (mais ao sul) como também em Eschwege que percorre a região mais ao sul, entre Pitangui e o Rio Abaeté, passando por Pompéu e Quartel Geral: "de Pitangui em diante, viajamos por amenos campos banhados por numerosas lagoinhas" (cf. ESCHWEGE, W. V. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 173.

[17] ESCHWEGE, W. V. *Brasil: Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 91.

[18] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op. cit. p.54.

do Abaité que, como informava José Vieira do Couto, em 1801, era um *"nome que vinha do rio mais célebre entre os outros, por ser o mais procurado"*[19], comumente localizado como a área entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda.

No entanto, por mobilizar um número maior de elementos naturais especificados, o termo *"Campos do Bamboi do Rio São Francisco"* era uma designação, digamos, com maior capacidade regionalizadora do que o Campo Grande: a despeito da sua relação com a vegetação principal que cobria a região, é necessário considerar, com Waldemar de Almeida Barbosa, que *"essa expressão* [Campo Grande] *era bastante vaga e não designava determinado lugar, como já se chegou a supor (...). Tudo era Campo Grande"*[20] em todo o oeste de Minas, de Oliveira ao Paranaíba, de Piumhi ao Rio Pará. Não se tratava apenas do lugar localizado entre o rio Bambuí e Serra da Marcela. José Vieira do Couto, por exemplo, ao se dirigir às terras diamantíferas do Rio Indaiá e Abaeté, vindo de Pitangui, em 1801, ao passar pelo sítio de Leandro Ferreira[21], observa que também ali,

> os montes desaparecem e dominam as terras chãs (...) chamadas taboleiros. Tudo são campos ou catingas, matos mais rasteiros de paos tortuosos, menos bastos, e que se deixam penetrar dos raios de sol; ocupam as grandes planícies que além destas árvores se acham também histradas de capins, que servem de excellente pastagem ao gado: as matas frescas, densas e ramosas, só se encontram nas abas dos córregos ou rios[22]

Nas palavras de Álvaro da Silveira, lugar de *campos* designa o terreno onde dominam as *"gramíneas herbáceas, chamadas capins"*[23] e, conforme descreveu Saint-Hilaire, é *"tudo o que não é nem mata virgem, nem capoeira, nem catinga, nem carrasco, nem carrasqueiro"*[24]. Sua utilização na composição de termos para designação do espaço

---

[19] COUTO, José Vieira do. Sobre a Nova Lorena Diamantina. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. Ano X, fasc. I e II, jan/jun de 1905. p. 135.

[20] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 72.

[21] À época um sítio localizado a 13 léguas da Vila de Pitangui pertencente a Leandro Ferreira da Silva que teria sido o doador do patrimônio para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde surgiu o povoado que, em 1923, tornou-se distrito do município de Pitangui. Leandro Ferreira teve seu nome mudado para Conceição do Pará (lei n. 843 de 7 de setembro de 1923). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), o Município (desmembrado de Pitangui em 1962), possui atualmente 4866 habitantes. Pouco mais do que os 2986 habitantes do atual Município de Leandro Ferreira – herdeiro do nome antigo do atual município de Conceição do Pará. – desmembrado de Pitangui também em 1962, cuja sede era o povoado surgido em torno da estação da E.F. Oeste de Minas. Leandro Ferreira fica a 54 quilômetros de Pitangui que, por sua vez, está a 12 quilômetros de Conceição do Pará.

[22] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. Ano X, fasc. I e II, jan/jun de 1905. p. 98.

[23] SILVEIRA, Álvaro da. *Narrativas e memórias* v. I. Belo Horizonte, 1924. p. 29.

[24] SAINT-HILAIRE, Auguste P. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938. p. 90. Definição muito semelhante à dada por Ferdinand Denis em seu Tratado Geográfico: chama-se "campo tudo aquilo que não é mato virgem, ou o que se acha coberto de erva", o que sugere que a tenha

nos parece menos recurso de regionalização do que de generalização, à semelhança do que significava o termo *sertão* para a localização do *Abaité*, que Vieira do Couto preferiu designar como Nova Lorena Diamantina. Os campos não seriam o elemento pelo qual o oeste de Minas poderia ser destacado de outros espaços, mas elemento pelo qual poderia ser concebido como parte de uma área maior: os campos gerais.

No entanto, não será possível negar a importância dos campos na composição semântica dos termos que possibilitam a enunciação desse espaço se for considerada sua presença constante nas denominações e especificações dos lugares do oeste de Minas. Desde o referido Campo Grande, que poderia ser tomado como todo o oeste de Minas ou a área total abrangida por um quilombo famoso[25], até as denominações atuais como Campos Altos e Campo Belo. Ou ainda, outras mais antigas como a Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás que em 1789 tornou-se sede da Vila de São Bento do Tamanduá[26], atual cidade de Itapecerica. Inspirou nomes de povoados como Campinho no atual município de Luz, e os diversos Campos Alegres encontrados, por exemplo, nos municípios de Quartel Geral e Morada Nova de Minas. Alguns destes ainda hoje, pequenos povoados[27]; outros, sítios já abandonados por quem se rendeu ao êxodo rural.

Decerto, é um levantamento toponímico por se fazer. O fato é que os campos tiveram e ainda têm esse papel estimulador da sensibilidade daqueles que representaram o oeste de Minas. Os campos são *Gerais*[28], *"Ah, buriti cresce e merece é nos gerais!"*[29], e ainda que não sustente as literárias raízes do Buriti Perdido de Affonso Arinos, *"velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista,(...)*

---

tomado emprestado do próprio Saint-Hilaire. (DENIS, Ferdinand. Brésil. In: L'UNIVERS. *Histoire et description de tout les peuples:des leurs, religions,moeurs, coutumes, etc*. Paris : Firmim Dioto Frères, 1837. p. 363.

[25] Sobre o Quilombo do Campo Grande, ver, por exemplo: VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais* . Belo Horizonte: Itatiaia. 1974. MARTINS, Tarcísio José. Q*uilombo do Campo Grande – A História de Minas Roubada do Povo*. Editora A Gazeta Maçônica, 1995. MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. p.80-81.

[26] AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de e FONSECA, Gustavo de Oliveira. Gestos, costumes e 'modos de fazer': tradições e bens culturais da cidade de Itapecerica/MG. In. CORGOZINHO, B. (Org.) ; CATÃO, Leandro Penna (Org.);PEREIRA, Mateus. H. F. (Org.). História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 55.

[27] Nas palavras de um de seus habitantes, em Morada Nova de Minas "um pequeno arraial, lugarzinho perdido" (cf. MORADA NOVA DE MINAS. *Se minhas ruas falassem*. Morada Nova de Minas: Secretaria Municipal de Educação, 2004. p. 63-78).

[28] Vale a pena lembrar que muitos municípios do oeste de Minas têm localidades denominadas Gerais. Abaeté e Paineiras, por exemplo, têm as suas (no feminino: "eu vou pra Gerais") talvez resquício daquela divisão entre Minas e Gerais, adotada, por exemplo, por José Joaquim da Rocha em 1778. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais; estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colaboração de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 224p. 85.

[29] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 173.

venerável epônimo dos campos"[30], certamente tem os seus buritizais em suas tantas variações[31] como o Buriti da Estrada, antiga denominação do distrito sede do Município de Pompéu[32]. Os campos gerais do oeste de Minas, outrora contrapostos em seu conjunto aos territórios onde se desenvolveram os trabalhos da mineração, conforme José Joaquim da Rocha em 1778[33], formavam ainda no século XIX, imensos chapadões

> de três, quatro e mais léguas de extensão, [que] principia logo ao sahir da cidade de Pitanguy e vai até um pouco além da do Abaeté. A vegetação é rasteira, composta pela maior parte de gramíneas apocynias e malváceas e é raro encontrar um ou outro capão mais extenso em que os arbustos dominem[34]

E se os Gerais[35] são extensos, generalizantes, os raros capões descritos por Francisco de Paula Oliveira em 1881, são particulares – particularizáveis. O maior deles constituído em matas, *"as mais consideráveis"* – observava Vieira do Couto em 1801 – *"só se prolongam em comprimento com pouca largura, são conhecidas por essa causa pelo nome de Mata da Corda"*[36]. As demais não passavam de capões, que nas palavras de Ferdinand Denis (1837), explicando o significado do termo a seus compatriotas franceses, seriam "*bosques semelhantes a um oásis e rodeado por campos"*[37]. Talvez pela sua raridade, quase sempre recebiam um nome. Ou melhor, nem careciam de nome e já constituíam recurso de apreensão do espaço, designando determinado lugar acrescido apenas por um termo informativo de sua posição ou característica. Capão: Sujo, do Meio, Limpo, de Cima, de Baixo, Redondo. Constituíam verdadeiros elementos de orientação para os familiarizados e de fruição para os visitantes que

---

[30] ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Ediouro. s/d, p. 43.

[31] Jacinto Guimarães observa que no Município de Pompéu, "Consoante à topografia ou os acontecimentos históricos, os buritizais tomam nomes diferentes e característicos, tais como: Buriti da Estrada, Buriti do Canto, Buriti Torto, Buriti do Açude, Buriti Comprido, Buriti do Meio, Buriti do Cordovil, Buritizinho, Buritizal, etc." (RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dona Joaquina do Pompéu*...op. cit. p. 33).

[32] Município localizado a 90 quilômetros de Pitangui e a 170 da Capital, Belo Horizonte. Tem a população estimada de 29.929 pessoas (IBGE, 2009). Para uma síntese da história dos municípios cf. NORONHA, Gilberto Cezar de. Pompéu. In: MIRANDA, Dalton Fernando de; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura, 2008. p. 267-270.

[33] ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Op.cit. 1995.

[34] OLIVEIRA, Francisco de Paula. Exploração das minas de Galena do ribeirão do Chumbo. *Anais da Escola de Minas*. Ouro Preto, 1881. n.1, p. 39.

[35] Idem. Ferdinand Denis adota a mesma categoria, tomada do Príncipe de Wied, "`Planícies imensas e inteiramente descampadas, ou então colinas de declive suave que se prolongam em série". DENIS, Ferdinand. Brésil. In: L'UNIVERS. *Histoire et description de tout les peuples:des leurs, religions,moeurs, coutumes, etc*. Paris : Firmim Dioto Frères, 1837. p. 363. Cf WIED, Maximilian P. Von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p.404-405.

[36] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 136.

[37] DENIS, Ferdinand. Brésil. Op. cit. 1837. p. 363.

observavam entre os *"immensos e espaçosos campos, aqui e ali (...) o verde escuro de (...) capões de mato, que à maneira de delicados painéis encantam as vistas"*[38].

Ainda hoje, esses capões – de *"matas não tão altas, não obstante a fertilidade de seu solo"*[39] – quase sempre já vitimados pelo desmatamento levado a cabo para a produção de carvão e para a expansão das pastagens, compõem o vocabulário básico mobilizado para descrever o oeste de Minas como espaço geográfico numa complexa junção entre geografia, história e memória. Quantos não poderíamos ainda encontrar que, oriundos dessa região ou apenas guardiões de determinada lembrança daqueles que eram, não têm suas memórias de infância associadas a algum Capão Alto, Capão Sujo, Capão do Meio, Capão Limpo, Capão de Cima, Capão de Baixo, etc.?[40]A persistência dessas denominações, e a operacionalidade que elas ainda mantêm, sugere a força das impressões deixadas pelas matas raras e alternadas constituindo verdadeiras ilhas cercadas de campos, propensas a abrigar ameaças reais ou imaginárias, lugar de *Caipora*[41]. *"Cerradões que abrigavam um universo de animais: lobos, raposas, tamanduás, veados, (...) mãos-peladas, teiús, calangos (...) e muitos outros"*[42] como as temíveis onças[43]. Aqueles que viviam na região ou que a visitavam pela primeira vez percebiam logo que *"aquilo nem era só mata, era até floresta" (...) veredas dividindo as chapadas"*[44]. Imagine-se, tal como o Príncipe de Wied, em 1812,

> ter diante de si uma planície contínua, e inopinadamente a gente se encontra nos bordos de um vale estreito, profundamente escarpado, ouvindo-se um rio murmurar no fundo, onde o olhar mergulha nos cimos duma floresta, cujas árvores, variadamente floridas lhe guarnecem às margens.[45]

Esse *"vale plano do São Francisco"*, assim descrito em 1811 pelo Barão de Eschwege[46], localizado *"entre verdes colinas (...) abraçado pela serra"*[47] é regado por

---

[38] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais... op. cit. p. 136.
[39] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais... op. cit. p. 136.
[40] Estamos convencidos de que o termo Capão é o único que merecia/merece se transformado em nome próprio, posto que concebido como vegetação natural apropriada pela consciência. Já as capoeiras, capoeirinhas, capoeirões, denotavam já o resultado da ação humana, portanto não um espaço tido como natural, normalmente um lugar anteriormente cultivado e abandonado.
[41] De acordo com Aurélio Buarque de Holanda, o termo capão *"mato isolado no meio do campo"* seria uma variação do tupi-guarani *Caapuã* que significa aquele que vive no mato, Caipora. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. As histórias de onça e de lobos - e seus desdobramentos, como a expressão popular "lugar de criar lobo", mereceriam pesquisa mais detalhada.
[42] GUIMARÃES, Antônio Campos. *Chico Campos, o mago do Indostão*. Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1997. p. 55.
[43] A propósito, no atual município de Abaeté existe uma extensão de terras, hoje ocupada por várias fazendas, denominada "Mata da Oncinha", localizada entre a cidade de Abaeté e de Cedro do Abaeté.
[44] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 332.
[45] WIED, Maximilian P. Von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p.405.
[46] ESCHWEGE, W. V. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 249.
[47] CAETANO, Tonico. Paisagens de Nossa Terra. *O Liberal*. Dores do Indaiá. Ano 8, n. 401, 1973, p. 1.

diversos córregos e rios como o Bambuí[48], Lambari, Pará, Marmelada, Indaiá e Abaeté, todos desaguando no São Francisco que, vez por outra, forma grandes lagoas como a Piraquara, que impressionou outrora José Joaquim da Rocha e Vieira do Couto pela sua abundância em peixes[49].

> O Rio de São Francisco (...) quando se inunda, chegam a sobrepor as suas águas cinco e seis léguas, cobrindo todas as fazendas, que se acham em dez léguas de distância das suas margens, e a sua furiosa corrente destruiu casas e conduziu a maior parte dos gados, que fazem o maior rendimento delas. É nesse rio (...) que se fabrica abundantíssimo de peixe de todas a(s) qualidades, principalmente de surubins c dourados, os mais monstruosos, tem muita Curvina, curimatãs, matrinxãs, piaus, mandis. piabanhas e piranhas, estas são bastantemente violentas, por quanto têm uns dentes tão fortes, que cortam os anzóis, com que a costumam pescar. *(...) há lagoas* provenientes das enchentes do rio e, por conseqüência, nela fica com muita abundância esta qualidade de peixe c sucedendo entrar nelas algum animal, a beber ou a passar a vão, é indispensavelmente tragado destes peixes, como tem acontecido com muitos, e ainda a viajantes, que sem experiência, lhe sucede o mesmo.[50]

O oeste de Minas é lugar de *campos,* mas também de *"matos, corgos e atoleiros"*[51]. Esses elementos (campos, matos, rios e serras) fornecem *"uma belíssima miragem caleidoscópica de encantadora amplidão a que se estende indefinidamente por onde quer que se dirijam as vistas"*[52], para utilizarmos a síntese desse espaço feita por Dom Manuel Nunes Coelho, ao observar pela primeira vez o seu Bispado do Aterrado [hoje Diocese de Luz] pela visão privilegiada que lhe fornecia o alto da Serra da Saudade. Essa vegetação que tanto influenciou as formas de representação do oeste de Minas, tanto quanto o seu relevo descrito como imensas planícies cercadas ao sul e a oeste por serras como a da Marcela, da Saudade, da Canastra. Ou ainda, sua hidrografia formada por grandes rios e pequenos córregos que correm para o norte, capitaneados

---

[48] Nelson de Senna, à propósito do significado do termo Bambuí, levantou a hipótese de que ele poderia significar "planície ou campo" [Bamba] mais rio [hy, ou y], portanto, rio de planície, ou rio do campo, eis aí mais uma referência a esse tipo de vegetação, se não foi feita pelos supostos Tupis ocidentais, evocados pelo autor, pelo menos denuncia sua impressão do oeste de minas como uma "planície descampada". Cf. SENNA, Nelson de. Alguns estudos brasileiros (1.série). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1937, ano 25, I, p. 293.

[49] ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais/ José Joaquim da Rocha; estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colaboração de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 160. COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 98.

[49] SILVEIRA, Álvaro da. *Narrativas e memórias* v. I. Belo Horizonte, 1924. p. 29.

[50] ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Op. cit. p. 160.

[51] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.59.

[52] COELHO, Dom Manuel Nunes. Visita pastoral de 1921. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p. 122.

pelo São Francisco, cujo primeiro trecho chamou a atenção *"pelos obstáculos que há na parte navegável"* e forneceu elemento substancial para a urdidura de outra de suas importantes categorias de regionalização – o Alto São Francisco.

Esses elementos da natureza podem alimentar a impressão de que fosse possível descrever o oeste de Minas tal como ele teria sido *"em remotas eras, lá pelos tempos de antanho (...)"*, conforme escrevia o Bispo do Aterrado, admirado ao ver a paisagem do seu Bispado do Oeste de Minas, território a ser conquistado nesse *"Ermo das Gerais"*[53]. No topo da serra, Dom Manoel imaginava a possibilidade de um tempo anterior a qualquer regionalização quando *"as únicas divisas existentes nesses terrenos devolutos eram as de Deus – para baixo, terras – para cima, céos!"*[54]. No entanto, é necessário pensar que, para além da discussão dos fundamentos religiosos que sustentam sua visão, não seria possível analisar a paisagem, digamos, em seu estado natural, unitário, tal como ele a imagina. Lembremos que a paisagem, tal com a própria leitura religiosa do mundo sem fronteiras, feita por Dom Manuel – que já carrega uma divisão entre o sagrado e o profano, o material e o espiritual, a terra e o céu – já seria uma síntese de pedaços díspares do que poderíamos chamar de natureza, como cadeia infinita das coisas.

O oeste de Minas descrito como região *natural* (seja como Campo Grande, Campos do Bamboi do Rio São Francisco, Sertões do Abaeté e Indaiá), não poderia ser tomado como o geral de múltiplas paisagens, mas tão somente como o geral de certa paisagem formada por elementos já decompostos e recompostos da natureza pelo olhar humano[55]. Nos termos em que a Geografia tem tratado a questão, enquanto delimitação e especificação da natureza em unidades particulares *"possíveis de serem abarcadas com a visão"*[56] é já um produto da cultura. E por isso mesmo, possui uma historicidade que não poderíamos querer reinaugurar.

Nesse sentido, enquanto região natural, as caracterizações do oeste de Minas pouco se diferenciam daquelas feitas pela ênfase na sua funcionalidade e

---

[53] Título de um dos poemas que fazem parte da Lira Mineira de Emílio Moura: "Que céu imenso!/ Lívida, a noite se imobiliza como se nada mais esperasse./ Nada nos prende a nada:/ nem tempo, nem memória./ Estamos todos imóveis,/ imóveis,/ como pedras sem data à beira de um caminho/ perdido". (MOURA, Emílio. *Itinerário Poético*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 258).

[54] COELHO, Dom Manuel Nunes. Visita pastoral de 1921. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p. 158.

[55] Aqui sigo as idéias de Georg Simmel em sua filosofia da paisagem, não muito distantes de como a define Milton Santos, pelo menos no que diz respeito ao papel do olho na delimitação da paisagem. *"Quand au paysage, c'est justement sa délimitation, sa saisie dans um rayon visuel momnetané ou bien durable qui le définissent essentiellement*" Cf. SIMMEL, Georg. Philosophie du paysage. In: *La Tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Rivages Poche. p. 232.

[56] SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hulcitec, 2002. p. 103.

homogeneidade: espaço geográfico pensado como *região funcional ou homogênea* cujos critérios de delimitação de paisagens, lugares, fronteiras e territórios são dados pela medida da cultura. Ou seja, caracterização feita pela ênfase na ocupação do espaço pelo homem, estabelecendo fronteiras "artificiais" ou convencionais ainda que apoiadas no meio físico, mas ligadas, sobretudo à idéia de tomada de posse ou gestão política, econômica e "espiritual" do espaço. Conforme escreveriam os geográficos, tratam-se de regionalizações do oeste de Minas *"definidas, sobretudo pela ação humana ou resultante da 'relação homem-meio'"*[57].

Estamos já, portanto, muito próximos da segunda noção de região que poderá ser útil para compreender este espaço geográfico, mesmo sabendo que essas diferenciações sejam apenas subterfúgios para dar forma e inteligibilidade à realidade que nos ocupa. As categorias que enfatizam o esforço humano para projetar no espaço sua vontade, buscando regiões homogêneas e funcionais, são a Nova Lorena Diamantina e a Extração Diamantina do Abaeté (no período colonial), o Alto São Francisco, a Zona Oeste de Minas e, em grande medida, o próprio Bispado do Aterrado (na passagem do Império para a Primeira República). O que cada uma delas poderia nos dizer sobre as funções que o oeste de Minas adquiriu nas tramas sociais daqueles que assumiram tais recortes naqueles momentos determinados? Que conjunto de atributos ou variáveis físicos, econômicos, sociais e políticos foram mobilizados para representar esse espaço como uma área dotada de relativa homogeneidade? Quais as interações, sua natureza e intensidade, foram identificadas no espaço, polarizações (uniões), nós (separações), hierarquizações foram operados para reconhecer suas funções? Por fim, quais seriam essas funções? A tentativa de resposta a essas questões talvez possa nos dar uma idéia da dificuldade de se pensar a relação do homem com o espaço pela (im)possibilidade da separação *a priori*, da natureza e da cultura.

O termo Nova Lorena Diamantina foi criado por José Vieira do Couto em 1801. Tinha como função nomear o *"grande espaço d'esta Capitania de Minas Gerais, ficando-lhe para o seu lado occidental, (...)* confinando *"ao Poente com a Capitania de Goiaz; ao nascente lava-lhe a sua extrema o célebre rio S. Francisco;* [o rio] *Bamboi a do Sul; e os rios Piracatu e Preto do Norte"*[58]. Eis os mecanismos de apropriação do espaço: nominá-lo e já estabelecer seus limites. Para caracterizá-lo, o autor expressava um esforço consciente de não

[57] HAESBAERT, Rogério. Região: Trajetos E Perspectivas. Trabalho apresentado na *Primeira Jornada de Economia Regional Comparada, FEE-RS*, Porto Alegre, 4 de outubro de 2005. Hipertexto. Disponível em www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-11.pdf Acesso em 25/01/2010.
[58] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 135.

se ater à descrição de suas aspectos físicos ou sociais: *"a forma do terreno"*, a qualidade do clima, a situação do povoamento, procurando tratá-lo como um *"paiz mineralógico"*[59]. Afinal, uma das principais motivações para tentar uma especificação daquele espaço era a de ter sido contratado para reconhecer e explorar os produtos minerais que porventura interessassem ao Estado[60]: deveria, antes de tudo, descobrir sua serventia, sua função.

Embora ele não tenha cumprido à risca a sua promessa e informasse sobre a situação do povoamento, ou da falta dele, e das potencialidades agrícolas da Nova Lorena, reconhece que os elementos que conferiam certa homogeneidade a essa porção do espaço eram a existência de riquezas minerais. Aliás, um componente importante para representar a região oeste de Minas em outros diversos momentos, como por exemplo, na caracterização que Manoel Nunes Coelho, faz de parte de seu Bispado do Aterrado em 1926: uma região que *"além da fertilidade de suas terras contém riquíssimos diamantes, thesouros do subsolo, pois atravessado pelo rio Abaeté, denominado diamantino"*[61].

Certamente, essa homogeneidade da Nova Lorena é buscada também em outras variáveis que não apenas na abundância de diamantes, como na predominância do relevo montanhoso a despeito das planícies dilatadas descritas por ele, na fertilidade de suas terras ou mesmo na ausência de povoamento, descrita por meio das exceções que coleciona para confirmar a regra[62]. Nesse espaço (em 1800):

> A povoação é nenhuma: somente no mais alto da lombada da serra, no chamado Campo Grande, existem algumas fazendas de criadores visinhas à estrada de Piracatu: o mesmo observa-se na outra extrema contrária, isto é, nas margens do S. Francisco, também de longe em longe povoados de alguns criadores ricos e abastados em terras, porém pobríssimos em tudo o mais[63].

Seja como for, *"uniformemente julgaram serem aqueles territórios de riqueza e merecimento"*[64]. Se essas características conferiram homogeneidade à Nova

---

[59] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 136.
[60] SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: As práticas geocientíficas no Brasil colonial vistas por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805.* Campinas, SP.: [s.n.], 1999. p.88. Sobre o "pensamento ilustrado" que guiava os interesses do Estado português, ver FURTADO, Júnia Ferreira. *José Vieira do couto: estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento; Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p.37.
[61] COELHO, Dom Manoel Nunes. p. 226.
[62] De algum modo dando razão a Agamben quando ele escreve sobre a exceção: "Incluída no caso normal, justamente porque não faz parte dele" (AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer I. Op. cit. p. 80.
[63] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 136.
[64] Avulsos. Arquivo Público Mineiro. Apud. BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais. Op. cit. p. 274.

Lorena, pela qual ela já poderia ser tomada como uma região promissora no que se refere às suas funções para a exploração colonial portuguesa, a sua funcionalidade dependia da intervenção humana no espaço. Nesse sentido, a descrição da Nova Lorena era acompanhada por um plano de intervenção: deveria ser povoada, cultivada e explorada. Couto foi um dos primeiros a tomar o oeste de Minas como uma região com função de produção agrícola, idéia mais tarde retomada por Ferdinand Denis ao reconhecer a área como parte do *"território a que chamam de* Le Jardin du Brésil*"*[65] no sentido de que o espaço natural deveria ser [ainda uma vez] apropriado pelo homem[66], mesmo que para fruição.

Para descrever as funções que a Nova Lorena poderia exercer no jogo de exploração colonial, Vieira do Couto tinha que se remeter ao futuro. No estado em que se encontrava a Nova Lorena, ainda que constituída em potencialidade, era destituída de utilidade: somente quando *"parte do seu povo plantar e criar"*, outra parte minerar, porque a Nova Lorena é Diamantina, e "*os diamantes farão sempre um objeto principal de mantença, destes mesmos povos e do interesse do Estado"*[67] ela se tornaria "*um precioso thesouro para o Estado*"[68]. Enfim, o reconhecimento daquele espaço como Nova Lorena trazia imbricado um projeto de exploração econômica, de ordenamento social e político[69] – para o futuro. Nesse sentido, o oeste de Minas seria um lugar de explorações minerais e um espaço agrícola importante. Este último papel assumido no início do século XX e a atividade agropecuária tornada predominante ainda hoje, em grande parte dos municípios.

No entanto, à época de Vieira do Couto, as autoridades coloniais exploraram outra potencialidade do oeste de Minas que por essa função passou a ser reconhecido como Distrito Diamantino [do Abaeté e Indaiá] ou Real Extração Diamantina do Abaeté. Denominação devedora de sua representação como Nova Lorena, não apenas porque dizia respeito aos mesmos limites definidos por Vieira do Couto, mas porque

---

[65] DENIS, Ferdinand. *Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, Éd. 1837. p.360.

[66] Aqui cabe a discussão se essa apropriação seria mais bem compreendida, nos termos da "Natureza tripartida" renascentista, como segunda ou terceira naturezas conforme os argumentos que Márcia Naxara desenvolve em NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica:*em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UnB, 2004. sobretudo p. 26-28.

[67] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 146.

[68] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. p. 151.

[69] Clarete Paranhos observou uma "tendência fisiocrata em Vieira do Couto ao considerar que a verdadeira riqueza da terra seria a agricultura. Cf. SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: As práticas geocientíficas no Brasil colonial vistas por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805.* Campinas, SP.: [s.n.], 1999. p. 94.

confirmava o reconhecimento da funcionalidade desse espaço como região produtora de riquezas minerais para a Coroa.

O relatório das potencialidades da Nova Lorena entregue por Vieira do Couto ao Governador da Capitania, com o "tônico moral", na expressão de José Alves de Oliveira (1970), que representava o nome com que havia batizado a região, em homenagem a Bernardo José de Lorena, teria despertado no governador o desejo de lhe dar relevo. Assim, este *"mandou levantar uma planta dela e a remeteu para Lisboa, com as amostras* [especialmente de diamantes] *colhidas pela expedição"*[70] junto com o relatório de Couto, defendendo a conveniência de explorar as riquezas da região. Especialmente as minerais, ainda que para tanto, fosse preciso cuidar também das formas de ligação desse espaço com o litoral pelas estradas, dos meios de transporte, como a manutenção de mulas, plantação de roças e construção de casas para a instalação e aprovisionamento das tropas e trabalhadores necessários.

Embora a decisão de Lisboa tenha sido imediatamente favorável à exploração da área, as atividades da *Real Extração do Indaiá e Abaeté* só iniciaram-se em 1806, já no governo de Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Sua sede foi instalada no Quartel Geral do Indaiá[71], sob a direção de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos que tomou posse no cargo de *"caixa do novo Descoberto e Extração dos Diamantes do Abaethé ou Lorena"* em 27 de junho de 1807[72].

Apesar de oficialmente ser denominado *Novo* Descoberto, muito pouco havia de novo no empreendimento: a região já era conhecida como diamantífera desde pelo menos 1749 – mesmo pelas autoridades. Tampouco a extração de diamantes era nova, seja considerando-se as explorações não autorizadas – que se mantiveram intensas desde a primeira metade do século XVIII até hoje[73], seja considerando-se as

---

[70] OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*... op. cit. 1970. p.53.

[71] Oliveira diz que esse quartel fora estabelecido em 1791, quando se fez a primeira exploração de diamantes na região. Barbosa defende que "o Quartel é bem mais antigo", desde pelo menos 1768. (Cf. OLIVEIRA, José Alves de. História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta. Op. cit. 1970. p.56 e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Op. cit. p. 275). Hoje a localidade faz parte do município de Quartel Geral que tem 3.353 habitantes. Seu distrito sede fica a 18 quilômetros do de Abaeté e 23 quilômetros do de Dores do Indaiá.

[72] Cf. Reg.º da Provisão do Caixa e Adm.^{mor} G.al o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de outras matérias concernentes à administração dos diamantes do Abaeté. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n.IX, jan-jun, 1904, p. 379.

[73] "O rio Abaeté localiza-se em região de intensa atividade minerária e foi em seu leito que, em 1999, um raro diamante rosa de 80 quilates foi encontrado (Júnior & Dusek, 2004). Em 2006, segundo denúncia da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Patos de Minas, foram localizadas aproximadamente 40 a 60 minerações de porte médio dentro de APPs ao longo de suas margens (Manuelzão, 2006). Após esta denúncia foi deflagrada operação batizada de Abaeté, coordenada pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente, com objetivo de suspender as atividades de lavras ilegais localizadas nos rios Abaeté, Tiros e

explorações oficiais feitas pela Junta do Tijuco, realizadas sem lucro em 1791[74]. De qualquer modo, o trabalho iniciado em 1807 durou apenas 16 meses, encerrando-se definitivamente em 1809. Desativada a extração, esses nomes caíram em desuso e, embora, continuasse a ser considerado região de diamantes, o oeste de Minas deixou de fazer parte dos planos oficiais de exploração mineral, até recentemente.

Essas categorias ficariam relacionadas definitivamente às potencialidades não aproveitadas do oeste de Minas. Outros que depois se interessaram pelas suas riquezas minerais, como Eschwege (1811), Freyreiss (1812) e Francisco Paula de Oliveira em 1881, a despeito da não utilização da categoria Nova Lorena Diamantina, caracterizaram a região de forma bastante semelhante a Vieira do Couto. Não apenas em relação às suas propriedades geológicas, mas também ao seu nível de povoamento e à situação social de seus raros habitantes. Numa de suas várias viagens à região, em direção à Galena do Abaeté, Eschwege observa que *"até a Vila de Pitangui o caminho corre sempre por regiões habitadas. (...) ora através de arraiais, ora por fazendas isoladas. (...) de Pitangui em diante, viajamos por amenos campos (...) de novo despovoados".* De Quartel Geral em diante, em direção ao rio Abaeté, *"atravessamos campos pontilhados de altas montanhas, sobre os quais se percebiam vestígios de caminhos abertos havia 4 anos pela administração diamantina"*[75]. Aos olhos de Freyreiss, em 1812, o oeste de Minas, embora fosse lugar de extração diamantina, localizado na margem esquerda do São Francisco, apresentava-se *"unicamente como lugares desabitados (...) um deserto interminável"*[76]. Em *"tais condições de despovoamento e abandono*[77]*,* os termos Nova Lorena Diamantina e as experiências da Real Extração Diamantina do Abaeté ficaram associados à representação do oeste de Minas como espaço de oportunidades não aproveitadas. Ao passar pela área, em 1881, Francisco Paula de Oliveira atualizou essas impressões da região que, ainda hoje são

---

Borrachudo. Nesta operação foram identificados 149 pontos de lavras ilegais e 109 dragas de sucção (Agência Minas, 2006). Existem atualmente cerca de 138 processos relacionados à mineração na área de drenagem dos rios Abaeté, Borrachudo e Indaiá (SIAM). Segundo Peixoto (2006), existem muitas áreas assoreadas e matas ciliares destruídas nesta localidade, com dano ambiental alterando a qualidade das águas." (MENDES, R.S. e VIOLA, Z.G.G. Impactos da mineração na qualidade das águas de rios da região de Três Marias, Minas Gerais, afluentes do rio São Francisco. *Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG*. Hipertexto. Disponível em http://www.seb-ecologia.org.br/viiiceb/pdf/289.pdf Acesso em 20 de janeiro de 2010.

[74] Conforme BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais. Op. cit. p. 273.

[75] ESCHWEGE, W.L. von . *Pluto Brasiliensis*. II. Op. cit. 1979. p. 173-174.

[76] FREYREISS, Geog Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. 1982. Op.cit. p.60.

[77] COELHO, Dom Manuel Nunes. Visita pastoral de 1921. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Op.cit. 1984. p. 226.

consideradas seriamente na representação desse espaço: *"a natureza, como em outros lugares, fez muito por essa região, os homens nada"*[78].

O oeste de Minas volta a ser concebido como uma região funcional, certamente com uma nova função possível, apenas nos tempos do segundo Império enunciada pelo termo Alto São Francisco. Esta categoria foi tornada oficialmente denominação de uma região funcional do Estado de Minas Gerais, apenas em 1973, mas bem antes disso já tinha sido associada à funcionalidade do oeste de Minas *"dentro de uma estratégia de desenvolvimento (...)* [de Minas Gerais, das] *potencialidades problemáticas e* [do] *tipo de vinculação com outras área*s; [além de sua (in)]*capacidade potencial para integrar-se economicamente"*[79].

O termo Alto São Francisco é certamente devedor da percepção das características físicas do espaço geográfico (em especial, o relevo e a hidrografia) embora seja difícil identificar quando e com quais sentidos ela surgiu – lembremos que foi considerada zona fisiográfica do Estado de Minas Gerais, pelo Conselho Nacional de Geografia em 1945[80]. Também não dispomos de informações suficientes para identificar o momento em que essa área foi reconhecida como uma região homogênea, com características singularizáveis que transcendem a própria caracterização da "base física", a partir da qual se definiram perfis sociais, históricos, econômicos e políticos[81].

Como indício da primeira localização no espaço pela identificação e especificação da parte alta do rio, dispomos apenas de referências vagas, como uma notícia de 1731, escrita pelo Alferes Moreira ao padre Diogo Soares, localizando a Fazenda do Bamboí como a *"única do São Francisco acima"*[82]. É possível que já se ensaiasse àquele tempo a localização no espaço pela referência ao rio e seus tributários da "parte mais alta". No entanto, o termo parece assumir um sentido mais preciso de região funcional apenas à época das expedições de reconhecimento do Rio São Francisco levadas a cabo à ordem de D. Pedro II, feitas por Halfeld[83] e Liais[84], na

---

[78] OLIVEIRA, Francisco Paula. *Anais da Escola de Minas*. Ouro Preto, n.1, 1881, p. 93.

[79] DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões... Op. cit. 2005. p.69.

[80] Cf. LIMA, Maria Helena Palmer (org). *Divisão Territorial Brasileira*. Op.cit. 2002. p. 13

[81] A obra de Donald Pierson talvez ainda seja a síntese mais importante que encerra todos esses elementos: o Alto São Francisco, tomado como região natural e cultural, ou, em seus termos, a base ecológica e social (cf. os três tomos de PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Suvale, 1972). Como parte deste trabalho surgiu o artigo de João Dornas Filho sobre o povoamento do Alto São Francisco, que considera esse recorte e utiliza esta categoria. Cf. DORNAS FILHO, João. O povoamento do Alto São Francisco. *Sociologia*... op. cit.1956.

[82] Apud. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Op. cit. 1995. p. 39.

[83] Foi contratado pelo Governo Imperial para estudar o Rio São Francisco, da Cachoeira de Pirapora até sua foz. Percorreu-o e explorou seus afluentes entre 1852 a 1854. Em 1860, publicou o Atlas e Relatório em 3 (três) volumes: o primeiro, o Relatório Descritivo, légua por légua; o seguinte, o Perfil Longitudinal e o terceiro, Cartas

segunda metade do século XIX. Estas expedições, organizadas *"para realizar um minucioso levantamento topográfico e estatístico na região do rio São Francisco e seus afluentes"*[85], eram orientadas pelo interesse em conhecer, mapear e dividir a bacia hidrográfica do São Francisco (numa palavra, regionalizá-la) considerando-se seus trechos mais adequados à navegação. Enfim, averiguar a potencialidade do Rio São Francisco exercer em sua plenitude a função de "integração nacional"[86].

Dessas comissões científicas se consolidaram duas importantes idéias: a primeira era a de que o rio São Francisco deveria ter uma função integradora do Império e, para melhor planejar as formas de torná-la exeqüível, foi dividido em duas regiões distintas, orientadas pelas suas condições de navegabilidade. Desta última idéia surgem os termos: Alto e Baixo São Francisco. Essa divisão tinha como ponto de referência a Cachoeira de Paulo Afonso, um grande obstáculo à navegação que, além de despertar novas sensibilidades enquanto paisagem[87], constituiu importante elemento de percepção do oeste de Minas como Alto São Francisco: um espaço que, para ser funcional, deveria sofrer a intervenção humana. Foram justamente estas intervenções levadas adiante que redefiniram seus limites.

Em 1867, os relatórios do governo da província de Minas Gerais já tratavam dos desafios da *"navegação no alto São Francisco"*[88] e o Ministério da Agricultura do Império *"comprehendendo a importância da communicação entre o baixo e o alto São*

Topográficas, traçando minúcias do canal de navegação, o preferido pelas barcas que trafegam na região. Cf. HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório do Rio São Francisco - Levantado por Ordem do Governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II*. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial Eduardo Bensburg, 1860.

[84] Recebeu do Governo Imperial a incumbência de estudar a Bacia do São Francisco, desde a nascente até a foz do Rio das Velhas. Com a colaboração dos engenheiros brasileiros Eduardo José de Morais e Ladislau de Souza Melo Neto, editou em Paris, em 1865, obra sobre a hidrografia do Alto São Francisco e Rio das Velhas. Cf. LIAIS, Emmanuel et al. *Hydrographic du haut San* – Francisco et du Rio das Velhas; ou résultats au point de vue hydrographique d´un voyage effectué dans la province de Minas Geraes: levantado por ordem do governo imperial do Brasil, et accompagné de cartes levées par l´auteur. Paris : Garnier Frères, 1865. 47p., il. Inclui mapas, 59 x 42cm.

[85] DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 72.

[86] "Rio da integração nacional, o São Francisco, descoberto em 1502, tem esse título por ser o caminho de ligação do Sudeste e do Centro-Oeste com o Nordeste. Desde as suas nascentes, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, ele percorre 2.700 km. Ao longo desse percurso, que banha cinco Estados, o rio se divide em quatro trechos: o Alto São Francisco, que vai de suas cabeceiras até Pirapora, em Minas Gerais; o Médio, de Pirapora, onde começa o trecho navegável, até Remanso, na Bahia; o Submédio, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o Baixo, de Paulo Afonso até a foz." (BRASIL. Ministério da Integração Nacional. São Francisco. Hipertexto. Disponível em http://www.mi.gov.br/saofrancisco/rio/index.asp. Acesso em 21 de janeiro de 2010).

[87] Sobre as impressões provocadas pela cachoeira de Paulo Afonso ver NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica:*em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UnB, 2004. Em especial p. 153-175.

[88] MINAS GERAIS. *Relatório que apresentou ao exmo vice-presidente da província de Minas Geraes, Dr. Elias Pinto de Carvalho, por occasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, presidente da mesma província.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. p.67.

Francisco, na parte interceptada pela cachoeira de Paulo Affonso" encarregava o engenheiro civil Carlos Krauss de realizar *"explorações e estudos para a construção de uma estrada pelo systema que for preferível"*[89], denunciando que os interesses pelo oeste de Minas não se restringiam *"apenas à Bahia*[90], mas incluíam Minas Gerais e São Paulo.

Conforme o relatório dos estudos preliminares para o reconhecimento "*Geral sobre o rio São Francisco na parte inferior à cachoeira do sobradinho (...) para uma via férrea do Porto das Piranhas a Jatobá onde a navegação é interrompida pela cachoeira de Paulo Affonso"*, apresentado por Carlos Krauss:

> As cachoeiras de Paulo-Affonso, interrompendo a navegação do rio de S. Francisco, o dividem em baixo e alto S. Francisco: o primeiro com 42 léguas de navegação a vapor já estabelecida e o comércio florescente, durante que o segundo, apezar da vantagem de uma navegação de mais de 300 léguas e de elementos naturaes de riqueza, é de commércio acanhado, em luta com difficuldades que não o deixão prosperar, porquanto lhe continua a ser vedada a sahida livre para o mar.[91]

Essa vantagem de navegação do alto São Francisco dizia respeito apenas ao trecho de Juazeiro até Pirapora e, mais tarde, pela possibilidade de navegação num de seus afluentes, o rio das Velhas até ao referido ponto, próximo às Corredeiras. O obstáculo em que consistia a cachoeira de Paulo Afonso poderia em pouco tempo ser vencido pela construção de uma via férrea ligando o Porto das Piranhas e Jatobá. Por isso, a área do *"S. Francisco acima da barra do Rio das Velhas e o próprio rio das Velhas"* é que passou a ser representado como a região que dificulta a *"ligação entre o norte e o sul do império do Brasil pelo interior"*. O termo Alto São Francisco passaria, em breve, a ser associado aos trechos de difícil navegação que ainda não haviam sofrido intervenção: a área de terras banhadas pelo São Francisco e seus tributários, desde a nascente, na serra da Canastra, até as corredeiras de Pirapora, limites ainda hoje adotados nos *"perfis geográficos do rio"* traçados a partir de critérios fisiográficos[92].

---

[89] DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]. Rio de Janeiro: Typographia perseverança, 1867. p. 119.

[90] DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório... op. cit. 1867. p. 206.

[91] KRAUSS, Carlos. Reconhecimento Geral sobre o rio São Francisco na parte inferior à cachoeira do sobradinho: estudos preliminares para uma via férrea do Porto das Piranhas a Jatobá onde a navegação é interrompida pela cachoeira de Paulo Affonso. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868. Anexo T. p. 7.

[92] Num relatório recente que subsidiou uma proposta de tombamento encaminhado à UNESCO o autor escreve que o Alto São Francisco "Estende-se da nascente até a cidade mineira de Pirapora, abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará, Indaiá, Abaeté e Jequitaí. O divisor a leste é formado pelas montanhas da Serra do

A par desse projeto de integração, o governo de Minas Gerais se questionava: "*Qual destas duas vias fluviais poderá ser com mais vantagem utilizada"?* A parte alta do rio São Francisco ou o rio das Velhas? Conforme informa o próprio relatório do ministério da Agricultura de 1868, "*a província de Minas Gerais limitou a sua aspiração"* de navegação no rio São Francisco, *" como preliminar a mais vasto commettimento, à navegação do Rio das Velhas até o ponto que mais se approximasse àquelle, em que a sua veia conflui com a do São Francisco"* (Vapor Conselheiro Saldanha)[93]. O governo de Minas havia decidido que o rio das Velhas se prestava mais facilmente a ser melhorado para a navegação. Assim, além das conseqüências práticas para o desenvolvimento econômico que essa decisão acarretou, enquanto o rio das Velhas se tornou uma via importante para a concretização da ligação norte e sul, a parte do Rio São Francisco, acima da barra do rio das Velhas, *"da barra do Paraopeba para cima"*, é que passou a ser identificada como o Alto São Francisco: região impedida à navegação *"por numerosas saliências de gnaisse duro e arenito, às vezes de 40 a 50 metros de largura e que atravessavam o leito do rio criando obstáculos"*[94], podendo ser navegado apenas por *"barcos pequenos na parte baixa e por canoas e ajojos na parte superior"*[95]. Portanto, apresentando sérias limitações à integração do comércio, obstáculo ao progresso e à integração econômica do país. A construção das barragens de Sobradinho e de Três Marias, ainda que tenham modificado as condições de navegação no rio, não parecem ter transformado os sentidos mobilizados por essa representação extremamente importante como forma de regionalização do oeste de Minas[96], ainda hoje.

As primeiras referências ao oeste de Minas como Zona Oeste de Minas ocorreram ainda no final do Segundo Império, ligadas às discussões dos projetos de expansão das ferrovias, especialmente aquelas relacionadas à definição do traçado da

---

Espinhaço e a oeste pela Serra Geral de Goiás. Esta região está, portanto, inteiramente contida no estado de Minas Gerais. A topografia é ligeiramente acidentada, com serras e terrenos ondulados e altitudes de 600 a 1.600 metros. A vegetação é de florestas e cerrados, o índice pluviométrico é alto e a temperatura amena, registrando média anual de 23ºC. A região é classificada como tropical úmida e, em algumas partes, temperada. As principais cidades são as integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Patos de Minas. No Alto São Francisco está a Usina Hidrelétrica de Três Marias. SANTOS, Márcio. *Expedição Engenheiro Halfeld: etapa Alto São Francisco: relatório de pesquisa de campo.* Belo Horizonte, dezembro de 2002. p. 7.

[93] DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório... op. cit. 1868. p. 112.

[94] PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Tomo I. Rio de Janeiro: Suvale, 1972. p. 46.

[95] MINAS GERAIS. *Relatório que apresentou ao exmo vice-presidente da província de Minas Geraes, Dr. Elias Pinto de Carvalho, por occasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, presidente da mesma província.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. Anexo. 3.

[96] João Carlos Figueiredo, depois de realizar uma expedição pelo rio observou que "A tradicional divisão do rio em quatro sub-regiões já não corresponde à realidade geográfica, política, econômica e social. As grandes represas de Três Marias, Sobradinho, Itaparica e Xingó modificaram definitivamente essa situação, criando áreas confinadas com padrões sócio-ambientais próprios." Cf. CABRAL, Gisela. Ambientalista viaja sozinho pelo São Francisco e faz levantamento ambiental do rio. *Correio Brasiliense*. Brasília. 24 jan. 2010.

Estrada de Ferro D. Pedro II, para alcançar o território da província de Minas Gerais. Em 1867, por exemplo, o Ministério da Agricultura convencia-se da importância do prolongamento da Estrada de Ferro Pedro II, essa "*grande artéria de civilisação e riqueza"* para a concretização da ligação entre o norte e o sul, dificultada pelas condições de navegabilidade do Alto São Francisco. No entanto não se sabia qual seria o melhor traçado para seus *"futuros destinos"*[97]. Algumas propostas estavam em discussão em fins da década de 1860 sobre as linhas mais apropriadas para *"encontrar os ricos valles do São Francisco"*[98]: a estrada que ligaria a Corte ao trecho navegável do São Francisco poderia seguir por Lavras *"passando por Piumhy e Valle do São Francisco até Bom Despacho, nas immediações de [Dores do] Indaiá*"[99], à esquerda do Rio São Francisco; passando por São João Del Rei, seguindo os vales do rio Pará, passando por Pitangui, pelo vale do Paraopeba; ou ainda, passando mais próximo de Ouro Preto, até o vale do Rio das Velhas[100].

A decisão final foi favorável a este último traçado: em agosto de 1870, a diretoria da estrada firmava seu juízo "*adotando (...) o traçado pelo Valle do Parahibuna, garganta do João Ayres, e Valle do rio das Mortes, e dahi em demanda do Valle do rio das Velhas, pela Lagoa Dourada, na serra das vertentes"*[101]. Esta decisão comprometia a concepção do recorte espacial tido como Alto São Francisco como região localizada na linha direta de integração do país, no eixo norte-sul. Os trilhos da estrada de ferro passariam a leste, mais próximos ao centro de referência política de Minas Gerais, Ouro Preto.

Assim, a busca de integração econômica muda de direção, não mais associado ao termo Alto São Francisco, como se vê desde a concessão[102] que a província de Minas Gerais fez para a construção de uma estrada de ferro – de caráter regional, portanto – ligando a parte oeste da província à Estrada de Ferro Pedro II, à altura de Ouro Preto. A partir de então, com o início da execução do projeto, a região que até aquele momento era tomada como o Alto São Francisco [percebida no recorte sul-norte], passa a ser designada como a zona da [estrada de ferro] Oeste de Minas, não

---

[97] DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]*. Rio de Janeiro: Typographia perseverança, 1867. p. 102.

[98] WHITAKER, John. Relatório do chefe da Comissão de Estudos para o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório op. cit. [1866]*. Anexo L. p. 4.

[99] QUEIROZ, João Ramos de. *Ligação da província de S. Paulo ao rio S. Francisco*. Op. cit. 1875.p. 42.

[100] Para o detalhamento desses traçados e as variáveis que estavam em jogo ver Relatório do Engenheiro Whitaker sobre a exploração da serra da Mantiqueira. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório...* op. cit. 1867. Anexo M. onde pode ser encontrado um mapa com os traçados possíveis.

[101] PAULA PESSOA, Vicente Alves de. *Guia da Estrada de ferro central do Brasil (1901*). Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1901. p. 271.

[102] Pela lei nº 1.982, de 11 de novembro de 1873. Cf. item 1.4.

apenas pelas autoridades provinciais, mas pela imprensa local ansiosa por ver concretizado o plano da ferrovia mineira ligando os municípios *"de toda a zona aquém do São Francisco, aos trilhos da oeste"* em busca da Estrada de Ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil.

Desde então, cada vez menos fazia sentido saber-se ou localizar-se abaixo, acima ou no meio do Rio São Francisco, mas era cada vez mais importante para aqueles que viviam na região enunciarem-se como moradores da Zona da Oeste de Minas. Recordemo-nos, por exemplo, da quantidade de jornais locais que nesse momento adotam o próprio termo Oeste de Minas em seus títulos[103].

Considerando-se as dificuldades de execução do projeto de construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que começa no Império e continua por quase toda a Primeira República, e suas ligações intersticiais com um projeto de modernização do país, aqueles que viviam na zona em direção à qual a Estrada de Ferro deveria seguir convenciam-se da necessidade de enunciar as potencialidades, as funções que aquelas áreas poderiam oferecer ao projeto. Assim, municípios como Abaeté passam a ser representados pela sua função como *"zona produtora do Estado"* [104]*, "região agrícola e por excellência pastoril"*[105].

Desse modo, a Zona Oeste de Minas passou a ser caracterizada como espaço que merecia receber a ferrovia, porque teria uma suposta função importante a exercer nas novas configurações políticas, econômicas, sociais e culturais do "tempo da ferrovia": o veículo da ligação entre um espaço que começa a se reconhecer como zona de produção agrícola – o que poderia nos remeter a uma das funções do oeste de Minas elaboradas por Vieira do Couto – para o abastecimento das cidades e, por isso, representada como região de viabilidade econômica e de representação política[106]. Se o centro de referência desse projeto de modernização no Brasil era o Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX, com a transferência da capital de Minas de Ouro Preto para Belo Horizonte, a nova capital do Estado começa a ser identificada como importante referência de difusão e parâmetro de "modernidade" e progresso. Mais um passo importante para fortalecer a idéia de ligação leste-oeste. Depois disso, a idéia de integração não mais seria concebida na direção norte-sul e o termo Oeste de Minas seria consolidado como uma importante

[103] Remeto o leitor ao item 1.2.
[104] OLIVEIRA, Joaquim José de. Via férrea da Capital a Pitanguy. Editorial. *O Abaeté.* Abaeté, 23 out.1904.p 1.
[105] OLIVEIRA, Joaquim José de. A cadeia. Editorial. *O Abaeté*. Abaeté, 18 abr.1904.p 1.
[106] A retomada e a releitura da memória de Joaquina do Pompéu, nesse momento, será parte fundamental na construção dessa imagem. Cf. NORONHA, Gilberto Cezar. *Joaquina do Pompéu*... op. cit. 2007.

forma de percepção do espaço, intimamente relacionada à idéia de modernização. Sua persistência até hoje (como Centro e Oeste de Minas) sugere uma continuidade desse projeto de integração, senão pelas mesmas estratégias e recursos materiais, certamente com o mesmo sentido.

No editorial do Abaeté, de 23 de outubro de 1904, Joaquim José de Oliveira se referia ao esforço de construção da nova capital, Belo Horizonte, e julgava que a condição de seu desenvolvimento estava na

> ligação da Cidade Modelo às zonas produtoras do Estado, por boas vias de communicação, para que se possa conferir a Bello Horizonte, na divisão econômica do trabalho, a tarefa intelectual de Minas e a manufactura de sua matéria prima. [assim] a viação do estado é actualmente, sinão o mais, um dos mais importantes problemas a resolver.[107]

Confirmando a nova direção dos interesses cujo sentido é condensado pela categoria Zona Oeste de Minas, Oliveira observava que a ligação da Central do Brasil [antiga Pedro II] à Pirapora, para navegação no São Francisco fazia o comércio daquela região derivar *"atualmente mais para a Bahia do que para o sul, com prejuízo nosso* [entenda-se de Minas Gerais, em especial da zona oeste de Minas, este "*grande território da esquerda do São Francisco, é de uma importância inapreciável."*]. Considerava que este problema só seria resolvido com a ligação de São Paulo a Belo Horizonte e de Belo Horizonte *"ao oeste, pela projectada via-férrea da Capital a Pitangui.*"

> É esta estrada uma das obras que a prosperidade de Minas reclama com mais urgência. Reclamam-na os ricos e operosos municípios do Pará, de Pitangui, de S. Antônio do Monte, de Dores, este de Abaeté e todos os mais do poente, tudo zona cafeeira, cultivada, opulenta de criação de toda a espécie e fadada a um grandioso progresso nas indústrias extractivas e manufactoras[108].

Assim, este espaço representado como a Zona Oeste de Minas estava relacionado às novas configurações sociais em que se buscavam o progresso, digamos, percebido através de novas coordenadas. Era pensado em uma nova direção: deslocava-se da norte-sul relacionada à categoria Alto São Francisco para a direção leste-oeste pela idéia de uma zona Oeste de Minas. E numa nova escala: de interesses avaliados do ponto de vista nacional [do Império e da República] para a manifestação de interesses regionais e locais, cujos principais arautos foram os jornais locais.

---

[107] OLIVEIRA, Joaquim José de. Via férrea da Capital a Pitanguy Editorial. *O Abaeté.* Abaeté 23 out.1904.p 1.
[108] Idem. p. 1.

Joaquim de Oliveira escrevia, em 1904, que *"também nós, o povo do vastíssimo e próspero município de Abaeté, desejamos ver Pitangui ligado a Bello Horizonte pelas paralelas de aço, com o que muito lucramos também"*[109]. Para o autor, fundador de um dos primeiros jornais da cidade – veículo diretamente relacionado à construção simbólica da categoria Zona Oeste de Minas –, o município de Abaeté se alinhava a Pitangui, Pará de Minas, Dores do Indaiá, na campanha em prol da referida obra, posto que estes também defendessem "*a aproximação da Capital do Estado a esta fértil região da esquerda, da nossa grande artéria fluvial"* [110]. Ainda que se utilizasse das representações do Alto São Francisco como fluxo [norte-sul], as palavras do autor indiciavam que uma mudança na percepção do espaço estava em curso, condensada na categoria Oeste de Minas, pensada ainda como zona de influência e não necessariamente como um território de limites religiosamente definidos.

A propósito, a reconfiguração desse espaço feita pela Igreja Católica, com a criação do Bispado do Aterrado [atual Diocese de Luz], em 1918, que estabeleceu seus limites do Oeste de Minas, embora fundamentadas em novas idéias sobre este espaço geográfico, e em questões bastante específicas da própria Igreja. Mas a delimitação do novo bispado, desmembrado de Mariana, não desconhecia as novas configurações sociais associadas à percepção desse espaço como zona Oeste de Minas. Em 1941, o Bispo Dom Manoel Nunes Coelho escrevia que:

> O Bispado do Aterrado é constituído por uma zona do Oeste de Minas, compreendida na bacia do Rio São Francisco desde sua nascentes, na Serra da Canastra, desmembrada da Archidiocesce de Mariana pela Bulla Pontificia de "Romanus Pontificibus", de 8 de junho de 1918 e constituída em sufragânea da Archidiocese de Bello Horizonte pela Bulla "Ad Munus Nobis", de 1º de Fevereiro de 1924, que creou o novo Arcebispado. A sua área é de 35.000 kilômetros quadrados, com uma população de 280.000 almas, approximadamente. Tem sua sede na cidade de Luz, antiga N. S. da Luz do Aterrado. (...) o Bispado foi criado com 21 paróchias, sendo criadas mais 8 no decorrer desses 22 anos [1918-1941][111]

Desse modo, a criação do Bispado do Aterrado parece ter contribuído para a percepção desse espaço como uma zona a Oeste de Minas, das referências ao *"progresso. Quer material quer espiritual"*[112]. O Bispado do Oeste de Minas poderia ser tomado como

---

[109] OLIVEIRA, Joaquim José de. Via férrea da Capital a Pitanguy Editorial. *O Abaeté*. Abaeté 23 out.1904. p. 1.
[110] Idem. p. 1.
[111] COELHO, Manoel Nunes. *O Bispado de Aterrado: dados históricos e estatísticos de todas as suas paróquias com ilustrações*. Luz**:** Tip. Diocesana, 1941. p. 3.
[112] Idem. p. 4.

uma região pela sua função de homogeneizar as práticas religiosas, subordinando-as ao catolicismo, romanizado, integrar os territórios pela comunicação entre as paróquias, vencer obstáculos: físicos, sociais e culturais. Nesse sentido, uma fronteira. Assim, o novo termo condensava determinada forma de percepção desse espaço com elementos constituídos de experiências vividas em diferentes momentos, enunciados até então por meio de outras categorias regionalizadoras.

Considerando as próprias justificativas enunciadas ou presumidas para a criação da nova Diocese, na configuração em que é criado o Bispado do Aterrado, o oeste de Minas é representado, nas primeiras décadas do século XX, [ainda] como uma região *"quase inculta e abandonada"* da assistência espiritual da Igreja Católica. Região *"de dificílimas distâncias que separam os povoados [quase sempre surgidos em associação à fundação de uma capela] e as moradas das gentes"*[113], embora fosse *"região riquíssima em suas culturas e extensíssimas pastagens"*[114]. Região em que as ameaças ao culto católico eram percebidas pela pequena quantidade de padres, pela distância de suas condutas em relação às diretrizes romanas da Igreja Católica, numa relação direta, mas nem sempre harmoniosa, com novas e antigas práticas religiosas e pagãs, como o protestantismo, maçonaria, espiritismo e os cultos mestiços, especialmente as congadas e os reisados, hoje integrados ao culto católico.

A retomada atual de todas essas imagens, posicionamentos e experiências tem sido feita, não raro, pela utilização da categoria Centro-oeste de Minas. Razão pela qual talvez seja mais adequado considerá-la nos termos de uma região cultural. Sua caracterização leva em conta os aspectos físicos, econômicos, sociais e políticos, mas compreendidos num processo complexo de delimitação de fronteiras simbólicas e movimentos identitários.

Informam os geógrafos que as regiões culturais não obedecem aos limites político-administrativos em suas diferentes escalas[115]. Esta é uma característica da utilização da categoria Centro-oeste de Minas para designar esse espaço como econômico, histórico, social e político. Enfim, como um espaço cultural experimentado de diferentes formas pelas quais os homens se identificam. Tomam como seu lugar. Para se ter uma idéia da fluidez dessas fronteiras, cuidemos apenas de um exemplo.

---

[113] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais. Apud. SILVA NETO, *O Pastor de Luz...* op.cit. 1984. p. 137.
[114] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais. Apud. SILVA NETO, op. cit. 1984. p. 209.
[115] BRUM NETO, H; BEZZI, Meri Lourdes. A Região Cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. *RA' EGA (*UFPR), v. 17, 2009. p. 20.

O termo é utilizado como categoria de divisão regional oficial para fins de planejamento de ações do Estado, desde 1992, mas já tinha usos semelhantes desde, pelo menos, os primeiros anos da década de 1970[116]. Como uma das dez regiões de planejamento do Estado, a Fundação João Pinheiro considerava, em 1992, que o Centro-oeste de Minas era composto por seis microrregiões formadas por 54 municípios, assim agrupados, por serem área de influência do centro regional de Divinópolis. Como informava o próprio documento da instituição, era a área correspondente a "*uma parte da extensa região (...) definida, em 1922, como Oeste de Minas",* da qual ficou de fora uma das mais importantes cidades para a memória e a história da região: Pitangui. O município de Pitangui foi inserido com parte da microrregião de Pará de Minas, na chamada região Central. Nenhum problema, a princípio; afinal, como o próprio documento explicava essa regionalização tinha um *"princípio finalístico, ou teleológico"*: mais do que uma especificação do espaço baseado em suas condições passadas ou atuais, era a identificação dos limites geográficos de uma área em que se pretendia *"realizar transformações sócio-econômicas e político-institucionais sob um comando centralizado"*[117].

No entanto, essa finalidade político-administrativa que permitiria diferentes recortes, dependendo do futuro que se quisesse para o lugar – afinal é uma região de planejamento – mostrou-se frágil e problemática quando se pretendeu *"demarcar o Centro-Oeste mineiro como objeto de estudo e investigação"*, como etapa importante para a execução desse projeto *"político estratégico (...) sobretudo em relação à distribuição de recursos financeiros, que será mais ou menos equitativa dependendo da correlação de forças políticas em cada momento"*[118].

Assim, os seus limites e as formas de caracterização dependem dessas forças políticas atuantes no presente: esse movimento de regionalização visando o futuro, acabou levando a uma corrida ao passado na tentativa de se identificar uma especificidade histórica que fundamentasse esse projeto de integração e desenvolvimento capitalista urbano que, convenhamos, é herdeiro dos sentidos mobilizados pela categoria [zona] Oeste de Minas,

---

[116] Essa regionalização oficial realizada pela Fundação João Pinheiro, tinha como referência regionalizações anteriores: as divisões em mesorregiões e microrregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990) e o estudo sobre a *Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais*, realizado pela própria fundação em 1977. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Regiões de Planejamento*. Belo Horizonte: s/n. 1992. p.8).

[117] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Regiões de Planejamento*. Op. cit. 1992. p.8.

[118] CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. Centro-oeste Mineiro: construção da unidade na diversidade. In: CORGOZINHO; CATÃO; PEREIRA. *História e memória do Centro-oeste Mineiro. Perspectivas*. Op. cit. p.21.

que já vimos. O desafio tem sido imaginar-se no centro, *"um certo centro de minas"* para utilizarmos os termos de José Osvaldo Lasmar[119].

Essa posição do sujeito em relação ao espaço é que parece ser a novidade trazida pela categoria Centro-oeste de Minas, em comparação com as anteriormente consideradas. O que seria o oeste de Minas pensado não com zona, mas como centro? Ou em outros termos, qual a identidade do oeste de Minas? As respostas tentadas têm sido várias: como centro histórico, rompendo as fronteiras estabelecidas pelos órgãos oficiais de planejamento, descreve-se as vilas mais antigas, como Itapecerica e Pitangui. Esta última mesmo denominada a *cidade mãe do Centro-oeste de Mineiro*[120]. Como centro industrial, Divinópolis, Nova Serrana, Santo Antônio do Monte, aparecem como os lugares de mais importância. E como centro de produção intelectual, responsável pela maior parte das iniciativas para se *"pensar a formação cultural e a identidade do Centro-oeste de Minas"*, aparecem os municípios de Divinópolis e Itaúna[121].

Na busca de especificidades desse espaço ainda uma vez feito região, o Centro-oeste de Minas é enunciado como centro cultural, *"a gema do Estado"*[122], numa recorrência à importante discurso de coesão social e política reconhecido como ideário da *mineiridade*[123]. Quais seriam os limites desse espaço feito lugar, imaginado por meio de diversos conteúdos simbólicos?

Certamente a divisão regional feita pela Fundação João Pinheiro em 1992, a despeito de ser a principal referência quando se pretende ter uma idéia segura dos limites do Centro-oeste de Minas, não é a mais adequada para nos dar uma idéia da área em que essas articulações políticas para o desenvolvimento da "região" têm sido pensadas. A propósito, a delimitação dessa área, tentada em 1971, para localizar a região em que Abaeté estava inserida, numa circunscrição de integração regional, nos

---

[119] LASMAR, José Osvaldo. Centro-oeste Mineiro: um certo centro de Minas. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008. p. 7

[120] Daqui de Pitangui: Outros olhares sobre a Cidade Mãe do centro-oeste mineiro, a Sétima Vila do Ouro. Hipertexto. Disponível em http://daquidepitangui.blogspot.com/2009/12/chester-moda-de-minas.html Acesso em 21 de janeiro 2010.

[121] Dentre as iniciativas de pensar esse espaço utilizando a categoria Centro-oeste de Minas, podemos citar os trabalhos desenvolvidos no Prodescom (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Centro Oeste Mineiro com sede em Divinópolis, o Instituto Maria de Castro Nogueira, com sede em Itaúna e a Fundação Educacional de Divinópolis que têm produzido planos de intervenção (planos diretores municipais, regionais) e análises de conteúdo histórico sob esse recorte. Cf. NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008 e CORGOZINHO; CATÃO; PEREIRA. *História e memória do Centro-oeste Mineiro. Perspectivas*. Op, cit. 2009.

[122] CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. Centro-oeste Mineiro: construção da unidade na diversidade. In: CORGOZINHO; CATÃO; PEREIRA. *História e memória do Centro-oeste Mineiro*... op. cit. p.21.

[123] Uma análise sobre o tema cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

parece bem mais próxima do que seria o entendimento comum da área de referência daqueles que se sentem parte dos atuais projetos de desenvolvimento do Centro-oeste de Minas.

> O Centro Oeste apresenta em termos de desenvolvimento, aproximadamente os seguintes limites: ao sul é limitado pela EFCB no trecho BH, Itaúna, Divinópolis, Santo Antônio do Monte e Bambuí; a leste pela Serra da Saudade; ao norte pela reprêsa de Três Marias e Serra do Piancó; a leste pelo Rio das Velhas. Está próxima ao maior mercado consumidor do Estado, devendo ser o centro natural de abastecimento de Belo Horizonte e de outras regiões, pela sua posição geográfica-estratégica[124].

Evidentemente não pretendemos defender que um recorte fosse mais ou menos adequado do que outro, mas tão somente alertar para o fato de que, do mesmo modo que as fronteiras do Centro-oeste de Minas são móveis e instáveis, instituídas no jogo das relações sociais atuais, como espaço geográfico, histórico e simbólico, o oeste de Minas diz respeito a configurações bem mais complexas e dinâmicas do que qualquer uma das configurações sociais que produziram cada uma dessas categorias de regionalização consideradas. Isto porque, ao observamos todas essas formas em conjunto devemos levar em conta não apenas o posicionamento momentâneo daqueles que as instituíram, mas perceber no conjunto dessas várias configurações, sua historicidade, ou para dizer de outro modo, analisá-las sincrônica e diacronicamente.

Somente considerando-as em seu conjunto é que poderemos então analisá-las com processo de constituição do oeste de Minas, como uma trama de regionalizações. Para tanto, não teremos alternativa que não insistir nas formas inertes produzidas nesse processo, compondo essa trama. Formas de representação que, por sua estabilidade, oferecem uma chance de aproximação a essa dinâmica ainda que a contrapelo, buscando a vida na forma, a totalidade na generalidade e na especificidade. Visitemos, pois, algumas idéias sobre esse espaço, forjadas em diferentes momentos dessa trama de regionalizações, condensadas nessas várias categorias, muitas das quais ainda hoje estão em pleno funcionamento como recurso de compreensão da realidade – esse espaço geográfico *"uno e múltiplo"*, para fazermos referência a Milton Santos[125].

---

[124] O ABAETÉ EM MARCHA. Editorial. Abaeté, 20 maio 1971. p.1.

[125] Para Santos o espaço é "um sistema de objetos e um sistema de ações (...) formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina". (SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Op. cit.* l997).

Por ora, já podemos dizer que o oeste de Minas é um espaço geográfico que assume múltiplas formas, distintas denominações, de acordo com as diferentes configurações sociais. Nesse processo, mais ou menos longo (do século XVIII ao XXI) alguns lugares comuns se impuseram como formas de representá-lo. Seja porque foram retomadas em diferentes configurações ou porque re-atualizadas em diferentes temporalidades que apontam para continuidades. Retomá-las, recortando-as e as reagrupando talvez seja apropriado para levar adiante nossa busca do "que seja o oeste de Minas".

2.2 Um lugar de onde se espera novidades?

Meu Deus, fazei com que o dia de amanhã
seja diferente do dia de hoje.
Emílio Moura, 1931[126]

A esperança da região, hoje, é movida a gás.
Paulo Paiva, 17 de maio de 2009[127]

Agora parece que é chegado
O tempo da melhor correspondência
Anônimo, 1769[128]

Em sua primeira obra publicada, *Ingenuidade* (1931), Emílio Moura, poeta modernista considerado "*uma das vozes mais significativas da poesia brasileira*"[129] escreveu sobre certa cidadezinha *Perdida no Mapa* que os seus críticos – especialmente os seus conterrâneos – juram não se tratar de Dores do Indaiá, onde nasceu em 1902. Ainda que eles tenham razão, neste poema de oito versos distribuídos em quatro estrofes que a pintam como uma rua, uma casa, uma *"vida velha e vazia (...) morrendo, morrendo"*, a terceira delas composta por dois versos colocados entre parênteses (feitos nossa epígrafe) enuncia de modo simples, tal com uma prece, o que poderíamos tomar como uma definição poética de um sentimento bastante atual e recorrente na representação do oeste de Minas: a esperança no futuro. Sentimento comum na representação desse espaço registrado desde pelo menos o século XVIII e que atualmente é mobilizado nas páginas dos jornais mais importantes de Minas Gerais.

---

[126] MOURA, Emílio. Perdida no Mapa. In: *Itinerário Poético*: poemas reunidos. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 42.
[127] PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.
[128] NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. – Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988, p.54
[129] IGLÉSIAS, Francisco. O poeta Emílio Moura. *O Estado de São Paulo*. 27 out. 2010.

Em reportagem recente do Estado de Minas, publicou-se que a exploração de gás natural em Minas Gerais tem levado esperança aos moradores da região que "*aguardam dias melhores com a exploração comercial do combustível, que deve começar em junho [de 2009]".*[130] É significativa *"a euforia da descoberta do gás natural em nosso município e região"*[131], conforme as palavras de um dos ilustres moradores de Morada Nova de Minas. A novidade aqui não seria exatamente a expectativa em relação ao futuro, mas o elemento desencadeador desse sentimento compartilhado, posto que este espaço noutros tempos já prometesse outras tantas felicidades, alvoroços e especulações: ainda dos tempos da expedição de Inácio Correia Pamplona, no século XVIII, podemos encontrar – na *Notícia diária e individual das [suas] marchas...*, nos versos de Francisco Camacho, morador dos campos do Bamboi, dedicados ao chefe da expedição – registros de sentimentos semelhantes em relação ao futuro, comuns a determinado grupo de fazendeiros da região e aos participantes da comitiva do Mestre de Campo, recebidos por eles com toda adulação que os interesses daqueles permitiam e que o poder destes exigia.

Poder-se-ia argumentar que a aproximação de duas situações distantes três séculos seria temerosa, do ponto de vista histórico, mas ao fazê-la temos a impressão de que esse sentimento em relação ao futuro foi um elemento importante na representação desse espaço. É certo que muitas questões inviabilizam a aproximação de realidades histórias tão distintas. Não é sem razão observar, por exemplo, que os esperançosos do século XVIII exploravam a região *"procurando negros e ouro"*, em busca de terras e recompensas, objetivos algo distantes da busca atual de um combustível fóssil para alavancar o crescimento econômico da região. Além da diferença do objeto de expectativa, os habitantes da região e os seus exploradores, no século XVIII, expressavam suas motivações pela evocação do poder de Deus para alimentar sua esperança de se deparar com "*um tesouro"/ Para garrochiar nesse touro".*[132] O touro era a representação do oeste de Minas como um espaço, bravio e não-domesticado, sem direção ou controle, entregue às próprias forças da natureza. Representação bem distante da atual, posto que aqueles que hoje imaginam dias melhores, caracterizam a região como um espaço de pobreza e abandono, mas muito distante daquela idéia de espaço infestado por feras

[130] PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.
[131] OLIVEIRA, Alberto. A história do gás na bacia do São Francisco. Hipertexto. Disponível em http://www.moradanovamg.com Acesso em 01 de fevereiro de 2010.
[132] A íntegra da estrofe: "Procurando Negros e ouro/ Deus nos depare um tesouro/Para garrochiar nesse touro". CAMACHO, Francisco. Verso em homenagem a Ignácio Correia Pamplona. In: NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit....p. 77.

indomadas emanado das caracterizações do tempo de Pamplona. Ainda assim, e por isso mesmo, espaço que aparecia à sensibilidades dos desbravadores do século XVIII como um território de possibilidades.

Para caracterizar a área de onde se esperam as novidades do gás natural *("uma região formada por Morada Nova, Biquinhas, Paineiras, Tiros e São Gonçalo do Abaeté, nas imediações da represa de Três Marias*"[133]), Paulo Paiva, repórter do *Estado de Minas*, escolheu como referência um *"minúsculo distrito de Morada Nova de Minas"*[134] denominado Pindaíbas que pareceu lhe fornecer elementos representativos para uma generalização – além, é óbvio, possibilitar um trocadilho inteligente que dava ainda mais ênfase ao clima de esperança que o repórter observava entre os moradores da região.

> Pindaíbas é um minúsculo distrito (...) com sete casas, um cemitério, um grupo escolar e uma pequena igreja abandonada. (...) Sem almas para salvar, o padre abandonou à própria sorte o pequeno rebanho formado pelas sete pessoas que compõem as duas únicas famílias que ainda insistem em viver ali. Sem alunos, o grupo está fechado. Para estudar em Morada Nova, as crianças são obrigadas a acordar às três da matina para pegar o transporte escolar às 4h. Não há trabalho. Os dois chefes das famílias locais vão buscar serviço batendo enxada na roça alheia, de segunda a sábado, em troca de R$ 25 por dia. Em resumo, Pindaíbas e suas duas famílias estão, de fato, na pindaíba. (...) Mas Pindaíbas pode sair da pindaíba quando a riqueza que dorme em seu subsolo, o gás natural, transformar-se em realidade[135].

A despeito da falta de serviços religiosos, da diminuta população e da atividade econômica realizada "em terra alheia", a situação descrita pelo repórter lembra muito pouco a realidade social desse espaço entrevista nos registros do século XVIII. No que se refere àquele primeiro aspecto, é verdade que a Notícia da viagem de Pamplona informa que a assistência religiosa já parecia tão importante, quanto rara, aos habitantes da região do Piuí (Piumhi), também escassos. Quando o capelão da comitiva, Gabriel da Costa Resende, celebrava missas a população local se ajuntava com empenho: parecia-lhe que *"todos aqueles pobres estimaram como um milagre do céu por homens passados anos que não tinham ouvido*"[136].

À época de Pamplona, quando não havia ainda grupo escolar, Igreja ou roça alheia, tampouco trabalho assalariado na região, a esperança daqueles que vinham de

---

[133] PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.
[134] Idem.
[135] Ibidem.
[136] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.58.

outros lugares e buscavam as riquezas da terra – especialmente o ouro e os negros (que àquele tempo poderiam ser escravos africanos fugidos ou nativos, também designados como negros ou gentios) – era impulsionada, sobretudo pela fé católica, a luta pela posse de terras e a cata de riquezas naturais[137]. Hoje, entretanto, o combustível que move o sentimento de esperança em relação ao futuro, (a despeito da religiosidade de seus habitantes, sugerida pela descrição de Paulo Paiva) é outro: tem-se dito, escrito e pensado que *"a esperança da região, hoje, é movida a gás"*.[138]

Isto porque um consórcio de várias empresas lideradas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG tem realizado pesquisas geológicas nas áreas próximas aos rios Indaiá e Abaeté e cuida da perfuração dos primeiros poços para exploração econômica do gás natural, abundante no subsolo da região. Não são os negros nem o ouro, as quimeras de outrora[139], os elementos que povoam a imaginação daqueles que desejam um futuro melhor nessa região e o único aspecto que parece aproximar essas duas realidades é esse sentimento em relação ao futuro: a esperança de que o dia de amanhã poderá ser melhor do que o de hoje. De acordo com a reportagem de Paulo Paiva, jornalista do *Estado de Minas*, publicada em maio de 2009, a viabilidade econômica da exploração desse gás *"é a principal expectativa dos moradores da região"*[140]. Mas essa "expectativa" seria comum a todos os moradores? Todos alimentam as mesmas expectativas em relação ao gás natural? Talvez aqui, a aproximação com outras situações em que o oeste de Minas foi concebido como lugar de onde se esperam novidades possa ser útil para levarmos adiante a questão.

Embora os registros das expectativas em relação a este espaço no século XVIII sejam limitados, podemos depreender dos relatos deixados que relacionado à esperança de se encontrar negros e ouro havia muitos interesses, nem sempre consensuais. Alguns mesmo divergentes entre si que poderiam nos alertar para o fato de que a espera por novidades nem sempre tem os mesmos sentidos para todos os envolvidos: poderíamos dizer que os interesses de Pamplona, por exemplo, fossem bem

---

[137] Laura de Mello e Souza já observou a dificuldade de se compreender, hoje, a sensibilidade "quase impenetrável" daqueles homens que aliavam o fervor católico e a fúria dominadora, em relação aos quilombolas ou mesmo aos adversários na luta pela posse da terra. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito.* Aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Humanitas/Edufmg, 1997. p. 132. Talvez digam o mesmo diante da euforia diante do gás natural, alguns séculos adiante.

[138] PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.

[139] Faço referência aos versos encontrados na Noticia diária e individual que trata a população local sem posse regularizada, fora das leis do reino e mestiça como quimeras, que deixam de ser gentes, feras desenganadas com a presença da expedição pacificadora de civilizadora de Pamplona (cf. NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.55)

[140] PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.

mais próximos da Coroa Portuguesa e das Câmaras de Tamanduá e Vila Rica, do que dos fazendeiros da região que até sua chegada viviam sem o peso da autoridade metropolitana para competir com seus desmandos *"sem receio de punição alguma"*[141]. Mais distantes ainda dos interesses de Pamplona estariam o dos pobres, negros, mestiços e índios que viviam nesse espaço constituindo alvo direto da "pacificação" da região, com todos os sentidos que essa expressão comportava. Se os colonizadores concebiam esse espaço como um touro bravio, a ser domado, porque carente do *"principio de autoridade"*[142], para estes últimos, ainda que não tenhamos registros diretos de suas expectativas, não é difícil imaginar que esperassem justamente o contrário: nesse caso, quanto mais bravio ficasse o touro, tanto melhor. Isto parece válido, sobretudo para os índios e negros fugidos, mas também pertinente para se conceber as expectativas dos colonos. Especialmente daqueles que não tinham a posse regulamentada de suas terras ou que, na presença da autoridade constituída pela Coroa, viam-se obrigados a ajudar na execução de *"obras para a freqüência do bem comum"*[143], que quase sempre significava a consecução de outros interesses particulares, em detrimento dos deles próprios.

Enfim, para estes últimos a novidade da presença de exploradores em vias de encontrar riquezas não tinha um sentido necessariamente positivo. Aliás, o próprio termo novidade aparece na língua portuguesa sob pelo menos duas formas diferentes: como *"qualidade de cousa moderna, contrária ao uso antigo. (...) cousas extraordinárias"*[144], *"cousa não conforme aos usos, leis, ritos antigos"*[145], tal como o sentido presente nos dicionários portugueses do século XIX, mas também num sentido brasileiríssimo como *"embaraço, imprevisto, dificuldade"*. Este último parece mais adequado para aplicarmos às expectativas alimentadas por aqueles que viviam nessa região, cujos interesses se chocavam com a presença de representantes oficiais da Coroa Portuguesa. A idéia de "pacificação" desse espaço também poderia ser compreendida como algo contrário, ou pelo menos objetivando desestabilizar as práticas usuais naquele espaço: sejam as indígenas, as quilombolas ou mesmo os desmandos das autoridades locais com sugerem

[141] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.58.
[142] VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. p. 235)
[143] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.64.
[144] BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. "Novidade: qualidade de cousa moderna, contrária ao uso antigo. (...) cousas extraordinárias, p. 759.
[145] SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 349.

as repetidas queixas contra o Tenente José da Serra e suas *"dissoluções injustas, que o mesmo Serra praticava como absoluto Senhor*"[146]. A esperança de continuar como estavam, isto é, ficar sem novidade, poderia significar para os mandatários locais, literalmente, viver dias melhores. Este sentido de novidade como algo negativo pode ser encontrado em registros mais recentes como, por exemplo, nas correspondências privadas. Em 1941, Augusto – um já conhecido nosso, morador da fazenda Porteira de Chave, escrevia para Sérgio:

> Temos a grata notícia a lhe comunicar que podes lançar a benção em mais um netinho forte e robusto graças ao bom Deus; felizmente a Nenê e o pequeno estão bons, ambos sem novidade o que já é uma grande felicidade.[147]

Embora a situação social em que são enunciados os sentimentos de esperanças atuais dos diversos grupos em relação ao gás natural no oeste de Minas impeça uma aproximação com outras situações distantes no tempo, é válida a observação de que, se o oeste de Minas é um lugar de onde se espera novidades, estas novidades nem sempre são esperadas do mesmo modo. Muitas das expressões utilizadas pelo jornalista Paulo Paiva informam sobre a complexidade dos interesses diferentes envolvidos sob o rótulo das novidades esperadas hoje. Em sua diversidade são comparáveis à dos envolvidos nas expectativas daqueles que percorriam os campos do Bamboi e São Francisco, no século XVIII.

Informa o jornalista que hoje os administradores públicos esperam que a exploração do gás represente "*uma nova realidade econômica"*. As empresas envolvidas na prospecção, além da viabilidade econômica esperam o retorno financeiro dos investimentos já realizados[148], além da possibilidade da exploração de novas riquezas, como o estanho ou chumbo. Já os moradores ainda estão "*sem saber exatamente o que esperar do futuro".* Apesar de alimentar aquela esperança pelo novo, como uma *"cousa extraordinária"* ou pelo menos que faça *"o dia de amanhã ser melhor do que o de hoje"*, têm experimentado a sensação correspondente da ansiedade e

---

[146] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.58.

[147] CARTA de Augusto para Sérgio, Porteira de Chave, 23/07/1941 Augusto, Porteira de Chave, 23/07/1941 pertencente ao Arquivo Pessoal Dona Chiquinha sob a guarda de Rita Maria Arruda Ferreira. Abaeté. Minas Gerais.

[148] "No total, o primeiro poço de gás natural na região deverá consumir investimentos de R$ 17 milhões, incluindo R$ 7 milhões já aplicados em geoquímica de superfície, aerolevantamentos e estudos sísmicos". FURBINO, Zulmira Furbino e VIEIRA, Marta. Estado de Minas. Belo Horizonte, sexta-feira 31 de julho de 2009. Versão on-line disponível em http://wwo.uai.com.br Acesso em 20 de janeiro de 2010.

da insegurança porque essa mesma novidade poderá contrariar ou colocar em risco algum uso ou costume antigo, de tal modo que possa se tornar um embaraço, algo imprevisível e dificultoso.

É prudente aproximar esse sentimento atual daqueles experimentados por quem percorria a região ainda no tempo de Pamplona, seja os caçadores de ouro ou de negros ou ainda dos próprios negros caçados? Aqui nossa analogia encontra o seu limite. Sabemos apenas que a população atual do oeste de Minas tem compartilhado a impressão de que o que está vindo aí é *"uma locomotiva a todo vapor e o pessoal não está preparado"*[149]. E essa preparação requerida não parece ser a fuga, a resistência ou a revolta em busca de salvação da vida ou para preservação da liberdade, como poderíamos imaginar fosse o desejo dos quilombolas da serra da Marcela, ou dos índios Kaxixós, atacados por Inácio de Oliveira Campos, às margens do rio Pará. Pelo contrário, a própria metáfora utilizada pela moradora de Biquinhas, entrevistada por Paulo Paiva, impensável no tempo de Pamplona e de Inácio de Oliveira Campos, sugere que o receio da população é de perder o movimento de integração econômica vislumbrado com a exploração do gás natural e não a tentativa de escapar. O sentimento de insegurança não corresponde àquele experimentado pelos homens outrora "livres" diante da possibilidade das amarras do touro bravo que constituía seu espaço de atuação, aos olhos dos colonizadores. Talvez tenha mais relação com a insegurança daqueles que vinham de fora afoitos por dominar este espaço e aproveitar suas oportunidades.

Para ser fiel às metáforas utilizadas para enunciar essas expectativas, o receio atual é de se perder o trem da história e mais uma vez não engatar nos trilhos do desenvolvimento econômico capitalista. Nas próprias palavras de Mirian Bueno, ao mesmo tempo em que se esperam novidades, estas esperanças vêm acompanhadas da impressão angustiante de que *"se a região perder esse trem vai ter que esperar muito tempo pelo próximo*."[150] Um carro que promete arrastar locomotivas de "*cousas modernas e extraordinárias"*. A propósito, a associação entre novidade, oportunidade e transporte ferroviário (locomotiva, vapor, trem), evidentemente, inadequada para os tempos de Pamplona, é bastante significativa para nos referirmos a outros momentos em que os habitantes dessa região esperaram ansiosamente por grandes novidades, desde pelo menos o final do século XIX. A espera pelo trem, que hoje não parece mais do que

[149] BUENO, Mirian. "Caiu do céu para mim" PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.
[150] Idem.

um modo de falar "mineiro", foi, digamos, um desejo caro à população do oeste de Minas, manifestando a força da vontade de ligação da região aos centros urbanos pela Estrada de Ferro Oeste de Minas e Paracatu. Desejo mantido vivo até pelo menos a década de 1970.

Em 1949, ano de mudança de governo, o jornal *Vossa Senhoria*, de Abaeté, apostava em dias melhores para a região. A condição para sua efetivação seria a chegada das locomotivas "a todo vapor". Não como metáfora, tal como utilizada hoje por Miriam Bueno, mas como objeto literal do desejo de transporte e integração econômica, apresentado como um desejo já de longa data:

> Nós, habituados em assistir essas transformações [novo ano com um novo governo] sem quaisquer alterações de melhoria, nem por isso, deixamos e aguardar algo de proveitoso**.** Entretanto, somente a solução de um problema poderia resolver a situação que se reveste de maior importância para o município: a ligação ferroviária, várias vezes prometida e jamais realizada[151]

Muitos são os registros de que a espera por essa novidade foi longa e angustiante. Já desde o início do século XIX, esse desejo figurava nas páginas dos jornais locais como um carro-chefe a capitanear outras grandes novidades esperadas ansiosamente para o bem da colonização e civilização do oeste de Minas. Joaquim José de Oliveira explicava em 1904 que *"colonização é povoar o solo, reformar os costumes, revigorar a raça"* e a linha férrea seria imprescindível para a execução desse plano porque poderia trazer os imigrantes, possibilitar a instalação de outras novidades como a escola, a assistência religiosa, o trabalho assalariado, a técnica agrícola, a circulação de pessoas, de mercadorias, de informação, além de outros elementos de civilização, como a própria ordenação do espaço e sua disciplinarização. Enfim, novidades esperadas no sentido positivo do termo.

Se o progresso econômico é esperado ansiosamente ainda hoje, digamos que por outras vias, a espera pelo transporte ferroviário e pelas novidades relacionadas a ele perdurou até a década de 1970, quando enfim parece ter sido vencido pelo rodoviarismo que chegou prometendo novos meios rápidos e viáveis economicamente para transportar os frutos esperados do tal progresso vindouro. Mas esta novidade instalou-se eivada de desconfiança e saudosismo. Os habitantes de Dores do Indaiá, que tinham conseguido sua tão esperada estação ferroviária em 1922, mas ficaram sem ela já desde 1967, dez

[151] VOSSA SENHORIA. Editorial. Abaeté. Ano 10, n. 25. 13 de janeiro de 1949.p. 1.

anos depois ainda alimentavam a esperança na *"volta da estrada de ferro"*[152] que acreditavam constituía o verdadeiro fator de desenvolvimento. As rodovias não eram vistas com bons olhos, talvez porque as grandes rodovias federais (BR 040 e BR 202) tenham interferido na dinâmica dos transportes na região, deixando isolada grande parte dos municípios à margem esquerda do São Francisco. Nesse momento, locomotivas e trens ainda eram considerados elementos necessários para o "*desenvolvimento da região*"[153], em cuja malha Dores do Indaiá tinha uma localização privilegiada.

Hoje, no entanto, o transporte ferroviário não fornece mais do que elementos para a composição da metáfora da oportunidade do desenvolvimento econômico, tal como utilizado por Mirian Bueno para enunciar suas expectativas em relação às transformações que o gás natural poderá trazer para a região. Digamos que a metáfora que permite à moradora enunciar suas expectativas em relação ao gás natural é composta semanticamente por elementos novidadeiros do século XIX[154], estruturada por sentimentos insistentes em relação a este espaço que nos remetem ainda às esperanças do século XVIII.

Não temos muito que dizer sobre o futuro do oeste de Minas, mas as perspectivas em relação a ele, elaboradas em diferentes momentos talvez possam nos dizer sobre o seu passado. Especialmente sobre essa estrutura sócio-afetiva que compõe as dimensões emocionais desse espaço feito lugar[155], para falarmos à moda dos geógrafos humanistas. Por isso, talvez seja produtivo ainda insistirmos nas representações do oeste de Minas como um lugar *de onde se espera novidades*.

---

[152] Título da entrevista feita pelo jornal Diário da Tarde ao historiador e jornalista de Dores do Indaiá, José Gonçalves Ferreira, em que o autor defendia a idéia de se "melhorar o trecho da ferrovia de Belo Horizonte a Pará de Minas afirmando que o plano devia ir além, modernizando-se a estrada em toda a sua extensão, inclusive fazendo-se voltar o seu funcionamento até Dores do Indaiá ou Serra da Saudade, já que ela é necessária ao desenvolvimento da região" (O LIBERAL. Dores do Indaiá. 04 set.1976. p. 3).

[153] Cf. O LIBERAL. Dores do Indaiá. Ano. 10, n. 574, 04 de setembro de 1976. p. 3.

[154] A autora utiliza o termo "locomotiva, a todo o vapor", mas já no relato de Pamplona há um enigmático termo que pode tanto ser relacionado a esse movimento de entrada no território mineiro quanto a uma das expressões do dito falar mineiro atual: o trem. Ao se referir à comitiva que integrava a expedição de Pamplona, o escrivão informava que "Constava o trem do dito Senhor de 58 escravos seus, com armas de espingardas, clavinas, facões, patrona, pólvora, chumbo e bala". Ainda que não saibamos o exato emprego do ermo, como não relacionar essa imagem da comitiva adentrando sertões a expressões hoje comuns na região como "*Eita trem doido*", "*Trem esquisito demais*" ou "*Trem bão sô*", como expressões ambivalentes sobre o significado dessas entradas? Será que o trem de ferro a locomotiva não veio se juntar a significações já existentes? Impossível sabê-lo exatamente. Cf. NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.53.

[155] Buttimer escreveu que "lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas". BUTTIMER, A. Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: RAMÓN, Maria Dolores Garcia (Org.) *Teoria y método em la geografia anglosajona*. Barcelona, Ariel, 1985. p. 228. Para uma discussão recente da categoria de lugar e espaço cf. LEVY, Jacques e LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés.*Paris : Belin, 2003.

Nesse sentido, algumas idéias sobre essa representação já podem ser inferidas: este *lugar* assume diferentes formas, enunciado por diversas categorias de representação do espaço, diversos recortes, escalas, dependendo da configuração social a que nos reportamos, dos interesses e apropriações do espaço (como, por exemplo, os Campos do Bamboi e do São Francisco, a Nova Lorena Diamantina, o Alto São Francisco, a Zona Oeste de Minas, o Centro-Oeste de Minas). O verbo *esperar* – entendido como ter esperança, ficar na expectativa, aguardar, supor ou mesmo imaginar – enuncia aquele sentimento experimentado por diferentes sujeitos com diferentes intensidades. Sua recorrência não pode ser tomada como um sentimento comum, ahistórico, mas justamente como um elemento importante para a compreensão e expressão da dimensão temporal das formas de percepção que tornam inteligíveis e passíveis de experimentação os acontecimentos concebidos como determinadas histórias desse lugar.

É na distância entre o que se vive e a expectativa de mudança que se concretizam as noções de tempo e de história, dimensões importantes na percepção do espaço feito lugar. As sucessivas e renovadas expectativas de desenvolvimento econômico, por exemplo, fornecem uma intensidade maior às esperanças da população do oeste de Minas em relação ao gás natural (sejam estas positivas ou negativas), pois não é a primeira vez que a oportunidade parece bater à porta.

Conforme já foi possível observar, antigas e atuais notícias das expectativas em relação ao oeste de Minas foram constituídas por diferentes sujeitos que percebem o espaço de perspectivas e sentidos diversos, mas sob um sentimento comum. A locução adverbial de lugar utilizada em nossa expressão-síntese desse lugar *de onde* se espera novidades poderá nos alertar ainda uma vez para dois dos importantes sentidos da representação desse espaço como lugar que desperta o sentimento de esperança: o oeste de Minas pode ser entendido como lugar *de onde* se espera alguma coisa, como o ponto de referência daquele que tem esperança, tal como o limite que circunda o corpo[156] daquele que sente, como os nativos que esperavam o ataque dos colonizadores, ou os fugitivos e contrabandistas que não ousavam esperar pelas tropas do governo, os colonos ou os munícipes que esperava a *"assistência dos palácios"*[157] ou a *"ação do Estado-nação moderno (...) incentivando a economia, a indústria, as artes e instruções"*[158] ou interferindo no espaço de forma autoritária e capciosa como as novidades indesejadas pelos morados da região à época da

[156] Definição à maneira de Aristóteles. Cf. ARISTÓTELES. *Física* (IVa).
[157] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.54.
[158] OLIVEIRA. José Joaquim de. *O Abaeté.* Abaeté/MG. Ano. 1. n. 48, 5 de novembro de 1905. p. 1.

construção da barragem de Três Marias, as fiscalizações indesejadas da caça, da pesca interferindo em práticas já consolidadas e territórios significativos para a população.

Mas esse lugar *de onde* se espera alguma coisa pode ser também o ponto de onde algo é esperado, o lugar do outro: do quilombola ou do indígena prestes a atacar, a indolência do homem rude que *"não tem noção do progresso"*, que *"esquece o passado, despreza o presente e o futuro não vê"*[159], ou a violência das práticas políticas, da frouxidão da justiça e dos costumes pouco católicos, *"da malícia refinada com que todos uniformemente se investiam"*[160] quando o assunto era de ordem pública ou estatal. Também o lugar de certa originalidade rústica, tal como uma tradição mineira legítima, *"triste, erma e solitária"*[161], mas potencialmente industriosa e cultivável.

No primeiro caso, aquele que espera estaria geográfica ou simbolicamente no oeste de Minas, o lugar de onde sente, fala e experimenta o mundo: falar desse lugar mobiliza o próprio sentimento de identificação a ele (digamos, à maneira de Norbert Elias, que é onde se constitui a relação eu-nós). No segundo caso, aquele que sente, que espera, estaria geográfica ou simbolicamente fora dele, noutro lugar, seja se colocando como colonizador, pacificador, viajante ou representante de uma classe social que procura se distinguir e se projetar para além de suas fronteiras (relação nós-outros).Assim, não basta saber quais novidades foram esperadas desse lugar, é necessário questionar quem as esperavam, de onde, como, quando e por que esperavam.

O oeste de Minas configurou-se como um ponto de referência de onde se esperaram as mais diferentes novidades, tanto aquelas que prometiam felicidade, quanto aquelas que a colocavam em risco. Considerando apenas as do primeiro tipo, esperadas sobretudo por quem se colocava uma perspectiva externa a ele, poderíamos nos referir ainda uma vez às expectativas de se encontrar negros e ouro, alimentada pela comitiva de Pamplona (1769) e pelas autoridades coloniais que também procuravam regularizar a posse das terras, estabelecer os limites das capitanias, manter a ordem social, realizar julgamentos, prisões, e a facilitação da ligação com o território com a construção de pontes e estradas[162].

Dentre as novidades esperadas desse espaço, nessa perspectiva, sem dúvida os diamantes foram por muito tempo o alimento básico das mais exageradas expectativas. Vieira do Couto escrevia em 1801 que

---

[159] OLIVEIRA. José Joaquim de. *O Abaeté.* Abaeté/MG. Ano. 1. n. 10, 13 de novembro de 1904. p. 1
[160] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.64.
[161] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit. 1801 p.138.
[162] VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Op. Cit. p. 316.

> Os lucros ou esperanças d'elles convidam muito aos homens, para que vencendo todas estas difficuldades, e outras ainda também não pequenas, (...) se ajuntem em bandos, e se aventurem pelo meio de tantos perigos e difficuldades à mineração e extracção d'este gênero de riquezas[163]

Os diamantes, ou a esperança deles, já atraíam e alimentavam as esperanças de contrabandistas desde pelo menos a primeira metade do século XVIII. Ao visitar essa área em 1801, Vieira do Couto dava novo impulso a esse sentimento feito Nova Lorena, nome que já trazia a enunciação do novo e a expectativa de que se pudessem vencer as referidas dificuldades na busca de lucros no empreendimento de colonização da área, não apenas pela expectativa de se encontrar a pedra valiosa, mas também pela exploração de seus outros minerais além das potencialidades agrícolas. A principal dificuldade para a sua concretização era a falta de população prestável para o projeto de colonização, ou em seus termos, "o despovoamento do território" desprovido de gente disposta a levar à frente tal projeto. Acresciam-se os perigos representados pelas pestes, pelas grandes distâncias, pelos *"gentios bravios e quilombos de negros fugidos, à fome cruel, por quanto nem caça havia*"[164]. Este espaço povoado de novidades "negativas", perigos iminentes, entretanto, era percebido positivamente pelo mineralogista. Observando em conjunto as potencialidades naturais da Nova Lorena reanimavam-se suas esperanças nesta terra novidadeira:

> D'esta maneira, se em alguns tempos povoando-se todas estas terras, e sendo examinadas como devem ser, as experiências confirmarem estas minhas conjecturas, a pátria dos diamantes no Brasil será muito mais vasta (...). Mas em quanto isto não succede, occupemo-nos com o que já está descoberto, que não é pouco e tornemos à Nova Lorena (...), dotada de fertilíssimas terras, rica em muitas produções do reino mineral, salubre na maior totalidade da sua extensão, será um dia um paíz muito povoado e feliz.[165].

De todas as novidades esperadas por Couto, apenas a exploração oficial dos diamantes foi colocada em prática. O povoamento de qualidade continuou na lista das novidades esperadas ainda por muito tempo, vislumbrado não apenas pelos homens "vindos

---

[163] COUTO, José Vieira. *Memória sobre as minas*... op. Cit. p. 138.

[164] Vieira do Couto relembrava as palavras de Bento, o filho de Isidoro, um dos descobridores do Diamante do Abaeté, que utilizando o sistema de terrores para "animar" os seus acompanhantes na busca de ouro pelos sertões do Abaeté, "essa tal expedição, clamava e prometia o tal Bento, seria de uma riqueza imensa: que haveria um grande contentamento em toda comitiva: porém, que seria preciso haver grandes cautelas, que aqueles sertões eram dos mais aspérrimos" (COUTO, José Vieira. p. 102.

[165] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. Op. cit.1801 p. 145.

do Reino", mas pela própria elite política e econômica da região. Talvez haja indícios desse sentimento ainda hoje.

Em 1904, Joaquim José de Oliveira, um jornalista local que não poderia necessariamente ser definido como alguém vindo de fora, reclamava a atenção do governo do Estado para a implantação de colônias de imigrantes, porque considerava a população existente na região como imprestável para o projeto de modernização por ele imaginado. Tinha pouca fé na *"massa ignara dos tempos coloniais"*[166]. Ainda que não incapaz, conforme sua representação, esta massa seria constituída por pessoas pouco afeitas a dar seu sangue e suor ao sacrifício pela conquista de *cousas modernas*, à ambição capitalista de acumulação, à disciplina para o trabalho assalariado, em tempos de lembranças recentes das relações de trabalho escravocrata.

Não poderíamos dizer que as ambições de Oliveira e as caracterizações que fazia do povo de seu município, fossem elas próprias, novidades: o próprio Vieira do Couto, um século antes – assim como os viajantes estrangeiros que passaram pela região no século XIX (como Eschwege e Freireyss) – já havia observado que dos poucos habitantes dessa região, especialmente aqueles que viviam às margens do rio São Francisco, não havia quem alimentasse ambições suficientes para que fossem considerados mão-de-obra adequada aos projetos de exploração econômica da Nova Lorena. Certamente, tinham suas próprias opiniões sobre o que era uma vida melhor, mas estas foram pouco compreendidas por quem registrou suas expectativas – ou a falta delas - sejam os homens vindos do reino, no período colonial ou a elite política local do início do século XX que assumia esse mesmo ponto de vista. Estes últimos, com o olhar voltado para certa noção de progresso aliado à pouca capacidade para entenderem o corpo mole para o trabalho assalariado de seus próprios ex-escravos, foram os produtores dos poucos indícios disponíveis para se discutir a expectativa de determinados grupos de pessoas que não deixaram seus próprios registros. Esses registros tendenciosos sugerem que grande parte daqueles que viviam na região sustentavam suas expectativas na Divina Providência (nem sempre a dos cristãos católicos) ou em qualquer outra lei da rotina ou da natureza. Eschwege observava em 1911 que:

> em vez de trabalhar, essa gente só sente prazer em passar o dia todo em suas redes, que deixa somente quando impelida pela fome. (...) sem se preocupar com o dia seguinte. Nem sequer pensa em outras comodidades, tal como proteger o rancho das chuvas e dos ventos[167].

[166] OLIVEIRA. José Joaquim de. *O Abaeté.* Abaeté/MG. Ano. 1. n. 10, 13 de novembro de 1904. p. 1
[167] ESCHWEGE, William Von. *Pluto Brasiliensis*. Op. Cit. II. p. 173.

Freireyss quis mesmo substituir-lhes o cultivo da mandioca pelo do trigo para produzirem o pão que seria feito sem a necessidade de *"construir os fornos que são construídos pelos cupins"*. Mas essa gente, feito o outro da enunciação, a terceira pessoa de quem se fala, continuava preferindo, aos olhos do botânico, *"passar até com os meios mais primitivos, ou substituir pelo mais fácil qualquer de suas necessidades"*[168]. Nisso estavam apoiados nas facilidades oferecidas pela natureza: uma das responsáveis pela falta de ambição pelo futuro, característica que o viajante julgou observar nos habitantes da região. Mas é possível que não se tratasse de falta de esperança no futuro, mas tão somente de expectativas diferentes em relação às dele. Essa caracterização negativa dos habitantes do oeste de Minas denota a (in)compreensão daqueles que interpretaram e registraram suas condutas. Sua retomada em outros momentos históricos, elaborada em diferentes linguagens, como a literária e a jornalística, ainda nos intrigam. Seria possível pensar que a continuidade dessas caracterizações baseadas no olhar do outro esteja relacionada à manutenção da relação hierárquica entre aqueles que vivem e aqueles que fixam interpretações dessa região?

As representações negativas dos habitantes da região persistem ainda hoje transmutadas em linguagens economicistas, como a idéia recorrente de que a população do oeste de Minas não está preparada para o futuro. Como escreveu Paulo Paiva,

> Esse, por sinal, deve ser um dos principais desafios das administrações municipais em relação ao gás [natural a ser explorado na região]: preparar a população para as oportunidades que fatalmente surgirão. A GeoRadar [empresa responsável pela prospecção] trouxe gente de fora porque não conseguiu mão de obra suficiente em Biquinhas e região[169].

Como resistir ao pecado do anacronismo observando-se as várias facetas de um discurso que enxerga oportunidades nesse espaço e limitações no povo que o habita? Como não se lembrar das caracterizações de Joaquim José de Oliveira requerendo para a massa ignara, ambição, disciplina, escola, religião e cadeia? Ou ainda considerando-se as caracterizações de Freyreiss, Eschwege, Francisco Paula de Oliveira e tantos outros que viram um porvir risonho para o oeste de Minas, com a condição de forjar uma nova população, seja reeducando a existente, renovando-a ou substituindo-a por imigrantes? Representação e imaginário dominantes do povo brasileiro. Talvez não tenha sido sem razão a referência do

---

[168] FREYREISS, Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 50.
[169] PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte. 17 de maio de 2009. Caderno Economia.

jornalista à escola e à igreja abandonadas no distrito de Pindaíbas[170] quando de sua caracterização da região que espera as novidades do gás natural. Por muito tempo, estas duas instituições (além da cadeia e das colônias de imigrantes europeus) foram consideradas novidades que poderiam resolver o problema, digamos, da má qualidade da população como fornecedora de mão-de-obra. Poderíamos dizer que estas eram novidades esperadas por quem se colocava numa perspectiva externa a este espaço, ou pelo menos num lugar social hierarquicamente superior, orgulhoso de pertencer à raça dos dominadores e com a imaginação vinculada a terras distantes[171]? Ou este seria um desejo compartilhado por toda a população?

Alguns requerimentos de fiéis endereçados à igreja católica para a instalação de igrejas, benção de capelas e outras formas de assistência religiosa sugerem que grande parcela da população esperava novas possibilidades de assistência religiosa, sobretudo antes da criação do Bispado do Aterrado. No entanto, não poderemos saber se esses anseios eram mesmo generalizados e se essa motivação era válida também para outras novidades como a busca de instituições escolares e a ligação com os centros urbanos. A própria exploração do gás natural, que *"virou notícia na imprensa nacional e internacional"* como a esperança de toda a população do oeste de Minas, é vista por alguns de seus habitantes como uma novidade embaraçosa, a requerer cautela:

> Tudo isso que está acontecendo é muito bom, mas todo cuidado é pouco. As autoridades ligadas ao caso precisam usar de muita precaução para não permitir que a nossa região se transforme numa "Serra Pelada do Gás", ou seja, uma cidade acometida por todos os tipos de crimes e mazelas, guerras políticas e disputas provocadas por outros interesses. Isso porque com os bônus costumam também surgir os ônus. Deus nos livre disso!!! Esperamos que a riqueza aqui encontrada continue, para sempre, valendo ouro e que sua instalação aconteça de forma organizada, planejada e harmoniosa para que possa ser transformada de fato em riqueza e desenvolvimento para Morada Nova e região[172].

---

[170] A propósito, o autor inicia sua reportagem lembrando que Pindaíbas também se refere a "um tipo de árvore de tronco fino e resistente, usado na construção de pequenos casebres" e que fornece também um resistente cipó. Essas árvores eram imprescindíveis para a vida local, até pelo menos 1980, utilizada como madeira para a estruturação das paredes dos ranchos amarradas com suas próprias cascas desfiadas em resistentes embiras, que depois eram cobertas com barro branco ou vermelho. Freyreiss já havia observado que por causa desse tipo de árvore, "nem de cordas precisa esta gente". FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 50.

[171] Tomo emprestadas as palavras de Ferdinand Denis referindo-se ao homem branco brasileiro. Cf. DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In. CEZAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC/São Paulo: Edusp, 1978, p. 39-40.

[172] OLIVEIRA, Alberto. A história do gás na bacia do São Francisco. Hipertexto. Disponível em http://www.moradanovamg.com Acesso em 01 de fevereiro de 2010.

Se a exploração do gás tem sido vista com desconfiança, mais difícil ainda imaginar que, tal como os jornais locais do início do século XX tentam nos convencer, toda a população esperasse ansiosamente as instituições coercitivas como a cadeia, a polícia, a fiscalização e a justiça do Estado, requeridas em seus editoriais. Isto porque estas últimas quase sempre, desde os tempos de Pamplona, eram utilizadas contra a própria população para lhe *"dar lição"*[173] e combater a vagabundagem, cujo rótulo etiquetava também as práticas de resistência à colonização. A preocupação com o estado de conservação das cadeias locais é recorrente nos jornais locais, especialmente a partir de 1910. Depois de não poder mais explorar o homem como trabalhador escravo, nem forçá-lo a deixar de usufruir sua "liberdade" para aderir a uma nova rotina de trabalho para o progresso e se integrar à civilização, *"cumpre à sociedade banir do seu seio, micróbios pestilentos, não com bons conselhos, porque elles os rejeitam, mas com desprezo"*[174]. Para os mendigos inválidos, a caridade, para os vadios a polícia, para os sadios o trabalho, para a elite a política, o mando, a discussão da "cousa pública".

Em 1923, em visita pastoral por seu Bispado do Aterrado, Dom Manoel Nunes Coelho observava uma *"pobre creança que não sabia rezar nem fazer o sinal da cruz; nunca vira padre, nem sabia quantos Deuses há (...)"*. O bispo considerou-o como um dos muitos representantes da *"pobre gente completamente abandonada e arredia da civilização de que somente tem noticia através dos desmandos da polícia quando, à cata de criminosos, espanca a torto e a direito sem exceptuar mulheres e creanças"*[175]. Não podemos avançar nas possíveis resistências da população à dita civilização por falta de registros de suas condutas, ambições e expectativas em relação ao futuro, mas é necessário observar que as fontes existentes parecem querer nos convencer do contrário. O que por si mesmo pode ser tomado como indício de que havia alguma discórdia a justificar tal esforço. Assim, nos registros de onde havia esperança, emerge também alguma desconfiança.

Assim, ao invés de generalizarmos afirmando que a população do oeste de Minas tem já de longa data esperado ansiosamente pelas novidades da civilização e suas *"modernas, contrárias ao uso antigo"*, é necessário pensar na possibilidade de que essa mesma população – o próprio termo população é bastante impróprio porque não possibilita enunciar os diferentes grupos de reivindicação ou de percepção do espaço –, quase sempre representada como abandonada e sem assistência, poderia não estar de acordo com a

[173] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.55.
[174] OLIVEIRA, José Joaquim de. *O Abaeté*. Abaeté, Minas Gerais. 28/ de maio de 1905. (Editorial) p. 1.
[175] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais. Apud. SILVA NETO... op. cit. 1984. p. 137.

expectativa anunciada pelas fontes como se fosse de todos. Talvez muitos a concebessem como *cousa* embaraçosa, imprevidente e dificultosa[176].

Dito isto, podemos fazer referência a outros momentos em que o oeste de Minas foi tomado por este sentimento de expectativa. A instalação da Real Extração Diamantina do Abaeté e Indaiá foi outra aposta nas potencialidades futuras da região, feita por homens que se colocavam numa perspectiva exterior a ela, como parte de um projeto de colonização.

O empreendimento era movido pela esperança de se encontrar diamantes tão grandes quanto o Diamante do Abaeté, de tanta qualidade e riqueza como a sugerida no relatório esperançoso de Vieira do Couto. A despeito do alvoroço reinol, os moradores do lugar, muitos deles ex-oficiais e trabalhadores remanescentes da tentativa anterior de exploração dos diamantes não se mostraram muito satisfeitos com a presença intensificada da autoridade colonial. Estes, por sua vez, ainda que as primeiras prospecções não apresentassem resultados significativos, deixavam entrever pelos documentos oficiais produzidos a intensidade da esperança que orientava o empreendimento. Pedro Maria Xavier d'Ataíde Melo, governador de Minas Gerais, escrevia ofício ao Caixa da Extração do Quartel Geral do Indaiá, em 16 de dezembro de 1807, observando que

> Chegara a esse quartel o Furriel Ambrozio Caldeira Brant com os dous feitores da Extração já de volta do exame que forão fazer ao Corrego do Rio de Janeiro com o resultado de 24 pedrinhas, que pouco satisfazem meus desejos; mas que me dão uma lisonjeira esperança, de que poderão apparecer diamantes de vulto, huã vez que alli apparecem; sendo certo que entre os brilhantes de menos monta, se tem achado os grandes[177].

Essa lisonjeira esperança nas potencialidades naturais aparece em outras tantas representações do oeste de Minas. Esperança surgida no olhar de fora para as potencialidades desse espaço como naquelas construídas por Francisco Paula Oliveira, em sua visita às reservas de ferro do Abaeté, em 1881: *"a alavanca do progresso*" que, se explorada, *"criará uma nova vida nesta região"*[178]. A enunciação de que era necessário forjar nova vida para este espaço denotava que a sua situação atual, aos seus olhos, não era adequada, cujos

[176] Seria interessante pesquisar essas "cousas modernas" vistas como novidades embaraçosas e mesmo assustadoras. Circulam na região muitas histórias sobre as "assombrações modernas", o medo do rádio, do automóvel, do avião, do telefone. Muitas das análises economicistas advogam que um dos desafios para o desenvolvimento do oeste de Minas é a mentalidade conservadora da população que prefere as atividades "tradicionais" ligadas ao campo, à pecuária com pouco investimento técnico e tecnológico. Seriam avessos à novidade, portanto, não teriam problema com o passado e os arranjos do presente?

[177] REGIMENTO do Offº de S. Ex.cia de 14 de dez.bro de 1807. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano IX, jan/jun, 1904. p. 393-394.

[178] OLIVEIRA, Francisco Paula. *Anais da Escola de Minas*. Ouro Preto, n.1, 1881, p. 88.

critérios remontam ao olhar de Vieira do Couto: lugar sem agricultura ou indústria – sem cultura. Espaço que "esperava" por povoamento[179] de gente disposta a assumir o projeto de produção agrícola e indústria já aventada por Couto e ainda hoje considerada a principal expectativa "geral".

Interessante notar que, se à época de Oliveira, a região tinha seus aproximados 132.937 habitantes, hoje ela possui, numa circunscrição equivalente, aproximadamente 700.000 habitantes, quase seis vezes mais. Ainda assim, como vimos, a falta de mão-de-obra é tida como um dos principais entraves a um futuro risonho, não apenas porque é vista como uma região inabitada, ou pouco habitada, mas porque estes, ainda que fossem milhões, tal como as grandes capitais do país, são pouco habilitados para montar as fábricas de ferro imaginadas por Oliveira em 1881 ou para ajudar a explorar o gás natural a partir de 2010.

Talvez tenha sido essa idéia de que os habitantes do oeste de Minas não contam muito nos projetos de modernização que levou o governo de Juscelino Kubitschek a desconsiderar os custos sociais da construção da barragem de Três Marias, novidade cuja construção foi iniciada em maio de 1957 e concluída em janeiro de 1961. Um verdadeiro recorde mundial de construção desta natureza que inundou 2.673 km² de terras férteis da região, expulsando fazendeiros e posseiros, isolando cidades e comunidades. Somente o município de Morada Nova de Minas teve dois terços de seu território inundados, incluindo o distrito-sede.

Na época, a barragem foi apresentada como uma obra fundamental para *"redimir toda a região"* (lembremo-nos que a exploração do gás natural tem a mesma conotação) porque a energia elétrica produzida iria facilitar a mecanização da lavoura e a industrialização. Assim, *"vieram as águas do mundo novo e engoliram as lavouras do tempo antigo. Morreram os animais espavoridos, até o gado que não puderam retirar. Sítios e fazendas viraram lagoas, (...) operários e agricultores saíram para tentar a vida em outras paragens"*, porque foram expulsos pelas águas que subiram conforme alertavam os avisos jogados de cima, dos aviões, sob suas propriedades. Ou ainda, depois da inundação, pela pressão que sofreram os donos das terras não alagada de grandes empresas agropecuárias ameaçando-os de desapropriação, tal como fizera o governo com os seus vizinhos. Novidades embaraçosas para aqueles que tiveram *"a triste sorte de ser vítima do*

[179] Francisco Paula Oliveira informava que a região (os municípios de Pitanguy, Marmelada, Patos, Patrocínio, Bagagem, Araxá e Piumnhy, juntos) tinha em 1870, 132.937 almas.

progresso"[180]. Mas, em 1968, a *"pequenina cidade (...), chamada Morada Nova de Minas"*, sede do município que teve 40% de seu território inundado *"volta sua atenção"* para os problemas sociais atinentes àquela região, "*imbuída de ideais generosos, em que repousam suas esperanças de recuperação daquela gleba"*[181]. Isto porque um grupo dos habitantes desse município inicia uma mobilização para cobrar do governo a execução de um plano de recuperação da área. Ainda que não tenham morrido na praia, do mar de água doce da represa de Três Marias, muito pouco do que foi prometido e reafirmado diante das reivindicações tornou-se realidade. Como vimos, a região continua na situação descrita por Paulo Paiva: na Pindaíba. Mas, ainda uma vez, cheia de esperanças em relação ao futuro.

Não seria de se espantar que, se a viabilidade econômica da exploração do gás natural na região fosse em breve confirmada pelo poço de 17 milhões de reais que está sendo perfurado, pudesse ser organizada comemoração pomposa de tão louvável acontecimento, à altura da instalação da extração diamantina no período colonial, da inauguração de uma estação ferroviária ou de uma usina hidroelétrica para iluminação pública, nos primeiros anos do século XX. Certamente o fato despertaria aqueles sentimentos ambivalentes que inspiram todas as novidades esperadas desse lugar.

Entretanto, não é possível, prescindir da imprensa local militante para realizar a cobertura do evento representando-o em tom semelhante à forma como representou a si mesmo: uma grande novidade a enunciar outros tantos dias melhores! Talvez no mesmo clima do primeiro editorial do Abaeté de 1904, que assim anunciou-se:

> Poucas vezes terá visto esta cidade uma festa animada como a da inauguração desta folha. Ansiosamente esperada, a publicação do Abaeté foi um grande sucesso, mensageiro das mais gratas esperanças para o povo abaeteense, que, sem distinção partidária, acorreu todo, no dia 7 de setembro à redação desta folha, a convite de nosso editor proprietário, a fim de ver imprimir-se o último exemplar da primeira edição" Foi realizada uma festa de lançamento nas oficinas do jornal, quando todos os convidados assistiram imprimir-se o último exemplar da primeira tiragem. [depois do fato] rompeu-se a música no mesmo instante em que o Dr. Romanelli accionava a máquina e imprimia a última página do último exemplar. A banda de música "Lyra de Apollo (...) executou diversas peças do seu repertório e nos intervalos destas, fizeram-se ouvir, por diversas vezes, muitos vivas ao Abaeté, a 7 de setembro e à República. Seguiu-se um profuso 'copo d'agua'. (...) Usaram da palavra os Drs. Romanelli e Juvenal Gonzaga e o Capitão Eugenio Ricardo, e nosso colega de imprensa, o Sr. Coronel

[180] MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. O drama de Morada Nova. In: DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p.29..
[181] FREITAS, Victor Figueira de. Morada Nova: rincão flagelado mas não conformado. In: DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p.38.

> Octávio Carlos [de Souza] redator do Século [jornal de Bom sucesso fundado em 1898] fez um brinde á redação do Abaeté" "Como havia grande numero de moças, alegria e boa vontade, acabou tudo com um grande baile, que durou até as três da madrugada. "Tenhamos com mais freqüência outras festas de progresso, auspiciosas como esta".[182]

Certamente não faltariam nessa festa de progresso os políticos locais e seus convidados de outras esferas administrativas alimentando suas próprias esperanças de prestígio político junto ao povo da comunidade. Este, por sua vez, poderia reforçar suas velhas esperanças de que as coisas podem um dia dar certo, diante dos discursos inflamados dos políticos de plantão ou os próprios jornais locais que agora aparentam boa vontade e crença no povo que constitui a comunidade política que representam. Não foram poucas as situações em que se acreditou que era o momento de abandonar *"o terreno marasmático em que por longo tempo vivemos"*. Momentos em que se acreditou que esta percepção negativa do espaço teria decorrido *"menos por culpa do nosso povo de vontade decidida e de coragem indômita quanto ao progresso de nossa terra"*. vista, portanto como um lugar a espera de novidades *"que pela excessiva parcimônia dos governos quanto aos auxílios materiais aos nossos justos ideais de libertação e desenvolvimento"*[183].

De qualquer modo, como informava *A Esperança*, jornal publicado em Curvelo, no início do século XX, *"A Esperança é impressa nas officinas d'O Porvir"*[184]. Aliás, o discurso esperançoso é uma das armas de convencimento dos políticos que, só depois de constatar sua ineficiência e ineficácia na mobilização, partem para outras estratégias mais enérgicas que exigem todo o seu prestígio e força de coação. Revisitemos, pois, estas artimanhas!

[182] A NOSSA INAUGURAÇÃO. *O Abaeté*. Abaeté/MG, ano 1. n. 2. 18 de setembro de 1904. p. 1.
[183] LUZ DO ATERRADO. Editorial. Luz-MG. Ano 2, n. 38, 11 de mai 1923. p.2.
[184] A ESPERANÇA. Orgam imparcial. Curvelo. 12 de set. 1902.

2.3 Um lugar de se fazer política?

> Entrevista do dia:
> - Acha justo calçarem-se as ruas e praças apenas em frente das casas cujos moradores forem pessedistas, como vai ser feito?
> - Sim, respondeu o deputado, pois, se a Prefeitura tivesse em mãos da UDN, só calçaríamos em frente das casas de correligionários.
>
> *O Tiroteio*, jornal anônimo, Abaeté, 1954[185].

> Meu avô [o médico e senador estadual Dr. José Cândido de Sousa Vianna] foi também prefeito aqui e no fim do século atrasado construiu o cemitério. Os adversários foram contra (...) e começaram a dizer: "ah! O quintal do Dr. Vianna". Por coincidência, quem morreu primeiro foi a filha do líder da oposição, [o comerciante] Chico Cocão. Foi enterrada a filha dele e acabou a oposição. Mas quando entrou um adversário, o Juquinha Feijó [José Feijó Álvares da Silva, 1935] (...), ele fechou o portão principal e abriu um do lado de baixo. Quando meu irmão foi prefeito em 1947 ele fechou o portãozinho lá de baixo e abriu o cá de cima. Passado uns anos, o Amador [Álvares da Silva] entrou, fechou o de cima e abriu o de baixo. Parece brinquedo, né! E quando eu entrei os companheiros falaram: "Agora Aloysio, você fecha um e abre o outro" e eu falei: "não vou fazer isso não! Eu vou deixar os dois abertos". E estão abertos até hoje. Os dois. Logo que eu entrei tive que enfrentar esse problema que resolvi dessa maneira: foi uma pá de cal na política brava de Abaeté.
>
> Aloysio da Cunha Pereira, Abaeté, 2009[186].

> Nós tá somando? Só no cabo da enxada...
>
> Djalma, Cacique Kaxixó, Capão do Galinheiro, 2004[187].

Uma das representações mais comuns do oeste de Minas é a de que este seja "*um lugar onde se respira política o tempo todo"*. Desde há muito tempo, um espaço caracterizado pelas lutas políticas intensas "*travada em muitas frentes",*[188] embora as mais (re)conhecidas sejam as relações político-partidárias reconstituídas apaixonadamente desde as emancipações municipais, nas crônicas jornalísticas, nas histórias e memórias da vida política local.

Os historiadores municipais, a imprensa local, ou mesmo as línguas afiadas que avolumam o burburinho costumeiro do disse-que-disse[189] têm se ocupado prioritariamente dessas disputas político-partidárias da vida municipal, entendidas como *"zonas*

---

[185] Transcrito em *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté*. Abaeté/MG, 01 de agosto de 2004.
[186] PEREIRA, Aloysio da Cunha Pereira. Abaeté MG, 24 abril 2009. Entrevista.
[187] OLIVEIRA, Djalma V. de. Cacique Kaxixó. Martinho Campos, 06 dez, 2004. Entrevista.
[188] OLIVEIRA, Itamar de. *Francisco Campos*: A inteligência no poder. Belo Horizonte: Libertas, 1991. p. 3.
[189] Joaquim de Oliveira denunciava em 1904, o que nos parece ser determinada "prática política" dos grupos marginalizados da chamada política partidária, que ele interpretava como "vadiagem": "maldizer, cheios de eloqüência de todos os governos, desde o da União até a pequenina autoridade da roça" OLIVEIRA, Joaquim José de. A vadiagem. *O Abaeté*. Editorial. Abaeté. Ano 1, n, 34, 28 de maio de 1905. p. 1.

perigosas"[190] normalmente polarizadas entre duas facções[191] apoiadas *"em torno de grandes famílias"*[192]. Os primeiros quase sempre enfatizando as grandes realizações de progresso com os devidos créditos ao mandatário municipal responsável, cuja fama é feita, sempre que possível, em prejuízo à de seus adversários[193]. Outros, colhendo depoimentos dos *"tempos fortes da política brava e violenta"*[194] quando *"todo mundo andava armado e saía muito tiroteio"*[195], *"repudiando a baixeza vil da futricaria"* e desabonando a *"desclassificada politicalha"* – que ameaçava a vida frágil dos jornais locais de outrora, tanto quanto a falta de colaboradores, de leitores e assinantes interpretados como pertencentes a um meio social em *"grau mediano de cultura*"[196] – sugerindo que hoje *"as coisas já melhoraram bastante"*[197].

E à boca pequena, ainda hoje, vozes interditas parecem querer nos alertar para a persistência de certa atmosfera abafada de conluios, dissídios e delações confabulados nos corredores das repartições públicas, nalguma queda de truco nas pracinhas, ou em qualquer outra *"jogatina com o seu séqüito de brigas, immoralidades e morticídios"*[198]. Quem sabe aliança tramada em ambiente mais restrito como numa reunião de família, em acaloradas discussões por *"detrás da moita"*[199]. Nessas circunstâncias, difícil saber se avaliam bem o mérito de uma nova nomeação, um benefício concedido, a remoção de *"pessoas com*

---

[190] Expressão corrente em Pompéu, em 1950, conforme PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo 3. p. 246.

[191] A lista é extensa. Cito apenas os *vasquistas* e *gonçalvistas* de Pitangui, "Sedução" e "Flor de Amor", ou Partido Liberal e Conservador, em Abaeté; Cocais e Camargos em Luz. Cf. DINIZ, Sílvio Gabriel. *O Gonçalvismo em Pitangui*. Op. cit. 1969; OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*... op. cit. 1970; AZEVEDO, Djalma Alves de. *Um pouco de Luz*. Belo Horizonte. Sindicato dos Escritores do Estado de Minas Gerais, 2001.

[192] ORLANDO, M. Carvalho. Os partidos políticos de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 1. n. 2. Jul. 1957, p. 99.

[193] Para ficar apenas com um exemplo contemporâneo remeto o leitor à entrevista de Júlio Alberto Filho, rebatida por Mauro de Almeida Campos, publicadas respectivamente nas edições de fevereiro e março de 2008/. Cf. ALBERTO FILHO, Júlio. Conhecendo a história política de Abaeté. Entrevista. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.* Abaeté. fev. 2008, p. 13-15; CAMPOS, Mauro de Almeida. Esclarecimentos sobre a história política de Abaeté. Cartas. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.* Abaeté. mar. 2008, p. 2

[194] PEREIRA, Aloysio da Cunha Pereira. Entrevista a Chistiane Soares. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté*. Abaeté. 01 ago. 2005. Disponível on-line em http://nossojornalabaete.com.br/ Acesso em 05 set. 2009.

[195] "Com 17 metralhadoras e 183 carabinas, ganharemos as próximas eleições em Abaeté", galhofava um pasquim anônimo da cidade. "O tiroteio", tamanho oficio datilografadas com carbono, que circulou em Abaeté em 1954. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté*. Abaeté/MG, 01 de agosto de 2004.

[196] LEITE, Nicolau T. Editorial. *Bom Despacho*. Bom Despacho, ano 4, n. 150, 27 de março de 1927.

[197] OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*... op. cit. 1970. p. 414.

[198] COELHO, Dom Manoel Nunes. Visitas pastorais - 1926. Apud. SILVA NETO, Dom Belchior J. *O Pastor de Luz: na comemoração do centenário de Dom Manoel*. Luz. Littera Maciel, 1984. p. 191.

[199] Expressão utilizada pelo prefeito de Abaeté, Amador Álvares da Silva, em carta datada de 17 de agosto de 1931, enviada a Gustavo Capanema, á época Secretário do Interior de Minas Gerais, para descrever o posicionamento político de Frederico Campos, na organização do diretório do Partido Republicano Mineiro, em Abaeté. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

qualificação comprovada"[200], manobras (in)suspeitas de perseguição política sempre em nome do bom andamento da coisa pública e a serviço da amizade ou da retaliação.

A formação de uma nova "panelinha", as ambições políticas de uns e a bajulação de outros, as peripécias da situação e as *"intrigas da oposição"*[201] atualizam práticas registradas na região desde o período colonial. Assim foram as mobilizações em torno da recepção hospitaleira a Inácio Correia Pamplona, recheadas de denúncias de abuso de autoridade, requerimento de benefícios e rasgada bajulação[202]. Também poderíamos nos lembrar de Eschwege e a descrição das ações dos soldados responsáveis pela fiscalização na passagem dos rios (portos), arrecadando o imposto em sociedade com a Coroa, *"como se fosse praxe legal"*[203]. Enfim, nos termos de um dos importantes nomes da política partidária de Abaeté: *"política no interior você imagina...!"*[204], imbróglio difícil de enunciar. Pode perigosamente nos conduzir a uma dimensão mítica[205] das tramas sociais publicamente enaltecidas como a luta pelo bem comum – característica sistematicamente destacada nas biografias dos chefes políticos locais –, colocada em prática por estratégias matutadas em alianças bem menos altaneiras e mais mundanas do que poderia fazer supor a inspiração de uma política normativa, à grega, para além das paixões e interesses[206], reinante nos modelos de descrição dos líderes locais.

Os mais considerados socialmente[207] (fazendeiros, médicos, advogados, delegados, negociantes, e até há pouco tempo, os párocos como padre Luiz Gonzaga em

---

[200] Frase retirada da justificativa dada ao Estado de Minas em relação à contratação de parentes do Prefeito de Bom Despacho para atuar em programa de qualificação profissional. Cf. ESTADO DE MINAS. Prefeito de Bom Despacho emprega parentes no ProJovem. Belo Horizonte. 25 jan. 2010.

[201] Resposta de Haroldo Queiróz, prefeito de Bom Despacho às acusações de nepotismo. Idem.

[202] "Aqui em São Simão [lado esquerdo do São Francisco], se ajuntaram muitas e diversas pessoas, a fazerem queixas uns dos outros, por respeito de terras, e mais trapaças que se contaram 87 brancos, fora o mais pardagem e negraria em quantidade". NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional... op cit. p.58.

[203] ESCHWEGE, W.L. von. *Brasil, Novo mundo.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 88-90.

[204] PEREIRA, Aloysio da Cunha Pereira. Abaeté MG, 24 abril 2009. Entrevista.

[205] Marcos Martins escreveu que "o que mais se ouve, portanto, é dizer que a política mineira no interior é atrasada, caduca, dominada por coronéis, ou melhor, por um vago "neocoronelismo". Que os mineiros são acostumados a chefetes, a pequenas tiranias familiares, ao mundo raso das lutas de veados e caranguejos, gaviões e rolinhas, peludos e pelados, luzeiros e escureiros. Que os mineiros não sabem lidar com partidos e programas políticos consistentes, que fogem da política ideológica como o diabo da cruz. Por isso mesmo, seriam visceralmente conservadores, até antimodernos no plano político. Eu penso que há, na base dessa caracterização da política mineira interiorana, um mito poderoso. O mito da política ideológica". Cf. MARTINS, M. L. Política Interiorana à moda mineira. Disponível em http://www.minasdehistoria.blog.br/2008/06/politica-interiorana-a-moda-mineira Acesso em 15 de janeiro 2010.

[206] Penso especialmente nas dívidas que as caracterizações do bom político, realizadas nessas biografias, em relação à idéia platônica de que "só é possível encontrar um bom governo onde a condição dos homens destinados ao poder é preferível ao próprio poder, porque só aí haverão de ter o poder os verdadeiros ricos, não em ouro, mas daquilo que devem ser ricos os homens felizes, isto é, de um modo de vida honesto e sábio". (PLATÃO. *A República.* São Paulo: Escala. Livro VII, cap. V. p. 232).

[207] "Vá a Morada Nova ouvir as pessoas de conceito, vigário, auctoridades,negociantes, etc, e não cachaceiros como Derto e outras, apontados pelo chefe prestista Lopes e seus apaniguados", escrevia

Dores do Indaiá, Padre Vital, em Abaeté, Padre Espíndola em Pimenta[208]) normalmente são aqueles que cuidam de *fazer a política* apoiados nas suas relações pessoais e nos laços familiares, nas amizades e na troca de favores ciosos de demonstrar seu espírito público, energia e autoridade. Esta última, sempre buscada no apoio dos mais influentes com colocação em instâncias superiores da administração, traduzidas em *"prestígio político"*[209], ainda que em prejuízo do município. Prestígio utilizado em interesse próprio ou a favor dos correligionários, mas sempre contra os adversários. Em Abaeté, é motivo de discussão, ainda hoje, as histórias sobre os prejuízos que o município angariou com a divisão política, quando os interesses pessoais e partidários estiveram (?) acima dos públicos: especialmente aquelas relacionadas à construção de um ramal ferroviário com destino à cidade, cuja estação seria construída nas cercanias, onde o prefeito tinha propriedades. Argumentam uns que o projeto teria sido desviado para a Barra do Paraopeba, tão logo a oposição conquistou o poder, rumando em direção às propriedades do seu sucessor. Ou ainda histórias sobre a suposta mudança do traçado da rodovia de Belo Horizonte a Brasília (BR-040), que teria sido realizada, a pedido do líder da oposição, aliado de Juscelino Kubitschek, com o intuito de não contribuir para o aumento do prestígio político do prefeito local.

A disputa pelas versões dessas histórias tem atualizado velhas rivalidades partidárias, vivenciadas sob formas mais simbólicas, como prática política que encontra suas variantes em toda a região. Ao invés de discutir suas "conseqüências", aproximemo-nos de um dos inúmeros exemplares encontrados nas galerias de homens públicos dos diversos municípios do oeste de Minas: tratemos da prática política de Antônio Amador Álvares da Silva, neto do Barão do Indaiá, para entender melhor sua lógica de sustentação.

Em 1931, Dr. Antônio Amador escrevia para o Secretário do Interior de Minas Gerais, Gustavo Capanema, com o intuito de tratar de assuntos relativos à política local. Dirigia-se a ele *"não como [a um] Secretário de Estado (...) mas como*

Amador Álvares. CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 17 de agosto de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

[208] Apesar de a Igreja Católica proibir desde 1915 o envolvimento dos párocos "na política local, pois está provado que o procedimento contrário muito prejudica o seu ministério, afastando de si uma parte de seus paroquianos", o envolvimento dos eclesiásticos na política local foi intenso desde pelo menos década de 1930, época em que se observa uma renovação do clero com a chegada de padres estrangeiros e de novos padres pelo Bispado do Aterrado, formados nas "novas" diretrizes romanas. Cf. PASTORAL COLETIVA. *Constituições Eclesiásticas do Brasil: Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915*. Canoas: La Salle, 1950. p. 317. Para conhecer o conflito entre Padre Espíndola e seus paroquianos, decorrentes de seu envolvimento na política local, no ano de 1936, cf. FARIA, Carlos Cesar. *O trabalho pastoral na diocese do Aterrado de 1918 a 1941*. Luz: Fasf/Luz, 2008. p. 25. (mimeo.)

[209] LOPES, Gerson. Dr. Amador era um Deus para muita gente. *Nosso Jornal*. Abaeté. 01 de julho de 2005.

amigo e parente", forma preferencial de tratamento utilizada nos "assuntos políticos", entrelaçando relações pessoais e públicas:

> Desejo saber se houver certas atitudes aqui no município, onde sempre contei e ainda conto com uma quase unanimidade, terei o apoio do governo para uma atitude enérgica, com demissões, remoções, etc. tudo feito discretamente. Sei que sou algum tanto prejudicado (...) nos momentos de luta, pela fama prejudicial *[grifo no original]* em política que adquiri de extremamente tolerante e estou disposto a dar-lhe fim desde que, para tal, não tenha de saltar os limites da lei e da decência. É por isso que lhe faço esta pergunta, cuja resposta irá traçar o meu modo de agir[210].

Conforme levantamento de José Alves de Oliveira, Antônio Amador chefiou o governo municipal em Abaeté por quinze anos, em dois períodos distintos: como Agente Executivo[211] na Primeira República, de 01 de janeiro de 1916 a 17 de janeiro de 1924, e como Agente Executivo e depois como Prefeito, de 17 de maio de 1927 até 19 de janeiro de 1935. Quando escreveu a referida carta a Capanema, em 1931, era prefeito municipal indicado. A se considerar o tempo que ficou no cargo, sua estratégia de permanência mostrou-se muito bem sucedida, fazendo-nos crer terem sido benéficos para seu prestígio de homem público os seus (novos) contornos de intolerância. Aliás, era um estratagema complexo, embora não pudesse ser tomado como inédito na região: utilizava-se do prestígio político de que desfrutava junto a Capanema e da arbitrariedade (legal, "decente" e discreta) junto à população, na sua qualidade de amigo particular dos poderosos[212] e chefe do partido situacionista. Afinal, *"isso era normal"*, conforme as lembranças que Júlio Alberto Filho guarda da história política de Abaeté:

> cada um que entrava na prefeitura queria limpar a área, tirar os adversários e colocar os seus partidários. A política aqui era uma política de família. (...) O mando era pessoal. Quando um tomava posse, demitia todos os funcionários que podia demitir e colocava os amigos deles. Isso era normal. Naquele tempo, o povo era despolitizado e analfabeto. A população estava, em sua maior parte, na zona rural. Cada povoado tinha seu chefe político, um fazendeiro rico que controlava 50 ou 100 eleitores[213].

---

[210] CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 17 de agosto de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

[211] Cargo executivo criado pela Lei Estadual n. 2 de 14 de setembro de 1891, que poderia ser exercido cumulativamente por um vereador ou por pessoa estranha. Em Abaeté, enquanto houve o cargo, ele sempre foi exercido pelo Presidente da Câmara.

[212] "[Francisco] Campos, já como ministro, passou em sua terra natal – Dores do Indaiá – lá se encontrou com um velho amigo e disse: - Pedro Lica eu agora estou mandando, o que você quer? - Chiquinho, eu estou querendo o bispado de Luz. O ministro, como sábio, o riso enfeitou o seu rosto". Cf. GUIMARÃES, Antônio Campo. *Chico Campos:* O mago do Indostão. Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1996. p. 156.

[213] ALBERTO FILHO, Júlio. Conhecendo a história política de Abaeté. Entrevista. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.* Abaeté. Ano 13. n. 149, fev. 2008. p. 13.

No mesmo ano de 1931, Gustavo Capanema tinha recebido carta com pedido semelhante à de Antônio Amador de outro Álvares da Silva. Dessa vez um José Maria, fazendeiro e criador da região de Pompéu, conhecido como Lilico das Cabaceiras [a quem já nos referimos rapidamente no item 1.6]. Este escrevia do Burity da Estrada, à época influente distrito eleitoral de Pitangui. As semelhanças não estavam apenas na forma de tratamento como também no conteúdo:

> O caso é o seguinte: foram há tempos cortadas diversas escolas, inclusive a 2ª cadeira do Burityzal, ficando assim a dirigente da cadeira sem remuneração (...) somente com a expectativa e nada mais; me interesso por ela nem só porque é minha parenta, como também faz parte, tanto pai como marido, da nossa lucta política de muitos anos. (...) desejo a ela a reintegração da cadeira. [Além disso, foram] removidas, ou melhor, "promovidas" as outras professoras do Burityzal para o Grupo Escolar do Burity da Estrada [atual cidade de Pompéu, sede do distrito]. Muitas injustiças nesse ato (...) porque deixou sem instrução duzentos e muitos meninos neste logar (...), deixou sem remuneração tanto tempo uma que pertence aos nossos amigos políticos e pessoais e, como disse, promoveu outras de nossos inimigos políticos e pessoais, como muito bem conheceste. (...) Este ato tira o prestígio de todos os seus amigos em todo o município, entregando[-o] aos inimigos com toda força e poder: grande injustiça! Venho pedir-te (...) que seja este ato de remoção sem efeito, ou que sejam removidas para fora do município [as professoras beneficiadas], o que antecipadamente e de todo o coração apresento meus agradecimentos e de meus amigos daqui[214].

Os pedidos contidos nas cartas de Antônio Amador e Lilico das Cabaceiras eram essencialmente os mesmos. Constituíam parte tão fundamental quanto corriqueira de suas estratégias políticas locais. Sua execução exigia a utilização de todo o seu prestígio político, tanto para a solicitação à autoridade superior – que lhe cobrava os favores a seu tempo exigindo do líder local *"todo seu interesse em favor da [sua] candidatura"* ou de seus aliados, mobilizando os *"demais companheiros"*[215] – quanto para evitar ou suportar as reações e retaliações dos adversários locais prejudicados. Reações muitas vezes violentas que transformavam a comédia em tragédia[216]. Ainda que a despolitização da maior parte da população, conforme observou Júlio Alberto Filho, pudesse não fazer da opinião popular

[214] CARTA de José Maria Álvares da Silva a Gustavo Capanema. Fazenda da Lapa, 11 de março de 1931. Rio de Janeiro. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema. GCb/SILVA, José Maria.doc. 4.
[215] TELEGRAMA de Gustavo Capanema a José Maria Álvares da Silva [cópia]. 8 de outubro de 1934. Rio de Janeiro. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema. GCb/SILVA, José Maria.doc. 0161.
[216] "Infelizmente, quase que a comédia termina em tragédia; os nossos adversários, para mostrarem o seu regozijo e insultarem o sub-delegado do distrito [de Morada Nova], deram tiros durante toda a noite, o que levou o capitão a reagir pela manhã, prendendo um correligionário seu que estava armado de faca". CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 27 de abril de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

ameaça séria ao (des)mandante municipal, por vezes, a luta entre as facções mobilizava, em diferentes intensidades, parcela significativa da população.

No caso de Antônio Amador, seu prestígio político sustentava-se na imbricação das esferas públicas e privada, nos laços de amizade e parentesco colateral com Gustavo Capanema – autoridade que tinha atingido já "*os primeiros degraus de sua carreira política"*[217], seguindo os passos de Francisco Campos, cujas ligações também eram evocadas por José Maria Álvares da Silva – bem como na posição social que ocupava no município, como médico pertencente a uma das famílias ligadas umbilicalmente ao exercício do poder político na região. Uma pequena incursão nas suas relações de parentesco – permita-nos esse meneio genealógico, recurso já tão gasto na escrita das histórias municipais – talvez pudesse nos dar uma idéia da complexa rede de apoio familiar com a qual ele contava, não muito distintas daquelas em que eram enleados e embalados outros dos chamados líderes políticos da região.

Antônio Amador Álvares da Silva, filho do Desembargador Amador Álvares da Silva e de Isabel Carolina Álvares da Silva, era neto por parte de mãe, de D. Isabel Carolina da Cunha Sampaio e de Antônio Zacarias Álvares da Silva – o Barão do Indaiá, cujo título tinha sido obtido de D. Pedro II em 02 de agosto de 1879, mediante o pagamento de cem mil réis de emolumentos e trezentos mil réis de selos. Antônio Amador tinha, portanto, uma ascendência, digamos, de *"honra, privilégios, isenções, liberdades e franquezas"*[218], enfim possuía fama de ser *"gente de qualidade"*, conquistada em parelha com suas posses. Tipo social que o narrador das viagens de Pamplona constatou, em 1769, ser tão raro nessas paragens[219].

Para levarmos ainda à frente nossa busca pelos seus ascendentes, quem sabe encontrando precedentes daquela prática política vislumbrada pela leitura de sua carta endereçada a Capanema, é interessante observar a linhagem de sua avó materna, Isabel Carolina, a Baronesa do Indaiá. Ela era uma dos oitos filhos de Joana Helena de Sá e Castro e do Major José de Deus Lopes. Este último, descrito pelo Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, em 1807, como um *"oficial nativo e inteligente desses sítios"*[220], embora tivesse nascido em Porto Feliz, capitania de São Paulo. Lopes veio

---

[217] A expressão empregada por Barbosa para se referir à posição ocupada por Francisco Campos, quando eleito deputado estadual. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do passado*. Op. cit. 1964, p. 74.
[218] CARTA pela qual Vossa Majestade Imperial há por bem fazer mercê ao coronel Antônio Zacarias Álvares da Silva do título de Barão do Indaiá. Apud. OLIVEIRA, José Alves. *História de Abaeté*... Op. cit. p. 383.
[219] NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.57.
[220] Rgº do Offº do Exmo. Snr. General de 26 de 7brº de 1807. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, jan-jun, 1904.. p. 389.

para a região, como furriel incumbido de comandar a guarda do Indaiá e perseguir garimpeiros clandestinos, à época da descoberta do famoso diamante do Abaeté (1791). Nunca mais se afastou desse lugar, sendo ordenado para auxiliar os trabalhos de instalação da Real Extração Diamantina do Abaeté e Indaiá, em 1807. Com as ordens para a suspensão das atividades oficiais da Extração Diamantina, em 1808, o empreendimento foi entregue inteiramente aos seus cuidados. Já era Tenente quando passou a *"responder por tudo que hé de S.ª A. R."*[221].

Desde então, com o declínio das atividades de mineração, José de Deus Lopes, o bisavó materno de Antônio Amador, como muitos outros oficiais de seu tempo que serviam na região, deixou as fileiras[222] e passou a se dedicar à agricultura e à pecuária: tornou-se grande fazendeiro. Era dono, por exemplo, da Fazenda de Sant'Anna, cuja sede localizada a 18 quilômetros da atual cidade de Abaeté, ficou de pé até 1962. Em 1811, o barão de Eschwege dava notícias de que *"o comandante do Indaiá, José de Deus Lopes, Capitão do Regimento da Cavalaria de Minas"* – com quem o alemão teria entrado em atritos durante suas pesquisas mineralógicas na região[223] – tinha se tornado *"um pequeno déspota* [forma pela qual] *governava os escassos habitantes espalhados pelos arredores"*[224]. Em 1816, o próprio Eschwege informava que José de Deus, já major aposentado, dedicava-se exclusivamente às suas posses[225], ampliando seu patrimônio e influência até a sua morte em 1839[226].

A partir de 1853, o genro de José de Deus Lopes, Antônio Zacarias Álvares da Silva, o futuro Barão do Indaiá, veio da Abadia (hoje Martinho Campos), distrito pertencente a Pitangui, para assumir o controle da Fazenda de Sant'Ana, ampliando os negócios. Assim, a fazenda de Sant'Ana teria se consolidado como importante núcleo agrícola da região, fazendo parelha com o núcleo do Pompéu. Não em extensão, mas como importante rota de autoridades recebidas com a hospitalidade sempre *"exercitada em*

---

[221] Offº de S. Ex. de 22 de janeiro de 1808. *Revista do Arquivo Público Mineiro* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, jan-jun, 1904.. p. 396.

[222] Eschwege, que não raro se indispunha com as autoridades locais incluía José de Deus Lopes entre os "soldados displicentes [qu]e pouco respeitam os superiores [já que] não querem saber de subordinação alguma". Observa que grande parte dos povoadores da região tinham sido soldados: "que escolhem o lugar em que gostariam de ficar, pois possuindo algum dinheiro por ocasião da baixa, ali se estabelecem e contraem casamento. Narra também o caso de um soldado que conseguiu atestado falso de doença para dar baixa e se casar com a filha de um fazendeiro. Cf. ESCHWEGE, W.L. Von. *Brasil, Novo mundo*...op. cit. 1996, respectivamente, p. 98, 94 e 135.)

[223] REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. Ano 2, IV, out-dez de 1897, p. 765.

[224] ESCHWEGE, W.L. Von . *Pluto Brasiliensis*. II. Op. cit. 1979. p. 171.

[225] ESCHWEGE, W.L. Von. *Brasil, Novo mundo*...op. cit. 1996, p. 152

[226] OLIVEIRA, José Alves de. História de Abaeté...op.cit. 1970. p. 25.

elevado grau"[227] por estas paragens, prática política costumeira entre os líderes locais desde pelo menos os tempos de Pamplona[228]. Nas representações cartográficas do período colonial, a fazenda de Sant'Anna aparece como um dos derradeiros pontos de referência dos limites problemáticos entre Minas Gerais e Goiás[229]. Narrativas de viajantes, como Freyreiss, em 1814, informam que, para o oeste, depois da fazenda de Sant'Ana, não se encontrava *"nenhuma habitação"*[230]. As histórias municipais referem-se a ela como o lugar onde viveu um dos líderes do movimento para a emancipação política de Dores do Indaiá e Abaeté: o Barão, pai, avô e bisavô de chefes políticos importantes nessas comunas, como Frederico Zacarias, Antônio Zacarias (Dr. Nico) e o próprio Antônio Amador, o neto do Barão do Indaiá que surpreendemos escrevendo a Gustavo Capanema.

Tão logo assumiu a fazenda de Sant'Ana, em 1853, *"como não descurava da boa administração de seus negócios, cujo principal era a fabricação de açúcar e aguardente, prosperou e enriqueceu"*[231]. Antônio Zacarias Álvares da Silva tornou-se, na avaliação de José Alves de Oliveira, chefe político incontestado pela sua abastança, que lhe proporcionava ter nos escravos, agregados e afilhados, uma base política importante para o exercício da política partidária, cujo sucesso lhe tornou possível ocupar sucessivos cargos na administração municipal. Esteve à frente das primeiras Câmaras de Dores do Indaiá e Abaeté, estendendo a seus descendentes *"seus dons inatos de líder e suas relações de parentesco e amizade com militantes categorizados da alta política, como o Conselheiro Martinho Álvares da Silva Campos"*[232]. Parece ter transmitido também o seu jeito de fazer política, não muito distante daquele sugerido na carta de seu neto Antônio Amador a Gustavo Capanema ou as biografias de seu tio Antônio Zacarias Álvares da Silva (Dr. Nico)[233], que fora casado com a mãe de Francisco Campos. Aliás, este último, o *"ministro*

---

[227] Expressão de Eschwege, ao registrar sua estada em Formiga. ESCHWEGE, W.L. Von. *Brasil, Novo mundo*...op. cit. 1996, 81.

[228] "Manoel Barbosa veio nos esperar com outros sujeitos uma légua antes de chegarmos a sua casa", registrava Dom Manoel, em sua visita pastoral a Moradinha [Morada Nova de Minas] de 1922, (cf. LUZ DO ATERRADO. Luz. 21 out. 1922. p.1) descrevendo cena muito semelhante às vividas pela comitiva de Pamplona em 1769. "A meia légua antes de chegarmos ao [sítio do Bernardo Homem], esperava [o mestre de Campo Inácio Correia Pamplona] o dito homem." Cf. NOTÍCIA diária e individual. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Op cit. p.56.

[229] Cf. TORRES, Manoel Fernandes. *A Questão dos limites entre os estados de Minas Geraes e Goyaz.* Rio de Janeiro: Instituto Muniz Barreto, 1924. cap. II.

[230] FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil.* Op. cit. 1982. p. 64.

[231] OLIVEIRA, José Alves de. História de Abaeté... 1970. p. 25. Francisco Paula Oliveira, Engenheiro de Minas formado pela escola de Minas de Ouro Preto, que foi sócio do Barão do Indaiá na tentativa de exploração do ferro na região, escreveu em 1881 que "o assucar é fabricado em escala regular pelo Barão do Indaiá e outros fazendeiros do Abaeté". Cf. OLIVEIRA, Francisco Paula de. Anais da Escola de Minas. Op.cit. 1881, p. 93.

[232] OLIVEIRA, José Alves de. História de Abaeté... op. cit. 1970. p. 382.

[233] Filho natural do Barão do Indaiá. Nasceu na Abadia e 1847 e foi criado junto ao pai, na fazenda Sant'anna. Estudou medicina no Rio de Janeiro, foi especializar-se na Europa. Exerceu a profissão em Formiga, Pitangui, Abaeté, Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Dores do Indaiá, cujas passagens lhe

fazedor de lei"[234], um pouco antes da data em que foi escrita a carta de Antônio Amador, tinha deixado a Secretaria do Interior de Minas Gerais para ocupar o cargo de Ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas. Sua vaga no governo mineiro foi deixada para Gustavo Capanema – o destinatário das cartas de Antônio Amador, de Abaeté, e de José Maria, de Pompéu. Quer dizer, o sobrinho do Dr. Nico recorria à autoridade que o enteado de seu tio tinha "outorgado" a Gustavo Capanema. Ainda que essa parentalha seja confusa, não é difícil imaginar as motivações que Capanema teria em atender aos pedidos. Tratava-se de coisa de família tramada numa rede de amizades construída desde o berço (lembremo-nos agora da carta do arquivo de Dona Chiquinha, que analisamos no item 1.6).

Talvez não seja prudente continuar a incursão nesta teia de relações "*políticas e pessoais"* de amizade e parentesco, para fazer referência ao vocabulário político de José Maria Álvares da Silva. Isto poderá nos fazer perder o rumo, ou quem sabe repisar um mesmo terreno já mapeado – ainda que noutra escala – pelas histórias de fundação e melhoramento dos municípios do oeste de Minas, como Pitangui, Dores do Indaiá, Abaeté, Pompéu, por exemplo. Estas nos poderiam reconduzir facilmente a muitos desses nomes evocados. Não é necessário dizer que todos eles têm relação de parentesco que os fazem ser reconhecidos como *"herdeiros políticos de Joaquina do Pompéu"*. Enfim, é suficiente dizer que os laços de família e amizade pessoal e política prendem a grande maioria dos nomes destacados na política partidária municipal do oeste de Minas. A propósito, esta compreensão, digamos, restrita do termo política é fundamental para dar sentido à tese de que o modelo político das cidades do oeste de Minas é devedor da família numerosa, da fazenda e da religião.

Aliás, a relação entre essas instituições parece não excluir a grande quantidade de eclesiásticos que se tornaram importantes líderes políticos locais, como, por exemplo, Padre Luis Gonzaga em Dores do Indaiá e Padre Vital em Abaeté, que se apoiavam nessas relações pessoais e políticas, sem os laços de sangue, para também ocupar cargos públicos.

Mas e o povo? Se estas relações fizeram a fama dos fazedores de política que, além do apoio da máquina pública chefiada por *políticos ilustres*[235], não

---

renderam cargos na administração pública municipal e foi eleito em 1899, deputado federal pelo sétimo distrito de Minas Gerais. Cf. OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*... op. cit. 1970. p. 391-393; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do passado*. Op. cit.1964, p. 105-109.

[234] OLIVEIRA, Djalma Vicente de, Cacique Kaxixó. Martinho Campos, 06 de dez, 2004. Entrevista.

[235] NOSSO JORNAL. *Dr. Amador*. Abaeté. 01 de julho de 2005.

dispensavam o apoio da polícia[236], que *"espancava a todos, a torto e a direito"*[237], especialmente os mais humildes considerados não *"ativos na política"*. Estes, por sua vez, cuidavam logo de arranjar alguma coisa para sobreviver àquela, quem sabe mesmo obtendo alguma vantagem. Nesse sentido, a bajulação e a relação com algum amigo poderoso poderiam ser consideradas práticas fundamentais também na escala de atuação dos líderes locais e, digamos, dos liderados, portanto, prática generalizada, experimentada por diferentes sujeitos, em diferentes níveis: seja na relação entre um indicado, o padrinho intermediador e o administrador público, seja entre o fazendeiro e seus agregados, e atualmente numa relação particularíssima entre o eleitor e o candidato. Relações de violência física ou simbólica, de hierarquização e humilhação num perigoso jogo de interesses dinâmico e instável.

Corre como boato consolidado, de verdade tão tênue quanto as informações divulgadas nos boletins anônimos lançados às vésperas de eleições – a versão mais atual de disseminação de uma arma política bastante antiga na região como a calúnia e a difamação –, que certo mandatário municipal, às vésperas do pleito, comparou o processo eleitoral de sua comuna – especialmente a relação que se estabelece entre a dita elite política local e o povo – à complexidade da arte de tratar de galinhas[238]. Seria só jogar um milhozinho que os eleitores viriam. O bom político, nesse sentido, deveria ter o bom senso do tratador: jogar o milho apenas no momento e na quantidade certa para que elas viessem ao terreiro. Quem sabe o mentor dessa comparação tivesse em mente a associação do político à astúcia da raposa prestes a dar o bote nas galinhas – reconhecidas no reino dos animais domesticados por terem pouca noção de satisfação, engolindo milho quanto haja disponível ou lhes estoure o papo.

Alguns certamente consideraram a analogia pejorativa, bastante inadequada para traduzir as festividades de inauguração do calçamento parcial da rua principal de um dos distritos do Município, às vésperas das eleições. O discurso inaugural vinha

---

[236] "Nesse tempo [até a década de 1950], a polícia, que era um fator muito importante na política, estava do nosso lado. Levamos a polícia conosco para o comício no Cedro [do Abaeté]". Cf. ALBERTO FILHO, Júlio. Conhecendo a história política de Abaeté. Entrevista. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté*. Abaeté. Ano 13. n. 149, fev. 2008. p. 14.

[237] COELHO, Dom Manoel Nunes. Visitas pastorais - 1922. Apud. SILVA NETO, op. cit.1984. p.132.

[238] Diferentemente dos boatos sobre Joaquina do Pompéu – as ditas histórias de maledicência – não foi fácil encontrar quem autorizasse a utilização de seu relato para confirmar a existência do boato talvez por receio de constrangimento ou "perseguição política". Como não pretendemos comprovar ou refutar a veracidade do comentário, registrando meu próprio testemunho do fato: qual seja, a existência do boato, limito-me a compartilhar o comentário sobre a repercussão do caso, feita por José Ferreira da Cruz, alertou-nos para o fato de que: *"O povo fala demais. Inventam tudo quanto é trem na época de eleição. Ninguém ouviu ele falando, só os outros dizendo que falou"*. CRUZ, José Ferreira da. Paineiras. 12 de novembro de 2004. Entrevista.

reafirmar a promessa de que a obra teria continuidade no ano seguinte, com os devidos trâmites que colocariam o candidato da situação na linha de sucessão. Outros poderiam mesmo ter lhe reconhecido os méritos de certa inspiração maquiavélica[239] – no sentido mais estrito do termo, ressalvemos –: ao interpretar o caso, porém, poucos teriam argumentos consistentes para discordar da pertinência da analogia, seja em relação à estratégia utilizada ou à sua eficácia e eficiência.

Poderíamos tomar essa imagem, e a ênfase que dá às características animalescas dos envolvidos na política, não apenas dos príncipes, mas também as dos súditos, para pensar a interessante combinação de papéis, expectativas e responsabilidades que, em última análise, mostra a simbiose entre os considerados políticos locais e o povo, para além dos esquemas de oposição, mormente utilizados para designar essa relação: entre culpados ou inocentes, perdedores ou vencedores, dominados e dominadores, os mandatários e os dependentes, a personalidade e a massa, *ignara* – como diria Joaquim José de Oliveira. Esta oposição esquemática baseia-se na idéia de que apenas uma das partes seria interessada – não diríamos necessariamente consciente! No entanto, os dois sujeitos dessa relação são comumente representados como "escravos" dos seus desejos de ganhar a política [a qualquer preço] e ganhar com a política [a um preço qualquer] – enfim, tanto o político quanto o eleitor estariam entregues aos seus apetites, o que em termos foucaultianos, inspiraria cuidados em dobro[240].

A história dos fazedores de política tem sido escrita com tintas fortes dando destaque às suas trajetórias familiares e pessoais: genealógica, minuciosa e laudatória, narrativa dos esforços e sucessos na modificação das circunstâncias materiais – as suas realizações, impressas nas placas de inauguração ou nos tipos dos jornais locais, quase sempre sustentados pelo partido político da situação –, insinuante das suas habilidades na conquista de civilização, modernização, progresso e desenvolvimento, bem como da manutenção das relações sociais ou dos "estados de dominação" (Foucault) herdados de seus antepassados. A história do povo, malgrado a generalização que o concebe às vezes como massa ignara, corja manipulável, corruptível ou mesmo corruptora, eternamente insatisfeita, tem lá as suas gradações e distinções fornecidas por este próprio olhar essencialista predominante nas análises das relações políticas no oeste de Minas: os

---

[239] Maquiavel concordava com os antigos escritores que aconselhavam aos príncipes "saber empregar convenientemente o animal e o homem" e que, quando precisasse empregar a natureza da besta, "dela tirar as qualidades da raposa e do leão". MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 101.

[240] Refiro-me à sua posição sobre o cuidado de si como prática de liberdade. FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si com prática de liberdade. *Ditos e escritos V, Ética, sexualidade, política.* Rio de Janeiro: Forense, 2004.

aliados, os meus eleitores, os correligionários, os inimigos e os amigos políticos e pessoais, "as galinhas", ou quem sabe, "os frangos" que, nessa forma de percepção, se refere à maioria da população vista como massa manipulável ou alienada. Esta participaria das festas da política, mas nunca a fariam – seriam feitos! Quem sabe com angu e quiabo, à moda da terra.

Mas, afinal, o oeste de Minas é um lugar de se fazer política ou de ser feito por ela? Sem desconsiderarmos a ubiqüidade que o termo pode assumir, quando todo ato poderá ser tido como político, quando até mesmo não fazer nada pode constituir-se em importante forma de ação, observamos que os historiadores municipais que se ocuparam do tema compreendem o ato de *"fazer política"* num sentido bastante específico. Nessa concepção, quem faz política no oeste de Minas é aquele que assume determinadas funções na luta político-partidária local. Características bem específicas que restringem a compreensão das relações de poder[241] a estados de dominação, camuflando as técnicas, reduzindo-as a situações localizáveis e limitadas. Tomando emprestadas as características pelas quais José de Oliveira qualifica os chefes políticos locais de Abaeté, poderíamos dizer que para fazer política é preciso ter um *"espírito público"*, ser inteligente e possuir, ao mesmo tempo, *"um caráter enérgico e autoritário"*[242]. Acreditam alguns que também tem que ser rico, seja em terras acolhedoras dos agregados e afilhados nos tempos em que não havia a lei do usucapião, seja para comprar os votos na atual conjuntura democrática[243].

---

[241] Fiquemos com a definição do termo, conforme Foucault: relação de poder entendida como qualquer relação em que "um procura dirigir a conduta do outro. São móveis, reversíveis e instáveis. Só há relação de poder quando há necessariamente possibilidade de resistência, há ainda liberdade – por mais estrita que ela seja" (FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si com prática de liberdade. Op. cit. 2004 p. 276).

[242] Descrição das características do Tenente-Coronel Teófilo Ezequiel: "simpático, e de maneiras agradáveis, tinha no físico e na fibra, todas as características de um chefe, nem lhe faltando o caráter enérgico e autoritário que se mostrava insopitável, quando sua vontade se contrastava com a de outrem. OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*... op. cit. 1970. p. 298. Donald Pierson, em 1956, recolhe entre os moradores da região informações sobre as características que consideravam necessárias a um chefe político, não muito diferentes daquelas. Cf. PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Tomo III. Rio de Janeiro: Suvale, 1972. p. 255-257.

[243] Conta um candidato a vereador de Abaeté, em relação às eleições de 1988: "Aconteceu o seguinte: a) Vários candidatos foram votados por eleitores de suas famílias (...) b) ** c) Dinheiro - apareceram os mais estapafúrdios pedidos. Vejam só: um eleitor me pediu 20 mil cruzados para levar sua sogra para BH, para ser operada de hemorróidas. Outro me pediu 10 mil cruzados para inteirar 50 mil, a fim de abrir uma Caderneta de Poupança. Um casal apareceu me pedindo um par de alianças de ouro a troco de dois votos. Outro, um colchão de casal, pois sua filha havia arranjado um companheiro e não podia dormir em cama de solteira. Houve ainda pedido de cinco engradados de refrigerantes para o aniversário do filho (a cachaça já havia ganho de um fabricante local), quédis para a mulher e cinco filhos. Acreditem que uma eleitora me apareceu dizendo que suas galinhas tinham amanhecido tristes - o galo havia morrido e ela precisava de dinheiro para comprar outro, já escolhido, muito bonito, parecendo um galã de novela, imaginem! (...). Fora os tradicionais pedidos de dentaduras, etc, etc...". ALBERTO, Sizínio. Causos de Abaeté. *Nosso Jornal: Folha Comunitária de Abaeté*. Abaeté, 01 de setembro de 2002.

Já os estudiosos que procuram compreender a dinâmica regional de Minas Gerais, ocupando-se especialmente dessas práticas políticas – ou diríamos, valendo-nos ainda uma vez do vocabulário de Foucault, desses estados de dominação[244] – enfatizando o *"senso de lugar"*[245] dos grupos dominantes. Perspectiva não necessariamente oposta à dos historiadores municipais, mas operando noutra escala de observação, destaca a capacidade das elites políticas locais superarem as desavenças municipais, *"irreconciliáveis"* aos olhos dos primeiros, para alcançar as esferas mais amplas da administração, desde o Império até na República. Nesse sentido, o oeste de Minas tem sido reconhecido como um "*vasto domínio político"* do chamado *"clã de Joaquina do Pompéu"*[246]: conservador, coeso e influente, apesar de oriundo de um espaço caracterizado como de pouca importância econômica – lugar que até hoje não saiu do terreno da esperança de progresso econômico – e pouco significativo do ponto de vista populacional e/ou eleitoral. Esta caracterização tem sido tomada como tese válida desde pelo menos o ensaio de Cid Rebelo Horta, publicado em 1956[247].

Já tivemos a oportunidade de explorar as relações de poder configuradas nas tramas simbólicas em torno das histórias e memórias de Joaquina do Pompéu que atuam naquela propalada coesão do grupo, nas redes de apoio, da educação política das elites pela convivência familiar, bem como nas estratégias de resistência[248]. No entanto, reconheçamos ainda uma vez: a ênfase na sua figura específica não nos possibilitou problematizar a suposta centralidade que Joaquina do Pompéu tem ocupado nas caracterizações das práticas política do oeste de Minas. É lícito concordar com John Wirth quando conclui que a *"história de Minas não pode ser descrita, unicamente como a história das famílias de prestígio"*[249] e pensar melhor as relações de força que constituíram o oeste de Minas como espaço político, nas tramas de regionalização, em suas diversas nuances, evitando interpretar as formas de fazer política herdadas de Joaquina do Pompéu como legítimos

---

[244] "Quando um indivíduo ou grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que podem ser tanto econômicos quanto políticos ou militares". FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si com prática de liberdade. Op. cit. p. 266.

[245] WIRTH, John. *O fiel da balança. Minas Gerais na federação (1889-1937).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[246] "O chamado clã de Joaquina do Pompéu é ainda hoje dono de um vasto domínio político. Tem como seus grandes núcleos Pitangui, onde trava acesa luta, Pompéu, onde a situação nunca deixou de ser inteiramente sua, Dores do Indaiá, onde domina desde 1860, Abaeté, onde os chefes das duas facções pertencem à família, e Pará de Minas, estendendo a sua influência ainda pelos municípios de Curvelo, onde tem elementos chefiando as duas facções antagônicas; São Gonçalo do Pará, Mateus Leme. Em Patos de Minas, os seus parentes Maciel sustentam uma luta quase secular com os Borges, que se destacam entre o primeiros povoadores do Oeste." HORTA, Cid Rabelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais. Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1956. p. 77.

[247] HORTA, Cid Rabelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais...* Op. cit. p. 43-91.

[248] Cf. NORONHA, Gilberto Cezar. Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias... op cit.

[249] WIRTH, John. *O fiel da balança. Minas Gerais na federação (1889-1937).* Op. cit. 1982. p. 124.

estados de dominação. O jogo do político acontece no oeste de Minas por meio de relações instáveis, dinâmicas e atuais, para além e aquém dos domínios de Joaquina do Pompéu.

Para tanto, é necessário lidar com outras escalas de observação, outros vestígios e outras formas de enunciação do sujeito na tentativa de compreender melhor as formas de participação política. Nesse sentido, seria pertinente fazer referência a diversas possibilidades de análise das relações de poder instituídas nesse espaço. Da política que se faz e de que as pessoas que se identificam a esse espaço são feitas, enquanto sujeitos. Não apenas a política partidária, mas a cultural, econômica, religiosa, identitária. Estas podem ser surpreendidas em suas formas instáveis – nas configurações – percebidas como: a) (des)engajamento em relação aos projetos de desenvolvimento regional (como as disputas pela liderança político-econômica entre Dores do Indaiá e Abaeté, até os anos 1970) ou em relação à educação, à industrialização e modernização; b) (des)interesse pelas atividades culturais que têm como premissa certa idéia restritiva de cultura; c) busca de (re)conhecimento da prática do Congado e do Reisado e nas práticas religiosas não católicas com o espiritismo, o protestantismo e a maçonaria, combatidos com tanta veemência pela Igreja Católica, no início do século XX[250]; d) lutas identitárias dos quilombolas *da Tabatinga*, em Bom Despacho, e dos índios Kaxixós de Martinho Campos; e) luta pela reforma agrária em Pompéu; f) (des)interesse pelo trabalho (preocupação da imprensa local desde o fim da escravidão) e pela escola, desde os anos 1970[251]; g) indiferença à autoridade, seja pela idéia de um desengajamento político ou pela fama de espaço revoltoso[252]; h) vontade e/ou necessidade de *"ir embora"* para outros lugares em busca de reconhecimento, levando o orgulho da terra natal[253] ou mesmo a vergonha[254] das origens *"interioranas"*[255].

---

[250] O Bispo Dom Manoel nota, em 1926, que em Arcos e formiga havia tentativas de implantar "não só o protestantismo, mas o espiritismo e a maçonaria, no Congresso de Educação Evangélica". (COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais. Apud. SILVA NETO, Belchior Joaquim da. *O Pastor de Luz... op. cit.* 1984. p. 225.

[251] Cf. FIÚZA, Rubens. O Liberal. Dores do Indaiá. Ano. 11, n. 568 de 12 de fevereiro de 1977. p. 2.

[252] Em 1893, Joaquim Antônio Gomes da Silva, ao escrever seus apontamentos históricos sobre Pitanguy, referiu-se à fama de revoltosa da Villa de Pitangui, desde o período colonial: "O povo pouco respeitoso à justiça, que então principiava a conhecer-se em um paiz nascente, auxiliado por alguns poderosos, descontentes, levou seu arrojo a fazer sahir da terra o brigadeiro de auxiliares e assassinou violentamente a um dos juízes ordinários, Manoel Figueiredo de Mascarenhas". Esta forma de perceber a região como "rebelde, insubordinada e turbulenta" é explorada em trabalhos como FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998; CUNHA, Vagner da Silva. *A 'Rochela' das Minas do Ouro? Paulistas na Vila de Pitangui (1709-1721).* Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação de Mestrado.

[253] "Sou de Dores do Indaiá centro-oeste Mineiro, mas moro em Brasília-DF, há trinta anos; mas nunca me esqueci daquele pedaço de chão maravilhoso! Muitas montanhas lindas e as vezes um grande chapadão. tenho tios primos e amigos que ainda lá residem e sempre que posso tenho ido visitá-los e apreciar aquelas festas gostosas, comidas saborosas festas como: Pecuária, Congados, festas de fins de anos e tantas outras tipo a festa de confraternização dos

2.4 Inspiração ou apostasia? [sentimentos, saudades, dores]

> Quando vejo um avião passando, um ônibus saindo daqui dá vontade de entrar dentro e sumir... ir com ele. Eu não sei por que, mas eu sinto isso desde pequeno. Porque a vida é sofrida demais aqui. Esperança que eu sinto... de que fora daqui tem uma vida diferente.
>
> Pedro Henrique de Souza, Abaeté, 2009[256].

> Lá na Serra da Saudade! Lá na Serra!
> Quem na Serra da Saudade já passou?
> Fui um dia junto à Deus levar minha alma lá no céu
> e minha alma nunca, nunca mais voltou.
> Lá na Serra da Saudade! Lá na Serra!
> Onde há brisas de segredo e solidão
> Eu quisera construir uma cabana pequenina
> onde à noite choraria um violão.
>
> Hino Oficial da Serra da Saudade

Vontade de sair – um desejo; percepção de uma vida sofrida – angústia e dor; esperança de uma vida diferente: sensações, sentimentos, emoções enunciadas na relação de um jovem com seu espaço de vivência (para além do presente e da sua dimensão individual) que ele não sabe exatamente porque sente, mas é algo que parece constituir sua própria vida *"desde pequeno"*.

Esses sentimentos[257] poderiam ser considerados indícios significativos das formas de tomada de consciência do oeste de Minas? Para uma resposta positiva, talvez não fosse necessário recorrer a vãs filosofias que defendam o reconhecimento da importância e das funções das emoções na constituição do homem, na busca de sua

---

Dorenses ausentes". Hipertexto comentário a VARGAS, Ana Cláudia. O que houve com nossas cidades? *Cidades Vivas*. Hipertexto. 24 ago. 2006. Disponível em <http://cidadesvivas.blogspot.com/>. Acesso em 18 mai. 2009.

[254] "Brincadeiras à parte, todos nós Paineirenses, dizíamos que a cidade vizinha - Biquinhas - não era lugar de ir e sim de vir. Pois bem, hoje, é o contrário. Estamos fugindo da nossa terra natal (...): da Dengue, dos Caciques que destruíram o nosso hospital, nossas ruas, nossas praças, nossos empregos, nossa dignidade de sermos Paineirenses. Digo hoje, clara e textualmente que me sinto envergonhado de quando me perguntam qual é a minha cidade natal'. CARDOSO, Pedro. Toda cidade tem o governante que merece. Fale com a Câmara. 23 maio 2006. Hipertexto. Disponível em <http://cidnet.com.br/falecom/paineiras/camara/>. Acesso em 23 fev. 2010.

[255] Em determinados momentos essa tensão entre orgulho e vergonha da origem se torna conflituosa, especialmente quando alguém que se torna pessoa pública esconde, renega ou se incomoda com sua origem. Numa recente participação de uma dupla sertaneja num programa de televisão de repercussão nacional, o seu integrante que é natural de Quartel Geral, ao informar o apresentador sobre o lugar de onde era, disse de modo genérico: "sou do interior", o que causou revolta dos moradores do município, ofendidos com uma generalização do mais novo "filho ilustre": Vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-ufN-K1wsfA&feature=related>. Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

[256] SOUZA, Pedro Henrique de. Abaeté. 20 de novembro de 2009. Entrevista.

[257] O termo é aqui utilizado no seu sentido mais geral pelo qual penso posso tomá-lo como sinônimo de emoção como "qualquer estado, movimento ou condição que provoque no animal ou no homem a percepção do valor (alcance ou importância) que determinada situação", em suas dimensões espaço-temporais ou mesmo como sinônimo de sensação entendida como "a totalidade do conhecimento sensível, todos e cada um de seus elementos". Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

compreensão[258]. Talvez pudéssemos mesmo ignorar as idéias já defendidas de que a vontade seja um esforço da mente e do corpo (desejo) em perseverar no próprio ser por um período indefinido, conforme acreditava Spinoza[259], ou que essa dita vontade ou desejo (de algo que se encontra ausente) tenha fundamento na deficiência, na dor, no sofrimento de uma ausência: emoções pelas quais seria possível sentir a vida, conforme considerou Schopenhauer[260] leitor de Kant[261]. Enfim, talvez não fosse necessário assumir um ponto de vista geral para descobrir que viver a vida, como ato e consciência e como condição de existência, seja estabelecer uma relação com o espaço eivada de angústia como emoção – a única, na opinião de Heidegger – *"que faz o homem compreender sua existência, seu estar no mundo"*[262].

Impelido a viajar nos sentimentos que o oeste de Minas tem despertado naqueles que se relacionam com este espaço, ou nas emoções envolvidas na tomada de consciência nesse e desse espaço feito lugar, poderíamos considerar como significativa a recorrência de evocação de duas palavras de origem portuguesa que ainda hoje têm papel importante na enunciação desse espaço específico e que destacam dois dos inúmeros sentimentos registrados nas diversas fontes de informação analisadas. Duas sensações que dizem respeito ao estado atual de consciência de quem vive nesse espaço, suas projeções para um futuro e seu senso de pertencimento: Tantas vezes, em diversos momentos e em diferentes circunstâncias, este espaço foi representado dentre *Saudades* e *Dores*, não necessariamente nesta ordem.

A saudade *"que, perene, habita os corações de toda uma população"*[263] constitui importante termo de designação e especificação do oeste de Minas Gerais. Quase sempre forjada na chama da esperança e no desejo de obtenção e fruição de determinados bens materiais ou simbólicos tem sido atualizada em projetos que implicam não apenas conquistas e esperanças *"de uma vida diferente"*, mas também perdas e abnegações de situações familiares, do que se teve que deixar ou do que se espera obter na relação com este espaço. É desde pelo menos a segunda metade do

---

[258] Para Abbagnano, Anthony Cooper, filósofo inglês do século XVIII, teria sido o maior difusor dessa idéia, no campo da filosofia. Cf. ABBAGNANO, Nicola, *História da filosofia*. 4. ed. Lisboa: Presença, 2000; SCHAFTESBURY, Anthony A. Cooper. *Characteristicks of men, manners, times. Oxford*. Claredon Press, 1999.

[259] Sobre o tema em filosofia cf. SPINOZA, B. *Ética; demonstrada à maneira dos geômetras*. São Paulo: Afiliada, 2003; GLEIZER, M. A. *Espinoza e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

[260] SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade e como Representação*. São Paulo: UNESP, 2005.

[261] ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia* São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.317.

[262] Idem. p. 321. Cf. HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

[263] DORES-JORNAL. Orgam dos interesses do Município e da Zona Oeste de Minas. Dores do Indayá, 1 de nov. 1930. p.2.

século XVIII que encontramos registros dessa sensação experimentada por colonizadores, viajantes e forasteiros que – adentrando este espaço em busca de riquezas minerais e domínio econômico, social e político – objetivaram suas impressões excitadas pelos elementos do espaço físico, como a grande serra, parte da Canastra, formação geológica hoje classificada como pertencente ao grupo Bambuí[264], à qual outorgaram[265] o nome de Serra da Saudade.

Esta cadeia de montanhas tornou-se importante ponto de referência para as representações do oeste de Minas. Por possibilitar a visão ampliada de grandes áreas contíguas cujo relevo contrasta com a amenidade dos campos dessa região, inspirou certos estados afetivos e disseminou-se para o reconhecimento de outros espaços como o de um dos mais jovens municípios da região. Desde 1963, época de sua emancipação, deixou de ser o distrito de Comendador Viana para assumir também o nome de Serra da Saudade. Na opinião de Waldemar de Almeida Barbosa, "*talvez o topônimo mais belo do Brasil"*[266]. Ainda que o autor não tenha razão, o termo saudade parece propício tanto para enunciar os sentimentos inspirados pelos ares do município, em sua dimensão física, que dorme *"protegido pela serra da Saudade"*[267], quanto sua condição social já que constitui o município menos populoso de Minas Gerais e o segundo menos povoado do Brasil (conforme dados do IBGE, 2010) com pouco mais de 800 habitantes, somando-se os da zona urbana e rural.

O termo evoca lembranças daquelas sensações de quem já teve a oportunidade de observar o oeste de Minas do cume da referida cadeia de montanhas, num dia de sol sem neblina, como o que deixou Dom Manoel Nunes Coelho, bispo do aterrado, *"maravilhado e embevecido ante o magnífico quadro formado pela interessante variedade ora de uniformes e paralelas faixas de verde gramado, aloiradas pelas projeções luminosas do astro rei"*[268]. Ou numa noite de céu estrelado em época de baixa umidade, aquele que observa como pequenas mudas plantadas na imensidão da noite, a iluminação artificial das

[264] Classificação feita inicialmente por Eschwege em 1833. Para um resumo das revisões e classificações atuais da geologia da região ver, por exemplo. BAPTISTA, Marcos Cristóvão. *Estratigrafia e evolução geológica da região de Lagoa Formosa (MG).* Belo Horizonte: UFMG, 2004. (dissertação de mestrado) p. p. 10-18.

[265] Confirmando a máxima de Riobaldo Tatarana de que *"nome não dá: nome recebe"* ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 172.

[266] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 339.

[267] FIÚZA, Ricardo Malheiros. Uma viagem de trem na década de 40. *O liberal*. Dores do Indaiá, 25 ago. 1973.

[268] COELHO, Manoel Nunes. Visita pastoral de 1924. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral.* Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p.171.

pequenas cidades[269], construções humanas, obra de dois séculos, espalhadas por *"vinte léguas, talvez"*[270], que as vistas parecem alcançar, quando se enfrenta a serra, entrecortada pela atual rodovia federal (BR 202). Mas por que saudade?

Em 1801, Vieira do Couto, ao passar pela região, em direção aos rios Indaiá e Abaeté, apreciando esta paisagem, julgou que a denominação Serra da Saudade[271] parecia estar em justa conformidade com os sentimentos que a região despertava no expectador viajante que vinha de longe em busca das riquezas da região:

> A amenidade da serra com sua frescura da manhã, a extensão dos horizontes, a lembrança de que por instantes íamos deixar terras povoadas, para nos embrenharmos em ermos desconhecidos, cujas asperezas, cujo mal *radio ceo* e outras cousas assim feias. Os nossos guias muito as amplificavam; estas idéias de mistura, umas com as outras, balroando o pensamento, fomentavam nos ânimos uma verdadeira saudade; e o nome da serra sobre a qual caminhávamos muito se ajustava ao estado em que então levávamos nossos corações[272].

Os rios, as matas e as fertilíssimas campinas de vastas e *"saudosas solidões"*[273] observados do cume da Serra da Saudade *"excitavam"* idéias de abundância em Vieira do Couto. Além *"das brutas pedras e os criminosos metais"*[274] que procurava como outros viajantes, forasteiros e desbravadores que enfrentaram antes e depois dele as grandes distâncias e o rarefeito povoamento da região. Ao mesmo tempo em que os sentimentos de seus recursos arrebatavam-no de esperança, as misérias de sua condição precária impeliam-no à ação: ameaçado pelo desconhecido e sensibilizado pela distância[275] de seu ponto de referência seguro.

---

[269] "(...) do alto da Serra da Saudade, de lá, à noite, podia se avistar, no horizonte, a iluminação de algumas cidades vizinhas, como São Gotardo a oeste e Campos Altos a leste" (SILVEIRA, Paulo Fernando. *O morro das sete voltas: guerrilha na Serra da Saudade*. Curitiba: Juruá, 2008.p. 70).

[270] COELHO, Manoel Nunes. Visita pastoral de 1924. In: SILVA NETO, op. cit. 1984. p.171.

[271] José Joaquim da Silva, em seu tratado de Geografia utiliza o termo no plural: Serra das Saudades. Carlos Cunha Correia toma como título de seu estudo sobre a região o termo no singular. Cf. SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia Descritiva Especial da Provincia de Minas Gerais. 1877*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997. p. 43; CORREIA, Carlos Cunha. *Serra da saudade.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

[272] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano X, faz. I e II, 1904. p.96.

[273] GUIMARÃES, Bernardo. *Folhas de outono.* Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

[274] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. 1904. p.108-111.

[275] Georg Simmel observou em sua filosofia do dinheiro o que para os franceses seria o *mal du pays*: "Quem não sabe viver a não ser em contato direto com a natureza pode decerto fruir subjetivamente seus encantos, mas falta-lhe a distância m relação a ela. Uma contemplação verdadeiramente estética só lhe é possível a partir dessa distância e através dela se origina, além disso, aquela tristeza, aquele sentimento de ser nostalgicamente estranho e de um paraíso perdido que caracterizam o sentimento romântico da natureza" (SIMMEL, Georg. *Philosophe de l'argent*. Op. cit. p. 666-667).

Poderíamos dizer que aqueles que deixaram registros de sua passagem por este marco "natural", a *Serra da Saudade*, experimentavam, ao mesmo tempo, as duas dimensões evocadas pelo termo, no sentido em que encontramos nos dicionários portugueses do século XVIII: Saudade (*soedade, Soidade, soledade)* como o *"finíssimo sentimento e pena de um bem ausente, com desejo de o lograr"*[276]. Seja o anseio do retorno ao seu lugar de origem e identificação, à sua casa, ou à dita civilização, como as designavam os colonizadores, diante de um espaço socialmente frágil e instável que lhes fazia nascer o desejo de retorno aos lugares habitados, ao convívio familiar e à proteção da comunidade (o que certamente também era válido para os negros escravos ou aquilombados, ou ainda para os nativos destituídos de seus territórios originais, aldeados ou fugidos). Mesmo hoje, quem passa pelo lugar, além do receio de enfrentar a estrada perigosa e traiçoeira entre morros, curvas e ribanceiras, não raro experimenta aquela saudade caminhoneira forjada na situação de transeunte esperançoso de chegar a seu destino, ansioso pelo retorno. Que sente estar por terras alheias, ou terra de ninguém, definitivamente não o seu lugar.

Mas como alerta o referido dicionário português, o termo saudade não se refere necessariamente a "*um bem perdido, porque também há saudade de bens ainda não possuídos, nem perdidos, mas esperados"*[277]. E de quantas saudades não poderíamos falar, evocando a lembrança de tantos bens esperados deste espaço [vide item 2.2] como, por exemplo, as riquezas minerais inspiradas pela notícia do Diamante do Abaeté[278], as recompensas em terras ou negros recapturados que mobilizavam os seguidores de Pamplona ou de Inácio de Oliveira Campos. Quem sabe mesmo o desejo atual de alcançar com segurança a próxima parada, um futuro promissor que parece reservado àqueles que numa mistura de sentimentos tomam consciência de sua miséria e encorajam-se com seus recursos, procurando fazer a vida em outros espaços. E, assim, poderíamos encontrar o cheiro novo de velha saudade, em frases como a que Dário de Almeida Magalhães dirigiu ao jovem Gustavo Capanema, da Pitangui de 1928:

> Meta o pé nessa Pitangui de Comadres e de Isauras e venha fazer um concurso na faculdade, e sobre a tua cabeça cairá a coroa das maiores consagrações. Largue Minas se preciso for, Minas pequeninha e miserável,

[276] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. p.. 512.
[277] Idem.
[278] Para uma idéia da excitação que a notícia do diamante do Abaeté causa, cf. DENIS, Ferdinand. Brésil. In: L'UNIVERS. *Histoire et description de tout les peuples:des leurs, religions,moeurs, coutumes, etc*. Paris : Firmim Dioto Frères, 1837. p.347.

> que não aproveita os seus valores. (...) é preciso é que você encontre o destino iluminado que o espera. E procurá-lo com afinco e sem temor, que ele está aí na sua frente. E mande o resto plantar batatas[279].

Seja como o sentimento mobilizador do jovem Capanema a buscar reconhecimento, como saudade de algo ainda não possuído, mas esperado, ou resultante da partida e o desejo de retorno, como ocorre com muitos que foram atrás de uma saudade e acabaram topando com outra, em sentimentos tão misturados. O termo parece adequado para designar o sentimento do forasteiro, o viajante ou mesmo o exilado *"em sua própria terra",* que não necessariamente se identifica a este espaço ou que, para enunciá-lo, necessita posicionar-se como sujeito-enunciador distanciando-se física ou simbolicamente.

Entretanto o termo também se refere a sentimentos experimentados por aqueles que enunciaram suas impressões de uma perspectiva interior, numa postura de identificação – nem sempre positiva – ao oeste de Minas, mas reconhecendo-se, bem ou mal, como estabelecidos de forma instável e dolorosa neste espaço: como os párocos, os fazendeiros brancos e mestiços, encontrados por Pamplona no século XVIII que externavam suas mágoas em versos *"pobres, malfeitos, destituídos de maiores preocupações estéticas e acusadores de um gosto duvidoso"* – na avaliação de Laura de Mello e Souza[280] –, dando notícia de suas *"soledades tiranas"*[281] e "*ocultas solidões"*[282], experimentadas não apenas porque eram *"moradores de grandes distâncias"*, mas porque sentiam o que Guimarães Rosa, muitas veredas adiante, definiu como *"tristezinha de pouco povo"*[283].

Esta sensação atualizou-se no tempo, ultrapassando o século XVIII, fazendo-se presente nas diversas representações desse espaço. A expressão sonora dessa *"paixão suave"* pôde muitas vezes ser percebida no *"mavioso e saudoso tom"*[284] do canto de um sabiá, como aquele que inspirou palavras poéticas de Vieira do Couto, ou mesmo no *"melancólico e atordoante chiar dos carros de bois cujos nomes os mais originaes*, [os carreiros] *repetem, com uma entonação particular"*[285], compondo a

---

[279] CARTA DE Dario de Magalhães a Gustavo Capanema. Pitangui, 03 set. 1928. Rio de Janeiro. CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema. GC/Magalhaes.
[280] SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e Conflito.* Aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 122.
[281] NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 108, 1988, p.55.
[282] NOTÍCIA diária e individual... op. cit.*Anais da Biblioteca Nacional*, v. 108, 1988, p.87
[283] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.p. 185.
[284] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. 1904. p.108.
[285] COELHO, Manoel Nunes. Visita pastoral de 1924. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p.174.

melodia que embalou as inspiradas descrições de Dom Manoel Nunes Coelho e ainda o sonoro ruído que engasta a multidão que hoje freqüenta as festas "folclóricas" em homenagens aos carreiros, ternas atrações das festas e desfiles de carros de bois, organizados na região[286]. Sensação experimentada no bucolismo das pequenas cidades como a Pitangui dos anos de 1845, *"Villa medíocre da província de Minas-Geraes"*[287] ou "*numa cidadezinha como Dores do Indaiá*"[288] de 1920.

Lugares que a juventude privilegiada do oeste de Minas Gerais, do início do século XX, depois de experimentar o limitado cosmopolitismo de Belo Horizonte, reconhecendo-se *"mau mineiro, que morre de vontade de morar no Rio, frustrado por estar longe do mar"*[289], julgava constituídos em pequenas comunas politiqueiras, tristes, tranqüilas e banalizadas, onde "*nada de importante acontecia (...)"*[290]. Espaços percebidos como um *"veneno doloroso no tédio de sua chatice e vulgaridade"*: espaço doloroso, dores que nos fazem experimentar a vida – As Dores do Indaiá do jovem Emílio Moura, ao retornar à sua cidade natal, depois de uma temporada de estudos na capital mineira, inebriado por "*doidas saudades de todos e de Belo Horizonte"* [291], no *transbordamento*[292] da *ingenuidade* do início de seu *Itinerário Poético*[293]. Ou mesmo hoje, saudade dolorida vivenciada em todos os seus sentidos pela juventude que se despede dos municípios do oeste de Minas em busca de outras oportunidades para além dos ares desse espaço, sentindo-o sufocante, pela *"vida sofrida"* que limita seus anseios atualizados na *"esperança de que fora daqui tem uma vida diferente"*[294]. Cidades que experimentam decréscimo de população ou estagnação cuja condição não se restringe à pequenina Serra da Saudade ou às

---

[286] Como, por exemplo, a "A Festa do Carreiro de Cacimbas que procura resgatar as tradições culturais e um pouco da história do município (...) com um emocionante desfile de carros de boi [que] viajam vários dias até chegarem à Fazenda Congonhas, onde passam a noite. No dia seguinte os carreiros seguem pelas estradas da região até chegarem ao povoado de Cacimbas, para o ápice do desfile em frente à E.M. Duque de Caxias, onde acontece a cerimônia de abertura oficial da festa e apresentação dos carros de boi. Depois do desfile há apresentações culturais e show na quadra da Escola". Cf. Morada Nova de Minas. Hipertexto. Disponível em http://www.circuitolagotresmarias.com.br/morada-nova-de-minas-78 acesso em 20 de janeiro de 2010.

[287] SAINT-ADOLPHE, J. G. R. Milliet de. *Diccionário Geographico, histórico e descriptivo, do Império do Brazil*. Paris: J.P Aillaud, 1845. p.330.

[288] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do passado*. Belo Horizonte: s.ed. 1964. p. 153.

[289] MOURA, Emílio. Entrevista a Frederico Morais. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24 de maio de 1964.

[290] BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do passado*. Belo Horizonte: s.ed. 1964. p. 153.

[291] CARTA de Emilio Moura a Gustavo Capanema. Dores do Indaiá. 11 nov. 1924. Arquivo Gustavo Capanema. Rio de Janeiro. CPDOC. GC/Moura.

[292] Título de um dos poemas de *Ingenuidade*, a primeira obra publicada pelo autor, em 1931.

[293] Título da coletânea organizada pelo autor, em 1969, acrescida de novos livros inéditos,considerado pelo próprio Emílio Moura como sua obra definitiva. Cf. MOURA, Emílio. *Itinerário poético*. 2.ed. belo Horizonte: UFMG, 2002.

[294] SOUZA, Pedro Henrique de. Abaeté. 20 de novembro de 2009. Entrevista..

Dores do Indaiá *"plantada no oeste calado e curto nos modos, mas fazendeiro e político, abastado nas habilidades"* [295], mas é situação comum a tantos outros municípios da região[296].

A saudade é evocada como sentimento comum daqueles que ficaram ou dos que partiram em busca de recursos, meios e reconhecimento, experimentando o distanciamento físico ou simbólico desse lugar e na consecutiva expectativa do retorno ao torrão natal como perigo iminente, (re)conquista de um bem ausente ou ainda uma re-ligação necessária:

> Morando em São Paulo há trinta anos, estou sempre pensando no dia em que poderei voltar pra Minas. E o tempo passando... Muitas pessoas já me perguntaram por que há tantos mineiros longe de sua terra, já que gostam tanto de lá. Pergunta fácil de responder (...). Nasci em Minas Gerais, numa cidade pequena da região centro-oeste, cercada por várias pequenas cidades. Sem perspectiva de trabalho, sem ter como continuar os estudos... como tantos outros que lá ainda estão, sonhando com possibilidades. Minas é poesia, a vida não. [297]

Esse sentimento é compartilhado em diferentes intensidades e sentidos tanto por aqueles que se identificam como herdeiro dos projetos de quem veio para a região com a esperança de civilização, desenvolvimento ou crescimento econômico como também nostalgia daqueles que, pelo processo mesmo de instituição desses projetos, viram suas práticas e costumes ultrapassados e/ou perdidos em (im)possibilidades políticas, sociais e históricas.

Seria difícil compreender certas práticas de memória atuais sem levar em conta o papel mobilizador desse sentimento ambíguo e profundo: como entender, por exemplo, o sucesso das festas e desfiles de carros de bois tão populares na região, quando se reúnem até 80 carros com mais de 700 bois, 160 boiadeiros vencendo grandes distâncias e todo o esforço que as traias requerem, sem nenhuma outra motivação aparente que não experimentar de novo aquelas sensações de saudosismo que o canto dos

---

[295] ROSA, João Guimarães. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 mar. 1974.

[296] O município de Dores do Indaiá, de 1996 até 2007, por exemplo, sofreu decréscimo de 4,2% no número absoluto de habitantes. A observação da estrutura populacional das cidades do oeste de Minas possibilita apreender o fenômeno. Ainda que a população absoluta não esteja regredindo em todas essas cidades, em Abaeté, Bom Despacho, Dores do Indaiá, Quartel Geral, por exemplo, a população de 20 a 29 anos é bem menor do que os precedentes e posteriores. É o momento em que grande parte dos jovens conclui a educação básica e migra para tentar oportunidades de estudo e emprego nos centros urbanos mais desenvolvidos. Quando declaram que estão "indo embora". (Cf IBGE. Evolução Populacional de Dores do Indaiá de 1991 a 2007. Infográfico disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1; IBGE. Pirâmide etária. Infográfico disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1; Acesso em 29 de outubro de 2008.

[297] PEDROSO, Ana Maria. Comentário ao artigo de VARGAS, Ana Cláudia. *Estado de Minas.* Um diário aquém da grandeza das Gerais. Observatório da Imprensa. Hipertexto. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=562IMQ004 Acesso em 27 de fevereiro de 2010.

carros evocam, lembrança de um meio de transporte tão rudimentar e dificultoso?[298] Como compreender o desejo de retorno de quem saiu em busca de uma vida melhor, sabendo-se marcado pelo profundo desgosto outrora experimentado *"numa inquietação terrível"*[299]? Como entender as relações com um espaço cujas características atraem e repulsam ao mesmo tempo, senão assumindo a atitude de Emílio Moura que mesmo julgando-se mau mineiro que se *"afeiçoa facilmente a qualquer lugar"*[300]não se cansou de questionar: *"Por quê? Desejo de fugir para uma região impossível que não existe, onde a paisagem fosse tão triste que nos desse vontade de não viver mais*".[301]?

Nos dizeres de Ana Cláudia Vargas, a "*paisagem do centro-oeste mineiro:* [seria composta por] *cidades perdidas numa imensidão de montanhas e saudades..."*[302]. *"Paisagem que inspira e terreno que castiga"*, conforme enunciava Dom Manoel[303].

Espaço representado como lugar não só de saudades, mas de dores. Este último, sentimento fixado em topônimos como Dores do Indaiá e Dores do Marmelada (uma das antigas denominações do atual município de Abaeté[304]). Nomes que denunciam certa inspiração religiosa na relação com o espaço, em Nossa Senhora das Dores, titulação católica disseminada no século XVIII. Por um lado sugerem que estar neste espaço é ter a sensação de estar num calvário, onde se pode encontrar a salvação por meio da concretização das promessas da riqueza do diamante do Abaeté, ou da abundância do solo feito jardim. Ou ainda da conquista de projetos como aqueles de Capanema em sua Pitangui dos anos 1920. Se o lugar parece ser um *"meio inferior"* a ele

---

[298] É um levantamento que ainda está por ser realizado sobre a quantidade de festas e desfiles de carros de bois, reunindo "carreiros e candeeiros" de toda região. "Quem se lembra daquela época em que toda a produção do campo era transportada pelos carros de boi? [se] A festa começou de brincadeira, com oito carreiros e oito candeeiros em 2005, na comunidade de Potreiros e São Simão [Município de Abaeté] reuniu este ano [2009] 42 carros de boi de Abaeté, Morada Nova, Paineiras, Dores do Indaiá, Quartel Geral, Martinho Campos, Pompéu e Bom Despacho. (...) A turma se prepara agora para participar das festas em Santa Maria, Cacimbas, Dores, Pompéu e Martinho Campos". NOSSO JORNAL. Abaeté, 08 de maio de 2009. Para um histórico da festa de Cacimbas, MG, que já tem mais de dez anos, consultar DIAS, Adelaide Santos. *A saga do nosso povo*. Morada Nova de Minas: Ed. autor, 2009.

[299] CARTA de Emilio Moura a Gustavo Capanema. Dores do Indaiá. 11 nov. 1924. Arquivo Gustavo Capanema. Rio de Janeiro. CPDOC. GC/Moura.

[300]MOURA, Emílio. In: MORAIS, Frederico. Um poeta perplexo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24 maio 1964. Suplemento literário, p. 6c.

[301] MOURA, Emílio Guimarães. Por quê? Canto da hora amarga. In: *Itinerário Poético: poemas reunidos*. 2ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.52.

[302] VARGAS, Ana Cláudia. O que houve com nossas cidades? *Cidades Vivas*. Hipertexto. 24 de agosto de 2006. Disponível em http://cidadesvivas.blogspot.com/ Acesso em 18 de mai. 2009.

[303] COELHO, Manoel Nunes. Visita pastoral de 1924. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p.182.

[304] Conforme escreveu José Alves de Oliveira, "a lei de 1870 que elevou o arraial [de Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada] a vila, chamou-lhe Dores do Marmelada. Essa palavra Dores, provavelmente aí se introduziu como um cordão umbilical, a ligar-nos a Dores do Indaiá, que fora, até então, a sede do município. Finalmente, a lei de 1877, que graduou o lugar em cidade, mudou o nome para Abaeté". OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p.112.

mesmo, é importante, no entanto, como sua base política exigindo-lhe atitude heróica de quem está num meio que lhe nega reconhecimento e cerceia-lhe as possibilidades.

Assim, não parece contraditório que os descendentes dos primeiros colonizadores que procuraram neste espaço lugar para a construção de uma vida melhor sejam os primeiros a ver a saída desse território como um exílio necessário para (re)encontro com um destino iluminado Por isso mesmo a realidade atual é representada, não raro, como "*um lugar no qual os jovens* [não] *queiram e possam permanecer*"[305]. Dores que parecem insuportáveis, mas sentimento pelo qual se experimenta a vida e se constrói o senso de lugar, toma-se consciência do espaço[306].

As relações sociais, econômicas, culturais e políticas conformadoras ou desalentadoras que se instituíram neste espaço suscitaram sentimentos ambivalentes entre a inspiração poética, daqueles que viram promessas de riqueza material, experimentando uma ligação espiritual com o espaço, até mesmo os desejos de rompimento definitivo com os laços sociais nele constituídos ao longo desses três séculos.

É que, como escreve Guimarães Rosa, o *"o ar dos gerais, o senhor sabe"*[307]: às vezes brisa que percorre os campos desse espaço geográfico, refrescando os verões quentes; às vezes vento forte, rodopiando ao que é mês de agosto, redemoinho de poeira e folha seca produzida nos meses de estiagem prolongada. Às vezes torna-se abafado e úmido, como os ares da política, até difícil de respirar. Esse ar que tem inspirado viajantes, visitantes, forasteiros, moradores e emigrantes em diferentes momentos, espaço feito lugar de inspiração, não apenas no sentido biológico do termo, mas também num sentido teológico, como se "os deuses" que o habitam soprassem poemas tão díspares entre o encantamento de uma terra mítica (e mística) e não raro de atmosfera pesada a tornar difícil a respiração: angustiante e sufocante.

Às vezes, esta atmosfera inspira o desejo de uma vida diferente que por alguma razão parece ser possível apenas em outro lugar, denunciando que a percepção atual, na enunciação, é de que este espaço possibilita apenas experiências corriqueiras, repetitivas, e por isso tediosas e dolorosas. Situação que inspira viagens, êxodos, exílios. Uns vivem-na como verdadeira experiência religiosa - de sair em busca de algo que não

---

[305] VARGAS, Ana Cláudia. *Em defesa do centro-oeste mineiro*. Hipertexto. Disponível em http://www.acidi.com.br/modules/news/article.php?storyid=259. Acesso em 18 de out. 2008.

[306] Ainda que Kant considere que a noção de espaço seja uma forma a priori, e nesse sentido seria impróprio tomar consciência daquilo que está a priori na consciência, possibilitando a percepção, por ora, enfatizemos apenas esse sentimento como um conteúdo sensível da percepção do espaço, no limite, de todo processo de regionalização.

[307] ROSA, J. G. Grande Sertão: veredas. op. cit. p. 205.

se sabe exatamente o que seja, mas guiando-se por um sentimento de reconciliação, re-ligação, seja no ato mesmo de sair em busca *"de uma vida diferente"*, ou de um reencontro com heranças culturais e étnicas, históricas e ideológicas[308]. Vontade do retorno ou da necessidade de manutenção dos laços afetivos, como numa verdadeira religião [*religare*], afastando-se fisicamente, conservando-a na lembrança, como saudade, fidelidade ao seu torrão natal, como se sua terra pudesse ser *"vista melhor à distância"*[309].

Nesse movimento ou neste desejo de *"afastar-se de um lugar para ir se meter em outro"*[310], atualizado em várias gerações, e que esteve no âmago daqueles que primeiros vieram para este espaço, seja forçado ou por vontade própria, há sempre o perigo iminente de se cortar os laços definitivamente. O perigo da apostasia, afastado com a fundação de capelas, as promessas com terços, novenas e oferendas, as modinhas de saudade dos brancos cantadas a duas vozes, acompanhadas da viola caipira, a dança e o gingado dos negros, os segredos indígenas. Quase sempre a vontade de sair e as dores experimentadas com o fervor religioso de quem acompanha o calvário de outrem em sua própria caminhada de provações: o êxodo vem acompanhado quase sempre do desejo declarado do retorno, enunciado sempre que possível, como se fosse defesa necessária contra a acusação de apostasia. Jamais declarada, mas externada em pensamentos, ações e omissões, porque há sempre o perigo de se renegar o passado, sua origem, o seu lugar ou no mínimo conceber o regresso como regressão[311].

E assim, nas idas e voltas, convivem representações de descrença e de esperança no futuro da região. Esta última alimentada no planejamento do retorno ou na busca de soluções inspiradas na "*vontade de mudança"* e na consciência de que *"as cidades do oeste de Minas precisam renascer, respirar novos ares*"[312], convivendo com o perigo iminente da desistência do problema e do abandono da responsabilidade, seja pelo

---

[308] Sob o discurso defensor da prática urgente de "cultivar nossas raízes e aceitar esta verdade histórica e procurar nossas ligações com os nossos ascendentes, nossos avoengos, como falam os portugueses. Enfim, utilizar a Genealogia para esta difícil tarefa, pesquisar em fontes primárias e em documentos úteis, a fim de se chegar aos líderes maiores que deram origem às comunidades e construíram a grandeza deste país continental". NOGUEIRA, Guaracy de Castro. *Genealogias Mineiras.* Itaúna: Instituto Maria de Castro Nogueira, 2010. p. 2.

[309] No caso dos políticos saindo de Minas que, com escreveu "Humberto Werneck, "se vê melhor à distância", mas não seus escritores, como Emílio Moura que não seguiu a corrente de escritores mineiros que seguiam os políticos para o Rio.. Cf. WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada. Jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 186.

[310] Um dos sentidos do termo apostasia para BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 1 v. p. 436.

[311] A frase famosa de João Etienne Filho que ao retornar a Belo Horizonte, em 1952, vindo de uma temporada de seis anos no Rio de Janeiro teria dito: "Estou regredindo a Minas", lembra-nos que esse sentimento pode ser associado ao que se convencionou chamar de característica da mineiridade. Cf. WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada. Jornalistas e escritores em Minas Gerais*. Op. cit. p. 188.

[312] VARGAS, Ana Cláudia. O que houve com nossas cidades? *Cidades Vivas*. Hipertexto. 24 de agosto de 2006. Disponível em http://cidadesvivas.blogspot.com/ Acesso em 18 de mai. 2009.

êxodo definitivo, da perda "das raízes", do esquecimento do dialeto[313], do desengajamento do mundo, como sugerem as interpretações idealistas da crítica à poesia de Emílio Moura.

Francisco Iglésias, por exemplo, considerou a poesia de Emílio Moura como pertencente à esfera do impossível, do incorpóreo, do ideal, além do que existe, transcendendo a contingência, com uma visão das formas que não contém o traço de uma visão comum, pois tudo aparece como símbolo de uma realidade mais perfeita. Nostalgia de algo perdido ou nunca encontrado. Portanto, ao caracterizar desta forma a poesia de Emílio Moura, Francisco Iglesias conclui que ela pertence a um *"mundo ideal"*[314], mas poderíamos muito bem considerar que as formas de representação do oeste de Minas operam no mesmo diapasão da poesia emiliana caracterizada por Iglésias. Não se sabe se inspirados pelas mesmas musas européias ou se destituídos de qualquer inspiração divina, como verdadeiros apóstatas, aqueles que experimentaram representar este espaço feito lugar que encanta a vista. Como um paraíso que cerceia a inspiração feito nuvem de pó em mês de agosto, não raro é representado como espaço renegado. Mesmo para os mais fervorosos religiosos como o primeiro bispo do Aterrado que, ao percorrer os limites de seu bispado do Oeste de Minas, entre Ibiá e São Gotardo, observou que não é difícil sonhar outras realidades tão (pouco) cotidianas quanto à poesia emiliana[315]: "*desta maneira, triunfalmente largamos o arrenegado*[316] *paraízo, benzendo-o com mão, a canhota"*[317]. Eis uma impressão geral de imagens bem conhecidas da gente, do oeste de Minas, e de seu sentimento em relação ao lugar.

*

Permitam-me algumas considerações sobre o autor das palavras colocadas na epígrafe.

Pedro Henrique de Sousa nasceu em 13 de agosto de 1992, na cidade de Abaeté. Filho de Maria José de Sousa, o quarto filho de oito irmãos. Sua certidão de nascimento não informa sobre seu pai, mas a despeito de sua ascendência, diz que sabe muito bem que *"a vida é a gente que constrói"*. E que essa construção parece ser mais

---

[313] Poderíamos citar o caso do dialeto da Tabatinga em Bom Despacho, práticas com a folia de reis e o congado.

[314] IGLÉSIAS, Francisco. O poeta Emílio Moura. *O Estado de São Paulo*, 27 out. 1949.

[315] "Ele não sabe de onde vem, nem para onde vai, e na mesma ignorância contempla os aspectos exteriores da realidade, tanto quanto os seus infra-aspectos". (ANDRADE, Carlos Drummond. Emílio Moura: Palma severa. In: *Passeios na ilha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 119).

[316] Talvez não seja de todo desnecessário e impertinente registrar que fui criado numa região de sítios denominados fazendas "Renegadas", banhadas pelo córrego da Extrema, hoje no município de Morada Nova de Minas.

[317] COELHO, Manoel Nunes. Visita pastoral de 1924. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p.182.

difícil para quem é "*negro e pobre como a gente*"[318]. Conhece poucos detalhes de sua história familiar e quase nada da de seus antepassados. Sabe que seu avô era um senhor alegre, um negro forte conhecido dos mais velhos na cidade de Abaeté porque fazia serviço pesado e gostava de exibir sua força carregando *"dois feixes de lenha, ou duas latas de leite, uma em cada mão. As pessoas me contam, ele tinha o apelido de Ladim"*[319]. Morreu quando Maria, a mãe de Pedro, tinha apenas sete anos, já órfã de mãe e somente na companhia dos irmãos. *"Ele bebia muito, dizem que ele era forte, mas quando bebia abusava de sua força para se exibir e isso acabou com ele. Dizem que ele tinha os pés grandes e só usava chinelos feitos de couro, os únicos que cabiam no pé dele"*[320].

Pedro Henrique de Sousa não consegue reconstituir sua ascendência para muito além desse ponto. Tem pouca notícia de seus tios maternos e podemos dizer que não conta com nada semelhante à rede familiar que exploramos de modo incipiente no item anterior. Nem ao menos tem acesso a algum arquivo adequado para ajudá-lo a reconstituir a trajetória de sua família. Não podemos dizer que pertença ao mesmo grupo de pessoas que se consideram construtoras da dita história oficial do município: às famílias que tradicionalmente exerceram o poder político na região, aos donos de terras, aos jornalistas, médicos, advogados, poetas, enfim, uma elite política, econômica e cultural do município – que mantém laços familiares em toda a região, responsável pela maioria das representações sobre este espaço.

Sem elementos suficientes para reconstituir sua linhagem, não temos mais que hipóteses frágeis para acreditar que, ao invés de um antepassado barão do século XIX ou dono de sesmaria no século XVIII, muito provavelmente seus ascendentes seriam identificados à história desconhecida de um ex-escravo de origem africana, quem sabe trazido para as terras de algum daqueles senhores. Com essa hipótese não queremos insinuar que Pedro faça parte de um grupo segregado pela linhagem, pela origem social, ou "nível" cultural que justificaria a sugestão de que ele talvez fizesse parte de um grupo de pessoas detentoras de uma sensibilidade particular na percepção do espaço. Sua vontade de sair desse espaço pode ser interpretada como "emoções residuais ancestrais", como os negros quilombolas fugindo da condição de escravidão, conforme imagem historiográfica que temos do oeste de Minas do século XVIII? Acreditamos que não. Pelo contrário. A despeito da distância entre a situação

[318] SOUZA, Pedro Henrique de. Abaeté. 20 de novembro de 2009. Entrevista.
[319] Idem.
[320] Idem.

econômica e social em que ele se encontra – que numa dimensão reduzida mostra um nível de desigualdade de oportunidades gritante – não se pode negar que sua forma de percepção do espaço é bastante semelhante à dos outros jovens de sua idade. Tanto daqueles das consideradas famílias tradicionais, filhos de imigrantes, ou pertencentes a quaisquer outros grupos sociais privilegiados que poderíamos forjar.

As notas sociais dos jornais locais – atuais e mesmo do início do século XX –, ao anunciar a mudança de um filho, a conquista de uma vaga numa universidade, a aprovação em um concurso ou qualquer outro motivo considerado importante para render homenagem àquele que está deixando a terra natal para ir fazer a vida num lugar de mais progresso, sugerem que Pedro Henrique de Sousa não seja uma exceção entre os jovens de sua cidade. Pelo menos não em razão de cultivar o desejo de construir um futuro melhor porque experimenta a mesma sensação de insegurança – talvez mais insegura, é verdade – que o impulsiona em busca de "novos" rumos. Quem sabe *"ir embora"* para *"um lugar de mais progresso, lugar de construir alguma coisa, uma carreira, ganhar dinheiro, ser reconhecido, fazer a vida".* Depois de tudo, talvez voltar *"com riqueza, para junto de meus irmãos, de minha família"*. Porque, mesmo se o regresso possa parecer regressão, *"na nossa região, o rico vive bem,* [sua vida] *é tranqüila".*[321]

Esse sentimento, diferentemente de uma de minhas hipóteses iniciais, não pode facilmente ser relacionado à posição social e econômica ocupada. Apesar de vivenciado em níveis de dificuldade diferenciados, é um elemento compartilhado. A explicação de Pedro Henrique para a necessidade que sente de se despojar do seu lugar de origem poderia ter sido a mesma de outros garotos de sua idade, mesmo os de outrora como o jovem Emílio Moura ou o próprio Gustavo Capanema: "*sonho sempre que eu vou e depois estou voltando e os outros me olhando, me reconhecendo, como alguém que venceu na vida"*[322]. Como se o oeste de Minas fosse lugar de viver apenas depois que a vida estivesse feita.

A despeito de todas as dificuldades e das especificidades históricas vislumbradas pelo relato de Pedro Henrique, quando consideramos o conjunto possível das formas de percepção do oeste de Minas é ilusório imaginar que ele sozinho sente essa dor e essa saudade. Essa vontade de encontrar o que não tem, quando o

[321] SOUZA, Pedro Henrique de. Abaeté. 20 de novembro de 2009. Entrevista.
[322] SOUZA, Pedro Henrique de. Abaeté. 20 de novembro de 2009. Entrevista.

acompanham e cercam todas as solidões que ele mitigou, confortou, encheu – como o Emílio Moura de Carlos Drummond de Andrade[323]

Estas impressões sobre o espaço – gestadas na longa duração desde quando este espaço tornou-se o lugar de referência do sujeito-enunciador –, encontram sua forma de enunciação entre dores e saudades. Tantas que, como escreve Guimarães Rosa, até dá "*um aperto de desânimo de sina, vontade de morar em cidade grande"*[324]. Mas essa vontade mesma e a luta contra ela travada entre a inspiração e o medo da apostasia parecem ter contribuído para a criação e constante reapropriação de uma imagem dos habitantes desse espaço como coqueiros presos à terra pela sua condição e ansiosos por alcançar o céu pela sua esperança de crescimento. A despeito do buriti perdido de Afonso Arinos, do *"velho e clássico buriti, amigo da minha infância, habitante dos vales, das baixadas úmidas, anunciador de água aos caminhantes (...) incontestável imperador das palmeiras"*, anotado por Guimarães Rosa[325], da palmeira esguia do Emílio de Carlos Drumonnd e de tantos outros, nascidos num terreno de cultura ou numa vereda qualquer, fiquemos com o diálogo íntimo de Chagas Faria, poeta de Dores do Indaiá e um desses exemplares de natureza social e simbólica:

Diálogo íntimo

Ante um coqueiro velho, esguio e solitário
Fico a pensar! Quem o teria aqui plantado?
Quando ocorreu o fato e o tempo já passado?
Um século suponho haver, um centenário.

Coqueiro antigo, já és talvez legendário,
Tristonho e só, neste lugar, tão isolado!...
Engana-se, me diz, e o escuto admirado:
- que térreo paraíso, o mundo imaginário!

Sou mensageiro da poesia e da saudade
Qual lavrador que semente, à terra lança:
Assim aqui nasci; e ignoro a minha idade.

Em prosa e verso, muitas vezes, me louvaram
De todos que aqui viveram, sou lembrança;
Sou a saudade dos que, por aqui passaram[326].

[323] ANDRADE, Carlos Drummond. Emílio Moura: Palma severa. In: *Passeios na ilha.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 122
[324] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas.* 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.p. 262.
[325] Caderno 20. Microfilme 68. Fundo João Guimarães Rosa. Instituto de Estudo Brasileiros. Universidade de São Paulo.
[326] FARIA, J. Chagas. Diálogo íntimo. *O Liberal*. Dores do Indaiá. 17 fev. 1973. p. 3.

2.5 O oeste de Minas não tem sido [re-sentimentos]

O Centro-oeste de Minas precisa voltar a SER.
(Claudia Vargas, 2008)[327]

[A Nova Lorena Diamantina] Será um dia paiz muito povoado e feliz.
(José Vieira do Couto, 1801)[328]

Temos até agora *padecido*
Um desprezo total de gente humana
Experimentando das feras o bramido
E a soledade tão tirana.
Mudem nossa mágoa de sentido
Que üa posse real nos desengana.
Que vem o filho do Sol como Regente
Ser guarda (...) mor desse continente.
(Anônimo, 1769)[329]

A mente se interroga, a alma se escuta:
O que não houve é tudo que perdura
E nada mais transcende o que nos resta.
(Emílio Moura, 1970)[330]

Retomando os passos de nosso percurso pela trama de regionalizações do oeste de Minas constituída na dinâmica das relações sociais nesse espaço geográfico, a um só tempo construção simbólica e lugar de exercício do político, "*circunscrito móvel e dinâmico"*[331], poderíamos dizer que nessa trama – entortando a máxima de Riobaldo Tatarana[332] – o poder do lugar às vezes parece mais forte que o pensamento da gente sobre ele. Especialmente quando, ao percorrer suas formas, surpreendemo-lo como sujeito-objeto de identificações construídas não apenas por estratégias racionais, mas por elementos afetivos que criam vínculos entre as pessoas por sentimentos comuns de pertencimento e/ou de deslocamento, chamando a atenção para as dimensões temporais de suas representações espaciais.

---

[327] VARGAS, Ana Cláudia. *Em defesa do centro-oeste mineiro*. Hipertexto. Disponível em http://www.acidi.com.br/modules/news/article.php?storyid=259. Acesso em 18 de out. 2008.

[328] COUTO, José Vieira do. Sobre a Nova Lorena Diamantina. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. Ano X, fasc. I e II, jan/jun de 1905. p. 145.

[329] NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. – Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988, p. 55.

[330] MOURA, Emílio. De repente in. *Itinerário Poético*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

[331] CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. CATÃO. Leandro Pena. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. História, memória e Cultura: o Centro-oeste de Minas em questão. In: *História e memória do Centro-oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 8.

[332] Faço referência a uma das definições se sertão de Riobaldo Tatarana: "Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar" (ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 41).

Especialmente nas estratégias de identificação enunciadas – como vimos – entre as dores de saudade e de medo da deserção e/ou da necessidade de retorno. Saudades do que fora perdido e do que ainda não foi encontrado. Sentimentos de quem, observado em seu presente – feito pretérito perfeito em nossa narrativa –, mantém os olhos voltados tanto para seu próprio passado (como uma dívida ou uma herança) quanto para seu futuro (enquanto expectativa), no cumprimento de uma promessa de realização, na esperança de algum reconhecimento, na crença da prosperidade vindoura.

Entretanto, essa confluência de sentimentos ambivalentes, instituídos na relação passado-futuro já observados, digamos, na "*posição temporal*"[333] do presente dos sujeitos enunciadores, não se reduz àquele desejo de retorno ou à expectativa de mudança. Não apenas um *ou* outro, não somente um *e* outro como se limitados ao lugar de saída ou de chegada. A *in*-formação do oeste de Minas encerrada nos enunciados comporta ainda outra temporalidade que também precisa ser (re)visitada neste percurso em busca de suas formas de representação.

Retomando-as, encontramos o oeste de Minas em outra de suas configurações – "verbalizada" não pelo passado simples [pretérito perfeito – *foi*, o que já não é], ou pelo futuro simples [futuro do presente – *será*, o que ainda não é], mas por meio de um tempo verbal composto [o particípio passado – como em *temos padecido*] – que poderia ser adequadamente enunciada como um lugar que não *tem sido*.

É diante dessa representação que, como nos versos de Emílio Moura, *"de repente (...) sentimo-nos antigos (...) sem outro horizonte que a linha do horizonte que não temos"*[334]. Intrigamo-nos com essa dimensão particular do tempo inferida dos enunciados cujos verbos insistem numa *dimensão futura do passado* que parecem durar, atravessando os marcos sólidos da tridimensionalidade da temporalidade agostiniana assentada na presença [passado, presente e futuro][335], instituindo o espaço como lugar experimentado no sentimento compartilhado que atualiza expectativas "passadas"[336] como inquietação no presente, mas que remete os enunciadores a uma

---

[333] O termo é de RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p.360.

[334] MOURA, Emílio. De repente in. *Itinerário Poético*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

[335] Duas observações baseadas em Santo Agostinho. Segundo ele: a) o *verbo* institui o tempo, não está no tempo; b) as coisas só existem no presente, e só assim seria próprio falar da existência de três tempos na mente: "presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras." Cf. AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1992. Especialmente cap. XI.

[336] Embora a questão que ocupa Paul Ricoeur seja concebida num nível diverso do que nos ocupa neste ponto da trama, vale retomar sua a afirmação de que "a inclusão da futuridade na apreensão do passado histórico [está] totalmente oposta à orientação claramente retrospectiva do conhecimento histórico". RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p.360.

[intra]temporalização, à sua condição de ser no tempo junto das coisas do mundo que os preocupam[337]. Diante das limitações objetivas enunciadas através do particípio passado – na negativa! - "*de repente, sentimo-nos pequenos (...) feitos de pura ausência e de distância*"[338], mesmo do presente. Que, eu mesmo, nesse percurso de escritura, ao me defrontar com as posições temporais dos "acontecimentos-alvo" – tomo os termos emprestados de Ricoeur –, dos acontecimentos intercalados entre o tempo daqueles acontecimentos e o meu tempo, no momento da escrita também me vejo relutando em utilizar o pretérito perfeito para enunciar tal dimensão.

Essa dimensão temporal pode ser apreendida nos diversos enunciados dos diferentes discursos, muitos deles já considerados sob outras perspectivas. Aqueles advindos da cartografia, por exemplo, sugerem que este espaço *não tem sido mapeado* [ver item 1.1]. Quando o é, a grande maioria dos trabalhos desenvolvidos – nos termos da avaliação de Nelson de Sena, no início do século XX –, *"não têm attendido com rigor aos diversos elementos cartográphicos principalíssimos na organização de um mapa"*[339]. Sem retomar a discussão sobre os avanços os trabalhos cartográficos nesses últimos cem anos, desde aquela observação, retenhamos apenas o tempo verbal empregado pelo autor: o particípio passado usual não somente nas referências à cartografia da qual o oeste de Minas não tem sido objeto como também nos jornais locais, nos documentos oficiais de governo, na literatura – e na sua crítica –, nas obras historiográficas e nos documentos particulares.

Não penso que se trata de um *lugar* comum, mas de uma posição temporal comum às narrativas que repõem o lugar na preocupação dos homens com as coisas em suas diferentes representações, desde aquelas condensadas na categoria Nova Lorena (século XVII) até as atuais representações desse espaço como Centro e Oeste de Minas.

Moradores da região no século XVIII, ao receberem Ignácio de Pamplona em missão oficial de "pacificação" da região, empregaram o particípio passado em seus versos para transmitir sua duradoura insatisfação com o estágio de povoamento do lugar: "*temos até agora [1769] padecido/ Um desprezo total de gente humana"*[340]. Nos

---

[337] Retomo aqui os termos da releitura que Ricoeur faz de Heidegger. RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 394.
[338] MOURA, Emílio. De repente in. *Itinerário Poético*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
[339] SENNA, Nelson de. Primeiro Congresso Brasileiro de Geographia. Contribuições para um futuro Mappa do Estado de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1909, XVI, p. 309.
[340] NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. – Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988, p. 55.

jornais locais, este tempo verbal na negativa é tão – ou talvez mais – recorrente quanto as repetidas queixas em relação ao problema do povoamento e colonização do território: *o oeste de Minas não tem sido povoado*, era queixa geral das folhas locais que fazem eco à mesma reclamação já encontrada no próprio documento de Pamplona, nas memórias de Vieira do Couto (1801)[341] – cuja parte sobre a Nova Lorena foi reproduzida na integra *pel'O Abaeté*, em 1904 – em Diogo de Vasconcelos (1807-9)[342], no trabalho de Freyreiss[343] e nas correspondências de Eschwege (1820)[344].

É verdade que as razões para que o oeste de Minas não tenha sido povoado [as tentativas de explicar a presença da ausência] foram interpretadas e enfrentadas em conjunturas distintas pelos homens bons que ofereciam versos a Ignácio Correia de Pamplona no século XVIII, os viajantes do século XIX, os jornalistas locais do século XX e de hoje. Os penúltimos, por exemplo, estavam preocupados com a necessidade de povoar a terra com gente de qualidade[345], mais propensa ao trabalho do que os mestiços e negros recém-libertos da escravidão – vistos como pouco afeitos ao trabalho assalariado, ainda sob coordenação feitora. Julgavam a falta de povoamento decorrente da ausência de uma política de imigração efetiva para substituir o braço escravo na agricultura e na indústria – política pela qual militava Joaquim José de Oliveira, em 1904[346], em termos semelhantes aos encontrados nos relatórios dos governos ao constatar que as riquezas naturais do vale do São Francisco não tinham sido aproveitadas "*pela mão civilizadora do homem"*[347]. Ou ainda analisavam-na pela falta de grandes empreendimentos civilizadores como as igrejas, as estradas, as cadeias e as escolas que não teriam sido[348] [enunciam em seu presente como

[341] COUTO, José Vieira do. Sobre a Nova Lorena Diamantina. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. Ano X, fasc. I e II, jan/jun de 1905. p. 145.
[342] VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1994. _____. Ofícios do Quartel Geral do Indaiá (1807-9). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, IX, jan-jun, 1904. p. 379-405.
[343] FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. (trad. A. Löfgren).
[344] ESCHWEGE, William Von. Galena do Abaeté: Cartas do Barão de Eschwege aos governadores conde da Palma e D. Manoel de Portugal e Castr). RAPM, Belo Horizonte, II, fascículo IV. Out-dez de 1897. P. 49-750.
[345] No relato da viagem de Pamplona escrevia-se que "aqui não achamos gente de qualidade alguma, mais que um velho pobre que se deitava em um vizinho retiro" (NOTÍCIA diária e individual ... op. cit. 1988, p. 57).
[346] OLIVEIRA, José Joaquim de. *O Abaeté*. Abaeté, Minas Gerais. 13 de nov. 1904. (Editorial) p. 1.
[347] ARAÚJO, Francisco Manoel Alvares de. Navegação a vapor do Rio São Francisco. *Relatório da Secretaria de Agricultura*. 1872, A-T.2.
[348] Aqui somos confrontados com o problema de enunciação que afeta os produtores dos discursos analisados. Na tentativa de distanciamento dos discursos, sou instigado a utilizar o verbo ter no futuro do pretérito, mas utilizando-o considero que o fato esteja terminado, encerrado. Quando observo, a situação atual, se constato que a situação não mudou [pelo menos não conforme minhas expectativas] o tempo verbal que melhor se adapta é o particípio passado [*não tem sido*].

não têm sido] implementados pela falta de iniciativa particular, por alguma *"ironia do destino ou descaso das autoridades"*[349].

> Em pleno século XIX, (...) nos dizemos um povo civilisado e amante do progresso, contemplamos de braços cruzados, impassivelmente, criminosamente, digamol-o com franqueza, todas aquelas grandezas! Vemos aqueles gigantes adormecidos e não procuramos dispertál-os, pol-os de pé! Assim, com plena e inteira consciência e conhecimento de causa, transmittimos aos nossos vindouros o direito inconcusso de nos appelidarem uma geração de descuidados e negligentes, se não de parvos![350]

No que se refere à situação das igrejas, *"as circunstâncias dos cofres públicos, tolhem nessa parte os nossos desejos"*, desculpava-se o presidente da província para explicar porque as matrizes "não têm sido" reformadas[351]. Dom Manuel Nunes Coelho já em época de república laica sugeria que a razão era de haver gente que não tem sido acostumada a dar esmolas. "*Prova-o bem o estado lamentável da capela [de Itapiray, hoje Tapiraí], completamente aberta*"[352] ou a de Medeiros e Desempenhado, paróquia de Bambuy, *"sem paramentos, confessionário, imagens antigas e nem sempre perfeitas, sacrários desprovidos mesmo de forro interno"* e outros detalhes que denunciariam, segundo ele, mais do que a falta de fé, a falta de mobilização coletiva[353] para cuidar das coisas do lugar.

Os jornalistas locais noticiavam com freqüência a falta de "espírito cívico" da população local, mas no caso das estradas e pontes, das cadeias e das escolas defendiam a atuação do poder público e não poupavam críticas às autoridades cuja atenção – escreviam – "*não tem sido"* voltada para o "*interesse de várias ordens de uma zona pouco povoada e de escassa significação eleitoral*"[354] que se encontra recorrentemente mergulhada numa *"atmosphera de desilusões"*[355]. Grijalva Lima, escrevendo para o

---

[349] OLIVEIRA, Antônio Alberto de. MG – 415 – espera asfalto há 50 anos. Hipertexto. Disponível em www.moradanovamg.com.br Acesso em 06 de out. 2010.
[350] ARAÚJO, Francisco Manoel Alvares de. Navegação a vapor do Rio São Francisco... *op. cit.* 1872, A-T.2.
[351] "As circunstâncias dos cofres públicos tolhem nessa parte os nossos desejos, não permitindo que appliquemos todas as somas necessárias para o reparo das Matrizes, mas contando com a devoção dos respectivos Parochianos poderemos, coadjuvando-os dar a algumas delas, a decência que o culto exige, e salvar outras da aniquilação que as ameaça, testemunhando-vos o sentimento que nos animão" Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840, pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840. p. 63.
[352] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais. Apud. SILVA NETO, Belchior Joaquim da. *O Pastor de Luz: na comemoração do centenário de Dom Manoel Nunes Coelho*. Luz. Littera Maciel, 1984. p. 168.
[353] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais. Apud. SILVA NETO, op. cit. 1984. p. 173.
[354] FREITAS, Victor Figueira de. Morada Nova – O município mais sacrificado do país. In: DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p. 58.
[355] GUIMARÃES, Canuto. 15 de novembro. *A notícia*. Formiga, 16 de nov. 1916. p.1.

Jornal de Formiga, mostrava-se desiludido com os vinte e oito anos de nossa República meridional, preocupado com o *"chaos tumultuoso de revoluções, de attentados, bandalheiras de politicagem innominável, desgoverno, lapidador e cynico"* e buscava os culpados por tal situação não apenas entre os "*ignorantes e analphabetos",* mas também em *"muitos indivíduos, inflados com as luzes (...) moralista de exterior"* que não se preocupam em *"dar uma direcção a estes povos, instruindo-os e animando-os"*[356] à cultura do solo e à civilidade nos modos, seja com escolas ou instituições punitivas. Pelo contrário, argumentava, têm estes últimos, cometido delitos iguais ou piores àqueles.

Mas por que estes homens, nessa conjuntura do início do século XIX/XX, ao falar das questões presentes de seu lugar se vêm constrangidos a enunciar a situação presente utilizando o particípio passado [geralmente o *não tem sido*]?

Retomemos a edição de 02 de outubro de 1904 do jornal *O Abaeté* que trazia em uma de suas colunas, do seu quarto número, uma novidade que seu editor – José Joaquim de Oliveira – explicava aos seus leitores:

> [Com o objetivo de] fazer um estudo desse município sob o ponto de vista de seus recursos industriais, começamos hoje por transcrever o que a respeito dessa zona escreveu em 1801, o dr. José Vieira Couto, em sua obra Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes, um livro precioso tanto pelo fundo como pela forma. O ilustre naturalista mineiro, (...) que percorreu este município indo até a fazenda do Chumbo, em Patos, descreveu-o da seguinte maneira, sob a denominação de Nova Lorena: "A nova Lorena Diamantina occupa um grande espaço d'esta Capitania de Minas Gerais, ficando-lhe para o seu lado occidental, nos seus confins, e muito entranhada pelas desamparadas terras (...)[357]

Uma primeira questão seria: se o objetivo de Joaquim José de Oliveira era fazer um estudo das potencialidades industriais da região, porque retomar Vieira do Couto? Não haveria outras fontes de informações sobre a região mais atualizadas do que aquela memória produzida há cem anos antes? Enfim, por que retomar Vieira do Couto e sua caracterização do espaço? Retornemos ao texto de Vieira do Couto para algumas re-considerações.

---

[356] CONSIDERAÇÕES sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Gerais, como são as de mineiros e agricultores...", atribuída a José Vieira do Couto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. XXV. p. 426.

[357] OLIVEIRA, José Joaquim de. *O Abaeté.* Abaeté, Minas Gerais. 13 de nov. 1904. (Editorial) p. 1.

De início poderíamos sugerir uma identificação entre as visões de Joaquim de Oliveira e de Vieira do Couto, iluminista e fisiocrata[358]. Nesse sentido, a escolha do texto poderia ser tomada já como uma releitura/atualização do projeto iluminista de Vieira do Couto para o oeste de Minas do início do século XX. Vieira do Couto imaginava um futuro industrioso para a região, para o qual seria necessário providenciar três condições materiais básicas: a abertura de canais de navegação, melhoria e expansão do transporte por terra além da diversificação de animais de carga com a introdução do camelo e domesticação da anta. Ora, a atualização dessa idéia vinha de encontro às demandas de infra-estrutura defendidas por Oliveira e pela grande maioria dos jornais locais da região: estradas, linha de ferro, comunicação – além das ações de educação do homem do campo que já encontrava esboço nas idéias de Couto sobre a necessidade de reunião dos conhecimentos mineralógicos da colônia em compêndio – tratado de mineralogia, a ser editado pelo Estado. Ainda que se endereçassem a duas formas distintas de governo do estado, uma monárquica absolutista e outra republicana federalista, o jornalista de Abaeté via com bons olhos a idéia de Couto sobre o papel central do Estado na condução daquelas mudanças – no caso do Brasil Republicano de 1904, o papel do Presidente da província e as demandas da municipalidade. Observando o que Oliveira e seus colegas de ofício no jornalismo local escreviam – informando que o estado não tem mantido as estradas, incluindo-se as férreas e aquelas para automóvel, não tem incentivado a agricultura, não tem fomentado a indústria, não tem interferido para se resolver o problema da mão de obra, na introdução do imigrante, na disciplinarização do trabalho e a regulação das práticas, a organização do espaço urbano[359] – poderíamos observar que o tempo verbal empregado tinha como função (d)enunciar que as condições materiais de existência do lugar [digamos da identificação das pessoas a este espaço] continuavam precárias, quando não inexistentes "*desde os tempos coloniais"*[360] até o presente. Era um modo de dizer que a situação "tem sido" a mesma e não "é" aquela que se deseja(va). E ainda, as expectativas do

[358] Aqui, sigo a interpretação de Junia Furtado, ao dize que "o pensamento de Vieira Couto estava ligado ao "reformismo ilustrado português". Cf. FURTADO, Junia F. Estudo crítico. In: COUTO, José Vieira. *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p.37.

[359] No início do século XX são aprovados os primeiros Estatutos Municipais estabelecendo normas para a construção urbana. Em Dores do Indaiá, em Abaeté (1904), em Divinóplis (1916).

[360] "Causa lástima. O homem dos tempos coloniais é o mesmo homem de hoje, repetindo mechanicamente os mesmos hábitos, com a mesma índole, os mesmos costumes em toda sua rudeza primitiva. Não tem noção do progresso. O que fez ontem faz hoje e fará amanhã. O monjolo ainda se constitui forçado fator de sua prosperidade. Produz o que não basta para as despezas annuais". (OLIVEIRA, José Joaquim de. O Abaeté. Abaeté, Minas Gerais. 13. nov. 1904. (Editorial) p. 1.

presente "são" semelhantes às do passado e, como aquelas "correm" o risco de "serem" frustradas. Nas palavras de Emílio Moura, no poema "*Três tempos*":

> Futuro:
> Desassossego no escuro,
> Medo.
>
> Presente:
> Revoada de nada,
> Simplesmente.
>
> E tu, passado:
> que fizeste deste
> Coração frustrado?[361]

Revoada de nada, o oeste de Minas – constatou-se nas primeiras décadas do século XX – "*não tem sido lugar de patriotismo e dignidade",* como parte de um todo que lhe é superior[362], desde os tempos coloniais, como confirmaria a *"refinada malícia com que todos uniformemente se revestiam, porquanto para ajudarem com essas obras (...) necessárias para a freqüência do bem comum"*[363]. Diagnóstico que ultrapassa conjunturas, interpretação ativista reconhecendo uma continuidade frustrante que ressurge na discussão das mais diversas inquietações regionais atuais. Na década de 1960, diante das expectativas dos benefícios da construção da barragem de Três Marias, o município de Morada Nova de Minas constatava que "*o Governo (...) não tem sido leal no cumprimento das promessas que fez ao populoso município"*[364]: cinqüenta anos antes, fazendo constatação semelhante, os Dorenses já lhe investigavam mesmo as razões da frustração "*não sabemos se por descaso, vontade, pirronismo ou falta de dinheiro"*[365].

Sabe-se apenas que nas mais diversas questões que envolvem a expectativa de concretização das promessas de transformação da região num *"paiz muito povoado e feliz"*, reaparece a idéia de que o oeste de Minas continua – no momento da enunciação – como um lugar que não tem sido. Este tempo verbal repõe a idéia de que a situação descrita, de natureza social, política ou econômica arrasta-se desde os tempos remotos da extração diamantina, a construção de obras públicas como uma ponte, o traçado de uma ferrovia, de uma rodovia, a hidrelétrica de Três Marias até a exploração atual do gás

---

[361] MOURA, Emílio. Três Tempos. In. *Itinerário Poético*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 282.
[362] LIMA, Grijalva. A escola e o crime. *A notícia*. Formiga, 16 de nov. 1916. p.3.
[363] NOTÍCIA diária e individual op. cit. 1988, p. 64.
[364] DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p. 53.
[365] OESTE-JORNAL. Orgam dos interesses do município. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919.

natural em Morada Nova de Minas. A ineficiência, os particularismos ou as não-concretizações aparecem como uma dívida-herança que não se opera nos termos do *"ter sido"* e *"não ser mais"*, mas como o não ter sido que se arrasta no presente tal como os projetos que lhe sustentaram, estes também recolocados a cada enunciação[366].

A recorrencia da expressão *"não ter sido"* não significa dizer que o oeste de Minas seja percebido como um *não-lugar*, ou um *não-ser*. Não sugere algum elemento de crítica à lógica-ontologia do ser e, digamos à maneira de Cornelius Castoriadis (1975), tampouco consiste na enunciação de algo que não pertença à lógica identitária-conjuntista herdada do pensamento grego-ocidental[367]. Nessa representação não está em jogo a determinação identitária do espaço porque essa representação não aparece vinculada a algum questionamento da existência do oeste de Minas. O ponto de partida é justamente sua determinação como *um lugar* que *já é* e pelo qual [se] organiza [n]o tempo e [n]as identificações sociais, projeção de desejos, expectativas, frustrações.

O que está em jogo não é sua determinação, mas sua caracterização. Parte-se do lugar como algo já dado sem questionar seu fazer-ser enquanto espaço recortado, que desperta determinados sentimentos e idéias. Nessa forma de enunciação do oeste de Minas, quando ele aparece nas diferentes fontes analisadas como um *lugar que não tem sido*, a preocupação é, portanto, com o seu complemento – com o que vem depois, na caracterização do espaço já pensado como *lugar:* suas determinações parciais, sua eficácia ou ineficácia em ser o que é, ainda que em desacordo com a expectativa do passado. Nesse caso, como algo que não tem sido eficaz. É essa (in)eficácia em ser que se enuncia na negativa composta quase sempre pelos verbos ter e ser, pela locução verbal, na negativa, "*não tem sido"*. O primeiro no presente e o segundo no particípio. Estes aparecem quase sempre acompanhados de outro verbo na forma nominal (particípio passado), o que do ponto de vista sintático denuncia uma forma recorrente de enunciar [os objetos materiais e simbólicos que faltam a]o oeste de Minas, tomado como sujeito paciente[368]. Um sujeito que (não) sofre uma ação. Uma ação que, (não)

---

[366] Aqui os termos são muito próximos, embora opostos, àqueles discutidos por Paul Ricoeur sobre a temporalidade da máxima Rankeana. A história cuidando do passado tal como realmente acontecido. E nesse sentido, nosso desafio na operação historiográfica não é cair no objetivismo de tentar descrever o passado tal como ele ocorreu, mas evitá-lo na tentativa de descrevê-lo como ele "não aconteceu". RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p.374-375.

[367] Refiro a crítica de Castoriadis à lógica identitária e sua ontologia correspondente que se referem ao ser como algo determinado, "verdadeiramente e plenamente determinado". Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975. Especialmente a parte II.

[368] Do ponto de vista gramatical, a forma típica do passado que forma a voz passiva é o verbo ter ou haver + o verbo ser + o verbo principal no particípio passado.

sofrida no passado, (não) está acabada, encerrada. Seja por iniciativa privada ou por *"estímulo governamental"*[369].

Por não se tratar do *"simplesmente decorrido"* de que fala Ricoeur (2007) no rastro de Heidegger, a "*privação de que se ressentem as populações"*[370] dessas terras não aparece como irrevogável, diante do não interesse das autoridades pela região. Não sugere que estes enunciados tragam a idéia da *"impotência para mudar as coisas"*[371]. Pelo contrário, parece-nos um conteúdo que nos remete ainda uma vez ao horizonte de expectativas a confrontar incessantemente a própria relação com o futuro de quem os retoma.

Nesse sentido, os enunciados produzidos em diferentes momentos (re)afirmam que o oeste de Minas não tem sido incorporado e considerado pelos governos - os jornais locais nos oferecem muitos outros verbos no particípio passado para completar a expressão: não tem sido atendido, assistido, considerado, reconhecido, registrado, redimido, povoado, desenvolvido, integrado ou aproveitado, etc.[372]. Ou ainda um lugar que não tem sido lembrado, expressado, compreendido, estudado, poetizado, narrado seja pelas formas da literatura ou da bibliografia especializada[373].

Essa fórmula que apresenta o oeste de Minas como sujeito paciente enuncia um sentimento recorrente (re-sentimento) quando colocado como (não) objeto de atenção pelo outro. Representação que funciona, por sua vez, como estratégia de identificação de um nós, ainda que pela falta, pelo não reconhecimento, pelo abandono ou apostasia, pelo esquecimento, pela falta de registros. Sentimento que institui uma temporalidade pensada na retomada de um desejo de futuro que advém do passado. Esperança renovada no presente, mesmo diante da constatação de sua não concretização. Um lugar que não tem sido, que não foi e que ainda não é objeto de determinada ação esperada. Mas poderá ainda ser, porque o tempo daquelas expectativas passadas parece esticado e reposto a cada constatação. Portanto, de algum modo, a retomada desses enunciados possibilita tanto re-visitar os sentimentos experimentados no passado em relação ao futuro do acontecimento-alvo, quanto aproximar quem o retoma a essa forma de enunciação como uma estratégia para renovar

---

[369] "Considera-se que para que o Centro Oeste se torne a principal região do Estado basta apenas o estímulo governamental. No entanto as autoridades estaduais e federais até hoje não se interessaram pela região". O ABAETÉ É MARCHA. Abaeté, 21 de maio 1972.
[370] COELHO, Dom Manuel. Visita pastoral 1925, BELCHIOR NETO, op. cit. p. 193.
[371] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p.375.
[372] (cf. item 1.2 e 1.3).
[373] (Itens 1.4 e 1.5).

os projetos de futuro que circulam na região como um "*justo appello*" [374] que "*não é de hoje*"[375] mas que ainda mobiliza as pessoas.

Desde pelo menos o século XVIII, quando se enunciava que *"temos até agora padecido/ um desprezo total de gente humana"* [376] até as formas de representação atuais do oeste de Minas como *"lugar onde a civilização ainda não teria chegado, ou onde o processo civilizatório ainda não estaria totalmente efetuado"*[377], seja em sua dimensão história ou historiográfica. A primeira encontrada numa promessa não cumprida, num destino virtuoso não concretizado, no entusiasmo propulsor que repetidamente não sai do *"domínio do boato"* recorrente no discurso político, nas conversas de boteco, no "*olhar retrospectivo*" do "*jornalismo indígena*" [378] defensor dos melhoramentos locais como a organização de uma linha de tiro, de um *"Foot-ball-Club"*, de um cinema local, um grupo de teatro amador ou uma banda de música[379]. Uma forma de percepção do tempo-espaço nas notícias de empreendimentos que *"ensaiaram e conseguiriam o desejado fim se o natural esmorecimento não viesse por o ponto final no primitivo enthusiasmo juvenil".* [380]

Em sua dimensão historiográfica, fazendo eco a Waldemar de Almeida Barbosa, reconhecendo-o, em 2009, como espaço que "*não se constituiu ainda, plenamente, como um campo de pesquisa sócio-histórica*"[381]. Em sua dimensão econômica, diz-se que a literatura especializada *tem "priorizado questões estritamente ligadas à mineração, negando ou desprezando as outras atividades econômicas – agropastoris, comerciais – que se desenvolveram paralelamente à exploração do ouro"*[382]. A extração diamantina, sob a responsabilidade do Quartel Geral, observou Carla Anastasia, *"tem sido desprezada nos estudos relativos à história de Minas*[383]*. Reina soberana na literatura a extração do*

---

[374] A CADEIA. *Oeste-Jornal*. Orgam dos interesses do município. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919.
[375] ÁGUA POTÁVEL. *O Indayá*. 28 de janeiro de 1906. p. 1.
[376] NOTÍCIA diária e individual... op. cit. 1988, p. 55.
[377] AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 28.
[378] FERREIRA NETO. Olhar retrospectivo. *O Cordisburgo*. Cordisburgo, 8 de jun. 1913. p.1.
[379] Já virou coisa de folclore local a interminável lista das grandes oportunidades que Dores do Indaiá perdeu (...). Oportunidades de progresso (...) desenvolvimento econômico, social e cultural. A lista é extensa. FIÚZA, Rubens. O vigilante II. *O liberal*. Dores do Indaiá. 21 de maio de 1977. Ano 11. n. 581. p. 1.
[380] FERREIRA NETO. Olhar retrospectivo. *O Cordisburgo*. Cordisburgo, 8 de jun. 1913. p.1.
[381] CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. CATÃO. Leandro Pena. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. História, memória e Cultura: o Centro-oeste de Minas em questão. In: *História e memória do Centro-oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 6.
[382] ANASTASIA, Carla M. J.. Estudo Crítico de VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1994. p.36.
[383] O que encontra eco nas observações de Wilson Cano sobre "Minas Gerais, estado que não tem merecido quantidade de pesquisas equivalente a sua importância". CANO, Wilson. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002. p. 35.

Tijuco". Enfim, não apenas como um lugar de um devir, um lugar que ainda não é, mas como *um lugar que não tem sido*. Forma de enunciação que mobiliza solidariedades porque "*amparando interesse de várias ordens de uma zona pouco povoada e de escassa significação eleitoral*"[384] mergulhado numa *"atmosphera de desilusões"*[385], por (in)ações *"contra o povo que tem suportado tudo, como um cordeiro, vendo e apreciando contristado a permanência, para gaudio de certa gente, o desprezo pelas causas e cousas desta terra"*.[386]

Assim, *o que não houve* adquire relevância não por ser apresentado como acabado, mas como ainda esperado. Horizonte que não está lá. Algo recorrente que, como *"muita coisa importante [que] falta nome"* (Guimarães Rosa[387]), condensamos na expressão *lugar que não tem sido*. Cada expectativa que não se concretizou nos remete a objetos materiais e simbólicos ausentes na sua materialidade, mas desejados como as rodovias e ferrovias que não foram construídas[388], os minerais que não foram explorados[389], os objetos arqueológicos que não foram estudados[390], as histórias dos indígenas e dos quilombolas que não foram escritas, os grandes homens que não foram reconhecidos[391], as cadeias e as escolas que não foram reformadas[392], os cemitérios que

---

[384] FREITAS, Victor Figueira de. Morada Nova – O município mais sacrificado do país. In: DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial., 1968. p. 58.

[385] GUIMARÃES, Canuto. 15 de novembro. *A notícia*. Formiga, 16 de nov. 1916. p.1.

[386] OESTE-JORNAL. Orgam dos interesses do município. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919.

[387] ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 20.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 125.

[388] "Depois de inaugurada a estação da antiga Estrada de Ferro Paracatu, em Dores do lndaiá, em 8 de outubro de 1922, prosseguiram as obras para extensão dos trilhos mais além, atingindo Governador Viana (hoje Serra da Saudade) e Barra do Funchal. Mas o projeto visava levar a linha até Paracatu, passando pela cidade de São Gotardo. (...) Infelizmente, porém, os serviços foram paralisados, o projeto não foi executado e a estrada teve ainda um fim melancólico, pois o ramal a partir de Bom Despacho foi suprimido em 1964, causando muito prejuízo a toda a região." FERREIRA, José Gonçalves. *O Liberal*. A volta da estrada de ferro. Dores do Indaiá. Ano 10, n. 547, 04 de set. 1976. p.3.

[389] "Quanto a minerais, pedi à Petrobrás que fosse explorado o gás metano, que existia conforme notícias veiculadas. Infelizmente, a Petrobrás informou que não havia ocorrência deste gás por aqui" PEREIRA, Aloysio Lucas. *Abaeté em Marcha*. Abaete, 26 de agosto de 1978. p.3.

[390] Os objetos arqueológicos da região, das antigas tribos pré-cabralinas, são ignorados, desde Peter Lund, porque não se referem a um passado glorioso de grandes civilizações. O material arqueológico encontrado na região de Abaeté, MG. Durante a visita técnica à cidade de Abaeté, a equipe esteve na residência de Luzia Soares Defeo, cujo marido, já falecido, tinha por hábito recolher objetos de interesse histórico e arqueológico encontrados nas margens de cursos d'água da região. A coleção encontra-se bastante desfalcada, tendo sido registrados alguns machados pré-coloniais de pedra polida e cachimbos de barro. Cf. SANTOS, Márcio. Expedição Engenheiro Halfeld: etapa Alto São Francisco. Relatório de Pesquisa de Campo. 2002. p. 93.

[391] Referência ao "descaso pelos valores espirituais, (...) esquecidos os nossos homens de letras, não apenas das novas gerações" FIÚZA, Rubens. Escritores dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá. 2 de abr. 1976. p. 3.
Seja o poeta Emílio Moura, o político Francisco Campos ou Padre Belchior, de Curvelo, participante ativo na independência do Brasil, "*esse vulto saliente que como tantas e tantas vezes (...) nunca se lembra*". A ESPERANÇA. Orgam imparcial. Curvelo. 12 de set. 1902.

[392] A situação deplorável das cadeias locais foi denunciada pelos jornais e registrada nos relatórios provinciais, na primeira república, quando as reformas não tinham sido feitas e as celas precárias lotadas, abrigando loucos (O CURVELLANO. Curvelo. 13 de dez. 1908. p. 4) junto aos presos condenados não que *"tendo sido transferidos"* ainda pioravam a situação que não tem sido animadora. (A CADEIA. *Oeste-Jornal*. Orgam dos interesses do município. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919).

não foram transferidos, os problemas do abastecimento de água que não foram resolvidos, a luz elétrica que não foi instalada[393], os desmatamentos, os alagamentos, os esquecimentos que não foram impedidos, o povoamento que não foi fomentado, o êxodo rural que não foi interrompido[394], os solos que não foram cultivados, os alimentos que não foram colhidos[395], técnicas de cultivo que não foi aperfeiçoadas[396], a modernização que não foi bem sucedida[397],*"a Faculdade que nem chega a ser instalada"* [398] – legítimas *representações* do oeste de Minas, se tomarmos um dos pólos da ambígua noção de representação: *"presença simbólica de um objeto ausente"*[399].

Representações que podem adquirir sentidos revolucionários e humanistas, mas podem também expressar pensamentos ultra-conservadores: na atualização dos projetos de Vieira do Couto, por exemplo, sempre há o risco de, defendendo a melhoria nos meios de transporte e da mão-de-obra, não mais requerer animais de carga e os camelos imaginados por ele, mas ainda alimentar em relação aos habitantes de desse espaço o estapafúrdio anseio pela domesticação da anta.

---

[393] "Depois de tantas propostas (...) parece ter tudo fracassado, porquanto nenhuma palavra se diz mais, a respeito". PITO, H. Na tela. *Oeste-Jornal*. Orgam dos interesses do município. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919.

[394] "Temos vários jovens recém formados que estão transferindo residência para cidades que lhes proporcionarem melhores condições de trabalho e continuidade nos estudos. Afinal, as promoções sociais para a sociedade local estão esquecidas. Não temos nada que nos possibilite uma noite diferente, de convívio mais perspicaz onde as pessoas possam dialogar, trocar idéias, enfim sair um pouco da rotina. Vários casais e mesmo jovens mais adultos têm reclamado dos bailes e horas dançantes onde só encontram crianças, mas não pode haver comodismo." O LIBERAL. Dores do Indaiá-MG. Ano. 9, n. 464. 18 de jan. 1975. p.4.

[395] Ferdinand Denis (op. cit. 1837, p. 362) alertava a seus leitores de que "nunca se deve esperar encontrar uma horta" por essas paragens, pois não tem sido obra do engenho humano, mas dádiva da natureza, como também observou também Freyreiss (FREYREISS, op. cit. 1815, p. 49-50). Não tem sido lugar de grandes empreendimentos, "ainda desprovidos do necessário para o sustento de grandes tropas", escreveu Diogo de Vasconcelos, (op. cit. 1808, p 174). Não tem sido povoado, nos termos de Eschwege (1820), "em conseqüência dos vexames dos comandantes dos Destacamentos Diamantinos do Indaiá (...) proibindo a plantação, tapando caminhos, despejando moradores de suas fazendas, vendendo as terras, permitindo a entrada de pessoas que tomavam posse para vender e não habitá-las" (ESCHWEGE, RAPM, op. cit. p. 750), "foram proibidas lavouras e colônias naquelas regiões [do Distrito Diamantino do Abaeté] e estabelecidas inspeções nas fronteiras das províncias" (ESCHWEGE, 1979, p. 184).

[396] "Os agricultores não podem continuar (...) pelos mesmos métodos dos seus antepassados, mas que eles se acomodem ao novo estado de coisas". SILVA, Alberto. A imprensa e a agricultura. *Centro de Minas.* Curvelo (Belo Horizonte), 28 de out. 1956; "A pecuária tem padrões tecnológicos e finalidades diversas se se trata de microrregiões como Três Marias e Curvelo – bovinocultura extensiva de corte; Pará de Minas – Pecuária leiteira e avicultura industrial (...) é uma região de potencialidades (...) mas com um desempenho do setor agropecuário ainda insatisfatório". (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Regiões de planejamento.* 3.ed. Belo Horizonte: s.n, 1992. p. 21).

[397] Enquanto Belo Horizonte de fato protagonizou um processo de transbordamento, tal onda modernizadora se conteve principalmente dentro dos limites da Região Metropolitana de BH. Aos municípios do Centro-Oeste restou o aprofundamento de sua especialização em suas atividades tradicionais e de base exportadora. AMARAL, Pedro V. M. ; LUZ, L. S. ; SIMÕES, Rodrigo . Economia e Rede Urbana do Centro-Oeste Mineiro. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. Anais..., 2006.

[398] O LIBERAL. Editorial. Dores do Indaiá, MG, ano VIII, n. 388, 23 de jun. 1973. p.1.

[399] Cf. Cf. GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira.* Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 85; CHARTIER, Roger. *A História Cultural.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 20.

2.6 Um espaço de múltiplas experiências

> Na sexta-feira de carnaval, dia 12 de fevereiro, aos 52 anos, faleceu Paulo Alves de Mendonça, o PAULO SAMAMBAIA, o Paulo da Maria do Mato, Paulo das ruas de Abaeté. Que Deus o ilumine nessa nova etapa de sua VIDA!
>
> (Nosso Jornal, março de 2010).

> Paulo Samambaia não pertencia a esse nosso mundo mesquinho, de falsidades, impunidades e vaidades. Paulo foi o que foi. Legítimo, autêntico, lúcido e inteligente, quando queria. Chegou a contar a sua história, sua vida desde os tempos imemoriais da raça humana no início do mundo. Contou da sua beleza interior, do seu ideal de um mundo mais justo, de maior compreensão humana e de nossos desapegos. Chegou a chorar da nossa miséria, disputas e infelicidade. Disse-me que tudo isso está em nós e não no outro. Porque somos egoístas e então sofremos muito na carne. Que ele, Paulo Samambaia, pertencia a outro mundo.
>
> (Wagner Túlio Pereira, abril de 2010)[400].

A questão que nos orientou nesse capítulo, ainda uma vez, deve ser retomada: *O que é o oeste de Minas?* É uma porção do espaço geográfico brasileiro, feito região representada e reconhecida por suas características naturais, por sua função no projeto de desenvolvimento econômico, pela sua significação sócio-cultural de grupos sociais configurados em determinados tempos e espaços. Por estes elementos e considerando-se as dimensões afetivas da relação dos homens com este espaço recortado, o oeste de Minas é representado como um lugar que desperta a esperança no futuro, um lugar de espera por novidades que causam expectativas positivas e medos. Espaço de se fazer política partidária por práticas autoritárias e negociadas, baseadas nas relações de favor, na solidariedade familiar e no interesse privado em nome do bem público. Práticas políticas que inspiram novas idéias, incitam dissídios, açodam abandonos, êxodos, exílios, desejos de retorno, sensação de impotência, imobilidade. Uns porque sentem a falta do que não tiveram, outros ressentidos pela impossibilidade de ter, de não ser, de não ter sido; ainda outros, motivados a continuar a ser por meio de novas identificações. É enfim, um espaço tornado lugar de múltiplas experiências de vida.

Dar forma ao espaço, que também é em grande medida (re)inseri-lo no tempo, como vimos, é um processo importante na constituição dos sujeitos que dão sentido à sua própria vida como uma experiência individual e coletiva. Localizar-se geográfica, social e culturalmente, reconhecendo-se na distância e na proximidade em

[400] NOSSO JORNAL. Abaeté, Minas Gerais. Abril de 2010.

relação aos outros, aderindo ou se excluindo de determinadas configurações sociais. Nesse sentido, os enunciados das diversas fontes que analisamos, [nos] *in*formam também [sobre] as formas de representação dos homens que viveram nesse espaço. Já nos deparamos com muitos vestígios destes homens quando nos perguntamos "*quem, quando e como*" se enunciou determinada representação do espaço: deparamo-nos com os distanciamentos estabelecidos na enunciação que institui lugares sociais como entre um cartógrafo civil ou militar dando notícia de um nativo escondido atrás de uma árvore pronto a atacar ou sua notícia de um quilombola "invisível" e assustador como uma fera. Ou ainda a posição hierárquica estabelecida entre um dono de terras bajulador e poderoso, um jornalista, um político local, um eclesiástico, um homem das letras ou um literato informando sobre os pobres, os mendigos, os vagabundos, tomados como classes incultas a entravar o desenvolvimento da região por sua indolência, insubmissão, despreparo ou (in)competência. Por vezes, vistos mesmo como animais. As experiências de vida assim enunciadas dão notícia não apenas da posição do sujeito enunciador, mas da distância que ele ocupa – e forja para si no discurso – em relação àqueles que representam. Considerando as palavras remoídas de Marc Bloch, nesse percurso pelas formas espaciais do oeste de Minas, ao lidar com essas informações – os "*grandes vestígios sensíveis da paisagem (...) dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram* –, sentimos o cheiro de carne humana o tempo todo. Era o que nos guiava posto que, concordando com Bloch, "*por trás"* deles *"são os homens que a história quer capturar"*[401].

Entretanto, nossa ambição de conhecê-los melhor é limitada pela dificuldade ou impossibilidade de ficar frente a frente com os que já se foram. E de lidarmos apenas com referências indiretas, versões parciais. Ora, ainda que fosse possível o contato com versão mais fiel à vida daqueles que não puderam deixar seus próprios registros, (como se fosse possível conviver com os que já se foram, como com os habitantes atuais do oeste de Minas) falando de si mesmos, este contanto ainda seria mediado: teríamos ainda que lidar com representações que os enunciadores constroem de si, percebendo-se como indivíduos, sujeitos autônomos, homens bons, e dos outros, como classes incultas, massa ignara, feras indomadas, sujeitos históricos esquecidos ou ressurgidos, mitificados, e tantas outras representações enunciadas, como nas diversas fontes de informação que analisamos. Estamos sempre em busca de carne humana, viva, pulsante, sensível, em arranjos de forças

[401] BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54.

dinâmicos, mas encontramos quase sempre as formas cristalizadas de representação do corpo, das sensibilidades, das suas ações e figurações: imagens estereotipadas, coaguladas e, em maior ou menor amplitude, já (in)formadas sob determinada interpretação devedora do lugar que ocupa seu enunciador. Uma busca incessante de sentido para suas ações e dos outros que poderíamos denominar simplesmente de experiências vividas. As formas de uma vida, vivida sob determinadas relações de poder, sentidas, experimentadas, enunciadas por meio dos discursos que atuam nessas mesmas relações dando sentidos, estabelecendo aqueles distanciamentos, aproximações, identificações.

Ao voltarmos nossa atenção para estas formas – e não necessariamente para as fôrmas – encontramos representações comuns tomadas como experiências de vida, os modos de ser e de agir, ações formalizadas pelos enunciados e pelos referentes das fontes analisadas. No entanto, essas múltiplas experiências não poderiam consideradas como *"um campo de realidade fora do discurso"*[402] – não porque negamos que haja algo fora dele – mas porque é por meio dos enunciados que poderemos apreender algo sobre elas, conforme o que apreendemos, pois nosso trajeto também é uma aventura discursiva. Isto porque nosso contato com o que poderíamos chamar de experiências individuais ou coletivas se dá por meio dos enunciados dos discursos. É ao ser enunciada que a vida toma forma de experiência e é nesse sentido que a própria experiência da escrita poderia ser pensada. Não como possibilidade de restituir ou dar outra vida aos sujeitos que estudamos, mas para conferir-lhes também uma forma – o texto historiográfico.

Assim, quando falamos de múltiplas experiências nos referimos àquelas representações que os sujeitos constroem de si e dos outros, vendo, ouvindo e lendo suas narrativas [fala, fotos, arquivos pessoais, conversas informais, obras historiográficas, genealógicas, etc.] dando forma e sentido às ações do passado e do presente, vida pensada como uma trajetória (in)coerente, muitas vezes tomando os processos dinâmicos como estados acabados, contingências como certezas, realizações como profecias . A tentativa de descrição de suas experiências seria, portanto, uma (re)construção de sujeitos – nossas próprias *in*formações – constituindo-se bem mais, ou bem menos, do que um ato de desvendá-los, recuperá-los de algum suposto esquecimento ou equívoco – de acordo com as nossas condições de trabalho e nosso interesse.

Assim, dizer que o oeste de Minas é um espaço de múltiplas experiências é, ao mesmo tempo, tentar refutar a adesão imediata a formas essencialistas sobre aqueles

[402] SCOTT, W. Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo. Fev. 1998, n. 16, p. 316.

que viveram neste espaço feito lugar – evitando defender a existência de algo como um modo de vida específico do oeste de Minas, alguma identidade regional ou étnico-cultural fixa (como ser kaxixó, ser congadeiro, ser quilombola, ser catireiro) – procurando colher elementos que nos ajudem a compreender as tentativas de caracterização desses homens vivendo juntos, nem sempre com as mesmas condições de vida, cujos resultados contribuíram para a criação e se materializaram nas formas compartilhadas, não necessariamente consensuais, de identificação. Inclusive aquelas que são utilizadas para estabelecer especificidades do espaço e forjar os limites do sujeito individual e coletivo, procurando torná-lo visível, fazem parte dos mesmos processos de identificação e, evidentemente, não desconhecem as configurações espaciais. Portanto, operam ora partindo das identificações aos espaços delimitados, ora da espacialização às identidades/identificações.

Assim, depois de ter buscado as informações, como o último passo dessa imersão nas formas de representação do oeste de Minas, antes de mudar a escala e tentar avaliar quais dessas formas são compartilhadas num nível mais amplo, aproximemo-nos de algumas daquelas mais visíveis pelas quais esses homens percebe(ra)m e foram percebidos em seu lugar social, instituídos pelos enunciados dos discursos que tomamos como fonte. Nesse caso, a experiência vivida/enunciada pelos sujeitos não poderia ser o ponto de partida para a compreensão das relações sociais e históricas dos homens com [e n]o espaço, mas aquilo que se precisa compreender como a coagulação de um processo dinâmico. O resultado de determinadas relações recíprocas. Tentemos uma aproximação por meio dos seus tipos que encontramos elaborados nas fontes cartográficas, nos jornais locais, na literatura de ficção (memorialista e especializada), nos planos de governo, nos documentos de arquivos pessoais com todas as limitações e possibilidades que essas fontes nos oferecem [ver capítulo 1]. E pelas formas que nos são acessíveis tentemos nos aproximar da vida, tanto quanto seja possível.

*

E como era *"custosa a vida para os pobres habitantes desses centros!"*[403], escreveu Dom Manuel Nunes Coelho ao passar apuros na travessia dos rios para chegar às paróquias de seu bispado do Aterrado, em 1926. Quando estes "centros" ainda eram vistos como "margem" ou fronteira desconhecida nos mapas de Joaquim José da Rocha e de José Vieira do Couto, no século XVIII, os nativos da região poderiam bem ter

[403] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais (1926). Apud. SILVA NETO, Belchior Joaquim da. *O Pastor de Luz: na comemoração do centenário de Dom Manoel Nunes Coelho*. Luz. Littera Maciel, 1984. p. 210

pensado como o bispo do Aterrado. Especialmente se levarmos em conta as representações que os colonizadores fizeram deles.

Conforme as gravuras contidas em alguns dos mapas que informam [sobre] o oeste de Minas daquele período [cf. capítulo 1, figura 8, 9 e 18], a relação entre os habitantes indígenas da região e os colonizadores não era menos *custosa* e problemática do que no tempo de Dom Manuel. Se ela parecia amistosa nos primeiros contatos [ver figura 18], logo o nativo viu-se necessitado de fugir e se esconder [fig. 08-09], tal como sugerem as representações do indígena feitas pelos cartógrafos do século XVIII e XIX. Outros enunciados dessa época nos dão poucas informações sobre os nativos. A *Notícia* das ações de Ignácio de Pamplona informa menos sobre os índios do que sobre os quilombolas, privilegiando a descrição dos quilombos, ocupando-se mais dos indícios da existência dos negros fugidos do que de algum contato direto com eles.

O indígena ocupa o lugar marginal, oculto ou clandestino, nas representações dos colonizadores. É este lugar social e simbólico que ele continuará a ocupar nas representações dos habitantes desse espaço, presentes nos jornais locais, nos documentos de governo, na literatura e na bibliografia especializada: escondido, acuado atrás de um buriti, na encosta de um rio, num capão de mato ou na pele de um mestiço filho de mãe pega no laço, quem sabe contribuindo para a mistura étnica que deu em homens representados pelos viajantes estrangeiros do século XIX como de *"aspecto doentio, pálidos, como se tivessem passado por graves doenças"*. Eschwege (1816), o autor dessa caracterização, ao passar pela região entre Córrego Danta e Dores do Indaiá, dava notícia dos perigos da maleita e dizia que naquela época *"os indígenas já desapareceram dessa região e nem na ida ou na volta encontramos outros vestígios deles [além das panelas de barro], apesar de não ser provável que na grande extensão de 80 léguas que percorremos, não os houvesse"*[404]. Ele sabia que havia nativos ainda escondidos em algum canto, provavelmente era conhecedor dos detalhes das disputas por terra travadas por sua anfitriã costumeira Joaquina do Pompéu – e seu marido Inácio de Oliveira Campos – e os índios Kaxixós, às margens do Rio Pará[405]. Os descendentes desta tribo, sobreviventes de um ataque violento de Inácio de Oliveira, muitos deles se aculturaram, transformando-se em trabalhadores rurais a se ocupar da agricultura em terra alheia. Hoje os seus descendentes remanescentes, aculturados ou inseridos na

[404] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. v.2. p. 96.
[405] Para a bibliografia sobre o tema, retomar o item 1.5.

cultura do colonizador lutam por terras e pelo reconhecimento de sua etnicidade/identidade ética. Outros como os índios *Abaetés* [cujo nome dado pelos conquistadores já informava se tratar de *"tribo numerosa"*][406], não tiveram o mesmo destino e se extinguiram. Esse parece era o lugar do índio nessas representações: vidas deformadas ou reformadas pelo distanciamento físico e moral, a extinção ou a integração ao modo de vida do colonizador, aceitando ou sucumbindo às suas técnicas, seus desmandos, suas violências, suas crenças e o papel social que lhes foi dispensado, seja no período colonial, povoando o imaginário dos colonizadores à época ou dos estudiosos de hoje, antes e depois da constituição de 1988.

Mas o oeste de Minas do século XIX e XIX também foi lugar de negros escravos representados mais pela sua falta do que pela presença uniformizada. De um lado, porque a região é apresentada como lugar de poucos negros escravos, cujos senhores teriam sido detentores de pequenas posses e praticantes de atividades pecuárias poupadoras de mão-de-obra[407]. De outro, a fama de ser este espaço um lugar de muitos quilombos, como o do Abaeté, do Indaiá e o do Ambrósio, que alimentava o imaginário dos colonizadores, incitando o medo e a vontade de dominar tais territórios indomados. De qualquer modo, representado como tal, enquanto escravo, o negro foi tido como instrumento de trabalho insuficiente, cheio de vícios e indolente. Como fugitivo, era a fera ameaçadora, imprevisível, criminoso, invisível, tal como descrita na *Notícia* da viagem de Pamplona, em 1769[408]: imagens retomadas pelas obras historiográficas que perseguem o tema. Nessas representações, tanto os índios quanto os negros fazem parte de um *mundo das feras*, do invisível, contraposto ao mundo dos homens, mais ou menos civilizados. A tentação de "tornar visíveis" suas experiências de vida é perigo iminente para quem se ocupa hoje da reconstituição da história desses sujeitos. Seja pela uniformização de suas experiências, seja pela deformação mitificadora de suas práticas, em procedimentos atrelados a discursos identitários essencialistas.

---

[406] OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 73.

[407] Douglas Libby observa que há um consenso da historiografia sobre a situação em toda "Minas Gerais, as grandes posses de escravos eram muito raras. Ao longo do século XVIII, tamanho médio das posses mineiras geralmente ficavam em menos de dez, e os proprietários de um a dez escravos controlavam pouco mais de 40% do Plantel da Capitania/Província" (Cf. LIBBY, Douglas Cole. Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, v. 29, n. 58, jul-dez, 2009. p. 399).

[408] "A 3 de setembro mando a S.M.C prender pelo soldado e três homens mais (...) a um negro criminoso, e a ûa mulher sua senhora, por complices no dito crime, pois tinham morto o senhor e marido de um e outro". (NOTÍCIA diária e individual ...op. cit. 1988, p. 59)

Já o conjunto dos ditos homens mais ou menos civilizados, no limite, até hoje considerados raros e insuficientes "habitantes" desse espaço, tem sua composição heterogênea descrita no período colonial como garimpeiros clandestinos, fazendeiros locais empreendedores ou conservadores, sem respeito à autoridade, muitos deles sem posse legalizada da terra, o clero *"pouco respeitoso da doutrina*" ou os soldados e milicianos corruptos e insubordinados. Todos eles considerados ao mesmo tempo agentes de civilização e ameaça à ordem, pois suas ações estavam assentadas numa dita *"imoralidade generalizada"*[409]. As ações de civilização da região, tratadas nesses termos até pelo menos a primeira república, portanto, tinham como alvos diretos tanto os índios bravios e negros fugidos – pela imposição da ordem – quanto a dita população local – pela imposição moral. Sua vida também não era fácil, diria o Bispo do Aterrado.

Esta difusa categoria "*população local*" poderia englobar pessoas de diferentes *status* social e ocultar importantes distanciamentos determinados pela posse da terra, pelas distinções de cor, pelo domínio dos códigos lingüísticos que possibilitaram não só estabelecer distâncias mais do que refleti-las, no ato de enunciação, como também tornaram transmissível essas informações por meio de arquivos, livros, documentos escritos. Fazia parte dessa dita população local tanto a gente *grimpeira* descrita por Vieira do Couto – composta de "*diferentes cores, quaes os de brancos, mulatos, cabras, pretos, tudo gente ínfima e de costumes taes, como pedia seu péssimo e infeliz gênero de vida"*[410] tentando a sorte no garimpo clandestino, em sítios distantes, até as famílias de posses largas, genealogia conhecida, experiência minimamente documentada, estruturada para despertar a vocação política de seus herdeiros saudosos dos seus arranjos familiares, da vida na fazenda, da educação moral de outrora, que inspira arroubos de memória e saudosismo dos tempos de antanho[411]. Freyreiss tentou precisar as características "dessa gente", na primeira metade do século XIX:

> Somente o branco julga-se superior, talvez pelo costume ridículo de pintar-se o diabo de preto (...) aqui o mulato é alvo de zombaria dos brancos, alvo de seus brinquedos (...) e como os brancos o tratam, trata ele os pretos, de onde resulta o desejo de dominar que é

[409] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Brasil: Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 80.
[410] COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes, suas descripções, ensaios e domicilio próprio à maneira de itinerário; com um appendice sobre a nova Lorena Diamantina, sua descripção, suas producções mineralogicas e utilidades que deste paiz podem resultar [1801]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun.1905, ano X, fasc I e II. p. 55-166. p. 146.
[411] Cf. SILVA, Ignácio Ferreira Alvares da e ÁLVARES, Oto Ferreira. *Gerais de todos os tempos. Reminiscências dos tempos das gerais e das folhas caídas*. Brasília: Verano, 1999. Ver capítulo 1, item 1.5.

> característico dos mulatos. Aqui ele é servil, acolá, porém, torna-se tirano e assim representa ele continuamente o papel de camaleão, colocando-se moralmente abaixo do negro[412].

Os jornais locais do início do século XX fornecem representações atualizadas dessa "população local" diversa, após a fim da escravidão. Os proprietários que haviam fundado cidades, estabelecendo as instituições políticas, sociais, religiosas e culturais (a câmara, a cadeia e a igreja posteriormente também a escola, além do próprio jornal, a biblioteca, o cinema, o teatro amador), produziram os lugares de memória, dominando os códigos lingüísticos e, por sua vez, assumindo a produção de discursos que enunciavam a necessidade de civilização da população. Representando a si mesmos como cidadãos cultivados, grandes homens públicos (políticos, jornalistas, eclesiásticos, professores, advogados, médicos, literatos) a conduzir a educação moral, a ordenação das práticas das agora chamadas "classes incultas" imprestáveis para a civilização mas aproveitáveis para seu serviço vivendo como agregados em suas terras, vagando em busca de trabalho – ou de um meio de sobrevivência para não precisar dele embrenhados em algum *cafundó*[413] semeando em áreas devoluta, vencendo a maleita, o bócio, caçando e pescando, mendigando ou *"vivendo nas ruas e esquinas, bêbados, proferindo obscenidades"*[414].

Passando também pelas dificuldades de sobreviver nessas terras, aqueles que tinham sua posse e propriedade sempre que puderam, procuraram se distinguir daqueles que pelejavam para sobreviver às necessidades imediatas e às ameaças mais urgentes. Os proprietários batalhavam para angariar braços que cultivassem suas terras[415], que melhorassem suas comunas, ampliassem suas influências, o seu contato com outros centros buscando seus benefícios como escola para os filhos e reconhecido

---

[412] FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. (trad. A. Löfgren). p. 50.

[413] Nelson de Senna nos informa que "o termo é do 'angolês' kafundango [brenhas, lugares ermos e retirados da estrada mais batida, ou do tupi caá [matto] e o substantivo [fundo], o fundão do mato, é longe das estradas batidas dos viandantes – eis o sentido corrente da expressão entre nós". SENNA, Nelson de. Toponymia Geographica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XXI, 1923. p.288.

[414] CONTRA OS VAGABUNDOS. *A Notícia*. Formiga, 16 de ago. 1917. p. 2

[415] As correspondências familiares guardadas nos arquivos particulares nos informam sobre essa dificuldade de encontrar mão de obra, em diversos momentos, como por exemplo, a Carta de Lilico das Cabaceiras, de Pompéu, endereçada a Sérgio, de Abaeté, em 16 de dezembro de 1957: "Meu caríssimo Sérgio, (...) Vai ahi o Iraci a fim de ver com você arranjar-me ahi [em Abaeté] um pessoal para capina, pois estou na pressa e enroscado, precisando mesmo de gente. O Tavo leva sempre todo ano pessoal dahi. Ontem mesmo disse que mandava o caminhão ahí buscá-los. Já arranjado a 45.00 livre, buscando e trazendo eu também faço. Busco e levo o que trabalhar duas semanas. Se não conseguir a 45 pode pagar mais um 5 ou 10 cruzeiros, sendo gente boa de serviço e um terno de 15 acima, se for possível uns 30 ou 40 não será muito. (...) Lilico." (Arquivo Particular Dona Chiquinha sob a guarda de Rita Arruda. Abaeté, MG).

social e político: tentando vencer o provincianismo[416]. Para tanto, nos jornais locais que fundavam – não raro com dinheiro público e editoria privada – e nas memórias que publicavam, propagandeavam suas qualidades de cidadão preocupados com o bem público, aqueles atributos que os viajantes estrangeiros, como Eschwege e Freyreiss, não puderam reconhecer nos seus antepassados recentes.

Nos documentos oficiais dos governos, nos jornais locais, na literatura, muitos elementos são fornecidos para delinear aqueles "tipos sociais" apresentados que poderiam nos dar a conhecer as pessoas, ainda que lidos a contrapelo. Ou mais apropriadamente, aproximarmo-nos das formas de percepção dos habitantes desse espaço, pelos ditos jornalistas locais e homens públicos com seus valores, seus projetos, seus preconceitos e suas visões de mundo.

Do ponto de vista social, o oeste de Minas não raro foi visto como a *"terra do João Só"*[417]. Uma referência genérica à vida custosa não apenas daquele indivíduo isolado pelas grandes distâncias geográficas, mas distanciado social e culturalmente dos outros mais bem paramentados. Sós, solitários como aqueles que se imaginavam viver *"num meio inferior a ele mesmos"*[418]*:* o pároco despreparado, o fazendeiro e o político ambicioso, o "*médico da roça*"[419], o advogado prático ou doutorado, homens de letras como o literato sem reconhecimento, o jornalista ou o tipógrafo sem leitores, desbravadores desse *"sinuoso caminho do jornal indígena*" [420], intelectuais da roça *"cuja sina é morrer à fome clamando*

[416] "O provinciano fica e permanece em sua terra e em seu lugar de origem (mesmo que fisicamente emigre por algum tempo fora dela), conformando e conformando-se com o que possui e o que é a diferença do cosmopolita, que se sente "cidadão do mundo". Enquanto o provinciano tem a mente "cerrada e encerrada" em sua província e sua localidade, o que o faz observar o mundo a partir dela, o cosmopolita, imbuído de uma mentalidade moderna e aberta, observa tudo pelo todo, desde o mundo em movimento. Enquanto o provinciano observa o mundo por baixo, a partir de sua visão reduzida de horizontes, mas cheia de sabedoria tradicional espontaneamente aprendida, o cosmopolita vê o mundo de cima, de sua visão pretensamente superior, mas repleta de arrogância de que sabe e de que domina as técnicas modernas. Em definitivo, não são as visões que se opõem dramaticamente (salvo nas conjunturas históricas de trocas aceleradas) senão que são em definitivo, o acento e ênfase ia ser tradicional ou moderno, que convivem em tensão dentro de todas as sociedades contemporâneas." Cf. RODRIGUES, Manuel. "*MICROCOSMOS", Introducción para un estudio de la mentalidad provinciana*. Disponível em http://surdelsurpatagonia.com/lafrontera/microcosmos.htm. Acesso em 16/09/2006.

[417] COELHO, Manoel Nunes. Visita pastoral de 1921. In: SILVA NETO, D. Belchior J. *Op. cit.* 1984. p. 159.

[418] CARTA de Dário de Almeida Magalhães a Gustavo Capanema Belo Horizonte, 03/09/1928. CPDOC, AGC/ Magalhães, D.b doc. 720.

[419] Assim se referiu Guimarães Rosa à sua estadia entre 1931-33, como médico no arraial de Itaguara, "hoje na Zona Oeste de Minas Gerais", para seu tradutor Italiano. Cf. ROSA, João Guimarães. *Correspondência com o seu tradutor italiano Eduardo Bizzarri*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p.145.

[420] FERREIRA NETTO. Olhar retrospectivo. (Editorial) *O Cordisburgo: Orgam de Interesses Geraes*. Cordisburgo. Ano I. n. 24, 08 de junho de 1913. p. 1.

no deserto"[421], atuando no interior desse *"fazendão pobre e atrasado que era Minas Gerais"*[422].

Ferreira Netto, certa vez, desabafou no editorial d'*O Cordisburg*o, de 1913:

> Só aqueles que como nós, são afeittos à vida ingrata de fazer jornal em um centro novo, desprovido de todos os meios necessários à leitura leve, a chrônica jocosa e sã é que saberão equilatar-se da somma de sacrifícios expedida nesse curto lapso de 6 mezes"[423].

Não devia ser mesmo fácil manter um jornal com a maior parte da população vivendo nas fazendas, analfabeta e distante dos códigos escritos. Aquele *"povo simples e bondoso"* na visão de Dom Manuel Nunes Coelho (1922)[424] – representado, com menos piedade cristã, por Joaquim José de Oliveira como "*massa ignara, de analphabetos, ignorantes"*[425] – parecia ser o entrave à missão daqueles que se colocavam como a *"vanguarda do progresso"*[426], defendendo os valores superiores da moral e da civilidade diante de uma "*pobre gente (...): [que recebe]apenas uma ninharia pelo seu trabalho penoso de todos os dias. (...). Gente incapaz de deliberar por si"*[427]. Retenhamos o termo *superior* como indício importante para se compreender a forma como esses discursos instituem uma hierarquização social que torna quase inevitável uma imagem piramidal: no topo, os ditos sujeitos – aqueles que teriam consciência de si, com capacidade de "deliberar por si mesmo", individualizáveis, na comunidade e na história, sujeitos: os grandes homens das comunas, daqueles que encontramos emprestando seu nome às ruas, instituições públicas, personagens relevantes da história e da "historiografia" local, etc. Na base, a dita massa ignorante, assim descrita por aqueles que queria se destacar dela, vendo-a mais como empecilho do que como parceira nos projetos de construção de uma comunidade. Não individualizável, portanto, não pensada como sujeito autônomo.

Além do jornalista e do fazendeiro político, dentre aqueles que se destacariam dessa massa – portanto colocados acima porque passíveis de individualização, ainda que caricatural –, estaria o padre, cuja vida nessas paragens também seria missão difícil, embora fossem *"na sua freguesia personagem principal*

---

[421] GUIMARÃES, Honório. Pensamentos. *A Esperança*. Curvelo. 12 de set. 1902.
[422] FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. Revista da Universidade de Minas Gerais. Separata do n. 12. Belo Horizonte, Jan. de 1962. p.81.
[423] NETTO, Ferreira. Olhar retrospectivo. *O Cordisburgo:* op. cit. 1913. p. 1.
[424] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais (1922). Apud. SILVA NETO, B. J. Op. cit. 1984. p. 162
[425] OLIVEIRA, José Joaquim de. *O Abaeté.* Abaeté, Minas Gerais. 13.nov. 1904. (Editorial) p. 1.
[426] O CORDISBURGO. Cordisburgo. Ano I. n. 9, 23 de fevereiro de 1913. (Editorial) p. 1.
[427] A NOTÍCIA. Editorial. A lenha. 7 de fev. 1918.

em todas as manifestações da vida pública ou particular, sejam ellas de alegrias ou de tristeza. [acompanhando] o fiel em todas as fases da vida e o segue até além do túmulo"[428]. Até a segunda década do século XX, eram em sua maioria mal preparados, ficavam distantes das capelas mantidas pelos leigos tendo dificuldades de toda ordem em seu trabalho pastoral. Estavam distantes também de sua diocese e do controle dos superiores. E como alertava José Coutinho, "*um Páraco ignorante no meio dos desertos, cercado de rústicos, e de feras, vegetando muitas vezes na ociosidade, e na moleza, de que vícios se não verá cercado?"*[429]. Eschwege observou que os eclesiásticos da região *"levavam uma vida cômoda"*, os seus ofícios eram estafantes e a doutrina religiosa era ensinada só por palavras e não pelo exemplo. Trapaceiros e vingativos tinham a castidade como *"um daqueles votos que se fazem sem a intenção de cumprir*". Disse ele que encontrou muitos religiosos que *"mantinham publicamente concubinas e filhos (...) são assim, pouco estimados (...) respeitados apenas enquanto servos de Deus diante do altar. O povo o vê igualmente como mal necessário"*[430]. Efetivamente, por si só, sua conduta já apresentava risco à doutrinação católica, mas ainda, muitas vezes, eram complacentes com práticas e crenças espontâneas, consideradas pagãs, inspiradas tanto nas crenças indígenas quando nas manifestações religiosas africanas. Religiosidade popular, como as simpatias, os feitiços, os mau-olhados e quebrantos, as macumbas, a umbanda, as festividades dos reisados[431], reinados e congados[432], além de outras influências como o espiritismo, o protestantismo e a maçonaria. Digamos que o problema dos padres era estar muito perto dos habitantes da região considerados de grande fé, mas de fraca doutrinação católica, do que das diretrizes católicas. Por vezes eram mais influenciados que influentes[433].

---

[428] LUZ DO ATERRADO. Editorial. Luz-MG, Ano I, n. 24. 11 de jan. 1923. p.1.

[429] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804. p. 43.

[430] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Brasil: Novo Mundo*... op. cit. 1996. p. 81.

[431] Quando os "moçambiqueiros, sempre animados e bem dispostos, cantam e dançam ao som dos rufos e tambores durante os dias de festa". CIDADE DO PARÁ. Cidade do Pará. 9 de out. 1910 e 18 de set. 1910.

[432] O reisado ou a congada, como tentava explicar Guimarães Rosa ao seu tradutor italiano que queria "uma boa descrição da congada": "É festa que varia bastante, de lugar para lugar. Organizada pelos pretos, que a representam com sincera devoção e jubilante fanatismo. Os ranchos são independentes. Alguns denotam a origem das antigas estirpes de escravos: moçambiqueiros (Moçambique), congos (Congo). Há um rei e uma rainha da Festa, brancos, em geral meninos, de boas famílias. Mas, os realmente respeitados e cridos, são um negro e uma negra: o Rei Congo e a Rainha Conga." ROSA, João Guimarães. *Correspondência com o seu tradutor italiano Eduardo Bizzarri*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p.72.

[433] Padre Espínola, pároco de Pimenta, foi denunciado em 1936 por um grupo de paroquianos ao Bispo do Aterrado, por estar envolvido na política local apoiando um pastor protestante e um advogado maçom. Cf. PEREIRA, Manoel Costa; MESQUITA, Antônio da Costa; MAMBRO, Antônio de. et. al. *Carta a Dom Manoel Nunes Coelho Bispo Diocesano*. Pimenta. 18 de jul. 1936. Para uma análise desta carta e do trabalho

O "*Município de Curvelo*", publicado em 1897, descreve uma das Missas na Roça, como uma daquelas disputadas *"festas muito comuns nos logarejos ou pequenos povoados"*[434]:

> (...) Muitos dias antes é costume falar-se no *forrobodó.* Convida-se um padre sempre o mais vizinho, e anuncia-se a viva voz que no dia de tal santo ou em tal domingo, tem de haver uma festa (...). A gente dos arredores, quase todos matutos, fica ciente do negócio, e no dia marcado, acode toda ao convite indiretamente feito (...). Chega o dia da missa, verdadeiro dia de festa. Os fiéis logo pela manhã começam a chegar de todas as direções (...). O padre, verdadeiro rei da festa, a quem sempre consideram o homem mais virtuoso e sábio do mundo (...), logo que chega é procurado por todos: uns dão-lhe dinheiro pra missa, responsos, etc. outros pedem-lhe rogar a Deus por elles e toda a família a fim de livrá-los do *mal de ventos*, do *feitiço* e de *muitas coisa más*! [A] Missa é celebrada na sala mais espaçosa da fazenda, ou debaixo de uma árvore, junto a um cruzeiro e até em rancho de tropa. (...) Fumando grossos e longos cigarros ou tendo a um lado da boca um pedaço de fumo, por de traz de um carro [de bois] ou encostadas a um cupim, ocultas à curiosidade e às vistas do público assim ficam assentadas tímidas e matutas mulheres, olhando a furto os seus namorados ou o padre e as pessoas estranhas, de cujo encontro temem de vergonha (...) Os homens formam grupos contando e ouvindo os acontecimentos notáveis que se deram a certo tempo a essa parte. A caçada é o assunto predileto. (...) A vaquejada, (...) os serviços da roça. (...) E esse falatório e a dança vai até altas horas se uma briga não é causa de morte, ferimento, para causar uma debandada geral". [435]

Ainda que influenciado pelas práticas e crenças de seus fiéis, às vezes se envolvendo ele mesmo nas rixas pessoais e políticas, *"o pároco rural (...) em razão do seu ofício há de ir procurar uma, e muitas vezes suas ovelhas espalhadas pelas brenhas, pelas matas, pelos campos, e pelos desertos"*[436]. Não poderia evitar as tentações distanciando-se delas, abandonando sua missão pastoral, nos termos em que propunha Dário de Magalhães a Gustavo Capanema: *"meta o pé nessa Pitangui de comadres e de Isauras e venha fazer um concurso na faculdade (...) largue Minas se preciso for, Minas pequenininha e miserável, que não aproveita os seus valores".*[437]

---

pastoral da Diocese de Luz cf. FARIA, Carlos César. *O trabalho pastoral na Diocese de Aterrado: de 1918 a 1941*. Luz-MG: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, 2008. (mimeo.)

[434] MUNICÍPIO DE CURVELO. Órgão republicano. Curvelo, 2 de jul. 1897. p. 3.

[435] MUNICÍPIO DE CURVELO. Órgão republicano. Curvelo, 2 de jul. 1897. p. 3.

[436] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Discurso*... op. cit. 1804. p. 40.

[437] CARTA de Dário de Almeida Magalhães. Belo Horizonte, 03/09/1928. AGC/ Magalhães, D.b doc. 720. Curiosamente, eles próprios representavam papel de destaque nessa politicagem, exercidas pelos coronéis de que descendiam, desde o século XIX. Essa rejeição é mais retórica do que efetiva nessa geração. Para se projetar em cargos mais elevados, não hesitaram em utilizar o apoio dos políticos com os métodos que eles condenavam. Esse tipo de discurso, fez com que alguns autores, como Donald Pierson, enxergassem na "formação educacional das novas gerações de políticos, a mudança de ramo (das atividades rurais para as profissões liberais), o maior contato dos mais jovens com os centros urbanos, como o fim do poder da parentela e dessa politicagem "coronelista". Não

Se os padres não podiam se afastar fisicamente, entretanto, a Igreja Católica procurou distanciá-los moralmente das crenças da população local implementando medidas, após a o fim do padroado, para a romanização da Igreja no Brasil. Para melhorar sua formação, após a proclamação da República e especialmente depois da publicação da Pastoral Coletiva de 1915[438], a Igreja Católica inicia uma série de medidas para combater as práticas religiosas populares. Dentre elas, interferir na formação dos padres e criar novas dioceses, condenar, impedir ou ordenar as práticas populares como a Congada e o Reisado, bem como as crenças pagãs. E como parte dessa reorganização das práticas, realizou-se a reconfiguração do território eclesiástico, modificando as estratégias de controle do espaço: criando-se o Bispado do Aterrado em 1918. Desde sua instalação, instituiu-se a imprensa diocesana para propagar a doutrina católica, combater as crendices, fazer frente à imprensa protestante e espírita, proibir e regular os sincretismos. Para enfrentar tantos desafios, os padres ditos luso-brasileiros foram substituídos por estrangeiros, oriundos de congregações, numa verdadeira [re]europeização do clero da região[439].

Nessa representação hierarquizadora, além do padre e do jornalista, outro dos "agentes civilizadores", além do padre e do jornalista, que não raro é individualizado como sujeito de missão difícil, porque tinham que lidar diretamente com a dita massa ignara e com os desmandos dos donos de terras e chefes políticos locais, era o delegado ou *Chefe de polícia*. Conforme enunciado dos jornais locais, este era um cargo *"espinhoso",* exercido durante a primeira república nos termos sede de comarca por bacharéis em direito e nos termos anexos, por leigos[440]. Eram responsáveis por acudir aos interesses da ordem, e grande parte deles se envolvia nas "*luctas e dissídios políticos*" locais. Lutas essas que "*comumente ocasionavam a formação de*

---

foi, porém, o que ocorreu. Cf. PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco - Tomo III*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1979. p. 259.

[438] PASTORAL COLETIVA. *Constituições Eclesiásticas do Brasil: nova edição da Pastoral Coletiva de 1915*. Canoas: La Salle, 1950.

[439] Depoimentos recolhidos em Bom Despacho apresentam lembranças atuais daquele período, enunciadas pelos congadeiros: "Os primeiros padres daqui eram alemães e não entendiam nada desta festa então por não terem domínio algum, proibiam a festa alegando ser de procedência do candomblé, da macumbaria, de feitiçaria. Que era uma festa de preto, pobre, cachaceiro, preguiçoso. O que importa é que não paramos, continuamos e por isso estamos aqui hoje, mesmo que fosse nos bairros mais afastados, os tambores continuaram a azoar na cabeça deles, e quando o trem apertava, a polícia era acionada e nós íamos todos para a roça, dançar lá." SILVA, José Francisco. Entrevista concedida a Ataline Geralda da Silva. 30 de mar. 2008. Cf. SILVA, Ataline Gerada da. *A festa do Rosário em Bom Despacho*. Luz: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, 2008. p.22.(Trabalho de Conclusão de Curso).

[440] A exigência de Bacharéis era uma tentativa de diminuir a atuação da polícia como braço armado dos políticos locais. MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário do Interior pelo chefe de Polícia Dr. José Vieira Marques em 1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, p. 9.

partidos, nem sempre se degladiando no terreno das idéias, mas de freqüente, descambando para os ódios pessoais"[441]. Os períodos mais agitados, reconheciam os próprios relatórios dos governos estaduais da primeira república, eram *"as ocasiões que se oferecem ao eleitorado para escolher pelas urnas os seus representantes nos cargos eletivos"* [442]. Perseguidor dos vadios, dos difamadores, dos adversários políticos da oposição, *"reprimindo com severidade a vagabundagem, prendendo todos aqueles que não quiserem trabalhar"*[443]. O delegado estava a serviço dos padres, dos fazendeiros e dos seus porta-vozes jornalistas, contra os tipos populares mais temidos pelos sujeitos de "boa sociedade": os congadeiros regados a "*bebida, macumbaria e 'muiezada'*"[444], os vagabundos bancando de mendigos, *"abusando da caridade"* da gente cristã:

> Devido aos nossos pedidos, o capitão Praes prohibio a mendicidade aos que não mostrassem licença da polícia; perseguio os vagabundos, mas precisando sair da cidade, o seu substituto tem fornecido licença para mendigar, não só os necessitados, como a verdadeiros exploradores, vagabundos, pessoas válidas que podem perfeitamente viver do trabalho honesto. (...) Entenda-se uma tal desharmonia de vistas entre as autoridades que deviam agir accordes! Afinal o prejudicado é o público. Esperamos que o senhor capitão Praes corrija o abuso fazendo examinar os mendigos novamente afim de cassar a licença aos que não a merecem. E mais um apertozinho nos vadios seria excellente.[445]

Nessa tarefa, tinham o auxílio dos soldados [cabos de polícia] que naquela imagem hierárquica instituída pelos enunciados estava nas fronteiras entre os sujeitos de boa sociedade e a massa ignara: *"embora pobres e sem conhecimentos litterários, protestão contra o dito"* porque teriam os meios "*legítimos da força*". Quando à paisana, *"sem ter arma alguma a não ser algum canivete"*, tomando partido da massa sem nome próprio, enfrentando os fardados *"que balas tinha lá nas carabinas, (...) a forçar a mulher de Sincero de Tal"*[446]. Participando das festas de seus vizinhos, confraternizando com seus amigos, batendo continência para o Capitão do terno.

Entre os tipos enunciados como localizados no meio caminho entre os individualizáveis e a massa estava a figura da professora primária ou normalista, (re)conhecida como *Isca de Malandro*. Em primeiro lugar, destacava-se na comunidade

---

[441] MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório* ... op. cit. 1915. p. 10.
[442] MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório*... op. cit. 1915, p. 36.
[443] CONTRA OS VAGABUNDOS. *A Notícia*. Formiga, 16 de ago. 1917. p. 2
[444] Termos genéricos utilizados para acusar os congadeiros de práticas ilícitas, comum em todo o país. Cf. COUTO, Patrícia Brandão. *Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito*. Niterói: EdUFF, 2003. p. 46.
[445] O CURVELLANO. Curvello. Ano II, n. 40, 13 de dezembro de 1908. p. 3
[446] A ESPERANÇA. Orgam imparcial. Curvelo. 12 de set. 1902. p. 4.

por ser das raras mulheres a exercer um papel social reconhecido como relevante fora do espaço doméstico: tinha algum grau de estudo e trabalhava fora: seus maridos eram vistos como "*vampiros sociais*", "*marido de Sá Mestra*", "*mamador cynico, cômico, despreocupado... feliz!* (...)"[447]:

> Esse sanguessuga existe em todas as camadas sociaes. Vive exclusivamente dos vencimentos da professora, sua esposa. Nada faz, nada emprehende, nada produz: come, bebe, diverte-se; tem mulher, cama e mesa".[448]

Enfim, o "típico vagabundo", embora não pudesse ser enquadrado pela polícia, tal quais aqueles que mendigavam sem licença, que dançavam o congado sem permissão da igreja ou perambulavam pelas ruas sem ofício. O marido da professora, porém, taxado de *boa-vida,* estava mais para o nível das mulheres pobres que escandalizavam as pessoas de "boa procedência", porque

> preferem ficar o dia todo passeando de casa em casa, levando e trazendo novidades, e algumas ate intrigando, do que *se ajustar* em casas de famílias honestas, percebendo sua cota mensal. Tem havido ocasiões aqui [em Formiga] que uma criada vale mais do que ouro, porque procuradas por toda parte pelas famílias, alegam uma infinidade de motivos fúteis para não se empregar, quando querem só viver de charola e entregues a uma verdadeira preguiça[449].

Estas, normalmente eram negras e mulatas. Despertavam ira das famílias de posse que, apesar de sua condição econômica superior, viam-se muitas vezes obrigadas a realizar o trabalho doméstico, tido como inferior outrora coisa de negro cativo. Era na família dessas mulheres que muitas vezes se encontravam os curandeiros, as benzedeiras, descendentes de "*Mãe Tina, pretas velhas escravas que tinham sido amas de filhos de senhores*" [450], mães, filhas e irmãos dos contadores de causos, puxadores de terço como *"Mestre Justo, um pobre mentecapto"* de São Roque de Minas, a quem se atribuía *"missão divina e exercia funções de sacerdote numa pequena Ermida em que estabelecera progressivamente constante romaria de muitos pontos do estado e até mesmo da Capital"*[451]

E como bem disse o primeiro bispo do Aterrado, Dom Manoel, a vida no oeste de Minas era mesmo custosa! Eschwege, no século XIX, já alertava que essa era

---

[447] MENDES, Grisalho. *O momento*. Pará de Minas. Ano 3. n. 130, 7 de setembro de 1922. p. 2.
[448] MENDES, Grisalho. *O momento* ... Op. cit, 1922. p. 2.
[449] CONTRA OS VAGABUNDOS. *A Notícia*. Formiga, 16 de ago. 1917. p. 2
[450] ROSA, João Guimarães. *Correspondência com o seu tradutor italiano Eduardo Bizzarri*... Op. cit 2003. p.40.
[451] COELHO, Manoel Nunes. Visitas pastorais (1926). Apud. SILVA NETO, B. J... op. cit. 1984. p. 210.

uma "*terra de prostitutas e maus costumes, do clero pouco respeitoso da doutrina*[452]. Guimarães Rosa, um século depois, dava notícia da "*Bruaca assunga-a-roupa", "vagabunda, sempre pronta a levantar a saia e a se entregar a qualquer um"*[453]. Que dizer dos vagabundos cujo perfil era minuciosamente delineado nos jornais locais do início do século XX para melhor entrar na mira das autoridades policiais? Aqueles *"falsos mendigos que exploravam a caridade pública, (...) [sem] ter licença da polícia. (...) avaliados como pessoas válidas que podem perfeitamente viver do trabalho honesto"*[454]. Conforme se pode observar nos relatórios de governo, as classes incultas ocupavam as mentes brilhantes das autoridades policiais que os classificavam em grupos: a) os inválidos, sem capacidade para o trabalho – propensos a serem conduzidos para internação no *asylo*; b) os pobres, capacitados mas sem meios para o trabalho – *"aos quais se impõem a comiseração e a piedade"*; c) e por último, os capacitados, que teriam meios mas sem vontade de trabalhar – os legítimos vadios e falsos mendigos "*aos quais se deveria impor o trabalho nas colônias penais*"[455].

Estava quase na base dessa hierarquização social aquela numerosa classe dos que não querem trabalhar, "*preferindo perambular pelas ruas ou estacionar nas tavernas a empregar no labor honesto e compensador as energias de seu organismo em busca de um conforto e bem-estar que a ociosidade positivamente lhe não oferece*." Reduzidos ao estado "*adynâmico*", entregando-se "*à embriaguez, ao jogo e ao furto"*, à prostituição "*causando à sociedade toda a série de males que as estatísticas registram*". Mas porque incomodavam tanto ao governo como aos sujeitos "de bem" da região? É que *"luta a lavoura com a falta de braços e isso vai influir desoladamente no desequilíbrio de nossa balança econômica*"[456].

Entretanto, na base dessa pirâmide social estariam os pobres e mendigos especialmente quando ficavam loucos, alienados. *"Aquelles que tendo perdido o uso da razão não dispõem de recursos para prover as despesas do próprio tratamento*" eram, em 1915, recolhidos a Barbacena, ao Asylo Central [Asylo Affonso Pena] ou à colônia (os loucos tranqüilos, capazes de trabalhar) e quase sempre os mais pobres, mais vulneráveis às dificuldades de transporte e assistência, eram simplesmente "*detidos nas*

[452] ESCHWEGE, Wilhelm L.Von. *Brasil: Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 80.
[453] ROSA, João Guimarães. *Correspondência com o seu tradutor italiano Eduardo Bizzarri*... op. cit. 2003. p.55.
[454] O CURVELANO. Curvelo, 13 de ago. 1908.
[455] MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório* ... op. cit. 1915, p. 136.
[456] MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório* ... op. cit. 1915, p. 23-24.

cadeias" porque raramente era autorizada *"sua remoção para o manicômio"*[457]. Na cadeia local, velhos e acanhados edifícios, sem segurança, *"dispondo [normalmente] de dois ou três compartimentos para acommodar grande número de reclusos, alli entregues a uma promiscuidade perigosa, física e moralmente, exercitando-se na prática de vícios abomináveis"*[458] eram ainda acusados de perturbar o sossego dos detentos durante a noite, alarmando com gritos a vizinhança, causando estragos materiais, danificando os compartimentos em que eram depositados.

A cadeia pública, única forma de assistência dada ao louco, não oferecia condições mínimas de sobrevivência. Estes – representados como verdadeiros antípodas dos sujeitos importantes da comuna – são observados despidos de individualidade e subjetividade. Destituídos mesmo daquela névoa protetora que poderia representar categorias generalizadoras estereotipadas como a de pobre, mestiço, negro e índio – não percebidos como sujeitos ativos na comunidade política, mas como massa ignara, classes incultas ou feras indomadas. Ao ser preso, o louco pobre, retirado de sua obscuridade, estampado nas colunas dos jornais, entretanto, não era elevado à condição de indivíduo-sujeito[459].

> É sabido de todo público curvellano, que há cerca de um anno ou mais, se acha recolhida à cadeia pública desta cidade, uma pobre louca. Cuja internação no hospício não conseguiu as autoridades locaes, apezar de solicitada constantemente e há muito tempo, do d. Chefe de Polícia. O que, porém, muita gente ignora é o que se passa na cadeia pública com essa louca. Furiosa, grita dia e noite, nos ouvidos dos reclusos que não foram condenados a essa espécie de pena de que não cogita o Código Penal. (...) Nos ímpetos freqüentes de fúria, rasga completamente as vestes e por isso há muito está completamente nua. O cubículo onde está recolhida está transformado por ela num chiqueiro infecto onde se acumulam as dejeções envolta com restos de alimentação espalhados pelo soalho. Como conseqüência de tanta imundície, está a pobre louca coberta de vermes repugnantes, "varejeiras" que lhe atacaram as partes pudendas. Já não caminha. Arrasta-se de cócoras. A cadeia não tem enfermeiros de sorte que duas e três vezes ao dia o carcereiro e os soldados têm de penetrar na prisão para levarem alimentação à louca e lhe fazerem curativos. (...) É revoltante que se exponha uma pobre mulher inconsciente e nua aos olhos desrespeitosos dos homens que até hoje não comprehenderam a vilania que diariamente comettem sob pretexto

[457] MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório* ... op. cit. 1915, p. 25.
[458] MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório* ... op. cit. 1915, p. 21.
[459] Ao fazer referência a Romeu das Latinhas, personagem de rua de Bom Despacho, em condição semelhante a Paulo Samambaia, em Abaeté, Paulo Campos escreveu: "Você é assunto. O homem por mais medíocre que seja, é sempre um bom assunto. E você não me atirará pedras. Você na é como os outros homens. Posso pintar-lhe as faces, moldar-lhes o corpo, descrever-lhe os gestos. Você não se importará. Ninguém se importará." (CAMPOS, Paulo. T. *Cinqüentenário de Bom Despacho (1912-1962).* Bom Despacho, 1 de jun. 1962. p. 60.)

> do cumprimento de ordem ou à sombra de uma caridade, que não é virtude porque é simplesmente vil, odioso e repugnante que se entregue aos cuidados dos soldados e do carcereiro uma pobre mulher nua tão desgraçada e tão digna de dó, que sem ser criminosa, na sua velhice, ali está, ao canto de um cárcere, coberta de vermes[460].

Conforme impressão atual de Wagner Túlio Pereira, parecia não pertencer a este mundo! Pelo contrário, continuam sendo representados por meio das mais frágeis formas de apreensão do que poderíamos chamar de experiência de vida no oeste de Minas, colocando em cheque a própria validade das hierquizações presentes nessas representações dos homens que vive(ra)m neste espaço. Para além delas, sua fragilidade coloca em xeque mesmo às tênues fronteiras que insistem em instituir uma distância entre o mundo humano e o das feras, entre a viva vivida e a vida nua.

[460] O CURVELLANO. Curvelo. 13 de dez. 1908. p. 4.

CAPÍTULO 3

ESTILO...

O oeste de Minas é o que chamam de sertão?



> Entrai pelos sertões do nosso país e vede. Causa lástima.
> Um jornalista abaeteense 'na roça', 1904[1].

> As condutas ligadas à acomodação do olhar não são notadas, na medida em que a natureza, ou até mesmo a beleza, do espetáculo revelado fazem esquecer os procedimentos de ajuste de que o aparelho óptico se encarrega, ao preço de manipulações aprendidas. A história, do mesmo modo, funciona alternadamente, como uma lupa, e até como um microscópio ou um telescópio.
> Um filósofo alemão na França, 2007[2].

> É como dizia Peguy, é tomar uma luneta de astrônomo e subir na casa do vizinho ao lado para ver o que se passa na sua casa.
> Um professor francês em São Paulo, 1954[3]

Este é num ponto capital da narrativa. Buscar o seu sucesso como representação do percurso é imprescindível para o próprio desfecho da viagem. Não apenas porque é na narrativa que se materializa e se torna comunicável a experiência de pesquisa em história, mas também porque ela própria se constitui como laboratório de análises e experimentações que interferem nos resultados. Já foram identificadas e selecionadas as in-formações do espaço, enunciadas por meio de diversas categorias de regionalização e reunidas num conjunto multifacetado que denominamos oeste de Minas [Capítulo 1]. Em seguida, aproximamos o olhar focalizando esse conjunto, procurando descrevê-lo em suas nuances, percorrendo suas formas em temporalidade distintas, sob perspectivas diversas, no limite das informações manejadas. De certo modo (re)construímo-lo também, enquanto (re)visitávamos as formas mais ou menos instáveis de enunciação compartilhadas por aqueles que estabeleciam algum tipo de relação com aquele espaço [Capítulo 2]. No entanto, nesses dois momentos, nosso percurso esteve restrito a uma mesma área superficial delimitada, num mergulho pelos seus caminhos, suas trilhas, acompanhando alguns de seus in-formantes, às vezes com o

[1] OLIVEIRA, José Joaquim de. O Abaeté. Abaeté, Minas Gerais. 13.nov. 1904. (Editorial) p. 1
[2] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 222.
[3] MORAZÉ, Charles. Les trois âges du Brésil : Essais de Politique. *Cahiers de la fondation nationale des sciences politiques*, n°51, Paris, Armand Colin, 1954. p. 16.

olhar prevenido de ‘lupa e microscópio’. Em outros termos, no segundo movimento [Capítulo 2] quando a escala de análise foi ampliada ou reduzida, essas operações se deram dentro das dimensões estabelecidas no primeiro capítulo ao cuidar das fontes que nos forneceram aquelas medidas: os limites do nosso terreno comum, percorrido em sua superficialidade. Quando muito, operamos reduções metafóricas e metonímicas.

Agora, entretanto, é o momento de tentar um passo mais avançado. Ou numa outra perspectiva, um olhar mais recuado, *mirando* ainda o oeste de Minas – para fazer referência à metáfora óptica, operatória para a história – mas agora experimentando outras escalas de observação e considerando outros pontos de vista. Tentativa de dimensionar o que é e o que não é parte deste emaranhado de regionalizações que ocupou todo o nosso campo de visão, até agora. Trama enunciada pela redução metonímica como espaço físico e simbólico determinado por critérios físicos, funcionais/econômicos, políticos e culturais. Quando foi tentado o conhecimento indireto dos agentes pelos atos, das ações pelos registros, dos movimentos pelos rastros, das relações e das configurações pelas representações sociais, enfim, da vida pela forma. Meio de informação, que deforma, reforma, conforma e transforma.

De agora em diante, não iremos mais operar apenas na escala do objeto (re)construído – a trama de regionalizações tornada tangível e concreta pela leitura das fontes e pela construção da narrativa –, mas escavando ainda nosso terreno, será tentada uma generalização. Entretanto, não pretendo inseri-lo automaticamente num quadro teórico, conceitual, simbólico maior, construído à sua revelia. Evitemos procedimentos apressados nesse sentido. A questão orientadora do capítulo: *“O oeste de Minas é o que chamam de sertão?”* pretende comunicar essa tentativa de evitar a inserção automática de uma trama na outra pela problematização dessa (im)possível relação. Se nos capítulos anteriores, o oeste de Minas foi concebido como trama de regionalizações vista de perto, de dentro, e não como um quadro definido *a priori*, agora, o objetivo é confrontá-la, observá-la, com outras tramas mais abrangentes, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal.

É pelo distanciamento que será buscada nova percepção do mesmo objeto procurando enxergar o que anteriormente não foi observado porque não interessava propriamente ser visto, ou, dada a escala de observação escolhida – digamos, o enfoque –, não foi possível ver: a enunciação do espaço interior do Brasil como *sertão.* Categoria, *“imagem de pensamento”* – entre aspas, como escreveu Márcia Naxara –

imagem *"poderosa para a apreensão do Brasil"*[4]. Representação que se presta tanto a regionalizações quanto a generalizações do dito espaço brasileiro, atrelada a um olhar unificador do território colonial ou nacional[5]: espaço singularizado em determinada escala. Uma noção que informa/deforma/reforma e transforma os processos de individualização e socialização, quando apresenta e representa um mundo de relações como parte ou como todo: tecido que se tece continuamente[6].

Não se pretende, obviamente, percorrer a trama que se tece em torno da noção de sertão em toda a sua complexidade, mas somente dimensionar as relações possíveis do que construímos/perseguimos como oeste de Minas com as figurações do sertão. Na verdade, poderá ser uma incursão medíocre – aceitemos o elogio[7] – se comparada à riqueza de significados condensada nas tramas de regionalização/generalização do sertão. Esta categoria tem seduzido, de forma crescente, diferentes áreas das ciências humanas, no Brasil: geógrafos, historiadores, sociólogos, cientistas políticos, teóricos da literatura têm se preocupado com a capacidade do sertão em enunciar o espaço geográfico (físico e simbólico), com sua vinculação a dicotomias como interior e litoral, barbárie e civilização, campo e cidade, arcaico e novo, comunidade e sociedade, provinciano e cosmopolita [regional e universal], memória e história, dentre outras, como categoria espacial, social ou cultural a delimitar tempos e espaços e definir nossa originalidade ou a falta dela.

Para driblar empreita hercúlea o ponto de partida para a aproximação dos indícios das configurações sociais que têm como forma de condensação e expressão a categoria sertão será buscado, sempre que possível, nas próprias fontes de informação do oeste de Minas. Considerando os limites, as indicações e os sentidos que elas nos fornecem das formas de percepção do espaço, representado não apenas como região, mas como paisagem, fronteira e território da nação, além de outras configurações espaciais mais amplas. O pressuposto básico é não pressupor que uma das tramas (não)faça parte da outra, mas considerar sempre as exigências para que uma (não)possa ser tomada *como* a outra. Em quais condições o oeste de Minas (não)poderia ser

---

[4] NAXARA, Márcia Regina Capelari. Pertencimento e alteridade: romance e formação – leituras do Brasil. In: BREPOHL, M. ; MARSON, I.; NAXARA, M. R. C. *Figurações do outro*. Uberlândia: Edufu, 2009. p.225.
[5] Conforme AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 146.
[6] Cf. WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel.* São Paulo: Editora 34, 2000. p.102.
[7] Faço referência à leitura que Ricardo Golovaty faz dos escritos de Amadeu Amaral: mediocridade como postura estratégica de enunciação, estratégia tanto de ataque quanto de defesa, porque, afinal, "ninguém deseja ser medíocre, mas é medíocre nalgum sentido ou campo". Pressuposto que encerra tanto honestidade quanto ironia, postura ao mesmo tempo ética e estética. Cf. GOLOVATY, Ricardo Vidal. *O elogia da mediocridade: percursos de Amadeu Amaral*. (1875-1929-2009). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em História, 2010. (Tese de Doutorado). p.13.

considerado *como* aquilo que chama(ra)m de sertão? Quais os sentidos e significados, as implicações teóricas, metodológicas e políticas estão envolvidas nas tentativas de compreender as relações [de equivalência, distinção, contigüidade, inclusão, pertinência] do primeiro com o segundo? Conforme denuncia o termo "como", a estratégia a ser utilizada para se tentar apresentar e representar as relações que pretende compreender é a analogia e não necessariamente uma lógica identitária.

Aqueles que não conhecem de perto os dilemas de nossa cultura certamente questionarão a relevância dessa proposta. É improvável que vislumbrem uma relação necessária entre o conjunto de preocupações sobre um espaço específico de Minas Gerais, enunciadas como oeste de Minas, e aquelas preocupações condensadas na categoria sertão. Por que nós, brasileiros, temos insistido em revisitar a categoria sertão em nossos objetos de pesquisa específicos sobre diferentes espaços do país, nas diferentes áreas do conhecimento? Por que, num estudo sobre o espaço interior de Minas Gerais, estado da federação hoje reconhecido como parte da região sudeste do Brasil, tida como a mais urbanizada, mais industrializada, mais populosa e rica do país, insistimos em relacioná-lo a uma categoria fortemente vinculada à imagem de uma "*região mais ampla [do Nordeste] sujeita à seca periódica"* que ficou famosa *"nos século XX pelos feitos dos cangaceiros, tais como Lampião, imortalizado em versos, canções e filmes"*?[8]

Por outro lado, os afeitos à discussão do termo no pensamento social brasileiro poderiam fazer questionamentos opostos: como falar do oeste de Minas, o espaço feito região e lugar, no interior do Brasil, sem fazer referência ao sertão, categoria que desde a carta de Pero Vaz de Caminha tem feito parte de nosso vocabulário relacionado à vastidão continental do país, para nos pensarmos como indivíduos e como sociedade[9], enunciando o que (não) somos, a posição que (não) ocupamos, em diferentes 'níveis' de interação social? Enfim, como se poderia ignorar uma forma social compartilhada, "*tão entranhada na história brasileira*"[10] ao tratar dos processos de identificação dos homens na sua relação com o espaço e com o tempo?

Os mais conhecedores das fontes específicas utilizadas poderiam até endurecer as críticas aos procedimentos até então adotados: que manobra teria sido feita

---

[8] SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.19. "La région (...) dite caatinga (...) formant le fameux sertão" (DROULERS, Martine et BROGGIO, Céline. *Le Brésil*. Paris: Puf, 2005. p.11).

[9] Nísia Trindade de Lima coloca a questão, nos seguintes termos: "Por que a idéia do contraste entre o Brasil do litoral e o dos sertões é tão presente no pensamento social sobre o país?". LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 13.

[10] AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 147.

para que não se mencionasse a categoria sertão, presente na maior parte das fontes consultadas? O que teria sido feito do termo sertão encontradas nos mapas do século XVIII, nos jornais locais do século XIX/XX, nos programas de governo, nos títulos e no conteúdo das obras mais significativas da literatura e das ciências sociais que deram forma ao oeste de Minas?

Basta correr o olho sobre o título de algumas das obras literárias relacionadas como fontes do/sobre o oeste de Minas para se ter idéia do tamanho do imbróglio: a presença do sertão já no seu título seria suficiente para despertar nossa atenção para a importância que o termo assume no projeto geral das obras. De certo modo, exigindo que a viagem pelas tramas do oeste de Minas passar *Pelo Sertão* de Afonso Arinos, visitar os domínios da *Dama do Sertão* de Antônio Campos Guimarães e percorrer o *Grande sertão: veredas,* de Guimarães Rosa, de dimensões simbólicas tão poderosas. O que não dizer das recorrentes alusões a esse lugar *como* sertão, na bibliografia especializada, seja aquela que dava notícia dos *sertões do Abaeté* e do Indaiá, ou das feras indomadas dos *sertões Oeste de Minas*? O sertão não seria a forma principal de se enunciar esse espaço?

Teriam sido considerados apenas os documentos dos arquivos de família que, por sua natureza (cartas, documentos administrativos, escrituras, fotos), não fazem referência direta ao termo? Por que essa omissão deliberada denunciada a todo instante pelas notas de rodapé – defendendo-me da acusação de má-fé, mas lançando-me no terreno da imaturidade, depondo contra mim ao invés de fundamentar meus argumentos? Tal procedimento seria indício de vinculação às análises sócio-históricas que consideram as pessoas apenas como membros de um grupo familiar, sem considerar outras formas de interação social como a experiência de pertencer a cidades, regiões, grupos profissionais, comunidades artísticas e literárias, científicas e políticas, enfim, a (as)sociações, mais amplas? Seria a busca da especificidade de algo que se enuncia por uma categoria generalizante?

Para os primeiros interpeladores ainda não tenho uma resposta satisfatória. Talvez eles se contentem com a constatação, já desgastada pelo uso, de que o sertão é uma daquelas formas compartilhadas que compõe um dos *lugares comuns*[11] no pensamento social brasileiro: o sertão está irremediavelmente associado às discussões problemáticas sobre nossa identidade, a formação de nossa nacionalidade, nossa

[11] Noção, cujo sentido tomado emprestado de Myriam D'Allonnes, foi desenvolvida por BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade.* Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

integração e constituição (in)completa como povo, comunidade política e sociedade. Numa palavra, nas discussões sobre nossa cultura[12]. Diante disso, já se pode imaginar porque seria tão difícil iniciar a análise, nessa escala pretendida, retomando a questão estruturadora do primeiro capítulo: *"Quem quer saber sobre* o sertão*, deve procurar onde?"* Certamente, o levantamento seria bem mais exaustivo e os resultados muito inferiores aos alcançados no primeiro capítulo, a se considerar à quantidade de informações do espaço como sertão, que se presta tanto a afirmações e delimitações regionais[13] quanto a nomeações do próprio Brasil[14]. Para driblar o obstáculo, ao invés de começar por esta questão, partiremos das informações já recolhidas para traçar novos percursos, adentrando nas tramas mais amplas com as pistas por elas já apontadas, em direção ao sertão, mas sem saber de antemão se é preciso "*entrar mais fundo pra ver"*, seguindo o conselho de Joaquim José de Oliveira. Certamente a lente de nosso aparelho óptico deverá ser ajustada ao longo do percurso e, quem sabe, teremos que subir até mesmo na casa do vizinho.

Aos conhecedores das informações manuseadas, poder-se-ia dizer que a resistência em enfatizar a ocorrência do termo *sertão,* naquele nível de análise que privilegiava as in-formações regionais, foi bem mais precaução do que omissão. Interessava apreender as formas frágeis de especificação do espaço, tentando surpreender os processos de regionalização considerando o momento em que ocorriam e suas variações na longa duração. Portanto, seria difícil distinguir se o *sertão* encontrado nas fontes era mais uma daquelas formas particulares e instáveis em gestação, especificadoras e de objetivação do espaço – quando a forma espacial já se torna subjetiva –, ou se já se tratava de uma estilização, no sentido em que Simmel utilizaria o termo. Uma forma bem mais durável ou estável, compartilhada em relações sociais bem mais abrangentes. Dissociada de seus conteúdos, ou tornada "*conteúdo espiritual* – simbólico – *objetivado*", às vezes mesmo sobrepondo-se à dita realidade empírica

[12] A idéia de pensar o sertão como categoria cultural pode ser encontrada em AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 147.

[13] Como, por exemplo, as regionalizações que sobrepõem sertão e seca, iniciada no século XIX, fundamentais para a idéia ainda atual de nordeste brasileiro. Cf. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes***.** Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999; FERREIRA, A.L. DANTAS, G.A.F. FARIAS, H.T.M. Adentrando sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (62). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-62.htm. Acesso em 20 dez. 2010.

[14] Faço referência ao título do livro de LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

modificando as relações entre o que ele chama de cultura objetiva e subjetiva[15]. Entretanto, agora parece ser o momento de retornar ao que não se deu ênfase, para tentar compreender o que não foi possível naquela escala de análise: as relações mais abrangentes e formas mais duráveis e generalizantes – Simmel falaria em formas mais dissociadas dos indivíduos, em diversos níveis de gradação, que apresentam *"distorção entre os fatores subjetivos e objetivos"*[16].

No que se refere à imagem do desenrolar da narrativa, representada como uma viagem aos enunciados é necessária uma pequena observação, mesmo porque agora o seu sentido será enriquecido – talvez até deturpado – pela sólida relação entre a noção de sertão e de viagem[17]. É possível que esta viagem não se desenrole numa direção horizontal e retilínea, num sentido leste-oeste, tal como muitas outras viagens já realizadas rumo ao sertão. Pensemos numa outra obra, quem sabe, um trabalho de escavação para explorar outro nível no terreno dos enunciados. Se a viagem puder ser entendida como o escavar de um poço, agora ele precisa ficar mais fundo. Para tanto, é necessário cavar mais terra nesse terreno comum e não apenas transportar aquela já remexida, para avançar buscando outros posicionamentos. Portanto, investigar outras perspectivas espaço-temporais. Entretanto, para retirar a terra escavada nesse outro nível do terreno, é inevitável passar pela abertura feita até chegar neste ponto, desde a superfície.

Seja qual for o modo de se imaginar o percurso, só não é prudente considerá-lo como uma "*virada sobre meus pés"* em direção ao interior do país[18], porque não há

---

[15] O autor utiliza a imagem de uma *"província dotada de uma autonomia ilimitada diante do seu ponto de organização central"*. O estilo de vida de uma comunidade depende da proporção que existe entre a cultura objetiva e a cultura dos sujeitos, eles mesmos. O sertão seria aquela província que ganhou autonomia em relação aos sujeitos que a utilizaram pra se localizar no espaço e se identificar? O desenvolvimento de sua idéia se estilo, como forma compartilhada pode ser encontrado, mais aplicado que sistematizado, no sexto capítulo de sua Filosofia do Dinheiro. Cf. SIMMEL, George. Le style de vie. In: *Philosophie de l'argent*. Paris: PUF, 1977. p. 545-604. As idéias que utilizo acima estão nas p. 574-575; 580-581.

[16] Observando-se a dificuldade que temos hoje de lidar com a categoria sertão, cuja amplitude de significados parecem sobrepor não apenas à capacidade intelectual individual mas também à uma área específica, poderíamos mesmo relacionar a divisão do trabalho intelectual – ou as especialidades disciplinares – se não como uma das causas dessa autonomização da categoria para além da significação que podemos dar a ela, pelo menos como um agravante. Penso especialmente nas críticas que ouvi em minha própria área sobre a dificuldade de lidar com a noção de sertão de Guimarães Rosa, dada a sua complexidade e distância não só do espaço físico, mas também das minhas ferramentas conceituais e metodológicas. Cf. SIMMEL, George. Le style de vie. Op. cit. 1977. p. 580.

[17] As duas idéias estão associadas desde pelo menos as viagens marítimas dos portugueses que trouxeram o conceito, as entradas e bandeiras, os viajantes do século XIX no período colonial e as missões de reconhecimento, desde Euclides da Cunha, pelo menos, de colonização, de higienização, até as viagens literárias de Riobaldo Tatarana. São duas idéias estão fortemente vinculadas. Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 56 e segs.

[18] Conforme interpretação dominante da proposta de um ideal bandeirante em Euclides da Cunha. Cf. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.*20.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

nenhuma garantia *a priori* de que o sertão esteja "do lado de lá" e que *meus pés* estejam "do lado de cá". Quem sabe ele não esteja no meio, na terceira margem ou na travessia (Guimarães Rosa)[19]? Se o movimento pretendido puder ser pensado como um vôo, este deverá se desenvolver numa outra altitude que denote distanciamento da trama inicial – e todo cuidado é pouco para ser perder nessa nuvem densa que às vezes a noção de sertão é transformada, ofuscando a visão sobre os objetos de pesquisa, visto como uma totalidade cultural – idéia tão alargada que parece à vezes nem nos pertencer, por não poder ser reenviada ao terreno do humano que a produziu. Talvez seja por isso que, hoje, seja tão confortante retomar as palavras de Guimarães Rosa dizendo com Riobaldo que o *"sertão está em toda parte"*[20] ou revelando com Quelemém que *"o sertão é dentro da gente"*[21], tantas vezes repetida nas introduções e conclusões de trabalhos sobre sertão, quase na mesma intensidade em que se constata as impossibilidades de se estar efetivamente dentro ou fora dele, mesmo que simbolicamente.

O nosso percurso é, lembramos ainda uma vez, sobretudo narrativo e não seria de todo despropositado nos localizarmos pelo tropo que a ele melhor se adéqua. Da metáfora primária pela qual o objeto foi fabricado, reduzido por metonímia, particularizado como oeste de Minas, será tentada uma generalização – por meio de sinédoques. Essa manobra nos obrigará a medir as distâncias, considerar diversas gradações, rever os sentidos da caminhada, as companhias de percurso, o nosso lugar nesse movimento em busca de outras configurações sociais. O oeste de Minas é o que chamam de sertão? Um tem a dimensão exata do outro? Ora, só poderemos saber de dimensão e proporção, se nos afastarmos, assumindo determinado ponto de vista como narradores atentos à posição que deve ocupar o sujeito enunciador para que o oeste de Minas (não) possa ser tomado como sertão: por que, a que distância, em quais circunstâncias e sob quais perspectivas somos habilitados ou impedidos de tomar um *como* o outro?

---

[19] ROSA, Guimarães. A terceira Margem do rio. *Primeiras histórias*. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 27-32.
[20] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 24.
[21] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*... op. cit. 2001. p. 325.

3.1 O sertão como espaço geográfico

A palavra *sertão* aparece trinta e sete vezes no primeiro capítulo e vinte e quatro no segundo. Ao todo, foram setenta e duas ocorrências, considerando-se que o termo aparece também (como *sertões* – no plural) uma vez, no título do trabalho, seis vezes no primeiro capítulo e quatro no segundo. A maior parte delas, entretanto, está nas indicações das fontes e não no discurso direto. São aquelas, evidentemente, que agora pretendo retomar.

As duas primeiras ocorrências são o *Sertão* do Abaeté, tomado da obra de Guimarães Rosa, e as terras *entremeyas do sertão.* Esta última, presente no título do primeiro mapa, na verdade uma carta topográfica, foi evocada quando eram buscadas informações do oeste de Minas – vale lembrar, uma busca que se mostrou sem sucesso não permitindo mais do que uma indireta associação do oeste de Minas à representação do espaço como *terras entremeyas* – é dela que pretendo me ocupar agora.

Além de aparecer no título da *Carta topográphica das terras entremeyas do sertão e destrito do serro do frio com as novas minas de Diamantes*[22], confeccionada por José Rodrigues de Oliveira, em 1731 [figura 3], o termo *sertões despovoados* figura duas vezes na própria representação cartográfica, nomeando uma área à direita (a nordeste, para ser mais exato) do que se reconhecia como uma região/regionalização do oeste de Minas. A ocorrência do termo nesta representação parece importante não porque tivesse sido a primeira nomeação do espaço distante da costa brasileira como sertão, mas justamente porque destoa de algumas das significações e sentidos, mormente aceitos para o termo.

A utilização de sertão *"para nomear espaços vastos, interiores"*[23] tem registros de longa data, como na carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, 231 anos antes da confecção da carta topográfica de José de Oliveira. Isto para ficarmos apenas com sua recorrência no continente – cuja terra "*vista do mar"* pareceu, aos olhos do escrivão lusitano, *"muito grande"*[24]. Entretanto, se seguíssemos as trilhas daqueles que tentaram desbravar a trama conceitual do termo, poderíamos retornar às significações que os

[22] CARTA TOPOGRÁFICA das terras entremeyas do sertão e destrito do SERRO DO FRIO com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentíssimo Senhor CARDEAL DA MOTA. Por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, capitão mandante dos dragões daquelle estado. 1731. 48,1 x 59,5 cm. Aquarela colorida. AHex. (n. 06.01.1135; CEH 3193). Apud. COSTA, António Gilberto et. al. *Cartografia das Minas Gerais*...op.cit. Pasta.
[23] AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos, op. cit* 1995.
[24] CARTA de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org). A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro. Livros de Portugal, 1943. p. 239-240.

portugueses davam ao sertão ainda nos séculos XIII e XIV[25], referindo-se tanto a lugares distantes de Lisboa quanto a espaços continentais interiores diversos que poderiam ter produtos comercializáveis mais ou menos distantes de onde seus navios estavam atracados[26].

De qualquer forma, não parece ser esta a significação e o sentido com que o termo sertão é utilizado no mapa. Observando-se a pequena escala adotada, a não representação do mar, ainda que forcemos uma interpretação que considere o cartógrafo como um representante do colonizador, vindo do litoral, observando esse espaço de perspectiva semelhante a Pero Vaz de Caminha, não é possível afirmar que os ditos *sertões despovoados* fossem "espaços interiores" no mesmo sentido – e aqui destaco *sentido* distinguindo-o de *significação* em favor de *direção* – do indicado pelo escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral.

Pero Vaz de Caminha, no dia 1º de maio de 1500, enunciava todo um sistema de orientação e localização geográfica que convém retomar:

> Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão [sartaão, no original] nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos - terra que nos parecia muito extensa[27].

Seu procedimento de orientação e localização parece tão corriqueiro quanto a retomada da carta para falar da introdução do termo sertão em território brasileiro. A evocação da imagem de uma cruz[28], tal qual aquelas que simbolizavam o caráter religioso do empreendimento europeu, lembrando os eixos principais de uma rosa dos ventos, poderá nos fornecer uma representação gráfica da lógica que o organiza. Primeiro, o traçado de uma linha imaginária "contra" o sul e o norte, seguindo a praia; para o nascente ou leste, Caminha via o mar e para o poente ou oeste, o sertão. Vastidão, "*muito grande"*, afinal, seus limites não podiam ser definidos pelo alcance da vista do sujeito enunciador.

---

[25] AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

[26] Consideremos, por exemplo, NOVA TAVOA GEOGRAPHICA DA TERRA DO SERTAM DE MALACA que mostra o Estreito de Malacca e o interior da Península de Malaia (no Sudeste Asiático), obra do português-malaio Emanuel Godinho de Eredia (1563-1623). 1 mapa manuscrito em aquarela e bico-de-pena. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em http://hdl.loc.gov/loc.wdl/brrjbn.972 Acesso em 10 nov. 2010.

[27] CARTA de Pero Vaz de Caminha (...) In: CORTESÃO, Jaime (org)… op. cit. 1943. p. 239-240.

[28] Não seria impertinente assinalar a resistência dessa associação religiosa nos traços fundadores de Brasília, conforme assinalado por Lúcio Costa. Cf. COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. *Módulo – Revista de Arquitetura e Artes Plásticas*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 08, edição especial, julho, 1957; LIMA, Paulo Castilho. Influência lusitana em Brasília. *Revista Camões*. Portugal, Instituto Camões, n. 11. 2000. p. 77-78.

Sertão tinha como função nomear o espaço – não regionalizado – tal como faziam os portugueses já em outras possessões na África ou na Ásia, como espaços interiores pouco ou nada conhecidos. Talvez o termo interior não seja adequado posto que a relação entre interior e sertão estivesse desde pelo menos o início do século XX bastante influenciada pelo significado de sertão traduzido para o inglês [e não o alemão?] como *hinterland* ou *heartland*[29]. Entretanto, nesse caso, ele tinha um sentido estrito: ficava, ou melhor, apontava para oeste, ou seja, tinha não apenas uma significação, como uma região mediterrânea, mas também um sentido que foi utilizado sistematicamente na demarcação do território, como o que se encontra nos documentos sesmariais.

A carta de sesmaria dada a Ignácio de Oliveira, emitida em 1728, reconhecendo-o *"possuidor da fazenda chamada Serra"* localiza-a como tendo início *"do Riacho da Catinga correndo pello Paracatu acima athé onde faz extrema em um riacho com a fazenda da barra do Rio Preto do dito, e para o Sertam athé as vertentes do sítio chamado a Santa Cruz (...)*"[30]. A sesmaria requerida por Apolinário Pereira Cabral 1772, foi descrita como *"hũa Legoa de terras de testada com meya de certão"*[31]. A testada, referida nesta última, era o que se poderia chamar de limite frontal, na direção sul-norte, aquela mesma formada pelas praias observadas por Caminha. Na carta de sesmaria de Ignácio de Oliveira essa linha era dada pelo Rio Paracatu que corre quase na mesma direção, paralelo aos contornos do litoral, do sul para o norte, até pelo menos a barra do Rio Preto. E o *certão* ou *Sertam*, em ambas as cartas, seria a direção em que se poderia definir o fundo, "medido" a partir de uma linha imaginária que adentrava para o interior – espaço mais imaginado que conhecido – sertão mais como direção (sentido leste-oeste) que localização. A propósito, a mesma direção que havia orientado a divisão do espaço em capitanias hereditárias (1534).

Sertão era utilizado também nos procedimentos de localização e identificação à medida que indicava um sentido. Não sabemos se este sentido foi inaugurado com as indicações primeiras de Caminha, mas é lícito imaginar que na África ou na Ásia, na referência às terras interiores do continente o sentido variava, ainda que na mesma direção. Porém, não há duvida de que essa forma de representar o espaço é devedora do olhar

[29] Sertão como um Heartland [terra (do) coração], termo inventado pelo geógrafo inglês H. J. Mackinder, para designar a parte norte e o interior da eurásia. "é um conceito dinâmico e funcional e não estático e geométrico, conforme a tradução para "terra central", feita pelo presidente da comissão (é interior e não centro, como o coração não está no centro). E ele dizia que esse coração era São Paulo. (WAIBEL, Leo. Determinismo Geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19/12/48. Publicado no boletim geográfico do IBGE, n. 164, 1961).

[30] CARTA de Sesmaria a Inácio de Oliveira. Vila Rica. 3 de março de 1728. APM. AFJB.

[31] CARTA aos oficiais da câmara do Rio de Janeiro inquirindo a razão pela qual só tinham concedido meia légua de terras ao alferes Apolinário Pereira Cabral, quando ele requisitara uma légua. Rio de Janeiro a 12 de Mayo de 1772, Marquês do Lavradio. Lisboa, BNP, Códice 10614, fl. 8.

europeu: nessa representação do sertão, a posição do sujeito observador que se localiza e identifica (pelas coordenadas das quais o sertão faz parte) é aquela do escrivão português quando tinha os pés na praia ou quando andava *"nessa mata a cortar lenha"*, com os olhos voltados para o espaço desconhecido.

Se alguns vêem na carta de Caminha já uma distinção entre litoral e sertão – dualidade que adquiriu importância singular nas leituras posteriores do Brasil – talvez possamos ser mais cautelosos e reconhecer apenas que ao falar de sertão, o escrivão intencionava apenas identificar o lugar da "descoberta" e dar notícia das direções em que poderia continuar a empreitada. Quando escreveu, por exemplo, que não duvidava *"que por esse sertão haja muitas aves!*"[32], não se referia necessariamente a um lugar, menos ainda a um território, mas seguramente à direção que o observador, na mesma perspectiva deveria olhar, no sentido oeste, para ver as mesmas aves ou para levar à frente sua empreitada de "descoberta" de um novo espaço. Explorando as possíveis distinções entre localização e direção, poderíamos concluir que, para Caminha, o sertão está mais para a idéia de fronteira – o que está na frente – do que um lugar ou região com limites[33] definidos pelos quais pudessem ser diferenciados[34] e contrapostos a outros[35].

Entretanto, os *sertões despovoados* da carta de José Rodrigues de Oliveira não podem ser interpretados pela mesma lógica, ou pelo menos, não no mesmo sentido: não seriam eles uma vastidão incomensurável a oeste, como podemos inferir do de Caminha, mesmo porque eles estão circunscritos e localizados a leste do foco principal do mapa. Tampouco, é improvável que *sertões despovoados* se referissem a algo como o fundo ou parte s*ertão* de uma sesmaria já que a direção e o sentido desse termo, que segue determinado padrão nos documentos oficiais (sentido oeste), não são o mesmo que conduz o olhar do observador do mapa do centro da projeção para o espaço designado como sertões.

Afastar o olhar um pouco e observar mais de longe esta área talvez nos ajude a enxergar melhor a questão. Os sertões despovoados estão do lado direito no

---

[32] CARTA de Pero Vaz de Caminha (...). In: CORTESÃO, Jaime (org)… op. cit. 1943. p. 239.

[33] Cf. as distinções entre fronteira e limite em MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: Tânia Marques Strohaecker (org.), Fronteiras *e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998, p. 41.

[34] Com a descoberta das Minas de Ouro e a implementação de legislação específica para ordenar a colonização da Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, o sertão tem, sim, característica de categoria diferenciadora do espaço, quando contraposto às Minas. As concessões de terra em sesmaria eram de meia légua na quadra de terras minerais e nos caminhos para elas e três nos ditos sertões – espaços onde não havia Mineração. Com essa mesma diferenciação havia regulavam-se tributações diferenciadas. Cf. GODOY, Alexandre Mendes e CUNHA, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, *Anais sobre o X Seminário sobre a economia mineira*, CEDEPLAR/UFMG, 2002. p.9.

[35] Não é o que pensam alguns que como Leite (2004), lêem as palavras de Caminha como uma "implícita oposição geográfica e cultural entre litoral x sertão". Cf. LEITE, M. R. B. *Entrevendo oásis e silêncios no discurso da propaganda turística oficial sobre o Nordeste*. Tese de Doutorado. Araraquara: FCL / UNESP, 2004.

mapa e, a despeito de sua grafia em letras destacadas, o foco principal da carta está nos cursos d'água e nos acidentes geográficos conhecidos, nos locais de mineração, nos núcleos de povoamento do colonizador e nos caminhos para as novas minas de diamantes. Enfim, como já foi possível constatar [capitulo 1], a carta pretende representar "*tanto objetos naturais como artificiais sobre a superfície terrestre: relevo, hidrografia, vegetação, edificado, vias de comunicação"*[36]: o espaço dominado, apropriado pelo homem, as áreas que já colonizou, territorializando-o. O que é feito também pelo geógrafo que o representou, inscrevendo-o e identificando seus limites[37]. Diante disso, o termo *sertões despovoados* poderia ter sido empregado para representar o espaço ainda não apropriado, "*ainda não preenchido pela colonização*" [38], bem próximo da noção de sertão que Maria Elisa Noronha de Sá Mader apreendeu dos primeiros cronistas da colônia. Sendo pertinente tal interpretação, poderíamos mesmo especular as razões para que *sertões despovoados* sejam as palavras que mais se destacam no mapa, quase tão grandes quando o seu título: seria algum ato simbólico de inscrição da palavra num espaço não regionalizado, considerado vazio, não dominado?

Poderíamos considerá-lo também como um espaço fronteiriço, tal qual o sertão de Caminha, de grande força simbólica, ainda que não vinculado ao sentido leste para oeste, como poderiam nos induzir interpretações posteriores do termo sertão devedoras da noção de fronteira do *West* americano[39] ou da idéia de "*Marcha para o*

---

[36] Cf. Utilizo aqui, uma definição atual de carta topográfica: BAIO, Miguel. *Leitura e utilização de plantas e cartas topográficas*. Barreiro. Escola Superior de Tecnologia. Instituto Politécnico de Setúbal. 2007. Disponível em http://www.estbarreiro.ips.pt/PagDisciplinas/PagTopografia.htm. Acesso em 10 nov. 2010.

[37] Ao contratar os padres matemáticos Diogo Soares (1684-1748), português, e Domingos Capassi (Domenico Capacci ou Capasso, italiano, 1694-1736), a Coroa portuguesa destacava que os cartógrafos deveriam fazer "mapas do território brasileiro, não só pela marinha, mas pelos sertões, com toda a distinção, para que melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado, governo, Capitania, Comarca...". Alvará de 18 de novembro de 1729. Apud. FARIA, Maria Dulce. A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional. Disponível in: http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html Acesso em 10 nov. 2010.

[38] "O território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria e do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial". MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII*. Departamento de História da PUC-RIO. Rio de Janeiro, PUC, 1995. (Dissertação de mestrado) p. 13.

[39] Devedoras da interpretação da história americana feita por Frederick Jack Turner (1893). María Verónica Secreto observa que Otávio Velho foi o primeiro a aplicar sistematicamente o conceito de fronteira turneriano, em associação ao sertão, embora "encontremos vários textos de circulação nos meios acadêmicos que tinham chamado atenção para a obra do autor norte-americano. Dentre eles (...) o pequeno texto da historiadora Maria Yedda Linhares (1959), de Nícia Vilella Luz (1963) e um artigo de José Honório Rodrigues (1961), que representa um caso particular pela adaptação que fez do conceito de fronteira". (SECRETO, María Verónica. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2006, vol. 14 no. 2, p. 236-253.) Cf. TURNER, J. F. El significado da fronteira na Historia de los Estados Unidos de América. In: *J. F. Turner*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992; VELHO, Otávio Guilherme, *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel, 1979;

oeste"[40] empreendida tantas vezes, durante o século XX, em busca das fontes de nossa nacionalidade? Estas questões certamente não se colocavam naquele momento, especialmente pela inadequação de se considerar o Brasil como um território nacional. Entretanto, é possível que o termo se referisse a um espaço vazio a ser territorializado – preenchido de colonizadores e por meio de regionalizações – aproximando-se dos sentidos evocados quando se recorre às raízes etimológicas de sertão como *desertum*[41] ou *desertanum, "lugar incerto"* [42] a ser *"conquistado e para onde se direciona o desertor ou o colonizador"* [43].

Repetindo Janaína Amado[44], somos tentados a dizer que os sertões despovoados de nossa carta se refiram tão somente a uma das diversas "*áreas despovoadas no interior do Brasil*"[45]. Entretanto, acolhendo essa definição, assumiríamos ao mesmo tempo sua raiz etimológica que o identifica a um *deserto,* (bem ao gosto de Saint-Hilaire, Spix & Martius[46]) e a perspectiva de observação de Vaz de Caminha: veríamos o sertão como espaço interior – representado no mapa de uma perspectiva, digamos, marítima imbuída de uma ambição de conquistador e – ainda que não seja a *"região [mais] apartada do mar"* embora, *"por todas as partes, [estivesse] metida entre terras"*[47] – poderia dizer respeito a um espaço "despovoado" de *"habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoado até em excesso"*[48],

---

[40] O termo faz referência à obra de Cassiano Ricardo, escrita em 1940 que possibilita a associação entre a política de colonização do Estado Novo e o movimento das Bandeiras no século XVII, digamos com um significado e sentido de sertão, gestado no século XIX, sobretudo a partir de apropriações *d'Os sertões* de Euclides da Cunha. Cf. RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940; CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

[41] AMARAL, Vasco Botelho de. *Glossário Crítico de Dificuldades do Idioma Português*. Porto: Domingos Barreira, 1947, p. 476-481.

[42] VICENTINI, Albertina. O sertão e a Literatura. *Sociedade e Cultura*. v.1. Jan-jul, 1998, p. 48.

[43] RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, 2000. p. 57.

[44] Seguida por outros na sua apropriação de Saint-Hilaire, como Nísia Trindade Lima. Cf. AMADO, Janaína. Região, sertão, nação... *op. cit* 1995. p.148; LIMA, Nísia T.. *Um Sertão Chamado Brasil: ... op. cit.* 1999. p. 58.

[45] A frase originalmente é utilizada por SAINT- HILAIRE. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. Em 1801, José Vieira do Couto já dava notícia da popularidade dessa expressão, na Capitania de Minas Gerais: "chamam-se sertões nesta capitania as terras que ficam pelo seu interior, desviadas das povoações das minas e onde não existe mineração". Cf. COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio à maneira de itinerário. Com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descripção, suas produções mineralógicas e utilidades que deste paiz podem resultar [1801]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun. 1905. Fac I e II. p. 111.

[46] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975; SPIX, Johann von; MARTIUS, Carl von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, v. 1 e 2.

[47] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa; Oficina de Pascoal da Sylva, 1713.

[48] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*... op. cit. 1975. p. 375.

Contudo, considerando a pertinência dessa significação, estaríamos condenando a expressão *sertões despovoados* de José Rodrigues de Oliveira a uma incontornável redundância, de forma semelhante à expressão *sertão interior,* referida por Vasco Botelho de Amaral[49]. Se quisermos continuar essa viagem, ao invés de impor uma definição, tentemos entender porque faria sentido para José Rodrigues de Oliveira, o autor do mapa, falar de *sertões despovoados*: por acaso haveria sertões que não fossem despovoados naquela época, ou outros significados para o termo sertão que exigisse do sujeito enunciador maior precisão? Se o termo sertão já comportava o sentido de espaço despovoado, como supúnhamos, por que então reafirmar tal condição acrescentando outro termo de mesmo valor semântico?

Talvez o estranhamento que Eschwege expressou ao ver associado o termo sertão às condições do espaço próximo à fazenda do Córrego da Anta[50], nas vizinhanças da serra da Saudade, possa nos ajudar a entender que o suposto pleonasmo no emprego que José Rodrigues de Oliveira faz do termo *sertões despovoados* não seria o único. "*A região, se bem que habitada em determinados lugares"* – escrevia Eschwege, em 21 de agosto de 1816, demonstrando familiaridade com outras significações do termo das Minas Gerais do século XIX – *"tem o nome de "sertão"*[51]. A surpresa do mineralogista alemão, não esclarece imediatamente as dúvidas sobre a significação de *sertão* empregada junto com *despovoados*, mas sugere que esse sentido fosse mais corrente do que poderíamos imaginar, hoje, junto com os viajantes do século XIX,. Além disso reforça a significação de sertão que tomamos emprestada de Janaína Amado. A frase denuncia que Eschwege também poderia compreender sertão como uma região despovoada. E do mesmo modo que nos parece estranho falar em sertão despovoado = "despovoado despovoado", parecia-lhe curioso utilizar o termo sertão para denominar àquela região habitada ["despovoado habitado?!"] posto que – como ele próprio informa – era ocupada até por soldados e ex-soldados, muitos deles remanescentes das explorações oficiais dos diamantes do Abaeté, desativadas anos antes.

Aquele espaço era, portanto, não apenas habitado, mas – poderíamos supor junto com Eschwege – relativamente controlado do ponto de vista político e militar. Esta

---

[49] "Os Portugueses aplicaram a expressão ao interior das terras africanas, asiáticas, brasílicas e até ao interior de ilhas. Tanto assim que em Fernão Mendes Pinto se lê (cap. 143): "A terra em si é quase do teor do Japão, algum tanto em partes montanhosa, mas no interior do sertão é mais plana…" Se a palavra sertão apenas pudesse significar interior, a expressão interior do sertão era igual… a interior do interior". AMARAL, Vasco Botelho de. Glossário Crítico... op. cit. 1947, p. 480.

[50] Atual Município de Córrego Danta, que já pertenceu ao de Santo Antônio do Monte, Dores do Indaiá e Luz, do qual foi desmembrado em 1948.

[51] ESCHWEGE, William Von. *Brasil: novo mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p. 94.

constatação não nos deixa descartar a hipótese de que mesmo se Eschwege compreendesse sertão também como espaço desordenado, teria se surpreendido da mesma forma, com seu emprego para nomear (ou qualificar?) aquela área. Ora, é possível que ele, naquela época, já concebesse sertão como área *"de população rarefeita, relações conflituosas entre os diferentes agentes de controle do território*" pela diferenciação entre o espaço controlado das Minas, densamente povoado e fiscalizado, sob a influência das Vilas do Ouro[52]. Uma forma que, de acordo com Ângelo Carrara, é uma novidade semântica gestada em Minas Gerais do século XVIII, e resistente até, pelo menos, a década de 1930[53] – para ficarmos restritos aos documentos oficiais e não nos referirmos às suas permanências na historiografia atual.

Nesse sentido, a categoria sertão bem poderia ser aproximada (e contraposta) da noção de território, designando espaços sem lei e ordem – lugar de desertores, associação ainda uma vez com *desertum*, abrigando "*pessoas desonestas e sem índole como fugitivos da justiça, devedores da Coroa, aventureiros e contrabandistas, quilombolas e 'índios bravios'*"[54]. Se esta era a noção que Eschwege tinha em mente, re-elaboração da idéia de sertão como espaço desabitado, num sentido mais geopolítico que demográfico, poderíamos ainda uma vez entender sua surpresa com a utilização do termo para se referir à fazenda do Córrego da Anta, habitada por soldados. E os *sertões despovoados* de José Rodrigues de Oliveira? É improvável que tivessem também esse sentido geopolítico, porque ainda assim persistiria o pleonasmo já que sendo despovoados, já se dizia que eram não-controlados. Mesmo se por povoadores fossem entendidos apenas a "gente de qualidade" e os bandidos, gentio ou negros fugidos.

Portanto, a frase de Eschwege sugere que a sua concepção de sertão, naquele momento, poderia estar mais próxima da de Saint-Hilaire e de seus "seguidores" do que a daqueles que a empregavam para nomear áreas como a fazenda do Córrego da Anta ou os sertões despovoados de Oliveira. Resta-nos, pois, feitos os distanciamentos necessários, tentar aproximar esses "dois *sertões"*, para levar à frente nosso exercício de compreensão: será que o significado do termo sertão empregado na carta e na designação da região do Córrego da Anta não estaria menos relacionado a uma dimensão demográfica, econômica, [geo]política ou simbólica do que à dimensão física do espaço representado? E não estaria

[52] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas das representações literárias das regiões brasileiras*. Sertões brasileiros I. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. p. 12.
[53] CARRARA, Ângelo. *Minas e currais:* produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
[54] RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, 2000. p. 57.

aí a chave para compreendermos a lógica que isenta o autor do suposto pleonasmo ao qualificar sertão de despovoado?

Retornemos aos dados da carta, não sem antes, recordar de que se trata de uma carta *topográfica*. Quer dizer, é uma representação plana da informação dita topográfica que ambiciona descrever [grafar] e representar o lugar [topos] – com seus objetos naturais e artificiais e não necessariamente enfatizando apenas os aspectos demográficos, culturais ou [geo]políticos. Ainda que seja uma apropriação simbólica da realidade material – objetivação do espaço, portanto, uma forma cultural – o seu referente é o meio físico que almeja apreender e talvez seja necessário atentar mais para os seus elementos, digamos, "naturais", do que para o aparato conceitual sobre o sertão, tão farto em nossa literatura especializada, para tentar entender a possibilidade/necessidade de qualificar os sertões como despovoados. Esse dado é o que provavelmente desloca os amantes da etimologia de sertão visto como *desertão* e *desertanum* para a sua obscura filiação a *serere, sertum:* entendido como um lugar "*cercado, entrelaçado e embrulhado*"[55]. Confirmando a máxima de Marc Bloch ("*Uma palavra vale menos pela sua etimologia do que pelo uso que dela é feito*"[56]), esse deslocamento permite associações do termo sertão com as características físicas do lugar como aos cerrados, tomados como "*vegetações fechadas de difícil penetração no seu interior*"[57] em contraste com as florestas tropicais, ou mesmo a relevos mais dobrados e vegetação carrasqueira ou caatingas – crucial para a vinculação entre sertão e seca na enunciação do nordeste brasileiro, iniciada no século XIX e consolidada no século XX.

---

[55] "Os dicionários etimológicos dizem que se trata de "Forma aferética de desertão" (Antenor Nascentes), "obscura, controversa ou desconhecida" (José Pedro Machado) e "De etimologia obscura" (Antônio Geraldo da Cunha). Embora em lat. Clássico o conceito de sertão tenha sido expresso por mediterranea, -orum, ou seja, "as terras do centro de um país", "as regiões afastadas da costa" (...). Chamo a atenção para uma possível explicação etimológica por intermédio do supino de *sérere, sertum*, com o significado próprio de "trançado", "entrelaçamento", e com o figurado de "embrulhado", "enredado", "enfileirado". Isto porque a raiz desta forma verbo-nominal é a mesma de *desertum* (de-sertum: o que sai da "fileira") passou à linguagem militar para indicar o "desertor", aquele que sai (de-) da ordem e desaparece. Daí o subst. *desertanum* para o lugar desconhecido para onde foi o desertor, estabelecendo-se, ainda no lat. Clássico, a oposição entre *locus certus* e o "lugar incerto", desconhecido e, figuradamente, impenetrável. As duas formas verbais provêm da mesma raiz indo-européia, SER-, como no grego *eirô* (ei??) por *seryô* (se???) : "atar", "entrelaçar", "tecer ou entretecer uma fala, um discurso"; e como no latim *sérere*, "entrelaçar" (donde *serta*, pl. de *sertum* que deu o português sertã, "guirlanda de flores", "corda náutica"); e daí também o lat. *Sermo*, -onis, "conversa", "sermão"; *dissertatio*, "dissertação" e *desertum*, "lugar desconhecido e seco", isto é, lugar fora do conhecimento (não entrelaçado nele). TELES, Gilberto Mendonça. O lugar do sertão na poesia brasileira. *Crítica e ensaio*. Hipertexto. Disponível em < http://www.gilbertomendoncateles.kit.net/critica.htm> Acesso em 11 nov. 2010.

[56] BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 143.

[57] RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro... op. cit. 2000. p. 57.

Pelos signos utilizados na carta topográfica – ícones, diria Pierce[58], que pretendem manter uma relação de similaridade com o espaço representado – é possível perceber que os ditos sertões despovoados são lugares de vegetação mais pobre – mais rarefeita – relevo mais sinuoso e, a se considerar a seqüência de pequenos montes representados (consideremos também o nosso conhecimento atual da região que ajuda a visualizar as "pedras no mapa"), de solo mais pedregoso. Aliás, estas pequenas montanhas formam curiosa linha que parece interferiu no traçado no caminho que ligava a Vila do Príncipe (atual Serro) desde o Morro do Itambé até próximo do Descobrimento das Esmeraldas. [ver figura 3]. Parecia um espaço cercado e em seu interior, além de vegetação mais rarefeita – que poderia indicar solos mais pobres, menos propensos à agricultura – também possui menos rios, Na verdade, o autor (d)escreve dois *sertões despovoados*, justamente no espaço em que não há "irrigação" fluvial[59].

Tratar-se-ia, evidentemente de uma região mais seca, de relevo mais acentuado, menos propensa à circulação e possivelmente menos atrativa para a fixação humana, não só para os colonizadores que já andavam pelas redondezas procurando diamante, erguendo fazendas, erigindo Vilas e arraiais, fazendo estradas, mas também para os indígenas e quilombolas fugidos. Portanto, ainda que o termo sertão estivesse sendo utilizado pelo autor como significando espaço da barbárie, despovoado de gente de qualidade, deserto de civilização (por isso lá não havia desenhos de casas, cidades, estradas, ou explorações mineiras) ainda era necessário informar que eram despovoados mesmo por gentios, negros e "outras feras".

A evocação do poder que a categoria sertão tem para enunciar determinadas características físicas do espaço é o que nos ajuda a superar a interpretação "pleonástica" dos sertões despovoados enunciados de José Rodrigues de Oliveira. Aliás, ela foi evocada pelo próprio Eschwege em uma passagem da mesma obra em que estranha o emprego do termo para caracterizar a fazenda do Córrego da Anta. Citando Humbolt ao se referir às planícies hispano-americanas, Eschwege diz que os *"sertões planos do Brasil"*, descritos em sua generalidade, eram ainda mais tristes que aquelas porque

---

[58] Para Peirce o ícone mantém uma relação de proximidade sensorial ou emotiva entre o signo, representação do objeto, e o objeto dinâmico em si. Refere o objeto que denota na medida em que partilha caracteres que existem nele independentemente da existência do signo. Nas palavras de Umberto Eco, o ícone é "um signo que mantém uma relação de similaridade com o próprio objeto". Cf. ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991. p. 281 e PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

[59] Informações geomorfológicas atualizadas nos obrigam a alertar para a presença de rica rede hidrográfica na região (pertencentes a quatro bacias hidrográficas diferentes: a do São Francisco, a do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Araçuaí) embora as características de seu relevo sejam semelhantes à descrita na Carta de 1721. Cf. p. 48. SAADI, Allaoua. A geomorfologia da serra do espinhaço em Minas Gerais e suas margens. *Geonomos*. Belo Horizonte: UFMG. 1995. 3 (1) p. 41-63.

> até as próprias feras deles parecem fugir em busca da companhia dos humanos: inteiramente despovoado, nada assinalando sobre qualquer atividade humana: como um oásis, uma pedra trabalhada, uma fronteira, mesmo decadente"[60].

Explorando essa dimensão física da categoria sertão, retornamos, pois à sua filiação semântica ao deserto que possibilitou, anos mais tarde, (re)constituir a associação sertão-seca-nordeste, já presente no período colonial, mas acrescida de novas significações econômicas, sociais, políticas e culturais[61]. Nesse sentido, é bastante curioso observar que os sertões despovoados da *Carta Topographica* que analisamos, estão a leste e a nordeste do ponto central do mapa. O município do Serro – antiga Vila do Príncipe que é atualmente identificada como situada *"no centro-nordeste do estado de Minas Gerais"*[62].

Esta última informação nos obriga a voltar à questão-título do capítulo. Entretanto retornamos já desconfiados de que a resposta a ela seja negativa. Sobretudo se considerarmos que a carta topográfica que nos conduziu das tramas de regionalização do oeste de Minas até a categoria sertão nos possibilitou entender que este termo foi empregado para se referir mais aos aspectos geográfico-físicos do espaço. Nesse sentido, o termo sertão pode ser associado à idéia de um deserto e – como escreveu Ferdinand Denis, em 1837 - "*não pode caracterizar uma divisão política do território*". Nesse sentido, "*cada província tem o seu sertão: [que] é a parte interior, mais deserta, que se designa por esse nome"*[63], mas aquele sertão não ficava no espaço em que se pode localizar as tramas de regionalização do oeste de Minas.

Se já tivéssemos de antemão tomado esse significado de sertão, para responder à questão, bastaria ter recorrido aos dados sobre o clima, a vegetação, a topografia, o regime pluviométrico, a característica dos solos e a hidrografia, para chegar à mesma conclusão: o

---

[60] ESCHWEGE. *Brasil: novo mundo*... op. cit. p.103.

[61] Esta ressignificação ou estilização do sertão como lugar seco consolida-se apenas no século XX, quando o componente geográfico, já existente, é vinculado a um discurso político nacionalista. Veja-se, por exemplo, a curiosa "(re)descoberta" do espaço geográfico do Rio de Janeiro que Armando Magalhães Correia faz, da década de1930: "um mundo agreste (...) em que se avultam caatingas, restingas, planícies arenosas, matas soberbas, morros descalvados, montes cobertos de vegetação bravia e tudo isso povoado por uma fauna típica e palmilhado por criaturas que aí nasceram e outras que ate aí chegaram" (...). "Aí encontrei uma população laboriosa, *bem brasileira*, cujos usos e costumes me levaram à denominação de Sertão Carioca", localizado em Jacarepaguá e morro da Tijuca. Cf. CORREIA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, reproduzido nas Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial da Secretaria Municipal de Administração ed., da do de Janeiro, P. C. R. Ed., Imprensa Nacional, 1936, vol. 5.

[62] Procurei uma localização mais difundida que, à propósito, está de acordo com a divisão do IBGE. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Serro. Acesso em 11 nov. 2010. Pela fundação João Pinheiro é considerada como parte da Região Central do Estado de Minas Gerais.

[63] DENIS, Ferdinand. Brésil. In: L'UNIVERS. *Histoire et description de tout les peuples:des leurs, religions,moeurs, coutumes, etc*. Paris : Firmim Dioto Frères, 1837. p. 88.

espaço em que se identificam as tramas de regionalização do oeste de Minas não é uma região desértica. Embora haja um longo período de secas em que a vegetação dos cerrados e campos parece subsumir, nos seis meses de chuva (de janeiro a março, normalmente), a paisagem se despe de qualquer imagem de aridez. O Príncipe de Wied-Neuwied já havia sugerido que esta não é "*uma região uniformemente de caatingas*", mas um "*lugar de transição* [que ele chama] *de carrascos, com matas mais baixas situadas nos limites das grandes planícies áridas e planas, denominas campos gerais*".[64]

Sabemos que as planícies referidas pelos viajantes do século XIX são hoje consideradas pelos geógrafos como depressões [a san-franciscana, no caso do oeste de Minas], mas já desde o século XVIII e XIX, o oeste de Minas não era mais tomado como sertão, em seu sentido geográfico físico. Era representado como campos gerais:

> que se estendem até o rio São Francisco, Pernambuco, Goiás e além, são cortados em diferentes direções por vales, em que nascem rios que descem do planalto para o mar. O mais notável dele é o São Francisco, que nasce na serra da canastra (...) nos vales que cortam essa cadeia e esses planaltos nus, as margens dos rios e ribeiros são guarnecidas de florestas; matas isoladas se vêem assim escondidas nessas depressões.[65]

Portanto, o oeste de Minas não era mais o que se poderia chamar de sertão geográfico, associado à idéia de deserto ou aridez. Esta foi a mesma conclusão a que chegaram as autoridades federais que, em 1959, instituíram a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia subordinada diretamente à presidência da República, na época ocupada por Juscelino Kubitschek[66]. A conclusão de que o oeste de Minas não era parte do que se considerou sertão geográfico-físico nos ajuda a entender o esforço dos prefeitos dos municípios do oeste de Minas em se identificarem como parte de um *Centro-oeste Mineiro*, desvencilhando-se da categoria de regionalização Alto São Francisco, de referentes geográfico-físicos, utilizada até a década de 1970.

---

[64] WIED-NEUWIED, M. de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. Trad. Edgar Sussekind de Mendonça, Edgar e Poppe de Figueiredo, Flávio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. p. 402. (Coleção reconquista do Brasil).

[65] WIED-NEUWIED, M. de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. Op. cit. 1989. p. 405.

[66] A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi forma de intervenção planejada do Estado no Nordeste, com o objetivo de "promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira". Como política de combate à seca substituía o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945 e a Inspetoria de Obras Contra as Secas, de 1909. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A criação da Sudene. Os anos JK. CPDOC. Hipertexto. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/SudeneAcesso Acesso em 12 nov. 2010.

Não se tratava apenas de uma questão de localização geográfica, baseada em critérios meramente físicos. Tratar o oeste de Minas como centro-oeste, era recorrer a um vocabulário político da época como estratégia de luta pela inclusão desses municípios na SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oeste)[67], autarquia do governo inspirada na SUDENE, mas sem o componente de combate às secas. O prefeito de Abaeté, presidente da Associação dos Municípios do Centro Alto-Médio São Francisco (que ainda guardava as formas de identificação anteriores), além de se esforçar para modificar a forma de localização no espaço, divulgando a idéia de que Abaeté pertencia à região Centro-Oeste de Minas, defendia nas mensagens publicadas no jornal do município que:

> O limite natural da SUDECO, a leste, nesta parte [que incluía o município de Abaeté], seria o Rio São Francisco, pois do outro lado está situada a SUDENE. Como se pretende pelo projeto em discussão na Câmara Federal, que limita a SUDECO pelo rio Indaiá, Abaeté e toda esta região [faixa entre os Rios Indaiá e São Francisco] ficará ilhada entre a SUDECO e SUDENE, excluída, portanto do Nordeste e do Centro-Oeste e conseqüentemente sem auxílio de órgão Federal de Desenvolvimento.[68]

A aproximação ao centro-oeste não era apenas semântica. Relembremos que um dos projetos da associação era lutar pela construção da BR-352, ligando Belo Horizonte (região Central de Minas) a Goiânia (no Centro-oeste do país). [cf. item 1.1]. E nada mais "lógico" do que ligar o Centro-oeste de Minas ao Centro-oeste do Brasil. Mas estas questões já transcendem a proposta desta seção que ainda não conseguiu enunciar o significado do termo sertão cuja utilização para designar a fazenda do Córrego da Anta tanto surpreendeu o Barão de Eschwege. Possivelmente ela também tenha outros significados que não o geográfico-fisico, tal como os Sertões do Abaeté e Indaiá que aparecem não apenas nos textos de Guimarães Rosa e de seus contemporâneos, mas também em Vieira do Couto, ainda no início do século XIX.

Observando-se a produção cartográfica, em seqüência cronológica, não é difícil notar que o termo sertão, como categoria geral de designação do espaço físico, é cada vez menos recorrente à medida que o espaço brasileiro é conhecido e mapeado. Quando a cartografia colonial – portanto um olhar do colonizar sobre o espaço – registra diretamente o oeste de Minas, como um espaço delimitado, regionalizado, a categoria sertão não mais

---

[67] Criada pela lei nº 5.365, de 1° de dezembro de 1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, substituiu a extinta Fundação Brasil Central e foi extinta em 1990, durante o governo Collor.

[68] PEREIRA, Aloysio da Cunha. *O Abaeté em Marcha. Editorial*. Abaeté, MG, 20 mai, 1971. p. 5

aparece nesse sentido geográfico. É o caso, por exemplo, do sertão diamantino e dos sertões do Abaeté, que ao serem explorados por Vieira do Couto, em 1801, recebem um nome (Nova Lorena Diamantina) e assim que seus limites são definidos e o espaço – feito território[69] – é mapeado.

No momento mesmo em que o espaço deixa de ser visto como *"incógnito, em profundo esquecimento, inútil e desaproveitado"*[70], quando o espaço geográfico deixa de ser tomado em sua generalidade e começa a ser visto como região, ele deixa de ser sertão. Conforme observam os estudiosos da contribuição d'*Os Sertões* de Euclides da Cunha para a *"estabilização semântica"*[71] do sertão como categoria de regionalização, teria sido apenas *"mais tarde, (...) que sertanejo e sertão passaram a ser usados para se referir a uma região geográfica, região árida e desértica, como a que Euclides pisou enquanto correspondente de guerra"*[72]. A essa altura, as categorias preferidas para a regionalização do oeste de Minas já eram Alto São Francisco, Oeste e Centro-oeste de Minas. Quando a categoria sertão se reencontrava com suas raízes etimológicas do *desertus* – acolhendo as especificidades geográficas do *"sertão de Canudos, ambiente caracterizado pela supremacia da natureza sobre o homem"*[73] – o oeste de Minas já não pôde ser tomado mais como sertão.

Isto não quer dizer, evidentemente, que o termo sertão não pudesse mais ser associado ao oeste de Minas. Apenas indica que essa associação só seria possível em outros sentidos. E como o sertão assume outras significações – já existentes naquele momento de objetivação do espaço tornado região e lugar (século XVIII), mas só depois compartilhadas em níveis muito mais abrangentes de interação social, entendido não apenas como uma categoria geográfica, mas social e cultural – nossa busca parece ainda não pode se encerrar aqui. Devemos atentar para outras recorrências do termo, nas informações sobre o oeste de Minas. Quem sabe elas não (d)enunciam outras configurações sociais que possibilitem tomar o oeste de Minas como aquilo que chamam de sertão?

---

[69] VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais [1807]*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 54.
[70] COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio à maneira de itinerário. Com um appendice sobre a Nova Lorena Diamantina, sua descripção, suas produções mineralógicas e utilidades que deste paiz podem resultar [1801]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun. 1905. Fac I e II. p. 135.
[71] SOUZA, Candice Vidal e. O enigma de Os Sertões. *Mana* [online]. 1999, vol.5, n.1, pp. 158.
[72] ABREU, Regina. *O Enigma de* Os Sertões. Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1998, p.193.
[73] LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional.* Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 68.

3.2 Sertão como novidade: entre barbárie e civilização

27 de novembro de 1769. Já era final de tarde quando a expedição chefiada por Ignácio Correia Pamplona pôde avistar os currais, os campos e os animais da fazenda do Capote[74], de onde tinha saído três meses e nove dias antes. O Mestre de Campo não se demorou na observação das criações como vinha fazendo desde que alcançou o sítio da Tapera, a primeira de suas propriedades no trajeto de volta até a fazenda de Cataguases. Quis chegar logo à sede da do Capote e aliviar as *"saudades de ver a sua casa e nobre família*"[75].

Depois de topar com grande número de ovelhas, já próximo da casa, Pamplona marchou pelo terreiro da frente, apeou de sua montaria e foi saudado com *"mais de 300 tiros".* Bem poderia ter tido uma missa que não foi realizada talvez por falta do padre capelão da comitiva, Gabriel da Costa Resende que tinha ficado na fazenda dos Cataguases, depois de ter rezado a última das costumeiras missas na alvorada pra que a expedição finalmente chegasse à fazenda do Capote. Sem o ritual religioso, porém, a recepção a Pamplona foi embalada por música tocada pelos negros da comitiva e *"não faltou alegria"* até recolher-se o Mestre de Campo à sua casa.

Encerrava-se assim, com o mesmo ar solene[76], embora mais descontraído, o último dos *"sucessos dignos de poder relatar"*[77] fielmente assentados pelo seu escrivão anônimo, na Notícia da "*jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote"*[78].

*

Este é o espírito com que se concluía o documento que registra a viagem de Pamplona aos sertões – um lugar [de memória] mais de uma vez já visitado em nosso percurso pelos enunciados do oeste de Minas – que constitui uma das primeiras fontes de informação de nossa trama de regionalização. Quanto ao estado de espírito do chefe da expedição ao viver este momento a despeito sua experiência em outras missões

---

[74] No atual município de Lagoa Dourada, vizinho do de São João Del Rei e Tiradentes.

[75] NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 108, 1988. p. 90.

[76] Andrade destaca os rituais solenes executados pela comitiva: "como uma missa cantada (em cantochão), que foi celebrada pelo pároco de Santa Ana de Bambuí. A pregação especial foi encomendada ao coadjutor do pároco de Tamanduá. Essa missa solene buscou antever o bom resultado de duas bandeiras de exploração do sertão, e que se separaram do corpo principal da expedição. ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia história***.** Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007. p. 162.

[77] NOTÍCIA diária e individual... op. cit. 1988. p. 90.

[78] NOTÍCIA diária e individual... op. cit. 1988.

semelhantes, poderíamos imaginar que fosse próximo da sensação de alívio e contentamento pelo retorno em segurança do sertão às comodidades de sua fazenda.

Laura de Mello e Souza escreveu que essa *"sensibilidade historicamente definida"* é *"praticamente impenetrável"*[79], mas ousemos descrever o que ele poderia ter sentido ao retornar, utilizando as palavras de outro missionário também já conhecido nosso: Dom Manoel Nunes Coelho. O Bispo do Aterrado dirigiu-se àquele mesmo espaço quase dois séculos depois (1922), para cumprir sua missão Pastoral encontrou, *"de certo modo, tudo por construir, isto é, por fazer brotar da terra ainda!"*[80], como o próprio Pamplona semeador de roças de milho, plantador de fazendas, promotor de *"rituais religiosos, atitudes pastorais e a formação de capelas"*[81]. Se não fosse pela duração diversa das duas viagens e os anacrônicos apitos da estrada de ferro ouvidos pelo bispo a nos impedir a aproximação dos dois viajantes, poderíamos considerar com Dom Manuel Nunes Coelho, o pastor de Luz, que a sensação experimentada por Pamplona, o criador de ovelhas no Capote, ao retornar,

> Após um verdadeiro mergulho de sertão quase inóspito por espaço de cerca de 2 meses deveria [nos] ser muito agradável ouvir os apitos da estrada de ferro e como que respirar mais tranqüilos e despreocupados das infinitas peripécias deixadas pra trás[82].

A despeito daqueles elementos que dificultam a aproximação das duas situações, parece legítimo interpretar a volta desses dois "mergulhos no sertão" confirmada pela agradável percepção dos sinais culturais devedores da chamada civilização ocidental européia (aqui a estrada de ferro, acolá as ovelhas, a agricultura, a casa de fazenda, a salva de tiros) como a reconquista da segurança, percebida pela comparação do espaço familiar à instabilidade do ambiente deixado para trás. Sensação de alívio ao se tocar as tênues fronteiras entre barbárie e civilização que pode ainda ser atualizada por todos aqueles que como Pamplona – e o próprio bispo do Aterrado –, antes e depois deles, refizerem o mesmo percurso geográfico e simbólico crentes de ter cumprido uma missão, levando influências da cultura que julgam referência adequada à transformação do espaço físico, social e simbólico.

No caso de Pamplona, ele disseminava as formas de organização do espaço de acordo com os modelos de organização social, econômica, política e religiosa em nome das autoridades coloniais portuguesas: plantando roças, construindo pontes, "pacificando

---

[79] SOUZA, Laura de Mello e. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição conta os quilombolas: Minas Gerais, 1769. In: *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Edufmg, 1999, p. 132.

[80] SILVA NETO, Dom Belchior J. da. O pastor de Luz. A terra, o homem de Deus, a pastoral. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p.14.

[81] ANDRADE, Francisco E. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Op. cit.* 2010.

[82] LUZ DO ATERRADO. Visita Pastoral. Aterrado. 21/10//1922 (o PASTOR DE LUZ, p. 139)

sertões", estabelecendo posses, demarcando propriedades, sobretudo representando os interesses daquelas que estavam nas regiões das Minas, no século XVIII e, no limite, as Cortes de Lisboa. Combatia índios, quilombolas, abusos de poder de posseiros ilegítimos, brancos e mestiços, distantes das punições reinóis, e – bem próximo do que fazia o bispo – batizava lugares e gentes[83], erigindo capelas, cuidando do culto católico e da expansão dos postos de arrecadação do dízimo[84]. Ambos teriam levado à risca o conselho que o Conde Valadares dera a Pamplona: principiando a missão "*pela casa de Deus",* porque *"sem este princípio não se conseguirão esses acertados desígnios de vossa mercê"*[85].

Ao reconhecer em relatos como este a marca do *"contraste entre barbárie e civilização"*, quando o sertão ocupa o primeiro pólo, como fez Laura de Mello e Souza[86], parece ser possível tomar o oeste de Minas como o que chamam de sertão. Especialmente se levarmos em consideração os pontos de vista que o consideram como um lugar à espera de novidades [cf. item 2.2] ou, talvez ainda mais apropriado, quando é concebido como um lugar que não tem sido [item 2.5]. Entretanto, como já se pode prever, para que o oeste de Minas seja considerado sertão, é necessário que se tome o termo sertão não em seus aspectos físicos, ligados a um lugar seco e necessariamente distante da costa, mas em suas dimensões simbólicas, entendido como *"fronteira móvel, intransponível que separa barbárie e civilização"*[87].

No século XVIII, quando surge o próprio termo civilização, é que ocorre a mudança semântica do termo sertão, quando é associado não apenas às significações e sentidos gestados na costa ou no litoral (sua significação geográfico-física), mas tomado em contraponto à região das Minas de Ouro. Duas contraposições enriqueciam os significados do termo neste período: o sertão era o espaço ainda informe em relação à forte regionalização e controle estatal das áreas de Mineração; o sertão era o espaço rural, *os gerais*, o outro de uma sociedade urbana que se constituía nas Minas – seja como lugar de possível expansão da atividade mineradora, guardando riquezas a serem descobertas[88], seja como espaço da ameaça

---

[83] Em Piumhi, onde encontrou uma capela abandonada, sendo ocupada por animais, mandou reergue-la e lá o seu batizou "duas crianças que estava(m) para lhe nacer os dentes" NOTÍCIA, op. cit. 1769. p.58.

[84] Sobre a instituição das capelas no território das Minas Gerais, sua significação política e a relação com o enquadramento social da população, ver ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia história***.** Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007. p. 151-166.

[85] APM. Arquivo Público Mineiro, Seção colonial, cód. 165, folha 90v-91.

[86] SOUZA, Laura de Mello e. Civilização em Minas. In: Norma e Conflito... op. cit. 1999, p. 227.

[87] BRESCIANI, Stella e SEIXAS, Jacy Alves de. Apresentação. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica...* op. cit. 2004. p. 12.

[88] "Portanto o sertão nesse sentido se caracteriza principalmente como área desprovida de pessoas, região erma, ainda não conhecida pelos homens brancos vindos do continente europeu. No caso do sertão mineiro, essa era a região do desconhecido, do descontrole e, portanto, de perigos, mas também de promessas e esperanças. Para além do Sertão existia o fascínio do ouro, do enriquecimento fácil, uma terra pela qual

ao controle das Minas, pelos seus caminhos mal fiscalizados, escondendo e protegendo salteadores, contrabandistas, escravos fugitivos[89].

Portanto, para que o oeste de Minas seja enunciado como sertão é necessário assumir um ponto de vista que (re)estabeleça uma dicotomia que não se aplica apenas ao sertão em relação ao litoral, mas que o contrapõe às cidades – não só às litorâneas, mas também aquelas que se desenvolveram com a exploração do ouro em Minas Gerais – ao espaço territorializado feito lugar da ordem, das normas de conduta, das regras de civilidade. Reconhecendo-se ou não que os dois pólos dessa dicotomia sejam *"duas faces de uma mesma moeda"*[90], esta moeda de troca ainda parece ser aquela mesma que Pero Vaz de Caminha já trazia em um dos bolsos – em pequena quantidade, é verdade, em relação aos iluministas que forjaram o próprio termo civilização[91] – junto com o crucifixo quando escreveu sua carta do descobrimento, em 1500: o olhar moderno sobre o espaço (em suas tantas dimensões) visualizando-o pela lógica da exclusão/inclusão[92].

---

valeria a pena enfrentar os perigos e as dificuldades para conquistá-la". ABDALA, Alessandro. O Sertão desabitado: Um perfil do triângulo Mineiro nos séculos XVIII. *Destaque IN*. Sacramento. Hipertexto. Disponível em <http://destaquein.sacrahome.net/enviar_artigo> Acesso em 20 de nov. 2010.

[89] "As autoridades coloniais descreviam o imenso espaço do sertão do oeste, principalmente o sertão do *campo grande* e das nascentes do rio São Francisco, com os seus usuais, e indesejáveis, ocupantes - negros quilombolas, índios bravos e mestiços sem posição definida. Nas décadas de 1740 e 1750, com a expansão territorial da capitania de Minas Gerais e a instituição da rota de Goiás, aumentaram as tensões sociais naquele sertão, resultante da entrada constante de sesmeiros, roceiros, mineradores, faiscadores e diversos trabalhadores artesãos. Estes novos entrantes das Minas situaram-se no território, especialmente nos pontos estratégicos das rotas, ou nas áreas que dessem saída para os núcleos de povoamento mais antigos. Advém dessa ocupação, marcada por interesses econômicos e políticos dos coloniais, os conflitos de jurisdição num território constituído pelo enquadramento realizado pelos poderes eclesiásticos e civis. ANDRADE, Francisco Eduardo de. Poder e capelania na fronteira das Minas Gerais – o sertão do oeste. Actas *do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades»*. Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005. p. 7-8.

[90] SOUZA, Laura de Mello e. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra os quilombolas: Minas Gerais, 1769. In: *Norma e Conflito*... op. cit. 1999, p. 133.

[91] Sobre o aparecimento do conceito de "civilização" na França em meados do século XVIII Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. op. cit. 1990, v. I, p. 21-64. "Desejando distinguir entre a civilização clássica e seus competidores, o iluminismo desenvolveu a classificação "selvagem-bárbaro-civilizado". Não apenas se distingue entre civilização e barbárie, como são traçados diferentes graus quanto a esta última: enquanto os selvagens estariam totalmente fora da história, os bárbaros estariam situados num patamar acima, uma vez que obedeciam à autoridade, tinham propriedade, conheciam a escrita e domesticavam animais". SILVA, Denise A. A construção eu/outro em Terras de Sombras e À espera dos bárbaros, de J. M. Coetzee. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Rio de Janeiro. v. IV, n. XIII, abr-mai. 2005. Disponível em <http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero1/textodenise.html.> Acesso em 25 nov. 2010.

[92] "Construída a partir de oposições que se relacionam segundo o princípio da exterioridade, funciona designando *lugares* – do "dentro", do "fora", do "escondido", do "recalcado", das "máscaras", da interioridade do eu, da "civilização" e da "barbárie", do consciente e do inconsciente. Ela designa os vários *loci*... de exílio, de confinamento, de segregação, de aproximação, os espaços identitários, os lugares de realização da subjetividade; ou seja, aponta claramente as regiões de fronteira e delas necessita. Ainda que sejam longínquas e recônditas, e mesmo inacessíveis, destinadas a nunca serem visitadas, elas têm uma forte dimensão simbólica e imaginária. O sujeito moderno se faz e refaz necessitando de *lugares* onde apoiar e repousar (ainda que por um breve tempo) sua ação sobre o mundo e olhar sobre si mesmo". SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a in-visibilidade contemporânea. In: CAPELARI, Márcia Regina e MARSON, Isabel. *Figurações do outro na história*. Uberlândia: Edufu, 2009. p. 80.

É acolhendo essa condição, assumindo esse ponto de vista, que os historiadores atuais podem falar com propriedade dos *"moradores do sertão oeste de Minas Gerais, no século XVIII"*[93], às vezes tomando-o como espaço insubordinado, amotinado[94], [a ser] integrado à vida econômica[95], política e cultural dos centros urbanos mineradores. Como escreveu José Antônio de Paula, ver modernidade na trajetória histórica de Minas Gerais [e do Brasil], elegendo núcleos civilizadores aparece como *"um imperativo antes que anacronismo"*[96]. Nesse sentido, os românticos e cientificistas do século XIX, realizando suas viagens literais e literárias pelo oeste de Minas, puderam encontrar nessas paragens "*os habitantes do sertão"*[97]; os românticos e naturalistas como Affonso Arinos puderam passar pelo oeste de Minas em suas andanças *Pelo sertão*, encontrando-o em seus tipos com Pedro Barqueiro e Joaquim Mironga[98]; realistas como Euclides da Cunha puderam ver assumidos seus pontos de vista em arroubos nacionalistas atuantes no próprio oeste de Minas, em nome de uma virada novidadeira sugerida nos seus *[Os] Sertões*[99].

Enfim, o oeste de Minas é o que chamam de sertão quando este último é tomado como uma noção que repõe seu enunciador a esta mesma fronteira, entre barbárie e civilização toda vez que alguém se propõe a refazer a viagem em termos semelhantes aos de Pamplona e o Bispo do Aterrado: saindo e/ou retornando aos pontos de civilização[100], mas impossibilitados de se descolar deles, sem os quais não se sustenta a própria idéia de barbárie, de espaço inculto, selvagem e incivilizado. Pamplona demonstrava saber desse limite quando percebeu, depois de muito andar "*pelo sertão*" e atravessá-lo[101], que não se

---

[93] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001. (Tese de doutorado).

[94] ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

[95] FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

[96] PAULA, José Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 22.

[97] "Pela maior parte são os habitantes do sertão, criminosos que fugiram da justiça e se localizam aqui [a cinco léguas do São Francisco, na direção das minas do Abaeté]; ou são descendentes de criminosos" (FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. (trad. A. Löfgren). p. 60)

[98] ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Ediouro. s/d .

[99] CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo Aguillar, 1966.

[100] Aqui, inspiro-me nas observações de Michel Foucault sobre as táticas discursivas do saber histórico ligadas à revolução francesa. "Não há bárbaro, se não há em algum lugar um ponto de civilização em comparação ao que o bárbaro é exterior e contra o qual ele vem lutar. Um ponto de civilização – que o bárbaro despreza, que o bárbaro inveja – em comparação ao qual o bárbaro se encontra numa relação de hostilidade e de guerra permanente. (....) Diferentemente do selvagem [teórico-jurídico e econômico] não repousa contra um pano de fundo de natureza ao qual pertence. Ele só surge contra um pano de fundo de civilização, contra o qual vem se chocar". FOUCAUL. Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 233.

[101] NOTÍCIA diária e individual... op. cit. 1988. p. 72.

podia avançar mais sertão[102], não porque tivessem chegado ao seu limite, mas aos limites daqueles que o enunciavam avançando. A decisão da volta se deu quando

> todos estavam estroídos, e muntos sem roupa, e que ele [Pamplona] estava na mesma sorte, porque já tinha repartido a sua pelos mais necessitados de que eles eram oculares testemunhas e que juntamente se não podia avançar mais Sertão, sem que primeiro se pavoasse aquele para que os que fossem ficando mais distantes tivessem nos daquele lugar sacorro de mantimentos para com mais suavidades se irem estabalecendo o que se não poderia conseguir, sem se seguirem os referidos termos[103].

Os pontos de civilização, de onde não se pode arredar o pé para avistar o sertão podem ser móveis e são variáveis como a noção de sertão, noção relacional e gradativa. No entanto, a sua direção e o seu sentido parecem claros: para tomar o oeste de Minas como sertão entendendo-o como o espaço da barbárie é necessário tomar como ponto de partida a dita civilização, identificada à presença portuguesa desde o litoral, colocando-se como seu intermediário, materializando no espaço aquilo que Norbert Elias reconheceu nos ditos processos (psíquicos) de civilização: das coações exteriores à auto-coação[104]. No caso de sua espacialização na experiência brasileira, do litoral visto como o externo, ou a meio caminho dele, para o interior.

É sintomático o fato de que aqueles que se ocupam dos relatos da viagem de Pamplona preferem começar a análise pela lógica do seu enunciador tomando como ponto de partida a saída da fazenda do Capote em direção ao sertão. Ou ainda, procuram contextualizar os preparativos da viagem, partindo do *"centro das Minas, nas regiões auríferas mais antigas e urbanizadas – rio das Mortes, Rio das Velhas, Ouro Preto, Distrito Diamantino"*[105] ou mesmo de um fugidio "imaginário europeu"[106]. Talvez seja esse ponto de partida obrigatório

---

[102] NOTÍCIA diária e individual... op. cit. 1988. p. 78.
[103] Notícia. Op.cit. p. 78.
[104] ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios I. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 23.
[105] SOUZA, Laura de Mello e. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra os quilombolas: Minas Gerais, 1769. In: *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.* Belo Horizonte: Edufmg, 1999, p. 133.
[106] Como Márcia Amantino que apresenta os resultados de sua pesquisa sobre os quilombos no oeste de Minas com um texto cuja "lógica se inicia com a construção de diferentes imagens (...) formadas sobre estes elementos [índios e negros], sempre ligados à barbárie e à falta de civilidade (...) primeiro (...), procurou-se identificar o processo de formação destas imagens sobre o Sertão em geral, para depois compreender o que viria a ser o Sertão Mineiro, (...) [Depois]analisar os moradores considerados rebeldes que viviam no Sertão Mineiro. [ocupando-se] das imagens criadas para os indígenas desde o século XVI, até chegar às idéias que permearam o século XVIII. (...). O mesmo tentou-se fazer no segundo item, quando o foco de atenção recai sobre os negros. A idéia era fornecer um panorama geral acerca das imagens e das concepções sobre os africanos ainda na África, já que, de uma forma ou de outra, estas idéias permaneceram no cotidiano das populações, sendo posteriormente, estendidas aos cativos no Brasil, aos escravos fugidos e por fim, aos

(para se enunciar o oeste de Minas como sertão) que nos ajude a compreender porque parece sempre mais fácil falar do início da viagem do que do seu fim. Por que quando se trata de uma missão de conquista parece ser mais fácil falar da ida do que da volta, ainda que ambas façam parte dessa mesma lógica cuja aceitação permite tomar o oeste de Minas como o sertão? Será esta a razão pela qual as pessoas que nasceram no oeste de Minas, quando saem também para suas conquistas individuais digam simplesmente, sem maiores explicações, que estão "indo embora", ao decidirem emigrar para outros lugares em busca de oportunidades de emprego e reconhecimento, e que quando precisam regressar digam jocosamente que estão regredindo? [cf. item 2.4].

*

Na Notícia da expedição de Pamplona, o termo sertão não diz respeito a um lugar ou região específica. Mesmo quando traz referências ao *"Sertão e Campos do Bamboi do Rio São Francisco",* elas são enunciadas pelos moradores desse espaço, nos ditos "poemas por sobremesa", oferecidos ao Mestre de Campo. Quando é o escrivão o narrador – portanto, quando predomina o ponto de vista de um participante da expedição que se identifica à fazenda do Capote como o ponto mínimo de referência civilizacional – o termo parece dizer mais do sentido tomado em direção um espaço não ocupado, mas objeto de exploração e intervenção, do que à designação de um lugar ou região. Sertão parece funcionar mais como uma designação classificatória para se pensar e conhecer o mundo e as pessoas do que referência a algo cristalizado, circunscrito, substantivado. Não nomeia algo que tenha existência por si mesmo – substancializado – mas uma relação que depende do outro referente e supõe uma gradação.

Nas referências textuais do escrivão aos *"tapijaras do sertão"* e ao "*vigário do sertão*"[107], por exemplo, sertão aparece como uma categoria classificatória identificando aqueles que não tinha saído do mesmo ponto de partida, mas que haviam se ajuntado à comitiva que já rumava para o sertão, no Piuí (atual Piumhi) em direção ao rio São Francisco. Os tapijaras e o vigário do sertão são aqueles que puderem ser incorporados, lembrando-nos do funcionamento dessa lógica que *"no devir dos amanhãs, [podem] ser incorporados, "integrados", aos espaços de cidadania e reconhecimento".* Através de formas de socialização, de um *"um jogo identitário ao mesmo tempo flexível (para aqueles que conseguem jogá-lo obedientes à sua lógica) e*

---

quilombolas". AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001. (Tese de doutorado). p. 28.

[107] Notícia. Op.cit. p. 58.

extremamente rígido"[108]. Os moradores que bajulam o Mestre de Campo dizendo-se dos sertões assim se identificam quando pretendem ser integrados aos planos da comitiva. Enunciar o sertão é uma estratégia de não [querer] fazer mais parte dele.

O termo não comportar uma existência encerrada em si mesmo. Desde sua saída da fazenda do Capote, os viajantes "*marchavam* para *o sertão"* (p. 65), mas não se encontraram nem se perderam nele, uma única vez nele. No dia 9 de setembro, quando dez homens da comitiva saem "*em exploração do Rio São Francisco*" eles *"saem para o sertão"*, mas quando se perdem – não conseguem localizar suas referências civilizacionais – diz-se que eles se perdem no campo[109]. O mesmo acontece quando, num fim de tarde, o próprio Pamplona ao sair no encalço de um veado e se distancia do acampamento, onde se plantavam roças e se recriavam as condições do lugar de origem: a fazenda do Capote.

O campo onde ele se perdeu podia até ser visto como "*um [lugar] Sertão*", mas não como *o* sertão (aqui o artigo indefinido é fundamental, não para substantivar, mas para "adjetivar" o termo). É um termo relacional pelo qual se atribui sentido ou uma característica, sem abandonar o lugar de enunciação: quem a atribui deve estar fora, seja indo ou voltando, ou até no meio do caminho ou fora de si mesmo [do seu lugar social], como os tapijaras e o vigário do sertão. É um termo que se presta mais para classificar do que para nomear um espaço. Caberia perguntar quais seriam esses parâmetros de classificação se já não os soubéssemos: o título da Notícia dos feitos de Pamplona indica que no documento, o ponto de referência ou o contraponto do sertão é a fazenda do Capote. Ela é o lugar, o ponto de saída e de chegada para quem vai às conquistas e o ponto de referência para se identificar um espaço como sertão. Mas também não é uma referência definitiva posto que os elementos que a fazem ser "superior" na escala civilizacional ao espaço designado como sertão advém de uma frágil comparação com outros espaços e tempos. Está fadada a ser superada, avançando-se o processo civilizacional.

Ainda que pudéssemos considerar a fazenda do Capote um "*núcleo da civilização rural na Capitania*"[110], este conceito seria devedor da relação hierárquica com os núcleos urbanos das Minas Gerais do século XVIII – os primeiros centros

---

[108] SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a invisibilidade contemporânea. In: CAPELARI, Márcia Regina e MARSON, Isabel. *Figurações do outro na história*. Uberlândia: Edufu, 2009. p. 76.

[109] Há duas situações descritas na Notícia. Op.cit. p. 58 e p. 68. Recordemo-nos da observação de Márcia Naxara sobre o campo: "espaço intermediário entre a civilização e o mundo natural propriamente dito, gradação quase que infinita. NAXARA, *op. cit.* 2004. p 31.

[110] Do mesmo modo que é representada a fazenda do Pompéu, de Joaquina e Inácio de Oliveira – capitão de Milícias que também empreendia expedições civilizacionais para o mesmo Conde de Valadares. Cf. VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba: Dona Joaquina do Pompéu*. Romance do Ciclo Agropecuário nas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966. p. 10.

urbanos do interior da Colônia, tornados possíveis pelas atividades mineradoras. Como se trata de uma escala, poderíamos ainda buscar relações com as cidades litorâneas, portuárias e à Europa, centro de poder temporal e religioso de onde vinham as decisões administrativas, legais e as decisões de ordem econômica que davam sentido e legitimidade à expedição saída do Capote. Dependendo, pois dos lugares a serem comparados (fazenda do Capote e Vila Rica; Vila Rica e Lisboa, por exemplo) a própria fazenda do Capote poderia ser vista como sertão que, aliás, ficava no espaço que alguns anos antes era conhecido como sertão dos Cataguases[111].

Para o bispo do Aterrado, o sertão de seu bispado no início do século XX era onde não se andava de trem e as estradas eram tão ruins que os automóveis não podiam circular. Especialmente a partir de Tiros a Areado de *"difficíllimas distâncias que separam os povoados e as moradas das gentes dessas regiões quasí incultas e abandonadas"*.[112] Onde não se "*sabia rezar ou fazer o sinal da Cruz"* [113]. Para ter acesso a eles "*tinha que se vadear rios caudalosos, emaranhar-se por diversos cerrados, com o perigo de perder-nos*". Lugar onde as pessoas eram vistas como "*pobre gente, abandonada e arredia da civilisação*".[114]

É essa idéia de sertão como espaço não integrado aos núcleos de civilização que orienta o anúncio de um alfaiate, publicado no jornal *O Abaeté,* em 1905 – ano em que Euclides da Cunha via o Brasil dividido entre sertão e litoral e o editor do jornal local, Joaquim de Oliveira, representava sua tipografia como localizada "*cá num cantinho da zona sertaneja do occidente do Estado*."[115]. Mandou divulgar o alfaiate:

> "Tendo de retirar-me para o sertão no dia 3 de outubro p.f. e tencionando demorar por lá mais de um ano, peço a meus fregueses em débito pagarem até o dia 1º. Outrossim, peço àqueles que tiverem obras em minha officina, procurá-las até o mesmo dia 1º de outubro."[116]

---

[111] "No início da colonização todo o estado de Minas Gerais era conhecido como sertão, denominado de sertão dos cataguases. Com a descoberta do ouro, depois de um século de colonização essa região vai se urbanizar e não mais será conhecida como sertão. Mas o que então passa a ser considerado sertão em Minas Gerais? A partir de então, Minas Gerais sofrerá duas divisões: de um lado a área mineradora, região de concentração de riqueza e de poder político no século XVIII, delimitada por Hermann Burmeister (1980) e, que se estende até a Comarca de Sabará e daí por diante começaria o sertão de Minas, ou seja, aquelas áreas " [...] onde não se encontrava nenhuma cidade, mas apenas fazendas esparsas e, raramente, aldeia ou povoação sem nenhuma importância. (Hermann Burmeister, 1980, p.249). Diante disso, o sertão mineiro se opunha não só ao litoral mas também a região mineradora no estado." FRANÇA, Iara Soares; BARBOSA, Rômulo Soares; SOARES, Beatriz Ribeiro. O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes. *Educare*. Montes Claros, ISEIB, v. 2, 2006, p. 7.

[112] SILVA NETO, Dom Belchior J. da. *O pastor de Luz*... op. cit. 1984. p. 136.

[113] Aliás, o ato de fazer o sinal da cruz ao mesmo tempo em que institui o sertão, domina-o, pensemos na descrição de Caminha e no ato inaugural de Brasília, realizado por Lúcio Costa.

[114] SILVA NETO, Dom Belchior J. da. Op. cit. 1984. p.136.

[115] O ABAETÉ. Editorial. Abaeté, 25 dez. 1904

[116] O ABAETÉ. Anúncio. Abaeté-MG, 18 set. 1904.

Se para o editor do jornal, Abaeté estava na zona sertaneja, quando ele falava da dificuldade do jornalismo na cidade[117], para o alfaiate ela poderia ser o seu referencial de civilização e, chamava de sertão aquele espaço considerado difícil de praticar suas atividades comerciais, no seu ofício de alfaiate[118]. No caso de Pamplona, ainda no século XVIII, o sertão se apresenta na contraposição entre a fazenda do Capote – o ponto "mínimo" de civilização, lugar de amanho da terra e pastoreio e ovelhas, de onde ele sai e para onde retorna. No caso do Bispo do Aterrado, a sede do seu bispado, era o seu "*centro extraordinário de irradiação cristã*"[119]. Para ambos, sertão definia um dos pólos de uma batalha – com um sentido religioso evidente, ainda que não exclusivo – cuja enunciação constitui legítima tática discursiva de enfrentamento, dominação ou conquista do outro.

Mas quem seria este outro? Não seria o índio que na condição de selvagem não era propriamente um bárbaro porque não tinha a pretensão de tomar seu lugar no projeto "civilizacional", e era visto como "*um dado natural do sertão"*, aparecendo nos relatos sempre como *"um elemento marginal no seu interior"*[120]. Tampouco o negro fugido, feito quilombola, uma realidade invisível, imaginado como fera. Estes eram seres estranhos que não resistiam ao contato. Índio laçado já é tapijara, quilombola capturado é escravo e por isso, quando não há mais escravo, nem tapijara, nem mestiço livre, Pamplona pode dizer que no *"sertão não mora mais ninguém"*[121].

O índio solto e o negro fugido não são ninguém: e que outra justificativa moral, mais que jurídica, haveria para a escravidão? O outro daquele que se coloca como civilizado, que poderia ser visto no sertão, é o bárbaro, um eu invertido. Brancos não tributáveis, mestiços e negros forros, os maus vassalos vadios, sem fé católica, que não admitiam ocupações e viviam como *"feras nos arraiais, nos Sertões e nos lugares inacessíveis"*[122]. Era contra eles que se expediam bandos, Cartas Régias ou alvarás, com o intuito de forçá-los ao trabalho, as normas de conduta tornando-os úteis à sociedade. Aqueles que não se adequavam às normas de civilidade e civilização modernas: à ética do trabalho, ao respeito à propriedade privada, ao Direito Positivo.

---

[117] É possível que "ninguém nos ouça, por sermos representantes liliputianos da imprensa mineira cá num cantinho da zona sertaneja do occidente do Estado." O ABAETÉ. Editorial. Abaeté, 25/12/1904.

[118] Possivelmente a região entre os rios Abaeté e Indaiá que era famosa pela grande quantidade de fiadores que, por estar, em região isolada, não só plantavam mas também faziam seus próprios tecidos e roupas, não "contratando" serviços.

[119] SILVA NETO, Dom Belchior J. da. O pastor de Luz. A terra, o homem de Deus, a pastoral. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984. p.14.

[120] SANTOS, Ana Flávia Moreira O elemento indígena no sertão: Considerações sobre o Sertão Norte-Mineiro. Belo Horizonte, 1994, Mimeografado, p. 1.

[121] NOTÍCIA diária e individual... op. cit. 1988. p. 79.

[122] COELHO, José João Teixeira. Instrucção para o governo da Capitania de Minas Geraes. (1780) . In: RAPM. Ano VIII, fascículo I e II, Jan/jun 1903. p. 478.

> todos os vadios que vagarem por estas Minas, sem fazenda sua ou a maior ofício ou amo a quem sirvam, se dentro de vinte dias não tiverem estabelecimento por algum dos referidos meios e o havendo por pretexto o tornarem a largar para viverem em vida livre sejam presos e remetidos às justiças ordinárias."[123]

Os únicos que poderiam tomar lugar no sertão, habitando esse espaço simbólico fronteiriço entre barbárie e civilização, eram aqueles tornados alvo das campanhas de regulação feitas pelos governos, com os quais se poderia interagir. Se no século XVIII representavam uma ameaça à exploração colonial, após a independência e o advento da República brasileira, continuam ainda a ser vistos como entrave, agora à formação da nacionalidade, mas sempre sob a possibilidade de serem integrados ao custo da sua subordinação à lógica que a institui. O outro produzido pelo olhar moderno e modernizador dos tempos da República, diríamos com Baudrillard, não eram o negro fugido ou o índio selvagem, as feras a serem mortas, eliminadas, reduzidas – pelo cativeiro e pela catequização – afrontadas, amadas ou odiadas[124] sem limites porque demasiado distantes – outrem –, mas o sertanejo, de quem o enunciador procurar estabelecer uma ambivalente relação de distanciamento e aproximação geográfica, simbólica e política que lhe possibilite identificações.

Em 1905, Saint Clair Ferreira, morador de Paineiras, distrito de Abaeté, iniciava uma coluna no jornal *O Abaeté*, utilizando o pseudônimo provocativo de *O Sertanejo*. No texto reclamava do tratamento dado aos mortos na cidade de Abaeté, pela situação precária do cemitério local. Segundo o autor, com "*um olhar compassivo à mansidão dos finados",* ao tomar o lugar de enunciação do sertanejo pretendia

> Chamar vossa atenção para a situação deplorável de nosso cemitério. (...) sua colocação central vai dia a dia agravando o estado sanitário desta cidade, pela edificação crescente e augmento da população. Dispondo de um espaço estreito para as inhumações, ali se reproduzem as scenas mais constristadoras e revoltantes, vendo-se esparsos sobre o solo ossos e até mesmo cadáveres ainda não despojados de todo de sua matéria, expostos ao mais desabrido e impiedoso escarneo (...). MESMO OS SELVAGENS votaram sempre um culto especial aos seus mortos (...). Os próprios irracionais se aterram ante o espectro da morte, quem se quer civilizado, não pode fazer o contrário.[125]

Ora, para Pamplona, sertão é o espaço que não se pode ocupar quando se está preso ao sentido dado por um ponto de civilização. Como Saint Clair Ferreira pretendia falar

[123] APM SC- 130, fls. 55 e 56v.
[124] BAUDRILLARD, Jean; GUILLAUME, Marc. *Figures de l'alterité*. Paris : Descartes, 1994. p. 169.
[125] O SERTANEJO. O Abaeté. Abaeté. 15/01/1905.

como um sertanejo? O pseudônimo parece ser uma estratégia para falar "de dentro" dessa lógica, colocando-se no lugar em que ele acreditava estivessem seus supostos leitores para lhes falar ironicamente de "seu ponto de vista". Não se coloca como um civilizado, enquanto sujeito enunciador, mas como alguém que "se quer civilizado", embora ainda não o seja. E como podemos subentender de sua comparação, o lugar do sertanejo que quer ser civilizado não pode ser comparável ao do selvagem. Deve se colocar acima dele, embora o problema enunciado seja justamente essa falta de humanidade pelas atitudes diante da morte.

Ele se coloca como sertanejo, demandando a condição de bárbaro, no sentido iluminista do termo. É um sertanejo falando a bárbaros. Certamente não era o lugar de enunciação de Pamplona nem do Bispo do Aterrado, mas será um lugar de enunciação cada vez mais comum a partir do século XIX, no limite, ocupado ou designado mesmo por Euclides da Cunha, quando se pretende alcançar um lugar singular nos discursos nacionalistas. Relembremos que o bárbaro, diferente do selvagem, ambiciona à civilização e à participação na comunidade simbólica nacional. E se o sertão aparece quando se assume a perspectiva civilizacional – evidentemente no pólo da barbárie – quando o oeste de Minas é tomado como sertão, aqueles que se identificam ou são identificados a ele se vêm obrigados a tomar a posição de bárbaros.

Aqueles que pleiteiam um lugar na civilização forjando um caminho de volta – ainda que como Saint-Clair Ferreira não tenha vivido a ida ao sertão porque nascidos "nele". É como se fosse possível, reconhecer-se como do sertão – o espaço do outro, do estrangeiro – forjar um caminho de volta. Nesse sentido, as duas estratégias mais utilizadas têm sido a busca genealógica – as histórias de famílias como a de Joaquina do Pompéu reencontrando suas linhagens bandeirantes e européias – ou a produção, o reconhecimento e a identificação a outro, assimilável: o sertanejo – e suas variações, o caipira, o provinciano, o caboclo, capiau, matuto, jeca e mesmo o *Cowboy*, *caipira Country* não apenas influenciado por uma idéia de sertão associada ao *West* americano, mas um sertanejo reconciliado com o projeto de modernização do país que ao ir às festas dos peões e ver disseminado seu estilo pode ser considerado efetivamente integrado à cultura, pelo menos no que se refere à sua inserção maciça no mercado dos bens simbólicos[126].

Mas por que a necessidade de forjar esse outro e colocar-se no lugar dele? Digamos que aqui já estamos adentrando um pouco mais as significações políticas da

[126] Sobre as identidades e identificações a uma cultura country a partir dos anos 1980, cf. ALÉM, João Marcos. Identidades e lutas simbólicas no Brasil Country. In: MACHADO, Maria. Clara. Tomaz e PATRIOTA, Rosângela. *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: UFU, 2001, p. 72-84.

noção de sertão. Se o sertão puder ser entendido como noção importante na tática discursiva de nossa inserção na modernidade [seja como seu entrave incontornável ou como a chave de nosso universalismo], digamos que os diferentes posicionamentos políticos nas relações de poder que fazem uso dela, operam em direções diferentes, como as narrativas que surgem com as demandas de discussão da formação do estado nacional Brasileiro, desde o século XIX. Parece-nos que seja a mesma tática discursiva desde os tempos de Pero Vaz de Caminha, passando por Pamplona, enunciando-o por uma lógica dicotômica da barbárie e civilização só que permitindo e demandando não apenas expedições civilizatórias, higienizadoras, urbanizadoras, literárias, historiográficas, mas também viagens na direção oposta. Viagem que passa pela função semântica politicamente eficaz de sertão como um legítimo conceito oposto assimétrico – para utilizar os termos de Reinhart Koselleck[127] – que usado em sentido contrário é diferente.

Às vezes foi preciso partir daquele espaço fronteiriço do qual não se podia enxergar mais ninguém, a não ser o outro de si mesmo – para se imaginar num espaço brasileiro. Tática que possibilita a seu enunciador forjar uma identidade [positiva ou negativamente] ao dizer o sertão e o sertanejo e assim, alinhar-se aos espaços civilizadores pelo posicionamento que a noção exige para ser enunciada: como estrangeiro é alcança sua forma de interação[128]. Porque sertão é o contrário do litoral, como a barbárie é o contrário da civilização, porém de maneira desigual[129]. Sejam os comerciantes, os emigrantes que vão embora, os políticos, os escritores, os jornalistas que como Euclides da Cunha, realizam uma virada dos pólos ao reconhecerem a originalidade sertaneja, criando distanciamentos e aproximações que lhe possibilitaram um lugar nas agências de reconhecimento social. É nessa inversão de direção, e não no rompimento com a lógica que o sertão apresenta-se como a grande novidade brasileira. *"Não havia só matas e vegetação; havia índios, sertanejos, caboclos, antigos escravos"*[130].

E o sertão torna-se espaço simbólico, povoado de sertanejos, jagunços, vagabundos. Os primeiros, candidatos a gérmen da nacionalidade, os outros, como os seus

---

[127] "Nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram. Em última análise, isso significaria adotar a história dos vencedores, cujo papel costuma ser momentaneamente glorificado por meio da negação dos vencidos. Os conceitos antitéticos são especialmente apropriados para conformar as múltiplas relações, de fato e de intenções, entre os diversos grupos, de modo que os afetados por eles em parte são violentados, e em parte – na mesma proporção – adquirem capacidade de ação política". KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.193.

[128] Sobre o estrangeiro ver. SIMMEL, Georg. Excursus sur l'étranger. *Sociologie:* étudie sur les formes de la socialisation. Paris: Puf, 2010. p. 663-668.

[129] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*... op. cit. 2006. p.193.

[130] ABREU, Regina. *O Enigma de "Os Sertões".* Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1998, p. 96.

inimigos. Respectivamente, experimentando os pólos positivo e negativo de ser estrageiro. Os primeiros porque vistos como elemento do próprio grupo que não está amarrado a nenhum compromisso do colonizador, os outros, a ameaça que vem de fora[131]. Tipos que compunham e denunciavam o caráter generalizante da categoria, agora não apenas no terreno físico, mas no simbólico, social e político. É nesse sentido que enunciar o oeste de Minas como sertão se apresenta como uma estratégia de sair da barbárie e chegar à civilização, afinal, para reconhecer-se sertanejo ou bárbaro, já é necessário uma imaginação moderna comparável àquela dos naturalistas, sertanistas, cientistas, higienistas, etnógrafos, folcloristas, urbanistas, cuja trajetória e pensamento já são bem conhecidos hoje[132].

É por meio dessa (in)formação do espaço compartilhada em níveis cada vez mais abrangentes que se torna possível falar do sertão como uma forma estilizada, que não apenas imagem consensual, como que se descola de seu caráter subjetivo e, tornando-se algo objetivado é vista como algo fora da própria configuração que o produziu. Por vezes, com ansiedade e alegria, por vezes com tristeza e saudosismo, o sertão é considerado como espaço *"progressivamente incorporado e, ao mesmo tempo, invadido pela modernidade – migra para as cidades, urbaniza-se; é integrado pelo capitalismo e pela nação"*[133].

Ora, Georg Simmel já nos alertou que para se pensar em incorporação, é necessário antes tomar o espaço como algo separado, para ser invadido é preciso concebê-lo com espaço [do] outro. O sertão é essa forma cultural novidadeira surgida nessa dicotomia para ser transformado, seja em mar, em cidade ou em lugar de memória. Nesse sentido, a representação do oeste de Minas como sertão é uma adesão a essa forma compartilhada e às configurações que lhe dão sentido. É uma forma de generalização. Dionisíaco [natural, violento, bárbaro] ou apolíneo, pela perspectiva narrativa que ele nos obriga a assumir para enunciá-lo, como representação, o sertão – e o sertanejo[134] – parece, contudo, ser sempre mais grego do que autóctone.

---

[131] cf. SIMMEL, Georg. Excursus sur l'étranger. *Sociologie*... op. cit. 2010. p. 663-664.
[132] Cf., por exemplo: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op. cit. 1999.
[133] LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. Política e violência no sertão roseano. Gramsci e o Brasil. Hipertexto. Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?id=411&page=visualizar> Acesso em 20 de nov. 2010.
[134] "Sertanejo (sser-ta-ne-jo) adj. Que vive no sertão; que habita nos matos e longe da costa; que se produz no sertão. // próprio do sertão, sito ao sertão (...). S. m. o que vive no sertão; costumes dos sertanejos // F. sertão + ejo". AULETE, Caudas. *Diccionário Contemporâneo da Língua Portugueza*. 2.ed. Lisboa: Parcaria Antônio Maria Pereira, 1926.

3.3 O sertão como espaço do político

Aquele que acompanha a utilização do termo sertão no *"desenrolar do processo histórico brasileiro"*[135] quase sempre observa que, como categoria geográfica, ele vai perdendo sua função generalizadora e homogeneizadora. Ao contrário do que ocorre com sua significação social e cultural, deixa de ser aquela primeira apropriação do espaço físico desconhecido pela nomeação de *"um todo não-litorâneo"*, e se torna categoria de regionalização. Sua forma mais bem estabelecida tem seus limites definidos no chamado Polígono das Secas, *"que compreende a região Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais"*[136]. Ainda que mantenha até hoje sua força de nomeação de espaços diversos de todo o país, os *sertões* de várias regiões, ele parece cada vez mais nomear características físicas de espaços específicos do que como recurso de generalização. Nesse sentido é que dissemos que o oeste de Minas [enquanto trama de regionalizações] começa quando acaba o sertão, processo iniciado desde as primeiras regionalizações do século XVIII, originadas das explorações oficiais do território de Minas Gerais.

Por outro lado, insistindo nessa mesma perspectiva diacrônica, quando atentamos para a utilização de sertão como categoria do pensamento social, nomeando formas de vida social e apropriação do espaço, acompanhando o contato [trágico?] dos agentes de colonização européia com os nativos, observamos que o termo percorreu caminho inverso. De pequenas ilhas de colonização e mestiçagem que desafiaram a característica litorânea da colonização, ocupando a terra distante da costa, domando as feras, pacificando o gentio, foi-se generalizando no dito "modo de vida" do sertão. Espaço conquistando pouco a pouco, feito território, adentrado pelos vaqueiros no nordeste ou pelos bandeirantes paulistas, seguindo o curso dos rios, estabelecendo roças e pousos, expandindo o domínio colonial em diversos pontos do espaço, de forma ambivalente mestiçando-se e civilizando-o. Nessa perspectiva, sertão é cada vez mais uma designação para enfatizar o espaço, até o século XX, como um todo rural em que já, e ainda, é o Brasil.

Por meio dos primeiros vaqueiros saídos dos engenhos de açúcar e dos bandeirantes paulistas em busca de índios e ouro, o Brasil tornava-se uma grande fazenda. Do ponto de vista social, o espaço outrora chamado de sertão, não pôde mais ser considerado vazio ou selvagem. Era já um espaço "social", não apenas natureza

[135] SOARES, Valter Guimarães. *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: EdUEFS, 2009. p. 46.
[136] SOARES, Valter Guimarães. Cartografia da saudade... op. cit. 2009. p. 46.

apropriada simbolicamente pela palavra – como o sertão de Caminha – mas pela ação no meio natural[137], seja pela mineração, agricultura ou pecuária, seja pela mestiçagem marcante daqueles que adentraram essas regiões. Gente *"entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização*" externa, *"ovelhas remotas"* em relação aos ensinamentos da Igreja, à administração da justiça e por isso mesmo tantas vezes considerada semibárbara. Se não chegou a ser fundada uma civilização original, como quis Capistrano de Abreu[138], pelo menos foi fundamental para exterminar os ditos selvagens que ocupavam a terra sem perder os vínculos com o projeto inicial da colonização.

Nessa perspectiva, quando o sertão pode ser visto como uma segunda natureza em expansão, "*paisagem agrícola, alterada pelo trabalho do homem*" [139], a meio caminho da civilização e a serviço dela, é que poderíamos dizer que o oeste de Minas foi se tornando sertão. Nesse processo de apropriação da "natureza", é que as tramas de regionalização foram instituídas – e também se mostraram instituidoras. Iniciada nesse espaço específico no século XVIII, não apenas por coincidência, à época da crise da mineração, a retração das atividades urbanas e o aumento das rurais do qual faz parte o chamado povoamento do Alto São Francisco[140]. Pela perspectiva externa a que a categoria sertão nos remete, o processo de regionalização do oeste de Minas pode ser considerado um avanço sobre áreas ainda selvagens. Enfim, o oeste de Minas, foi se tornando cada vez mais "sertão" nas formas de apropriação do espaço e – forçando a interpretação – passando por um processo de "barbarização" não apenas pelo isolamento em relação à vida urbana que decaía nos centros de mineração – inspirando as famosas e contestadas teses da decadência de Minas –, mas pela introdução da vontade de se integrar esse espaço aos ditos núcleos civilizadores.

A apropriação do espaço pela agricultura e pela pecuária foi compreendida de modo ambivalente, tanto como aspecto positivo de civilização pela expansão da colonização e da presença portuguesa, como negativo, pelas características dessa expansão mestiça, "desordenada" e, no caso das Minas Gerais, não raro, vista como uma "regressão",

---

[137] Utilizo um termo dos geógrafos inspirados em Milton Santos: O meio [geográfico] natural "caracterizado pelo peso da utilização da natureza nos processos produtivos, pelos ritmos que são regidos pela natureza, pela reprodução da economia através da extensão horizontal da ocupação do território, pela fraca divisão social do trabalho". Conforme essa visão, digamos, economicista, "este meio teria sido dominante até a segunda metade do século XVIII: o Brasil do engenho de açúcar, da tropa de burros, do carro de boi que carrega a cana, da tropa de burros que carrega o café. É o Brasil marcado por uma regionalização a partir dos quatros naturais (região natural) e onde as motivações que atuavam sobre o comportamento político das populações eram de origem local". Esta seria sucedida pelo meio técnico (de 1914-1970). GEIGER, op. cit. 2003. p. 42.

[138] ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 212 e 239.

[139] Aqui sigo a classificação tripartite renascentista, levantada por John Dixon Hunt apud. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*... op. cit. 2004. p. 27.

[140] Cf. Bibliografia relacionada no item 1.5.

desdobramento e indício da decadência não só econômica, mas social e cultural em relação à vida urbana das cidades mineradoras[141]. Ambivalência que permitiu, desde o século XIX, pensar o sertão como categoria cultural – forma cultural amplamente compartilhada, experimentada ao mesmo tempo como nossa originalidade e nossa deficiência, descompasso ou inferioridade em relação às nações européias e à norte-americana.

Tínhamos um patrimônio cultural – forma cultural objetivada – que pôde ser reivindicado tanto para enunciar nossa especificidade como povo e como nação, inserindo-nos nas constituições dos estados nacionais modernos, quanto para representar nossas características culturais [econômica, social, intelectual, política, religiosa, artística e literária]. Hierarquicamente representada como inferior em relação às referências culturais européias: a mirada pela qual a idéia de sertão se torna inteligível. Evidentemente todas essas concepções, desde a noção de sertão como espaço geográfico, social, cultural, foram mobilizadas em diferentes circunstâncias como parte de estratégias importantes nas relações de poder e, portanto, tiveram sempre forte conteúdo político que de forma mais ampla pressupunha um "olhar político" sobre o espaço social, pela lógica dual moderna que marcou nossa forma de enxergar a dita formação do estado nacional brasileiro, no século XIX.

Entretanto, a categoria sertão adquiriu conotação política também num sentido mais estrito, na primeira metade do século XX, quando determinadas relações políticas passaram a ser compreendida mais claramente como típicas do sertão – aquele espaço social em vias de universalização – cujo ápice e, ansiosamente esperado ocaso, teria uma de suas importantes formulações na interpretação de um fenômeno historicamente limitável, reconhecido como sistema coronelista (1891 a 1930)[142]. Não por acaso, num período de intensificação das transformações no meio pelas novas técnicas[143] e pela reconfiguração das forças sociais que discutiam projetos de

[141]A tese da decadência teve importantes formulações em Furtado (1954). Para uma crítica pioneira a ela ver Linhares (1978). FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. (Cap. XV); LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

[142] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.

[143] Aqui retomo o vocabulário da geografia conforme Milton Santos e seus simpatizantes que consideram este momento (desde a primeira guerra até 1970) como de intensas transformações: "b) o meio técnico (primeira guerra a 1970/80), sistematizadas em duas fases: a primeira fase, "com o advento das ferrovias aparecem novas formas de regionalização, agora em torno dos novos eixos de transporte", como é o caso da própria categoria Oeste de Minas, a mudança da referência cosmopolita do Rio de Janeiro para São Paulo. A segunda fase (introdução e difusão do automóvel, cinema, radio, avião, diesel para navios e trens, eletricidade, elevadores – verticalização das cidades. A partir de 1930, o crescimento da urbanização e industrialização conduzida pelo estado e fomentadora do êxodo rural estimulado pela CLT. Cf. GEIGER, Pedro. *As formas do espaço brasileiro*... op. cit. 2003. p. 46-48.

desenvolvimento do país, questionando sua vocação agrária (produtor primário exportador) e/ou suas possibilidades de industrialização e urbanização[144]. É essa compreensão mais estrita de política, digamos, tomada como um sistema típico de regiões interioranas, rurais, isoladas, agrárias, violentas – enfim, do sertão – , que pôde ser utilizada com fins políticos mais abrangentes. Enunciar determinadas relações políticas como formas típicas de coronelismo reafirmou as dualidades e atualizou lutas civilizacionais contra a barbárie das relações e das técnicas, justificando a implantação de um capitalismo industrial urbanizador. Nestes termos, convém retomar de perto nossa questão: como espaço do político, o oeste de Minas é o que chamam de sertão?

*

Teremos pelo menos duas possibilidades de responder à nossa questão: podemos partir de uma caracterização comum do que sejam as relações políticas do sertão, buscando em nossa pesquisa empírica específica a confirmação ou refutação da inserção da região naquilo que se (re)conhece como tal; ou, seguindo fielmente as escolhas que assumimos desde o início, podemos (re)começar pelas relações políticas específicas encontradas nas fontes de informação sobre o oeste de Minas, tentando dialogar com as representações mais amplamente compartilhadas como as ditas relações políticas do sertão.

No primeiro caso, sem encontrar dificuldade na busca de uma tipologia das relações políticas do sertão, entretanto, estaríamos condenados a averiguar apenas se aquelas relações encontradas no oeste de Minas fazem ou não parte destas. Seria uma busca de compreensão do todo pela soma das partes ou das partes pelo todo. Portanto, reduziríamos nossa busca à discussão da relação entre local e geral que não seria outra coisa senão a discussão entre a inclusão ou exclusão do regional no recorte nacional, da unidade homogênea à totalidade nacional. Nessa perspectiva, mesmo quando tratássemos de momentos anteriores à própria idéia de nação brasileira, como no período colonial, nosso foco continuaria a ser a tentativa de compreender o papel dessas relações encontradas na formação do estado nacional. Estaríamos sempre entre a regra e a exceção, entre o texto e o contexto, porque provavelmente começaríamos a *"analisar o contexto político regional"* tomando como pressuposto que ele fosse "*marcado historicamente pelo poder dos coronéis e das oligarquias, pela "indústria da seca"* [ou qualquer coisa do tipo]*, pelo clientelismo e*

[144] Para uma revisão dos esforços de industrialização do Brasil – que também pode ser interpretado como parte dele – cf. LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

paternalismo políticos" [145]. Possivelmente encontrando várias relações entre a política local/ regional e o que se considera um sistema político do sertão, não apenas num sentido geográfico, mas temporal: como um *"antigo sistema de dominação político-econômica",* surgido em práticas do tempo da colonização, persistindo ainda hoje instigando-nos também a buscar "*explicações que justificassem tal persistência"*[146], prontos a ser serem contrapostas a um novo arranjo político, encontrado num futuro-passado. Seria uma tentativa de compreensão das persistências, pela ótica de nossos projetos atuais de mudança.

As relações políticas consideradas do sertão são concebidas hoje como residuais ou arcaicas, e se não estão em vias de extinção, como se espera, a defesa de sua manutenção já não se sustenta. Entretanto, ao tomar como medida do local e do regional a idéia de uma política típica do sertão, estaríamos assumindo os projetos de mudança daqueles que forjaram tais noções e generalizações sem um mínimo de crítica. Caracterizar as relações políticas do oeste de Minas como do sertão é tomá-las como antigas, arcaicas, e pressupõe já uma referência ao novo. Talvez fosse mais prudente questionar não apenas se essas relações políticas estabelecidas sejam ou não o que se caracteriza como relações políticas do sertão, mas questionar o próprio sentido político dessa caracterização, fornecendo as medidas para a crítica.

Por outro lado, começar pelo oeste de Minas não nos exime de considerar sua associação às representações do sertão como espaço do político. Elas existem, são claras, fazem parte de um repertório simbólico extremamente requisitado para nos explicar e nos fazer compreender em nossas relações de poder, num vocabulário cheio de *ismos*: mandonismo, paternalismo, clientelismo, localismo, personalismo, coronelismo, regionalismo, etc. Por meio deles, reconhecemos aspectos de nossa formação política devedora da dependência social e econômica dos mais pobres feitos eleitores passivos[147], trazidos no cabresto, em apadrinhamentos e favores pessoais, não apenas pelo monopólio da terra como também pelo controle privado das forças públicas da polícia e a justiça. Associada à representação comum do sertão como espaço da violência, lugar de fanatismos religiosos[148], de messias, beatos, "*cangaceiros e*

---

[145] AZEVEDO, Francisco F. *Entre a cultura e a política: uma geografia dos "currais" do sertão do Seridó Potiguar*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia, 2007. (Tese de Doutorado). p. 22.
[146] AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. *Entre a cultura e a política... op. Cit.* 2007. p. 22.
[147] Muitas pesquisas têm demonstrado, em várias partes do Brasil, que não há "passividade" dos cidadãos, mesmo os eleitores, mas diferentes formas de participação e engajamento, utilizando-se de estratégias diversas. Para conferir a utilização do discurso religioso como estratégia de luta política tanto por eleitores quanto por candidatos, ver: ALMEIDA, Alessandro de. *Um voto pelo amor de Deus: Religiosidade Cristã e Política*. Montes Claros (2000-2004). Uberlândia: UFU, 2006.
[148] POMPA, Cristina. Leituras do 'fanatismo religioso' no sertão brasileiro. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 69, julho 2004. p. 71-88.

salteadores de estradas, indígenas rebelados, vinganças de sangue, brigas de família, sedições"; espaço de preocupação *"dos governos estaduais e dos responsáveis pelas forças policiais durante a Primeira República".*[149] Visto como um reduto político de famílias proprietárias, patriarcais (carregada de todo o sal da violência, da imposição, da biologia) em que os partidos seriam *"simples agregados de clãs organizados para a exploração em comum vantagem do poder"*[150], como escreveu Oliveira Vianna. Relações políticas entendidas como verdadeiro sistema regido *"pela violência ou pela coação, pelo clientelismo e pelo favor, pela preponderância do poder privado sobre o público, pela supremacia da tradição sobre a instituição*"[151], não indicando apenas características espaciais (uma localização geográfica – o sertão como espaço interior, ermo, isolado; uma hierarquia social – os donos de terras estabelecendo vínculos com trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, agregados, e os serviços urbanos subordinados aos seus interesses), mas também dimensões temporais (relações vistas como primitivas, antiquadas, arcaicas, tradicionais, rústicas, atrasadas, anacrônicas, etc.).

Entretanto, penso que reconsiderando as formas específicas encontradas em diálogo com as representações gerais talvez seja possível – ainda que pela comparação simples entre um e outro, (retomando o que tramamos no item 2.3) não ficar restrito à discussão entre o que seja nacional e local, novo e velho, moderno e arcaico, mas discutir a própria significação política dessa qualificação. Tentando-se observar a construção dessas tramas não como constatações neutras, mas como estratégia política que se constitui a partir de determinado posicionamento político. Ao questionar quais posições se devem assumir para visualizar determinadas relações políticas do oeste de Minas como sendo do sertão, devemos atentar não apenas para o que é refutado, mas para aquilo que se defende seja desenvolvido em seu lugar: os projetos políticos dos enunciadores do espaço político como sertão.

*

Pudemos observar algumas práticas políticas consideradas dominantes no oeste de Minas: a execução de uma obra pública para atender a interesses particulares favorecendo o grupo de correligionários, as disputas locais pelo domínio político, restrito às lutas partidárias e contando com a "alienação" dos eleitores, considerados ignorantes, *"só no cabo da enxada"* e lembrados apenas no momento do voto ou trabalhando em terras

[149] VILLELA, Jorge Mattar. Mora da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. *Lua Nova.* São Paulo. n.79, 2010, p. 163.
[150] VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p.19.
[151] LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. Política e violência no sertão roseano. Gramsci e o Brasil. Hipertexto. Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?id=411&page=visualizar> Acesso 20 nov. 2010.

alheias. [cf. item 2.3] Não seria difícil encontrar na teoria política, conceitos apropriados para interpretar essas relações como formas generalizadas em todo o país. Formas que bem poderiam bem classificadas como relações clientelistas, já que envolve a utilização do bem público para beneficiar interesses privados. Não apenas poderíamos encontrar suas *"raízes históricas no período colonial"*[152] – numa generalização temporal – como sua abrangência espacial nacional, tal como concluiu Graham: não se restringindo ao local ou ao regional, mas como clientelismo, prática generalizada que *"gerou o Brasil"*[153].

As nomeações e remoções por critérios pessoais, mais do que por mérito, as perseguições e os apadrinhamentos surpreendidas nas cartas trocadas entre os chefes políticos locais e seus parentes que ocupavam cargos na esfera estadual e federal, poderiam muito bem ser interpretados como práticas tipicamente patrimonialistas (Holanda; Faoro)[154], mais passionais que racionais – cordiais[155], diria Sérgio Buarque de Holanda –, mais pessoais que impessoais. A utilização da polícia, da força pública, e de seu poder repressivo para afugentar os candidatos adversários, em nome de interesses privados sugere que essas duas características mais amplas (o clientelismo e o patrimonialismo) eram sustentadas no oeste de Minas por relações de mandonismo em que a violência física e simbólica, a intimidação e a dependência social e econômica tornaram possível o surgimento de verdadeiros *"caciques políticos"*: do período colonial, poderíamos convocar a figura de João de Deus Lopes; do império, quem sabe seu genro que se tornou Barão do Indaiá e sua ilustre descendência, filhos e netos, alguns ainda fazendeiros, outros médicos e advogados, que na república se tornaram presidentes das Câmaras, vereadores, prefeitos municipais, deputados, senadores [cf. item 2.3]. Os dados confirmariam nuances das teorias que enunciaram esses conceitos usuais na interpretação da história política brasileira: ao observar a trajetória das famílias locais como a de Joaquina em Pompéu e a de João de Deus Lopes em Abaeté, seria possível observar que, quanto aos métodos, o mandonismo sofreu uma queda e que os recursos estratégicos desses líderes, consolidados no século XVIII, decaíram com o fim da primeira república.

---

[152] Segundo Schwarz, a colonização brasileira teria produzido, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre". Como a relação entre os dois primeiros é clara, o autor destaca o terceiro, pois, não sendo nem proprietário nem proletário, dependia da dádiva4 e do favor para ter acesso à vida social. SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

[153] GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 332. Para uma crítica ao conceito de clientelismo de Graham, cf. CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

[154] A utilização dessa noção weberiana das relações políticas no Brasil tem como seu precursor Sérgio Buarque de Holanda (1933), seguido por Raymundo Faoro (1957). Cf. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (especialmente capítulo V); FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. Porto Alegre: Globo, 2004.

[155] HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.146 e *passim*.

Entretanto, o que explicaria a permanência de seus descendentes no poder seria muito mais o clientelismo – um fenômeno que não é local, nem datado, portanto que pode ser identificado até o presente – ajudando-nos a compreender que a continuação dessas famílias "governamentais"[156] no exercício do poder vai além do monopólio da terra. Pode ocorrer tanto no campo quanto na cidade, sobrevivendo, por exemplo, à crescente urbanização dos municípios do oeste de Minas, desde os anos 1970[157]. A primeira geração desses fazendeiros que encontra dificuldade em se apoiar na grande propriedade e nas atividades rurais e busca novas estratégias para o domínio político teria sido aquela do momento em que Victor Nunes Leal enxerga o período histórico estrito do coronelismo: a primeira república e seu ocaso. Uma fase de declínio do privatismo em que os políticos locais começam a perder as condições de exercício de seu poder de mando e precisam de apoio de outras esferas de governo para controlar o município.

É nesse período que Francisco Campos assume uma secretaria do estado de Minas Gerais e, depois, um ministério de Getúlio Vargas. É nesse momento que se inicia a carreira política de Gustavo Capanema, transcendendo os limites do município de Pitangui. As cartas freqüentes de políticos locais pedindo ajuda para uma nomeação, uma perseguição aos adversários, poderia sugerir essa troca de favores entre os poderes, em que o líder local se baseava mais no apoio das outras esferas de poder do que no seu poder de mandatário local. Poderíamos dizer que quase se configuravam como parte do sistema que Leal chamou de coronelismo[158]. A insistência dos jornais locais em exercer o papel de arautos dos líderes locais enunciando uma voz do município, fazendo "constantes pedidos" ao governo estadual e federal poderia reforçar a idéia de que os vínculos pessoais entre os lideres locais e o governo estadual, estariam sendo reconfigurados durante a primeira república.

Portanto, não seria difícil reconhecer a existência dessas relações políticas no oeste de Minas, já bastante estudadas em outros lugares. Sua inclusão numa forma compartilhada – um estilo – de compreender as relações políticas no Brasil seria tão elementar quanto o consenso em reprová-las e a necessidade de superá-las. Seja pela sua sustentação na violência, em condições sociais, culturais e materiais desiguais e particularistas, seja pela sua vinculação ao que se considera arcaico, atrasado e não-

[156] HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956.
[157] Desde os anos 1970, a população rural se dirige à cidade. Hoje a grande maioria da população dos municípios do oeste de Minas vive na cidade, embora, as atividades econômicas principais desses municípios ainda estejam ligadas às atividades agrícolas, especialmente à pecuária extensiva e à plantação de eucaliptos – atividades poupadoras de mão-de-obra.
[158] Cf. LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*... op. cit. 1997.

moderno[159], não há dúvida de que essas relações devem ter fim. O problema é parar por aqui, como se essas interpretações fossem imparciais – procedimento pelo qual revelaríamos também nossa própria parcialidade em forma de adesão – e não reconhecer a estreita relação que elas mantêm com a caracterização de sertão e os possíveis significados políticos da utilização dessa categoria.

Pelo acompanhamento dos sentidos da categoria sertão já é possível dizer que utilizar o termo sertão para condenar essas relações políticas pressupõe que o sujeito enunciador observa o problema de uma perspectiva externa. Os discursos em que se geraram esses conceitos são unânimes em condenar tais práticas[160], mas ainda é necessário questionar: quando elas são associadas à idéia de sertão, utilizam-na como estratégia discursiva para propor qual tipo de relações políticas? Pensemos outra vez em política num sentido mais ampliado.

*

Retornemos à análise de Victor Nunes Leal pelas suas perspectivas em relação ao futuro do coronelismo e aos sinais de sua crise, anunciadas na conclusão de seu reconhecido *Coronelismo, enxada e voto*[161]. O autor lembra que apesar das conseqüências do coronelismo se projetarem em toda a vida política do país, ele seria um fenômeno local, habitando o interior, os municípios rurais e sua "*vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria*"[162].

Segundo ele, o termo diz respeito à particularidade da política do interior – que na primeira república já era não somente baseada no poder privado, portanto não apenas no domínio patriarcal – em crise, como bem constatou por outros meios e com certa animosidade, Gilberto Freyre[163]. Tampouco, era totalmente baseado no poder do estado – também [ainda] por se estabelecer em sua força, como gostam de constatar os estudos sobre as marcas do sistema de administração colonial portuguêsa na formação da

[159] A relação dessas relações políticas e da estrutura econômica e social que as sustenta com a idéia de feudalismo tanto pela esquerda quanto pela direita no Brasil indica a interpretação dessas práticas como não modernas, quando não anti-modernas. Cf. DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1939.

[160] Aqui nos parece residir grande parte de sua força motivadora contra os defensores dessas relações que assumem uma posição autoritária também condenável, cujo principal representante – e alvo de execração é Oliveira Vianna.

[161] LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*... Op. cit. 1997. p. 285.

[162] LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*... Op. cit. 1997. p. 285.

[163] Num estudo que se ocupa "do desenvolvimento das tendências urbanas do Brasil do século XVII e principalmente do século XIX, em contraste com as tendências rurais". FREYRE Gilberto. *Sobrados de mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 37.

cidadania brasileira e do artificialismo[164]. Ora, nesse sentido, coronelismo é um conceito que enuncia uma transição que tem importante constatação empírica, mas também boa dose de projeção [diagnóstico e prognóstico]. Se o autor já podia constatar mudanças no regime político, pela nova lei eleitoral, pela estrutura econômica do Brasil da república nova, não mais essencialmente agrária, com o crescimento da população e do eleitorado urbanos estabelecendo outros vínculos sociais, ele reconhecia também que a decomposição do "coronelismo" só seria completa se a estrutura agrária se modificasse totalmente. Dentre outros fatores, pelo crescimento das cidades, a expansão da indústria, a regulação/formalização das relações de trabalho, *"a mobilidade da mão-de-obra, o desenvolvimento do transporte e das comunicações.*[165]

São essas mesmas "reivindicações" enunciadas como condições necessárias que aparecem nos jornais locais da primeira república sob a fórmula "escola, estrada, cadeia". Elas enunciam não apenas anseios pela mudança nas relações políticas "coronelistas" – digamos à maneira de Leal – mas o fazem representando o espaço como sertão, diagnóstico de um *agrarismo* considerado retrógado e a constatação de um *industrialismo* ainda precário. Aqui, o termo *ainda*, é importante indício dos projetos compartilhados por aqueles que consideram esse espaço político como sertão. Uma designação não apenas espacial, mas temporal: de uma transição entre o velho e o novo. Uma vontade de desenvolvimento capitalista industrial.

O próprio Victor Nunes Leal nos dá os indícios do que ele concebia como o novo, o desejável, ainda não concretizado: a ampliação do mercado com a inserção da população rural, senão como cidadão, pelo menos como consumidores/mão-de-obra assalariada e a proteção da indústria[166], numa palavra: a ampliação das relações capitalistas pela industrialização e urbanização. Projeto pelo qual se esperava – confundindo capitalismo com democracia, urbanização com civilidade, interesses de classe com interesse público, liberdade econômica com justiça social – democratizar as relações políticas no Brasil como conseqüência inevitável do desenvolvimento do capitalismo industrial urbano.

---

[164] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia*. São Paulo: Martins, 1979. p. 345. Os estudos mais recentes da história de Minas Gerais têm constatado que ao longo século XVIII nas Minas se caracterizou pela "lenta afirmação e consolidação do poder real na região, mas também foi marcado por constantes ameaças à dominação da monarquia, seja por meio dos perigos internos – os motins, os atentados e as conspirações – ou externos – as guerras e as invasões estrangeiras. Tema abordado por vários trabalhos foi o da violência coletiva, manifesto nos diversos motins e revoltas coloniais, que apontaram para a importância e a generalização dos movimentos de rebeldia nas Minas setecentistas". Para um balanço da bibliografia sobre o tema na colônia, cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 2. Mar. 2009.

[165] LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*... op. cit. 1997. p. 285.

[166] LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*... op. cit. 1997. p. 286.

Tese que seduziu os diretamente interessados na consolidação do capitalismo industrial no Brasil – em detrimento do capitalismo mercantilista monárquico (mapeado por Raymundo Faoro, desde Portugal[167]) – e também os próprios adeptos do socialismo. Nesse sentido, o Brasil deveria logo deixar de ser sertão: palavra pela qual se designa os localismos e particularismos "generalizados", e se integrar logo à modernidade capitalista, ao estado de direito burocrático com "espírito capitalista", às relações trabalhistas não pessoais, ao espírito público, combinado à defesa da propriedade privada. Tornar-se [subordinado] à cidade acreditando-se que com esse procedimento *"a lei geral suplanta[ria] a lei particular"*[168]. Que a cidade acabasse com o sertão, visto como o geral dos particularismos.

De qualquer modo, parecia claro que o sertão deveria ser suplantado, seja para fazer a revolução ou para concretizar as promessas de progresso capitalista: revolucionário ou evolucionista, a luta parecia cada vez mais moderna atualizando a dicotomia entre barbárie e civilização em outros termos da dualidade. Deixar de ser sertão significaria civilizá-lo, ou mais adequados ao século XX e XXI, modernizá-lo e desenvolvê-lo, ainda que ao custo de um "*imperialismo econômico-nacional-interno"* para integrar "*todo o país num sistema econômico único [capitalista industrial]"* suavizando *"as forças desintegradoras da história do Brasil – seus bairrismos e regionalismos"*[169], eliminado as interferências políticas dos "grotões"[170].

Nesse aspecto, não há dificuldade em convencer o leitor de que as representações do oeste de Minas e do sertão são não apenas coincidentes como também extremamente negativas. Estariam ambos no pólo da barbárie, do atrasado e do não desenvolvido. Mas por que então insistir na comparação e não fundir logo uma imagem à outra? Simplesmente porque desse modo ficaria difícil entender a razão pela qual, em certos momentos, os habitantes do oeste de Minas se identificam como moradores do sertão (políticos, padres, jornalistas, capiaus do sertão) e em outros, refutam veementemente tais representações.

---

[167] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*... op. cit. 2004.
[168] HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.142.
[169] NORMANDO, J.F *Evolução econômica do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975. p.35.
[170] "Tudo o que não é São Paulo e Rio é "grotões". Se se analisar a forma como cobriram as eleições, em que houve essa reviravolta do PT ganhando em cidades menores ou em capitais do Nordeste, tudo virou grotão, o partido dos grotões, que é uma forma preconceituosa de dizer que tudo que não é São Paulo e Rio, tudo que não é aquela metrópole, é grotão (...). É o que o Euclides da Cunha mencionou, do grande conflito entre a Rua do Ouvidor e a Caatinga. (...) Acho que é uma política que esses jornais têm, assim como se usa a expressão "grotões" se referindo a tudo que não é Rio e São Paulo. É uma forma de ir segurando um preconceito que é secular. SÁ, Xico. Diário do grande sertão-veredas. Entrevista concedida a Paulo Lima. *Balaio de Notícias*. Webjornal, Aracaju, 21 de nov. a 05 de dez. de 2004.

Nas lutas por verbas dos programas governamentais que consideram o sertão como recorte da área de abrangência, é legítimo compreender a apropriação desse "vocabulário" pelos líderes locais em busca de ganhos efetivos para sua região. É recurso estratégico assumir os estereótipos de região isolada, práticas políticas arcaicas e repudiáveis, atrasadas, quando o interlocutor é alguém que pode modificar a situação, tomando o enunciador como aliado ou mesmo como agente local da modernização[171]. É quando interessa ao sujeito enunciador assumir o mesmo ponto de vista daquele que está fora do espaço representado[172], ainda que dele resultem representações negativas de si como outro. Mas um outro assimilável, portanto, constitui forma específica de interação.

Entretanto, quando se busca reconhecimento social e legitimidade, reconhecer-se, referir-se ou associar-se a práticas políticas tidas como do sertão pode ser extremamente constrangedor, porque nesse momento se está assumindo ou sendo remetido ao papel do outro do discurso, em relação àquele mesmo olhar visto de fora. Outro primitivo, inferior, arcaico, menos aliado que inimigo[173], menos civilizado que bárbaro; mais selvagem que bárbaro, mais provinciano que cosmopolita. De qualquer modo, representar o oeste de Minas como espaço político do sertão – seja positiva ou negativamente, parece ligado às tentativas de sair da barbárie e chegar à civilização, mesmo quando se evocam as coisas do sertão como elementos de originalidade. Porque a originalidade que o distancia dos compromissos viciados da sociedade é que o autorizam a se aproximar dela.

Nesse sentido, é que ser um escritor das coisas do oeste de Minas apresentado como escritor das coisas do sertão pode significar tanto seu reconhecimento como um autor que expressa o universal na sua narrativa do sertão-mundo, ou um rótulo de escritor regional fadado a uma pequena nota do cânone nacional. Mas aqui, já estamos tratando não apenas dos significados políticos específicos do termo, mas da sua utilização na gestão política de reconhecimento literário, a partir desse repertório simbólico, uma forma compartilhada – um estilo, conforme Simmel: o sertão como tema literário.

---

[171] A adoção dessa imagem negativa, para sua superação, poderá ser constatada no apoio das elites locais aos projetos de modernização do país. Veja-se, por exemplo, o apoio dos Caiado à construção de Brasília.

[172] "Depois, estável que abolisse o jaguncismo [encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça só para tudo destruírem, do civilizado e legal] e deputado fosse, então reluzia perfeito o norte, brotando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas" (...) esse fraseado, Zé Bebelo aprendeu "o muito instruído no jornal". ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 24.

[173] "Nossos lavradores" vivem numa rotina destruidora, desmatando e queimando as matas. Para resolver esse problema da agricultura o presidente fala no papel das Câmaras Municipais, mas observa que elas pouco fazem, mesmo porque "os Vereadores, ou são esses mesmos lavradores emperrados na rotina, (...) ou negociantes que desconhecendo os verdadeiros interesses do paiz (...) cuidosos exclusivamente do se comércio". PINTO, Antônio Costa. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837.* Ouro-Preto: Typ. do Universal, 1837. p. XXIV.

3.4 O sertão como tema literário

Das obras literárias que informam sobre o oeste de Minas, três delas trazem já em seus títulos o termo-indício da possibilidade de relação entre as tramas de regionalização que nos ocuparam[174] e o que se tem entendido como sertão. Ao percorrer o oeste de Minas com Afonso Arinos pegando carona nas suas viagens literárias *Pelo sertão* (1898)[175], escutando com Guimarães Rosa as histórias do *Grande sertão: veredas* (1956)[176] ou nos deixando levar pela narrativa leve de Antônio Campos Guimarães apresentando a história d'*A dama do sertão* (1985)[177], nossa insistente questão ressurge: o oeste de Minas é o que esses escritores [e a "fortuna crítica" que lhes cabe] chamam de sertão? O que há nas suas obras que impele a (ou impede de) tomar um pelo outro?

Evidentemente, a tentativa de resposta à questão – para além da sugestão de seus títulos – necessita da aproximação das representações construídas sobre o oeste de Minas ao lugar do sertão nessas obras, bem como à forma como são "decodificadas (?)" pela crítica. Diante disso, talvez seja prudente começar logo pela obra de Antônio Campos Guimarães, indagando as razões para que a crítica atenta à produção literária que se ocupa do *"filão temático do sertão"*[178], desde o seu nascedouro no romantismo, tem sido indiferente à existência da *Dama do Sertão*. Talvez essa indiferença pudesse ser justificada pela pouca capacidade da obra em transcender a realidade local e atingir públicos mais abrangentes ou, numa avaliação inversa, pelas suas próprias características intrínsecas: pela sua idealização extremada do espaço físico e social devedora de fórmulas consideras já anacrônicas pela crítica. Ou dito de outro modo, a obra poderia ter sido desconsiderada tanto pela sua limitação para [se] expressar [n]a realidade social quanto pela sua qualidade estética.

A dama do sertão, publicada em 1985, propõe-se a ser um romance histórico sobre a vida de Joaquina do Pompéu e é filiado, como o próprio autor, à *"tradição do lembrar"* de Joaquina do Pompéu[179]. O termo sertão é utilizado como recurso de

---

[174] [Ver discussão sobre os critérios de seleção das fontes, item 1.4]
[175] ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Ediouro. 1981.
[176] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
[177] GUIMARÃES, Antônio Campos. *A dama do sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
[178] MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão. In: RAVETI, Graciela; CURY, Maria Zilda; ÁVILA, Míriam. (orgs.) *Topografia da Cultura: representação, espaço e memória*. Belo Horizonte: Edufmg, 2009. p.13.
[179] Conforme escreveu Belizário Pena de Lacerda: "Para o leitor que não conhece o autor, o dr. Antônio Campos Guimarães, é filho de Jacinto Caetano da Silva Campos (...) o maior biógrafo de Joaquina do Pompéu". LACERDA, Belizário Pena. In: GUIMARÃES, Antônio Campos. *Chico Campos: o mago do Indostão*. Belo Horizonte: Santa Edwiges, 1996, p.16. Para uma abordagem do fenômeno histórico do

composição do ambiente físico sem demonstrar qualquer preocupação do autor em fugir dos estereótipos ou em reformular os sentidos sociais e políticos que o sertão tem evocado na apropriação sua literária. Sobretudo, é utilizado como categoria de enunciação das características físicas do espaço. Campomizzi Filho já havia observado que *"o universo físico de Antônio Campos Guimarães está muito próximo de nós"*[180]. A descrição do sertão dos buritis, o lugar onde se encontra a fazenda do Pompéu, enfatiza as características do espaço natural, do bioma cerrado com sua fauna e flora "típica" trazendo algo do *"senso penetrante da paisagem"*[181]. Este procedimento mais "documental", aliás, não seria algo novo: Antônio Cândido já o tinha encontrado em autores bem mais antigos como em Bernardo Guimarães; Flora Süssekind relacionou-o à prosa não-ficcional dos viajantes estrangeiros do século XIX[182].

A propósito, trata-se de recurso que a crítica literária de "inspiração modernista" tem, mormente, tratado como característico de uma *"literatura incipiente"* porque apegada *"à matéria local, às descrições ambientais, ao gosto pelo pitoresco e pelo exótico, ao meio e não ao homem, configurando-se muito mais como um exercício de observação do que de criação artística"*[183]. Nesse sentido, a obra de Antônio Campos Guimarães poderia ser mais do mesmo: resquício de literatura já ultrapassada e nessas circunstâncias, talvez tenha sido melhor que não atraísse a atenção de nossa "crítica madura". Não seria surpresa se esta última atribuísse a pecha de regionalismo pitoresco aos procedimentos que o autor utiliza para transformar os índios bravios da barra do Pará em mais um dos elementos do espaço natural[184] a ser dominado[185] e apropriado – no caso, expropriados mesmo! – por Joaquina, a personagem principal.

Conforme a narrativa da *Dama do sertão*, Joaquina e seu marido teriam saído de Pitangui em direção às terras do Pompéu para erguer seu centro de atividades – um sobrado imponente, currais amplos e senzala para bastante escravaria. A fazenda está

"lembrar de Joaquina do Pompéu" cf. NORONHA, Gilberto Cézar. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias no sertão do são Francisco*. Uberlândia: Edufu, 2007.

[180] CAMPOMIZZI FILHO. Garimpo da vida. In: GUIMARÃES, A. C. *A dama do sertão...* Op. cit. 1985. p. 12.

[181] CANDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2004. p. 60.

[182] SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 20.

[183] VALLERIUS, Denise Mallmann. Regionalismo e crítica: uma relação conturbada. *Antares: Letras e humanidades*. Caxias do Sul, UCS, n° 3, jan-jun 2010, p.69.

[184] Aqui, certamente caberia a crítica que Antônio Cândido faz ao que ele denomina "regionalismo primário": que reduz "os problemas humanos a elemento pitoresco, fazendo da paixão e do sofrimento do homem rural, ou das populações de cor, um equivalente dos mamões e dos abacaxis". CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 157.

[185] Pela voz de seu Antero, habitante do povoado do Buriti da Estrada [antigo nome da cidade da atual cidade de Pompéu], conversando com o marido de Joaquina – Capitão de Milícias Inácio de Oliveira Campos – diz-se: "Senhor capitão, não são só os índios que nos incomodam. As onças muitas vezes pegam as nossas criações. As raposas dão em nossos galinheiros; e ainda precisamos ter muito cuidado com as cascavéis, jararacuçus, jararacas e urutus". GUIMARÃES, Antônio Campos. *A dama do sertão...* Op. cit. 1985. p. 62.

localizada no sertão dos buritis, um espaço natural à espera da tomada de posse por sua família. O sertão dos buritis é recortado pelo autor em termos muito semelhantes àquelas regionalizações do oeste de Minas apoiadas na idéia de região natural [cf. item 2.1].

> Joaquina e o Capitão (...) subiram a serra, desceram rumo ao sertão dos buritis, região agreste que se estendia rumo oeste, cortada pelos Rios São Francisco, Paraopeba e Pará. (...) [o sertão dos buritis é] região contornada por caudalosos rios, onde as palmeiras dos buritis embelezam o sertão. (....) a fauna é exuberante. (...) um lugar ideal para construção de um solar como sede de fazenda. [onde] Os índios são belicosos. (...).[186]

É justamente essa possibilidade de aproximação – ou mesmo de equivalência – entre o oeste de Minas [como resultado de regionalização baseada em critérios geográfico-físicos] e o que Antônio Campos Guimarães chama de sertão dos buritis que possibilitaria à crítica – se tivesse se ocupado da obra, não necessariamente avaliando-a positivamente – inseri-la no grupo menos honrado da chamada literatura regionalista, *"como parte da ficção vinculada à descrição das regiões e dos costumes rurais desde o Romantismo"*[187]– eu diria, inadvertidamente, à maneira dos românticos mais do que dos realistas e naturalistas – em sua corrente dita *sertanista*, bem próximo do que Antônio Cândido, com José Veríssimo, considerou regionalismo pitoresco. É o que usualmente se tem feito com as obras que como a *Dama do sertão* fazem uso da categoria sertão como forma de enunciação do espaço físico, tomando-o como a expressão do local e do regional – mesmo que superdimensionado – se não mais associado diretamente a um "*instinto de nacionalidade"*, entretanto ainda com um forte senso de lugar, do interior que repõe a idéia de conservação *"[d]o melhor [d]a tradição nacional"* [188]. Entendendo-se tradicional como o interior, o rural, o arcaico[189], o atrasado e o provinciano, enfim, o não-moderno. Apresentado como novidade, o termo sertão – ressalte-se, não apenas o *dos buritis* –, mesmo reconhecido como uma das *"paisagens mais emblemáticas da literatura mundial"*[190], tem sido sempre tomado como a expressão do regional, ainda que transcendido de suas referências paisagísticas, como na reconfiguração que lhe dá o outro Guimarães – o Rosa.

Nesse sentido, pouco se poderia dizer da qualidade estética da obra de Antônio Campos Guimarães que fugisse das qualificações dispensadas pela crítica às abordagens

---

[186] GUIMARÃES, Antônio Campos. *A dama do sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. p. 56-58
[187] CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento... op. cit. 1989. p. 157.
[188] Aproprio-me aqui das palavras de Machado de Assis. Cf. ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. *Obra Completa*, vol. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
[189] SENA, Custódia Selma. O Brasil arcaico: a região. In: *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: EdUFG, 2003. p. 113-144.
[190] MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão... Op. cit. 2009. p.13.

literárias do sertão entendidas como regionalistas. O sertão de Antônio Campos Guimarães se apresenta como paisagem pitoresca e decorativa que compõe o cenário de onde se desenrola a vida de Joaquina do Pompéu. Tem seus elementos de composição retirados da observação[191], da tradição familiar e literária de descrição desse espaço, especialmente dos relatos dos viajantes estrangeiros que registraram suas impressões no século XIX. Características que a crítica não raro considera como de pouco valor artístico justamente por abusar de "*estereótipos"* trabalhando com "*uma vitrine de signos"* representativos de uma região, sem *"ultrapassar o nível de coleção de[sses] signos"* distanciando-se da *"literatura na própria medida em que se aproximam das 'tradições' de uma sociedade"*[192].

Não me proponho ir adiante nessa discussão seja para corroborar, tentar promover ou redimir autor e obra. Sem ter esse poder discricionário, tampouco tratarei das influências das agências de consagração literária a que Antônio Campos Guimarães não teve acesso para que sua obra fosse reconhecida pela crítica e pelo público[193]. Entretanto, para o que nos interessa especificamente – já pensando nas dificuldades que nos esperam quando cuidarmos das duas outras obras bem mais reconhecidas pela crítica – ao aproximar as tramas de regionalização do oeste de Minas e as representações do espaço na *Dama do Sertão,* poderíamos já concluir que o oeste de Minas com o qual lidamos corresponde ao que Antônio Campos Guimarães chamou de sertão *dos buritis* – é necessário destacar a especificação *buritis* para que seja válida a associação, notadamente àquelas formas de identificação e especificação do espaço que se instituem nas regionalizações do oeste de Minas por critérios geográfico-físicos.

Porém, longe de encerrar nossa questão, essa constatação apenas nos coloca no mesmo ponto em que começam outras questões provocantes não apenas para os interessados nas formas de representação desse espaço, mas para os envolvidos na discussão do sertão como tema literário. Especialmente para aqueles que consideram os autores que falam de sertão, como participantes de uma corrente do regionalismo[194],

---

[191] Alfredo Valadares se refere ao autor como um "arguto observador das coisas do sertão". VALADARES, Alfredo A. E. In: GUIMARÃES, Antônio Campos. *Chico Campos*... op. cit. 1996. p.16.

[192] VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. In: *Sociedade e Cultura*, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998. p. 43-44.

[193] Campomizzi Filho titubeia menos do que eu para falar de outra obra do autor: *O último sertanejo*. Apesar de não ter certeza, "tudo indica que o futuro vai lhe fazer justiça, como um dos melhores escritores do sertão", e melhor seria "se o Brasil copiasse a Rússia, o Governo mandasse editar 500 mil exemplares, para distribuir gratuitamente, e o país inteiro tomava conhecimento [da obra]". CAMPOMIZZI FILHO. In. GUIMARÃES, Antônio Campos. *Chico Campos*... op. cit. 1996. p.15.

[194] A bibliografia sobre o tema é extensa. Limito-me a fazer referência à: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangama; São Paulo: Ed. Cortez, 1999; ALMEIDA, José Maurício Gomes de. A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945). Rio de Janeiro: Achiamé, 1981; ARRIGUCCI JR., Davi. O sertão em surdina (Ensaio sobre O Quinze). *Literatura e sociedade*. São Paulo, v. 5, 2000. p. 108-118.; BOSI, Alfredo. Ficção: o conto regionalista e a prosa de arte. In:

concebida como *sertanismo*. Quer dizer: considera-se que falar de sertão é ser regional – ainda que super, como diria Antônio Cândido, em relação ao *Grande sertão*: *veredas* de Guimarães Rosa. Característica vista como necessária ao desenvolvimento da literatura, mas tida apenas como etapa na busca do universalismo, cujas medidas espaço-temporais são dadas pelo ponto de vista europeu[195].

É quando se discute a temática, nessa perspectiva, que a crítica parece ser confrontada em termos próprios de seu campo com a mesma questão que nos ocupa, quando nos questionamos se o oeste de Minas é o que chamam de sertão. Parece somos remetidos não só à validade da abordagem regional ou local na qualificação de uma obra literária conforme sua abrangência (numa oposição ainda que dialética, entre localismo x universalismo), mas também à validade de se tomar as propostas de interpretação do sertão como categoria de regionalização, alicerçada no pressupondo de que o regional seja mais próximo da realidade empírica que o nacional ou o universal, quais sejam suas referências.

Da perspectiva que nos interessa, com o olhar distanciado ao da crítica, parece que nos termos em que se concebe sertão em literatura, quanto menos literário [mais literal?] é o sertão nas obras ditas regionalistas, mais ele fica propenso a ser relacionado a uma determinada região geográfica[196], (seja ela o oeste de Minas, ou o sertão da Bahia, desde pelo menos João Távora[197], por exemplo). Dito de outro modo: parece-nos que uma das medidas para a qualificação 'literária' de uma obra que utiliza a

---

A literatura brasileira 5 (O Pré-Modernismo). São Paulo: Cultrix, 1966; COUTINHO, Afrânio et al. O regionalismo na ficção. In: COUTINHO, Afrânio. (Dir.). *A literatura no Brasil*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio / Niterói: EDUFF, 1986. v. 4. p. 234-312. FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Recife, 1962. GALVÃO, Walnice Nogueira. Anotações à margem do regionalismo. *Literatura e sociedade*. São Paulo, v. 5, p. 44-55, 2000; LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Regionalismo e Modernismo. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaios, 32); LINHARES, Temístocles. Do sertanismo romântico e outras manifestações realistas. In: *História crítica do romance brasileiro* 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 139-163. ___. Os regionalismos. In: *História crítica do romance brasileiro* 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 81-536; MARTINS, Cyro. Visão crítica do Regionalismo. In: *Sem rumo*. 6. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997. p. 14ss. MOOG, Viana. Uma interpretação da literatura brasileira. Rio de Janeiro, 1943. VERÍSSIMO, José. Literatura regional. In: *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1977. p. 83-87.

[195] Conforme observou Pascale Casanova, da mesma maneira que a convenção que instituiu o meridiano de Greenwich possibilitou situar-se de forma precisa sobre a terra, calculando-se a longitude, é o "reconhecimento de uma medida de tempo específica que permitiu ao universo literário se constituir. Unificar-se progressivamente, em torno de um relógio muito particular. CASANOVA, Pascale. Le Méridien de Greenwich: réflexions sur le temps de la littérature. In : RUFFEL, Lionel (org.). *Qu'est-ce que le contemporain?* Nantes: Cécile Defaut, 2010. p. 114.

[196] Aqui seria oportuno nos lembrar das críticas a José de Alencar e aos românticos, acusados de falar de regiões sem serem fieis ao real. Ou mesmo a defesa que Afonso Arinos faz de seus contos contra a acusação de serem violentos, dizendo que os tais críticos não conheciam o "o sertão, seus homens, seus costumes". Para a crítica de Távora a Alencar cf. CANDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2004. p. 60.; sobre Arinos cf. ARINOS, Afonso. *Obra completa*. Edição de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. p. 875.

[197] Retomemos Antônio Candido para "dizer que com a Independência desenvolveu-se cada vez mais a consciência de que a literatura brasileira era ou devia ser diferente da portuguesa, pois o critério da nacionalidade ganhou no mundo contemporâneo uma importância que superou as considerações estéticas."

categoria sertão é dada por uma máxima que vira pelo avesso a chamada *"tradição documental de nossa literatura"*[198]: quanto menos presa a uma região geográfica, tanto maior seria o seu valor literário, entendendo-se sertão como equivalente a região.

Entretanto, os dois pressupostos que fundamentam essa avaliação devem ser matizados: a) será que sertão equivale sempre à região? (é a nossa questão propriamente dita que não pretende colocar na berlinda apenas um dos pólos da dicotomia, mas também retomar a idéia de que a noção de região pressupõe à de centro[199]); b) por que seria necessário [e mesmo inevitável] superar os aspectos locais e regionais em literatura? (talvez seja a questão que toca a fundo a dimensão política do fenômeno literário em sua concepção de universalismo). No que se refere ao primeiro pressuposto, até agora, vínhamos observando por outros meios que o termo sertão tem servido mais para generalizações do que para regionalizações, especialmente quando cuidamos dos aspectos físicos do espaço. Para a literatura a categoria teria significação e função diferentes? Poderíamos questionar tanto Antônio Campos Guimarães quando à crítica que o ignora: a categoria sertão é uma forma de especificar o espaço, uma forma de regionalizá-lo? Ou seria também um recurso de generalização, senão em busca da universalidade, à sua maneira – nos termos em que a crítica entende o que seja universal –, pelo menos uma estratégia discursiva para atar o espaço específico a uma noção do espaço mais compartilhada?

Vejamos a primeira parte do problema: tomar-se o sertão como categoria de regionalização. Já se constatou que o chamado sertanismo foi evocado no romantismo, no realismo e no modernismo com significados diferentes. Porém, também já se reconheceu que em todos eles o termo está mais para afirmar um *"elemento nacional e integrador do que regional, sem um sentido particularista*"[200], mais subjetivo que objetivo. Aliás, se o sertão pode fornecer "a cor local", é para afirmar a nacionalidade e se ele exalta a região é para se apresentar como estratégia de inserção na narrativa nacional, que depois da independência, tornou-se a chave do cosmopolitismo do ex-colonizado[201]. Isso desde pelo menos os conselhos de Ferdinand Denis[202], no início do

---

[198] VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, nº. 2, 1988. p. 239-240.
[199] GOMES, Paulo C. da C**.** O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
[200] SANTOS, Paulo Sergio Nolasco dos. Regionalismo: reverificação de um conceito. In: *Fronteiras do local*: Roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 21.
[201] CANDIDO, Antônio. *Iniciação à literatura Brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Humanitas/USP, 1999. p. 36.
[202] "O pequeno livro de Denis parece hoje insignificante, mas foi sem dúvida o que teve maiores conseqüências em toda a nossa crítica, porque foi o primeiro a conceber a literatura brasileira como algo diferenciado e a indicar quais deveriam ser os rumos do futuro. Até o fim do Romantismo, a crítica se baseou nas suas idéias e não fez mais do que glosá-las, parecendo ter como pressuposto um de seus conceitos fundamentais: América deve ser livre na sua poesia como no seu governo". CANDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. op. Cit. 2004. p. 19.

século XIX, sugerindo *"que se os poetas dessas regiões contemplarem a natureza, e se alimentarem de sua grandeza, em poucos anos se igualarão a nós"*[203]. Aqui, temos pistas não apenas das estratégias envolvidas na busca de universalidade pela ênfase nas especificidades, mas também estamos diante de um indício do que se considera universal: a busca da igualdade em relação ao europeu.

Sem tomar como pressuposto que sertão fosse categoria de especificação do espaço mais do que de generalização, seria possível compreender as razões para que no corpo do texto de Antônio Campos Guimarães quando ele quer especificar o espaço fale em *sertão dos buritis* ou se refira ao *sertão de Minas* para falar da região e não simplesmente em *sertão*. Exatamente o inverso ocorre no título da obra quando ele faz referência apenas à *Dama do sertão,* e não à *Dama do sertão dos buritis*. Digamos que para ele não seria o termo sertão aquele que enuncia o regional ou local do espaço, mas as Minas Gerais e os buritis. Sertão é, portanto, recurso de generalização. Reconheçamos que o efeito da apresentação de Joaquina do Pompéu como a *Dama do sertão dos buritis* seria bem diferente do que quando apresentada como a *Dama do sertão.* Não a dama de um lugar específico, espaço limitado, ainda que homogêneo, mas de todo o vasto espaço de fronteiras indefinidas!

Não é apenas uma questão de maior abrangência espacial, mas de maior apelo simbólico aos leitores potenciais, que em última análise, é a função principal do título de um livro. O termo *sertão,* mais do que o de *sertão dos buritis*, visa à comunicação com o leitor, mesmo aquele que não pertence a esse espaço: geográfica, social e culturalmente exterior a ele, ainda que o veja de fora, sinta-se distante, poderia ter sua curiosidade despertada pela existência de uma dama em espaço simbólico comumente associado à vastidão, sem história e sem marcas da civilização (européia). Um espaço que não se iguala ao de uma dama e, portanto, enfatiza sua singularidade. Não é outro o recurso utilizado pelos intelectuais e políticos locais que, procurando enunciar sua singularidade, referem-se à massa ignara dos sertões de onde se originam.

Não se trata de um referente "concreto", mas já de uma "forma simbólica"[204]. Portanto, o pressuposto da literatura regionalista de considerar que falar de *sertão* é sempre se referir ao regional [ainda que super] – e por isso considerar que a literatura que fala do sertão, fala do regional e por isso seja de pior qualidade porque de menor força imaginativa, presa ao local, ao empírico, como se região fosse um dado

[203] "Que les poètes de ces contrées contemplent la nature, qu'ils s'animent de sa grandeur, em peu d'années ils deviendront nos égaux". DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire litteraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire litteraire du Brésil*. Paris : Lecointe et Durey, libraires, 1828. p. 519.

[204] Refiro-me, contrariamente, à idéia de que em literatura o termo sertão tenha passado do empírico ao lingüístico. Cf. MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão... op. cit. 2009. p.13.

natural – talvez seja um exagero, senão um equívoco. Isto porque conforme vínhamos rastreando, o sertão é menos empiria que representação, mesmo quando se refere estritamente ao espaço físico, como o entendia o próprio Ferdinand Denis. É uma forma compartilhada. No limite já é uma projeção sobre o espaço, já é pura imaginação. Desde sua significação geográfica presente na Carta de Pero Vaz de Caminha e não apenas em Guimarães Rosa, em seu *Grande sertão: veredas* já é uma "transfiguração" da natureza feito cultura. A utilização do termo já pressupõe um distanciamento do referente espacial, seja pela impossibilidade de vê-lo diretamente ou pelo anseio de compartilhar o que se viu. Talvez o que esteja em jogo na qualificação dessas obras seja a forma como esse distanciamento é realizado. Mas tomar o espaço como sertão já é uma figuração pela qual ele pode ser ainda re-configurado, ou como diriam os críticos, é já uma figura que pode ainda tantas vezes ser transfigurada.

Essa observação não salva nosso autor de outras tantas avaliações negativas que a crítica tem lhe poupado por "negligência". Mas poderá nos ajudar a entender como esse distanciamento, poderíamos dizer, essa apropriação pessoal de uma forma cultural compartilhada, tem sido um dos aspectos mais importantes na apreciação das obras dos autores que lidam com a categoria sertão em literatura, como Afonso Arinos e Guimarães Rosa [nessa ordem de apreciação, mesmo!]. O primeiro, ao mesmo tempo em que é visto como *"caçador de sertanejos"*[205] – note-se que não se identificando como um sertanejo propriamente dito – e homem que conhecia os sertões mais do que os escritores nacionalistas de seu tempo[206], é exaltado pela sua capacidade de abordar o sertão em paralelo a um tratamento literário singular dos temas[207]. E ao mesmo tempo em que teria escapado da 'mimese' que dificultaria "*a reinvenção do imaginário*"[208] – aqui o pressuposto é que o sertão possa ser reduzido ao empírico e não seja já forma cultural compartilhada – conseguindo apresentar "tipos do sertão" que falam em primeira pessoa. Uma abordagem inovadora na forma de aproximação do sertão, na literatura, que teria sido levada adiante por Guimarães Rosa [passando por Euclides da Cunha, ao propor uma virada

[205] "Afonso Arinos, bastante engajado no tema do sertão, tendo sido designado por "caçador de matutos", conjugava o gosto pelo cosmopolitismo francês e as viagens pelo interior dos sertões mineiros, que serviam de base para seus livros. (...) de certa forma, passou ao largo do 'pólo fluminense', preferindo editar seus livros em fascículos pelo jornal, com apoio dos monarquistas, contentando-se em fazê-los circular em pequeno grupo de aristocratas com fortes vínculos internacionais". ABREU, Regina. *O Enigma de "Os Sertões"*. Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1998, p. 176.

[206] Como Olavo Bilac e Coelho Neto que teriam se deixado "sensibilizar pelo interior do Brasil, pelo contato com Arinos". CARVALHO, Ricardo Souza de. O sertão de Minas apeia na Capital Federal: os contos de Afonso Arinos na *Revista Brasileira* (1895-1897) In: I SIMELP, 2008, São Paulo. p. 6. Hipertexto. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slt28/11.pdf. Acesso em 15 de dez. 2010.

[207] VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. In: *Sociedade e Cultura*, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998. p. 44.

[208] VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. In: *Sociedade e Cultura*... op. cit. 1998. p. 42.

para os sertões]. É verdade que esta fala – como em Pedro Barqueiro, o último conto de *Pelo Sertão*, mas o primeiro a ser publicado originalmente, na *Revista Brasileira [1895]* – foi privilégio concedido pelo narrador em terceira pessoa, o patrãozinho, que existe no texto e é quem coloca entre aspas as falas do sertanejo. Um "*meio caminho entre o que se vinha fazendo e a subversão total realizada por Guimarães Rosa"*[209].

É essa inversão completa da perspectiva narrativa um dos aspectos mais festejados do *Grande sertão: veredas*. Não apenas porque o autor "dá voz" a Riobaldo, mas porque toma a própria linguagem do sertanejo como paradigma para a sua. Nesse sentido, o sertão não seria apenas apropriado mimeticamente como se supõe fizeram outros, como Antônio Campos Guimarães – como se isso fosse possível, sem questionamentos, já que pressupõe uma existência ontológica do sertão: duvidemos ainda uma vez do pressuposto –, mas transfigurado pela linguagem e, portanto, (res)surgido como sertão literário[210]. Não só reinventado, mas reinventando a própria linguagem. A propósito, seria essa característica simbólica – mesmo mítica – do sertão inventado por Guimarães Rosa que nos impediria de, seguindo as sugestões da crítica, aproximar seu *Grande sertão: veredas* de nosso oeste de Minas. Ao mesmo tempo, é o que o teria salvado da apreciação negativa a que Antônio Campos Guimarães parece estar condenado: mimetismo, localismo, regionalismo, provincianismo.

A despeito de certa aversão da crítica às tentativas de se encontrar referências geográfico-físicas na obra de Guimarães Rosa[211], pelo risco de diminuí-la inserindo-a de vez no regionalismo literário, parece que é justamente quando se atenta para essas referências empíricas no *Grande sertão: veredas* que se podem encontrar subsídios para afirmar que o oeste de Minas realmente não seja o sertão roseano. Apesar de este último estar em toda parte, mesmo dentro da gente – como tentou tantas vezes explicar Riobaldo a seu interlocutor/narratário[212], (como se diante da insistente pergunta não enunciada por este

---

[209] CARVALHO, Ricardo Souza de. O sertão de Minas apeia na Capital Federal: os contos de Afonso Arinos na *Revista Brasileira* (1895-1897) op. cit. Cf. também CARVALHO, Ricardo Souza de. Através do Brasil com Afonso Arinos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.* IEB/ USP, Editora 34, São Paulo, n. 46, p. 201-216, fev. 2008.

[210] "Em lugar de retratar o real, o que ela [a literatura] busca é transfigurá-lo". VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, nº. 2, 1988. p. 241.

[211] Cf. VIGGIANO, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

[212] "Vários críticos associam a personagem do interlocutor de Riobaldo aos leitores da obra de Rosa. Eduardo Coutinho (1993, p. 69), Francis Utéza (1994, 114 e 115) e Davi Arrigucci Jr. (1994, p. 19) propõem, cada um a sua maneira, que o leitor, ao entrar em contato com o texto, se identifica com a personagem em questão. Lígia Chiappini (1998, p. 2000), Simone Sousa de Assunção (2000, p. 648) e Arsillo Vincenzo (2001, p. 323) vão mais longe afirmando que o interlocutor, que chamaremos, a partir de agora, narratário, chega a ser uma figuração do leitor dentro da obra. Instigados por essas idéias, nos perguntamos que tipo de leitor será esse no qual os amantes de Rosa se espelham. E ainda, *por que ele nunca toma a palavra?"* VASCONCELLOS, Lisa Carvalho. Um outro leitor de grande sertão: veredas. Anais da II Semana de Letras. Universidade Federal de Ouro Preto, 2006. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/semanadeletras/viii/arquivos/indiceanais.htm>. Acesso em 10 dez 2010.

último, *"Mas, o que é o sertão, Riobaldo?",* o narrador-personagem dissesse com fingida ignorância, conforme acredita Willi Bolli[213]: "*Nonada"*[214]) – quando nos debruçamos sobre as referências ao espaço físico e à toponímia fornecida por Riobaldo, as suas veredas nos indicam que o espaço das aventuras vividas pelo ex-jagunço está mais para o Norte e, pouco menos, no Noroeste de Minas. Mas não no Oeste de Minas – ou em qualquer das representações do oeste de Minas [cf. item 2.1] – que, nessa perspectiva, poderia ser identificado mais apropriadamente aos Gerais que correm, por fora. Gerais visitados marginalmente por Riobaldo quando atravessou o São Francisco, passando por Curvelo, até Sete Lagoas, ocasião em que encontrou *"gente devolvida de tudo"* sem poder *"adivinhar a honestidade deles"*[215].

Lugar onde o "*buriti cresce e merece*", o oeste de Minas não parece estar no *Grande sertão*: mas nas *veredas.* Quem sabe algo próximo do sertão dos buritis do outro Guimarães, o Antônio Campos. Aliás, se Guimarães Rosa consegue escapar tanto da crítica mais ferrenha do regionalismo[216] quanto da acusação bem mais antiga de que os nossos escritores não conheciam a nação, é porque consegue manipular os signos da cultura alinhando sertão e veredas. Articular o conhecimento "empírico", aquele que se obtém na travessia [nas veredas], com a categoria que permite generalizar infinitamente o espaço [o sertão, que a crítica toma como categoria regionalizadora pela própria associação entre regionalismo e sertanismo]. Nesse sentido não é exatamente o sertão que fornece a conotação regional, mas as veredas e, por isso mesmo, sertão não poderia ser aproximado do oeste de Minas pensado como um espaço recortado, sem recorrermos ainda uma vez aos buritis para especificá-lo.

É o próprio Guimarães quem explica ao seu tradutor italiano:

> Você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e, sobretudo Noroeste), aparecem os 'campos gerais' ou 'gerais' – paisagem geográfica [que se caracteriza] pelas chapadas (...) separando-as há as veredas. Nas veredas há sempre o buriti (...). Em geral, as estradas, na

[213] BOLLI, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004. p. 40.
[214] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas.* op. cit. 2001. p. 23.
[215] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas...* Op. cit. 2001. p. 332.
[216] O regionalismo foi uma das "principais vias de autodefinição da consciência local, com José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay, transforma-se [no naturalismo] no "conto sertanejo", que alcança voga surpreendente. Gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor da terra, ilustra bem a posição dessa fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas. Esse meio foi o "tonto sertanejo", que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental e jocoso, favorecendo a seu respeito idéias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético. É a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Gornélio Pires, o pretensioso exotismo de Valdomiro Silveira ou do Coelho Neto de *Sertão;* é toda a aluvião *sertaneja* que desabou sobre o país entre 1900 e 1930 e ainda perdura na subliteratura e no rádio." CÂNDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p.120.

> região, preferem ou precisam ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas, pelos resfriados, de vereda em vereda[217].

Não é de sertão em sertão que se encontra a região, mas de vereda em vereda. Por outro lado, se considerarmos a tentativas de definição de sertão realizadas por Riobaldo, por tão amplas e tão fugidias não seria difícil considerar que o oeste de Minas fizesse parte desse todo que verte e reverte, aproximando-se do sertão pela razão oposta à que a crítica ao regionalismo lhe outorga: pela sua vastidão e não pela sua limitação [espacial, social, cultural]. Entretanto, não podemos nos esquecer de que o nosso oeste de Minas, como trama de regionalizações [generalização das categorias e do processo de especificação do espaço], tem uma função contrária à do *Grande sertão*: ele não engloba tudo, pois pretende recortar e especificar o espaço feito objeto de estudo [e de gestão política], não [pre]tende a universalizá-lo, mas especificando-o, quem sabe, universalizar-se. Ou ainda, colocar em discussão certas formas culturais tidas como universais e seus processo de subjetivação.

Como trama de regionalizações resultante de nossa viagem pelos enunciados, o oeste de Minas se constitui também de vereda em vereda numa tensão com os discursos que insistem em enunciar esse espaço de fora e de longe, revisitando-o como sertão buscando nele o espaço objetivo a ser subjetivado. Ainda que discordemos dessa lógica, há algo que precisa ser questionado, visando à problematização do segundo pressuposto da crítica que sublinhamos: aquele que considera que o regionalismo deve ser vencido pelo universalismo. Nesse sentido, é que se considera, mormente, que Guimarães Rosa parece ter dado um largo passo à frente de Afonso Arinos que, por sua vez, está em posto avançado, adiante de Antônio Campos Guimarães, rumo a uma literatura cada vez mais madura [ou um galho cada vez mais robusto?], como avalia Antônio Candido.

*

Um parêntese confessional antes de enfrentar a questão: quando leio o *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa, munido da questão que me ocupa, é quase inevitável um esforço de imaginação tentando "saber" qual a pergunta o interlocutor teria feito a Riobaldo para puxar conversa. Será que o interlocutor/narratário, vindo de fora, caderneta na mão, teria perguntado "*O que era o sertão?".* Aquela insistência em definir o sertão que às vezes surpreendemos em Riobaldo, quase sempre levada a cabo sem sucesso aparente, poderia não ser necessidade dele, mas recurso para falar conforme a linguagem do outro que o interpela, ainda que navegasse mal nessas altas

[217] ROSA, João Guimarães. *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p.40-41.

idéias. Será que esta fórmula que se repete na narrativa teria sido a chave simbólica para estabelecer, estruturar e manter o diálogo, ou pelo menos, a escuta?

Riobaldo volta sempre a esse lugar comum do discurso [tomando a origem portuguesa do termo sertão, poderíamos mesmo dizer, com Silviano Santiago e Nabuco, ao *"fundo europeu comum"*[218]] para retomar sua força, como que para não deixar a conversa descambar para seu interesse próprio, nas suas histórias particulares e especificidades. Ele parece consciente de que o interlocutor quer saber de sertão, mas parece gostar de falar mesmo é de veredas: duas formas diferentes de conceber o mesmo espaço. Considerando essa leitura particular, imagino ainda quão acalorada seria a discussão sobre qual dos dois, nessa perspectiva, poderia ser acusado de mais localista ou centralista, regional ou universal, provinciano ou cosmopolita. Seria Riobaldo ou o seu interlocutor (quem sabe nós mesmos, os leitores e os críticos, que insistimos em buscar no ex-jagunço a resposta às nossas dúvidas sobre o sertão)? Quem seria mais "regional"? É quem busca no seu sertão o lugar do outro ou quem procura no seu lugar o sertão do outro? É quem se preocupa com o outro, de seu ponto de vista, ou quem está atento ao ponto de vista do outro, ao enunciar suas preocupações? Quem é um? Quem é o outro? "*O senhor não é como eu?*"[219]

*

Antônio Cândido avaliou positivamente o modernismo literário (no entre – guerras) como parte de um movimento mais amplo da sociedade cooperando com o projeto de expansão capitalista industrial urbanizadora, na medida em que criou novas formas para enunciá-lo. Em suas palavras, nesse período,

> A inteligência tomou finalmente consciência da presença das massas como elemento construtivo da sociedade; isto, não apenas pelo desenvolvimento de sugestões de ordem sociológica, folclórica, literária, mas, sobretudo porque as novas condições da vida política e econômica pressupunham cada vez mais o advento das camadas populares[220].

O termo "finalmente" sugere a ansiedade com que se esperava essa mudança de perspectiva. Essa tomada de consciência do desenvolvimento – ou do nosso subdesenvolvimento –, das novas condições políticas e econômicas como a ascensão da burguesia industrial, urbanizadora (utilizemos os temos da esquerda que também saltitava de alegria e ansiedade, por razões diferentes), que efetivamente desejou a presença das massas não mais fixadas em "suas regiões" entregues à manobra política

[218] SANTIAGO, Silviano. Atração do Mundo. in: *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Edufmg, 2004. p. 15.
[219] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*... op. cit. 2001. p. 25.
[220] CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Op. cit. 2006. p.141.

dos coronéis, ao barbarismo político, à informalidade do trabalho, à exclusão do consumo de bens materiais e culturais, enfim, excluídos do teatro da história, como já haviam escrito Joaquim Nabuco[221] e Euclides da Cunha.

Se essa tomada de consciência pode ser interpretada como amadurecimento cultural, rumo ao universalismo, e ao cosmopolitismo do pobre – como diria Silviano Santiago [222]– as ditas massas populares deveriam constituir a sociedade como mão-de-obra nas indústrias ou como mercado consumidor, numa palavra: integradas ao capitalismo visto, como a própria literatura modernista, "*sem preconceito localista, aberto para as relações normais com as culturas matrizes da Europa"*[223]. Uma configuração nitidamente renovadora é verdade, mas nada revolucionária. Portanto, identificar o sertão à região, opondo-o ao centro, como provinciano contraposto ao cosmopolita, não seria estratégia meramente formal. Ou melhor, é uma das situações em que se podem surpreender as dimensões políticas das escolhas temáticas e formais da literatura. Nesse sentido, a discussão do sertão, como tema literário, é já uma discussão política que inclui estratégias de imposição de determinado projeto político de recusa ao regional em nome do universal. Ou num movimento contrário, pela mesma lógica, de tentativas de (re)valorização da região como forma de resistência à homogeneização dos centros civilizados.

O grande desafio que se apresenta, para historiadores e críticos, ainda hoje, parece ser observar esse processo despido de certa visão teleológica da história, tentando estranhar um pouco essas relações que, não raro, foram vistas nas discussões do regionalismo – do sertanismo – em literatura, passado da região ao universal, como etapas *normais* apenas porque hegemônicas. Nesse caso específico, diante da suposta necessidade de universalização da região, em literatura, tomamo-la como sertão reforçando uma perspectiva externa [aqui há um vício externo-interno], moderna, ocidental, européia, industrial e urbana que se impõe à nossa revelia. Mesmo o surgimento de outras temáticas literárias marcadamente urbanas, que "retratam" a violência e a miséria atuais, soa como mais como formas estéticas vinculadas à do sertão (regionais, provincianas, bárbaras), do que da cidade.

O risco a que nos submetemos, associando sertão a região, penso seja de nos tornar os interlocutores de Riobaldo afoitos por aprisionar toda a sua sabedoria folclórica em nossas cadernetas, sempre refazendo a pergunta sobre o sertão. Para idealizá-lo ou

---

[221] NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.
[222] SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Edufmg, 2004
[223] CANDIDO, Antônio. *Iniciação à literatura Brasileira*... op. cit. 1999. p. 49.

demonizá-lo, conforme sugeriu Tristão de Ataíde[224]. E, na verdade, contribuindo para intervir radicalmente no espaço, tombando-o, seja literalmente, marchando sobre ele com tratores, bois e estradas, ou inflacionando seus parcos sinais da civilização "européia", transformando-os em monumentos da cultura – ou da barbárie? Mais do que a etimologia da palavra, talvez este seja o vínculo mais forte entre os sertões e as favelas brasileiras. O perigo é, nessa insistência entre a conservação e a dominação, entre a inclusão e a exclusão, pela expansão de um modelo naturalizado de exploração, insistir no sertão – como numa idéia de região e regionalismo a ser superado ou conservado[225] – emudecidos, como o interlocutor de Riobaldo, apenas acompanhando, uns mais outros menos animados, a sina de um fim do sertão. Mas sertão acaba?[226]

Se foi o olhar moderno que produziu o sertão como forma de apreensão do espaço estranho, *"sobredeterminado de fora"*[227], como diria Homi Babbha se pensasse no sertanejo como um sujeito colonial, é possível que ele não tenha mesmo fim. E quanto mais insistimos na lógica da exclusão/inclusão para pensar o espaço, mais ele nos parece *"do tamanho do mundo"*[228]. E *"agora o mundo quer ficar sem sertão"* [229], mas o nosso grande desafio atual não me parece ser salvar a imagem que construímos sobre o mundo, mas indagar qual é o tamanho do nosso mundo e em que situação ele se encontra[230].

"O sertão me produz, depois me engoliu, depois me cuspiu do quente da boca"[231], disse Riobaldo Tatarana, sugerindo que a categoria sertão seja bem mais rica ou enriquecida de significados do que categorias de regionalização como oeste de Minas. O sertão tem muito mais possibilidade de mobilizar os leitores e, nesse sentido, o sertão

---

[224] "Para nós, praieiros, o sertão representa uma imagem contraditória. De um lado, a expressão da mais autêntica realidade brasileira, tanto social como estética. A imagem que somos realmente, como povo e como nacionalidade, como virtualidades materiais e como virtudes morais, que devemos refletir, inclusive na mais original e autêntica expressão das nossas artes e das nossas letras. De outro lado, a encarnação dos males contra os quais devemos combater, a miséria, a exploração do trabalho, os latifúndios feudais, a desnutrição, a violência, o analfabetismo, as moléstias endêmicas, a politicagem, em suma o colonialismo interno, no que tem de retrógado. Uma imagem bifronte, ao mesmo tempo luminosa e sombria". Tristão de Ataíde, pseudônimo de LIMA, Alceu de Amoroso Lima. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de nov. 1978. p. 11.

[225] O que daria no mesmo, se pensarmos sertão como lugar de memória, no sentido em que Pierre Nora nos indica: como o resquício daquilo que não existe mais. Cf. NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

[226] "Ah! Tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?". ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*... op. cit. 2001. p. 183.

[227] BABBHA, Homi. Interrogando a identidade. In: *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Edufmg, 1994, p. 74.

[228] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*... op. cit. 2001. p. 89.

[229] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*.. op. cit. 2001. p. 305.

[230] Penso que esta questão mereça uma investigação específica, considerando-se as discussões sobre a "transformação das maneiras de sentir nos fluxos sensoriais contemporâneos". Experimentamos outras maneiras de sentir? Há um declínio das qualidades sensíveis, transformação, ou destruição das formas elementares da percepção e o declínio do tocar, do tátil? Cf. HAROCHE, Claudine. *A condição sensível:* formas e maneiras de sentir no ocidente. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008. Especialmente, parte 3 e 4.

[231] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*... op. cit. 2001. p. 601.

literário é bem maior que o oeste de Minas[232]. Se ele é recurso semântico valioso de expressão literária do lugar geocultural, entretanto, pode ser também muito perigoso. Continuemos nossa viagem, interrogando o lugar de onde falam as ciências sociais, quando querem dizer do específico tomando o sertão como tema de pesquisa: quando se apresentam questões epistemológicas e metodológicas porque *ser-tão*, pode ser a escala aumentada do ser e como já sabiam os gregos: "*quando o tamanho muda, as coisas mudam*"[233].

3.5 O sertão como problema de pesquisa

A tese de Márcia Sueli Amantino sobre os quilombos no oeste de Minas Gerais, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2001[234], representa valiosa exceção nos silêncios da historiografia sobre os ditos "excluídos da história"[235] colonial e às generalizações simplificadoras pelas quais têm sido abordados os negros quilombolas, as populações indígenas e agropastoris do Brasil, em especial aos moradores do oeste de Minas[236]. Não bastasse isso, o trabalho traz – já em seu título, *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII* – instigante possibilidade de resposta à questão que nos ocupa: o oeste de Minas é o que chamam de sertão? Ao pretender historicizar aspectos da vida dos moradores do espaço sobre e pelo qual se institui nossa trama de regionalizações (quilombolas, índios, mestiços e vadios da serra da Marcela e do Campo Grande), a autora não titubeia entre as categorias *oeste de Minas* e *sertão.* Para se referir a este espaço físico, social e simbólico, em sua configuração ainda do século XVIII, fala simplesmente em *Sertão Oeste de Minas Gerais*[237]. Seria uma sugestão de que o oeste de Minas tem sido entendido pela historiografia como aquilo que chamam [parte do] sertão?

---

[232] Paulo Sérgio Nolasco dos Santos reitera a preexistência do "sertão e do sertanismo como topos anterior à caracterização do regionalismo". SANTOS, Paulo Sergio Nolasco dos. Regionalismo: reverificação de um conceito. In: *Fronteiras do local*: Roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 21.

[233] CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.118.

[234] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. (Tese de Doutoramento).

[235] A expressão ficou famosa no Brasil, pelo menos, desde a coletânea de artigos de PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[236] Para a discussão da representação do oeste de Minas como lugar que não tem sido retratado pela historiografia ver item 1.5 e 2.5. Para uma apreciação do trabalho, ver. FLORENTINO, Manolo. Apresentação. AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 9-12.

[237] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001.

A relação que a autora estabelece com seu objeto de pesquisa, inferida pela forma de representação do espaço assumida como sendo característica do século XVIII, poderia nos autorizar a compreender seu trabalho – permitam-me insistir nos vícios classificatórios que adquirimos no convívio com os textos dos especialistas com os quais dialogamos no item anterior – de pelo menos duas formas distintas, embora complementares em sua lógica: a) sua pesquisa pode ser lida como um dos estudos que concebem regiões [o Oeste de Minas Gerais, especificamente] como partes formadoras de totalidades [do território colonial ou território nacional]; Ou, noutra perspectiva: b) como os trabalhos que, partindo de uma idéia geral [sertão] sobre o espaço, impõem-na ou acompanham sua imposição às especificidades regionais. Enfim, de um modo ou de outro, é como se a parte e o todo operassem o milagre da determinação identitária por uma diferenciação meramente espacial, atemporal, e como se os recortes fossem o mesmo em si mesmo, a *com*-posição, quando o diferente deve ser idêntico e o idêntico deve ser diferente, para lembrar os termos de Castoriadis[238].

De um lado, poderíamos compreender sua pesquisa como pertencente à recém-inventada tradição dos raros estudos que se ocupam do povoamento do oeste de Minas[239]. Especialmente próxima das pesquisas capitaneadas por João Dornas Filho que, desde os anos 1950, vêm cuidando de diferentes aspectos do povoamento do Alto São Francisco, privilegiando a reconstituição do passado brasileiro por uma perspectiva regional, numa relação identitária conjuntista em que o conhecimento das partes como unidades homogêneas é tido como contribuição para o conhecimento do todo. O procedimento de Amantino alinha-se ao destes autores, menos pela sua preocupação com os aspectos locais da colonização [das especificidades históricas] do que pela forma como recorta o espaço sócio-histórico manejando as categorias de regionalização de modo inseguro e, por vezes, anacrônico.

Assim como pareceu impróprio falar de Alto São Francisco como categoria de regionalização nas Minas Gerais do século XVIII, conforme fizeram João Dornas Filho e Waldemar de Almeida Barbosa[240], o termo Sertão Oeste de Minas utilizado por Amantino para se referir ao mesmo espaço, naquela mesma configuração espacial parece mais uma projeção anacrônica do que uma referência às formas de apropriação do espaço [regionalizadas] pelos sujeitos da época. Na mesma proporção da escassez

---

[238] CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975. p. 287.
[239] AMANTINO, Márcia Sueli. Os avanços e recuos no povoamento do Sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII: os limites da pobreza. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, v. 41, p. abril, 2006.
[240] Dela já nos ocupamos quando nossa análise se restringia aos limites de nosso objeto fugidio. Ver item 1.5.

dos indícios sobre a forma como os habitantes desse espaço o representavam, são abundantes as visões "externas" fornecidas pelas fontes produzidas pelas autoridades coloniais e pelos moradores dos centros urbanos mineradores. São essas fontes que sugerem que o oeste de Minas, no século XVIII, era imaginado mais como fronteira aberta do que como uma região[241], a despeito da insistência de Márcia Amantino em associar o termo sertão [Oeste de Minas] ao de região:

> O Sertão Oeste de Minas Gerais era uma região habitada e controlada por diferentes grupos: indígenas, escravos fugidos e mestiços, quase sempre associados aos vadios que eventualmente travavam sérios conflitos pela posse da terra[242].

É possível pensar que, sendo corrente, naquele período, a utilização do termo Sertões do Leste[243] para se referir à zona da Mata Mineira, seria legítimo pressupor também a existência de um *Sertão Oeste de Minas*. Entretanto, o termo utilizado por Amantino para recortar o espaço de Minas Gerais onde se localizava os Quilombos do Campo Grande está presente menos nas fontes do que no seu discurso. Parece fazer menos sentido ainda tratá-lo como uma região (colonial), nomeando-a de Sertão Oeste de Minas. O termo pelo qual pretende se referir a um espaço (com configuração que pretende nomear talvez ainda não existisse naquele período) é fruto da associação que a autora faz entre a categoria generalizadora *sertão*[244], que ela retira das fontes, e a atual categoria de regionalização oficial do Estado de Minas Gerais adotada pelo IBGE[245] [Oeste de Minas].

Assim, poderíamos compreender a categoria *Sertão Oeste de Minas*, mais como uma tentativa de recorte espacial do objeto de estudo do que de uma investigação das formas de percepção do espaço pelos sujeitos pesquisados. Quando Amantino diz, por exemplo, que "*a região do sertão Oeste mineiro estava compreendida numa estrutura*

---

[241] Conforme já nos alertou Laura de Melo e Souza, "Na segunda metade do século XVIII, essa região era conhecida pelos nomes genéricos de Campo Grande, Sertão do Bambuí, [sertão da] picada de Goiás. A dificuldade em precisar decorre da própria indefinição dos limites da capitania, então ainda muito fluídos apesar dos esforços anteriores de Gomes Freire de Andrade e de Luís Diogo Lobo da Silva". Cf. SOUZA, Laura de Melo e. *Norma e conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: EdUfmg, 1999. p. 115.

[242] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001. p. 28.

[243] CARRARA, Ângelo Alves. "O 'sertão' no espaço econômico da mineração." LPH: *Revista de História*, Mariana: UFOP; ANPUH-MG, n. 6, pp. 40-48, 1996; SOUZA, Laura de Mello. Famílias sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002; CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os sertões de Leste:* achegas para a história da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

[244] Como vimos, a categoria sertão passa a se referir a um espaço regionalizado apenas no século XX, quando associado às áreas do semi-árido. (ver item 3.1.)

[245] Dentre a bibliografia utilizada pela autora, algumas obras adotam a mesma categoria. cf. CORREA, Leopoldo. *Achegas à história do Oeste de Minas*. Belo Horizonte: Gráfica de BH, 1955.

que remete ao ecossistema do Cerrado"[246], não podemos considerar que se tratasse de um espaço percebido e regionalizado nestes termos, já no século XVIII. Embora os moradores da vila de São José [atual Tiradentes] e São João Del Rei já se referissem *"aos cerrados do alto São Francisco e às picadas de Goiás"* como um sertão, forma como *"então se nomeavam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás*"[247], sua associação à idéia de Oeste parece se consolidar, como vimos, somente na passagem do século XIX para o XX.

Devemos reconhecer, portanto, que em sua pesquisa Marcia Amantino maneja a noção de sertão com mais habilidade do que a de região, mesmo quando esta última se refere apenas à área atual de abrangência da pesquisa[248]. Se a denominação Oeste de Minas era estranha às formas de percepção do espaço setecentista, a idéia de representá-lo atualmente como um sertão, povoado por feras indomadas, não poderia ser menos anacrônico. Entretanto, é o sertão o grande tema de interesse do trabalho, feito o objeto de pesquisa fugidio, de limites indefinidos, de histórias costuradas com poucos fatos e muita imaginação que nos remete mais à generalização do que especificação, ainda que ambas – regionalização e generalização – sejam devedoras da projeção da vontade do homem sobre o espaço.

Assim, poderíamos dizer que seu tema de investigação e a abrangência que ele assume na pesquisa está mais para o sertão do que para a região – a despeito de suas tentativas de nos convencer do contrário, sempre utilizando o termo região, ao falar em "Sertão Oeste de Minas"[249]. Entendendo-se o termo Sertão Oeste de Minas Gerais como recurso semântico para denominar uma imprecisão, poderíamos aproximá-lo do chamamos de oeste de Minas Gerais. Entretanto, o seu Oeste de Minas Gerais, como referência a uma circunscrição geográfica nos parece mais distante do espaço relacionado às tramas de regionalização que nos ocuparam do que das apropriações generalizantes desse espaço, abarcadas pela categoria sertão.

O sertão é o tema pelo qual a autora pretende chegar ao oeste de Minas. Por isso, não seria descabido associar seu trabalho à já centenária tradição da

---

[246] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001.

[247] RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Rev. Bras. Hist.* 2003, vol.23, n.46, p. 255.

[248] É como poderíamos compreender sua questão problematizadora: *"Que região era compreendida no século XVIII, em Minas Gerais, como sendo Sertão?".* Entendendo-se a região como um recorte atual a ser buscado numa configuração do passado. AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001. p. 24.

[249] "*O Sertão era a região do desconhecido"*, como afirma a autora, ou era o espaço ainda não regionalizado, pelos ditos civilizados? AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001. p. 31.

"historiografia dos sertões brasileiros"[250]. Tradição instituída – diz-se – por Capistrano de Abreu[251] que, se não foi o pioneiro, pelo menos foi aquele que mais influenciou na tessitura de seu enredo[252]. Não apenas porque inseriu o *"espaço geográfico no relato historiográfico"*[253], mas também porque, recorrendo à categoria sertão herdada dos portugueses, assumiu "*em seus retratos da colônia, a localização física dos cronistas coloniais"* [254]*:* o espaço interior do Brasil tomado como objeto de pesquisa historicizado pelas *"visões do litoral"*[255]. Espaço observado não em suas especificidades, mas por meio de generalizações redutoras que refaziam o roteiro dos colonizadores. Narrativa da história do Brasil que não fugia da proposta de Von Martius (1847), de reconher no colonizador português o mais poderoso e essencial motor[256].

A propósito, o trabalho de Márcia Amantino não poderia ser considerado uma exceção na utilização do termo sertão como forma pela qual, na descrição da paisagem geohistórica, o narrador assume o sentido do colonizador como se ainda hoje "*estivesse situado na costa, observando o Brasil como alguém que está aportando*"[257]. Ao acompanhar as representações que se faziam dos nativos [e dos negros] desde a Europa, Márcia Amantino não incorreu no etnocentrismo do qual poderíamos acusar outros cronistas, ensaístas e historiadores que assumiram esse mesmo "sentido da colonização". Entretanto, ela não rompe com a visão eurocêntrica do espaço, seja em decorrência das fontes que utiliza, de suas escolhas metodológicas ou mesmo da própria adoção da categoria sertão.

Ao propor percorrer o oeste de Minas partindo das representações do índio e do negro e do sertão construídas desde a Europa – do continente de onde vieram os viajantes que formularam esse modo de representar o espaço – a autora se vê obrigada a

---

[250] SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 93.

[251] ABREU, Capistrano. *Capítulos da História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. [1907]

[252] CARRARA, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia história.* [online]. 2007, vol.23, n.38, p. 575.

[253] CORREA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Rev. Bras. Hist.*. 2006, vol.26, n.51, p. 66.

[254] CORREA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil ... op. cit. 2006. p. 66.

[255] "A idéia de sertão para a colônia se constituiu a partir da visão que o colonizador tem do outro, o que o torna espaço da alteridade. As imagens que foram atribuídas ao sertão, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, seguiam os moldes da cultura do colonizador, que imaginava esse espaço como seu reflexo invertido, seu avesso. O sertão nasce, portanto, das visões do litoral." (JESUS, Mirian Silva de. O avanço da fronteira interna: a ocupação do sertão no século XVII. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Hipertexto. Disponível em http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/mirian_silva.pdf. Acesso em 20 de dez. 2010).

[256] MARTIUS, Karl. Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991. p. 31.

[257] CORREA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil ... op. cit. 2006. p. 66.

assumir os sentidos que o termo lhe fornece: o sertão é "*o lugar onde ainda não pisou o homem civilizado"*[258], o "palco da barbárie" ou o palco das disputas que ela pretende analisar, dando a impressão de que também o observa "*de fora, do alto, 'objetivamente', com olhar que procura abarcar o todo"*[259], ainda que preocupado com suas partes e insistindo em reconhecer o específico por meio de uma generalização.

Ao assumir esse caminho, além de antecipar a imagem que encontrará ao pesquisar a "região" pintada de antemão como um mundo das feras, a autora poderia ser acusada da mesma falta que o Príncipe de Wied-Neuwied apontou nos viajantes europeus de seu tempo. Ao assumir esse 'olhar estrangeiro', do litoral ao sertão, do conhecido ao desconhecido:

> Faz-se geralmente na Europa uma idéia bastante inexata desses longínquos países. Pode-se atribuir esse erro a certos viajantes, que não se limitam a tratar somente do que viram e a escritores que fizeram descrições elaboradas nos gabinetes e compostas sobre tema escolhido, com as mais interessantes citações de autores conhecidos, e arranjados pela fantasia, sem nenhum conhecimento da matéria, que podem agradar pelo primor do estilo e a forma atraente com que são apresentados, mas não possuem nenhum valor intrínseco, pois estão repletos de erros. Como evitar os erros e as inexatidões, quando não se tem presente, aos olhos, o objeto de que se deseja traçar a imagem? Aplicam-se ao conjunto traços que só convém às partes de um país tão grande como o Brasil, se pareçam umas com as outras, quando cada província apresenta sua particularidade distinta?[260]

A despeito das (im)possibilidades de se conhecer a realidade como ela "realmente foi", deixando em suspenso a questão epistemológica, é pertinente perguntar, ainda uma vez, por que Márcia Amantino escolheu como caminho metodológico *"conhecer melhor o que era considerado como Sertão para depois, entrar realmente no Sertão Mineiro e identificar seu cotidiano"*[261]. Seu interesse estaria voltado mais para uma dita "mentalidade" européia sobre o espaço brasileiro do que sobre os acontecimentos de um espaço específico de Minas Gerais? Qual relação ela estabelece entre "*o que era considerado Sertão*" com o que denomina de "*Sertão Mineiro*"? Seria uma relação entre o todo e as partes? Em caso afirmativo, porque seria necessário um

---

[258] ALLEMÃO, Francisco F.; SILVEIRA, J. ; SANTOS, T. G. Parecer sobre a memória de Von Martius. In: MARTIUS, Karl. Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*... op. cit. 1991. p. 20.
[259] NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: Unb, 2004. p. 295.
[260] WIED-NEUWIED, M. de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. Trad. Edgar Sussekind de Mendonça, Edgar e Poppe de Figueiredo, Flávio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. p. 416-417 (Coleção reconquista do Brasil).
[261] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras*... op. cit. 2001. p. 27.

movimento do "geral" para o particular? Seria evidente e inquestionável o fato de que para estudar espaços específicos é necessário sair pra depois entrar, refazendo indefinidamente o caminho da exploração colonial, reafirmando o sentido da colonização?

Essas questões bem poderiam ser estendidas para outras tantas obras que prometeram falar do interior do Brasil utilizando esse mesmo procedimento[262] ou partindo dessa mesma categoria. Não sabemos se é a utilização do termo sertão que nos obriga a refazer esse percurso ou se é o desejo de refazê-lo que nos impele a adotá-lo, confrontando-nos indefinidamente com os dilemas que a envolvem. No primeiro caso, aquele que se sente incomodado com a obrigação de assumir posicionamento deslocado, não raro sentindo-se "*estrangeiro em sua própria terra",* surpreende-se escrevendo uma história que oculta alternativas vencidas, como se o caminho seguido pela "formação brasileira" fosse o único possível. Para estes, talvez a saída fosse simplesmente abandonar a categoria como estratégia de recorte/generalização espacial da realidade brasileira.

Talvez, o abandono da categoria pudesse contornar silogismos que aparecem em questionamentos como o de Márcia Kuyumjian: "*Será possível retirar a pecha de estranhamento, selvageria e isolamento que, por longos tempos, vem encapsulando o sertão?"*[263]. Há pelo menos dois problemas nessa questão: tomar o sertão como uma referência ao espaço físico – associado a uma idéia de ruralidade isolada e autêntica do ponto de vista econômico, social, político e cultural – como se ele existisse fora da lógica moderna que é o que realiza culturalmente a *"natureza do rural"*[264] e ainda querer renegá-la, assumindo seus pressupostos. Desse modo, poderíamos responder à questão dizendo que não seriam as classificações pejorativas do outro que encapsulam o sertão, mas é o próprio termo que se constitui com forma de aprisionamento do outro. Aliás, como qualquer categoria espacial, social e cultural, entretanto, ao preço de sua naturalização, barbarizando-

[262] Refiro-me aos trabalhos que, talvez se baseando num modelo de estruturação do texto inspirado nas ciências naturais, analisam a história local impondo interpretações e conceitos dados *a priori* quando a realidade local parece funcionar apenas para a confirmação das conclusões gerais. É o que parece ocorrer, por exemplo, com trabalhos como o de Luis Bustamante Lourenço que parte das "mudanças na economia-mundo,ocorrida nas últimas décadas do Oitocentos "que se deu no âmbito mais geral da economia e da sociedade nacionais e [que] pôde ser vivida pela experiência cotidiana das pessoas" em nível local. LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. *Das fronteiras do Império ao coração da República: O território mineiro na transição pra a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade de século XIX*. Programa de pós-graduação em Geografia. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutoramento. p. 20.

[263] KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. O espaço/mundo do sertão moderno. *Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política.* Recife, 20 a 30 de abril de 2010. p. 7.

[264] Cf. MOREIRA, Roberto José. Ruralidades brasileiras e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: OP&A, 2005. p. 16.

o rebaixando-o e desqualificando-o, porque concebido através de dicotomias. Sua remissão ou reconhecimento se dá ao preço de seu aniquilamento.

Mas a categoria sertão (e o seu par dicotômico, o litoral) não é a única que nos coloca diante do dilema de ter que adotar um vocabulário que porta e institui uma "violência epistêmica", para utilizarmos um termo dos pós-colonialistas[265], atuante nas ditas *"interpretações dualistas do Brasil"*[266]. Outros termos que repõem a dualidade por contraposições semelhantes nas leituras da realidade brasileira (como a divisão entre a realidade política e a instituições[267], o mundo rural e o urbano[268], o arcaico e o moderno[269], atraso e desenvolvimento[270], o rústico e o civilizado[271], etc.) sugerem que é a própria lógica dualista que constitui os olhares enviesados sobre a realidade. Dualidade instituída pelo nosso olhar moderno para o espaço físico, social e simbólico feito objeto de pesquisa, assumida sem crítica, ou ao largo dela, em nossas interpretações historiográficas, ensaios e estudos políticos, geógrafos, sociológicos, antropológicos e literários.

Nesse sentido, a insistência em tomar o sertão como tema de pesquisa tem significado, com raras exceções, uma adesão às visões dicotômicas sobre a realidade econômica, política, social e histórica brasileira e aos projetos de uma "modernidade *burguesa"* cujos pólos construtores de identidades estiveram "*sediados na indústria e na cidade"*[272] de onde foram construídas as noções de sentido dos espaços representados como

---

[265] Faço referência a SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUfmg, 2010.

[266] A expressão é SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiania: EdUFG, 2003.

[267] Nas analises sobre a política na primeira república, Edgar Carone escreve: "Existiu um sistema constitucional, mas o que funcionou de maneira preponderante foi o dominio de fato. Mesmo assim, o sistema constitucional e legal é o traço aparente desta realidade brasileira. Apresenta-se como índice da civilização brasileira, mas é traço que se sobrepõe à realidade". CARONE, Edgar. *A República Velha – II (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971. p. XI.

[268] "Construções teóricas desenhadas a partir de dois grandes paradigmas (...) para as Ciências Sociais desde os anos sessenta: a teoria do desenvolvimento e a teoria da modernização. De fato, essas teorias são dois lados de uma mesma moeda, um econômico e outro sociológico, inseridos dentro de um paradigma geral que procurava compreender a passagem nos países em desenvolvimento de uma sociedade tradicional, pré-capitalista, "tipicamente rural", para uma sociedade moderna, capitalista, "tipicamente urbana". BRITO, Fausto; SOARES, Marcy R. M.. FREITAS, Ana Paula G. *Os dilemas da dicotomia rural-urbano: Algumas reflexões.* Hipertexto. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A099.PDF Acesso em 21 de dez. 2010.

[269] "Verifica-se nessa natureza da cultura brasileira única, a existência de dois níveis diferentes: um de natureza arcaica (...) outro, de natureza moderna, e os que nele se encontram têm condições de vida melhores e, o que é mais importante, melhoram rapidamente". LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 3.ed.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

[270] Para a formulação dessa idéia, seus desdobramentos nas ações da "Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e sua crítica ver respectivamente: RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas I*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005; OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Críticas a Razão Dualista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972; FURTADO, Celso. A longa marcha da utopia. In: *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 9-21.

[271] WILLEMS, Emílio. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 dez. 2010.

[272] MOREIRA, Roberto José. Ruralidades brasileiras e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: OP&A, 2005. p. 16.

sertão, desde pelo menos o século XVIII. Mesmo quando se questiona ou se defende a resistência do sertão à homogeneização modernizadora e se festeja os modos de vida típicos levados para as cidades. Enquanto alguns ainda acreditam que a identificação de *"costumes sertanejos na cidade"* signifique que a "*modernidade não deu conta de homogeneizar o país*"[273], a própria insistência em enunciar o sertão como a realidade empírica prestes a ser reformada ou deformada, não seria o troféu da vitória do pensamento moderno? Não é essa perspectiva, que tem nos induzido a olhar para os outros como estranhos, já um indício de que a modernidade não apenas homogeneizou não apenas o meio geográfico, mas também nossas formas de ver, penetrando no mais íntimo de nós, na nossa relação com o espaço físico, social e simbólico, fazendo-nos reconhecer não apenas o outro como o inimigo e o estranho distante de nós, mas um outro em nós mesmos?[274] Com esse pensamento, onde quer que busquemos o original – o heterogêneo, o diferente, o residual, o abominável, o memorável, no sertão como o pólo de uma dualidade, escondido numa rara tribo selvagem protegida numa reserva ambiental mal fiscalizada, um caipira humorista ou um cantador de música sertaneja invadindo as mídias e as paradas de sucesso – essa busca não terá sempre a marca de nosso olhar moderno, ainda que enviesado?

Ao assumirem esta perspectiva dualista, muitos historiadores, ensaístas e cientistas sociais, fiéis a Capistrano de Abreu, no mesmo movimento dos exploradores europeus adentrando o espaço, seja com uma perspectiva romântica ou cientificista, foram tentados a enxergar os "*moradores do sertão*" – ou por enxergar dessa forma os índios, os quilombolas e os mestiços que viveram longe da costa – como "sujeitos" incapazes de transformar a natureza em cultura e de construir sociações legítimas e viáveis. Ao se assumir a representação do espaço como sertão, não-civilizado, defende-se ou se corrobora, poucas vezes implicitamente, "*a superioridade da civilização que julgaram portar*", em maior ou menor grau, mas *"considerada caminho a ser seguido"* sem colocar em dúvida "*o conjunto de valores difusos do que se considera civilização ocidental"*, como modelo de desenvolvimento e progresso[275]. Aliás, esta é a lógica pela qual, desde o século XVIII, a própria história se constituiu como expressão de um único

[273] KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. O espaço/mundo do sertão moderno... op. cit. 2010. p. 8.
[274] Diz a autora num tom confessional: "Mesmo integrando o seleto grupo de intelectuais do Centro-Oeste, e compartilhando com os litorâneos o prestígio de um doutorado no exterior, eu não deixava de ter a marca da diferença, de alguém que habita um lugar distante e desconhecido para um brasileiro do litoral". KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. O espaço/mundo do sertão moderno ... op. cit. 2010. p. 8.
[275] NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica...* op. cit. 2004. p. 295-6.

processo temporal, ambicionando incluir toda a humanidade[276], forjando nesse mesmo movimento os seus próprios excluídos.

Capistrano de Abreu viu os nativos como raça inferior – e seus seguidores como Caio Prado Júnior, na busca do sentido da colonização[277], enxergaram-nos num estágio de evolução sócio-econômico atrasado. E o sertão foi tomado como espaço "natural", onde se desenvolvia uma economia natural, uma formação social mestiça exercendo atividades econômicas pré-capitalistas [o termo já indica o que se pretende fazer delas] e uma convivência sócio-política tradicional, mais cordial que racional, para nos referirmos à interpretação de Sérgio Buarque de Holanda. O sertão foi considerado o espaço que remete e prende ao passado e, se ainda resiste em suas formas 'anacrônicas', considera-se que precisa ser superado ou atualizado. A propósito, pode-se inferir de autores como Caio Prado Júnior, nas tentativas de sínteses do processo de formação do Brasil que o Oeste de Minas estaria numa zona de pecuária, *intermediária* entre a economia capitalista do sul de Minas Gerais e a de subsistência, dos sertões do norte[278]. Espaço ainda não totalmente integrado mas que também já não está incólume às influências capitalistas.

Tomar o sertão como tema de pesquisa não é apenas enfrentar um problema espacial, conforme colocado por Capistrano de Abreu, mas se revela também como um problema de ordem temporal. Na verdade, um sentido que a categoria traz desde pelo menos Euclides da Cunha, considerado o pioneiro na "*inversão da compreensão do sertão*"[279] – quando não da instituição da própria dualidade no campo social e cultural. Embora continuasse a olhar o espaço preso à categoria de *"interiorização do colonialismo lusitano",* consideram-no (e reconhecem) como portador da *"mais autêntica perspectiva brasileira"*[280]. Com Euclides da Cunha, e em nome dele, o sertão pluralizado passa a ser entendido não como um espaço de homens apenas degenerados pela raça ou pela mestiçagem, conforme imagens européias exploradas com eficiência por Márcia Amantino. O sertão é também espaço de homens atrasados em relação ao processo de civilização e de modernização capitalista, portanto, sujeitos passíveis de sincronização, quando tornados objeto de intervenção.

---

[276] CF. KOSELLECK. Reinhart. *Futuro passado.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
[277] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
[278] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*... op. cit 1976. p. 200-203.
[279] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. 1998, vol.5, p. 201.
[280] KOTHE, Flávio R. *O cânone republicano I*. Brasília: EdUnb, 2003. p. 173. Em sua crítica "radical" ao cânone republicado, o autor afirma que Euclides está no cânone não por sua qualidade literária, mas porque reitera ideologemas oficiais.

Os sertões de Euclides da Cunha, não raro, aparecem como o "marco de origem" de um projeto de intervenção política, social, econômica, literária e sociológica, que se encontra sua razão de ser na interpretação dualista da sociedade brasileira. Formada por sujeitos que se sentem estrangeiros em sua própria terra[281] que assumem não apenas uma visão exterior ao país, comunidade cindida no espaço e no tempo, entre sertão e litoral, julgando-o como uma realidade que deveria ser "*conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade*"[282].

Se para os viajantes do século XIX, como para Pero Vaz de Caminha há três séculos antes, a utilização do termo sertão como operação cognitiva, representou uma forma de aproximação no movimento de apropriação do espaço, para os intelectuais brasileiros, parece ter constituído – se ainda não constitui – mais uma estratégia ou mesmo o resultado de um distanciamento do espaço, pela adesão às formas culturais produzidas pelos europeus. Distanciamento a que se seguiu o desejo de (re)aproximação. No caso de Sérgio Buarque de Holanda, e seu *Raízes do Brasil (1936)*, o distanciamento literal do país, como já se escreveu, "*significou a obtenção de uma nova perspectiva dele. O Brasil passava a ser visto de fora, em seu conjunto, como um todo*", o distanciamento simbólico parece se concretizar na adoção de categorias como sertão e no distanciamento do mundo rural como formas de distanciamento do "*modelo agrário, rural e patriarcal, que deveria ser superado por um outro modelo – industrial, urbano e democrático"*[283].

A idéia de *sertão* tem se oferecido para os historiadores e cientistas sociais não apenas como símbolo de um projeto político de apropriação do espaço geográfico a ser literalmente desbravado (seja pelo avanço do povoamento, do desenvolvimento e integração econômica, social e cultural), mas também como um repositório espaço-temporal que acolhe as esperanças de se encontrar novos temas de pesquisa[284] para uma historiografia, ela própria, disposta a realizar também sua cruzada modernizadora, transformando memórias em histórias, o já-sido em ainda não é, (re)inserindo os acontecidos em processos. Como certa sociologia e a antropologia que mesmo quando

[281] A frase é do próprio Euclides, citada por. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil.* op. cit. 1999. p. 14.
[282] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço... op. cit. 1998. p. 201.
[283] HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O dilema de Raízes do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003. p. 153-4.
[284] "O sertão, de início identificado como o lugar da fronteira e da exclusão desde o início da ocupação portuguesa, passou a se configurar a partir dos novos trabalhos sobre o tema como espaço no século XVIII em Minas Gerais de resistência, de negros aquilombados e de índios selvagens, que a coroa buscava extirpar ou assimilar, apagando-os da história da capitania. Representado nos discursos oficiais como um lugar vazio, mas verdadeiramente ocupado pelo outro desconhecido, esse espaço tornou-se, na ótica das autoridades, terra a ser ainda conquistada e incorporada ao mundo civilizado dos brancos". FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 2. Mar. 2009. p. 135.

pareceram reconhecer modos de vida como formas culturais distintas e não necessariamente inferiores, esse reconhecimento é motivado pela idéia de que o conhecimento é uma estratégia de intervenção e de incorporação[285]. Mesmo quando se demonstra disposição para criticar a lógica que institui as dualidades que criam expectativas desastrosas de integração.

Muitos poderiam ser os exemplos desse posicionamento político denunciado nas próprias escolhas temáticas e metodológicas que envolvem o interesse na categoria sertão como tema de pesquisa e a insistência na dicotomia que ela institui. Veja-se, por exemplo, a recorrência do termo nos estudos sobre a violência e o banditismo no período colonial[286], sobre o coronelismo e a oligarquia no império e na primeira república, nas histórias do "inevitável" desenvolvimento industrial brasileiro e na associação que considero a mais simbólica de todas: a aproximação entre sertão e favela[287]. Este último, termo supostamente trazido de Canudos para nomear as novas formações espaciais, arquitetônicas, sociais e culturais decorrentes dos problemas do próprio modelo de desenvolvimento que se impôs em nome do fim dos sertões. E como não pensar, ainda uma vez, nas formas atuais de enfrentamento da violência urbana que pela lógica do amigo-inimigo, guia-se pela construção de muros e a invasão de territórios não controlados pelo Estado repondo a cruzada civilizacional contra a barbárie, denunciando que a lógica da exclusão-inclusão está mais operante do que nunca? Seria uma nova estratégia de buscar no sertão o outro, do outro que não somos?

*

Depois de percorrer um longo caminho de investigação, revisitando as expedições modernizadoras do início do século XX, tentando encontrar as razões para que "*o contraste entre o Brasil do litoral e o dos sertões [seja ainda] tão presente no*

[285] Em 1944, Emilio Willems já reconhecia o modo de vida sertanejo como uma cultura diferente da dita brasileira, civilizada e evidenciava que "infelizmente, os conhecimentos que se tem de nossas culturas sertanejas são mais que escassos. além de umas frases sussurradas sobre o contato do litoral e do sertão, sobre a rarefação das populações sertanejas, sobre cangaceiros, gaúchos, Canudos, o Juazeiro de Padre Cícero e mais meia dúzia de imagens literárias gastas pelo consumo diário, pouquíssima coisa se sabe sobre a natureza de nossas culturas cablocas". WILLEMS, Emílio. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. *Tempo social...* op. cit. 2009.

[286] ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, p. 23.

[287] Para uma interpretação da "construção social da favela" atentando para "as referências explícitas ao arraial de Canudos, feitas pelos cronistas visitantes, [que utilizam] (...) o mesmo tipo de descrição, o mesmo tipo de espanto e surpresa diante de um mundo desconhecido presente em *Os sertões*. Muito embora falando da capital da República, os cronistas querem mostrar que os sertões também estavam ali, conforme afirmara em 1918 o médico Afrânio Peixoto: "Não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da Avenida". Cf. VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* 2000, vol.15, n.44, pp. 05-34.

pensamento social sobre o país"[288], Nísia Trindade Lima termina seu percurso narrativo de *Um sertão chamado Brasil* pelas continuidades do pensamento social brasileiro não apenas reconhecendo a força e as significações políticas da dualidade a que se propôs desvendar, mas se posicionando em um de seus pólos, acreditando que ainda *"seja possível aproximar litoral e sertão*"[289]. Quer dizer, logo depois de reconhecer que essa dualidade foi posta por um olhar modernizador capitalista urbanizador que opera por uma lógica de exclusão-inclusão, assume que também está engajada nesse projeto.

O mesmo parece ocorrer com Márcia Amantino que conclui sua tese sobre os moradores do Sertão Oeste de Minas não apenas constatando o *"fracasso das políticas propostas para civilizar o Sertão"*[290], mas defendendo sua continuidade. Senão nos mesmos termos desenvolvidos no século XVIII, pelo menos pela mesma lógica que teima em nos fazer enxergar o Brasil pela separação entre litoral e sertão, cidadão e sertanejo, civilizado e bárbaro, seja lá onde a dita população sertaneja possa estar abrigada, atualmente. Amantino observa que,

> Mesmo com várias tentativas feitas no decorrer do tempo, pouco ou nada foi alterado nas regiões do interior do Brasil. Ainda hoje a população sertaneja deste país vive praticamente à margem do que acontece nos grandes centros políticos e econômicos, demonstrando que o processo de ocupação do país ainda não está plenamente efetivado[291].

Ora, desconsiderando-se os problemas da generalização que a autora faz, por meio da proposta de estudar o "oeste de Minas Gerais começando pelo sertão", e levando em conta apenas a história de ocupação desse espaço entre o século XVIII até hoje, a afirmação de que "*nada ou pouco foi alterado*", é no mínimo uma forma de negação da história daqueles que viveram nesse espaço. Bem ou mal, muita coisa foi feita em nome dos projetos de civilização, à sua revelia ou contra eles, desde o tempo das missões de Pamplona, das linhas de ferro, das Marchas para o Oeste (de Getúlio e Juscelino), etc. E nem precisamos recorrer à "história dos indígenas", para falar de esquecimento.

Não estou contestando o diagnóstico de "população" marginalizada que a autora atribui aos habitantes dessa região, posição que ocupam ainda hoje, embora fosse necessário discutirmos o que ela entende por centro. Entretanto, ao considerar este espaço nessa perspectiva, propondo ainda uma "ocupação efetiva" a autora se

---

[288] LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil...* op. cit. 1999. p. 13.
[289] LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil...* op. cit. 1999. p. 209.
[290] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001. p. 231.
[291] AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras...* op. cit. 2001. p. 231.

identifica como mais um dos civilizadores do sertão, posição que inicialmente pareceu criticar. A forma como ela enxerga o oeste de Minas, como de resto, todo o espaço não litorâneo visto como sertão – parece obrigá-la a desconsiderar a história daqueles que estiveram neste espaço lutando a favor ou contra essa integração. Lutas que raramente aparecem na historiografia que pretende estudar os sertões, já que este é *a priori*, o espaço simbólico da tradição e não da história. Lutas interpretadas pela lógica binária que só oferece duas opções: ser ou não ser [bárbaro e civilizado, rural ou urbano, atrasado ou moderno, arcaico ou novo], sem discutir as condições históricas da existência daquilo que é, para além do *não é ainda*, ou do *já-é*. História que apresenta as possibilidades que se [não] concretizaram como uma inevitabilidade.

Poderíamos definir a historiografia dos sertões como aquela que insiste em revisitar os lugares comuns do pensamento brasileiro, tanto os "lugares de memória", quando os de esquecimento, tentando "*identificar no sertão, no cerrado, na caatinga ou no interior do mato, a cena primitiva da origem, o lugar histórico de descoberta de uma essência bruta nacional"*[292]? O sertão seria aquela cena que alguns vêem com nostalgia, mas considerada por todos que se apropriam do termo como um "*mundo do qual se acredita ser absolutamente imprescindível fugir, caso se deseje compor para o País a paisagem esplêndida da nação moderna"*[293]*?* O sertão é categoria imprescindível para a historiografia porque ela também acreditou no "*mercado [como] o mais importante princípio estruturador de um mundo comum na modernidade"* sempre no risco de conseguir modernização sem modernidade[294]? O sertão parece ser recurso semântico precioso para uma historiografia que sente saudade do que não teve e se ressente do que ainda não tem, experimentando sentimentos próximos daqueles de quem vivem no oeste de Minas. Mas uma historiografia pouco afeita a reconhecê-los como seus semelhantes porque os observa de fora, de cima e de longe, pelas lentes modernas que [nos] informam [d]o mundo por categorias estilizadas como a de sertão.

---

[292] STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil: Teoria Política, História e Ficção em "Grande Sertão: Veredas"*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 17.
[293] STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil...* op. cit. 1999. p. 14.
[294] STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil...* op. cit. 1999. p. 120-21.

3.6 – O sertão como lugar-comum na experiência histórica brasileira

> Só agora mando essa carta ao seu doce retiro nesse castelo providencial. Imagino que você já não me espera dessa maneira, assim, numa carta, que lhe leve um pouco de tristeza ou tranqüilidade desse sertão banalizado.
>
> Emílio Moura, Dores do Indaiá,1924[295].

> As impressões que guardamos desde a infância destas regiões mineiras (...) revivem nessas páginas como um tributo de gratidão (...) à vida rural daquele tempo. Eram antigos lavradores mineiros, habitantes do mesmo sertão onde existiu o feudo de Dona Joaquina. (...) [Mas] a dispersão do eito africano trouxe um vazio no orçamento da nobreza rural. Por ocasião da lei de 13 de maio de 1888, a evasão da escravatura forçou alguns fazendeiros a mudar de rumo na vida. Aqueles que dispunham de um aparelhamento suficiente resistiram e se adaptaram ao novo regimen; outros, porém, desertaram da lavoura e foram habitar as cidades.
>
> Lindolfo Xavier, Rio de Janeiro, 1956[296].

> Faz falta ainda entrar no "espírito do sertão". Mas como é que se entra nele, "mano Rosa", agora tão mexido, tão mudado, tão vazio de ser "sertão"? Sinto que ele não está ainda dentro de mim e pressinto que não esteja também dentro dos outros companheiros de viagem.
>
> Carlos Rodrigues Brandão, São Paulo, 2006.[297]

No último movimento dessa incursão pela trama de regionalizações do oeste de Minas em suas (im)pertinentes relações com os insistentes sertões enunciados convém revisitar alguns momentos de nosso percurso de investigação em que as trajetórias tiveram de ser reavaliadas. Já no diapasão das considerações finais, entretanto, ouvimos incômodos ruídos desafinados que nos fazem mirar o ponto inicial, ensaiando desejos de retomada, antes mesmo da chegada. Quem sabe ao (re)tomar o mesmo caminho, em sentido inverso, não seria possível descobrir que mudança de sentido também pode representar modificação de significados?

Uma das questões que se mostraram intrigantes, desde o início da pesquisa nos arquivos, sobretudo nos familiares, incluindo-se os depoimentos orais[298], é que nas falas daqueles que se identificam como habitantes desse espaço – representado de diversas

---

[295] CARTA de Emílio Moura a Gustavo Capanema. Dores do Indaiá, 11/11/1924. CPDC. AGC.

[296] XAVIER, Lindolfo. Velhas estirpes mineiras e paulistas. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dona Joaquina do Pompéu***.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 420.

[297] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 58, dez. 2006. p. 41.

[298] Frutos de entrevistas realizadas por mim, durante pesquisa sobre Joaquina do Pompéu ou arquivos particulares como do Arquivo Particular de Dona Chiquinha sob a guarda de Rita Arruda. Abaeté-MG. Utilizo nesta seção também os registros feitos por Carlos Rodrigues Brandão, em sua viagem pelos "sertões roseanos" em 1989, publicados em BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão. *op. cit.* 2006. p. 41

formas, em seu conjunto, nomeadas oeste de Minas – comparadas às outras fontes (jornais, relatórios de governo, literatura e bibliografia especializada) raramente se utilizava o termo sertão para se referir ao seu lugar de vivência. Constatação que me obrigou a reconhecer que poderia não haver uma relação automática e necessária entre a experiência de viver nesse espaço que eu chamava de oeste de Minas com aquilo que os trabalhos que ambicionam retratar o cotidiano, as experiências culturais, econômicas, sociais e históricas desses sujeitos tratam como experiências de vida no sertão, seja ele entendido como espaço físico, social e histórico em seus diversos significados.

Essa constatação evoluiu para a desconfiança e se tornou motivação para reconsiderar o título inicial do projeto de pesquisa, indício da mudança de perspectiva em relação o problema de investigação que tinha sido desenvolvido por meio de recortes espaciais e temporais definidos *a priori*, quando havia decidido lidar apenas com as fontes jornalísticas e literárias. Eu havia assumido peremptoriamente a categoria S*ertão Oeste de Minas Gerais*[299] como um recorte adequado à área de abrangência da pesquisa e considerava que esta configuração espacial tinha sido gestada na passagem do século XIX e XX, nos tempos da primeira república brasileira. Ao invés de tentar entender as relações dos homens com este espaço específico classificava-o, de antemão, por meio das ditas imagens e representações do *Sertão do Oeste de Minas Gerais,* adotava procedimento que demonstrava mais o modo como eu enxergava aquele espaço, apoiado nas informações dos trabalhos que havia lido sobre o tema. Entretanto, não apenas me convenci da necessidade de consulta a outras fontes e da relativização do recorte temporal como também percebi que era necessário problematizar a própria relação – possível, mas não necessária, entre sertão e Oeste de Minas para tentar surpreender e não corroborar as configurações sociais que as tornavam (im)possíveis e (des)necessárias.

A solução narrativa para falar do processo de regionalização sem assumir qualquer uma delas, como visto, foi me referir ao oeste de Minas como trama que continha, mas não se resumia ao Oeste de Minas. Uma forma de separar o estudo de uma região – como unidade homogênea (física, econômica, social, política e cultural) – da problematização das formas históricas de constituição dos fenômenos de regionalização.

Não considerar *a priori* que este espaço "não regionalizado", ou concebido como região de diferentes formas, fosse sertão é o desafio que se seguiu. Se oeste de Minas [estratégias de regionalização do espaço, incluindo-se a minha própria] e sertão

[299] NORONHA, Gilberto Cezar de. Sertões enunciados: Imagens e representações do sertão do oeste de Minas Gerais nos discursos da imprensa local e na literatura dos primeiros anos da República. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História.* São Leopoldo. Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

são formas de representação do espaço, e nesse sentido poderia ser considerada a mesma coisa, entretanto, assumem função cognitiva, social e política diferenciadas. Se as regionalizações apontam para especificações do espaço que pressupõem uma lógica interna – ainda que não desconheça os movimentos mais abrangentes dessa lógica de especificação-generalização do espaço – a categoria sertão, apresenta um elemento de exterioridade do ponto de vista daquele que o caracteriza. Isto nos possibilita tomar oeste de Minas [região] e sertão como paisagens que se diferenciam pelo lugar de observação ocupado pelo sujeito que os enuncia e pela escala que ele adota. Nesse sentido, a própria idéia de oeste de Minas como trama de regionalizações tem a função cognitiva de "pensar" o objeto de uma perspectiva interna, numa escala grande, enquanto sertão tem possibilitaria pensá-lo de fora, numa escala pequena.

Em sua linguagem cotidiana, as pessoas contam de sua vida no oeste de Minas como espaço percebido e representado de diferentes formas: "viver na roça", morar em "cidade pequena", recolher-se ao seu "cantinho", retirar-ser para seu "cafundó", experimentar com sofreguidão ou tranqüilidade a "vida de interior" dessa *"região toda aqui (...) que eu sou conhecido [e] (...) onde eu conheço"* [300]. Enfim, a relação com o espaço é feita de diferentes formas, não raro com alusão a lugares específicos e pontos de referência significativos como um rio, um morro, um capão, um núcleo de povoamento, nos quais apóiam suas lembranças, (re)constituem suas trajetórias, dando-lhes sentido, estabelecendo ligações e identificações sociais. Entretanto, isso não quer dizer que se trate de uma relação imediata com o espaço – ela é também mediada e simbólica – ou que jamais se refiram ao seu lugar, espaço vivido, como um sertão, ou que recusem em qualquer circunstância identificar-se e ser identificados como *"viventes do sertão"*[301]. Apenas nos alerta para o fato de que há condições específicas para que se considere necessário ou pertinente representar e ser representado nesses termos. Poderíamos dizer com Georg Simmel, que se trata de formas de representação do espaço que nos remetem a diferentes níveis de formalização que implicariam em diferentes aspectos da relação do homem com e no espaço, desde os procedimentos mais "elementares" de tomada de consciência do mundo até níveis mais complexos de interação social e ação recíproca[302], quando não está em jogo apenas o conhecer o mundo, mas o reconhecer-se e, nele e através dele ser reconhecido.

---

[300] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão... op. cit. 2006. p. 40.
[301] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão... op. cit. 2006. p. 30.
[302] Cf. SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité II.* Paris: Payot, 1990.

Foi possível observar, por exemplo, que o oeste de Minas é enunciado como sertão diante de demandas específicas de um interlocutor externo, reconhecido como fora desse espaço físico, social e simbólico já individualizado e, de algum modo, identificado como distanciado da comunidade mais restrita, seja por não conhecer seus códigos mais específicos ou por não se restringir a eles. Porque ele não pertence à comunidade – um forasteiro, por exemplo – ou porque ultrapassa os seus "limites". E a evocação do termo sertão, não raro, funciona como estratégia discursiva (ou narrativa)[303] de se referir a esse espaço ultrapassado, atravessado – evoquemos já a idéia de travessia, do *Grande Sertão*, em Guimarães Rosa[304] –, constituído em forma cultural menos específica, supra-individual, mais estável, às vezes mesmo reificada.

Os indícios dessa situação de enunciação [da utilização do termo sertão para se referir ao oeste de Minas] podem ser mais facilmente encontrados entre aqueles que deixaram os registros mais abundantes e estáveis, sobretudo os escritos: os literatos – em suas obras ou nas correspondências privadas – os jornalistas, os memorialistas e os políticos. Essa evidência não quer dizer que somente este "grupo social" tenha mobilizado o termo, tampouco significa que o conhecessem ou se sentissem mais próximos dele. Talvez nem mesmo os indivíduos que compõem este grupo o possuíssem dentro de si, conforme sugestão de Carlos Rodrigues Brandão, na sua "*busca dos personagens reais do sertão norte de Minas"*[305]. Evitemos, pois, a conclusão apressada de que estes sujeitos que prioritariamente representam o espaço específico como sertão, sejam os únicos detentores e produtores desse objeto cultural[306]. Parece que sertão é forma compartilhada num nível de interação bem mais amplo que

---

[303] Faço referência às "diferenças entre uma análise centrada no discurso e aquela focada na narrativa. Estudar o discurso permite perceber o significado do que é dito ou descrito, o que não é pouco. Mas a narrativa, indo mais à frente, possibilita a percepção do sentido que está além das palavras, que reside no movimento social considerado um todo". cf. BASTOS, Elide Rugai. O fio de Ariadne. Prefácio. BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil. A nação em busca dos seus portadores sociais.* Campinas/SP: EdUnicamp 2002. p13.

[304] ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 20.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 51.

[305] "Manuelzão, uma pessoa real dos sertões de Minas Gerais, depois transformada em um personagem de João Guimarães Rosa e, depois ainda, em uma espécie de sujeito emblemático dos sertões roseanos "das Minas Gerais", é trazido aqui por meio de sua própria fala, em entrevistas feitas em sua casa e em entornos de seu mundo, no povoado do Andrequicé, e por meio de anotações de meu caderno de campo. Outros personagens da mesma região falam sobre a vida passada e presente nela, de forma complementar." BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão... op. cit. 2006. p. 46.

[306] Guimarães Rosa teria se alimentado de uma "cultura sertaneja" justamente entrando em contato com sujeitos que não dominavam os códigos escritos, mas manejavam essas formas culturais mais abrangentes, pelas quais podiam expressar suas noções de tempo e de espaço, embora não as tomassem necessariamente como suas. "Sem dúvida. Assim como o senhor está dizendo. Aqui tinha um moço aqui. Ele era sertanejo mesmo. Ele tocava boiada. Eu cansei de ver quando eu era menino. Ver o gado passando aqui dentro do rio. Mil bois, certo? Quando o cara do berrante tava lá em cima, no alto do outro lado do rio, o culatra, que é o último boi, estava aqui no alto, aquela fila. Eu ficava de longe para ver aquele barulho na água. Os vaqueiros gritando e o cara tocando o berrante lá em cima. Só vocês vendo que maravilha. Hoje, acabou". CIDROC, Ananias. Entrevista concedida a Carlos Brandão. Rio do Sono. In: BRANDÃO, op. cit. 2006. p. 42.

nos autorizaria mesmo tomá-lo como um componente "essencial" da "memória coletiva" ou social, embora não como seu suporte material[307], mas como um exato lugar da memória social, na medida em que não pertence a nenhum sujeito "individualizado", mas é uma referência imprescindível e uma forma de adesão insofismável ao ponto de vista de determinado grupo[308], não raro considerado como a própria nação brasileira[309]. Mas onde se localiza esse grupo? A questão nos reenvia para a problemática das funções diferenciadoras, hierarquizantes e generalizantes do termo.

Quando se fala do seu espaço como sertão, sejam aqueles que têm os pés ficados nele ou se identificam como distantes geograficamente, não raro, exige estabelecer um distanciamento do espaço feito lugar – um deslocamento literal ou simbólico, vendo-o de fora, ou querendo mostrá-lo para quem está fora dele, com saudade ou com mágoa, representado pela mobilização de sentidos comuns, compartilhados entre os interlocutores e os pontos de vista que assumem. Emílio Moura expressou seus sentimentos em relação às Dores do Indaiá de 1920, para Gustavo Capanema, amigo com quem compartilhou a experiência de viver na capital modernista do estado (Belo Horizonte) como a impressão de se viver num *"sertão banalizado"* atravessado pela saudade do que não estaria nesse espaço que o desloca, ao ser (des)feito lugar. Ou ainda as referências de Lindolfo Xavier aos "*ínvios sertões do oeste"*[310] quando procurava transmitir para um público mais amplo, a experiência "grandiosa" da colonização do oeste de Minas pela família de Joaquina do Pompéu, e seu conseqüente ocaso, enunciando essa experiência como pertencente a um tempo-espaço histórico superado pela modernidade[311], por ele associado ao feudalismo ecoando teses de seu tempo. Quem sabe na fala de Manuelzão, ciente de que seus interlocutores de São Paulo não eram *"outros*

---

[307] Faço referência discordante a conclusões como a de Gilmar Arruda que toma o sertão como "lugar geográfico e simbólico", mas se refere a ele como um "suporte *material* da memória coletiva". Talvez ele seja mais uma imagem-lembrança, mas forma e conteúdo, manifestação desse ponto de vista do grupo, não necessariamente sua materialidade anterior, mas também sua expressão. (cf. ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. *Projeto História*. São Paulo. n. 19, nov. 1999. p. 123)

[308] Deixo aqui um encaminhamento inconcluso: o aprofundamento da análise do sertão como uma realização da memória social, em diálogo com a noção de memória social de Maurice Halbwachs. (HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Albin Michel, 1994).

[309] "Dentre as possíveis certezas que o brasileiro têm de si, a idéia de que o conceito de sertão traduz a essência da brasilidade parece ser inquestionável ou, pelo menos, imaginada tão antiga quanto a própria nação. A crença numa intrínseca e substancial identificação entre as idéias de Brasil e Sertão é um postulado que contribui inclusive à construção da memória nacional, algo que não aprendemos tão-somente nos bancos escolares, mas também nas telas de cinema, através da música, das artes plásticas e, principalmente, da literatura". OLIVEIRA, Ricardo. Ficção, Ciência, História e a Invenção da Brasilidade Sertaneja. *Ipotesi*. Revista de Estudos Literários. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 4, jan-jun, 2000, p. 38.

[310] XAVIER, Lindolfo. Velhas estirpes mineiras e paulistas. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dona Joaquina do Pompéu***.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 420.

[311] "*Às vezes me sinto anacrônica descobrindo o sertão*", escreveu Bruna Lombardi em seu Diário do Grande Sertão. LOMBARDI, Bruna. *Diário do Grande Sertão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986. p. 25.

daqueles repórteres apressados, que chegam, fazem meia dúzia de perguntas prontas, tomam fotos e saem de volta pra Belo Horizonte", mas se tratavam de pessoas que queriam em poucos dias "*conviver com ele, habitar seu mundo"*, sabendo, mais do que eles, que o mundo é um só e que o sertão é uma forma de apreendê-lo que tem também uma função e funcionamento: remete ao passado e para enunciá-lo como um mundo, talvez seja necessário não mais 'habitá-lo'.

> "[...] Vocês não vão achar sertão mais de maneira nenhuma!... Aqui mesmo aonde a gente foi, que eles estava querendo fazer aquele seriado: *Grande sertão: veredas*, aqui tinha fazenda velha; acabou tudo. Tinha muita casa aqui, mas está do jeito que você está vendo: o eucalipto acabou com tudo! Fazendas velhas assim, com casas antigas? Região aqui eu não conheço, não. Mais mesmo é lá pro lado da Mata, da Zona da Mata: Guanhães... esses lados todos têm mais do que pra cá. [Aqui] não tem mais fazenda de formato velho[312].

Atentando-se para o lugar que ocupa o sujeito enunciador para falar de sertão [como espaço banalizado ou como espaço-tempo feudal, anacrônico, pré-capitalista] talvez fiquem mais claras as condições necessárias para se enunciar as experiências de vida no oeste de Minas como experiências de viver no sertão. A primeira delas, já observada em outros momentos, é a necessidade do sujeito enunciador se colocar sob um ponto de vista externo ao espaço-tempo especificado. Seja sentindo saudade das referências civilizacionais que estariam fora do lugar que se ocupa produzindo a sensação de deslocamento espaço-temporal – porque aquele que está fora do espaço-tempo da história, no sentido do excepcional, do não-repetível – torna-o banalizado[313] ou tradicional; seja localizando-se fora do espaço, impossibilitado de ocupá-lo por dentro – saudade sentida de fora – uma vez que ele está superado, ainda que simbolicamente, no espaço e no tempo. "*Perdido no meio do nada, onde uma população rala vive no século passado*"[314].

Se Emílio Moura, em Dores do Indaiá, falava da [saudade de] Belo Horizonte e Lindolfo Xavier estava no Rio de Janeiro lembrando com saudade dos ínvios sertões do oeste, perdidos no tempo e distantes no espaço, ambos assumem uma estratégia discursiva que resulta na sua identificação do sertão como espaço-tempo do outro. Essa função é o que teria impedido não apenas os visitantes de Manuelzão e seus congêneres do *"sertão roseano"* de *"entrar no espírito do sertão*", mas também aos

---

[312] NARDI, Manuel Alves (Manuelzão). Entrevista concedida a Carlos Brandão. Andrequicé. 22 de julho de 1989**.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão... op. cit. 2006. p. 46.

[313] *"Lugar detestável",* de marasmo, um *"veneno doloroso, no tédio de sua chatice e vulgaridade. De vez em quando um parêntese que nos consola e nos deixa, ao mesmo tempo, numa inquietação terrível: o medo das horas seguintes".* CARTA De Emílio Moura a Gustavo Capanema... op. cit. 1924. CPDC. AGC.

[314] LOMBARDI, Bruna. *Diário do Grande Sertão*... op. cit. 1986. p. 16.

próprios habitantes daquele lugar feito generalização, como Ananias Cidroc, morador no Paredão do Rio do Sono. Impossível habitar o sertão porque *"professor, o senhor sabe que [o sertão está] no passado (...) no fundo existe, porque no passado existia isso. (...) [mas o problema é que eu] nasci ontem"*[315], quando os *"traços de modernidade [já emergiam] nesta região do sertão mineiro"*[316].

Não teria sido esse movimento, modernidade e modernizações, que ao invés de atingir e solapar o sertão o instituiu como espaço simbólico, ao mesmo tempo instituindo e rompendo com o passado, criando a necessidade de rememorá-lo? Não há aqui a sugestão de que o sertão seja "lugar de memória", como indício de que ela não exista mais – nos termos de Pierre Nora[317], leitor de Halbwachs –, mas é que ele existe justamente como estratégia para forjar um espaço-tempo da memória a ser contraposto aos territórios da história. Poderíamos perguntar: de qual história?

Considerando-se as análises historiográficas que associam a república brasileira como momento de "modernização" do país (menos como fomento, do que como resultado de um processo de transformação econômica já em curso, a implodir o regime imperial) e o enriquecimento semântico que o termo sertão adquire no Canon republicano, estre(l)ado pel'*Os Sertões* de Euclides da Cunha – reinventado por Guimarães Rosa[318] – poderíamos tentar uma hipótese arriscada. É na passagem do século XIX para o XX que o sertão, como espaço-tempo do passado onde perdura "*o sistema colonial brasileiro*"[319], torna-se uma forma cultural imprescindível para instituição e a adesão ao projeto histórico e historiográfico de *"inclusão do país no sistema capitalista internacional"* – pelo menos até aqui, a tese é de Caio Prado Júnior – pela via da industrialização e da urbanização capitaneada pelo sudeste, em especial, por São Paulo. Se os "fatos" dessa história já são por demais esmiuçados, nos termos de um avanço civilizatório, modernizador e progressista, com direção e sentido bem conhecidos [avanço do futuro sobre passado, do moderno sobre tradicional, da cidade sobre o campo, do litoral sobre o sertão, da história sobre a memória, do leste para o oeste], ainda há que se discutirem alguns aspectos historiográficos dessa empreitada que se mostra comprometida

---

[315] CIDROC, Ananias. Entrevista concedida a Carlos Brandão. Rio do Sono. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão... op. cit. 2006. p. 42.

[316] CORGOZINHO. Batistina M. S. *Nas linhas da modernidade: continuidade e ruptura*. Divinópolis/MG: ed. autor, 2003. p. 38.

[317] NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

[318] A tese de que o *Grande Sertão: Veredas* pode ser lido como uma reescrita crítica de *Os Sertões* é formulada em BOLLI, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004. p. 40.

[319] PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 342.

com este projeto na medida em que enfatiza a história dessa "inclusão" e os desenvolvimentos dessa industrialização tomando as contingências das disputas como uma fatalidade histórica. É como se a monarquia estivesse já fadada a cair, a república progressista a ser instaurada, (re)descobrindo os sertões [aqui já constituídos já como lugar de memória e de esquecimento] nos projetos de desenvolvimento econômico, no estímulo à imigração, nos programas de educação, culminando na fatalidade[320] de que as cidades capitalistas e os elementos a ela relacionados – e não o sertão –, pelo menos desde os anos 1930, constituem a centralidade do espaço-tempo da história. Mas não seria o sertão elemento fundamental para tornar possível a "realização" desse enredo histórico, na sua figuração, desfigurando-se para que aquela se apresente como um futuro pré-figurado?

Pode-se compreender porque governantes e intelectuais evolucionários e revolucionários tenderam a construir uma visão unitária, nacionalista e homogênea do Brasil republicano comemorando o fim do colonialismo, o nacionalismo, em prol da modernização, do progresso e do desenvolvimento[321]. E pode-se compreender, ainda, porque utilizaram o termo sertão para se referir ao conjunto de espaços não urbanizados já particularizados pelo movimento de colonização português e depois imperial. Mais difícil, entretanto, é surpreender nas fontes as razões pelas quais os habitantes dos lugares representados como tal aderiam a essas representações gerais em suas estratégias políticas e mesmo em seus "modelos de habitação", livrando-se da pecha de discípulos da "*Grande Lei do Menor Esforço*" a reger a construção das casas de sapé, mansão do Jeca[322], para se encafuar, ou pelo menos não se incomodar, com a situação dos barracos nas encostas e áreas de risco, reconhecidas por uma toponímia trazida do sertão de Canudos: a favela – símbolo do sucesso[323] do processo de extinção dos *piraquaras* do Paraíba e dos *tapijaras* do sertão, ainda que ao preço de uma urbanização descontrolada.

---

[320] Para uma trajetória da historiografia da primeira república e a sua discussão como fatalidade, cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mo. O diálogo convergente: políticos e historiadores nos inícios da República. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-143.

[321] Caio Prado Júnior chegou mesmo a festejar a evolução do capitalismo imperialista no Brasil porque estimulava as "as atividades e as energias do país" que ele acreditava que estas culminariam em sua libertação, diante de um não consumado suicídio do imperialismo. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. op. cit. 2004, p. 283.

[322] "Na mansão do Jeca a parede dos fundos bojou para fora um ventre empanzinado, ameaçando ruir (...). Não obstante, 'por via das dúvidas' quando ronca a trovoada, Jeca abandona a toca e vai agachar-se no oco dum velho embiruçu do quintal". LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.168-169.

[323] Eis a declaração de independência de uma cidade do oeste de Minas em relação à imagem do posseiro do sertão, publicada em 7 de setembro de 1971: "Com uma população urbana de 11.513 habitantes, [Abaeté] *já* conta com 5 favelas. (...) Desejando conhecer de perto a situação dos favelados, mandou que se fizesse um levantamento completo de todas as favelas, condições de habitabilidade, água higiene, número de moradores em cada residência, condições da casa e outros aspectos para que possa estudar uma solução para este grave problema social" A conclusão desse estudo foi a identificação de "favelas" a) Da Avenida Joaquina do Pompéu

A adesão ao vocabulário pareceu funcionar, ao mesmo tempo, como busca de reconhecido entre aqueles que demonstraram afinidade e se colocavam à frente do projeto de modernização, na medida em que essa adesão os afastava das identificações às "raízes locais", rurais, não-capitalistas, consideradas naturais e não culturais; bárbaras e não civilizadas; coloniais e não nacionais; tradicionais e não modernas. Dizer [-se d] o sertão como um ato simbólico de renegação da comunidade de origem que seria alvo desse mesmo projeto. Renegar à representação do projeto modernizador que produzia imagens negativas sobre o espaço – a pecha de sertanejo, de caipira, de matuto e provinciano – como estratégia de adesão ao próprio projeto. Era ao mesmo tempo, forjar um lugar social, aderindo às idéias que negavam sua importância como espaço-tempo da história.

Nesse sentido, observando tanto as representações gerais do espaço brasileiro quanto os usos mais específicos do termo sertão, poderíamos dizer que, como forma cultural amplamente compartilhada, sertão é um lugar-comum na experiência histórica brasileira. Um terreno comum, às vezes tomado como ponto de partida, vezes ponto de chegada, vezes como espaço da travessia, que serve para enunciar experiências compartilhadas em níveis de interação mais amplos. Sejam aquelas vivenciadas como ascensão ou decadência de grupos ligados à escravidão e à agricultura auto-suficiente, ao ruralismo[324], sejam as novas experiências de modernização e civilidade que pressupõem uma adesão – voluntária ou não – das comunidades locais à idéia de uma sociedade e de uma nação brasileira moderna. É tão fácil encontrar quem queira "ir embora do sertão" quanto falar de seus desgostos com as condições de vida na cidade.

O sertão se torna um terreno e uma temporalidade comum, uma forma cultural compartilhada. Um termo pelo qual todos parecem se "entender', senão pela amizade fraterna, pelo menos em "(in)*confidências de ocasião*"[325], instituindo lugares e tempos sociais e novas hierarquias: os que resistem ao projeto de modernização entendem que ele os ultrapassa e os supera, obsoletos, antiquados, arcaizantes, pré-modernos, pré-capitalistas, anacrônicos, feudais, como escreveu Lindolfo Xavier; os que desejam aderir, por razões variadas, compreendem que o sertão os limita e deve, portanto, ser superado, superando-se.

---

e Rua Joaquim Pereira; b) Favela do Galheiro; C) favela do Buracão; D) favela do córrego das galinhas; e) favela da Baixada." O ABAETÉ EM MARCHA. Abaeté. 7 de set. de 1971. p. 3.

[324] "Na segunda década do século XX, os excessos do protecionismo industrial, a elevação cada vez maior do custo de vida que muitos atribuíam à política protecionista, os primeiros sinais de agitação social o contraste entre o campo e a cidade, enfim, uma série de circunstâncias decorrentes da nossa evolução econômica e social levou certos espíritos a preconizar uma volta ao campo, em nome desse mesmo nacionalismo que outros invocavam ao pleitear uma política de industrialização" (LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.p. 92).

[325] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão. op. cit. 2006. p. 35.

O espaço representado como sertão parece pertencer ao passado, ainda que seja um passado que nos atravessa e nos remete ao futuro quando a forma cultural – e a idéia de formação – substitui a história pela geografia e o passado é encontrado no longínquo, o antigo no distante, o início no centro[326]. Para Emílio Moura e Lindolfo Xavier, voltar aos núcleos agropastoris de Dores do Indaiá e do Pompéu Velho, representados como sertão, é verdadeiro retorno ao passado antigo. Ao início, como um fundamento único de tudo aquilo que vem a ser depois, tanto quando um distanciamento ou uma marginalização, quando se é obrigado a regressar, que é o mesmo que regredir.

Nesse sentido, outra conclusão já poderia ser tentada: enunciar-se o local ou o regional – o oeste de Minas – como sertão tem sido parte de uma estratégia discursiva utilizada em momentos em que se pretende imprimir [ou aderir a] uma nova cruzada civilizatória, modernizadora ou desenvolvimentista como recurso de divisão do espaço e de uma ruptura no tempo – e para nos lembrarmos de Georg Simmel – porque para integrar [-se] é necessário antes separar [-se]. Poderíamos utilizar este raciocínio para pensar, por exemplo, na nomeação de espaços ocupados pela categoria sertão como parte do avanço explorador e ordenador do espaço já desde a descoberta do Brasil, nos avanços da colonização através de um moderno urbano, em Minas Gerais no século XVIII, no simbolismo da conquista dos sertões de Canudos[327] e na fundação da cidade de Belo Horizonte como parâmetro de atraso ou avanço das regiões mineiras, nos inícios da República[328], nos discursos que fundamentaram a construção de cidades como Goiânia na década de 1930 e de Brasília na década de 1950-60, como avanços da civilização moderna sobre o sertão.

Mas, afinal, o oeste de Minas é o que chamam de sertão? Depois de buscar a resposta nas armadilhas de denominação do espaço geográfico, nas representações modernas de exclusão-inclusão do outro, nas configurações políticas, nas formas literárias e na bibliografia especializada tentemos uma síntese. Os processos de generalização e homogeneização [o sertão] e as especificações do espaço recortando-o em busca de especificidades regionais, identidades e diferenciações [as tramas de regionalização] são duas perspectivas de um mesmo processo de tomada de consciência do espaço que não pode ser dissociado de uma "experiência moderna" – um olhar

[326] FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Geografias da memória: a literatura brasileira entre história e genealogia. *Anos 90*. Rio Grande do sul, v. 7, n. 12, 1999. p. 11.
[327] E n'Os Sertões de Euclides a "desvelar um Brasil profundo e autêntico" contraposto ao Brasil superficial e copista, dualidade forjada como estratégia para enunciar a idéia de um Brasil [a ser] unificado. A expressão está em OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2002, vol.22, n.44, p. 511.
[328] Cf. O ESTADO DE MINAS GERAIS. Factos e números coordenados para a carta Commemorativa do 1º Centenário da Independência Nacional. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1923.

moderno sobre o espaço. Entretanto, apontam para sentidos diversos quando não desconsideradas as tentativas de diferenciação e de homogeneização; de especificação e de generalização, de separação e de integração. Os olhares sobre as formas de representação do espaço não podem desconsiderar o ponto de vista do observador e devemos reconhecer que experimentar a modernidade localizando-se no oeste de Minas [em qualquer de suas configurações atuais] e no sertão pode ser experiências diferentes.

Mas, ainda é possível falar em localização – e de lugar – em tempos de discussão dos não-lugares? Para percorrer o oeste de Minas de onde devemos sair, aonde podemos chegar? Uns poderiam tentar medir sua distância do mundo que consideram parâmetro, como Emílio Moura vendo seu sertão banalizado; outros sem tomar consciência de adotar esses mesmos parâmetros, definem logo sua direção, em busca de sua localização, rumo aos ínvios sertões do oeste, como Lindolfo Xavier. Aqueles que o vêem de dentro, não raro estão convencidos de que este espaço ainda precisa sair da barbárie e chegar à civilização, constantemente desafiando-o a superar o meio em que vivem[329]. Aqueles que pretendem enxergá-lo por fora, estão quase sempre prontos a combater a barbárie e levar a civilização, semeando cadeias, escolas e estradas, erguendo cidades. É nessa pluralidade de perspectivas sobre o mesmo espaço que encontram sentido para sair, chegar, trazer, levar, especificar ou universalizar. Quando visto do litoral, como sertão, do conhecido ao desconhecido, ou mesmo das tentativas de falar de dentro dele, como sertão para o litoral, o oeste de Minas, como trama, se apresenta como o espaço para se ir e voltar, talvez a forma mais frágil e mais imediata de viver. E viver, mesmo parte do oeste de Minas adentrando sertões, e não se identificando como parte dele, é muito perigoso.

*

A insistência em tratar das formas de apropriação do espaço pela dualidade campo e cidade, sertão e litoral, a vinculação entre sertão e campo/rural parece constitui desafio teórico, metodológico e político de primeira ordem por dificultar um olhar crítico para nossos modelos de desenvolvimento, consolidados no projeto modernizador industrial e urbanizador nos termos em que é enunciado, pelo menos, desde os últimos cem anos. As análises mais ambiciosas sobre o tema, insistindo na dualidade cidade-

[329] "Meu caro Capanema, (...) tua persistência em Pitangui tem algo de heróico. (...) tanto afrontarás a cidade, que te tornarás superior a ela. Um dia ela deixará de existir em ti. CARTA de Gabriel Passos a Gustavo Capanema. 28 de março 1924. CPDOC, AGC.

moderno X campo-sertão, não têm ultrapassado as derivações do modelo, reconhecendo-o ora numa *"modernização do sertão"*, ora *"[n]uma sertanização"*[330] das cidades.

Essa vinculação fundamenta tanto análises saudosistas de uma improvável volta à vida rural – relembremos os termos de Lindolfo Xavier e sua estapafúrdia saudade do cativeiro –, como negação inútil dos processos de mudança pelos quais a sociedade brasileira tem passado – o que descamba quase sempre na aceitação de sua irreversibilidade – quanto no fomento indiscriminado do desenvolvimento, visto como sina ou como destino, quando não raro se considera a ampliação do consumo, do trabalho assalariado, do perímetro urbano e de todas as mazelas de nossas cidades "modernas" como solução natural para resolver os problemas econômicos e sociais. Os índices de urbanização já não permitem falar em diminuição do êxodo rural ou de uma idealizada volta ao campo, mas enquanto estivermos construindo cidades pensando que, qualquer núcleo urbano seja melhor do que a vida no campo, aquela que nos assombra nos termos de um sertão inóspito, espaço bárbaro, sistema-jagunço, como se existissem apenas duas alternativas de apropriação do espaço, transformando o caminho da "cidade" na única opção ao "caminho da roça", ficará difícil discutir outros projetos viáveis[331] de habitar, de conviver e de se apropriar do espaço. É aqui que a dualidade cidade-sertão aparece mais perversa e desafiadora.

Vede. Causa lástima – terminemos com os termos de Joaquim de Oliveira. Se nos estudos urbanos muito já se avançou na percepção das múltiplas experiências de viver na cidade para além das projeções dos urbanistas impondo um modelo de sociabilidade aos seus habitantes supostamente alheios aos processos de mudança[332], a nossa idéia de espaço rural, colada à noção de sertão – e ao instrumento óptico que melhor lhe corresponderia –, parece ainda uma nuvem a nos impedir de enxergar outras relações possíveis dos homens no espaço, talvez menos predatórias, mais humanizadas, fazendo jus ao velho conceito de ecúmeno, carregado de novas dimensões[333]: como espaço habitado e habitável.

---

[330] MONTI, Estevão Ribeiro. *As veredas do Grande Sertão-Brasília: ocupação, urbanização e resistência cultura*l. Universidade de Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2007, p.22.

[331] É pertinente associar essa visão às propostas, críticas e desafios em torno das discussões sobre reforma agrária e assentamento rural no Brasil. Questões como "qual a finalidade de novos assentamentos? O governo não está apenas mudando a miséria de lugar?" ou "Os pesquisadores dizem que o latifúndio [improdutivo] acabou, que essas terras só existem no sertão e na Amazônia. (...) Como o senhor espera que, usando enxadas, os assentados consigam competir com fazendas que utilizam máquinas guiadas por satélite?" Trechos das questões feitas por Alexandre Secco a Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário em 2003. Entrevista. *Veja.* São Paulo. 26 mar. 2003.

[332] Limito-me a uma referência significativa. Ao tratar de mudanças da cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX, Josianne Cerasoli atenta para um "cenário de modernização plural, tensa e negociada envolvendo diferentes e projetos". Cf. CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Campinas, SP: 2004. (Tese de doutoramento).

[333] SANTOS, Milton. O território do dinheiro e da fragmentação. In: SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretar o Oeste de Minas como uma busca de sentido para a modernidade

> A narrativa histórica do Brasil, sempre pareceu algo que se aproximava de mim, mas que nunca chegava de verdade. Vinha de não sei que continente, triscava alguma cidade que eu já ouvira de nome, passava perto, numa picada ou numa estrada real. Mas passava. Não ficava, sumia. Quase sempre era esperada: ansiosamente! Vez ou outra, um conterrâneo cismava em ganhar o mundo, seja correndo atrás de um sonho ou por modo de um talento não controlado que buscava meio de se desenvolver. Ia embora. Eu não compreendia como se dava esse retorno a um lugar de onde não se tinha saído. Um reencontro desencontrado que sempre insistia em levar os meus. Não contente com minhas percepções, cansei-me de esperar a história chegar e saí, eu mesmo, em busca dela. Não foi tarefa fácil. Sempre escorregadia ela saltava do Nordeste ao Norte, passava pertinho de Pitangui e como que por milagre esmaecia-se, ressurgindo faceira [uns cem anos adiante] em terras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Encontrei-a esporadicamente no Sul. O que há com esse lugar que espanta o conhecido?
>
> Notas de Pesquisa, Abaeté, 2007[334].

> Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?
>
> João Guimarães Rosa, *Grande Sertão:veredas*, 1956[335].

> Pois todo o conceito de caminho e fim que traz consigo a ilusão de um ponto final necessariamente comum, é aqui inoportuno e apenas um abuso de uma analogia espacial; por assim dizer, as qualidades daquelas mobilidades somente teriam um nome se os princípios absolutos pudessem sobressair a eles como ponto de chegada ideais. Somente na cristalização dogmática reside uma contradição entre eles, mas não no interior da própria mobilidade da vida filosófica, cujo caminho individual pode ser comum e caracterizado pessoalmente mediante tantas quantas curvas e sinuosidades ele conduza.
>
> Georg Simmel, Berlim, 1911.[336]

No último movimento dessa incursão pela trama de regionalizações do oeste de Minas em suas (im)pertinentes relações com os insistentes sertões enunciados convém revisitar alguns momentos de nosso percurso de investigação em que as trajetórias tiveram de ser reavaliadas. Chegado o final do percurso, ainda que não a um ponto final, é o momento de enfrentar a expectativa por conclusões retomando nossos objetivos, testando a sobrevivência de nossas hipóteses para, em seguida, tentar avaliar o alcance e os possíveis desdobramentos desta proposta, bem como alguns de seus encaminhamentos possíveis.

---

[334] NORONHA, Gilberto. *Notas de Pesquisa*. Abaeté. 26 de julho de 2007.
[335] ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas.* 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
[336] SIMMEL, Georg. Einleitung. In: Philosophische Kultur. Berlim, 1911. Apud. WAISBORD, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP/Ed. 34, 2000. p. 18.

*

Já no diapasão das considerações finais, entretanto, ouvimos ainda incômodos ruídos desafinados que nos fazem mirar o ponto inicial, já tão distante, ensaiando desejos de retomada, antes mesmo da chegada um tanto hesitante que não alimenta alcançar um ponto de cristalização dogmática. Ao (re)tomar o mesmo caminho, em sentido inverso, é possível que se observe que a mudança de sentido [do sertão para o oeste de Minas], como a mudança de escala [do geral para o particular], também pode representar modificação de significados. Não é apenas o que se pretende na organização da narrativa, mas como a idéia fundamental que se defende, por meio dela. Idéia que ambiciona contribuir para responder à questão geral que nos acompanha desde os meus primeiros percursos históricos e historiográficos: *quais contribuições a (re)leitura de espaços e tempos relegados nas narrativas da história brasileira poderiam dar à nossa compreensão de sua história, em seu duplo sentido?*

*

Uma das questões que se mostraram intrigantes, desde o início da pesquisa nos arquivos, sobretudo nos familiares, incluindo-se os depoimentos orais[337], é que nas falas daqueles que se identificam como habitantes desse espaço – representado de diversas formas e em seu conjunto, nomeadas oeste de Minas – comparadas às outras fontes (jornais, relatórios de governo, literatura e bibliografia especializada) raramente aparecia o termo sertão para se referir ao seu lugar de vivência. Constatação que me obrigou a reconhecer que poderia não haver uma relação automática e necessária entre a experiência de viver nesse espaço que eu chamava de oeste de Minas com aquilo que os trabalhos que ambicionam retratar o cotidiano, as experiências culturais, econômicas, sociais e históricas desses sujeitos tratam como experiências de vida no sertão, seja ele entendido como espaço físico, social e histórico em seus diversos significados.

Essa constatação evoluiu para a desconfiança e logo se tornou motivação para reconsiderar o título inicial do projeto de pesquisa, indício da mudança de perspectiva em relação ao problema de investigação que, até aquele momento, tinha sido desenvolvido por meio de recortes espaciais e temporais definidos *a priori*, quando havia decidido lidar apenas com as fontes jornalísticas e literárias. Eu havia assumido peremptoriamente a

[337] Fruto de entrevistas realizadas por mim, durante pesquisa sobre Joaquina do Pompéu ou arquivos particulares como do Arquivo Particular de Dona Chiquinha sob a guarda de Rita Arruda. Abaeté-MG. Utilizo nesta seção também os registros feitos por Carlos Rodrigues Brandão, em sua viagem pelos "sertões roseanos" em 1989, publicados em BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão... op. cit. 2006. p. 41.

categoria S*ertão Oeste de Minas Gerais*[338] como um recorte adequado à área de abrangência da pesquisa e considerava que esta configuração espacial tivesse sido gestada na passagem do século XIX e XX, nos tempos da primeira república brasileira. Se isso se mostrou válido para o termo Oeste de Minas, o mesmo não pode ser dito em relação ao sertão. Ao invés de tentar entender as relações dos homens com este espaço específico classificava-o, de antemão, por meio das ditas imagens e representações do *Sertão do Oeste de Minas Gerais*. Adotava procedimento que, se não era original, demonstrava mais o modo como eu enxergava aquele espaço [o meu lugar], apoiado nas informações dos trabalhos que havia lido sobre o tema, do que minha disposição para investigá-lo [baseado em minha própria 'experiência' de viver nele]. Entretanto, não apenas me convenci da necessidade de consulta a outras fontes e da relativização do recorte temporal como também percebi que era necessário problematizar a própria relação – possível, mas não necessária –, entre sertão e Oeste de Minas para tentar surpreender e não corroborar as configurações sociais que as tornavam (im)possíveis e (des)necessárias.

A solução narrativa encontrada para falar do processo de regionalização sem assumir qualquer uma delas, como visto, foi me referir ao oeste de Minas como trama que continha, mas não se resumia ao Oeste de Minas. Uma forma de separar o estudo de uma região – como unidade homogênea (física, econômica, social, política e cultural) – da problematização das formas históricas de constituição dos fenômenos de regionalização.

Não considerar *a priori* que este espaço "não regionalizado", ou concebido como região sob diferentes formas, fosse o sertão é o desafio que se seguiu. Se oeste de Minas [estratégias de regionalização do espaço, incluindo-se a minha própria] e sertão são formas de representação do espaço, e nesse sentido poderiam ser considerados de mesma "natureza", entretanto, observamos que essas categorias assumem função cognitiva, social e política diferenciadas. Se as regionalizações apontam para especificações do espaço que pressupõem uma lógica interna – ainda que não desconheça os movimentos mais abrangentes dessa lógica de especificação-generalização – a categoria sertão, remete a pontos de vista e escalas de observação diferentes da de Oeste de Minas exigindo ou possibilitando a exterioridade do ponto de vista daquele que o caracteriza. Isto nos possibilita tomar oeste de Minas [região] e sertão como paisagens [recorro à geografia] que se diferenciam pelo lugar de observação ocupado pelo sujeito que os enuncia e pela escala que ele adota. Nesse

[338] NORONHA, Gilberto Cezar de. Sertões enunciados: Imagens e representações do sertão do oeste de Minas Gerais nos discursos da imprensa local e na literatura dos primeiros anos da República. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História.* São Leopoldo. Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

sentido, a própria idéia de oeste de Minas como trama de regionalizações tem a função cognitiva de tornar possível "pensar" o objeto de uma perspectiva interna, numa escala grande, enquanto sertão possibilita pensá-lo de fora, numa escala pequena. Além disso, em suas dimensões temporais, o oeste de Minas envolve um esforço de 'produção de memórias' enquanto o sertão envolve a produção de esquecimentos.

Começamos falando de região, duvidando da unidade e da homogeneidade que a figura-símbolo Joaquina do Pompéu forneceria ao Oeste de Minas e terminamos reconhecendo-o como paisagem histórica com forma e funcionamento discutidos nos mesmos termos do sertão como paisagem, ainda que não na mesma escala nem com a mesma função. Essa noção nos coloca em dívida com geografia e com sociologia, com as quais flertamos durante todo o percurso. O espaço seria o paradigma conceitual contemporâneo? Ou a impressão de que a noção de espaço tenha substituído a de tempo merece outras formas de abordagem?

A análise de relações específicas do homem com o espaço corrobora a idéia de que as formas espaciais não são apenas resultado da ação recíproca entre os homens (Simmel), mas os seus conteúdos afetam a própria constituição da sociedade e, por essa razão, o espaço não pode ser tomado apenas como natureza virgem onde o homem trabalha (labora) para se manter vivo, mas como obra pela qual se fabrica a objetividade do mundo e a subjetividade humana, conferindo durabilidade à existência dos homens (historicidade), pelo verbo e pelo ato (Arendt). Se a consciência modifica sua percepção do espaço, do mesmo modo que o espaço se modifica, é possível e necessário fazer não apenas uma história das transformações do espaço habitado, mas uma história das transformações das nossas formas de percepção do espaço transformado, pensado ora como uma aldeia global, ora como um complexo de civilizações em choque.

*

Este trabalho pode ser tomado como um percurso inconcluso, sob pelo menos três sentidos. Primeiro porque é uma proposta de viagem da superfície às mais enraizadas formas sociais compartilhadas na cultura brasileira, o que pode parecer insuficiente porque pressupõe "olhares" que poderiam ser ampliados ou reduzidos infinitamente. Nesse sentido, pode sempre ser recomeçado, seja numa leitura de trás pra frente – das generalizações às especificações, seja retomando a superfície revisitando-a com as informações colhidas na viagem anterior para (re)estabelecer novas significações.

Este percurso também não poderia ser dado por concluído, pela própria característica do trabalho historiográfico, guiado pelas escolhas subjetivas do autor que

modifica o que estuda e modifica-se ao estudar, nos diversos e ilimitados caminhos de leitura possíveis. Seja pela forma como foi construído ou pela forma como pode ser lido, ele não representará o grito da outra margem a nos fazer revelações sobre a travessia.

E num sentido bastante específico, considerando o plano inicial da tese, é também inconcluso: ainda será necessário avançar na análise da história do Brasil levando em conta as especificidades locais e regionais sem, no entanto, desconsiderar as análises mais gerais e generalizantes, deslocando as polarizações que se percebem ainda hoje, nas obras sobre a história do Brasil, ora presas a lugares e regionalizações, ora generalizantes tomando noções relacionais como conceitos rígidos fixada a determinados recortes e posicionamentos políticos. Nesse sentido, muito ainda há que se discutir, e muito que se escavar nos arquivos e no terreno das idéias (como a lógica) que fundamentam as visões dualistas que na sociologia aparecem como as polarizações como indivíduo e sociedade, na geografia em discussões sobre região e globalização, natureza e sociedade, na lingüística e na análise do discurso como a relação entre língua e fala, na teoria literária e na literatura na construção do cânone e nas ditas literaturas regionais, nacionais e obras universais, e na história do Brasil, nas análises presas à noção de sertão assentada nas dualidades de natureza e cultura, exclusão-inclusão, arcaico e novo, tradicional e moderno, dentro e fora, campo e cidade, história local e história geral.

O não cumprimento do roteiro em toda a sua extensão é sintomático: esta crítica e a busca de alternativas teórico-metodológicas frente aos desafios trazidos pela variação de escalas sem abandonar as explicações abrangentes não é tarefa para se cumprir numa arrancada viageira. Ela precisa de mais espaço e também de mais tempo. E ainda podemos pensá-los separadamente?

Os resultados do esforço podem ser fragmentários,
mas o esforço não o é.[339]

[339] SIMMEL, Georg. Einleitung. In: Philosophische Kultur. Berlim, 1911. Apud. WAISBORD, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP/Ed. 34, 2000. p. 18.



APDC: Foto do Arquivo Particular Dona Chiquinha- Abaeté-MG

Certa vez, uma amiga às vésperas de voltar de uma temporada em Paris, assustada e com medo do retorno aos laços sociais do Rio de Janeiro depois de um afastamento solitário, expressou profundo desejo de se "alojar em algum aconchego antes de voltar à rotina carioca" e me fez um pedido insólito: "Posso me abrigar no seu sertão?" Difícil imaginar o quanto foi doloroso ter que lhe explicar assim de supetão, que o meu sertão só havia quando visto de lá. Aqui, ela encontraria somente a vida em toda a sua clareza ofuscante, sem o aconchego das formas pelas quais, de longe, parecia tão calma e emocionante.

Notas de pesquisa, Abaeté, 2010[340].

[340] NORONHA, Gilberto. *Notas de Pesquisa*. Abaeté. 20 de dezembro de 2010.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – FONTES

A) Documentais

ABAETÉ. *Rodovia – BR-352: Trecho Belo Horizonte/Goiânia: Reivindicação dos Municípios situados na sua área de influência*. Abaeté: Prefeitura Municipal de Abaeté. 1971 (mimeo.).

Alvará de 18 de novembro de 1729. Apud. FARIA, Maria Dulce. A Representação Cartográfica no Brasil Colonial na Coleção da Biblioteca Nacional. Disponível in: http://consorcio.bn.br/cartografia/cart_colonial.html Acesso em 10 nov. 2010.

ARAÚJO, Francisco Manoel Alvares de. Navegação a vapor do Rio São Francisco. *Relatório da Secretaria de Agricultura*. 1872. A-T.2.

APM. Arquivo Público Mineiro, Seção colonial, cód. 165, folha 90v-91.

CARTA aos oficiais da câmara do Rio de Janeiro inquirindo a razão pela qual só tinham concedido meia légua de terras ao alferes Apolinário Pereira Cabral, quando ele requisitara uma légua. Rio de Janeiro a 12 de Mayo de 1772, Marquês do Lavradio. Lisboa, BNP, Códice 10614, fl. 8.

CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 27 de abril de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

CARTA de Antônio Amador Álvares da Silva a Gustavo Capanema de 17 de agosto de 1931. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Rio de Janeiro. GCb/Silva A.

CARTA de Augusto para Sérgio, Porteira de Chave, 23/07/1941 Augusto, Porteira de Chave, 23/07/1941 pertencente ao Arquivo Pessoal Dona Chiquinha sob a guarda de Rita Maria Arruda Ferreira. Abaeté. Minas Gerais.

CARTA de Dário de Almeida Magalhães a Gustavo Capanema Belo Horizonte, 03/09/1928. CPDOC, AGC/ Magalhães, D.b doc. 720.

CARTA de Emílio Moura a Gustavo Capanema. Dores do Indaiá, 11/11/1924. CPDC. AGC.

CARTA de Gabriel Passos a Gustavo Capanema. 28 de março 1924. CPDOC, AGC.

CARTA de José Maria Álvares da Silva a Gustavo Capanema. Fazenda da Lapa, 11 de março de 1931. Rio de Janeiro. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema. GCb/SILVA, José Maria.doc. 4.

CARTA de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org). A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro. Livros de Portugal, 1943. p. 239-240.

CARTA de Sesmaria a Inácio de Oliveira. Vila Rica. 03 de março de 1728. APM. AFJB.

CERTIDÃO de casamento de Judith Álvares de Souza e Sérgio Gonçalves Ferreira. Leandro Ferreira. 29 de setembro de 1918. Arquivo Particular Dona Chiquinha.

COELHO, José João Teixeira. Instrucção para o governo da Capitania de Minas Geraes. (1780). In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VIII, I e II, Jan/jun 1903.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. *Módulo – Revista de Arquitetura e Artes Plásticas*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 08, edição especial, julho, 1957.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

ROSA, João Guimarães. *Correspondência com o seu tradutor italiano Eduardo Bizzarri*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]. Rio de Janeiro: Typographia perseverança, 1867.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]. Rio de Janeiro: Typographia perseverança, 1868.

DOCUMENTOS históricos do APM. VII - Reg.o da provisão do caixa e adm.mor G.al o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de outras materias concernentes á administração dos diamantes do Abaeté. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 09, v. I e II. 1904, p. 379-406.

ESCRITURA de apartamento de sociedade de compra e venda q. faço com mª. m.ex. D. Joaquina Bernarda da Sª. de Abreu Castelo Branco. 01/05/1782. APFJBP. Caixa 01, série 01. p. 01-02.

FALLA dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837, pelo presidente da província, Antonio da Costa Pinto. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840.

FALLA que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por occasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente da provincia, dr. barão de Camargos. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1889.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Regiões de Planejamento*. Belo Horizonte: s/n. 1992.

GODOY, Joaquim Floriano. Plano de Viação Férrea. In: RELATÓRIO com que o sr. senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da província ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belém por ocasião de retirar-se para tomar assento na Câmara Vitalícia. Ouro Preto, 1873, Apenso 13.

KRAUSS, Carlos. Reconhecimento Geral sobre o rio São Francisco na parte inferior à cachoeira do sobradinho: estudos preliminares para uma via férrea do Porto das Piranhas a Jatobá onde a navegação é interrompida pela cachoeira de Paulo Affonso. In: RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]. Rio de Janeiro: Perseverança, 1868. Anexo T.

MENSAGEM dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro na sua 2ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura no ano de 1904. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas de 1891*: promulgada em 15 de junho de 1891. Disponível em http://www.almg.gov.br/ Acesso em 15 de agosto de 2009.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 623, de 30 de maio de 1853.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 2.651, de 4 de novembro de 1880.

MINAS GERAIS. Relatório que apresentou ao exmo vice-presidente da província de Minas Geraes, Dr. Elias Pinto de Carvalho, por occasião de lhe passar a administração em 30 de junho de 1867 o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.

MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Cesário de Faria Alvim em 15 de julho de 1891 pelo Dr. Antônio Augusto de Lima, ex-governador do mesmo estado. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892.

MINAS GERAIS. Secretaria do interior. Polícia Civil. *Introdução ao Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário do Interior pelo chefe de Polícia Dr. José Vieira Marques em 1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

NOTÍCIA diária e individual das marchas[,] e acontecimentos ma(i)s condigno(s) da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente[,] e Guarda(-)mor Inácio Corre(i)a Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 108, 1988, p.47-113.

NOVA TAVOA GEOGRAPHICA DA TERRA DO SERTAM DE MALACA que mostra o Estreito de Malacca e o interior da Península de Malaia (no Sudeste Asiático), obra do português-malaio Emanuel Godinho de Eredia (1563-1623). 1 mapa manuscrito em aquarela e bico-de-pena. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

O ESTADO DE MINAS GERAIS. Factos e números coordenados para a carta Commemorativa do 1º Centenário da Independência Nacional. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1923.

OFFº de S. Ex. de 22 de janeiro de 1808. *Revista do Arquivo Público Mineiro* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, jan-jun, 1904. p. 396.

PASTORAL COLETIVA. *Constituições Eclesiásticas do Brasil: nova edição da Pastoral Coletiva de 1915*. Canoas: La Salle, 1950.

PEREIRA, Manoel Costa; MESQUITA, Antônio da Costa; MAMBRO, Antônio de. et. al. *Carta a Dom Manoel Nunes Coelho Bispo Diocesano*. Pimenta. 18 de jul. 1936. ACDL.

PINTO, Antônio Costa. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837*. Ouro-Preto: Typ. do Universal, 1837. p. XXIV.

PRÊMIOS aos descobridores do diamante do Abaeté. Documentos diversos. Revista do *Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto. Ano II, 1897, p. 41- 43.

RGº do Offº do Exmo. Snr. General de 26 de 7brº de 1807. Revista do Arquivo Público Mineiro Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, jan-jun, 1904. p. 39.

REG.º da Provisão do Caixa e Adm.mor G.al o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de outras matérias concernentes à administração dos diamantes do Abaeté. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n.IX, jan-jun, 1904.

REGIMENTO do Offº de S. Ex.cia de 14 de dez.bro de 1807. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano IX, jan/jun, 1904. p. 393-394.

RELATÓRIO com que o Sr. senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da província ao 2º vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belém. Ouro Preto, 1873.

RELATÓRIO à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2.a sessão da 22.a legislatura a 15 de outubro de 1879 pelo Ilm. e Exm. sr. dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da mesma província. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1879.

RELATÓRIO PRELIMINAR de Desenvolvimento Local Integrado de Abaeté. Abaeté/MG: 3P Pesquisas, Planejamentos e Projetos S/A, 1971.

REQUERIMENTO (minuta) de Apolinário de Sousa Caldas, furriel da Cavalaria de Minas Gerais, pedindo promoção ao posto de Alferes ou de tenente de seu regimento.

09/09/1822. Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais. AHU. Minas Gerais. Cx.: 188, Doc.: 33.

REQUERIMENTO do furriel Apolinário de Sousa Caldas, designado para acompanhar o naturalista Joaquim Veloso de Miranda na exploração dos produtos botânicos pintando e desenhando as plantas, que acompanhou também José Vieira Couto na descoberta da Nova Lorena Diamantina, solicitando a sua passagem para o 1º Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, no posto de tenente. Em anexo: 1 certidão. 7/1/1825. AHU. Minas Gerais. Cx.: 188, Doc. 35.

SANTA SÉ. *Bula Pontifícia* "Romanis Pontificibus" *de 08 de julho de 1918*. Bento XV. Reg. In Canc. Ap. vol. XVI, n. 21.

TELEGRAMA de Gustavo Capanema a José Maria Álvares da Silva [cópia]. 8 de outubro de 1934. Rio de Janeiro. CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema. GCb/SILVA, José Maria. doc. 0161.

WHITAKER, John. Relatório do chefe da Comissão de Estudos para o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas Manoel Pinto de Souza Dantas [1866]. Rio de Janeiro: Typographia perseverança, 1867. Anexo L.

B) Entrevistas

CRUZ, José Ferreira da. Paineiras. 12 de novembro de 2004. Entrevista.

FERREIRA, Rita Maria Arruda. Abaeté. 28 de agosto de 2009. Entrevista.

MACIEL, Gilson Dias. Pompéu, 05 jan. 2005. Entrevista.

OLIVEIRA, Djalma V. de. Cacique Kaxixó. Martinho Campos, Capão do Zezinho, 06 de dezembro de 2004. Entrevista.

PEREIRA, Aloysio da Cunha Pereira. Entrevista oral Gravada. Abaeté MG, 24 de abril de 2009. Fita Cassete. 46 minutos.

SILVA, José Francisco. Entrevista concedida a Ataline Geralda da Silva. 30 de mar. 2008.

C) Periódicos

ABAETÉ-JORNAL. Abaeté, 14 mai. 1944.

ÁGUA POTÁVEL. *O Indayá*. 28 de janeiro de 1906. p. 1.

ALBERTO FILHO, Júlio. Conhecendo a história política de Abaeté. Entrevista. *Nosso Jornal: folha comunitária de Abaeté.* Abaeté, fev. 2008, p. 13-15.

ALBERTO, Sizínio. Causos de Abaeté. *Nosso Jornal:* Folha Comunitária de Abaeté. Abaeté, 01 set. 2002.

AMADOR, Paulo. O modernismo platônico de Emílio Moura. *Jornal do Brasil*, 26 jul. 2003.

ARGEMIRO, Alberto (o velho). Houve tempo... *Centro de Minas*. Curvelo, 28 out. 1956. p. 1.

A CADEIA. *Oeste-Jornal*. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919.

A ESPERANÇA. Orgam imparcial. Curvelo. 12 de set. 1902.

A NOSSA INAUGURAÇÃO. *O Abaeté*. Abaeté/MG, 18 set. 1904. p. 1.

A NOTÍCIA. Editorial. A lenha. 7 de fev. 1918.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá, 14 jul. 1973. p. 2.

_____. O Centenário da Estrada de Ferro. *Voz do Oeste*. Dores do Indaiá, 23 nov. 1930.

BUENO, Mirian. Caiu do céu para mim. PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 mai. 2009. Caderno Economia.

CABRAL, Gisela. Ambientalista viaja sozinho pelo São Francisco e faz levantamento ambiental do rio. *Correio Brasiliense*. Brasília, 24 jan. 2010.

CAETANO, Tonico. Paisagens de Nossa Terra. *O Liberal*. Dores do Indaiá, 06 out. 1973. p.1

CAMPOS, Mauro de Almeida. Esclarecimentos sobre a história política de Abaeté. Cartas. *Nosso Jornal:* Folha comunitária de Abaeté. Abaeté, mar. 2008. p.2.

CAMPOS, Paulo. T. *Cinqüentenário de Bom Despacho (1912-1962)*. Bom Despacho, 1 de jun. 1962.

CASTRO, Isauro José de. Apresentação. *O Abaeté em Marcha*: órgão oficial do município de Abaeté. Abaeté, MG, 25 mar. 1971.

CIDADE DO PARÁ. Cidade do Pará. 09 de out. 1910.

CINQÜENTENÁRIO DE BOM DESPACHO (1919-1962). Bom Despacho. Edição comemorativa, 01 jun. 1962.

COELHO, Dom Manuel Nunes. Carta pastoral. *Luz do Aterrado:* órgão catholico da diocese do Aterrado. Luz/MG, 25 mar. 1922. p. 1.

CONTRA OS VAGABUNDOS. *A Notícia*. Formiga, 16 ago. 1917. p. 2

DORES-JORNAL. Orgam dos interesses do Município e da Zona Oeste de Minas. Dores do Indayá, 1 de nov. 1930.

ESTADO DE MINAS. Prefeito de Bom Despacho emprega parentes no ProJovem. Belo Horizonte, 25 jan. 2010.

FERREIRA, José Gonçalves. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*, Dores do Indaiá, 01 nov. 1975. p. 1.

FERREIRA, José Gonçalves. Reminiscências Dorenses. *O Liberal*, Dores do Indaiá, 06 mar. 1976. p. 1.

_____. A volta da estrada de ferro. *O Liberal*. Dores do Indaiá. 04 set. 1976. p.3.

FERREIRA NETO. Olhar retrospectivo. *O Cordisburgo*. Cordisburgo, 08 de jun. 1913. p.1.

FIÚZA, Rubens. Escritores dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá. 02 de abr. 1976. p. 3.

_____. Escritores Dorenses. *O Liberal*. Dores do Indaiá. 03 jul.1976. p. 1.

_____. *O Liberal*, Dores do Indaiá, 12 fev. 1977. p. 2.

_____. O vigilante II. *O liberal*. Dores do Indaiá. 21 mai. 1977. p. 1.

_____. Obras do Poeta dorense Emílio Moura. Coluninha do vigilante. *O Liberal*, Dores do Indaiá, 11 mar. 1978. p. 1.

FURBINO, Zulmira e VIEIRA, Marta. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 2009.

GUIMARÃES, Canuto. 15 de novembro. *A notícia*. Formiga, 16 de nov. 1916.

GUIMARÃES, Honório. Pensamentos. *A Esperança*. Curvelo. 12 de set. 1902.

MENDES, Grisalho. *O Momento*. Pará de Minas. 07 set. 1922. p. 2.

IGLÉSIAS, Francisco. O poeta Emílio Moura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 out. 1949.

LEITE, Nicolau T. Editorial. *Bom Despacho,* Bom Despacho, 27 mar. 1927.

LIMA, Grijalva. A escola e o crime. *A notícia*. Formiga, 16 de nov. 1916.

LOPES, Gerson. Dr. Amador era um Deus para muita gente. *Nosso Jornal,* Abaeté, 01 jul. 2005.

LUZ DO ATERRADO. Aterrado, Dores do Indaiá, 25 mar. 1922. p. 4.

_____. Aterrado. Dores do Indaiá, 21 out. 1922.

LUZ DO ATERRADO. Editorial. Luz-MG, 11 jan. 1923. p.1.

_____. *Editorial*. Aterrado, Dores do Indaiá, 11 fev. 1923. p. 1.

_____. Onde fica Luz do Aterrado, sede do bispado do oeste de Minas. Aterrado, Dores do Indaiá, 01 mar. 1923. p. 2-3.

_____. *Editorial*. Aterrado, Dores do Indaiá, 25 mar. 1923 p. 1.

MUNICÍPIO DE CURVELO. Órgão republicano. Curvelo, 02 de jul. 1897.

NOSSO JORNAL. *Dr. Amador*. Abaeté, 01 jul. 2005.

_____. Abaeté, Minas Gerais. Abril de 2010.

O ABAETÉ. *Editorial*. Abaeté- MG, 7 de set. 1904.

_____. Abaeté, MG, 18 de set. de 1904.

_____. Editorial. Abaeté-MG, 25 dez. 1904.

O ABAETÉ EM MARCHA. *Editorial*. Abaeté, MG, 20 mai, 1971.

_____. *Editorial*. Abaeté, MG, 20 jul. 1971. p. 1.

O ABAETÉ EM MARCHA. Abaeté. 07 de set. 1971. p. 3.

_____. *Editorial.* Abaeté, MG, 11 mar. 1972. p. 1.

_____. Abaeté, MG, 21 mai. 1972.

O CENTRO OESTE DE MINAS. *O Abaeté em Marcha,* Abaeté, MG, 21 mai. 1972. p. 1.

O CORDISBURGO. Cordisburgo. 23 fev.1913. p.1.

O CURVELLANO. Curvelo. 13 de dez. 1908.

OESTE-JORNAL. Orgam dos interesses do município. Dores do Indayá. 2 de dez. 1919.

O LIBERAL. Dores do Indaiá, 04 set. 1976. p. 3

OLIVEIRA, Joaquim José de. Editorial. *O Abaeté,* Abaeté/MG, 07 set. 1904. p. 1-2.

_____. A cadeia. Editorial. *O Abaeté,* Abaeté/MG, 18 set.1904. p 1.

_____. Via férrea da Capital a Pitanguy. *O Abaeté,* Abaeté, 23 out. 1904. p 1.

_____. *O Abaeté,* Abaeté/MG, 13 nov. 1904. p. 1

_____. A vadiagem. *O Abaeté,* Abaeté, 28 mai. 1905. p. 1.

_____. *O Abaeté,* Abaeté/MG, 5 nov. 1905. p. 1.

PAIVA, Paulo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 mai.2009. Caderno Economia.

PEREIRA, Aloysio da Cunha Lucas. *O Abaeté em Marcha*. Editorial. Abaeté/MG, 20 mai, 1971.

_____. *Abaeté em Marcha*. Abaeté, 26 ago. 1978. p.3.

_____. Entrevista. *Nosso Jornal*, Abaeté/MG, 01 ago. 2005.

SANTIAGO, José de Araújo. Recordando e respondendo. *Centro de Minas,* Sant'Ana de São João Acima (Pará de Minas), 20 abr.1890. p. 1.

VOSSA SENHORIA. *Esse Brasil!* Abaeté, 12 set. 1948. p. 3 e 6.

_____. *Editorial*. Abaeté. 13 jan. 1949. p. 1.

D) Mapas

A CARTA de Minas Comemorativa do Centenário. *Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira*. Belo Horizonte, v.1, fascículo 3, set. 1923.

CARTA Chorographica da Província de Minas Geraes feita por Frederico Wagner. 1855. Apud: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. Pasta 1.

CARTA da capitania de Minas Geraes**.** [1746-1759]. 1 mapa ms.: desenho a nanquim, aquarelado : 77,5 x 69,5cm. Biblioteca Nacional (Brasil). Cartografia ARC.004,06,038.

CARTA da Nova Lorena Diamantina. De José Vieira do Couto. Desenhista C.R.X.D. Villas Boas. 1801. 45,0 x 35,6 cm.; AHU (N.269/1179).

CARTA da Província de Minas Geraes segundo o projeto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado. 1873. Apud: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.

CARTA do Município de Abaeté em 1922. Arquivo Público Mineiro. APM-069.

CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes – 1804. Caetano Luís de Miranda [AHEx]. Apud.: COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.

CARTA TOPOGRÁFICA das terras entremeyas do sertão e destrito do SERRO DO FRIO com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentíssimo Senhor CARDEAL DA MOTA. Por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, capitão mandante dos dragões daquelle estado. 1731. 48,1 x 59,5 cm. Aquarela coloida. AHex. (n. 06.01.1135; CEH 3193). Apud. COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.

[MAPA abrangendo a região entre o alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba, o Rio Pitangui (atual Pará) e o Rio São Francisco]. Região das Minas de Ouro. 19º-20º 30'S. Diogo Soares. ca.1734/5. Apud. Apud. COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.

[MAPA DA] BR/352. In: ABAETÉ. *Rodovia – BR-352: Trecho Belo Horizonte/Goiânia: Reivindicação dos Municípios situados na sua área de influência*. Abaeté: Prefeitura Municipal de Abaeté. 1971. (Anexo II) p. 16.

MAPA da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas Comarcas. ROCHA, José Joaquim da. Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. Rio de Janeiro. *s/l*, 1778. (360 x 424 mm).

MAPA da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas. s.a – [s/i:s/d] Escala [indeterminada]. Escala de 40 légoas – 1 mapa: policromático. Aquarelado, manuscrito, 42.3 X 36,5 cm. Biblioteca Nacional.

MAPPA da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descripção a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grõde trabalho do seu autor / José Joaquim da Rocha o fez. 1777. 1 mapa manuscrito. desenho a nanquim. 63 x 48 cm em f. 69,3 x 54cm. Biblioteca Nacional. Cartografia ARC.030,01,033.

MAPPA da Comarca de Sabará. s/l, Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 1778 (740 x 5oo mm).

[MAPA da região compreendida entre o Rio São Francisco e a Mata da Corda]. CALDAS, Apolinário de Souza [18??]. Arquivo Público Mineiro. PP – 010.

[MAPA da região compreendida entre a mata da corda e o Rio São Francisco]. ROCHA, José Joaquim da. [17??]. Arquivo Público Mineiro. SC (007).

MAPA de todo o Campo Grande, tanto da parte da Conquista, que parte com a campanha do Rio Verde e São Paulo, como de Pihui, Cabeceiras do Rio de São Francisco e goiases. Desenhado pelo Capitão Antônio Francisco França. 1763. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP). Coleção da Família Almeida Prado.

MAPA de todo o campo Grande tanto da parte da Conquista, q' parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyras do Rio de S. Francisco, e Goyases na entrada que se fez para os certoes das conquistas do Campo grande por ordem do Ilmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.am Antônio Francisco França; Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona. Por Manuel Ribeiro Guimarães. Apud. COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. p.180-181.

[MAPA GERAL DO BRASIL]. Domenico Capasso. [1730] 1 mapa ms: desenho a tinta ferrogálica e aquarelado; 37 x 57cm. em f. 48,8 x 58,5cm. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Cartografia ARC. 030,02,016.

MOSTRACE neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais: com a devisa de ambas as capitanias dado pela Capitan José Manoel. Rocha, José Joaquim da, ca. 1796. 1 mapa ms. : desenho a tinta ferrogálica ; 49,8 x 42,5cm em f. 52,8 x 47cm. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. ARC.030,02,028 Cartografia.

MOSTRACE neste mapa o julgado das Cabeceiras do rio das Velhas [rio Araguari] e parte da capitania de Minas Gerais com a deviza de ambas as capitanias. ROCHA, José Joaquim da. 1780. 48 x 41 cm. Manuscrito e aquarela (fragmento); (MI (Mapoteca do Itamaraty. RJ). Inv. n. 1590. Apud. COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Op.cit. Pasta 1.

NOVA CARTA da Capitania de Minas Gerais feita pelo Barão de Eschwege, 1821. Apud. COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.

PLANTA Geral da Capitania de Minas Geraes**.** s. a, [ca. 1800] *Miranda.* Fundação Biblioteca Nacional. COSTA, Antônio Gilberto. (org). *Cartografia da conquista de Minas Gerais*. Pasta 1.

E) Fontes bibliográficas

AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001. (Tese de doutorado).

_____. O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*. Minas Gerais. v. 29, p. 79-97, 2003.;

_____. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 189-206, 2006.

_____. Os avanços e recuos no povoamento do Sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII: os limites da pobreza. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, v. 41, abr. 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poeta Emílio. *Poesia complet*a. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p.658-660.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Emílio Moura: Palma Severa. *Passeios na ilha*. Rio de Janeiro: J. Olympio., 1975.p.119-123.

ANDRADE, Francisco de Assis. Catálogo dos jornais mineiros em microfilmes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XXXI.

ARAÚJO, Alberto Vieira de. *Curvelo do Padre Corvelo**:** Notas historicas* . [s.l.]: Imprensa Oficial, 1988. 312p .

ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Ediouro. s/d .

_____. *Obra completa*. Edição de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

AZEVEDO, Djalma Alves de. *Um pouco de Luz*. Belo Horizonte. Sindicato dos Escritores do Estado de Minas Gerais, 2001.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de e FONSECA, Gustavo de Oliveira. Gestos, costumes e 'modos de fazer': tradições e bens culturais da cidade de Itapecerica/MG. In. CORGOZINHO, B.; CATÃO, Leandro Penna; PEREIRA, Mateus. H. F. (Orgs.). História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

BAHIA, Virgínia Guimarães. *Emílio Moura: bibliografia.* Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1967. (mimeo.)

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Martinho Campos. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. IX, Belo Horizonte, 1962.

_____. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s.ed., 1964.

_____. *O povoamento do Alto São Francisco e a fuga da Mineração*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

_____. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed.1972.

_____. *História de Dores do Indaiá*. Dores do Indaiá: Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, 1985.

BATISTA, José Marciano Gomes. Um diamante do Abaeté. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 513-515.

BRANDÃO, José da Silva. *São Gonçalo do Abaeté e sua gente***.** [Belo Horizonte]: AMG, [1994?].

CALDEIRA, Vanessa Alvarenga. *Caxixó: um povo indígena feito de mistura*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2006 (Dissertação de Mestrado).

CARDOSO, Pedro. Toda cidade tem o governante que merece. Fale com a Câmara. Acesso em 23 de maio de 2006. Hipertexto disponível em http://cidnet.com.br/falecom/paineiras/camara/ Acesso em 23 de fevereiro de 2010.

CHAVES, Alexandre. *Atrevida. Bom Despacho*, MG: Belo Horizonte: Do autor, 2006.

CHAVES, Pepe. *João Dornas Filho: vida e obra do historiador mineiro*. Hipertexto. Disponível em http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/dornas/livro_sobre.htm Acesso em 10 set.2009.

COELHO, Manoel Nunes. *O Bispado de Aterrado: dados históricos e estatísticos de todas as suas paróquias com ilustrações*. Luz**:** Tip. Diocesana, 1941.

_____. Visita pastoral de 1921. In: SILVA NETO, Dom. Belchior Joaquim da. *O pastor de Luz: a terra, o homem, a pastoral*. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984.

CONSÓRCIO FURA O 1º POÇO DE GÁS EM MINAS EM INVESTIMENTO DE R$ 10 MI. Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente. Hipertexto. Quinta-feira, 02/07/2009. Disponível em http://www.amda.org.br/base/sp-nw?nid=5419. Acesso em 02 ago. 2008.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade. A passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais.* FAE/UFMG. Orientador: Neidson Rodrigues, 1999. (Tese de doutorado em Educação).

_____. *Nas linhas da modernidade: continuidade e ruptura*. Divinópolis/MG: ed. autor, 2003.

CORREA, Leopoldo. *Achegas à história do Oeste de Minas*. Belo Horizonte: Gráfica de BH, 1955.

CORREIA, Carlos Cunha. *Serra da Saudade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

CORREIA, Ernesto. Um poeta desconhecido. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I, 1896.

COSTA, Thereza Vianna Maria da. *A fazenda do Doutor*. Belo Horizonte, 1972.

COUTO, José Vieira do. Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes, suas descripções, ensaios e domicilio próprio à maneira de itinerário; com um appendice sobre a nova Lorena Diamantina, sua descripção, suas producções mineralogicas e utilidades que deste paiz podem resultar [1801]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan-jun.1905, ano X, fasc I e II. p. 55-166.

_____. Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. 1799. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Júnia Ferreira Furtado Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. 101p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos).

COUTO, Ozório e FARIA, José Hipólito de Moura. *Dois Poetas: um centenário*. Belo Horizonte: Adi Edições, 2002.

DAQUI DE PITANGUI: Outros olhares sobre a Cidade Mãe do centro-oeste mineiro, a Sétima Vila do Ouro. Hipertexto. Disponível em http://daquidepitangui.blogspot.com/2009/12/chester-moda-de-minas.html Acesso em 21 jan. 2010.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire litteraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire litteraire du Brésil*. Paris : Lecointe et Durey, libraires, 1828.

_____. Brésil. In: L'UNIVERS. *Histoire et description de tout les peuples:des leurs, religions,moeurs, coutumes, etc*. Paris : Firmim Dioto Frères, 1837.

DIAS, Adelaide Santos. Dr. Agenor Soares dos Santos. In: *Morada Nova de Minas: se minhas ruas falassem.* Morava Nova de Minas: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 2004. p. 258.

_____. *A saga do nosso povo*. Morada Nova de Minas: Ed. autor, 2009.

DINIZ, Antônio Gabriel. *A inconfidência de Curvelo***.** Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1965.

_____. *Pesquisando a História de Pitangui.* Belo Horizonte: s/ed, 1965.

_____. *O gonçalvismo em Pitangui*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1969. 130 p. (Estudos sociais e políticos, 28).

_____. *Curvelo, meu Curvelo***.** Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1975. 76p.

_____. *Dados para a história de Curvelo.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.

DORES DO INDAIÁ. *Editorial da primeira edição Nova Fase do Liberal, de fevereiro de 2005. Hipertexto. Disponível em* http://www.doresdoindaia.mg.gov.br/html/oliberal/oliberal.htm. *Acesso em 18 out. 2008.*

DORNAS FILHO, João. O povoamento do Alto São Francisco. *Sociologia*. São Paulo. n. 1. XVIII.

DULCI, Octávio. Região e história regional: elementos para análise do Centro-Oeste mineiro. In: CORGOZINHO, B. M; CATÃO, L. P; PEREIRA, M. H. F. *Memória e História do Centro-oeste Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 09-18.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. Galena do Abaeté: Cartas do Barão de Eschwege aos governadores conde da Palma e D. Manoel de Portugal e Castr.). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, II, fascículo IV. 1897. p. 49-750.

_____. [1777-1885]. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. v.2.

_____. *Brasil: Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FARIA, Carlos Cesar. *O trabalho pastoral na diocese do Aterrado de 1918 a 1941*. Luz: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, 2008. p. 25. (mimeo.)

FERREIRA, Rita Maria Arruda. *Velhas histórias... Grandes saudades.* Abaeté, 2009, (mimeo.)

FIÚZA, Rubens. *O Diamante do Abaeté e outros contos estórias da história da mesopotâmia Indaiá-S. Francisco (municípios de Luz, Estrela do Indaiá, Serra da Saudade, Dores do Indaiá, Quartel Geral e Abaeté)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1988.

_____. *Águas da Piraquara:* histórias da história mineira: crônicas, relatos e narrativas da conquista e povoamento do Alto-Rio São Francisco. [Belo Horizonte]: Edições Guarita, 2006.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso de Recepção ao Acadêmico João Guimarães Rosa. Academia Brasileira de Letras. Hipertexto. Disponível em http://www.academia.org.br/ Acesso em 20 ago. 2009.

FREITAS, M. A. Teixeira de. *Discurso proferido em 1º de setembo de 1923, na solemnidade de abertura da exposição cartográphica organizada no edifício do conselho deliberativo.*Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1924.

FREITAS, Victor Figueira de. Morada Nova: rincão flagelado, mas não conformado. In: DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. (trad. A. Löfgren).

GUERRA, Jacinto. *A lenda de Bom Despacho: escritos do Brasil e de Portugal.* Brasília: Comitê de Imprensa do Senado Federal, 1985.

_____. *Arraial da Senhora do Sol: história, cultura e turismo em Bom Despacho*. Bom Despacho, MG: Piraquara, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Campos. *Chico Campos: o mago do indostão*. Belo Horizonte: Santa Edwirges, 1997.

_____. *A dama do sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *"E agora, padre Belchior?":* pergunta o principe D. Pedro ao vigário de Pitangui, às margens do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822. Belo Horizonte: [s.n.], 1972.

GUIMARÃES, Bernardo. *Folhas de outono*. Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dores, Pitangui e Pompéu: (Anedotário regional).* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório do Rio São Francisco - Levantado por Ordem do Governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II*. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial Eduardo Bensburg, 1860.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas – 1968*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970.

_____. *Atlas das representações literárias das regiões brasileiras*. Sertões brasileiros I. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LAMOURNIER, Bolívar. *Moinho, Esmola, Moeda, Limão: Conversa de Família*. São Paulo: Augurium, 2004.

LASMAR, José Osvaldo. Centro-oeste Mineiro: um certo centro de Minas. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008.

LIAIS, Emmanuel et al. *Hydrographic du haut San – Francisco et du Rio das Velhas; ou* résultats au point de vue hydrographique d´un voyage effectué dans la province de Minas Geraes: levantado por ordem do governo imperial do Brasil, et accompagné de cartes levées par l´auteur. Paris : Garnier Frères, 1865.

LISBOA, Joaquim. *Apontamentos sobre a Estrada de Ferro d'Oeste de Minas*. Rio de Janeiro: Typographia de Soares e Niemeyer, 1881.

MARTINS, Cristiano. O espelho e a musa. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24. jul. 1949.

MARTINS, Gilberto Marcos. *A conquista dos Sertões de Minas Gerais: Ocupação e Povoamento das nascentes do Rio São Francisco, Serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio*. Três Corações: UNINCOR, 2004. 140 p. (Dissertação de mestrado).

MARTINS, Tarcísio J. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas roubada do povo*. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995.

MENDES, R.S. e VIOLA, Z.G.G. impactos da mineração na qualidade das águas de rios da região de Três Marias, Minas Gerais, afluentes do rio São Francisco. *Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG*. Hipertexto. Disponível em http://www.seb-ecologia.org.br/viiiceb/pdf/289.pdf Acesso em 20 jan. 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. *Atlas chorographico municipal*. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926. 2v.

MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). *Centro-Oeste Mineiro: história e cultura*. Itaúna: Totem; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008.

MOURA, Emílio. *Itinerário poético*. 2.ed. belo Horizonte: UFMG, 2002.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. O drama de Morada Nova. In: DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a opinião pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

O LAGO. Prefeitura Municipal de Três Marias. Hipertexto disponível em http://www.tresmarias-mg.com.br/historia.htm. Acesso em 16 ago. 2009.

OLIVEIRA, Antônio Alberto de. MG – 415 – espera asfalto há 50 anos. Hipertexto. Disponível em http://www.moradanovamg.com .Acesso em 06 de out. 2010.

_____. A história do gás na bacia do São Francisco. Hipertexto. Disponível em http://www.moradanovamg.com Acesso em 01 fev. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de Paula. Exploração das minas de Galena do ribeirão do Chumbo. *Anais da Escola de Minas*. Ouro Preto, 1881. n.1.

OLIVEIRA, Itamar. *Francisco Campos: a inteligência no poder*. Belo Horizonte: Libertas, 1991.

OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com um pouco de sal e pimenta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

PASSOS, Gabriel. *Infância de Capanema*. Rio de Janeiro, dezembro 1940.

PATRÍCIO, Joaquim. *Figuras e fatos de meu tempo: contribuição ao estudo da vida social e política de Pitangui no primeiro quartel deste século*. Belo Horizonte: Ed. B. Álvares, 1964.

PAULA PESSOA, Vicente Alves de. *Guia da Estrada de ferro central do Brasil (1901*). Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1901.

PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco.* Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), 1972. (Tomos I, II e III).

PINNA, Augusto. *Estrada de F. Oeste de Minas - Relatorio apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Viação pelo Superintendente Augusto Cezar Pinna, engenheiro civil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

QUEIROZ, João Ramos de. *Ligação da província de S. Paulo ao rio S. Francisco.* Rio de Janeiro: Typografia do Globlo, 1875.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 149p. (Humanitas).

QUINTÃO, Vicente Ines. As diferentes denominações geográficas de cidades da Região Oeste de Minas Gerais, conforme a midia – IBGE não reconhece "centro-oeste". Hipertexto. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/bb/GT9-_IC-_01-_As_diferentes_denominacoes-Vicente_e_Filomena_.pdf Acesso 30 dez. 2009.

RELATÓRIO-DENÚNCIA. Aceleração do Crescimento na Bacia do Rio São Francisco: O Traçado de Conflitos e Injustiças Sociais e Ambientais, Sobradinho/BA: Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, 2008.

RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dona Joaquina do Pompéu***.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

RODRIGUES, Laércio. *História de Bom Despacho: (origens e formação)*. Belo Horizonte: Imprensa Publicações, 1968. 134p.

ROSA, Carla Adriana Carneiro. *Mapeamento temático do uso da terra no Alto São Francisco*. Brasília: CODEVASF, 2002.

ROSA, Guimarães. *Primeiras histórias*. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAINT- HILAIRE, Augusto de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944.

_____. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

_____. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SANTOS, Carlos José dos. Bernardo Guimarães na intimidade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XXIII, 1929.

SANTOS, José Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino.* Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

SANTOS, Márcio. *Expedição Engenheiro Halfeld: etapa Alto São Francisco: relatório de pesquisa de campo.* Belo Horizonte, dezembro de 2002.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

SENNA, Nelson de. Primeiro Congresso Brasileiro de Geographia. Contribuições para um futuro Mappa do Estado de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* 1909, XVI.

_____. Toponymia Geographica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XXI, 1923.

_____. Alguns estudos brasileiros (1.série). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1937, ano 25, I.

SILVA, Arlindo Correia da. *O município de Luz e as comemorações do setembro de 1971*. Luz: Tip. Diocesana, 1971.

SILVA, Arnaldo. *Quenta sol: encanto e magia*. Belo Horizonte: [Globograf], 1999.96p.

SILVA, Ataline Gerada da. *A festa do Rosário em Bom Despacho*. Luz: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVA, Gabriella Duarte. *O impacto da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos no desenvolvimento de municípios, o caso do reservatório da hidrelétrica de Três Marias.* Brasília.. Universidade de Brasília: Departamento de Geografia, 2007. 136p. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Ignácio Ferreira Alvares da e ÁLVARES, Oto Ferreira. *Gerais de todos os tempos. Reminiscências dos tempos das gerais e das folhas caídas*. Brasília: Verano, 1999.

SILVA, Joaquim Antônio Gomes da Silva. *Excavações ou apontamentos históricos da cidade de Pitanguy* [primeira edição em 1893 [1902 pela RAPM]. Pitanguy/Minas Gerais: Tipografia aurora, 1919.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais. [1878]*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA NETO, Dom Belchior J. da. O pastor de Luz. A terra, o homem de Deus, a pastoral. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1984.

SILVEIRA, Álvaro da. *Narrativas e memórias* v. I. Belo Horizonte, 1924.

SILVEIRA, Paulo Fernando. *O morro das sete voltas: guerrilha na Serra da Saudade*. Curitiba: Juruá, 2008.

SOARES, Juvenal Pereira. *Síntese histórica de Curvelo***.** Curvelo: Prefeitura Municipal, 1988.

SPIX, Johann von; MARTIUS, Carl von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, v. 1 e 2.

VARGAS, Ana Cláudia. O que houve com nossas cidades? *Cidades Vivas*. Hipertexto. 24 de agosto de 2006. Disponível em http://cidadesvivas.blogspot.com/ Acesso em 18 de mai. 2009.

VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba: romance do ciclo agropecuário nas gerais*. Belo. Horizonte: Itatiaia, 1966. (Sagas do país das gerais, 2).

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1994.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Ofícios do Quartel Geral do Indaiá (1807-9). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, IX, jan-jun, 1904.

_____. Memória sobre a capitania de Minas Gerais: Breve descripção geográphica, phisica e política da capitania de Minas Gerais [1806]. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte. Ano VI. Fasc. III e IV, jul-dez. 1901. p.757-853.

VAZ, Mucio Jansen. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas – Trabalho Histórico-Descriptivo, 1880 – 1922*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, Ano. III, pp. 195-236.

WIED-NEUWIED, M. de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. Trad. Edgar Sussekind de Mendonça, Edgar e Poppe de Figueiredo, Flávio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In. RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

XAVIER, Lindolfo. Velhas estirpes mineiras e paulistas. II Colloquium internacional de Estudos luso-brasileiros. 1954. In: RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 400-421.

2 - BIBLIOGRAFIA

A) Obras de referência

AMARAL, Vasco Botelho de. *Glossário Crítico de Dificuldades do Idioma Português*. Porto: Domingos Barreira, 1947.

AULETE, Caudas. *Diccionário Contemporâneo da Língua Portugueza*. 2.ed. Lisboa: Parcaria Antônio Maria Pereira, 1926.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.

CPDOC. Programa de Arquivos Pessoais. (PAP). Hipertexto. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/htm/ap_programa.htm Acesso em 20 set. de 2009.

DEROCHE-GURCEL. Eliane. Configuration. In: *Le Robert: Dictionaire de Sociologie*. Paris: Seuil, 1999

GUIA de coleções e fundos sobre a guarda do APM. Secretaria de Governo da Província ou Secretaria da Presidência (1821-1889). Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br Acesso em 11/08/2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MONTEIRO, Norma Góes (org.), *Dicionário Biográfico de Minas Gerais: Período Republicano:1889-1991*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1994, 2 v.

MOURA, Clovis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

PROJETO de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project Hipertexto. Disponível em http://www.crl.edu. Acesso em 15 de agosto de 2009.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

B) Bibliografia geral

ALÉM, João Marcos. Identidades e lutas simbólicas no Brasil Country. In: MACHADO, Maria. Clara. Tomaz e PATRIOTA, Rosângela. *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: UFU, 2001, p.. 72-84.

ABDALA, Alessandro. O Sertão desabitado: Um perfil do triângulo Mineiro nos séculos XVIII. *Destaque IN*. Sacramento. Hipertexto. Disponível em <http://destaquein.sacrahome.net/enviar_artigo> Acesso em 20 de nov. 2010.

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ABREU, Regina. *O Enigma de* Os Sertões. Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *O que resta de Auschuwitz: o arquivo e a testemunha* (homo saccer II). São Paulo: Boitempo, 2008.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes***.** Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Alessandro de. *Um voto pelo amor de Deus: Religiosidade Cristã e Política*. Montes Claros (2000-2004). Uberlândia: UFU, 2006.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945). Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

ALMICO, Rita; LAMAS, Fernando e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, 7 a 10 de set. 2003.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Poder e capelania na fronteira das Minas Gerais – o sertão do oeste. Actas *do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades»*. Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia história***.** Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007. p.151-166.

ARAÚJO, Maria Marta. Impressores, editores e correspondentes: as origens da imprensa periódica em Minas Gerais. *Revista UFG*. Dez, 2008. Ano. X. nº 5.

ARENDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmman-Levy, 2001.

ARRIVÉ, Michel. *Lingüística e psicanálise: Freud, Sausurre, Hejelmeslev, Lacan e os outros*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

ARRIGUCCI JR., Davi. O sertão em surdina (Ensaio sobre o O Quinze). *Literatura e sociedade*. São Paulo, v. 5, 2000. p. 108-118.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. *Projeto História*. São Paulo. n. 19, nov. 1999. p. 121-143.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil.*São Paulo: Brasiliense, 1999.

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida.* Estudos Históricos: arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.11, n 21, 9-34, 1998.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. *Obra Completa*, vol. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ÁVILA, Cristina. Et. al. Cartografia e Inconfidência: Considerações sobre a obra de Joaquim José da Rocha. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte. v.4 n. 2-3. mai-dez. 1989.

AZEVEDO, Francisco F. *Entre a cultura e a política: uma geografia dos "currais" do sertão do Seridó Potiguar.* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia, 2007. (Tese de Doutorado).

BABBHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1994.

BACON, Francis. Novum Organum. In: *Bacon.* São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

BAIO, Miguel. *Leitura e utilização de plantas e cartas topográficas*. Barreiro. Escola Superior de Tecnologia. Instituto Politécnico de Setúbal. 2007. Disponível em http://www.estbarreiro.ips.pt/PagDisciplinas/PagTopografia.htm. Acesso em 10 nov. 2010.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BAUDRILLARD, Jean; GUILLAUME, Marc. *Figures de l'alterité*. Paris: Descartes, 1994.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa (PR) Universidade Federal do Paraná. n. 10. v.1 verão de 2005.

BASTOS, Elide Rugai. O fio de Ariadne. Prefácio. BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil. A nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas/SP: EdUnicamp 2002. p. 11-16.

BELLO, Angela Ales. *Introdução à fenomenologia*. Bauru: Edusc, 2006.

BELOCH. Israel. *Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história da política econômica no Brasil*, 1822/1964. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 54.

BOLLI, Willi. *grandesertão.br*: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004

BORDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOSI, Alfredo. Ficção: o conto regionalista e a prosa de arte. In: *A literatura brasileira 5* (O Pré-Modernismo). São Paulo: Cultrix, 1966.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessias do grande sertão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 58, dez. 2006. p. 29-46.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. São Francisco. Hipertexto. Disponível em http://www.mi.gov.br/saofrancisco/rio/index.asp. Acesso em 21 de janeiro de 2010.

BRESCIANI, Stella e SEIXAS, Jacy Alves de. Apresentação. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: Unb, 2004.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1.

BRITO, Fausto; SOARES, Marcy R. M.. FREITAS, Ana Paula G. *Os dilemas da dicotomia rural-urbano:* Algumas reflexões. Hipertexto. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A099.PDF Acesso 21 dez. 2010.

BRUM NETO, H; BEZZI, Meri Lourdes. A Região Cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. *RA' EGA (*UFPR), v. 17, 2009.

BRUNO, Alain e GUINCHARD, Jean-Jacques. *Georg Simmel: vie, oeuvres, concepts*. Paris: Ellipses, 2009.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o *Dinamismo do Mundo Vivido*, in: *CHRISTOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel,* 1982, p. 165-193.

_____. Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: RAMÓN, Maria Dolores Garcia (Org.) *Teoria y método em la geografia anglosajona*.. Barcelona, Ariel, 1985.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. de 2007.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Iniciação à literatura Brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Humanitas/USP, 1999

_____. *O romantismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. *Literatura e Sociedade.* 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANO, Wilson. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2002.

CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida e NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. p. 15-40.

CARONE, Edgar. *A República Velha – II (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971.

CARPINEJAR, Fabrício. *Agulha*. Fortaleza, São Paulo, n. 28, setembro de 2002. [on-line]. Disponível em http://www.revista.agulha.nom.br/ag28moura.htm Acesso em 12 ago. 2007.

CARRARA, Ângelo Alves. "O 'sertão' no espaço econômico da mineração." LPH: *Revista de História*, Mariana: UFOP; ANPUH-MG, n. 6, 1996.p. 40-48.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia história.* 2007, v.23, n.38, p. 574-596.

_____. *Minas e currais:* produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CARVALHO, Daniel de. Primeiros caminhos para Goiás. In. *Estudos e depoimentos – 1ª série.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.83-89.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. p. 229-250

_____. D. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*. v.28, n.56, 2008. p. 551-572.

CARVALHO, Ricardo Souza de. Através do Brasil com Afonso Arinos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.* IEB/ USP, Editora 34, São Paulo, n. 46, p. 201-216, fev. 2008.

_____. O sertão de Minas apeia na Capital Federal: os contos de Afonso Arinos na *Revista Brasileira* (1895-1897) In: I SIMELP, 2008, São Paulo. p. 6. Hipertexto. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slt28/11.pdf. Acesso em 15 dez. 2010.

CASANOVA, Pascale. Le Méridien de Greenwich: réflexions sur le temps de la littérature. In : RUFFEL, Lionel (org.). *Qu'est-ce que le contemporain?* Nantes: Cécile Defaut, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os sertões de Leste:* achegas para a história da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Campinas, SP: 2004. (Tese de doutoramento).

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CEZAR, Guilhermino (sel. e apres.). *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC/São Paulo: Edusp, 1978.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 5, n. 11, Abr. 1991.

CLÁUDIA, Lúcia. O que é redenção e reconciliação. Hipertexto. Disponível em http://www.abiblia.org Acesso em 15/08/2009.

CONSIDERAÇÕES sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Gerais, como são as de mineiros e agricultores...". [atribuída a José Vieira do Couto]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. XXV.

CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. *Cadernos do Noroeste*. Universidade do Minho, Braga, vol. 8 (1), 1995, p. 179-186.

CORREA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*. 2006, v.26, n.51. p. 63-87.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (15-47).

CORREIA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, reproduzido nas Oficinas Gráficas do Departamento de Imprensa Oficial da Secretaria Municipal de Administração ed., da do de Janeiro, P. C. R., Ed., Imprensa Nacional, 1936, vol. 5.

COSTA, Antônio Gilberto. (org.) C*artografia da conquista de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. 244p.

COUTINHO, Afrânio et al. O regionalismo na ficção. In: COUTINHO, Afrânio. (Dir.). *A literatura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio / Niterói: EDUFF, 1986. v. 4. p. 234-312

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: Era Modernista*. 7.ed. São Paulo: Global, 2004.

COUTO, Patrícia Brandão. *Festa do Rosário:* iconografia e poética de um rito. Niterói: EdUFF, 2003.

CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMOES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. *Estudos Econômicos.* São Paulo, v. 38, n. 3, set. 2008.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.*20.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946 (Aguillar 1966).

DESCARTES, René. *As paixões da alma.* São Paulo: Escala, s.d.

DINIZ Alexandre Magno Alves e BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. Um resgate histórico das principais propostas de regionalização. *Sociedade e Natureza*. Uberlândia, dez. de 2005.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

DROULERS, Martine et BROGGIO, Céline. *Le Brésil*. Paris: Puf, 2005.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1939.

ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999.

_____. *Escritos e ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. Porto Alegre: Globo, 2004.

FARIA FILHO, L. (Org) e al. *Educação, modernidade e civilização*: fontes e perspectivas de análise Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FEBVRE, L. 1970. *La Terre et l' évolution humaine.* Paris: Albin Michel, 1922.

FERREIRA, A.L. DANTAS, G.A.F. FARIAS, H.T.M. Adentrando sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (62). http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-62.htm.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Geografias da memória: a literatura brasileira entre história e genealogia. *Anos 90*. Rio Grande do sul, v. 7, n. 12, 1999. p.7-16.

FISCHER, Luís Augusto. Introdução. IBGE. *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras.* Rio de Janeiro: IBGE, 2006,

FONTCUBERTA, Joan. Arqueologias del futuro. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 22, n.35. ja/jun. 2006.

FOUCAULT, Michel. Sobre Geografia. In: *Microfísica do Poder*. (Org. e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, vol. IV*. Estratégia. Poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 253-261.

_____. A ética do cuidado de si com prática de liberdade. *Ditos e escritos V, Ética, sexualidade, política.* Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. *Arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAIZ, Priscila Moraes Varella. 1994. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades (dissertação de mestrado).

FRANÇA, Iara Soares; BARBOSA, Rômulo Soares; SOARES, Beatriz Ribeiro. O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes. *Educare*. Montes Claros, ISEIB, v. 2, 2006. p. 1-14.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Recife, 1962.

_____. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. *Sobrados de mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da Universidade de Minas Gerais*. Separata do n. 12. Belo Horizonte, Jan. de 1962.

FURTADO, Celso. A longa marcha da utopia. In: *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 9-21.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. Estudo crítico. In: COUTO, José Vieira. *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Geraes.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

_____. *Homens de Negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. Os oráculos da geopolítica iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia européia sobre o Brasil. *Saber Tropical*. Lisboa. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical. Hipertexto. Disponível em http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12728. Acesso em 05 de junho de 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial**.** *História da historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 2, mar. 2009.

GAGNEBIN, J. M. Apresentação de AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunho (Homo Sacer III).* São Paulo: Boitempo, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anotações à margem do regionalismo. *Literatura e sociedade*. São Paulo, v. 5, 2000. p. 44-55.

GEIGER, Pedro. *As formas do espaço brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

GODOY, Alexandre Mendes e CUNHA, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, *Anais sobre o X Seminário sobre a economia mineira*, CEDEPLAR/UFMG, 2002.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. *O elogia da mediocridade: percursos de Amadeu Amaral.* (1875-1929-2009). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em História, 2010. (Tese de Doutorado).

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, 11 (21): 121-128m 1998.

GOMES, Paulo César da Cunha. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 p.49-74.

_____. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUILHAUMOU, Jacques. *Discours et évenément: l'histoire langagière des concepts*. Paris: PUF, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Região: Trajetos E Perspectivas. *Primeira Jornada de Economia Regional Comparada, FEE-RS,* Porto Alegre, 4 de outubro de 2005. Hipertexto. Disponível em www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-11.pdf Acesso em 25 jan. 2010.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective.* Paris: PUF**,** 1950.

_____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Albin Michel, 1994.

HAROCHE, Claudine. *A condição sensível:* formas e maneiras de sentir no ocidente. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O dilema de Raízes do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003. p.152-160.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JANKÉLÉVICH, Vladimir. Georg Simmel, philosophe de la vie. In: SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture*. Paris: Payot, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores nos inícios da República. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-143.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura com provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JESUS, Mirian Silva de. O avanço da fronteira interna: a ocupação do sertão no século XVII. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Hipertexto. Disponível em http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/mirian_silva.pdf. Acesso 20 dez. 2010.

JOLY, Fernand. *A cartografia.* Campinas: Papirus, 1990.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkin, 1985.

KOSELLECK, Heinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. O espaço/mundo do sertão moderno. *Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política.* Recife, 20 a 30 de abril de 2010.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana.* 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 3.ed.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1.ed. 1948].

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Regionalismo e Modernismo. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaios, 32)

LEITE, M. R. B. *Entrevendo oásis e silêncios no discurso da propaganda turística oficial sobre o Nordeste*. Tese de Doutorado. Araraquara: FCL / UNESP, 2004.

LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. Política e violência no sertão roseano. Gramsci e o Brasil. Hipertexto. Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?id=411&page=visualizar> Acesso em 20 de nov. 2010.

LEVY, Jacques e LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés.*Paris : Belin, 2003.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, v. 29, n. 58, jul-dez, 2009. p. 383-415.

LIMA, Alceu de Amoroso Lima. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de nov. 1978.

LIMA, Augusto de. José Pedro Xavier da Veiga: esboço biográfico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VI. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1901.

LIMA, Luiz Costa. Concepção de história literária na "formação". In: D'INCAO, Maria Ângela e SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (org). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antônio Cândido.* São Paulo: Cia das Letras: Instituto Moreira Sales, 1992, p. 153-169.

LIMA, Maria Helena Palmer (org). *Divisão Territorial Brasileira*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2002.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso: memórias da ferrovia no Oeste de Minas entre o sertão e civilização (1880-1930).* Belo Horizonte: UFMG, 2003. (dissertação de mestrado).

LIMA, Paulo Castilho. Influência lusitana em Brasília. *Revista Camões*. Portugal, Instituto Camões, n. 11. 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LINHARES, Temístocles. Do sertanismo romântico e outras manifestações realistas. In: *História crítica do romance brasileiro* 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 139-163.

_____. Os regionalismos. In: *História crítica do romance brasileiro* 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 81-536.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOMBARDI, Bruna. *Diário do Grande Sertão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861).* Uberlândia: Edufu, 2005.

_____. *Das fronteiras do Império ao coração da República:* O território mineiro na transição pra a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade de século XIX. Programa de pós-graduação em Geografia. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).

LUCA, Tânia Regina de; e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. 1808 a 1930. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECHKER, Tânia Marques et. al.(orgs). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p.41-49.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII*. Departamento de História da PUC-RIO. Rio de Janeiro, PUC, 1995. (Dissertação de mestrado).

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, Cyro. Visão crítica do Regionalismo. In: *Sem rumo*. 6. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence*: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil. Nashville: Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutoramento).

MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG*: 1870-1930. São Paulo: FFLCH-USP, 2004. (Tese de Doutoramento)

_____. Regionalidade e História: reflexões sobre a regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In: XVI Encontro Regional de História de Minas Gerais, 2008, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos XVI Encontro Regional de História ANPUH-MG*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

_____. Política Interiorana à moda mineira. Hipertexto. Disponível em http://www.minasdehistoria.blog.br/2008/06/politica-interiorana-a-moda-mineira acesso em 15 jan. 2010.

MARTIUS, Karl. Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *Histórica do sertão noroeste de Minas (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. (introdução).

MENDONÇA, Kátia Regina Nogueira. *Análise paleogeográfica dos sedimentos do grupo areado* (neojurássico – neocretáceo) *da bacia sanfranciscana, na carta topográfica de Presidente Olegário, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Geologia Regional.UFMG. Dissertação de Mestrado,1999.

MICELI, Sergio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: MICELI, Sergio . *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MONTI, Estevão Ribeiro. *As veredas do Grande Sertão-Brasília: ocupação, urbanização e resistência cultura*l. Universidade de Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2007. (Tese de Doutoramento).

MOOG, Viana. *Uma interpretação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, 1943.

MORAZÉ, Charles. Les trois âges du Brésil : Essais de Politique. *Cahiers de la fondation nationale des sciences politiques*, n°51, Paris, Armand Colin, 1954.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto; PARENTE, Ana Sara Ribeiro et. al. *História e Ética: Simpósios Temáticos e Resumos do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009*. Fortaleza: Editora, 2009.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano 44. v. 1, jan/jun. 2008.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades brasileiras e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: OP&A, 2005.

MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão. In: RAVETI, Graciela; CURY, Maria Zilda; ÁVILA, Míriam. (orgs.) *Topografia da Cultura: representação, espaço e memória*. Belo Horizonte: Edufmg, 2009.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UNB, 2004.

_____. Historiadores e texto literário: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n. 44, 2006.

NOULDELMANN, François. Le contemporain sens époque : une affaire de rythmes. In: RUFFEL, Lionel (org.). *Qu'est-ce que le contemporain?* Nantes: Cécile Defaut, 2010.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Por uma outra geografia radical: compreendendo os lugares sob um olhar fenomenológico. Anais do I Colóquio Brasileiro de História do pensamento geográfico. Universidade Federal de Uberlândia. Abril de 2008. p. 6. Hipertexto disponível em http://www.ig.ufu.br/coloquio/anais.htm. Acesso em 03 jun. 2009.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORONHA, Gilberto Cézar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

_____. Para além do "sertão do litoral": as disputas pela caracterização do espaço na imprensa local do oeste de Minas Gerais, nos primeiros anos da República. *Anais do III Simpósio Internacional Cultura e Identidades de 12 a 17 de setembro de 2007*. Goiânia. Universidade Federal de Goiás. 2007.

NORONHA, Gilberto Cézar de. Sertões enunciados: Imagens e representações do sertão do oeste de Minas Gerais nos discursos da imprensa local e na literatura dos primeiros anos da República. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo. Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

_____. Abaeté. In: MIRANDA, Dalton Fernando; NOGUEIRA, Guaracy de Castro. (Org.). Centro-Oeste Mineiro: história e cultura. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Maria de Castro Nogueira, 2008, v. , p. 23-26.

_____. O lugar de enunciação do sertão no território da crítica à lógica moderna. *Revista Mirante***,** Goiânia, n. 04, v. 1, 2008.

_____. "Reminiscências Dorenses": Representações do Oeste de Minas do início do século XX, nas páginas d"O Liberal (1973-1989). In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009*. Fortaleza. História e Ética: Anais eletrônicos. Fortaleza : Editora, 2009. v. 1.

_____. Cartografias do sertão: O que as cartas geográficas podem nos informar sobre a narrativa história do oeste de Minas Gerais? In: CORGOZINHO, B. M; CATÃO, L. P; PEREIRA, M. H. F. *Memória e História do Centro-oeste Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 103-120.

NUNES, Jordão Horta. *As metáforas nas ciências sociais*. São Paulo/Goiânia: Humanitas/UFG, 2000.

OLIVEIRA, Cêurio de. *Curso de Cartografia Moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Críticas a Razão Dualista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. 1998, vol.5. p. 195-215.

_____. A criação da Sudene. Os anos JK. CPDOC. Hipertexto. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene. Acesso 12 nov. 2010.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de. *De volta ao sertão: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro* 2.ed. revista e ampliada. Paracatu: Edições Buriti, 1994.

_____. Antonio de. *As minas reveladas: Paracatu no tempo*. Paracatu: Prefeitura Municipal, 1994.

OLIVEIRA, Ricardo. Ficção, Ciência, História e a Invenção da Brasilidade Sertaneja. *Ipotesi*. Revista de Estudos Literários. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 4, jan-jun, 2000. p. 37-53.

_____. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.22, n.44. 2002. p. 511-537.

ORLANDO, M. Carvalho. Os partidos políticos de Minas Gerais. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 1. n. 2. Jul. 1957.

PASTORAL COLETIVA. *Constituições Eclesiásticas do Brasil: Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915*. Canoas: La Salle, 1950.

PATACA, Ermelinda Moutinho *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas* (1755-1808). Campinas, São Paulo: Unicamp/Instituto de Geociências [s.n.], 2006.(tese de doutoramento).

PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica.* Trad. J. Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas Literaturas: Escolha e Valor na Obra Crítica de Escritores Modernos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PLATÃO. *A República.* São Paulo: Escala. s.d.

POMPA, Cristina. Leituras do 'fanatismo religioso' no sertão brasileiro. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 69, julho 2004. p. 71-88.

PONCIONI, Cláudia. A arqueologia de uma biografia: Louis-Lèger Vauthier e os socialistas românticos franceses. *Colóquio Internacional Tramas e dramas do político: linguagens, formas, jogos.* 18-21 de outubro, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010. (caderno de resumos, p. 11).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. *Intergeo*. v. 4, p. 05-12, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1979.

_____. *História econômica do Brasil*. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 1990.

QUINTANA, Mario. *Caderno H*. 9.ed. São Paulo: Globo, 2003.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas I*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

REZENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. in: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro 1995. p. 17-29.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, 2000. p.47-106.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

RICOEUR, Paul. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das minas que não se esgotam*: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de mestrado).

RODARTE, Mário Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de Paula; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. In: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, v. 7, n. 1, 2004, p. 7-45.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio e GODOY, Marcelo Magalhães. Pródromos da formação do mercado interno brasileiro: um estudo de caso das relações entre capital mercantil, rede de cidades e desenvolvimento regional, Minas Gerais na década de 1830. In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Rev. Bras. Hist.* 2003, vol.23, n.46, p. 253-270.

RODRIGUES, David Márcio Santos. *O espaço Geográfico de Minas Gerais: uma visão cartográfica*. Belo Horizonte: Governo de Minas, IGA, Fapemig, 2002.

RODRIGUES, Manuel. Microcosmos: *Introducción para un estudio de la mentalidad provinciana*. Disponível em http://surdelsurpatagonia.com/lafrontera/microcosmos.htm. Acesso em 16 set. 2006.

SAADI, Allaoua. A geomorfologia da serra do espinhaço em Min as Gerais e suas margens. *Geonomos*. Belo Horizonte: UFMG. 1995. 3 (1) p. 41-63.

SANTIAGO, Silviano. Prefácio de. *Carlos & Mário: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002. p. 9-10.

_____. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Edufmg, 2004.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos et. al. Bases Urbanas de Minas Gerais em mapas do período colonial: em busca de informações coevas. *VI Seminário Latino-Americano de qualidade de vida urbana.* Belo Horizonte. 10 a 14 de outubro de 2006. Hipertexto. Disponível em http://www.pucminas.br/documentos/posgeografia_publicacoes_bases_urbanas.pdf Acesso em 10 jun. 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, l997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Paulo Sergio Nolasco dos. Regionalismo: reverificação de um conceito. In: *Fronteiras do local*: Roteiro para uma leitura crítica do regional sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

SANTOS, W. L. Trilhos para o oeste: o surgimento da estrada de ferro oeste de Minas. In: XIII Seminário sobre a economia mineira. Anais. 2008. hipertexto. Disponível em http://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/143.html Acesso em 10 de setembro de 2009.

SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

SCOTT, W. Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo. Fev. 1998, n. 16. p. 297-326.

SECCO, Alexandre. Entrevista a Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário em 2003. *Veja*. São Paulo. 26 mar. 2003.

SECO, Ana Paula. Livros de viagens ou literatura de viagem. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (orgs.). *Navegando pela história da educação brasileira* (orgs). Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. 1. Cd-room.

SECRETO, María Verónica. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2006, vol. 14 no. 2, p. 236-253.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: EdUFG, 2003.

SILVA, Denise A. A construção eu/outro em Terras de Sombras e À espera dos bárbaros, de J. M. Coetzee. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Rio de Janeiro. v. IV, n. XIII, abr-mai. 2005. Disponível em <http://www.unigranrio.br/unidades_acad/ihm/graduacao/letras/revista/numero1/textodenise.html.> Acesso em 25 nov. 2010.

SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a in-visibilidade contemporânea. In: CAPELARI, Márcia Regina e MARSON, Isabel. *Figurações do outro na história*. Uberlândia: Edufu, 2009. p. 63-88.

_____. Linguagens do desconcerto: formas, estereótipos, esquecimentos (na cultura política brasileira). XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. História e Ética: Simpósio Temático e Resumos. Fortaleza: Editora, 2009. v. 1.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

SILVA, Aldo e GALENO, Alex (org.) *A Geografia Ciência do Complexus*. Porto Alegre, Sulinas, 2004.

SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Campinas: Unicamp, 2002.

SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: UFMG/Pós-Graduação em História, Linha Ciência e Cultura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Dissertação de Mestrado)

SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris: Puf, 1986.

_____. *Philosophie de la modernité II*. Paris: Payot, 1990.

_____. A ponte e a porta. In: MALDONADO, Simone Carneiro. *Política e Trabalho*. Universidade Federal da Paraíba. v. 12, 1996, p.15-24.

_____. *Simmel e a Modernidade* / Georg Simmel. Jessé Souza e Berthold Oelze (org). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. A filosofia da paisagem In: MALDONADO, Simone Carneiro. *Política e Trabalho*. Universidade Federal da Paraíba. v. 15, 1999, p.217-220.

_____. *Sociologie*: étudies sur le formes de socialisation. Paris: PUF, 1999

_____. *El indivído y la liberdad: ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

_____. Philosophie du paysage. In: *La Tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Rivages Poche , 2006.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Valter Guimarães. Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: EdUEFS, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck de. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Mauad, 1999.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Laura de Melo e. Norma e Conflito. *Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Famílias sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Candice Vidal e. O enigma de Os Sertões. *Mana*, v.5, n.1. 1999.

STARLING, Heloisa. *Lembranças do Brasil: Teoria Política, História e Ficção em "Grande Sertão: Veredas"*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Scripta Nova*. Revista Eletrónica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. n. 93, 15 de jul., 2005. p. 1-2. Hipertexto Disponível em *www.ub.es/geocrit/sn-93.htm* Acesso em 10/10/2009.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TELES, Gilberto Mendonça. O lugar do sertão na poesia brasileira. *Crítica e ensaio*. Hipertexto. Disponível em < http://www.gilbertomendoncateles.kit.net/critica.htm>. Acesso em 11 nov. 2010.

TYNIANOV, J. Da evolução literária. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira. (Org) *Teoria da literatura*: formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1970.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Família e mundo: a pretexto de escrever sobre os antepassados, Bolívar Lamounier faz um passeio pela história. *Veja*. 28 de abril de 2004. Edição 1851.

TORRES, João Camillo de Oliveira. Apresentação de BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971.

TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução: Lívia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1980.

TURNER, J. F. El significado da fronteira na Historia de los Estados Unidos de América. In: *J. F. Turner*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2000, vol.15, n.44, pp. 05-34.

VALLERIUS, Denise Mallmann. Regionalismo e crítica: uma relação conturbada. *Antares: Letras e humanidades*. Caxias do Sul, UCS, n° 3, jan-jun 2010. p. 63-80.

VANDERBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Geog Simmel*. Bauru: Edusc, 2005.

VASCONCELLOS, Lisa Carvalho. Um outro leitor de grande sertão: veredas. Anais da II Semana de Letras. Universidade Federal de Ouro Preto, 2006. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/semanadeletras/viii/arquivos/indiceanais.htm>. Acesso 10 dez 2010.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme, *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel, 1979.

VELLOSO, André e MATOS, Ralfo. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais do VIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988. v. 1, p. 195-227.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, nº. 2, 1988.

VENÂNCIO, Renato Venâncio e CASASCA, Marina. *Revista eletrônica Cadernos de História***.** Ano II, n. 01, março de2007.

VERÍSSIMO, José. Literatura regional. In: *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1977. p. 83-87.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a Literatura. *Sociedade e Cultura*. v.1. jan-jul, 1998. p. 41-54.

VIGGIANO, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. 2.ed. Rio de Janeiro:José Olympio, 1978.

VILLELA, Jorge Mattar. Mora da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. *Lua Nova.* São Paulo. n.79, 2010. p. 166-199.

VOLTAIRE. *Dicionário Filosófico.* São Paulo: Martin Claret, 2006.

WAIBEL, Leo. Determinismo Geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). *Boletim geográfico do IBGE*. n. 164, 1961.

WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel.* São Paulo: Editora 34, 2000.

WATERS, Paul E. *West of Minas Narrow Gauge*. London: P. E. Waters & Associates, 2001

WILLEMS, Emílio. O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 23 dez. 2010.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2.ed.. São Paulo: Edusp, 2001.

XIFRA-HERAS, Jorge. A Informação Cotidiana In: A Informação: análise de uma liberdade frustrada. São Paulo: EDUSP/Lux, 1975.

ARQUIVOS CONSULTADOS

ACDL – Arquivo da Cúria Diocesana de Luz.

APACP – Arquivo Particular de Aloysio da Cunha Pereira. Abaeté, Minas Gerais

APALC – Arquivo Pessoal Antônio Lopes Cançado. Dores do Indaiá, Minas Gerais

APDC - Arquivo Particular de Dona Chiquinha. Abaeté. MG.

APM – Arquivo Público Mineiro

BPEMG – Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais. Coleção Mineiriana.

BN – Acerto Digital da Biblioteca Nacional.

Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

Câmara Municipal de Abaeté.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea. Arquivo Gustavo Capanema.